EXEMPLAR ÚNICO

SENADO FEDERAL
Secretaria do Arquivo

República Federativa do Brasil

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

EXEMPLAR ÚNICO

ANO LIII - Nº 147 TERÇA-FEIRA, 17 DE NOVEMBRO DE 1998 BRASÍLIA-DF

MESA

Presidente
Antonio Carlos Magalhães – PFL – BA
1º Vice-Presidente
Geraldo Melo – PSDB – RN
2º Vice-Presidente
Júnia Marise – Bloco – MG
1º Secretário
Ronaldo Cunha Lima – PMDB – PB
2º Secretário
Carlos Patrocínio – PFL – TO

3º Secretário
Flaviano Melo – PMDB – AC
4º Secretário
Lucídio Portella – PPB – PI

Suplentes de Secretário
1º Emilia Fernandes – Bloco – RS
2º Lúdio Coelho – PSDB – MS
3º Joel de Hollanda – PFL – PE
4º Marluce Pinto – PMDB – RR

CORREGEDORIA PARLAMENTAR
Corregedor(1)
Romeu Tuma – PFL – SP
Corregedores Substitutos(1)
Ramez Tebet – PMDB – MS
Joel de Hollanda – PFL – PE
Lúcio Alcântara – PSDB – CE

PROCURADORIA PARLAMENTAR
Procuradores(2)
Nabor Júnior – PMDB – AC
Djalma Bessa – PFL – BA
Emilia Fernandes – Bloco – RS
José Ignácio Ferreira – PSDB – ES
Lauro Campos – Bloco – DF

LIDERANÇAS

LIDERANÇA DO GOVERNO

Líder
Elcio Alvares – PFL – ES

Vice-Líderes
José Roberto Arruda – PSDB – DF
Ramez Tebet – PMDB – MS
Romeu Tuma – PFL – SP

LIDERANÇA DO PFL

Líder
Hugo Napoleão

Vice-Líderes
Edison Lobão
Francelino Pereira
Gilberto Miranda
Romero Jucá
Romeu Tuma
Júlio Campos

LIDERANÇA DO PMDB

Líder
Jader Barbalho

Vice-Líderes
Nabor Júnior
Gerson Camata
Carlos Bezerra
Ney Suassuna
Fernando Bezerra
Gilvan Borges

LIDERANÇA DO BLOCO DE OPOSIÇÃO

Líder
Eduardo Suplicy

Vice-Líderes
Sebastião Rocha
Antonio Carlos Valadares
Roberto Freire
José Eduardo Dutra

LIDERANÇA DO PSDB

Líder
Sergio Machado

Vice-Líderes
Osmar Dias
Jefferson Péres
José Ignácio Ferreira

LIDERANÇA DO PPB

Líder
Leomar Quintanilha

Vice-Líderes
Esperidião Amin

LIDERANÇA DO PTB

Líder
Odacir Soares

Atualizada em 4-11-98

(1) Reeleitos em 2-4-97
(2) Designação: 16 e 23-11-95

EXPEDIENTE

Agaciel da Silva Maia
Diretor-Geral do Senado Federal
Claudionor Moura Nunes
Diretor da Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Júlio Werner Pedrosa
Diretor da Subsecretaria Industrial

Raimundo Carreiro Silva
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal
Marcia Maria Correa de Azevedo
Diretora da Subsecretaria de Ata
Denise Ortega de Baere
Diretora da Subsecretaria de Taquigrafia

Impresso sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal. (Art. 48, nº 31, RISF)

SUMÁRIO

CONGRESSO NACIONAL

1 – DECRETO LEGISLATIVO

Nº 80, de 1998, que indica o Senhor Adylson Motta para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal..... 15725

SENADO FEDERAL

2 – ATA DA 116ª SESSÃO NÃO DELIBERATIVA, EM 16 DE NOVEMBRO DE 1998

2.1 – ABERTURA

2.2 – EXPEDIENTE

2.2.1 – Mensagem do Presidente da República

Nº 249, de 1998 (nº 1.381/98, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1998 (nº 4.711/98, na Casa de origem), que modifica dispositivo da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências, sancionado e transformado na Lei nº 9.700, de 12 de novembro de 1998. 15726

2.2.2 – Avisos de Ministros de Estado

Nº 200/98, de 11 do corrente, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 496, de 1998, do Senador Eduardo Suplicy. Ao Arquivo..... 15726

Nº 809/98, de 10 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando as informações referentes aos Requerimentos nºs 483 e 498, de 1998, ambos do Senador Ernandes Amorim, e esclarecendo a impossibilidade de responder quesito, por envolver informações protegidas pelo sigilo fiscal. Ao Arquivo..... 15726

2.2.3 – Pareceres

Nº 574, de 1998, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. 15726

Nº 575, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1997 (nº 929/95, na Casa de origem), que altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal..... 15731

Nº 576, de 1998, da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993 (nº 3.343/89, na Casa de origem) que dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho; Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1993 (nº 3.468/89, na Casa de origem), que altera a redação do **caput** do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que o empregador deverá conceder férias ao empregado nos seis meses subseqüentes à data de aquisição do direito às mesmas; Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1993 (nº 666/91, na Casa de origem), que acrescenta parágrafo ao art. 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo que o período de férias seja desdobrado em dois, com espaço de seis meses entre um e outro; e o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995 (nº 367/91, na Casa de origem), que altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias (Tramitando em conjunto, nos termos do Requerimento nº 67, de 1998). 15733

2.2.4 – Comunicações da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas ao Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1997, cujo parecer foi lido anteriormente. 15736

Abertura do prazo de cinco dias úteis para recebimento de emendas aos Projetos de Lei da Câmara nºs 25, 38 e 118, de 1993, e 9, de 1995, que tramitam em conjunto, cujo parecer foi lido anteriormente..... 15736

2.2.5 – Leitura de projeto

Projeto de Lei do Senado nº 178, de 1998, de autoria do Senador Bernardo Cabral, que cria o Fundo Nacional para a Preservação e Conservação de Mananciais de Abastecimento de Água (FUNDÁGUA), e dá outras providências. Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa. 15736

2.2.6 – Discursos do Expediente

SENADOR *NABOR JÚNIOR* – Necessidade de combate à crise econômica com adoção de

medidas que levem em consideração seus reflexos sobre populações mais sofridas..... 15739

SENADOR *BERNARDO CABRAL* _ Defesa da importância do Projeto Calha Norte como garantia de nossa soberania e integridade territorial, em face do recente episódio fronteiriço entre Brasil e Colômbia..... 15741

SENADOR *JOSAPHAT MARINHO* _ Impropriedade de regime de urgência na apreciação das medidas constantes do Ajuste Fiscal..... 15760

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Comentários ao artigo do jornalista Jânio de Freitas, publicado na **Folha de S.Paulo**, de 15 do corrente, intitulado "Quem faz as contas", que trata da aplicação das reservas cambiais brasileiras. Legitimidade do Congresso Nacional na averiguação de denúncias sobre contas no exterior, inclusive com a instalação de comissão parlamentar de inquérito..... 15760

SENADOR *ÉLCIO ALVARES*, como Líder – Manifestações de apoio ao Presidente da República, envolvido na denúncia de titularidade de conta em paraíso fiscal..... 15762

SENADOR *ROBERTO REQUIÃO* – Necessidade de apoio do Presidente da República para celeridade da apuração das denúncias sobre a existência de conta no exterior..... 15763

SENADOR *LÚCIO ALCÂNTARA* – Comentários sobre reportagem publicada no **Jornal do Brasil**, hoje, que aborda o relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BIRD, sobre concentração de renda e a conseqüente intensificação da desigualdade social na América Latina. 15764

SENADOR *JOEL DE HOLLANDA* – Aumento crescente do número de acidentes no trabalho, apesar dos programas governamentais destinados à sua prevenção..... 15765

SENADOR *CARLOS PATROCÍNIO* – Considerações sobre os cortes significativos efetuados no Orçamento da União, sobretudo nas áreas sociais da educação e saúde, em particular no Estado do Tocantins..... 15766

2.2.7 – Ofício do Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

Nº 23/98, de 4 do corrente, comunicando a aprovação, em turno suplementar, de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e dá outras providências, em reunião realizada em 28 de outubro de 1998..... 15768

2.2.8 – Comunicação da Presidência

Abertura do prazo de cinco dias úteis para interposição de recurso, por um décimo da composição da Casa, para que o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário..... 15769

2.2.9 – Discursos do Expediente (continuação)

SENADOR *JOSÉ SAAD* _ Dificuldades enfrentadas pelo setor agropecuário, em especial o da produção de leite, em marcha para Brasília para realização de manifestação em defesa de política de incentivos para o setor..... 15769

SENADOR *ERNANDES AMORIM* – Premência de uma política eficaz para o desenvolvimento do setor agropecuário brasileiro..... 15772

2.2.10 – Comunicação da Presidência

Lembrando ao Plenário a realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, às 14 horas e 30 minutos, com Ordem do Dia anteriormente designada..... 15775

2.3 – ENCERRAMENTO

3 – PARECER

Nº 20, de 1998-CN, da Comissão Mista incumbida de examinar e emitir parecer quanto à constitucionalidade e mérito da Medida Provisória nº 1.715-2, de 29 de outubro de 1998, que dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências..... 15776

4 – ATAS DE COMISSÕES

2ª e 3ª Reuniões (Audiência Pública), da Comissão Mista criada através do Requerimento nº 203, de 1998-SF, destinada a acompanhar **in loco** as investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a região amazônica e, em especial, o Estado de Roraima, realizadas em 26 e 27 de maio de 1998, respectivamente..... 15785

1ª e 2ª Reuniões da Comissão Especial criada através do Requerimento nº 153, de 1998-SF, destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no País, realizadas em 12 e 13 de agosto de 1998, respectivamente..... 15942

5 – ATOS DO DIRETOR-GERAL

Nº 2.148, de 1998, referente à servidora Maria Amélia Cardoso de Andrade..... 15952

Nº 2.149, de 1998, referente à servidora Cristiane Tinoco Mendonça..... 15953

Nºs 2.150 a 2.152, de 1998..... 15954

Nº 2.153, de 1998, referente à servidora Thais Caruso Amazonas da Silva..... 15957

Nº 2.154, de 1998, referente ao servidor Márcio Sampaio Leão Marques..... 15958

6 – CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

7 – COMPOSIÇÃO DAS COMISSÕES PERMANENTES

8 – COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL (REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA)

CONGRESSO NACIONAL

Faço saber que o Congresso Nacional aprovou, e eu, Antonio Carlos Magalhães, Presidente do Senado Federal, nos termos do parágrafo único do art. 52, do Regimento Comum, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO
Nº 80, DE 1998

Indica o Senhor Adylson Motta para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É escolhido o Senhor Adylson Motta para o cargo de Ministro do Tribunal de Contas da União, nos termos do inciso II do § 2º do art. 73 da Constituição Federal e do inciso II do art. 105 da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998. – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

Ata da 116ª Sessão Não Deliberativa em 16 de novembro de 1998

4ª Sessão Legislativa Ordinária da 50ª Legislatura

Presidência dos Srs.: Geraldo Melo, Carlos Patrocínio e Joel de Hollanda

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 30 minutos.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) - Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio, procederá à leitura do Expediente.

É lido o seguinte:

EXPEDIENTE

MENSAGEM

DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Nº 249, de 1998 (nº 1.381/98, na origem), de 12 do corrente, restituindo autógrafos do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 1998 (nº 4.711/98, na Casa de origem), que modifica dispositivo da Lei nº 9.491, de 9 de setembro de 1997, que "altera procedimentos relativos ao Programa Nacional de Desestatização, revoga a Lei nº 8.031, de 12 de abril de 1990, e dá outras providências", sancionado e transformado na Lei nº 9.700, de 12 de novembro de 1998.

AVISOS

DE MINISTROS DE ESTADO

Nº 809/98, de 10 do corrente, do Ministro de Estado da Fazenda, encaminhando cópia dos memorandos elaborados pela Secretaria de Acompanhamento Econômico e pela Secretaria da Receita Federal, referentes aos Requerimentos nºs 483 e 498, de 1998, ambos do Senador Ernandes Amorim, esclarecendo que a resposta quanto ao quesito nº 2 envolve informações protegidas pelo sigilo fiscal.

Nº 200/98, de 11 do corrente, do Ministro de Estado de Minas e Energia, encaminhando as informações referentes ao Requerimento nº 496, de 1998, do Senador Eduardo Suplicy.

As informações foram encaminhadas, em cópia, aos requerentes.

Os requerimentos vão ao Arquivo.

PARECERES

PARECER Nº 574, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais, e dá outras providências.

Relatora: Senadora **Marina Silva**

I – Relatório

Esta relatoria apresenta seu parecer à Comissão de Assuntos Sociais sobre o Projeto em análise, de nº 131/96, de autoria da eminente Senadora Benedita da Silva, para análise e deliberação, referente á "Língua Brasileira de Sinais".

O objetivo central da matéria é resgatar uma das grandes dívidas sociais residentes na sociedade brasileira, e que tem contribuído com a exclusão de um expressivo grupo social – as comunidades de indivíduos surdos. Neste sentido, a presente proposta procura definir a implementação de uma política de uso e reconhecimento de uma linguagem própria do referido grupo, como um dos meios de garantir a sua inserção integral na sociedade.

Para tanto, em seu art. 1º institui o reconhecimento da "Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados"; no art. 2º trata da obrigatoriedade do uso desta linguagem como meio de comunicação; do art. 3º consta a definição de espaços institucionais públicos onde deverá existir profissionais intérpretes da língua de sinais; o projeto nos artigos que se seguem trata, ainda, da preocupação em incluir no processo formativo e escolar o componente curricular relacionado com a inserção da proposta de oficialização do uso da "língua de sinais", bem como, da formação do magistério especializado que assegure um processo adequado de ensino-aprendizagem na área.

II – Voto

Sem dúvida, o projeto em exame está suprindo uma ausência há muito sentida dentro de um projeto de sociedade que zele pela eqüidade e justiça social, ou seja, oferta igual de oportunidades para que todos os brasileiros tenham condições de exercer plenamente sua cidadania.

Uma língua define-se como um sistema abstrato de regras gramaticais, além de constituir-se em um dos veículos mais expressivos da comunicação e da interação entre pessoas e grupos. No Brasil se desdobra em, aproximadamente, 18 formas de ser entendida e expressada, e, segundo o dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, tem como definição central, a constituição de um "...conjunto das palavras usadas por um povo, por uma nação, e o conjunto de regras da sua gramática", tendo, ainda, como sentido figurado, sua expressão repassada através da "...linguagem própria de uma pessoa ou de um grupo". A linguagem, no caso, se constitui, conforme a mesma fonte citada, "...o uso da palavra articulada ou escrita como meio de expressão e de comunicação entre pessoas".

Sem dúvida, como justifica a autora da matéria, esta linguagem se constitui em "...um instrumento intrínseco à transmissão e intercâmbio de idéias e de sentimentos" e, ainda, neste caso, "...naturais às comunidades de indivíduos surdos dos países que as utilizam. Como todas as línguas orais, não são universais, isto é, cada comunidade lingüística tem a sua própria".

Mais que a quantidade, o grande argumento que apóia esta propositura é a justa inserção deste grupo na sociedade, com iguais condições de sobrevivência e integração. No entanto, os números também expressam uma realidade, diante do que, entendemos pertinente ressaltar alguns dados estatísticos colocados na justificativa do projeto: "...a estimativa do número de surdos no Brasil é de dois milhões e meio de pessoas, o que representa 1,5% (um e meio por cento) da população em geral segundo dados fornecidos pela Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) e que se baseia nas estimativas da Organização Mundial de Saúde".

Um dos objetivos desta colocação é, também, enfatizar mais uma omissão de nossos sistemas oficiais, ou seja, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) quando não inclui entre seus indicadores do censo o grupo de pessoas portadoras de deficiência, mesmo constando esta exigência do artigo 17 da Lei nº 7.853/89. Assusta o dado fornecido pela justificativa do projeto, quando afirma que nos países desenvolvidos, a quantidade de surdos varia de 5 (cinco) a 10% (dez por cento) da população em geral, no Brasil, ainda se resume a 1,5% (um e meio por cento). Este dado divulgado em nosso País, conforme asseguram os movimentos organizados deste segmento, traduz uma ausência total de dados oficiais condizentes com a realidade.

Entendemos que não há dúvida quanto ao mérito e pertinência da proposta em discussão, considerando especialmente que "uma pessoa surda não equivale dizer que esta faça parte de uma comunidade e cultura surda". Argumentos e conceitos, no nosso entendimento, estão exaustivamente colocados na justificação que compõe a proposta, com os quais estamos inteiramente de acordo, o que nos leva a não repeti-los neste voto.

Diante do exposto, somos pela aprovação do projeto, apresentando uma emenda substitutiva que aponta para o aperfeiçoamento da matéria, resultante de discussões havidas com especialistas e integrantes dos segmentos organizados da área.

EMENDA Nº 1 – CAS
(SUBSTITUTIVO)

Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida como meio legal de comunicação e expressão a Linguagem Brasileira de Sinais – LIBRAS, e outros recursos de expressão a ela associados.

Parágrafo único. Entende-se como Linguagem Brasileira de Sinais a forma de comunicação e expressão, em que o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constituem um sistema lingüístico de trasmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Deverá ser garantido, por parte do Poder Público em geral e empresas concessionárias de serviços públicos, formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Linguagem Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva e de utilização corrente das comunidades surdas do Brasil.

Art. 3º As instituições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos de assistência à saúde devem garantir atendimento e tratamento adequado aos portadores de deficiência auditiva, de acordo com as normas legais em vigor.

Art. 4º Os sistemas educacionais federal, estadual, distrital e municipal devem garantir a inclusão nos cursos de formação de Educação Especial, de Fonoaudiologia e de Magistério, em seus níveis médio e superior, o ensino da Linguagem Brasileira de Sinais, como parte integrante do Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, conforme legislação vigente.

Parágrafo único. A Linguagem Brasileira de Sinais não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1998. – Ademir Andrade, Presidente – Marina Silva, Relatora – **Lúdio Coelho – Carlos Wilson – Osmar Dias – Jonas Pinheiro – João Rocha – Djalma Bessa – Arlindo Porto – Nabor Júnior – Emilia Fernandes – Casildo Maldaner – Leomar Quintanilha – Romeu Tuma – Ernandes Amorim – Carlos Bezerra.**

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

LISTA DE VOTAÇÃO NOMINAL /PLS Nº 236/96

TITULARES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO	SUPLENTES - PFL	SIM	NÃO	ABSTENÇÃO
ROMERO JUCÁ				GUILHERME PALMEIRA			
JONAS PINHEIRO	✓			EDISON LOBÃO			
JOSÉ ALVES				ELCIO ÁLVARES			
BELLO PARGA				VAGO			
JOEL DE HOLANDA				JOSÉ AGRIPINO			
LEONEL PAIVA				BERNARDO CABRAL			
JOSÉ BIANCO				ROMEU TUMA	✓		
DJALMA BESSA	✓			JOÃO ROCHA	✓		
ZANETE CARDINAL				VAGO			
TITULARES - PMDB	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PMDB**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
CARLOS BEZERRA	✓			JOSÉ FOGAÇA			
GILVAM BORGES				PEDRO SIMON			
JOÃO FRANÇA				JOSÉ SAAD			
CASILDO MALDANER	✓			JOSÉ SARNEY			
MAURO MIRANDA				DJALMA FALCÃO			
NABOR JÚNIOR	✓			VAGO			
MARLUCE PINTO				VAGO			
ÍRIS REZENDE				VAGO			
TITULARES - PSDB	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PSDB**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
LÚCIO ALCÂNTARA				ARTUR DA TÁVOLA			
OSMAR DIAS	✓			BENI VERAS			
LÚDIO COELHO	✓			SÉRGIO MACHADO			
CARLOS WILSON	✓			COUTINHO JORGE			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA				JEFFERSON PERES			
TITULARES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - BLOCO OPOSIÇÃO (PT/PDT/PSB/PPS)**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
BENEDITA DA SILVA-PT				EMILIA FERNANDES-PDT	✓		
MARINA SILVA-PT	✓			LAURO CAMPOS-PT			
ADEMIR ANDRADE-PSB				ABDIAS NASCIMENTO-PDT			
SEBASTIÃO ROCHA-PDT				ROBERTO FREIRE-PPS			
TITULARES - PPB	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES-PPB**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
ERNANDES AMORIM	✓			EPITÁCIO CAFETEIRA			
LEOMAR QUINTANILHA	✓			ESPIRIDIÃO AMIN			
TITULARES - PTB	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**	**SUPLENTES - PTB**	**SIM**	**NÃO**	**ABSTENÇÃO**
ODACIR SOARES				ARLINDO PORTO	✓		

TOTAL 25 SIM 25 NÃO — ABS —

SALA DAS REUNIÕES, EM 98/10/98

Presidente

Senador

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

OFÍCIO Nº 23/98 – CAS

Brasília, 4 de novembro de 1998

Senhor Presidente

Nos termos do parágrafo 2º, do artigo 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, que "Dispõe sobre a língua Brasileira de Sinais e dá outras providências", em reunião de 28 de outubro de 1998; que incluído em turno suplementar na reunião de 4 de novembro de 1998, foi definitivamente adotado sem Emendas.

Atenciosamente, Senador **Ademir Andrade**, Presidente.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

LEI Nº 7.853, DE 24 DE OUTUBRO DE 1989

Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesse coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências.

.....

Art. 17. Serão incluídas no censo demográfico de 1990, e nos subseqüentes, questões concernentes à problemática da pessoa portadora de deficiência, objetivando o conhecimento atualizado do número de pessoas portadoras de deficiência no País.

.....

DOCUMENTOS ANEXADOS NOS TERMOS DO ART. 250, PARÁGRAFO ÚNICO DO REGIMENTO INTERNO

REQUERIMENTO Nº 369, DE 1997

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 119 do Regimento Interno, requeiro a dispensa do parecer da Comissão de Educação sobre o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, de minha autoria, que dispõe sobre a língua brasileira de sinais e dá outras providências, cujo prazo para manifestação daquele órgão técnico já se encontra esgotado.

Sala das Sessões, 26 de maio de 1997. – Senadora **Benedita da Silva.**

REQUERIMENTO Nº 993, DE 1997

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no inciso I, do art. 172 do Regimento Interno do Senado Federal, requeiro a Vossa Excelência submeta à deliberação do Plenário o pedido de inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, que "Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências".

Justificação

O Projeto em apreço dispõe sobre o reconhecimento como meio legal de comunicação e expressão da Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados.

A proposição em causa, segundo consta dos sistemas de controle, se encontra na Comissão de Assuntos Sociais, tendo como Relatora a Senadora Marina Silva, desde 10 de junho de 1997, desde quando aguarda a expedição de parecer a respeito.

Sala das Sessões, 12 de novembro de 1997. – Senador **Pedro Simon.**

REQUERIMENTO Nº 346, DE 1998

Senhor Presidente,

Com fundamento no disposto no inciso I, do art. 172 do Regimento Interno do Senado Federal, reitero a Vossa Excelência o Requerimento nº 993, de 1997, no sentido de que submeta à deliberação do Plenário o pedido de inclusão, em Ordem do Dia, do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, que "Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências".

Justificação

O projeto em apreço dispõe sobre o reconhecimento, como meio legal de comunicação e expressão, a Língua Brasileira de Sinais e outros recursos de expressão a ela associados.

A proposição em causa, segundo consta dos sistemas de controle, se encontra na Comissão de Assuntos Sociais, tendo como Relatora a Senador Marina Silva, desde 10 de junho de 1997, aguardando a expedição de parecer a respeito.

Sala das Sessões, 28 de abril de 1998. – Senador **Pedro Simon.**

OF.SF/1283/97

Em 19 de novembro de 1997

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi apresentado o Requerimento nº 993, de 1997 (fls. 53), através do qual o Senador Pedro Simon solicita, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais dá outras providências.

Tendo em vista ainda não ter havido manifestação da relatora designada por Vossa Excelência, Senadora Marina Silva, encareço seja a matéria submetida à análise dessa Comissão, a fim

de ser posteriormente apreciada pelo Plenário devidamente instruída com seu parecer.

Atenciosamente, Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

OF. SF/469/98

Em 25 de maio de 1998

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que foi apresentado o Requerimento nº 346, de 1998 (fls. 60), que reitera os termos do Requerimento nº 993, de 1997 (fls. 53), através dos quais o Senador Pedro Simon solicita, nos termos do art. 172, I, do Regimento Interno, a inclusão em Ordem do Dia do Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, de autoria da Senadora Benedita da Silva, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências. Requerimento no mesmo sentido foi apresentado em 18 de novembro último (fls. 53), quando a matéria foi encaminhada a essa Comissão para manifestação (fls. 54).

Não obstante o que dispõe o parágrafo único do art. 255, tendo em vista que a proposição já está instruída, com relatório encaminhado por sua relatora para inclusão na pauta dessa Comissão (fls. 55-59), encareço a V. Exª submeter o referido relatório a esse órgão técnico, a fim de ser posteriormente apreciado em Plenário devidamente instruído com seu parecer.

Atenciosamente, – Senador **Antonio Carlos Magalhães**, Presidente.

RELATÓRIO

Relator: Senador **Lauro Campos**

I – Relatório

Vem a esta Comissão, para análise e deliberação, o Projeto de Lei do Senado nº 131/96, de autoria da eminente Senadora Benedita da Silva, que reconhece como um meio de expressão a Lingua Brasileira de Sinais, também chamada pela sigla LIBRAS.

O art. 1º reconhece como meio legal de expressão e comunicação a Língua Brasileira de Sinais e "outros recursos de expressão a ela associados".

A definição da Libras encontra-se no Parágrafo único e a compreende como "meio de comunicação de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriunda de comunidades de pessoas surdas do Brasil". E acrescenta: "é a forma de expressão de surdo e sua lingua natural".

O art. 2º determina que a Libras deverá ser utilizada "obrigatoriamente, como meio de comunicação objetiva e de uso corrente das comunidades surdas do Brasil".

Em seu art. 3º, o projeto em tela estabelece que "a administração pública, direta e indireta, assegurará o atendimento aos surdos, na Língua Brasileira de Sinais, em repartições públicas federal, estadual e municipal, bem como em estabelecimentos bancários, jurídicos e hospitalares, pelos profissionais intérpretes da língua de sinais".

Já o art. 4º dispõe que a Libras "Será incluída nos currículos de formação das áreas de educação especial, fonoaudiologia e magistério, como disciplina optativa para o aluno e obrigatória para a instituição educativa".

O parágrafo 1º define os cursos de Educação Especial, o parágrafo 2º, os cursos de magistério e o parágrafo 3º, o que são cursos especiais ou integrados, para surdos, no sistema de ensino brasileiro.

O art. 5º, equivocadamente numerado como 4º, diz que "essa lei entra em vigor na data de sua publicação". E o art. 6º – numerado como 5º – trata do caráter revogatório da futura lei.

Em sua justificação, a ilustre Senadora destaca o poder de ensino da língua, bem como suas características semânticas e linguísticas, e enfatiza que à lingua portuguesa do Brasil acrescentam-se outras línguas das diferentes nações indígenas, da mesma forma que a linguagem de sinais é usada não só pelos surdos, mas pela tribo Urubu Kaapor, que tem um sistema próprio de comunicação visual ou manual.

Destaca, ainda, a Senadora Benedita da Silva, que não temos estatísticas de caráter nacional, nem mesmo regional, que nos indiquem um número aproximado dos reais percentuais da população deficiente, em geral, e dos surdos, em particular, Tem-se estimativas baseadas em dados mundiais divulgados pela Organização das Nações Unidas.

No entanto, sabe-se, por exemplo, que 95% das crianças surdas nascem em famílias de pais ouvintes, mas apesar da importância da aprendizagem da linguagem de sinais muitas dessas famílias não a adquirem, de vez que freqüentemente não procuraram nenhuma instituição voltada para os deficientes auditivos, e, mesmo deliberadamente, escusam-se de utilizar esta forma de comunicação.

Esclarece a Senadora que está superada a expressão "surdo-mudo", na medida em que, hoje, sabe-se que o indivíduo não falante, não adquire naturalmente a expressão verbal, ou deixa de utilizar seu aparelho fonador ou, pelo menos, o faz tardiamente porque é incapaz de ouvir, mas não de falar.

O objetivo desta proposta é, além do reconhecimento da linguagem própria da comunidade de surdos do País, a definição de uma política educacional compatível com as necessidades dessas pessoas, para que haja uma real possibilidade de inte-

gração social dos surdos. Tal finalidade é respaldada na citação de alguns dispositivos constitucionais referentes às pessoas portadoras de deficiência.

Conclui a Senadora solicitando seja parte integrante da proposição o "Parecer sobre a Língua de Sinais usada nos Centros Urbanos do Brasil", por constituir-se importante subsídio para a compreensão da Libras.

É o Relatório.

II – Voto

Em que pese o grande mérito do projeto, por sua preocupação em minorar as dificuldades de inserção social enfrentadas diariamente pelos portadores de deficiências fonoauditivas, algumas alterações se fazem necessárias com vistas ao seu aprimoramento.

Quanto ao artigo 1º, acreditamos que a expressão "legal", torna-se desnecessária, uma vez que estamos elaborando uma lei para que seja oficialmente reconhecida a Linguagem Brasileira de Sinais.

O art. 2º também nos parece inócuo, pois, se o projeto de lei em tela for aprovado e sancionado, transformar-se-á em norma jurídica, cabendo a todos os cidadãos não fazer outra coisa se não cumpri-la.

Quanto ao art. 3º, embora seja uma competência legislativa concorrente ou complementar da União, Estados e Municípios, no nosso entendimento uma norma jurídica federal deve evitar tratar de maneira ambígua e/ou genérica o alcance a que se pretende – tal como ocorre na referida proposição quando dispõe "que a administração pública, direta e indireta assegurará o atendimento aos surdos, na Língua Brasileira de Sinais, em repartições públicas federal, estadual e municipal, bem como em estabelecimentos bancários, jurídicos e hospitalares" – lastreando-se no ânimo de pôr fim às dificuldades de um grupo social específico, desconsiderando, no entanto, as contingências da realidade socioeconômica e cultural brasileira.

Caberia ressaltar que se encontra em tramitação o PLS nº 297/91, de autoria do eminente Senador Francisco Rollemberg, em fase final de deliberação, garantindo atendimento especial a pessoas portadoras de deficiência em repartições e instituições, bem como nos meios de transporte público, o que demonstra a oportunidade da proposição da eminente Senadora Benedita da Silva.

Por todo o exposto, somos pela aprovação do PLS nº 131/96, nos termos do substitutivo que se segue:

SUBSTITUTIVO

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 131, DE 1996

"Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais e dá outras providências".

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica reconhecida como meio de comunicação e expressão a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS.

Parágrafo único. Entende-se como Língua Brasileira de sinais o sistema lingüístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, oriundo de comunidades de pessoas surdas do Brasil.

Art. 2º Os órgãos públicos, as empresas concessionárias de serviços públicos e as instituições públicas e privadas de assistência à saúde devem garantir atendimento aos surdos na Língua Brasileira e Sinais através de intérpretes.

Art. 3º As instituições públicas de ensino devem garantir aos alunos surdos a utilização da Língua Brasileira de Sinais no processo de ensino-aprendizagem.

Parágrafo único. A Língua Brasileira de Sinais não poderá substituir a modalidade escrita da língua portuguesa.

Art. 4º Será incluída nos currículos dos cursos de formação das áreas de educação especial, fonoaudiologia e magistério a Língua Brasileira de Sinais como disciplina optativa para o aluno e obrigatória para a instituição educativa.

Art. 5º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, . – **Lauro Campos**, Presidente.

PARECER Nº 575, DE 1998

Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1997 nº 929/95, na Casa de origem), que "Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal".

Relator: Senador **Josaphat Marinho.**

Relatório

1. Com fundamento no art. 65 da Constituição Federal, encaminhou-se a esta Comissão, para revisão, o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1997 (Projeto de Lei nº 929, de 1995, na Casa de origem), que "Altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal".

2. Na Câmara dos Deputados foi apresentada emenda substitutiva pelo Deputado Inocêncio Oliveira. Designado relator o Deputado Sandro Mabel, para proferir parecer, no Plenário, em substituição à CTASP, concluiu pela aprovação.

3. Designado relator o Deputado Ibrahim Abi-Ackel, para proferir parecer em substituição à CCJR, também concluiu pela constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa da Emenda Substitutiva de Plenário, e no mérito, por sua aprovação e prejudicialidade das demais proposições.

É o relatório.

Parecer

4. Dada a existência, em alguns Estados, de práticas trabalhistas coercitivas, e tendo em vista que a mera fiscalização do trabalho pelos órgãos competentes não tem sido suficiente para desestimular a propagação dessas condutas contra os trabalhadores – como observa a Exposição de Motivos nº 407/MC, de 4 de setembro de 1997, o Ministro do Estado da Justiça –, "restou evidente ser imprescindível a adoção de medidas hábeis à sua repressão".

5. Por se tratar de práticas que ferem as normas de direito social, afrontando a liberdade de contratar, a proposta introduz § 1º ao art. 203 do Código Penal, com o intuito de melhor tutelar a organização do trabalho. Acrescenta § 2º ao mesmo artigo, estabelecendo causa de aumento de pena, quando a vítima é menor de dezoito anos. A redação final dos referidos parágrafos está assim redigida:

"Art. 203. .....

Pena – detenção de um ano a dois anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Na mesma pena incorre quem:

I – obriga ou coage alguém a usar mercadorias de determinado estabelecimento, para impossibilitar o desligamento do serviço em virtude de dívida;

II – impede alguém de se desligar de serviços de qualquer natureza, mediante coação ou por meio da retenção de seus documentos pessoais ou contratuais.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idoso, gestante, indígena ou portador de deficiência física ou mental."

6. Com relação ao crime de perigo para a vida ou saúde de outrem, inscrito no art. 132 do Código Penal, no sentido de proteção à incolumidade da pessoa, visou-se maior eficácia na punição, em virtude do alto índice de acidentes de trabalho sofridos pelos operários em função da ausência de medidas efetivas de prevenção, por parte dos empregadores.

O parágrafo único acrescentado ao referido artigo tem a seguinte redação:

"Art. 132. .....

Parágrafo único. A pena é aumentada de um sexto a um terço se a exposição da vida ou da saúde de outrem a perigo decorre do transporte de pessoas para a prestação de serviços em estabelecimentos de qualquer natureza, em desacordo com as normas legais."

7. O projeto faz alterações com relação à punição da conduta descrita no art. 207 do Código Penal, relativa ao aliciamento de trabalhadores de um local para outro do território nacional, cominando pena mais severa e agravando-a quando a vítima é menor de dezoito anos. O dispositivo, alterado, está assim redigido:

"Art. 207. Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional.

Pena – detenção de um a três anos, e multa.

§ 1º Incorre na mesma pena quem recrutar trabalhadores fora da localidade de execução do trabalho, dentro do território nacional, mediante fraude ou cobrança de qualquer quantia do trabalhador, ou, ainda, não assegurar condições do seu retorno ao local de origem.

§ 2º A pena é aumentada de um sexto a um terço se a vítima é menor de dezoito anos, idoso, gestante, indígena ou portador de deficiência física ou mental."

Voto

8. Em virtude do exposto, somos pela constitucionalidade, legalidade e juridicidade do presente projeto, e, quanto ao mérito, por sua aprovação, conforme remetido pela Câmara Federal.

É o parecer.

Sala das Comissões, 28 de outubro de 1998. – **Bernardo Cabral**, Presidente – **Josaphat Marinho**, Relator – **Ney Suassuna – Antonio C. Valadares – Pedro Simon – Romeu Tuma – Djalma Bessa – Jefferson Peres – Edison Lobão – José Eduardo Dutra – Leonel Paiva – Ramez Tebet**.

LEGISLAÇÃO CITADA, ANEXADA PELA SECRETARIA GERAL DA MESA

Código Penal

DECRETO-LEI Nº 2.848
DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940(*)

Código Penal

.....

Art. 132. Expor a vida ou a saúde de outrem a perigo direto e iminente:

Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, se o fato não constitui crime mais grave.

Abandono de incapaz

.....

Art. 203. Frustrar, mediante fraude ou violência, direito assegurado pela legislação do trabalho.

Pena – detenção, de 1 (um) mês a 1 (um) ano, além da pena correspondente à violência.

* Vide Súmula 115 do TFR.

Frustração de lei sobre a nacionalização do trabalho

.....

Art. 207. Aliciar trabalhadores, com o fim de levá-los de uma para outra localidade do território nacional:

Pena – detenção, de 2 (dois) meses a 1 (um) ano, e multa.

TÍTULO V

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso e Contra o Respeito aos Mortos

CAPÍTULO I

Dos Crimes Contra o Sentimento Religioso

* Vide art. 5º, VI, VII e VIII, da Constituição Federal de 1998.

Ultraje a culto e impedimento ou pertubação de ato a ele relativo

.....

PARECER Nº 576, DE 1998

Da Comissão de Assuntos Sociais, sobre os Projetos de Lei da Câmara nº 25, de 1993 (nº 3.343/89, na Casa origem) que "Dispõe sobre o acréscimo de inciso VII ao art. 131 da Consolidação das Leis do Trabalho"; nº 38, de 1993 (nº 3.468/89, na Casa de origem), que "altera a redução do caput do art. 134 da Consolidação das Leis do Trabalho, para determinar que o empregador deverá conceder férias ao empregado nos seis meses subseqüentes à data de aquisição do direito às mesmas", nº 118, de 1993 (nº 666/91, na Casa origem), que "acrescenta parágrafo ao artigo 130 da Consolidação das Leis do Trabalho, permitindo que o período de férias seja desdobrado em dois, com espaço de seis meses entre um e outro", e nº 9, de 1995 (nº 367/91, na Casa origem), que "altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho, referentes à remuneração de períodos incompletos de férias". (Tramitando em conjunto nos termos do Requerimento nº 67, de 1998).

Relator: Senador **Odacir Soares**

I – Relatório

Esta Comissão recebe, para análise, quatro proposições que tramitam em conjunto e objetivam modificar os arts. 130, 131, 134, 146 e 147 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. A Tramitação conjunta decorre da aprovação, em 16 de abril de 1998, do Requerimento nº 67, de 1998, de autoria do Senador Ademir Andrade.

O Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993, da Deputada Rita Camata, determina que não sejam considerados como falta, para a fixação do número de dias de férias previsto no art. 130 da CLT, os dias em que o empregado faltar ao trabalho autorizado por normas especiais ou legais, sempre que essas faltas não forem descontadas da remuneração ou do salário. Segundo a autora, "as faltas jusfificadas, e, por conseguinte, autorizadas por lei, como as verificadas por motivo de doença, de comparecimento à justiça como testemunha ou como jurado, por convocação do serviço eleitoral e outras, não deveriam ser igualadas às faltas injustificadas, e assim consideradas para a determinação das férias".

Por sua vez, o Projeto de Lei da Câmara nº 38, de 1993, do Deputado Paulo Paim, determina que as férias sejam concedidas aos empregados, em um só período, nos seis meses subseqüentes à data da aquisição do direito a elas. O autor afirma que o prazo de doze meses para a concessão das férias é dilatado demais: "A lei, além de determinar que a concessão de férias será participada ao empregado com antecedência mínima de dez dias e que esta época será a que melhor consultar os interesses do empregador, ainda proporciona a este o dilatadísimo prazo de 12 meses, após a aquisição do direito às férias para fixar a data de sua concessão ao empregado".

Na seqüência, o Projeto de Lei da Câmara nº 118, de 1993, do Deputado Inocêncio Oliveira, pretende permitir que o período de férias seja desdobrado em dois, com espaço de seis meses entre um e outro. A divisão do período de férias, para o autor, flexibiliza o instituto e permite que o trabalhador possa melhor compatibilizar o gozo de férias com a sua situação financeira e a programação familiar.

Finalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995, do Deputado Geraldo Alckimin Filho, altera a norma trabalhista que regula o pagamento, na cessão dos contratos de trabalho, dos períodos incompletos de férias. O autor entende que o pagamento das férias proporcionais somente para os demitidos que contem com 12 meses de trabalho é discriminatório e desprovido de fundamento razoáel. Assim, ele propõe tratamento igual para aqueles que pedirem demissão antes de completado o período referido.

É o relatório.

II – Análise

A matéria tratada nos projetos de lei em apreciação pertence ao ramo do Direito do Trabalho. A iniciativa nesse caso é a comum, prevista no art. 61 da Constituição Federal. A competência é da União, nos termos do **caput** do art. 48 da Carta. Observados esses pressupostos, os projetos em análise estão em conformidade com a normatização constitucional vigente.

As normas, destinadas a alterar artigos da Consolidação das Leis do Trabalho, não conflitam com princípios gerais adotados pelo nosso ordenamento jurídico, com princípios específicos da legislação trabalhista, com outras normas de hierarquia superior ou com ditames do Regimento Interno desta Casa. Entretanto, ancorados em razões de mérito, firmamos entendimento pela adoção parcial dos dispositivos cosntantes dos projetos, na forma de substitutivo. Esclareceremos as razões que orientaram essa conclusão.

Com relação ao Projeto de Lei da Câmara nº 25, de 1993, optamos pela sua aprovação. Na realidade, trata-se de compatibilizar o direito de remuneração com o direito de não ter descontado o mesmo período no momento da definição do número de dias de férias. Ora, se a lei prevê que algumas faltas, em face de certas razões, não devem ser descontadas da remuneração, nada mais razoável supor injustificado qualquer desconto dos mesmos dias no cálculo da duração das férias. A redação do projeto, entretanto, peca ao usar o termo "autoriza", quando o certo é "autorizada", isto é, "ausências autorizadas por normas especiais".

A segunda alteração, referente ao período de concessão das férias, que constitui a matéria do PLC nº 38, de 1993, também se nos afigura justa do ponto de vista do mérito. Conforme afirma o autor, o dilatado prazo de doze meses, após o período aquisitivo de um ano, acaba por permitir que o empregado fique quase dois anos sem férias. Não é razoável exigir tanto dos empregados, principalmente pela estresante jornada desenvolvida em algumas atividades, pela repetitividade adotada no modo de produção industrial em série e pelo ritmo acelerado imprimido, em geral, na vida moderna.

Já o terceiro projeto, em nosso entendimento, embora permita um desdobramento das férias, acaba por criar uma nova rigidez ao exigir um espaço de 6 (seis) meses entre os períodos. Melhor, em nossa visão, é remeter a questão para um acordo entre as partes, flexibilizando ainda mais a concessão de férias. Não faz sentido exigir que o período de férias seja necessariamente de trinta dias ininterruptos. Usufruí-los dessa forma deve ser um direito do empregado, mas, caso ele não queira fazê-lo, devemos permitir que as férias, por período superior a vinte dias, sejam desdobradas em duas ou até três vezes, mediante entendimento entre o empregado e o empregador. Essa flexibilidade maior interessa ao empregador e ao empregado. Ao primeiro porque pode compatibilizar as concessões com os períodos de produção e ao segundo porque pode adaptar o período de férias às suas exigências físicas, econômicas e familiares. Na mesma situação, em nosso entendimento, estão os empregados menores de dezoito e os maiores de cinqüenta anos (§ 2ºdo art. 134 da CLT).

Finalmente, o Projeto de Lei da Câmara nº 9, de 1995, merece ter o seu conteúdo aproveitado por duas razões. Em primeiro lugar, os contratos de trabalho são cada vez mais fragmentados no tempo, até pelas condições modernas de produção. Com isso, são cada vez menos os beneficiados pela proporcionalidade das férias. A bem da verdade, a regra atual beneficia os empregadores que contratam por prazos curtos. Estendendo o direito de "férias proporcionais" a todos os empregados não demitidos por justa causa, oferecemos aos contratos de trabalho de menor duração e maior precariedade isonomia de tratamento em relação aos contratos mais prolongados no tempo, ou seja, mais estáveis.

Em suma, em nosso substitutivo estamos: permitindo o desdobramento das férias em até três partes, mediante acordo escrito, sempre que essas férias forem de mais de vinte dias (art. 130 e **caput** e

§ 1º do art. 134 da CLT); vedando o desconto, no cálculo da duração das férias, dos dias de falta autorizada por normas especiais ou legais, sempre que esses dias sejam remunerados (acréscimo do inciso VI-A ao art. 131); permitindo o desdobramento das férias dos menores de dezoito anos e maiores de cinqüenta (§ 2º do art. 134 da CLT), também mediante acordo; e estendendo o direito às férias proporcionais a todos os empregados não demitidos por justa causa, com qualquer tempo de serviço (alteração no texto do art. 147 e revogação do parágrafo único do art. 146 da CLT).

III – Voto do Relator

Em face do exposto, optamos pela apresentação do seguinte substitutivo ao PLC nº 25, de 1993, e pela prejudicialidade dos Projetos de Lei da Câmara nºs 38/93, 118/93 e 9/95, que foram acolhidos parcialmente no substitutivo abaixo:

Nº 1-CAS
(SUBSTITUTIVO)

Altera os arts. 130, 131, 134 e 147 e revoga o parágrafo único do art. 146 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT – aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, dispondo sobre a concessão de férias, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Os arts. 130, 131, 134 e 147 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1943, passam, a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 130. .....

.....

§ 2º- A – O período de férias, superior a 20 (vinte) dias. poderá ser desdobrado em até três partes, mediante acordo escrito, individual ou coletivo."

"Art. 131 .....

.....

VI-A – autorizada por norma legal que conceda ao empregado o direito de não sofrer qualquer desconto em sua remuneração ou salário, em decorrência da mesma ausência."

"Art. 134. Inexistindo acordo escrito, individual ou coletivo, que regule a matéria de forma diversa, as férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, no seis meses subsequentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito. (NR)

§ 1º Por decisão unilateral do empregador, somente em casos excepecionais as férias poderão ser concedidas em 2 (dois) peíodos,um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos. (NR)

§ 2º Aos menores de 18(dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinquenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez, ressalvado o disposto em acordo escrito, individual ou coletivo." (NR)

"Art. 147. Na cessação do contrato de trabalho, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito, na forma do art. 130, à remuneração relativa ao período incompleto de férias, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias." (NR)

Art. 2º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se o parágrafo único do art. 146 da Consolidação das Leis do Trabalho.

Sala da Comissão, 4 de novembro de 1998. – **Ademir Andrade**, Presidente – **Odacir Soares**, Relator – **Lúdio Coelho – Marina Silva – Mauro Miranda – Nabor Júnior – Romeu Tuma – Bello Parga – Emília Fernandes – Marluce Pinto – Casildo Maldaner – Osmar Dias – Carlos Bezerra – Jonas Pinheiro – Jefferson Peres – Djalma Bessa.**

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA

CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

DECRETO-LEI Nº 5.452, DE 1º DE MAIO DE 1943

.....

Art. 130. Após cada período de 12 (doze) meses de vigência do contrato de trabalho, o empregado terá direito a férias, na seguinte proporção:

I – 30 (trinta) dias corridos, quando não houver faltado ao serviço mais de 5 (cinco) vezes;

II – 24 (vinte e quatro) dias corridos, quando houver tido de 6 (seis) a 14 (quatorze) faltas;

III – 18 (dezoito)dias corridos, quando houver tido de 15 (quinze) a 23 (vinte e três) faltas;

IV – 12 (doze) dias corridos, quando houver tido de 24 (vinte e quatro) a 32 (trinta e duas) faltas.

§ 1º É vedado descontar do período de férias, as faltas do empregado ao serviço

§ 2º O período das férias será computado para todos os efeitos, como tempo de serviço.

Art. 131. Não será considerada falta ao serviço, para os efeitos do artigo anterior, a ausência do empregador:

I – os casos referidos no art. 473;

II – durante o licenciamento compulsório da empregada por motivo de maternidade ou aborto, observados os requisitos para percepção do salário-maternidade custeado pela Previdência Social;

III – por motivo de acidente do trabalho ou enfermidade atestada pelo Instituto Nacional do Seguro Social – INSS excetuada a hipótese do inc. IV do art. 133;

IV – justificada pela empresa, entendendo-se como tal a que não tiver determinado o desconto do correspondente salário;

V – durante a suspensão preventiva para responder a inquérito administrativo ou de prisão preventiva, quando for impronunciado ou absolvido; e

VI – nos dias em que não tenha havido serviço, salvo na hipótese do inc. III do art. 133.

.....

Art. 134. As férias serão concedidas por ato do empregador, em um só período, nos 12 (doze) meses subseqüentes à data em que o empregado tiver adquirido o direito.

§ 1º Somente em casos excepcionais serão as férias concedidas em 2 (dois) períodos, um dos quais não poderá ser inferior a 10 (dez) dias corridos.

§ 2º Aos menores de 18 (dezoito) anos e aos maiores de 50 (cinqüenta) anos de idade, as férias serão sempre concedidas de uma só vez.

.....

Art. 146. Na cessação do contrato de trabalho, qualquer que seja a sua causa, será devida ao empregado a remuneração simples ou em dobro, conforme o caso, correspondente ao período de férias cujo direito tenha adquirido.

Parágrafo único. Na cessação do contrato de trabalho, após 12 (doze) meses de serviço, o empregado, desde que não haja sido demitido por justa causa, terá direito à remuneração relativa oa período incompleto de férias de acordo com o art. 130, na proporção de 1/12 (um doze avos) por mês de serviço ou fração superior a 14 (quatorze) dias.

Art. 147. O empregado que for despedido sem justa causa, ou cujo contrato de trabalho se extingüir em prazo predeterminado, antes de completar 12 (doze) meses de serviço, terá direito à remuneração relativa ao período incompleto de férias, de conformidade com o disposto no artigo anterior.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que o Projeto de Lei da Câmara nº 76, de 1997 (nº 929/95, na Casa de origem), que altera os arts. 132, 203 e 207 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal -, cujo parecer foi lido anteriormente, ficará perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolucão nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – A Presidência comunica ao Plenário que os Projetos de Lei da Câmara nºs 25, 38 e 118, de 1993: e 9, de 1995, que tramitam em conjunto, e cujo parecer foi lido anteriormente, ficarão perante a Mesa durante cinco dias úteis, a fim de receber emendas, nos termos do art. 235, II, "d", do Regimento Interno, combinado com o art. 4º da Resolução nº 37, de 1995, do Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Sobre a mesa, projeto de lei do Senado que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Carlos Patrocínio.

É lido o seguinte:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 178, DE 1998

Cria o Fundo Nacional para a Preservação e Conservação de Mananciais de Abastecimento de Água (FUNDÁGUA), e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Fica instituído o Fundo Nacional para a Preservação e Conservação de Mananciais de Abastecimento de Água (FUNDÁGUA) com o objetivo de desenvolver os projetos que visem à preservação e conservação de mananciais de abastecimento de água para os municípios com até cinqüenta mil habitantes.

Parágrafo único. Para os fins da presente lei, serão utilizados os dados produzidos pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Art. 2º Constituirão recursos do Fundo Nacional para a Preservação e Conservação de Mananciais de Abastecimento de Água (FUNDÁGUA):

I – dotações orçamentárias da União;

II – parcela de dez por cento da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989;

III – recursos resultantes de doações por pessoas físicas e jurídicas;

IV – rendimentos de qualquer natureza, que venham a auferir como remuneração decorrente de aplicações de seu patrimônio;

V – outros, definidos em lei.

Art. 3º O art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º.....

I – 40% (quarenta por cento) aos Estados;

II – 40% (quarenta por cento) aos Municípios;

III – 4,4% (quatro inteiros e quatro décimos por cento) à Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal (MMA);

IV – 3,6% (três inteiros e seis décimos por cento) ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE), do Ministério de Minas e Energia;

V – 2% (dois por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia;

VI – 10% (dez por cento) ao Fundo Nacional para a Preservação e Conservação de Mananciais de Abastecimento de Água (FUNDÁGUA).

Parágrafo único. Os novos percentuais definidos no **caput** deste artigo entrarão em vigor no prazo de cento e oitenta dias contado a partir da data de publicação desta lei."

Art. 4º Os recursos do Fundo Nacional para a Preservação e Conservação de Mananciais de Abastecimento de Água (FUNDÁGUA) serão aplicados pelos órgãos públicos detentores das concessões dos serviços públicos de abastecimento de água e de coleta, tratamento e disposição final de esgotos sanitários.

Art. 5º Esta lei será regulamentada no prazo de noventa dias contado a partir da data de sua publicação.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Justificação

Em período recente vem se consolidando, no Brasil, a noção de saneamento ambiental como um conceito abrangente, que pressupõe atividades relacionadas a abastecimento público de água potável, coleta e tratamento de esgotos, coleta e disposição final de resíduos sólidos, drenagem urbana e controle de vetores e reservatórios de água.

A prática, porém, tem se revelado bem diferente da visão exposta acima. Tanto nas companhias estaduais, como nos serviços municipais de saneamento, essas atividades têm se restringindo, com raras exceções ao que se convencionou chamar de saneamento básico, ou seja, abastecimento de água e coleta e tratamento de esgotos.

A questão da preservação e conservação dos mananciais continua tendo um tratamento marginal, somente entrando na pauta do processo decisório em situações extremas, envolvendo intervenções dispendiosas e de resultado duvidoso. Não há consciência quanto à importância da preservação e conservação de mananciais, tanto na esfera política quanto ao nível da população. Nota-se que, mesmo no meio técnico especializado, é ínfima a produção de trabalhos científicos, abordando, na maioria das vezes, questões muito específicas.

Atualmente, desenvolvem-se, no País, somente ações pontuais, a saber: **(a)** ainda em fase de consultoria, o trabalho "Elaboração do Plano Diretor de Saneamento Ambiental das Unidades de Negócio da Sabesp", no Estado de São Paulo; **(b)** o "Programa Interdisciplinar de Pesquisa em Conservação de Mananciais", da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR); **(c)** o "Programa Pró-Mananciais", do Governo do Espírito Santo; **(d)** o "Programa de Preservação e Conservação de Mananciais", do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal – MMA, ainda em fase de estudos e sem recursos financeiros.

Desde os tempos de Brasil-Colônia, passando pelas primeiras ações do Estado no século XVIII, com a implantação de aquedutos e chafarizes, até a fase do Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), nos anos setenta e oitenta, e as ações atuais do MMA e do Ministério do Planejamento e Orçamento, nunca dispusemos de uma ação efetiva de preservação e conservação de mananciais, principalmente de uma linha de financiamento específica.

Levantamento recente (fevereiro de 1998) realizado pelo MMA, em dez estados, comprovou o grave estado dos mananciais de abastecimento de água. A Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, ainda é praticamente desconhecida nas cidades de pequeno e médio porte; e, até que os efeitos dela sejam sentidos, corre-se o grave risco de exposição dos mananciais de abastecimento à exaustão, sob os aspectos ambiental e sanitário.

Faz-se urgente fortalecer e redirecionar a ação dos órgãos estaduais e municipais de planejamento e gestão ambiental, com vistas a conceder prioridade à questão da preservação e conservação de mananciais, sob a forma de medidas efetivas.

A presente proposta visa alcançar a imensa maioria dos municípios brasileiros (92%), que abrigam quarenta por cento da população do País e que não têm acesso a recursos para investimento na preservação e conservação de mananciais, conforme evidenciado no 1º Diagnóstico Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento, realizado em 1995, pela Associação Nacional dos Serviços Municipais de Saneamento (ASSEMAE).

Número de municípios segundo a esfera administrativa da gestão do abastecimento de água por faixa populacional urbana no Brasil.

Faixa populacional Urbana	Esfera administrativa da gestão do abastecimento de água								Total	%
	Municipal	%	F.N.S.	%	Estadual	%	I.N.D.[1]	%		
Até 5 mil	309	14.47	67	3.14	1.453	68.02	307	14.37	2.136	100.00
Mais de 5 mil até 20 mil	195	12.17	128	7.99	1.214	75.78	65	4.06	1.602	100.00
Mais de 20 mil até 50 mil	71	16.25	57	13.04	301	68.88	8	1.83	437	100.00
Mais de 50 mil até 100 mil	37	23.27	3	2.26	96	72.18	0	0.00	133	100.00
Mais de 100 mil até 500 mil	34	25.56	3	2.26	96	72.18	0	0.00	24	100.00
Mais de 500 mil	6	25.00	0	0.00	18	75.00	0	0.00	24	100.00
Total	652	14.52	267	5.95	3.191	71.05	381	8.48	4.491	100.00

[1] I.N.D. – informação não disponível.
Fonte: ASSEMAE (1995), IBGE (1991).

Da compensação financeira devida pelo setor elétrico aos estados e municípios, que não têm uma aplicação previamente definida, o presente projeto transfere uma parcela de dez por cento para o gerenciamento de recursos hídricos. Essa transferência representa, em valores atuais, um volume anual de recursos correspondentes a R$44 milhões, que atende a um total estimado de 208 municípios.

Em face do evidente mérito do projeto, contamos com o apoio dos nobres Senadores para aprovação do mesmo.

Sala das Sessões, 16 de novembro de 1998. – Senador **Bernardo Cabral.**

LEGISLAÇÃO CITADA

LEI Nº 7.990, DE 28 DE DEZEMBRO DE 1989

Institui, para os Estados, o Distrito Federal e Municípios, compensação financeira pelo resultado da exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia elétrica, de recursos minerais e seus respectivos territórios, plataforma continental, mar territorial ou zona econômica exclusiva, e dá outras providências.

.....

LEI Nº 8.001, DE 13 DE MARÇO DE 1990

Define os percentuais da distribuição da compensação financeira de que trata a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, e dá outras providências.

O Presidente da República, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º A distribuição mensal da compensação financeira de que trata o art. 2º da Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989, será feita da seguinte forma:

I – 45% (quarenta e cinco por cento) aos Estados;

II – 45% (quarenta e cinco por cento) aos Municípios;

III – 8% (oito por cento) ao Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica (DNAEE); e

IV – 2% (dois por cento) ao Ministério da Ciência e Tecnologia.

§ 1º Na distribuição da compensação financeira, o Distrito Federal receberá o montante correspondente às parcelas de Estado e de Município.

§ 2º Nas usinas hidrelétricas beneficiadas por reservatórios de montante, o acréscimo de energia por eles propiciado será considerado como geração associada a estes reservatórios regularizadores, competindo ao DNAEE efetuar a avaliação correspondente para determinar a proporção da compensação financeira devida aos Estados, Distrito Federal e Municípios afetados por esses reservatórios.

§ 3º A Usina de Itaipu distribuirá, mensalmente, respeitados os percentuais definidos no **caput** deste artigo, sem prejuízo das parcelas devidas ao DNAEE e ao Ministério da Ciência a Tecnologia, ao Estado do Paraná e aos Municípios por ela diretamente afetados, 85% (oitenta e cinco por cento) dos **royalties** devidos por Itaipu Binacional ao Brasil, previstos ao Anexo C, item III do Tratado de Itaipu, assinado em 26 de março de 1973, entre da República do Brasil e a República do Paraguai, bem como nos documentos interpretativos subseqüentes, e 15% (quinze por cento) aos Estados e Municípios afetados por reservatórios a montante da Usina de Itaipu, que contribuem para o incremento de energia nela produzida.

§ 4º A conta destina ao Departamento Nacional de Água e Energia Elétrica (DNAEE) será empregada:

a) 40% (quarenta por cento) na operação e na expansão da rede hidrometeorológica nacional, no estudo de recursos hídricos e na fiscalização dos serviços de eletricidade do País;

b) 35% (trinta e cinco por cento) na instituição, gerenciamento e suporte do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos;

c) 25% (vinte e cinco por cento) em políticas de proteção ambiental, por intermédio do órgão federal competente.

.....

LEI Nº 9.433, DE 8 DE JANEIRO DE 1997

Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, regulamenta o inciso XIX do artigo 21 da Constituição Federal, e altera o artigo 1º da Lei nº 8.001 de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989

.....

(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo a essa última a decisão terminativa.)

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – O projeto lido será publicado e remetido às comissões competentes.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Passa-se à lista de oradores.

Concedo a palavra ao Senador Nabor Júnior. V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. NABOR JÚNIOR (PMDB – AC. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srs e Srs. Senadores, a sociedade brasileira se mostra perplexa e preocupada com as conseqüências da crise que o País vem enfrentando, muitas delas com raízes profundamente cravadas em outros continentes, como a Ásia, e em potências decadentes, como a antiga União Soviética. A globalização dos fatores econômicos implica em uma interligação e um nexo causal muito grandes, em todas as regiões da Terra, virtualmente impedindo que qualquer nação consiga construir seus caminhos e seu progresso à margem das quebradeiras e das oscilações econômicas mundiais.

Ainda muito dependente de capitais externos, o Brasil permanece ameaçado na necessidade vital de recursos de poupança para investir, criar empregos e fortalecer as empresas nacionais. Essa carência se torna ainda mais assustadora quando constatamos o já elevado nível do endividamento interno, hoje na casa de 320 bilhões de reais, enquanto os compromissos externos já podem ser cotados em mais de 100 bilhões de dólares. Os sinais de alerta se tornarão ainda mais estridentes se analisarmos a balança comercial – há vários meses deficitária e sem sinal concreto de reversão nessa tendência maligna. A mesma reação alarmada ocorrerá a quem ler os últimos números sobre as contas públicas e as projeções do Produto Interno Bruto para o ano que se encerra e os próximos.

A conseqüência desses problemas está na necessidade de pagar juros cada vez maiores, em termos proporcionais, já que o incentivo ao mercado de risco se destaca entre as alternativas dos condutores da política econômico-financeira, sempre a braços com dificuldades para fechar as contas da administração pública.

A nova opção adotada pelo Governo, nessa luta sem tréguas, está no recém-editado "pacote", batizado de "Programa de Ajuste Fiscal", que se embasa na criação e na elevação de impostos e no corte de despesas e compromissos de todos os níveis, remédios amargos que ameaçam a sobrevivência cotidiana dos cidadãos.

O aumento da CPMF, por exemplo, é algo que merece uma palavra especial, porque contraria todas as promessas trazidas pelo tributo, desde sua cogitação pelo ex-Ministro Adib Jatene. A proposta do Governo, hoje, é passar sua alíquota de 0,2% para 0,38%, uma elevação proporcional pouco superior à desejada para o Cofins, que deverá alterar, de 2% para 3%, sua incidência no faturamento das empresas.

Outras medidas importantes e igualmente dolorosas serão o aumento da contribuição previdenciária do funcionalismo civil, a nova tentativa de impor um tributo desse tipo para os inativos e, nos últimos dias, vem ganhando força a idéia de criar bases para taxação da gasolina consumida pelos cidadãos em todo o País.

São muitos e variados os aspectos em foco, mas gostaria, hoje, de dedicar atenção especial a esse último: o imposto sobre combustíveis, que atingirá direta e imediatamente todos os brasileiros, principalmente os que possuem automóveis, mas sem deixar de fora os demais, pois ninguém está isento de mercadorias, serviços e trabalhos ligados ao consumo de gasolina. Tentam os defensores desse tributo alegar que com ele será evitado um aumento da CPMF, trazendo, ainda, como conseqüência secundária, a redução dos gastos com importação de petróleo, pois a classe média – já tão sacrificada – terá dificuldades crescentes para abastecer seus carros.

Custa-me crer, Sr. Presidente, na tentativa de vender novamente esse tipo de raciocínio perverso, pois é elitista, abusivo e falso em suas premissas. É certo que a CPMF tem sérios defeitos e ninguém,

em sã consciência, pode defender gratuitamente sua prorrogação, além do mais em valores majorados – mas essa alternativa proposta é a pior possível e seus defeitos se agigantam, ao ser comparada com a que pretende substituir.

Se não vejamos, a CPMF é universal, é a única forma de extrair algum tributo dos sonegadores, especuladores, marginais da economia em todos os matizes. Atinge, principalmente, os que fazem movimentação corrente de cheques e outros instrumentos bancários, coisas que, como sabemos, são cada vez mais proibitivas para a massa da sociedade brasileira. A população nacional está na casa dos 162 milhões de habitantes, dos quais apenas oito milhões declaram regularmente seus rendimentos para fins tributários, cabendo a cinco milhões a obrigação de efetivamente pagar o Imposto de Renda, todos, ou quase todos, assalariados que não têm como fugir do "leão", porque seus contracheques já registram, inexoravelmente, a mordida na fonte. Os grandes executivos e empresários dispõem de recursos e malabarismos contábeis que os deixam, não raro, isentos ou devedores de quantias irrisórias.

Permitam-me V. Exªs retomar e ampliar um ponto já apontado neste pronunciamento. A maldade embutida no aumento dos preços dos derivados de petróleo, pois suas conseqüências se abaterão com maior gravidade sobre os pobres, os esquecidos, como as populações do interior da Amazônia, do Nordeste e de outras regiões desprovidas da pujança do Centro-Sul. O cidadão ribeirinho, o caboclo do agreste, o pequeno lavrador das roças precárias desse Brasil abandonado estarão, mais uma vez, pagando o preço de sua insistência em trabalhar, procurar produzir riquezas, educar e criar os filhos isso tudo em nome de preservar os lucros e os ganhos dos investidores e especuladores dos grandes mercados, inclusive e principalmente, os rapinantes que vêm do exterior para drenar os parcos frutos da economia nacional, sem qualquer preocupação de estabelecer processo produtivos e gerar riquezas sociais.

A CPMF, como todo e qualquer tributo, repito, é malvada.

Isto é a essência da palavra "imposto": uma imposição, algo que, se não for feito coercitivamente, sob risco e pena de castigos legais, ninguém aceitará cumprir. Mas, sendo "imposto", não há como fugir. É cumpri-lo dentro do tradicional "paga e não bufa", tão citado pela sabedoria popular.

Acrescente-se, ainda, o fato de que existem recursos e mecanismos voltados para a proteção dos trabalhadores mais pobres. Coisas como isenção para quem ganha até R$200,00 mensais, isenção para os aplicadores na caderneta de poupança popular, que não usam os seus ganhos com finalidade especulativas. Isso além da grande realidade: pobre não usa cheque, porque a chamada "reingenharia" dos bancos praticamente fechou as portas para quem não dispõe de renda mínima compatível com a avidez de lucros e ganhos do sistema financeiro.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, é inegável a necessidade de encontrar soluções para a grave crise que ameaça o emprego e a própria sobrevivência de milhões de brasileiros. Mas não podemos jamais, em tempo algum, esquecer que estamos falando de gente, de uma população sofrida e desesperada, que vê seus postos de trabalho e sua capacidade social se esvaindo a cada dia, num emprobrecimento que contrasta com a recente oferta de bilhões de dólares por organismos internacionais e governos estrangeiros. Será que eles estão movidos pela simpatia que sentem por nosso povo, pelo carnaval, pelo futebol que já foi vitorioso? Ou será que os move apenas a perspectiva de grandes lucros, com os investimentos e os empréstimos que nos fazem?

Nenhum grande especulador vai deixar de colher no Brasil as maiores taxas de juros do Ocidente, só porque seu cheque sofrerá uma taxação adicional de 0,18%; nenhum traficante, nenhum sonegador, nenhum beneficiário da economia informal vai abandonar a galinha dos ovos de ouro por 0,18%. Isso eles ganham, muitas vezes, proporcionalmente, em apenas algumas horas de aplicação!

Mas não quero deixar a imagem de que, para mim, a CPMF é apenas um tributo sobre a economia marginal. Não é, porque também atinge os cidadãos honestos e cumpridores de suas obrigações com a sociedade mas faço questão de reafirmar que essa contribuição atinge apenas os que movimentam, com alguma regularidade, contas bancárias, numericamente muito poucos, em termos de cidadania.

O assunto permanecerá na pauta das preocupações do povo brasileiro e de seus legítimos representantes, no Congresso Nacional. A ele voltaremos, com nossos votos, no momento regimentalmente apropriado. Mas não poderia deixar de registrar, desde logo, meu repúdio a mais esse grande golpe que se articula contra o cidadão comum, a classe média, que já está pagando a maior parte do "pacote" a cuja apreciação hoje nos dedicamos. Sacrifício que se faz rotineiro, nesse país de "pacotes" e "remédios amargos" que invariavelmente caem com força maior sobre os ombros de quem nada mais pode tirar de sua mesa e da manutenção da família.

É hora de mudar essa triste tradição. É hora de olharmos com respeito e dignidade a classe média, o assalariado, sob pena de agravar e tornar insuportável a sobrevivência de quem procura construir uma nação próspera, promissora e marcada pela justiça social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Concedo a palavra ao nobre Senador Bernardo Cabral, por cessão do Senador Joel de Hollanda.

V. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – M. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em primeiro lugar, quero agradecer ao eminente Senador Joel de Hollanda a gentileza das providências para que eu pudesse ocupar esta tribuna, e isso se amplia na sorte que tenho de ver o Senador Geraldo Melo presidindo os trabalhos.

Quero chamar a atenção da Casa para um assunto que está sendo esmaecido em face dos problemas de grampos, conversas telefônicas, cartas anônimas, que levam ao esquecimento assunto de altíssima importância. Vou relembrá-lo, Sr. Presidente, no dia 3 de outubro, o Ministério das Relações Exteriores, mediante sua assessoria de Comunicação Social, fazia este registro urgente:

> Na tarde de domingo, dia 1º do corrente, o Governo colombiano informou à Embaixada do Brasil em Bogotá que forças guerrilheiras estariam atacando a base da polícia colombiana na cidade de Mitu, Departamento de Vaupés, próxima à fronteira com o Brasil. O Governo colombiano solicitou ao Governo brasileiro autorização para que sua Força Aérea pudesse utilizar a base brasileira de Iauaretê, para reabastecer helicópteros e um avião de transporte. A partir do recebimento deste pedido, o Governo brasileiro, por meio de suas autoridades competentes, começou a examinar a questão e concluiu não ser possível considerar tal solicitação com rapidez, já que a mesma envolveria, nos termos da legislação vigente, permissão do Presidente da República e, dependendo de como se caracterizasse a operação, até mesmo autorização do Congresso Nacional.
>
> (...)
>
> Em razão da gravidade do ocorrido, o Presidente da República examinou o assunto na manhã de hoje – do dia a que ainda há pouco me referia, com os Ministros da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Aeronáutica e os Ministros-Chefe do Estado Maior das Forças Armadas, do Gabinete Militar da Presidência e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Por que o Presidente da República fez isso? Por uma razão muito simples, Sr. Presidente: cerca de quatro horas após o pedido inicial formulado pelo chanceler colombiano ao Embaixador do Brasil em Bogotá e antes de uma resposta brasileira, começaram a pousar na pista brasileira de Querari aeronaves militares colombianas, que passaram a utilizá-la como base de apoio a suas operações militares em território colombiano. Isso aconteceu antes de uma resposta brasileira.

O Ministro Luiz Felipe Lampreia , em boa hora, protestou, convocou o Embaixador da Colômbia em Brasília, a fim de que tomasse conhecimento desse protesto e comunicou-lhe a decisão do Governo brasileiro. A partir daí, Sr. Presidente, as coisas começaram a ficar esmaecidas até que, no dia oito de novembro, em **O Globo**, o articulista Rosental Calmon Alves abre a suíte da sua matéria da seguinte forma:

> Um incidente militar na fronteira fez com que a guerra civil colombiana entrasse esta semana na pauta de segurança nacional do Brasil, com uma prioridade que nunca tinha adquirido antes. No entanto, mais importante que esse incidente ou os protestos que ele gerou é o significado da batalha de Milú, outra espetacular vitória de uma poderosa guerrilha que ambiciona criar um território autônomo próximo à fronteira do Brasil.

Veja bem, Sr. Presidente: próximo à fronteira do Brasil!

No meio do texto, há esse registro:

> Para o Brasil e a Venezuela, não deixa de ser motivo de preocupação que a guerra e, principalmente, as reivindicações territoriais dos guerrilheiros colombianos estejam chegando às proximidades de suas fronteiras.
>
> Diz ainda:
>
> A instabilidade da fronteira Norte só confirma a velha preocupação de que o principal eixo da segurança nacional, em termos de defesa e prevenção de conflitos externos, está mudando do Sul do país para a Amazônia.

Mais adiante, Sr. Presidente, diz exatamente isto:

> A Venezuela, que não tem a mania de segredo do Exército brasileiro a respeito dos

problemas causados pelos rebeldes colombianos, anuncia que gastou US$ 500 milhões no ano passado em programas de defesa e ocupação de sua fronteira.

Vejam bem V. Exªs: o nosso vizinho gastou no ano passado US$ 500 milhões em programas de defesa e ocupação de sua fronteira!

Sr. Presidente, estou fazendo essa premissa, mostrando a nossa fronteira e o deserto existente, o emprego de milhões de dólares de país vizinho, para chegar ao núcleo fundamental do meu pronunciamento de hoje.

Veja, Sr. Presidente, manchete do Jornal do Brasil, de matéria escrita pelo correspondente Orlando Farias, de Manaus, cujo título é: "Colombianos se refugiam no Brasil".

Diz o texto da reportagem:

> O prefeito Amilton Gadelha – que eu conheço pessoalmente -, do Município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira do Brasil com a Colômbia, vai na próxima semana ao ministério das Relações Exteriores. Gadelha pedirá ao Itamarati que se empenhe em defender, na Organização das Nações Unidas, a adoção de um programa para garantir a sobrevivência de 500 refugiados de guerra da Colômbia.

E continua a matéria:

> "Os refugiados chegaram a São Gabriel da Cachoeira nas duas últimas semanas, depois do ataque militar à cidade colombiana de Mitú, a 30 quilômetros da fronteira com o Brasil. "Boa parte da população civil da cidade fugiu para o Brasil", diz o Prefeito. Gadelha afirma que São Gabriel da Cachoeira, localizada no Alto Rio Negro, tem uma alta taxa de desemprego e não pode alimentar tanta gente. A maioria dos refugiados chegou ao Brasil em pequenas embarcações fluviais, depois da ofensiva guerrilheira das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC)."

Vejam V. Exªs que esse é um assunto da maior gravidade e, como eu dizia ainda há pouco, começou a ficar esmaecido. Lamentavelmente, quando se deveria dar atenção, publicidade, repercussão a um fato importante como é este, sobretudo para a Amazônia, o que se nota é aquela necessidade de preservar, de integrar aquela imensa Região ao restante do País, que é reconhecida por todos, proclamada, mas que fica sempre na história de quem quer fazer literatura.

Por isso, quero hoje mostrar a incúria que este País está fazendo com o Programa Calha Norte. E quero fazê-lo, Sr. Presidente, por escrito, para que fique registrado nos Anais este discurso.

É oportuno lembrar que esse projeto destinado ao desenvolvimento e proteção da nossa Amazônia foi estigmatizado, sendo identificado como militarista, com fins bélicos e até belicosos, como se assim fosse a presença das nossas Forças Armadas, principalmente o exército na fronteira do País, com a missão constitucional de garantia da nossa soberania e integridade territorial.

Quero dizer, Sr. Presidente, Srs. Senadores, que em 1967, portanto há mais de 30 anos, era eu Deputado Federal e já chamava a atenção para a nossa fronteira deserta, e àquela altura era o quinto BEC, que V. Exª conhece tão bem, que dava seqüência às nossas estradas naquela região.

Por isso, não é de agora que me preocupo com isso, Sr. Presidente, porque vejo, lamentavelmente, que essa incúria continua sendo bandeira desfraldada ao sabor de todos aqueles que passam e não vêem a intempérie do seu lado. O que deve ser colocado em relevo – e aqui nós tínhamos que fazer isso – é que isso ocorre em qualquer estado soberano em todo o mundo.

Nunca é demais lembrar que distorções foram veiculadas com a finalidade de desviar a atenção da sociedade para a magnitude dos problemas que assolam aquela região fronteiriça, tão distante e tão esquecida, e para a premência de se criar mecanismos para levar o desenvolvimento e os benefícios sociais básicos para essa área tão carente. Veja, V. Exª. que isso está sendo trazido agora, com essa denúncia que os jornais publicam da invasão da nossa fronteira.

Vou concluir o meu raciocínio, para que o fio condutor filosófico do meu discurso possa inclusive ser útil a V. Exª no seu aparte, Senador Ernandes Amorin.

A grande pergunta, Sr. Presidente, é a seguinte: por que se criou uma imagem distorcida para algo que é tão importante como a nossa região que alguns interessados lá fora já dizem que, como é patrimônio mundial, não pode pertencer apenas à nossa soberania? A quem realmente interessa ou interessou essa deturpação? Faço questão de colocar à reflexão desta Casa a importância do assunto, na esperança de que possa, com ações sérias e objetivas com relação à Amazônia, ser pensado e apoiado, a fim de que, em momento nenhum, seja questionada nossa soberania naquela região e, assim, não se relegue ao abandono e à desesperança irmãos brasileiros que vivem nas longínquas regiões fronteiriças.

O Programa Calha Norte foi criado em 1985, durante o Governo do Presidente José Sarney. Já registrei nesta tribuna, e faço questão de registrar mais uma vez, a finalidade do projeto. O projeto tinha a finalidade clara de promover a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais, o meio ambiente, tudo em harmonia com os interesses nacionais.

Fruto de competentes estudos realizados na então Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, foram identificados três espaços regionais diferenciados como meta para a implantação do programa a ser criado.

Lembro-me de que a grande preocupação naquela época era a chamada Faixa de Fronteira, com 150 km de largura, entre Tabatinga, no Amazonas, e Oiapoque, no Pará. O segundo ponto era a Orla Ribeirinha dos rios Solimões-Amazonas e seus principais afluentes. E o terceiro, a Hinterlândia, constituído das terras interiores, limitado pelos dois principais espaços geográficos.

Após a análise realizada, levando-se em consideração além dos condicionantes geográficos outros de ordem psicossocial, como o esvaziamento demográfico das áreas mais remotas, a intensificação e o espraiamento de ilícitos transfronteiriços, aliados aos geopolíticos como vigilância e proteção das populações, foi eleita a Faixa de Fronteira como área prioritária e preferencial para fins de planejamento e ação imediata.

Complementando os estudos realizados, foram caracterizadas necessidades básicas que determinaram os objetivos para o Projeto Calha Norte. Primeiro, aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais e oferta de serviços, de modo a criar estímulos para o desenvolvimento sustentável da região. É que de logo se via que aquele espaço vazio teria que ser ocupado. E se não se fizesse um aumento da presença brasileira na área a fim de fortalecer as estruturas governamentais e oferta de serviços, continuaríamos do mesmo jeito desse povoado.

Depois, procedeu-se à ampliação das relações com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças.

Pretendeu-se ainda a expansão da infra-estrutura viária, objetivando complementar a vocação natural da Amazônia, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional. Àquela altura, havia uma publicação que ficou conhecida – O Rio Comanda a Vida, de Leandro Tocantins -, mostrando que essa seria a forma natural de complementarmos, por meio da infra-estrutura viária, a nossa vocação natural do Amazonas.

Em seguida, o fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de Justiça – Polícia Federal, Receita Federal, Previdência Social – como fatores de inibição da prática de ilícitos decorrentes da presença insuficiente do Estado, em função das distâncias e do isolamento.

Intensificação das campanhas demarcatórias de fronteiras pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes.

Promoção de assistência e proteção às populações indígenas, delimitando e demarcando suas terras, estimulando seu desenvolvimento.

Definidos esses objetivos, ficou evidenciado que, apesar de sua grande relevância e significado, haveria grande dificuldade em reunir os meios que permitissem a consecução dessas metas, tendo em vista suas dimensões e natureza das atividades. Diante das circunstâncias, o Projeto Calha Norte foi estruturado segundo atividades que, numa primeira etapa, atendessem as seguintes prioridades:

– assistência às comunidades indígenas;
– implantação de pequenas centrais hidrelétricas;
– implantação de centros de telecomunicações;
– vigilância naval, terrestre e aérea; e
– implantação de infra-estrutura viária.

Hoje – V. Exª irá me dar a honra de me interromper – com mais de dez anos de sua criação, o Projeto Calha Norte muito realizou, apesar das restrições orçamentárias e da pouca participação efetiva dos Ministérios civis nele envolvidos.

Observando a série histórica de recursos destinados ao programa, comprova-se que a propaganda adversa conseguiu despriorizar as atividades destinadas ao cumprimento dos objetivos.

Veja V. Exª, Sr. Presidente Geraldo Melo, os recursos orçamentários alocados ao Projeto Calha Norte. Tenho um quadro e peço a V. Exª que determine sua publicação na íntegra. As cifras são as seguintes (em milhões de reais): em 1986, 14.120; em 1987, 14.196; em 1988, 16.298; em 1989, 47.311; em 1990, 16.358; em 1991, 9.652; em 1992, 9.261; em 1993, 5.616; em 1994, 6.591; em 1995, 4.748; em 1996, 2.950; em 1997, 4.063.

Observa-se que, no ano de 1986, a dotação orçamentária contemplou o projeto Calha Norte com 14.120.000 e cresceu nos dois anos seguintes (1987 a 1988), para chegar ao máximo em 1989, com 47.311.000. Tudo na época do Governo José Sar-

ney, que tinha, na Casa Militar, um chefe com quem nós discutíamos a todo instante esse projeto, o General Bayma Denys, absolutamente identificado com a matéria.

Acontece, que, aos poucos o aporte financeiro foi decrescendo e a partir de 1991, com 9.652.000, a queda se acentuou, chegando a pouco mais de 6 milhões em 1994; atualmente já nem alcança esse patamar, tendo sido reduzido à quantia modesta de 4 milhões, para um empreendimento desse porte.

Vale destacar, Sr. Presidente, e aqui quero fazer a comparação com o que acabei de ler no começo do meu pronunciamento, que era premissa estabelecida. Nos treze anos, foram destinados apenas 155 milhões de reais, quantia muito aquém para uma efetiva atuação do projeto. em 1998, foram destinados R$4.815.000,00. Pois bem , dessa quantia, meu caro Senador Ernandes Amorim, foram cortados quase 50%, ou seja, R$49.076.000,00. Em 99, estaríamos tranqüilamente com a perspectiva à frente a mostrar que a nossa fronteira, por meio do Projeto Calha Norte, teria a sua defesa. Ora, acabei de ler que a Venezuela destinou US$500 milhões, no ano passado, em programas de defesa e ocupação. Estava claro que neste ano o Brasil faria isso. Sabe V. Exª quanto foi destinado? Zero! Não é possível que se queira levar na brincadeira um assunto dessa natureza. É preciso que os "tecnoburocratas" sintam que isso não é assunto para ser tratado nas caladas de uma repartição pública ou de um gabinete de quem não conhece, com a sola dos pés, o que é aquela região. Repito, Sr. Presidente, zero!

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Permite V. Exª um aparte?

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Ouço o Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Nobre Senador Bernardo Cabral, não seria tão importante este pronunciamento, se não fosse feito por V. Exª. V. Exª que conhece a Amazônia, V. Exª que já foi Ministro, Relator da Constituição de 1988, sabe do descaso com que tratam a região amazônica. Nossa fronteiras, como bem disse V. Exª , estão abandonadas. Se a Venezuela gastará US$500 milhões, e no próximo ano não temos nada a gastar, evidentemente, não temos mais fronteiras nem divisas. Aliás, tem-se conhecimento de que poucos países vizinhos respeitam as divisas. As fronteiras são estabelecidas para lá ou para cá, e vão adentrando o território brasileiro. Nesses últimos tempos, ninguém defende a soberania daquela região. Como disse bem V. Exª , *alguém que conhece bem a região, como é o caso* do General Bayma Denys, de V. Exª e de outros da Amazônia, dão o valor que sempre dispensamos aos interesses da Amazônia. Apresentei um projeto nesta Casa, criando as agrovilas em toda a faixa territorial de fronteira, com a presença da Polícia Federal em toda essa fronteira. Esse projeto foi distribuído ao nosso colega Senador Ney Suassuna, que não conhece nada da Amazônia; desconfio até que sequer visitou a nossa região. Esses critérios deveriam ser revistos, de modo a permitir que projetos de interesse de determinada região fossem distribuídos a seus representantes nesta Casa. Lamentavelmente, o Senador Ney Suassuna proferiu parecer contrário ao projeto. Nesse projeto, temos terras e mais terras em que poderiam ser assentados milhares de sem-terras de todo o Brasil, com assistência do Governo, porque se tratava de um projeto estratégico, de segurança, de utilidade pública em função dos assentamentos. Mas a nada disso deram importância. Na verdade, poucos entendem a Amazônia ou por ela se interessam. Lamentavelmente, como V. Exª disse – não de forma direta -, é o que se vê neste Governo: a deterioração de todo o sistema, acabando com os pontos-chave aos quais se deveria dar apoio, o que não ocorre. Na calada da noite, prepara-se um Orçamento, diminuem-se os prazos para se apresentarem emendas, e desse modo, ele passa como um relâmpago, e os Parlamentares deixam de exercer a função para a qual foram eleitos, e nós da Amazônia seremos os mais prejudicados nesse novo modelo de administração do País. Muito obrigado.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Senador Ernandes Amorim, agradeço o aparte de V. Exª.

Na verdade, o Projeto Calha Norte não se restringe a uma distribuição de postos militares instalados na linha de nossa fronteira. Esse deve ser o raciocínio daqueles técnicos burocratas que V. Exª, agora, registrava, que, não conhecendo, com a sola dos pés, a região, pensam que, com as mãos, reduzindo verba, vão conseguir manter a soberania do nosso Estado. Não sabem o que é uma área deserta. Nossa população não chega lá: temos zero vírgula alguma coisa não chega a 1% habitante por metro quadrado. Se eles assim entendessem, veriam que o que a Venezuela atribui no seu orçamento deveria ser duplicado, porque nossa fronteira é muito maior.

De qualquer sorte, veja V. Exª que este não é um assunto que tem importância na mídia, mas, no instante em que começarmos a sentir na pele as invasões que estão começando a ser feitas e produzidas, que já não se pede sequer e quando se pede, *não se espera a resposta para invadir nosso territó-*

rio, aí será tarde demais. Espero que os nossos companheiros desta área continuem dando o apoio que tenho recebido.

Sr. Presidente, peço permissão a V. Exª de me conceder quatro minutos para concluir. Se possível, quatro minutos prorrogáveis, com a rapidez que V. Exª conhece.

O SR. PRESIDENTE (Geraldo Melo) – Senador Bernardo Cabral, a Casa ouve com atenção o assunto e reconhece sua importância. Apenas para seu conhecimento, V. Exª já ultrapassou em cinco minutos o tempo de 20 minutos que lhe cabe. Mas a Casa lhe ouvirá como V. Exª merece.

O SR. BERNARDO CABRAL (PFL – AM) – Eu sabia que a generosidade de V. Exª não fica apenas no trato com seus amigos, mas também se estende à interpretação do Regimento.

Sr. Presidente, eu dizia ainda há pouco que o Calha Norte não tinha apenas essas restrições. Por quê? Porque ele abrange uma pletora de ações multidisciplinares com vistas a otimizar a presença do Estado e a melhorar as condições de vida dos brasileiros cuja permanência nessas áreas inóspitas assegura a jurisdição nacional plena sobre a região.

Apesar das dificuldades orçamentárias, que há pouco eu registrava, o Projeto Calha Norte, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos, possui realizações invejáveis, que, por si só, justificam e até exigem uma atenção especial dos órgãos responsáveis do Governo Federal e da sociedade em geral.

Devo dizer que estes dados não contêm nenhum traço de leviandade, porque foram apurados pela minha assessoria junto ao órgão competente. E dessas abrangências, colho as seguintes informações, para que fiquem registradas nos Anais da Casa:

No Projeto-Piloto Tabatinga – quem conhece Tabatinga sabe que não existe nenhuma fronteira, nenhum posto que impeça de se atravessar para o território estrangeiro -, temos a recuperação das instalações e a reativação do Centro de Treinamento Profissional; a construção ou a reforma de prédios destinados ao funcionamento de postos de serviço da Previdência Social, da Polícia Federal, da Polícia Militar e da Receita Federal; a criação da Comarca de Tabatinga, com a instalação de duas Varas; e a ampliação e o melhoramento do Hospital de Tabatinga.

No Projeto Especial para Incremento das Relações Bilaterais, temos: a dinamização do trabalho das Comissões Mistas de Demarcação da linha de fronteira, cuja extensão, na região do Calha Norte, atinge 5.993 km; a construção de cerca de 600 novos marcos fronteiriços, particularmente na fronteira com a Venezuela; a construção da Via da Amizade, uma avenida de dupla via, com canteiro central de 3,5km de extensão, ligando Tabatinga, no Brasil, a Letícia, na Colômbia.

Quem conhece aquilo, como V. Exª, quem fez campanha política, como V. Exª, sabemos que a construção dessa Via da Amizade é importantíssima.

Temos também o Projeto Especial para Ampliação da Oferta de Recursos Básicos e o Projeto Especial para o Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteira, e essa parte, Sr. Presidente, eu pediria a publicação, a fim de que eu não ultrapasse a prorrogação dos 4 minutos.

Vou concluir, Sr. Presidente.

Esses são alguns dos projetos constantes do Projeto Calha Norte, tendo deixado de citar os da Ampliação da Infra-estrutura viária, de Implantação de Centrais de Energia Elétrica na Faixa Fronteiriça e os de Aumento da Presença Brasileira na Área, que engloba a atuação do Exército, da Marinha e da Aeronáutica.

É certo que se muito foi realizado no Projeto Calha Norte desde sua criação até hoje, pena é ter de reconhecer que muito mais poderia ter sido concretizado se o decréscimo na alocação de recursos não tivesse sido tão cruel e implacável. Faço questão de usar estes dois termos: cruel e implacável.

Os óbices ainda permanecem, eu diria até que se intensificaram, e somente com uma ação mais efetiva e mais engajada das autoridades governamentais, será possível carrear os meios indispensáveis para que a Secretaria de Assuntos Estratégicos possa continuar conduzindo com sucesso sua árdua missão de coordenar o Projeto Calha Norte.

Urge que repensemos as prioridades estratégicas de desenvolvimento do nosso País e que o imenso geográfico abrangido pelo Calha Norte, da ordem de 14% do Brasil, seja realmente integrado ao território nacional.

E olhem, Srs. Senadores, que é melhor prevenir do que remediar.

Fica o alerta, Sr. Presidente, aproveitando, inclusive, a TV Senado, que, com sua fiscalização permanente, vai permitir que os nossos telespectadores ouçam este brado de alerta, para mostrar que a nossa soberania está sendo ameaçada em virtude da falta de visão dos "tecnoburocratas" que podam, que cortam os recursos orçamentários para um projeto dessa natureza.

SEGUE NA ÍNTEGRA DISCURSO PROFERIDO PELO SENADOR BERNARDO CABRAL:

Discurso proferido pelo Senador Bernardo Cabral, na sessão do Plenário em:

Senhor Presidente,
Senhoras Senadoras,
Senhores Senadores

PROGRAMA CALHA NORTE

Venho a esta tribuna para trazer ao Senado um tema da mais alta relevância para o país e principalmente para a Amazônia.

A necessidade de preservar e integrar aquela imensa região ao restante do país é reconhecida por todos e proliferam projetos e estudos com essa finalidade mas, estranhamente, relegam a prioridades sem destaque iniciativas que, por certo, apresentariam resultados altamente gratificantes como é o caso do **PROGRAMA CALHA NORTE.**

É oportuno lembrar que esse projeto destinado ao desenvolvimento e proteção da nossa Amazônia foi estigmatizado, sendo identificado como militarista com fins bélicos e até belicosos,

como se assim fosse a presença das nossas Forças Armadas, principalmente o Exército, na fronteira do País com a missão constitucional de garantia da nossa soberania e integridade territorial. O que deve ser colocado em relevo ocorre em qualquer Estado soberano em todo mundo!

Nunca é demais lembrar que distorções foram veiculadas com a finalidade de desviar a atenção da sociedade para a magnitude dos problemas que assolam àquela região fronteiriça, tão distante e tão esquecida, e para a premência de se criar mecanismos para levar o desenvolvimento e os benefícios sociais básicos para essa área tão carente.

Neste pronunciamento procurarei demonstrar o quanto foram equivocadas as informações propagadas, criando uma imagem negativa e distorcida para algo tão importante e vital para a nossa Amazônia. A quem realmente interessou ou interessa essa deturpação?

Faço questão de colocar à reflexão desta Casa a importância deste assunto na esperança de que ações sérias e objetivas, com relação a Amazônia, sejam pensadas e apoiadas para que, em

momento nenhum, seja questionada nossa soberania naquela região e assim não se relegue ao abandono e à desesperança irmãos brasileiros que vivem nas longínquas regiões fronteiriças.

O Programa Calha Norte foi criado em 1985, durante o Governo do Presidente José Sarney, com a finalidade clara de promover a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia Setentrional, respeitando as características regionais, as diferenças culturais, o meio ambiente tudo em harmonia com os interesses nacionais.

Fruto de competentes estudos realizados, na então Secretaria Geral do Conselho de Segurança Nacional, foram identificados três espaços regionais diferenciados, como meta para a implantação do PROGRAMA a ser criado.

- a Faixa de Fronteira , com 150 Km de largura, entre Tabatinga(AM) e Oiapoque (PA);
- a Orla Ribeirinha dos rios Solimões - Amazonas e seus principais afluentes; e
- a Hinterlândia, constituído das terra interiores, limitado pelos dois primeiros espaços geográficos.

Após a análise realizada, levando-se em consideração além dos condicionantes geográficos outros de ordem psicossocial, como esvaziamento demográfico das áreas mais remotas, intensificação e o espraiamento de ilícitos transfronteiriços, aliados aos geopolíticos como vigilância e proteção das populações, foi eleita a Faixa de Fronteira como área prioritária e preferencial para fins de planejamento e ação imediata.

Complementando os estudos realizados foram caracterizadas necessidades básicas que determinaram os objetivos para o PCN:

- Aumento da presença brasileira na área, fortalecendo as estruturas governamentais e oferta de serviços, de modo a criar estímulos para o desenvolvimento sustentável da região.
- Ampliação das relações com os países vizinhos, fortalecendo os mecanismos de cooperação e os fatores de produção, reforçando a rede consular e facilitando as trocas comerciais entre as populações fronteiriças.
- Expansão da infra-estrutura viária, no sentido de complementar a vocação natural da Amazônia, que tem no transporte fluvial o mais importante fator de integração regional.

- Fortalecimento da ação dos órgãos governamentais de justiça, polícia federal, receita federal e previdência social como fatores de inibição da prática de ilícitos, decorrentes da presença insuficiente do Estado, em função das distâncias e do isolamento.
- Intensificação das campanhas demarcatórias de fronteira, pela restauração e adensamento dos marcos limítrofes.
- Promoção de assistência e proteção às populações indígenas, delimitando e demarcando suas terras estimulando o seu desenvolvimento.

Definidos os objetivos ficou evidenciado que, apesar de sua grande relevância e significado haveria grande dificuldade em reunir os meios que permitissem a consecução dessas metas, tendo em vista suas dimensões e natureza das atividades. Diante das circunstâncias o PCN foi estruturado segundo atividades que, numa primeira etapa, atendessem as seguintes prioridades:

- Assistência às comunidades indígenas.
- Implantação de pequenas centrais hidrelétricas.
- Implantação de centros de telecomunicações.
- Vigilância naval, terrestre e aérea.
- Implantação de infra-estrutura viária.

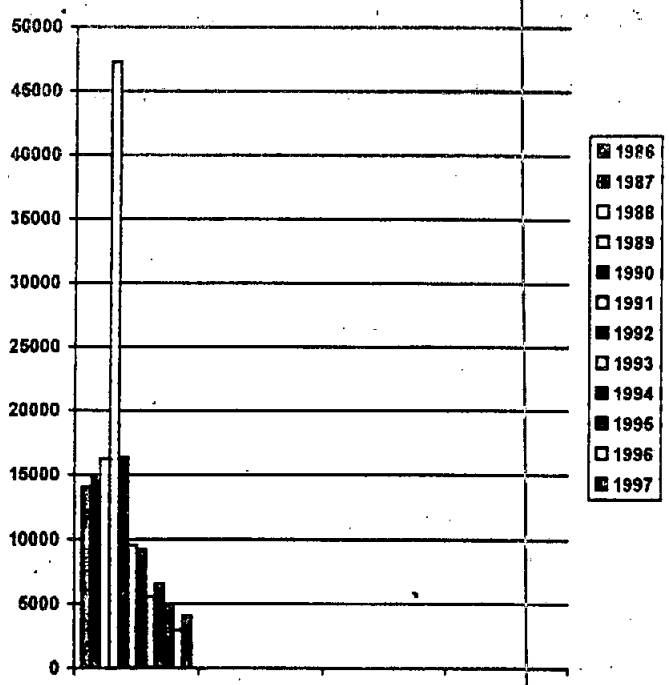
Hoje, com mais de dez anos da sua criação, o PCN muito realizou, apesar das restrições orçamentárias e da pouca participação efetiva dos Ministérios Civis nele envolvidos.

Observando a série histórica de recursos destinados ao Programa, comprova-se que a propaganda adversa conseguiu o objetivo de despriorizar as atividades destinadas ao cumprimento dos objetivos.

É o que se vê a seguir:

RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS ALOCADOS AO PCN

ANO	1986	1987	1988	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	TOTAL
TOTAL	14120	14916	16298	47311	16358	9652	9261	[illegible]	6591	4748	2950	4063	151883



ALOCAÇÃO DE RECURSOS

Observa-se que no ano de 1986 a dotação orçamentária contemplou o PCN com R$ 14.120 milhões e cresceu nos dois anos seguintes (1987 a 1988) para chegar ao máximo em 1989 com R$ 47.311 milhões.

Acontece que, aos poucos, o aporte financeiro foi decrescendo e, a partir de 1991, com R$ 9.622 milhões a queda se acentuou, chegando a pouco mais de R$ 6 milhões em 1994, e atualmente já nem alcança esse patamar, tendo sida reduzida à quantia modesta de 4 milhões de reais, para um empreendimento desse porte.

Vale destacar: foram destinados nesses treze anos, cerca de R$ 155 milhões, quantia muito aquém para uma efetiva atuação do Projeto.

O Calha Norte não se restringe a uma distribuição de postos militares instalados na linha de fronteira. Abrange, também, uma pletora de ações multidisciplinares com vistas a otimizar a presença do Estado e a melhorar as condições de vida dos brasileiros cuja permanência nessas áreas inóspitas assegura a jurisdição nacional plena sobre a região.

Apesar das dificuldades orçamentárias o PCN, coordenado pela Secretaria de Assuntos Estratégicos-SAE, possui realizações invejáveis que, por si só, justificam e até exigem uma atenção especial dos órgãos responsáveis do Governo Federal e da sociedade em geral. Listarei resumidamente algumas delas, pois encarreguei à minha assessoria técnica da elaboração de um trabalho sobre o PCN que, oportunamente, divulgarei sob a forma de Caderno Legislativo.

- No Projeto-Piloto Tabatinga:

- recuperação das instalações e reativação do Centro de Treinamento Profissional;
- construção ou reforma de prédios destinados ao funcionamento de Postos de Serviços da Presidência Social, Polícia Federal, Polícia Militar e Receita Federal;
- criação da Comarca de Tabatinga com a instalação de duas Varas;
- ampliação e melhoramento do Hospital de Tabatinga.

- No Projeto Especial para Incremento das Relações Bilaterais:

- dinamização do trabalho das Comissões Mistas de Demarcação da linha de fronteira cuja extensão, na região do Calha Norte, atinge 5.993 Km;

- construção de cerca de 600 (seiscentos) novos marcos fronteiriços, particularmente na fronteira com a Venezuela;
- construção da Via da Amizade, uma avenida de dupla via, com canteiro central, de 3,5 Km de extensão, ligando Tabatinga no Brasil a Letícia na Colômbia.

- No Projeto Especial para Ampliação da Oferta de Recursos Sociais Básicos:

- construção de poços tubulares em Estirão do Equador (AM), Vila Bitencourt (AM) Ipiranga (AM), Palmeiras do Javari (AM) e São Gabriel da Cachoeira (AM);
- construção e equipamento de Centros de Saúde em Pari-Cachoeira (AM) e Içana do Rio Negro (AM) - áreas indígenas;
- aquisição e entrada em operação de Unidades Volantes de Saúde - barcos - em número de 4 (quatro), para atendimento nos distritos e comunidades isoladas do Alto Rio Negro;
- instalação de creches em São Gabriel da Cachoeira (AM), Benjamin Constant (AM) e Barcelos (AM);
- realização de campanhas de vacinação e erradicação de doenças endêmicas, em todos os municípios da Faixa de Fronteira;

- construção da Escola Agropecuária de São Gabriel da Cachoeira (AM), para 600 (seiscentos) alunos de 1° e 2° graus;
- implantação do Colégio Agropecuário de Benjamin Constant (AM), objetivando, ao nível de 2° grau, a formação de técnicos nos setores de criação de pecuária e produção agrícola;

- No Projeto Especial para o Incremento das Ações da FUNAI na Faixa de Fronteira:

- criação de 19 (dezenove) áreas indígenas na região dos índios Yanomami, em Roraima, num total de 2.435.215 hectares para uma população de 9.910 indígenas;
- criação de mais 16 (dezesseis) áreas no Amazonas - região conhecida como "Cabeça do Cachorro" - totalizando uma superfície de 2.630.000 hectares para uma população de 23.620 índios;
- criação de áreas indígenas na região do Oiapoque, com uma superfície total de 463.946 hectares.

Esses são alguns dos Projetos constantes do PCN, tendo deixado de citar os da Ampliação da Infra-estrutura Viária, de

Implantação de Centrais de Energia Elétrica na Faixa Fronteiriça e os de Aumento da Presença Brasileira na Área, que engloba a atuação do Exército, da Aeronáutica e da Marinha.

É certo que se muito foi realizado no PCN desde sua criação até hoje, pena é ter de reconhecer que muito mais poderia ter sido concretizado se o decréscimo na alocação de recursos não tivesse sido tão cruel e implacável.

Os óbices ainda permanecem e diria até que se intensificaram e somente com uma ação mais efetiva e mais engajada das autoridades governamentais será possível carrear os meios indispensáveis para que a Secretaria de Assuntos Estratégicos possa continuar conduzindo com sucesso sua árdua missão de coordenar o PCN.

Urge que repensemos as prioridades estratégicas de desenvolvimento do nosso país e que o imenso espaço geográfico abrangido pelo Calha Norte, da ordem de 14% do Brasil, seja realmente integrado ao Território Nacional.

É melhor prevenir do que remediar

Fica o alerta.

Muito obrigado.

PROGRAMA CALHA NORTE – PCN

- ORÇAMENTO/1991 → destinado 4 milhões e 815 mil, mas foram cortados cerca de 50% → 49,76%

- ORÇAMENTO/1999 → destinado ZERO !!

– PROGRAMA DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA OS MUNICÍPIOS DA FAIXA DE FRONTEIRA, com cerca de 570 unidades foram destinados para 1999 cerca de 1 milhão de reais.

O PCN tem 38 (trinta e oito) municípios na faixa de fronteira.

O GLOBO

Senador CARNEIRO

Cel TEN CEL
322 ST ST

ROSENTAL 923
CALMON ALVES

A guerra e o Brasil

O incidente militar na fronteira fez com que a guerra civil colombiana entrasse esta semana na pauta de segurança nacional do Brasil, com uma prioridade que nunca tinha adquirido antes. No entanto, mais importante do que esse incidente e os protestos que ele gerou é o significado da batalha de Mitú, outra espetacular vitória de uma poderosa guerrilha, que ambiciona criar um território autônomo próximo à fronteira do Brasil.

É um vilarejo qualquer, [illegible] tantos que são [illegible] pelas [illegible]. Trata-se de [illegible] capital de Vaupés, [illegible] (Estado) [illegible] Forças Armadas [illegible] Colombianas (Farc), maior grupo [illegible] do país, com [illegible] poucas horas, [illegible] ataque iniciado [illegible] de domingo, e a [illegible] por três dias, derrubou [illegible] forças investidas [illegible]

O [illegible] de Mitú é importante porque indica uma [illegible] o território que as Farc [illegible] sob seu controle, [illegible] até a fronteira [illegible], numa faixa de [illegible] Vaupés, passando por Meta, Caquetá e [illegible]

O [illegible] Farc guerrilheiros [illegible] sinais claros de que [illegible] aproveitar as negociações de paz, a se iniciarem [illegible] de semana, para [illegible] o reconhecimento de [illegible] territorial.

Não foi por acaso, portanto, que as Farc aproveitaram as vésperas do início do processo de paz para tomar a capital de Vaupés. Seus dois objetivos pareciam ser: aumentar o território em que têm presença mais forte e aprisionar o maior número possível de militares e policiais (Já tinham 248 e levaram mais uns 60). Com isso, os guerrilheiros começam a negociar com o presidente Andrés Pastrana de uma posição mais forte para exigir território e a libertação de seus companheiros presos.

Pastrana já avisou que não há a menor hipótese de uma fragmentação do território da República, mas os guerrilheiros respondem que aceitariam algum tipo de autonomia limitada. Os críticos das negociações de paz argumentam que o país corre o perigo de entrar num processo de balcanização. E acham que a desmilitarização de cinco municípios exigida pelas Farc como condição para negociar pode significar o começo desse processo de fragmentação territorial.

Os cinco municípios, entregues ontem por 90 dias ao controle dos guerrilheiros, têm 43 mil quilômetros quadrados (o tamanho do estado do Rio de Janeiro) e ficam nos estados de Meta e Caquetá, parte da faixa de terra que as Farc alegam controlar. Para o Brasil e a Venezuela, não deixa de ser motivo de preocupação que a guerra e, principalmente, as reivindicações territoriais dos guerrilheiros colombianos estejam chegando às proximidades de suas fronteiras.

Mesmo que seja muito remota a possibilidade de as Farc estabelecerem o Estado socialista autônomo que dizem almejar com sua luta, essa ameaça já representa um inegável fator de instabilidade regional. Um problema a se somar ao narcotráfico, que, aliás, opera geralmente sob a proteção dos guerrilheiros. A Venezuela, que não tem a mania de segredo do Exército brasileiro a respeito dos problemas causados pelos rebeldes colombianos, anunciá que gastou US$ 500 milhões no ano passado, em programas de defesa e ocupação de sua fronteira.

Soldados brasileiros já entraram em combate com guerrilheiros colombianos, mas não se sabe muito sobre o assunto, tratado como segredo de Estado. Mesmo assim, o GLOBO revelou recentemente que soldados brasileiros tiveram contato este ano com guerrilheiros colombianos em território do Brasil. Anteriormente, houve notícias de que pelo menos três soldados brasileiros morreram em combate com as Farc.

A instabilidade da fronteira Norte só confirma a velha preocupação de que o principal eixo da segurança nacional, em termos de defesa e prevenção de conflitos externos, está mudando do Sul do país para a Amazônia. O ataque a Mitú representa uma impressionante demonstração de força da guerrilha. A imprensa colombiana estima que cerca de mil combatentes fortemente armados invadiram a cidade na madrugada de domingo passado.

Apesar de contar com armamento moderno, as Farc também usaram uma bomba artesanal, de alto poder destrutivo, fabricada com bujão de gás. Mais de 200 bombas desse tipo teriam sido usadas em Mitú, causando a destruição de quarteirões inteiros, além de grande parte das cerca das 150 mortes. Também tiveram efeito importante as sucessivas derrotas do Exército ao tentar recuperar a cidade domingo, segunda e terça.

As investidas para tentar recuperar Mitú contaram com o apoio extra-oficial do Brasil: a base da FAB em Iauretê foi intensamente usada para o abastecimento de aviões e, principalmente, helicópteros colombianos de transporte de tropas. Sem a ajuda brasileira, os ataques do Exército colombiano teriam sido ainda mais tímidos, pois não há nenhuma outra base para reabastecimento nas redondezas.

Os colombianos foram para a base brasileira alegando oficialmente que precisavam da ajuda apenas para operações humanitárias, pois os helicópteros estavam recolhendo feridos. De repente, a atitude brasileira mudou e foi dado um ultimato para que a utilização da base de Iauretê se encerrasse às 18h de terça-feira. Além disso, Brasília mandou protesto formal pelo uso não autorizado da base em operação de guerra, chegando ao extremo de chamar para consultas o embaixador do Brasil em Bogotá, Marcos de Vicenzi.

O Governo colombiano garante que o prazo dado por Brasília foi cumprido com rigor. Justamente após as 18h de terça-feira começou o ataque final para a recuperação de Mitú. Foi a primeira operação noturna de guerra na selva que o Exército colombiano realizou, entreando equipamentos que permitem aos soldados ver no escuro. Mas a verdade é que Mitú foi mais uma vitória das Farc, que chegam mais fortes nas conversações de paz. E foi também um alerta para o Brasil sobre um conflito que está, perigosamente, mais próximo de sua fronteira — uma razão a mais para o Governo brasileiro torcer e, se possível, ajudar o processo de paz do presidente Pastrana.

ROSENTAL CALMON ALVES é *jornalista e professor catedrático na Universidade do Texas*

JORNAL DO BRASIL

ORLANDO FARIAS
Agência JB

Colombianos se refugiam no Brasil

MANAUS – O prefeito Amilton Gadelha, do município de São Gabriel da Cachoeira, na fronteira do Brasil com a Colômbia, vai na próxima semana ao ministério das Relações Exteriores. Gadelha pedirá ao Itamarati que se empenhe em defender, na Organização das Nações Unidas, a adoção de um programa para garantir a sobrevivência de 500 refugiados de guerra da Colômbia.

Os refugiados chegaram a São Gabriel da Cachoeira nas duas últimas semanas, depois do ataque militar à cidade colombiana de Mitú, a 30 quilômetros da fronteira com o Brasil. "Boa parte da população civil da cidade fugiu para o Brasil", diz o prefeito. Gadelha afirma que São Gabriel da Cachoeira, localizada no Alto Rio Negro, tem uma alta taxa de desemprego e não pode alimentar tanta gente. A maioria dos refugiados chegou ao Brasil em pequenas embarcações fluviais, depois da ofensiva guerrilheira das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc).

Segundo Gadelha, os colombianos que deixaram Mitú estão tentando fixar residência nos povoados de Iauretê e Querari e na cidade de São Gabriel da Cachoeira. As autoridades colombianas também estão preocupadas com a situação. O prefeito de Mitú, Odeney Gómez, marcou encontro com Gadelha, na quinta-feira, para discutir como ajudar os colombianos.

Desemprego – A região do Rio Negro é povoada basicamente por indígenas e recebe cestas básicas do programa Comunidade Solidária. "Os únicos empregos que temos em São Gabriel da Cachoeira são os de soldados", declara Gadelha, referindo-se aos vários pelotões militares do Exército que guardam as fronteiras brasileiras na Amazônia.

■ Quatro técnicos de aviação que trabalhavam para a Força Aérea colombiana, além do major Gonzalo Noguera – chefe do serviço de informação do aeroporto de Bogotá – foram presos por causa do avião militar da Colômbia detido na terça-feira nos Estados Unidos com quase quase 800 quilos de cocaína. Outros dois militares – o coronel Arturo Dueñas e o tenente Jorge Leal –, que trabalham no aeroporto de onde o avião decolou, passaram à reserva.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES INFORMAÇÃO Nº 398
Assessoria de Comunicação Social **Data:03/10 /1998**
Telefone: (061)223-8344 Fax: (061)321-2429 **Distribuição: 22 e 23**
E-mail: acs@mre.gov.br

URGENTE

Na tarde de domingo, dia 1º do corrente, o Governo colombiano informou à Embaixada do Brasil em Bogotá que forças guerrilheiras estariam atacando a base de polícia colombiana na cidade de Mitu, Departamento de Vaupés, próxima à fronteira com o Brasil. O Governo colombiano solicitou ao Governo brasileiro autorização para que sua Força Aérea pudesse utilizar a base brasileira de Iauaretê para reabastecer helicópteros e um avião de transporte. A partir do recebimento deste pedido, o Governo brasileiro, por meio de suas autoridades competentes, começou a examinar a questão e concluiu não ser possível considerar tal solicitação com rapidez, já que a mesma envolveria, nos termos da legislação vigente, permissão do Presidente da República e, dependendo de como se caracterizasse a operação, até mesmo autorização do Congresso Nacional.

Cerca de quatro horas após o pedido inicial, formulado pelo Chanceler colombiano ao Embaixador do Brasil em Bogotá, e antes de uma resposta brasileira ao mesmo, começaram a pousar na pista brasileira de Querari aeronaves militares colombianas, que passaram a utilizar aquela pista como base de apoio a suas operações militares em território colombiano.

Em razão da gravidade do ocorrido, o Presidente da República examinou o assunto na manhã de hoje com os Ministros da Marinha, do Exército, das Relações Exteriores, da Aeronáutica, e os Ministros-Chefes do Estado-Maior das Forças Armadas, do Gabinete Militar da Presidência da República e da Secretaria de Assuntos Estratégicos.

Por instrução do Presidente da República, o Ministro Luiz Felipe Lampreia convocou o Embaixador da Colômbia em Brasília para transmitir o veemente protesto do Governo brasileiro. Comunicou-lhe a decisão do Governo brasileiro de, por razões humanitárias, permitir que operações em Querari para retirada de mortos e feridos prossigam somente até às 18:00 horas de hoje (hora local), momento a partir do qual deve cessar toda presença militar colombiana em território brasileiro.

Durante o discurso do Sr. Bernardo Cabral, o Sr. Geraldo Melo, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nobre Senador Bernardo Cabral, V. Exª será atendido na forma do Regimento Interno.

Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, ao eminente Senador Josaphat Marinho.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA. Para uma comunicação inadiável.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, ponderei, há poucos dias, a impropriedade de ser, de qualquer modo, solicitada urgência ou mesmo pressa na aprovação das medidas relativas ao ajuste fiscal, entre outras circunstâncias, por ter o Governo adiado repetidamente a apresentação delas. Adiou-as antes das eleições, adiou-as depois do primeiro turno, adiou-as para depois do segundo turno. Essas circunstâncias mostraram que não há urgência, senão o Governo teria providenciado o exame das matérias em tempo mais apropriado. Só não pensei, porém, que fosse ocorrer o que ocorreu.

A Constituição estabelece em seu art. 52, inciso V, que compete privativamente ao Senado Federal autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. Não sei de operação externa de natureza financeira mais importante, mais qualificada, do que a que acaba de ser realizada entre o Brasil, o FMI e outras organizações internacionais e da qual resultou o empréstimo ao País de R$41 bilhões.

O ilustre Ministro da Fazenda, entretanto, declarou em entrevista ao **Jornal do Brasil** que "o Senado será comunicado informalmente das negociações do Brasil com os organismos internacionais", e explicou que "não precisa da autorização dos Parlamentares para fechar os acordos, por ser o Brasil país-membro do FMI."

Acrescentou que o Senado tomará conhecimento – logo, não autorizará – da obtenção do empréstimo depois, ou seja, **a posteriori**, ou, segundo as próprias informações do Ministro, "por informação à Comissão de Assuntos Econômicos". Logo, entende o ilustre Ministro que nem ao menos se trata de uma comunicação formal ao Presidente do Senado. Realizada a operação, tudo concluído, S. Exª comunicará à Comissão de Assuntos Econômicos. E, para evitar dúvida em torno disso, acrescentou:

"Caso seja necessário mais de um empréstimo através do Banco para Compensações Internacionais BIS, o Senado terá que se manifestar".

Conclusivamente, pois, o Ministro declara que o Senado só terá que se manifestar formalmente se houver um segundo empréstimo por intermédio do Banco para Compensações Internacionais.

Indago, porém, onde está essa diferenciação na Constituição?

A Constituição, como salientei de princípio, claramente dispõe no inciso V do art. 52:

"Art. 52. Compete privativamente ao Senado Federal:

V – autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios."

Não cuida de discriminação entre primeiro e segundo empréstimo, não faz menção a empréstimo que venha a ser obtido por meio do Banco para Compensações Internacionais.

Tudo parece, entretanto, que, segundo a jurisprudência do Poder Executivo, as normas procedimentais do FMI superpõem-se à Constituição da República. Não quero entrar em maiores indagações. Deixo à ponderação dos eminentes Senadores.

O Sr. Lúcio Alcântara (PSDB – CE) – A resolução do FMI é **urbi et orbi**, e a Constituição é apenas no País.

O SR. JOSAPHAT MARINHO (PFL – BA) – Como pondera o nobre Senador Lúcio Alcântara, segundo a interpretação governamental, as normas do FMI valem **urbi et orbi**, e a Constituição brasileira apenas nos limites do território brasileiro.

Como este assunto pode ter graves repercussões no futuro, de natureza constitucional e quanto à responsabilidade dos que subscrevem o empréstimo, sem entrar, por enquanto, em pormenores, deixo à ponderação, para que não se diga amanhã que tudo correu com o silêncio, que poderia ser considerado aquiescência do Senado Federal.

É o que desejava observar.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra, para uma comunicação inadiável, por cinco minutos, ao eminente Senador Roberto Requião.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, hoje, no jornal **Folha de S.Paulo**, o jornalista Janio de Freitas escreve um ar-

tigo extremamente interessante e levanta preocupações na linha das demonstradas pelo orador que me antecedeu, Senador Josaphat Marinho. Já apresentei questões semelhantes na Comissão de Assuntos Econômicos, sem que no entanto a Comissão se sensibilizasse. Trata-se, Sr. Presidente, da aplicação das reservas cambiais brasileiras.

Já tivemos R$75 bilhões em reservas cambiais. Até um determinado tempo, essas reservas eram aplicadas no BIS, uma espécie de banco central dos bancos centrais do mundo. Mais recentemente, o Banco Central passou a se arrogar a prerrogativa de aplicá-las em outros bancos.

Então, podemos ter um fenômeno com a seguinte configuração: tomamos, Senador Bernardo Cabral, recursos para as reservas cambiais, pagando o teto atual de 42,5%; mas o Banco Central aplica essas reservas, no BIS ou fora dele, por valores em torno de 5% a 6%. É evidente que esses recursos aplicados com essas taxas podem estar retornando ao Brasil para suplementar a necessidade de reservas cambiais com aplicações de 42,5%, com o lucro líquido de 36,5% ao ano, se considerarmos que o Brasil aplicou os recursos a 6%.

Nesse sentido é o artigo do jornalista Janio de Freitas, publicado na **Folha de S.Paulo** do dia 15, caderno um, página 14c/5, segundo a Mídia Impressa da Radiobrás. O título do artigo é *Quem Faz as Contas*. Diz o jornalista:

> "E por falar em dinheirama no exterior (ou você, por acaso, não estava pensando nisso?), a aplicação no mercado financeiro, também externo, das dezenas de bilhões de dólares da reserva brasileira constitui o mais rendoso e mais desconhecido negócio do Brasil. E, com certeza, um dos mais rendosos e mais desconhecidos do mundo.
>
> As comissões pela aplicação dos dólares possuídos pelo Brasil (hoje US$42 bilhões, que eram US$75 bilhões até setembro) representam uma enormidade de dinheiro, sobre a qual não se dispõe das informações que é justo esperar de qualquer governo."

Fazendo um parêntese no artigo de Janio de Freitas, Sr. Presidente, o fundamental é que o Senado não dispõe dessas informações, que já foram por mim solicitadas aos membros do Banco Central, mas a resposta é sempre tortuosa e, quando explicitamente requerida, é frustrada por essa conversa mole de sigilo bancário.

> "Tamanha massa de dinheiro excita a cobiça dos grandes bancos aplicadores e corretoras do mundo todo, para participar dos lucros com as operações no mercado financeiro. Não há, porém, nem a mais tênue clareza sobre a escolha dos bancos e corretoras internacionais agraciados com o privilégio de operar, mundo afora, as dezenas de bilhões.
>
> Não consta que haja concorrência para a escolha desses operadores privilegiados.
>
> Como é feita, então, a escolha?
>
> Mais importante ainda, quem participa dessa escolha tão valiosa? Ou, mais claramente, quem a negocia? Não faltariam por parte dos corretores internacionais, para conseguir os milhões de lucro com operação dos bilhões, propostas com vantagens especiais que são feitas até a investidores privados, desde que mais abonados do que a média. Que propostas são feitas, digamos, ao Brasil?
>
> O destino das reservas é definido, claro, nas culminâncias do Governo. Consta que esse destino, em termos geográficos, é a Europa, para evitar riscos provenientes de dívidas nos Estados Unidos. Mas a aplicação na Europa não exclui, necessariamente, bancos e corretoras americanas, também lá instaladas. Por fim, consta que o grosso dos dólares está em apenas cinco operadores – o que sugere, entre outras coisas, uma concentração arriscada.
>
> Mesmo essas aparentes respostas são, na verdade, apenas perguntas. Nada é claro nas aplicações externas dos bilhões cujo sobe e desce está condenando o Brasil a mais anos perdidos ou vidas perdidas.
>
> E por falar em dinheirama no exterior, há um modo simples de eliminar, com razoável rapidez, o clima de escândalo e suspeições que Fernando Henrique Cardoso diz, com o conhecido otimismo, haver chegado já aos limites. Basta-lhe fazer, agora, a proposta que Mário Covas fez logo em sua primeira reação, embora, por motivos compreensíveis no seu caso, ninguém se interessasse em aceitá-la."

Continuarei a leitura, mas, neste momento, em outro parêntese, associo-me à opinião do jornalista Janio de Freitas: ninguém, no Brasil, consideraria a

simples hipótese de um homem correto como Mário Covas ter uma conta no exterior.

> "É só oferecer uma procuração plena para verificação, em Cayman e seus condutos, do que sugerem o papelório e o palavrório dominantes. Um advogado de reconhecida idoneidade, escolhido em comum por Fernando Henrique e, por exemplo, pela OAB, por certo prestaria tal serviço ao País. Nem tem que mexer com propriedade da fazenda ou com o real valor das quotas da agropecuária Córrego da Ponte Ltda. Nada disso. Só Cayman e adjacências.
>
> O Brasil conta com esse gesto."

Ao invés de declarações pré-programadas e de uma irritação artificial, caberia ao Presidente da República aceitar a sugestão do jornalista Janio de Freitas da **Folha de S.Paulo** e imediatamente procurar o Presidente da Ordem dos Advogados do Brasil, pedindo a nomeação de um advogado que, junto com outro, de sua indicação pessoal, receberia a procuração e restabeleceria a tranqüilidade por intermédio da obtenção rápida da verdade a respeito das contas supostamente existentes nas ilhas Cayman.

Encerro com um questionamento que não é do jornalista Janio de Freitas. Vivemos sem o financiamento público das eleições. Considero apenas duas hipóteses após uma campanha eleitoral: ou faltou dinheiro ou sobraram recursos. A maioria dos doadores não exige ou condiciona sua doação à inexistência de um recibo. Se houve sobra de recursos, em qualquer campanha, incluindo a campanha passada do Presidente, seguramente os recursos que sobraram, que sobejaram não foram costurados num travesseiro ou num colchão. Eles, de alguma forma, se sobraram, foram aplicados provavelmente com a decisão ética – e não legal – de serem utilizados numa próxima campanha eleitoral. Se não faltou, sobrou; e se sobrou, onde está?

O SR. ELCIO ALVARES (PFL – ES) – Sr. Presidente, peço a palavra como Líder.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ELCIO ALVARES (PLF – ES. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eminentes colegas, tenho acompanhando com atenção os pronunciamentos que estão sendo feitos nesta Casa. Quero, Sr. Presidente, deixar claro um ponto que é insuscetível de qualquer debate. A apresentação de modo simplista feita pelo Senador Roberto Requião passa a idéia de que, levantada uma dúvida a respeito do Presidente da República, Sua Excelência daria uma procuração a um advogado, que verificaria se a conta pertencia ou não a ele e se existia conta ou não.

Temos de procurar examinar os fatos com a maior serenidade possível. Não interessa a ninguém, principalmente no exterior, passar uma imagem de fato inteiramente surrealista.

Começou-se essa campanha com uma gravação de fitas, um método espúrio, lamentável, criminoso. O Governo tomou a atitude compatível com o caso e, evidentemente, houve o exercício de vontade do Presidente da República. Neste momento, o caso das fitas sendo examinado pelo Ministério Público. Querer subverter todo esse processo é negar a realidade daqueles que querem a verdade, e o Presidente da República está nesse rol.

Os que começaram a toada inicial perceberam há pouco que tentar atingir o Presidente Fernando Henrique, o Governador Mário Covas e o Ministro da Saúde José Serra é atentar contra o patrimônio moral de homens que têm uma vida inteira dedicada ao País. E aí, vozes de outros jornalistas de maior evidência também no País – tive a oportunidade de ler Márcio Moreira Alves e Miriam Leitão – denunciaram a maneira de dizer "supostas irregularidades". Dessa maneira, abroquela-se a figura de todos, Presidente da República, Ministro de Estado, dentro de fatos argüidos por fitas que merecem reparos desde a sua origem criminosa – a escuta telefônica condenada por todos nós.

O Presidente Fernando Henrique não tem nada a temer, e a indignação de Sua Excelência, retratada há dois ou três dias na televisão, é a reação de um homem de bem, de um homem que trabalha pelo País. Isso atingiria qualquer um de nós, Senadores da República, Deputados Federais, enfim, homens públicos que trabalham em favor do País.

Sr. Presidente, gostaríamos que essa discussão acontecesse dentro do clima da racionalidade e não dentro da questão política, da questão das paixões.

O Presidente Fernando Henrique tomou uma atitude compatível com a função de Presidente da República. Sua Excelência reagiu com energia e indignação, porque é incrível imaginar que um homem que tem história pudesse ser envolvido por documentos que, como já se constatou de maneira clara, eminentes colegas, foram falsificados e montados, tendo os primeiros peritos já se pronunciado nessa linha de raciocínio.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ELCIO ALVARES (PFL – ES) – Estou fazendo uma comunicação oficial, na qual não há a possibilidade de apartes. V. Exª, posteriormente, se quiser voltar ao assunto, deve fazê-lo num outro pronunciamento.

Deixo registrado, Sr. Presidente, como Líder do Governo, que o Presidente Fernando Henrique tem tomado atitudes com o controle que lhe é peculiar, como Presidente da República. Se Sua Excelência, no dia em que concedeu a entrevista no Rio de Janeiro, reagiu indignado, essa é uma reação que qualquer um de nós teria, ao ver que, após uma vida inteira dedicada à coisa pública, lutando para que o Brasil tenha respeito no exterior, começam alguns elementos a fabricar notas divulgadas pela imprensa, em nível internacional, denegrindo a imagem do País.

Gostaria, em homenagem ao Senador Roberto Requião, que sei tratar-se de um homem que timbra, em todos os momentos, pela pesquisa da verdade, que confiasse no Ministério Público. A ação está nas mãos do Ministério Público. Na minha formação jurídica, bem como na de todos os advogados ou não, o Ministério Público é a entidade que tem a responsabilidade absoluta de averiguar os fatos.

Há um processo normal em curso na Polícia Federal. O escoadouro de todos os processos desse tipo é o Ministério Público. Para se ter a idéia da importância dessa instituição, após o relatório final de uma CPI, todas as conclusões são remetidas ao Ministério Público, para que ele possa configurar qualquer ilícito penal.

Portanto, Sr. Presidente, eminentes colegas, o Presidente Fernando Henrique Cardoso tem reagido com a indignação que assiste aos homens de bem e com o que é determinado pelo bom-senso e pela racionalidade.

A matéria, agora, encontra-se nas mãos do Ministério Público. Há um inquérito regular na Polícia Federal. Não seria um fato normal querer que alguém dê procuração para investigar em Cayman; ter-se-ia de dar uma procuração ampla e percorrer todos os paraísos fiscais.

O Senhor Presidente da República, pela sua biografia, pela sua idoneidade, pela sua personalidade, pela sua história de vida, é um homem que merece o respeito do País, principalmente do Congresso brasileiro, que está vivendo uma hora importantíssima para a vida da Nação.

Gostaria de deixar claro que o Senhor Presidente tem-se portado à altura do seu mandato e honrado sobremodo a confiança dos brasileiros, que, há pouco tempo, reiteraram-lhe toda a confiança no exercício da Presidência da República.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR) – Sr. Presidente, tendo sido referido, peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra a V. Exª.

O SR. ROBERTO REQUIÃO (PMDB – PR. Para uma explicação pessoal. Sem revisão do orador.) – Louvo a cautela do Senador Elcio Alvares sobre esta questão, que é muito séria. Conheço, por experiência própria, a profundidade e talvez até as lesões que uma situação como esta possa fazer à imagem de um homem público.

Quando Relator da Comissão Parlamentar de Inquérito que levantou o escândalo das letras irregularmente lançadas para o pagamento de precatórios inexistentes, fui objeto de uma denúncia dessa natureza. A revista **IstoÉ Senhor** publicou uma suposta conta minha com depósitos feitos por assessores do meu gabinete nos Estados Unidos. Fiz o que estou recomendando ao Presidente da República: imediatamente coloquei uma procuração à disposição de qualquer pessoa que desejasse investigar a origem dessa fantástica riqueza, surgida da noite para o dia em documentos falsos. Creio que ninguém no Brasil acreditou no depósito, porque até hoje não me foi solicitada a procuração que ofereci.

De outro lado, a respeito das fitas gravadas, quero reproduzir o raciocínio de um jornalista de cujo nome não me recordo no momento. Trata-se de um raciocínio publicado hoje ou ontem, em um dos jornais nacionais. O jornalista situava o exemplo mais ou menos da seguinte maneira: suponhamos que o Senador Josaphat Marinho recebesse uma fita gravada ilegalmente, sem a permissão das duas pessoas que conversavam ao telefone, e nela uma delas deixasse claro que pretendia matar S. Exª, envenenando o seu café. A fita é ilegal; a escuta não é permitida. Pergunto-me se o Senador Josaphat Marinho tomaria a posição legalista de ignorar a denúncia e diria ao garçom: "Traga-me um café." Evidentemente, não. As fitas do Ministro e do Presidente do BNDES mostram, à exaustão, que estavam manipulando a privatização de empresas públicas, de estatais colocadas à venda, e, em qualquer país sério do mundo, eles já teriam sido afastados, para que, sem as prerrogativas do cargo, a investigação pudesse ser feita em profundidade.

O lugar próprio para que essas investigações progridam é no Congresso Nacional. Nas Comissões Parlamentares de Inquérito a situação se esclarece com rapidez extraordinária. Ainda não vi nenhuma dessas denúncias que não fossem encaradas pelo Poder Legislativo do Brasil serem objeto exclusivo da investigação do Ministério Público, da Polícia Federal e das Polícias e avançarem com a mesma celeridade das investigadas pelo Congresso Nacional. Não se trata de suspeita, mas a suspeita se constrói, quando atitudes, como a de colocar à disposição de qualquer pessoa uma procuração, não são tomadas.

A indignação foi tardia. A minha foi no primeiro momento, quando li a Revista **IstoÉ Senhor**. Já o Presidente tem uma indignação retardada: vem, segundo os jornais, depois de pressão das lideranças políticas, uma semana ou 10 dias após a publicação por revistas nacionais de trechos das fitas gravadas.

Não coloco em suspeita o Presidente da República, mas Sua Excelência se coloca sob suspeita quando impede que a investigação se faça de forma clara.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Lúcio Alcântara.

O SR. LÚCIO ALCÂNTARA (PSDB – CE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, hoje o **Jornal do Brasil** traz trechos de um relatório divulgado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento sobre o progresso econômico e social, que analisa, em detalhes, a péssima distribuição de renda na América Latina.

Há, na notícia, uma tabela que mostra a situação dos países da América do Sul e da América Central, em que o Brasil aparece como o campeão de concentração de renda. Os 10% mais pobres da população do Brasil detêm apenas 0,8% da renda, e os 10% mais ricos, 47% da renda, mais do que qualquer outro país dos que estão relacionados, os quais, como disse, são da América do Sul e da América Central.

O mais grave é que a América Latina é apontada como a região de maior concentração de renda do mundo, e, dentro da América Latina, o país de maior concentração de renda é o Brasil.

Diz o relatório:

> Os 10% mais pobres da população da América Latina registraram uma perda de 15% em sua participação na renda entre 1990 e 1995. Os 10% mais ricos também sofreram uma deterioração relativa e os que ganharam foram os grupos intermediários.
>
> A péssima distribuição de renda não se deve apenas aos proprietários do capital. Ou seja, a atual concentração de renda não perpetua a situação. O centro do problema são as diferenças salariais entre trabalhadores, explicadas pela péssima distribuição no nível e qualidade de educação entre os que ganham mais e os que ganham menos.
>
> (...)
>
> Enquanto os 5% de latino-americanos mais ricos ganham cerca de 25% da renda, na Ásia essa fatia da população ganha 16% da renda e nos países industrializados, 13%.
>
> O BID informa que a região precisa enfrentar "de cara" essa situação através de reformas educativas que organizem melhor os recursos disponíveis e reformas de trabalho que permitam que mais mulheres entrem na força de trabalho.

Em seguida, o relatório chama a atenção para o rápido declínio do crescimento populacional na América Latina e no Brasil, particularmente. Isso significa dizer que as famílias cada vez têm menos filhos. Conseqüentemente, a pressão demográfica está diminuindo, e a mulher, liberada das suas obrigações como mãe, também ingressa no mercado de trabalho. Na medida em que houver oportunidades para abrir postos de trabalho também para a mulher, a tendência será a de que a renda dessas populações também aumente.

O que não fica claro é o fato de que, no mundo todo e ainda com maior gravidade no Brasil e em países com condição de desenvolvimento semelhante a nossa, o desemprego está crescendo rápida e assustadoramente. Ora, se não há postos de trabalho, embora exista uma oferta grande de pessoas que buscam trabalhar, é claro que não há como a família aumentar sua renda, mesmo que a pressão demográfica tenha diminuído, como, de fato, tem acontecido. E ainda: se essa renda familiar não cresce, como as possibilidades educacionais são limitadas por força das restrições que os Governos estão tendo para criar investimentos públicos, essas crianças também não têm uma grande chance de se preparar convenientemente, mediante uma educação de qualidade, para ingressar num mercado de trabalho que é cada vez mais competitivo.

Então, diz o relatório:

A América Latina está diante de uma 'janela de oportunidade' para implementar soluções. A taxa de natalidade está caindo e a proporção de pessoas em idade de trabalhar está crescendo mais rapidamente que o número de crianças. A queda de natalidade também significa que um número maior de mulheres vai se incorporar ao mercado de trabalho. Em conseqüência, haverá menos estudantes por trabalhador, o que vai facilitar o financiamento de um sistema melhor de educação.

E conclui dizendo o seguinte:

O impacto do desenvolvimento econômico no desequilíbrio da renda é lento. Nas etapas iniciais do crescimento, aqueles com nível de educação maior levam vantagem sobre aqueles com educação menor, avançando mais rapidamente que o resto da população e introduzindo outra fonte de desigualdade na distribuição da renda.

Portanto, fica claro que, mesmo com todas essas manobras econômico-financeiras que visam dar estabilidade a nossa economia, se elas não forem acompanhadas por algumas medidas e algumas ações do Governo em certas áreas, em certos setores, como no caso da educação, nunca irão levar a uma redistribuição da renda, ou, pelo menos, a uma redistribuição sustentável, que se prolongue ao longo de muitos anos. "Ao contrário", está dizendo aqui o Senador Bernardo Cabral. Estamos assistindo a um processo de concentração da renda que se tem agravado, mesmo com todos os efeitos redistributivos que o Plano Real, por exemplo, teve aqui no Brasil.

Isso requer, da parte do Governo, uma análise em profundidade, até para saber se esse objetivo a que todos nós temos nos lançado, com determinação – que é justamente o equilíbrio econômico do País -, não está causando outras distorções que, a médio e longo prazo, vão comprometer a nossa coesão social e vão evitar ou impedir que grupos de pessoas com condição econômica e social que deixa muito a desejar sejam impedidos de galgar um patamar melhor de condição de vida e de renda, mediante, sobretudo, educação, educação de qualidade.

Temos que louvar muitas iniciativas do Governo na área da educação, a preocupação em estabelecer instrumentos de financiamento da educação, principalmente a educação fundamental, mas ainda há muito o que fazer nessa área. Estou concluindo alguns estudos que, inclusive, mostram, comparando com outros países do mundo, que, por maior que seja a atenção que se dê a educação, se ela não vier acompanhada de um reconhecimento do mérito, do valor do professor, inclusive do ponto de vista de sua retribuição salarial, isso não significará muito, porque não estamos valorizando o agente da transmissão do conhecimento: o professor.

Portanto, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, quero concluir, esperando que esse relatório do Banco Interamericano de Desenvolvimento, BID, seja devidamente considerado, examinado pelas Lideranças políticas do nosso País, pelos Governos Estaduais, pelo Governo Federal, no sentido de tirar daqui experiências e resultados que possam levar ao fortalecimento do processo educativo no nosso País, no aumento de ofertas educacionais a todos indistintamente, para que as populações mais pobres, marginalizadas, encontrem instrumentos de promoção e elevação social.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos. (Pausa.)

Concedo a palavra ao eminente Senador Joel de Hollanda, por cessão do Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. JOEL DE HOLLANDA (PFL – PE. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, ocupo a tribuna desta Casa, na tarde de hoje, para falar sobre um assunto que nos preocupa a todos: o elevado número de acidentes de trabalho registrado em nosso País.

Consciente da gravidade do problema e resolvido a enfrentá-lo com determinação, o Governo Fernando Henrique Cardoso, com base em indicadores utilizados na análise dos casos de acidentes incapacitantes e fatais, vem desenvolvendo um conjunto de ações de prevenção, e promoveu, a partir de outubro de 1996, sob a coordenação da Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, a Campanha Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho – CANCAT.

Os números são verdadeiramente preocupantes, Sr. Presidente. A excessiva ocorrência de acidentes de trabalho, em nosso País, lamentavelmente colocam o Brasil em décimo lugar no **ranking** mundial, segundo dados da Organização Internacional do Trabalho – OIT.

Recentemente, a revista mensal **CIPA** – *Caderno Informativo de Prevenção de Acidentes*, publi-

cada em São Paulo pela CIPA Publicações, Produtos e Serviços Ltda, divulgou um importante relatório sobre os acidentes de trabalho ocorridos no País, nos últimos 25 anos.

Os dados apresentados foram extraídos de Boletins do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS e das Comunicações de Acidentes de Trabalho – CATS e são, portanto, praticamente idênticas às apresentadas oficialmente pela Secretaria de Segurança e Saúde do Trabalhador – SSST, do Ministério do Trabalho.

Segundo essas estatísticas, o número de mortes por acidente de trabalho, em 1996, foi de 5.538, considerado o pior resultado dos últimos 5 anos. Naquele mesmo ano, 25.095 trabalhadores ficaram permanentemente incapacitados para o trabalho e outros 353.170 estiveram temporariamente afastados de suas atividades laborais por causa de acidentes.

A situação é ainda mais grave do que pensamos, Srªs e Srs. Senadores. Há fortes evidências de que os números que acabo de citar, embora provenham de fontes oficiais, não refletem fielmente a realidade nacional.

Suspeita-se de que os dados oficiais sejam construídos a partir de um alarmante sub-registro, havendo fortes indícios da ocorrência de uma subnotificação dos acidentes de trabalho ocorridos nos últimos anos em nosso País.

Há denúncias de que somente os acidentes graves ou fatais têm sido comunicados e de que milhares de pequenos acidentes passam despercebidos, ficando fora das estatísticas apresentadas pelas autoridades competentes.

Essa subnotificação é extremamente preocupante e prejudicial, pois faz com que as campanhas desenvolvidas pela Secretaria de Segurança e Saúde no Trabalho, do Ministério do Trabalho, sejam montadas a partir de dados que não refletem o número real de acidentes ocorridos no País.

O próprio Secretário de Segurança e Saúde no Trabalho, Zuher Handar, afirma ter consciência do alto índice de sub-registro, mas considera que, mesmo assim, as campanhas são válidas e inserem-se em um conjunto de medidas da política do atual Governo para o setor, delineadas no Programa de Melhoria das Condições e dos Ambientes de Trabalho, no País.

Embora seja louvável o empenho do Governo em enfrentar a questão, não poderia deixar de registrar aqui alguns graves problemas, mencionados na supracitada revista CIPA, em seu artigo "Acidentes de Trabalho – As estatísticas oficiais não refletem a realidade".

Um dos maiores problemas reside no fato de que a fiscalização do trabalho, com contingente de médicos do trabalho e engenheiros de segurança é altamente insuficiente e defasado, está absolutamente impossibilitada de atender toda a demanda.

Por outro lado, o desrespeito às normas não vem sendo eficazmente punido. Os empregadores que não fazem a devida Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT – aos órgãos competentes, não sofrem autuações nem são punidos, e essa impunibilidade acaba incentivando os maus empresários a não cumprir as normas referentes aos acidentes de trabalho.

Segundo o mencionado artigo, o Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho" – Diesat – vem denunciando, há tempos, o mau gerenciamento das Comissões Internas de Prevenção de Acidentes – CIPAs – e a pouca eficácia da Campanha Nacional de Combate aos Acidentes de Trabalho – Cancat -, justamente em função da subestimação do número de acidentes de trabalho que ocorrem no País.

O Diesat ressalta que, sem uma análise mais qualitativa do problema e sem dados que reflitam a real ocorrência dos casos de acidentes de trabalho, todo o empenho do Governo em erradicar as causas da ocorrência desses acidentes no País fica fortemente prejudicado.

Por essa razão, ao concluir meu pronunciamento, gostaria de fazer um apelo às autoridades do Ministério do Trabalho, para que intensifiquem as ações de fiscalização das condições de trabalho em todo o território nacional e sejam mais rigorosos prioritariamente com as classes, grupos e atividades econômicas que vêm apresentando maior número de acidentes incapacitantes e fatais em nosso.

Era o que eu tinha a dizer.

Muito obrigado. (Pausa.)

O Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário, deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Joel de Hollanda, suplente de secretário.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Prosseguindo na lista de oradores inscritos, concedo a palavra ao Senador Carlos Patrocínio.

S. Exª dispõe de 20 minutos.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, gostaria apenas de fazer algumas considerações a respei-

to dos cortes havidos no Orçamento Geral da União. Quero fazê-las principalmente em nome do meu Estado, que é pobre, recém-criado, e que deveria ter recebido o beneplácito do Governo, como ocorreu por ocasião da divisão dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, uma vez que a Lei Complementar estabelece para o Tocantins o mesmo tratamento dado aos a esses dois Estados.

Sr. Presidente, a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, tendo em vista a disposição do Executivo de cortar visceralmente o orçamento em cerca de pouco mais de oito bilhões de reais, houve por bem devolver a peça inicial para o mesmo Poder, mesmo porque nós, como membros da Comissão Mista de Orçamento, considerávamos inconveniente o Congresso Nacional fazer cortes, sobretudo em áreas essenciais, como a social, conforme verificado.

Gostaria de dizer, Sr. Presidente, que o Tocantins, assim como todos os outros, considerou o corte profundo demais. Nosso Estado, que não foi bem contemplado pela execução do orçamento deste ano – ainda não recebemos cerca de 100 milhões do orçamento de 1998 – perderá em 1999 R$37.600 mil, cifra que corresponde a 26% do que estava determinado na primeira peça orçamentária, conforme a proposta que está sob a análise da Comissão Mista de Orçamento.

Em áreas essenciais, como, por exemplo, a rubrica de atendimento à criança carente em creches, a verba passou de R$1.600,00 mil para R$1.100,00 mil. No primeiro orçamento foram destinados R$1.350 mil para a área de assistência integral à criança e ao adolescente; na atual proposta, apenas R$280.641,00. No setor rodoviário o corte foi muito maior, apesar de o Tocantins possuir poucas rodovias federais, sendo que algumas delas nunca foram pavimentadas. Estão nos mapas rodoviários, mas não têm asfalto; apenas com cascalho. A BR – 153 sofreu cortes no momento em que não podia recebê-los. Desta tribuna, já tive oportunidade de chamar a atenção da Casa para a Ponte do Estreito, é comum a duas grandes rodovias do norte do País, a Belém/Brasília e a Transamazônica. Em condições precaríssimas, a Ponte do Estreito está em fase de restauração. Agora as obras foram paralisadas por falta de liberação de recursos. Estive naquele local e soube que o engenheiro chefe da região deu ordens para que só liberassem o tráfego em um sentido. Se houver interdição da Ponte do Estreito, será bloqueada a única ligação, por terra, entre o norte e o sul do País.

Sr. Presidente, o Tocantins é o único Estado da Federação que não conta com uma universidade federal, e tenho chamado a atenção dos dirigentes do País para esse fato. Temos solicitado, insistentemente, recursos para que possamos ter a nossa universidade. Inicialmente em nosso Estado havia uma universidade pública. Posteriormente, ela foi transformada numa fundação pública de direito privado. Existe uma grita constante da comunidade estudantil, a qual alega que a Universidade do Tocantins foi privatizada. Na realidade, até certo ponto o foi, porque os alunos passaram a pagar para ali estudar.

Na primeira versão do orçamento foram destinados cerca de R$3.2 milhões para assistência financeira à Universidade do Tocantins – Unitins; na nova proposta, desapareceram os R$ 3.2 milhões e, em seu lugar, está registrado o número zero, ou seja, a Universidade do Tocantins não vai receber absolutamente nada de aporte do Governo Federal, e – repito – o nosso Estado figura como o único do País que não tem uma universidade federal. Considero isso uma discriminação terrível contra nossos jovens.

Sr. Presidente, queria apenas chamar a atenção dos eminentes Parlamentares para os cortes substanciais no Orçamento. O Tocantins se sente muito prejudicado. Os cortes maiores deveriam recair sobre aqueles Estados mais bem-estruturados, como os das Regiões Sul e Sudeste, que sempre receberam as maiores verbas do Orçamento, e não cortes para os Estados do Norte e Nordeste, conforme, inclusive, pronunciamento do Senador Antonio Carlos Magalhães com relação aos cortes do Orçamento para aqueles Estados. Pude ler nos jornais a tristeza do Senador Antonio Carlos Magalhães com relação aos cortes orçamentários para o Norte e Nordeste.

Portanto, quero fazer coro com aqueles que vão tentar, de uma forma, ou de outra, por meio de emendas parlamentares, suplementar esses recursos. O nosso Estado se sente desprestigiado, nós que vemos, a cada momento, os recursos escassearem mais e mais. A nossa Universidade até há pouco recebeu um aporte de ajuda do Governo Federal. Agora, orçamentariamente, não teremos absolutamente nada.

Estamos fazendo gestões junto à Bancada do Estado de Tocantins, para tentarmos fazer uma suplementação no intuito de ajudar o Governador do Estado nessa tarefa difícil que vem enfrentando, de melhorar os indicadores econômicos e sociais do

Estado mais pobre, de menor renda **per capita** da Federação. Todavia, nos tem faltado esse apoio do Governo Federal.

Mais uma vez, em nome da Bancada do meu Estado, do Norte e do Nordeste também Região a qual pertence V. Exª, Sr. Presidente , pedimos ao Executivo Federal que nos ajude na alocação de recursos para as áreas sociais que não podem prescindir do Governo Federal, principalmente os Estados que estão começando sua vida agora, onde campeia a seca, como está acontecendo no Nordeste e aconteceu em nosso Estado.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Permite-me V. Exª um aparte?

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Concedo o aparte a V. Exª, com muito prazer.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – O que acontece no Senado é a falta de união dos próprios Senadores dos Estados pequenos. Na verdade, os maiores Estados têm seus líderes, que fazem a defesa e zelam por interesses que não são os dos Estados pequenos. Diferentemente da Câmara, se nesta Casa se juntassem os Senadores dos pequenos Estados e que ora estão sendo prejudicados, evidentemente, eles seriam respeitados. Como há desunião total para zelar por esses interesses, a população dos pequenos Estados é prejudicada em deliberações neste plenário. No dia em que acabar o voto de liderança, no dia em que os Senadores tiverem autonomia de voto, no dia em que cada um votar no interesse da população do seu Estado, esses pequenos Estados unidos estarão fazendo sua defesa. V. Exª está correto quando afirma que é absurdo o fato de o Estado do Tocantins não contar com uma universidade federal, apesar de estar crescendo, desenvolvendo-se. Embora a educação deva ser prioridade, o Governo Federal não destina recursos para a instalação de universidade em um dos 27 Estados brasileiros. Lamentavelmente, ninguém tem interesse na área da educação. No meu Estado, Senador Carlos Patrocínio, há uma universidade federal, que se mantém quase à custa de esmolas, pois os recursos não chegam até lá. A despeito da carência de recursos, a instituição ainda está de portas abertas. Este Governo não tem a educação como prioridade, já que visa fazer cortes na educação, saúde e agricultura. Conseqüentemente, a população está cada dia mais pobre e desassistida. Os nossos Estados deveriam apresentar um comportamento diferente. São Paulo, por exemplo, conta com 70 Deputados Federais, o Estado de V. Exª, 8, e o meu, também 8. São Paulo, o Estado de V. Exª e o meu, porém, possuem 3 Senadores cada um. Se tivéssemos de fazer alguma coisa nesse sentido, deveríamos fazê-lo aqui nesta Casa, mas há falta de interesse, de união ou de discussão em grupo. O lema aqui é"salve-se quem puder" e "quem pode mais chora menos". Uma minoria é contemplada com os recursos em detrimento dos outros Estados, que ficam à mercê da sorte, abandonados. Não tivemos a paciência de nos valorizar. Alguns aqui são valorizados, são estrelas, conseguem tudo. A falta desse exercício da união é que está deixando nossos Estados à míngua. Até porque muda-se a data de orçamento, diminuem-se prazos, tanto se faz às barbas desta Casa e ninguém faz nada. Obrigado pelo aparte.

O SR. CARLOS PATROCÍNIO (PFL – TO) – Agradeço o aparte de V. Exª, com o qual concordo inteiramente. Penso que nos subestimamos efetivamente. As Bancadas deveriam se organizar melhor para representar com mais intransigência suas respectivas regiões.

Neste ano, não poderemos apresentar emendas por meio das Bancadas regionais, mas tão-somente as emendas de bancada, as emendas individuais e as emendas chamadas de 2/3. As emendas regionais, onde sempre procuramos agrupar os interesses regionais, não teremos mais.

Quero fazer um apelo aos Presidentes das Comissões para que dêem prioridade às obras em andamento em nosso País. Ainda temos essa válvula, que é a emenda de Comissão. Portanto, gostaria de fazer esse apelo aos diversos Presidentes, membros das Comissões Permanentes da Casa, a fim de que possamos alocar recursos para que tenham continuidade algumas obras em franco andamento em nosso País.

Era isso o que tinha a dizer.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel de Hollanda) – Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Sr. 1º Secretário em exercício, Senador Lúcio Alcântara.

É lido o seguinte:

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Ofício nº 23/98 – CAS

Brasília, 4 de novembro de 1998

Senhor Presidente,

Nos termos do § 2º, do art. 91 do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência, que esta Comissão aprovou o Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, que "dispõe sobre a Língua

Brasileira de Sinais, e dá outras providências", em reunião de 28 de outubro de 1998; que incluído em turno suplementar na reunião de 4 de novembro de 1998, foi definitivamente adotado sem Emendas.

Atenciosamente, – Senador **Ademir Andrade**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Joel Hollanda) – Com referência ao ofício que acaba de ser lido, a Presidência comunica ao Plenário que, nos termos do art. 91, §§ 3º a 5º, do Regimento Interno, abrir-se-á o prazo de cinco dias úteis para a interposição de recurso por um décimo da composição da Casa para que o Projeto de Lei do Senado nº 131, de 1996, cujo parecer foi lido anteriormente, seja apreciado pelo Plenário.

O Sr. Joel de Hollanda, suplente de Secretário, deixa a cadeira da residência, que é ocupada pelo Sr. Carlos Patrocínio, 2º Secretário.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador José Saad.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, de volta a esta Casa e a este plenário, a maioria das Senhoras e dos Senhores Senadores retorna ainda sob o rescaldo da campanha eleitoral, que deixou profundas indagações e questionamentos senão uma lição exemplar sobre os vícios e as virtudes que marcaram a condução do processo eleitoral.

A pulverização dos partidos políticos, os conchavos, os estranhos acordos, objetivando apenas o interesse de grupos sem a mínima preservação de princípios ou ideologias partidárias e o debate sobre os acertos e desacertos do instituto da reeleição delinearam o novo mapa político nacional. Acrescentem-se a isso as promessas e os compromissos de campanha, baseados nos recursos orçamentários rotineiros, que agora, em face de um novo pacote, vão mergulhar ainda mais a classe política no descrédito popular.

Como explicar, por exemplo, que o Projeto Cooperflores de Goiás, o maior projeto de lavoura irrigada do mundo em fase de implantação, tenha, de repente, 95% dos seus recursos cortados?

Como justificar que a RIDE, Conselho da Região Integrada do Desenvolvimento do Entorno, que recebeu os aplausos quando da sua sanção pelo Palácio do Planalto, pelo cunho redentor que significou para toda uma região esquecida e maltratada, que é a região do Entorno, seja inviabilizada pela ausência de seus prováveis recursos? Se não existe dinheiro para pagar os 28% pleiteados e compromissados aos servidores do Distrito Federal, o que falar, então, dos recursos para o Projeto de Equiparação Salarial para os servidores da área de saúde, educação e segurança de Goiás, na região do Entorno, já aprovado na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania?

Há ainda medidas adotadas que consideramos de inaceitável iniquidade, como o corte nas dotações de alguns Estados, particularmente o Estado de Goiás, que vai sofrer um corte de mais de 60% nos investimentos a que teria direito naturalmente.

Questiona-se esse critério quando há Estados que serão sacrificados com cortes que representam menos de 10% das dotações. Além do que, segundo conceito emitido pelo próprio Presidente da República, Goiás tem-se mostrado um dos Estados menos problemáticos. Então, por que esse tratamento injusto e desigual?

Diante da perplexidade do momento político que vivemos, agrava-se, ou não tem mais como agravar-se, a credibilidade da classe política brasileira.

Na escala da pirâmide de conceito da opinião pública, colocamo-nos em último lugar, despontando como instituições mais dignas de confiança e crédito: a Igreja, as Forças Armadas, os sindicatos e as ONGs – Organizações Não-Governamentais.

Entretanto, o dramático contraponto desta realidade se verifica nesta Casa. Aqui, diuturnamente, as mais expressivas e brilhantes personalidades labutam, colocando sua inteligência, seu trabalho, sua competência, seu conhecimento a serviço do povo, a serviço da Nação brasileira.

Mas os desafios estão presentes, as reivindicações são muitas, e a sociedade, a cada dia, é mais consciente, mais mobilizada, fazendo-se presente na conquista do que considera seus direitos.

Nesta segunda quinzena de novembro, a Capital Federal da República assistirá a um evento da maior importância. Será um protesto em favor da preservação do emprego dos brasileiros e da produção nacional e terá não um conteúdo genérico – apesar de que, no fundo, o geral é sempre o resultado da soma de situações específicas -, mas, sim, um teor particularizado e concreto. Será o protesto dos produtores brasileiros de leite contra a política de importação de produtos lácteos, que está destruindo a produção nacional. Os organizadores do protesto pretendem levar, para a Esplanada dos Ministérios, até quase a esta Casa, dez mil produtores. O núme-

ro de vacas leiteiras que os acompanharão ainda não foi estimado, Sr. Presidente.

Infelizmente, a conjuntura difícil por que passa o leite produzido aqui dentro não é dele exclusiva, mas atinge igualmente outros produtos e – por que não dizer – o setor agropecuário como um todo. Pois o que está na raiz do processo de lenta agonia em que vai mergulhando a agropecuária brasileira é o equívoco de uma política de comércio exterior, é a avalanche de importações a preços subsidiados em seus países de origem, sem haver qualquer mecanismo de compensação a quem produz aqui dentro e gera emprego aqui dentro, isso tudo aliado às más condições financeiras do nosso País – juros escorchantes, prazos curtos, financiamento de câmbio valorizado -, condições que geram insuportáveis custos para o agropecuarista brasileiro.

Cabe, entretanto, às organizações de produtores rurais de nosso País irem para a rua e protestarem, seguindo o exemplo dos produtores de leite. Não se deve assistir de braços cruzados ao aniquilamento do nosso campo. Louvo, portanto, a iniciativa dos produtores de leite de marcharem até Brasília, pretendendo, neste meu discurso, juntar minha voz ao esforço de luta dessa gente.

O Brasil é praticamente auto-suficiente na produção de leite. Em 1997, produzimos 20 bilhões e 353 milhões de litros de leite. Isso para um consumo de 22 bilhões e 152 milhões de litros. A diferença entre a produção e o consumo é, portanto, de 1 bilhão e 799 milhões de litros de leite, o que corresponde a apenas 9% do nosso atual nível de produção. Vale lembrar que a auto-suficiência na produção de leite, por conta do abastecimento de toda a cadeia produtiva que utiliza o leite como insumo básico, reduziria a necessidade de importar leite em pó, iogurtes, queijos, manteiga e outras mercadorias.

Com um pouco mais de boa vontade por parte das autoridades do Governo Federal, traduzida em aumento do nível de proteção externa ao setor, esses 9% seriam, em breve tempo, alcançados e ultrapassados. Não tenho a menor dúvida quanto a isso. Passaríamos, então, de importadores a exportadores de produtos lácteos. Deixaríamos de gastar 456 milhões de dólares/ano, que foi quanto o Brasil despendeu com a importação de lácteos no ano passado. Neste ano, somente de janeiro a agosto, essas importações já atingiram US$367 milhões, um aumento de cerca de 20% em relação ao mesmo período do ano passado.

Deve-se dizer, a bem da verdade, que o Governo Federal tomou algumas medidas pontuais, no começo deste ano, em defesa do setor de produtos lácteos. A alíquota de importação para leite em pó e para queijos foi elevada para 33%. A importação de produtos lácteos deixou de contar com licenciamento automático. E o financiamento de importações de leite em pó foi limitado a 30 dias.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Permite V. Exª um aparte, nobre Senador José Saad?

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO) – Pois não, nobre Senador Ernandes Amorim.

O Sr. Ernandes Amorim (PPB – RO) – Nobre Senador José Saad, o discurso de V. Exª assemelha-se ao que farei e enfoca o abandono em que o País se encontra por parte das autoridades, sob o comando de uma equipe econômica que faz com que o Brasil chegue às condições a que V. Exª se refere no momento. Há pouco, eu falava com o Senador Carlos Patrocínio da necessidade, mais do que nunca, da união dos Senadores a fim de buscar soluções para esses problemas. As soluções da área econômica não vêm ao encontro do interesse da população brasileira. Veja V. Exª que o leite produzido na Argentina é subsidiado e exportado para o Brasil, e as autoridades permitem que esse leite seja aqui vendido por preços baixíssimos. A produção por unidade/vaca é três ou quatro vezes maior do que a brasileira, e a entrada desse leite está aniquilando o potencial dos produtores de leite. A agricultura e a pecuária são a saída para este País. É preciso que o Senado trabalhe muito para defender os interesses do País, porque a equipe econômica vai afundar, vai acabar com a nossa produção, que é o que lhe interessa, porque, quando sai do governo, vai ser administrador de banco e até banqueiro. Vamos, Senador, defender o nosso desenvolvimento e a nossa produção. Parabenizo V. Exª por ter chamado a atenção para o assunto com o discurso que faz. Muito obrigado.

O SR. JOSÉ SAAD (PMDB – GO) – Agradeço pela participação de V. Exª, com quem estou inteiramente de acordo.

Abordo, neste instante, o problema da Argentina, inclusive a operação triangular, em que ela importa o leite em pó de outros países e vende para o Brasil por intermédio do Mercosul, colocando os preços do nosso leite em baixa.

Qual a realidade que se vê? Aumento da importação de lácteos em 20% de janeiro a agosto deste ano em relação ao mesmo período do ano passado! Ora, isso demonstra que algo mais deve

ser feito para impedir o naufrágio da produção nacional.

É interessante notar que, de acordo com estimativas feitas a partir do Censo Agropecuário, os níveis de modernização e de produtividade do setor têm aumentado continuamente.

Como explicar, então, a também contínua e progressiva perda de competitividade dos produtores nacionais de leite?

Ora, os produtores de leite, a exemplo de todos ou de quase todos os produtores nacionais, são vítimas das más condições macroeconômicas do País. Nossos juros são os maiores do mundo, inviabilizando o financiamento da produção. Os prazos que acompanham as raras linhas de créditos existentes são muito mais curtos do que os disponíveis para nossos competidores externos em seus países de origem. Para completar, nossa moeda, o real, encontra-se sobrevalorizada – alguns estimam entre 15% a 20% -, o que, como sabemos, tem o efeito de baratear as importações e encarecer nossas exportações. Esses são fatores conjunturais perversos que prejudicam a produção do País como um todo.

Pois bem, como se não bastasse esse elenco de infelicidades, o produtor nacional de leite ainda enfrenta duas terríveis adversidades. A primeira, ele compartilha com outros produtores de bens primários; a segunda, parece-me, é somente dele.

A primeira diz respeito ao fato, sabido por todo mundo, que a produção de leite importada da Europa, da Nova Zelândia e da Austrália, nossos principais competidores fora do Mercosul, é altamente subsidiada. É impossível competir com o tesouro dos países europeus num contexto em que os subsídios à agropecuária brasileira foram eliminados. Simplesmente não dá! É interessante isto: eles lá, apesar de gostarem de nos ensinar lições sobre livre comércio, protegem seus produtores da competição externa. Nós, aqui, ouvimo-lhes a lição, calados e cabisbaixos, enquanto atiramos nossos produtores às feras. Pergunto: será que não há alguma coisa errada nessa antipolítica nacional?

Sem justificar, de forma alguma, o pouco nível de proteção que o nosso Governo confere aos produtores de leite em face da competição de produtos subsidiados, gostaria de lembrar a esses produtores que o Brasil adotou, não faz muito tempo, uma legislação **antidumping** e que essa legislação deve ser melhor explorada. Quero dizer, os produtores devem entrar com ações **antidumping** contra a importação subsidiada de leite. Em todo o mundo desenvolvido, a legislação **antidumping** passou a ser usada como barreira contra importações indesejadas. E por uma razão muito simples: tal legislação encontra-se fora do alcance das regras da Organização Mundial de Comércio (OMC).

A segunda adversidade a atrapalhar a produção nacional de leite são as importações da Argentina, que, de acordo com indícios concretos, tem comprado o leite em pó mais barato de terceiros países para reexportá-lo ao Brasil com alíquota zero. É a chamada operação comercial triangular. Isso ocorre porque o leite em pó faz parte da lista de exceção do Brasil junto ao Mercosul. Aqui a alíquota de importação para o leite em pó é 33%. Na Argentina é diferente, ela é mais baixa, segue o regime geral da Tarifa Externa Comum (TEC) e está em 19%. O que os argentinos fazem? Importam leite em pó pagando apenas 19% de alíquota de importação e, depois, dentro do Mercosul, exportam o mesmo leite em pó para o Brasil com alíquota zero.

O que demonstra que isso está acontecendo? O fato de que a exportação de leite em pó argentino para o Brasil, no primeiro semestre deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, aumentou 49%. Isso comparado com um aumento de menos de 1% na produção de leite em pó argentino, num contexto de demanda interna aquecida.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, não gostaria de me despedir sem deixar uma palavra sobre os produtores de leite do Estado de Goiás. A pecuária leiteira em nosso Estado, em razão de sua história de sucesso e de sua constante evolução, enche de orgulho todo o povo goiano.

Em apenas quatro anos, Goiás passou de quinto para segundo maior produtor de leite do Brasil. Nesse período, a produção do Estado cresceu 63%, superando em muito a média nacional, que foi de 29%.

Modernização dos métodos de produção, mecanização e maior especialização por parte dos produtores de leite goianos explicam como foi possível esse verdadeiro salto que o Estado deu no setor. Basta dizer que a produtividade por vaca leiteira, em Goiás, praticamente dobrou em 11 anos. Era de 669 litros por vaca ao ano, em 1985, e passou a 1.316 litros, em 1996. Hoje, a produção de leite em Goiás é responsável pela geração de 220 mil empregos diretos e indiretos no Estado, e 90% da produção é vendida para outros Estados.

Portanto, Sr. Presidente, temos aqui um exemplo de competência inegável. A única nota que não acompanha essa história de êxito, lamentavelmente, é a que se refere aos preços pagos ao produtor, cada vez mais deprimidos. Em oito anos, o produtor goiano acumulou, em termos reais, 47,5% de perda em sua receita. Em abril de 1990, pagava-se R$0,40 por um litro de leite, em julho deste ano pagava-se apenas R$0,21. Somente do Plano Real para cá, as perdas somam 34,38%.

Dessa forma, ao encerrar minha participação nesta tribuna, faço um apelo para que os reclamos dos produtores brasileiros de leite sejam ouvidos pelas autoridades governamentais. Também dou as boas-vindas aos produtores que chegam a Brasília, os quais, em marcha, vêm aqui protestar contra a destruição de seu setor pelas importações subsidiadas, exercendo um legítimo direito.

Algumas medidas que poderiam, sem demora, ser tomadas para preservar a produção de leite nacional são as seguintes:

– aumento da alíquota de importação do leite **in natura** e de todos os produtos derivados do leite para 35%, que é a alíquota máxima permitida no âmbito da OMC;

– rigorosa inspeção fitossanitária sobre tais produtos; (aqui o Brasil em nada estaria inovando, pois são essas barreiras não tarifárias às importações as mais usadas pelos países desenvolvidos para impedir a entrada de nossos produtos primários em seus mercados);

– estabelecimento de cotas para importação do leite **in natura** e do leite em pó;

– negociação com a Argentina no sentido de impedir a triangulação comercial do leite em pó. A maneira mais fácil de fazê-lo seria pelo aumento da alíquota de importação argentina de 19% para algo mais próximo dos 33% existentes no Brasil.

Srªs e Srs. Senadores, Sr. Presidente, muito obrigado.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Concedo a palavra ao eminente Senador Gilvam Borges. (Pausa.)

Concedo a palavra ao nobre Senador Ernandes Amorim.

O SR. ERNANDES AMORIM (PPB – RO. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, estava atentamente ouvindo o discurso do nobre amigo, Senador José Saad. S. Exª disse uma frase que exprime quase tudo: "É um elenco de infelicidade que recai sobre o povo brasileiro".

Ouvi, também, o que disse há pouco o Senador Roberto Requião, em seu discurso, sobre o dinheiro que o Brasil toma emprestado lá fora, a juros de 42% ao ano, emprestando-o depois a 6% ao ano, para alguém em outros países. Não entendo como isso acontece. Não sei da origem desse absurdo, dessa diferença na área econômica.

Vejo o nobre Senador Bernardo Cabral usar o microfone para falar sobre a questão do Projeto Calha Norte, que, em Governos passados, tinha mais de R$40 milhões de recursos; neste ano, terá R$2 milhões e, no próximo ano, nenhum. É um projeto importantíssimo para o Brasil, que possui grande extensão de fronteiras, e, por isso mesmo, deveria merecer do Governo Federal atenção especial, principalmente quando se fala na segurança do nosso País, na vigilância das nossas divisas, na contenção do narcotráfico e na ocupação da Região Norte. Esse projeto receberá apenas R$2 milhões.

O Senador Josaphat Marinho deixou-me espantado quando disse que o Brasil está buscando US$40 bilhões lá fora, e esta Casa sequer é consultada sobre onde vai ser investido o dinheiro, a quem será pago ou qual a modalidade de pagamento da dívida. E, lamentavelmente, um Ministro diz que esta Casa possivelmente será informada e que, no segundo empréstimo, será consultada.

Na verdade, diante de tudo isso, eu me pergunto: será que o Senado já não está ficando ocioso nesse sistema? Será que não deveria haver só o Senado ou só a área econômica, já que não existe atuação da maioria dos Senadores no setor da economia?

Reclamei muito, no ano passado, sobre os empréstimos a Estados com problemas ou falidos. Esses Estados, por meio de algumas Lideranças, conseguiam da área econômica financiamentos astronômicos, mesmo Estados que deram prejuízo, que não cuidaram da sua administração, e que, no fundo, além de prejudicar a própria população, prejudicaram também toda a Nação, porque muito dinheiro do Governo Federal foi mandado a eles com aquiescência deste Senado. Na maioria dos casos, os Senadores tinham conhecimento de que não deveriam ser aprovados, mas, não olhando com o rigor da lei, não cumprindo dispositivos constitucionais, aprovavam empréstimos. Ninguém valoriza os recursos fe-

derais, os recursos do povo. Isso vem acontecendo no País.

Esta Casa tem 81 Senadores é diferente da Câmara, com seus 513 Deputados Federais. São Paulo tem mais de setenta Deputados Federais, e um Estado pequeno tem quatro. Por outro lado, São Paulo tem três Senadores, e um Estado pequeno também.

Nesta Casa, há alguns Senadores privilegiados por serem Líderes ou por já serem mais velhos na política. E, por serem muito amigos de autoridades no Poder, juntam-se a uma minoria e conduzem esta Casa da forma como esta minoria pensa. A maioria dos Senadores, porém, quase sempre representantes dos pequenos Estados, deveria contar com um Conselho ou deveria fazer uma reunião de vez em quando. Esses parlamentares vivem abandonados, não participam das grandes decisões, mas seus votos são tão importantes quanto os de São Paulo, Bahia ou Rio Grande do Sul.

Não estamos menosprezando a nós mesmos, nem sendo desorganizados. Alteraram o Orçamento como quiseram. Mudaram-se o prazo. Votam-se matérias de última hora e o Senador não tem conhecimento do que está votando, nem que parcela do Orçamento será destinada a seu Estado. As regras já vêm da área econômica de goela abaixo. Parece que esta Casa é subordinada ao Ministério da Fazenda, pois ninguém fala nada, já que alguns estão satisfeitos. No entanto, a maioria, insatisfeita, precisava acordar, a fim de buscar uma saída para a divisão do bolo do Orçamento, visando à destinação correta dos recursos, muitos dos quais aplicados irregularmente, em detrimento de outros. Vários cortes estão sendo feitos na Educação, na Saúde e na Agricultura, áreas que deveriam ser prestigiadas em nosso País, nação em vias de desenvolvimento, porém, são justamente os setores que sofrem mais cortes.

Não sairemos nunca dessa crise se o Governo Federal, o Senado, o Parlamento ou a área econômica não pensarem em fazer investimentos. Não sou economista; sou agricultor e pecuarista, e sei que para este País se desenvolver o Governo Federal tem que fazer investimento na área da agricultura. Não se pode querer exportar sem produzir – a exemplo do discurso que o Senador José Saad fez há pouco. Eu também passo a fazer um relato a respeito dessa área da agricultura.

Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, há quatro anos, quando a equipe econômica do Governo Federal decidiu pela polêmica estratégia de voluntariamente formar um déficit nas contas externas, a justificativa era a necessidade de importar poupança externa para o País, e, por conseqüência, assumiu o risco de financiar um déficit externo por meio do ingresso de capitais financeiros especulativos, e não pelo esforço do trabalho, do produtor e do exportador.

Com os últimos acontecimentos, como a quebra da Rússia e dos Tigres Asiáticos, fica provada a necessidade de direcionarmos a nossa política econômica para o fortalecimento do setor produtivo, em especial para a agricultura e a pecuária.

Em visita ao Ministro da Agricultura Francisco Turra, tive oportunidade de constatar que, apesar dos esforços e da vontade de realizar, o nosso competente Ministro Turra está amarrado a um orçamento irreal para as necessidades mínimas da nossa agricultura e pecuária. E como se não bastasse o estado de indigência por que passa o setor, o seu Ministério foi contemplado, no Orçamento de 1999, com o maior corte de recursos de sua história.

E aí fica a indagação: como plantar? Como melhorar o nosso rebanho? Como pesquisar em busca de produtividade e do melhoramento genético?

Pelos números do Ministério da Agricultura, baseados no cruzamento de dados levantados na Organização para o Fomento da Agricultura – FAO, no Departamento de Agricultura dos Estados Unidos e na Secretaria de Comércio Exterior, as exportações mundiais de lácteos atingiram, em 1997, um volume total de 28,41 bilhões, e a participação brasileira foi inexistente.

Por outro lado – o que é incompreensível -, o Brasil participou com apenas 2,5% das exportações de carne bovina. A carne suína, a mais consumida no mundo, representou, no ano passado, um total de vendas externas de apenas R$140 milhões, menos de 1% do mercado mundial.

Como entender o desempenho da exportação da nossa agropecuária, quando temos hoje o segundo maior rebanho do mundo? Nada exportamos, pelo contrário, importamos milhares de dólares de leite. Faltam-nos a pesquisa, a produtividade, a competitividade, aliadas a uma agressiva campanha de vacinação para combater a aftosa e a brucelose.

A nosso ver, a grande revolução acontecerá com o estímulo à produtividade e à capacitação pro-

fissional, pela designação de tecnologia, pela pesquisa e ainda pelo crédito com juros subsidiados ao agricultor. Temos potencial e solos da melhor qualidade, aliados à qualidade do nosso agricultor, que necessita de maior apoio técnico e de financiamento, com juros reais e adequados para o setor.

Como exemplo, permito-me citar novamente o setor leiteiro. Como competir com a Argentina ou com a Holanda, se a média de produção de leite no Brasil é de seis litros por vaca, enquanto na Argentina é de 16 e na Holanda, de 21?

Na agricultura, não é nada diferente. Produzimos 2.600 quilos de milho por hectare. A Argentina produz mais que o dobro, 4.500 quilos, e os Estados Unidos da América do Norte produzem 6.500 quilos por hectare. Todos sabemos que, com apoio tecnológico e competitividade, podemos ir muito mais longe que isso.

É necessário que não descuidemos do aspecto sanitário e da qualidade dos nossos produtos, uma exigência imperativa de ordem mundial. Temos que nos preocupar seriamente em erradicar a aftosa, a brucelose, as pragas e as endemias consideradas de alto risco e demonstrar que o Brasil livrou-se desses problemas, já que essa é a principal arma para derrubar restrições impostas pela Comunidade Européia e pelos Estados Unidos aos produtos agropecuários brasileiros.

Está claro e evidente que, para isso ocorrer, é preciso produzir um novo e vigoroso surto exportador, incrementando o financiamento, a produção e a conseqüente exportação e assim permitindo, para os próximos anos, um maior crescimento econômico, com melhoria de nível de emprego e de renda nacional. É vergonhoso para nós, brasileiros, e em particular para mim, que sou agricultor, ver meu País importar arroz, feijão e milho.

Sr. Presidente, Srªs e Srs Senadores, nós, da Amazônia, da Região Norte, sabemos que o Brasil produz e tem solos bons. No caso da Rondônia, não há seca ou enchente que abale a produção. Se plantarmos, já sabemos o quanto vamos colher. O solo é bom e as terras, baratas. Faltam a assistência do Governo Federal e o apoio bancário com recursos e juros baixos no tempo certo.

Já no Paraná e no Rio Grande do Sul os agricultores plantam, mas não sabem se vão colher. A Região Norte, onde plantamos e temos certeza de que vamos colher, está abandonada.

Há várias modalidades de crédito no Banco do Brasil, mas, se for àquele banco, o agricultor encontrará as portas fechadas ou nem sequer será bem atendido. Sabemos que a única saída para este País passa pela agricultura.

Estive nesta semana com o Ministro, que disse ter recebido um orçamento de R$200 milhões para trabalhar neste ano. Cortaram-no para R$130 milhões, depois para R$70 milhões. Agora, após uma briga violenta, voltou para os R$ 130 milhões, mas ele ainda não havia recebido os recursos – e o ano já está acabando.

Então, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, pelo que expus acima pode-se verificar a atenção do Governo Federal e da área econômica com a agricultura neste País.

Brasília é um exemplo de cidade que está sendo tomada por agricultores, que, sem apoio na área rural, correm para a periferia das cidades, formando esses amontoados humanos, trazendo problemas sociais para as cidades, para aqueles que nelas moram tranqüilos; enquanto isso, o campo fica abandonado, e as fazendas passam a desvalorizar-se. Algumas pessoas sem terra ou desempregadas, procurando o salário mísero que o Governo paga na sombra dessa coisa que chama de reforma agrária, e partem para invadir as fazendas que não têm o apoio do Governo, que não recebem financiamento para que o seu proprietário possa gerenciar a sua empresa, a sua fazenda.

Solicitei ao meu gabinete que providenciasse, junto à assessoria desta Casa, um projeto que eu possa apresentá-lo neste Plenário que busque uma maneira de nós fazendeiros discutirmos os nossos financiamentos diretamente com as áreas internacionais, sem o vínculo com o Banco Central, com a área econômica, um projeto que permita que tenhamos autonomia para buscar recursos externos e fazer investimento no Brasil. Se esses recursos vierem pela área econômica, vêm com juro subsidiado, com uma carga enorme de impostos, de custos financeiros, chegando às mãos do agricultor quando já não compensa mais trabalhar. Queremos essa autonomia, por meio desse projeto, para podermos negociar esses financiamentos diretamente com um país que necessite de alimentos, com uma empresa que queira produzir no Brasil. Muitas vezes, temos terra e mão-de-obra ociosas. Não se está produzindo, porque o principal é o capital, o dinheiro a custo compatível para se trabalhar na agricultura.

Espero que o projeto chegue a esta Casa em breve, receba especial atenção e seja aprovado, a fim de que possamos buscar uma saída para os produtores brasileiros e o leite não continue sendo importado da Argentina ou da Holanda. Que venhamos a valorizar nossos pecuaristas, nossas bacias leiteiras, que estão falindo, acabando com as últimas vacas produtoras de leite, por causa da má administração por parte da área econômica e por falta de interesse do próprio Governo Federal.

Quem sabe, se houvesse a união de um grupo de Senadores, poderíamos colocar ordem na desordem que aí está. Se os Senadores dos pequenos Estados, os Senadores que não estão participando diretamente do enterro do País procurassem se reunir no Congresso Nacional e discutir os problemas, evidentemente, muitas matérias deixariam de ser aprovadas, e o Orçamento seria discutido com maior paciência, a fim de que se analisassem e distribuíssem corretamente os recursos.

Chegamos a uma situação em que há, inclusive, falta de respeito com os Parlamentares. A nossa prerrogativa de apresentar emendas individuais e uma emenda por Bancada foi afetada, ou seja, o Estado não tem direito a uma emenda, por meio de seus representantes. O que nós, Senadores, temos para apresentar aos nossos Estados, como ocorreu agora, na campanha em que saí candidato a Governador? O que fizemos aqui foi aprovar o que o Governo queria, que é prejudicar o trabalhador, aumentar os juros, enfiar-nos as medidas provisórias "goela abaixo". Não fizemos nada que pudesse beneficiar os nossos Estados; para isso chamamos a atenção.

Espero que estas palavras não fiquem em vão. Em um dia de Casa cheia, quando todos os Senadores desses pequenos Estados estiverem presentes, vamos fazer um pronunciamento, convocando-os para, de vez em quando, realizarmos uma reunião informal e discutirmos, já que as atuais Lideranças do Governo não nos interessam, porque pouco estão preocupadas com as necessidades dos pequenos, dos produtores, do desenvolvimento e da produção. Se o estivessem, o caminho seria outro, e o Brasil não estaria do jeito que está.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Nada mais havendo a tratar, a Presidência vai encerrar os trabalhos, lembrando as Sras e aos Srs. Senadores que constará da sessão deliberativa ordinária de amanhã, às 14 horas e 30 minutos, a seguinte:

ORDEM DO DIA

– 1 –

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 15, DE 1998

Segundo dia de discussão, em segundo turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 15, de 1998, tendo como primeiro signatário o Senador Esperidião Amin, que altera o inciso VII do art. 29 da Constituição Federal (total da despesa com o funcionamento do Poder Legislativo municipal).

– 2 –

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 100, DE 1998
(Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 553, de 1998 – art. 336, **b)**

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 100, de 1998 (apresentado pela Comissão de Assuntos Econômicos como conclusão de seu Parecer nº 558, de 1998, Relator: Senador Gerson Camata), que autoriza o Estado do Maranhão a contratar operação de abertura de crédito, consubstanciada no Contrato de Abertura de Crédito e de Compra e Venda de Ações celebrado entre o Estado do Maranhão e a União, com a interveniência do Banco do Estado do Maranhão S.A. e do Banco Central do Brasil, celebrado em 30 de junho de 1998, no valor de duzentos e setenta e cinco milhões de reais.

(Poderão ser oferecidas emendas até o encerramento da discussão)

– 3 –

REQUERIMENTO Nº 349, DE 1998
(Incluído em Ordem do Dia nos termos do § 2º do art. 222 do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 349, de 1998, do Senador Pedro Simon, solicitando, nos termos regimentais, a inclusão em Ata de um Voto de Louvor ao Cardeal Arcebispo de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, por ocasião de sua aposentadoria e substituição à frente da Arquidiocese de São Paulo, tendo

Parecer favorável, sob nº 563, de 1998, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Romeu Tuma.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Patrocínio) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 17 horas e 14 minutos.)

PARECER Nº 20, DE 1998 – CN

Da COMISSÃO MISTA, incumbida de examinar e emitir parecer quanto à constitucionalidade e mérito da Medida Provisória nº 1.715-2, de 29 de outubro de 1998, que *"dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências."*

RELATOR: Deputado OSMANIO PEREIRA

I – RELATÓRIO

O Presidente da República, nos termos do art. 62 da Constituição Federal, submete à apreciação do Congresso Nacional o texto da Medida Provisória nº 1.715-2, de 29 de outubro de 1998, que *"dispõe sobre o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, e dá outras providências."*

A referida medida, em seu artigo 1º, autoriza o Executivo a implementar o Programa de Revitalização de Cooperativas de Produção Agropecuária – RECOOP, enquanto o art. 2º determina as condições das operações de crédito realizadas ao amparo do Programa. Em seu § 1º fica estabelecido que as operações de crédito, sob o amparo do RECOOP, após a negociação de descontos com os respectivos credores, terão como limite o saldo devedor, atualizado até 30 de junho de 1998, das operações ainda existentes em 30 de junho de 1997, e os recursos necessários para o pagamento de dívidas com cooperados ou trabalhistas, provenientes de aquisição de insumos agropecuários e de obrigações fiscais e sociais, também existentes em 30 de junho de 1997 e ainda não pagas.

O parágrafo 2º, do mesmo artigo, determina que *"ao montante apurado na forma do parágrafo anterior, serão acrescidos os valores*

destinados para capital de giro e investimentos essenciais e os recebíveis de cooperados, originários de créditos constituídos até 30 de junho de 1997, de acordo com o plano de revitalização da cooperativa."

O parágrafo 3° estipula que o pagamento da primeira parcela de capital das operações de crédito terá a carência de vinte e quatro meses e a primeira parcela de encargos financeiros será exigida no prazo de seis meses quando se tratar de recursos para a quitação de dívidas com o sistema financeiro, com cooperados, oriundas da aquisição de insumos agropecuários, de tributos, encargos sociais e trabalhistas, financiamento de valores recebíveis de cooperados.

O parágrafo 4°, do mesmo art. 2°, considera que, para os créditos para investimento, o pagamento da primeira parcela da operação " *terá carência de prazo equivalente ao de maturação do empreendimento previsto no projeto, aplicável a capital e encargos financeiros.*"

A exigência de parecer de auditoria independente sobre a procedência dos valores relacionados a dívidas existentes, bem como a apresentação do plano de desenvolvimento da cooperativa, aprovado em assembléia geral extraordinária, para habilitação da cooperativa as operações de crédito classificadas como de RECOOP, está contida no art. 3° da medida em questão. O mesmo artigo determina que no plano de desenvolvimento devem constar informações como a viabilidade técnica e econômico-financeira da cooperativa, projetos de capitalização, de profissionalização da gestão cooperativa, de organização e profissionalização dos cooperados, de monitoramento do próprio plano de desenvolvimento cooperativo.

Para obter financiamento do RECOOP, conforme o art. 4° da medida em análise, a cooperativa deverá comprovar a aprovação, pela assembléia geral, de reforma estatutária, contemplando, dentre outros, os seguintes aspectos: fusão, desmembramento, incorporação ou parceria; auditoria independente; acesso as informações por técnicos indicados pelo governo federal; mandatos e inelegibilidades dos conselhos de administração e fiscal; vedações aos administradores; responsabilidade pessoal do administrador pelos prejuízos que causar a cooperativa; responsabilidade dos membros do conselho fiscal por danos causados; e proibição de participação conjunta nos órgãos de administração e no conselho fiscal de parentes consangüíneos ou por afinidade.

O art. 5° autoriza o Poder Executivo a "*abrir linha de crédito, até o*

limite de R$ 2.100.000.000,00 (dois bilhões e cem milhões de reais) destinada a financiar itens do RECOOP de interesse das cooperativas cuja consulta prévia tenha sido acolhida, até 31 de julho de 1998, pelo Comitê Executivo instituído mediante ato do Poder Executivo, de 23 de janeiro de 1998." No mesmo artigo, em seu § 1° consta que as operações de crédito do RECOOP serão realizadas: "*I – com recursos da linha de crédito de que trata o caput deste artigo, exceto para as situações enquadradas no inciso II subsequente e no §3° deste artigo; II – com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, Nordeste e do Centro-Oeste (FNO, FNE, FCO), no caso das cooperativas dessas regiões e conforme a sua localização, excluídas as parcelas destinadas a novos investimentos e respeitado o disposto nos §§ 3° e 4° deste artigo; III – em qualquer hipótese, sob risco da instituição financeira, incumbindo-se esta de comprovar a capacidade de pagamento e de exigir as garantias necessárias, em consonância com as disposições do crédito rural.*"

O § 2° determina que o ônus fiscal dos empréstimos, ressalvados os realizados pelos Fundos, será coberto mediante anulação de despesas destinadas a outros programas incluídos no Orçamento Geral da União. No mesmo artigo, o § 3° informa que os contratos de repasse do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (FUNCAFÉ) e dos Fundos Constitucionais, quando lastreando operações de crédito ao abrigo do RECOOP, terão seus prazos de retorno e encargos financeiros ajustados a estas operações, correndo o ônus à conta do respectivo fundo. O § 4° determina que às cooperativas localizadas nas regiões beneficiadas pelos fundos constitucionais, "*aplicam-se às operações de crédito no ato da contratação, exceto sobre as parcelas destinadas a novos investimentos e sobre os valores da securitização; os encargos financeiros usualmente por eles praticados, se inferiores aos fixados no Anexo desta Medida Provisória*".

O art. 6° destina o retorno das operações de crédito, ao abatimento da dívida pública, quando lastreadas em recursos repassados pelo Tesouro Nacional.

O art. 7° autoriza a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo – SESCOOP, com o objetivo de "organizar, administrar e executar em todo o território nacional o ensino de formação profissional, desenvolvimento e promoção social do trabalhador em cooperativa e dos cooperados. No art. 8° consta que o SESCOOP será dirigido por um Conselho Nacional composto por representantes dos Ministérios do Trabalho, da Previdência e Assistência Social, da Fazenda, do Planejamento e Orçamento, da Agricultura e do Abastecimento, dos trabalhadores em sociedades cooperativas, bem como cinco representantes da Organização das Cooperativas Brasileiras -

OCB. O SESCOOP será presidido pelo presidente da OCB, sendo também previsto, no seu § 2°, a criação de conselhos regionais.

Constituem receitas do SESCOOP, conforme o art. 9°: *I – contribuição mensal compulsória, a ser recolhida a partir de 1° de janeiro de 1999, pela Previdência Social, de dois vírgula cinco por cento sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados pelas cooperativas; II – doações e legados; III – subvenções voluntárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios; IV – rendas oriundas de prestação de serviços, da alienação ou da locação de seus bens; V – receitas operacionais; VI – penas pecuniárias.*"

A contribuição a ser recolhida pela Previdência Social, mencionada no inciso I do art. 9°, substituirá, a partir de 1° de janeiro de 1999, as contribuições da mesma espécie, recolhidas pelas cooperativas e destinadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial – SENAI, ao Serviço Social da Indústria – SESI; do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC; do Serviço Social do Comércio – SESC, do Serviço Social do Transporte – SEST e do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.

Conforme o art. 10, o Poder Executivo estabelecerá condições para, em até cento e oitenta dias, "*desenvolver sistemas de monitoramento, supervisão, auditoria e controle de aplicação de recursos públicos no sistema cooperativo*" , bem como "*avaliar o modelo de sistema cooperativo brasileiro, formulando medidas tendentes ao seu aperfeiçoamento*".

O art. 11 determina que a organização e o funcionamento do SESCOOP constará de regimento, que será aprovado em ato do Poder Executivo.

No anexo à medida provisória em estudo, foram incluídos quadros contemplando as seguintes condições: para refinanciamento das dívidas com o sistema financeiro; para refinanciamento de dívidas com cooperados e oriundas da aquisição de insumos agropecuários e de tributos e encargos sociais; para financiamento de recebíveis de cooperados e para financiamento de investimentos e capital de giro, cada um detalhando prazos e encargos financeiros específicos.

Foram apresentadas vinte e duas emendas, a saber:

Emenda n° 1 – de autoria do Deputado José Santana de Vasconcellos, que propõe a supressão dos artigos 7°, 8°, 9°, 10° e 11°, por entender que o setor cooperativo e seus empregados já integram o Conselho Deliberativo do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, não

existindo necessidade de criar uma nova estrutura administrativa, "*cuja operacionalização envolve novos gastos e uma superposição organizacional onerosa e supérflua em tempos de dificuldades financeiras.*"

As emendas 2, 3, 4, 5, 6, 18, 19, 20, 21 e 22, a seguir são de autoria do Deputado Gerson Peres.

Emenda nº 2 – dá nova redação ao art. 7º, por entender que a redação original apresenta os seguintes erros: a pretensa autorização conferida para a criação de uma personalidade jurídica de direito privado, sem que o diploma autorizador aponte a quem o Estado está conferindo tal autorização, pois as pessoas jurídicas de direito privado são criadas pela vontade autônoma de seus instituidores. O segundo erro diz respeito a equiparar cooperados a categorias profissionais, quando já foi definido, no âmbito do Ministério do Trabalho e na Justiça do Trabalho, que cooperado não é categoria profissional, razão pela qual a emenda propõe que apenas os empregados efetivos das cooperativas teriam direito aos benefícios do serviço de treinamento; e o terceiro e último equívoco constante no artigo em questão diz respeito a não delimitação do âmbito das cooperativas abrangidas pela medida provisória, que é dirigida às cooperativas agropecuárias.

Emenda nº 3 – dá nova redação ao art. 8º e seus incisos, suprimindo em consequência os parágrafos 1º e 2º, por entender que este órgão (Conselho Nacional do Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo Agropecuário – SESCOOP) "*deverá majoritariamente ser constituído por cooperados ou cooperativados da agropecuária e não por representantes de órgãos de governo como os Ministérios da Fazenda ou do Planejamento e Orçamento.*"

Emenda nº 4 – dá nova redação ao art. 8º, que trata da composição do SESCOOP, propondo a inclusão de representantes dos cooperativados ao invés de representantes dos ministérios.

Emenda nº 5 – suprime o § 1º do art. 9º devido a alteração constante em emenda apresentada, que substitui a contribuição mencionada no referido parágrafo por repasse de recursos do FAT.

Emenda nº 6 – suprime o § 2º do art. 9º, considerando que a retirada de recursos do SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAT, SEST E SENAR comprometeria a qualidade dos serviços prestados por estas instituições e que não pode o governo destinar à entidade privada recursos de contribuição compulsória criada por lei. As atuais contribuições aos sistemas mencionados estão permitidas unicamente porque os mesmos estão vinculados ao sistema sindical.

Emenda nº 18 – dá nova redação ao inciso I do art. 9º, constituindo receita do SESCOOP parcela da arrecadação do Fundo de Amparo do Trabalhador – FAT a ser definida pelo Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT

Emenda nº 19 – dá nova redação ao inciso I do art. 9º, especificando que a contribuição mensal compulsória sobre o montante da remuneração paga a todos os empregados refere-se exclusivamente às cooperativas agropecuárias.

Emenda nº 20 – dá nova redação ao inciso I e em conseqüência ao § 2º do art. 9º determinando que a contribuição mensal compulsória será efetuada somente pelas cooperativas agropecuárias e que a referida contribuição *"é instituída em substituição às contribuições, da mesma espécie, recolhidas pelas cooperativas agropecuárias e destinadas ao Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR."*

Emenda nº 21 – dá nova redação ao inciso I e em conseqüência ao § 3º do art. 9º determinando que a contribuição mensal compulsória será efetuada somente pelas cooperativas agropecuárias e que a incidência da mesma não será cumulativa com as contribuições atualmente destinadas ao SENAI, SESI, SENAC, SESC, SENAT, SEST E SENAR.

Emenda nº 22 – propõe incluir, onde couber na Medida em análise, nova redação ao inciso IV do art. 2º da Lei nº 8.315/01, que dispõe sobre a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, substituindo a participação do representante da Organização das Cooperativas Brasileiras – OCB, no Colégio Diretivo do SENAR, pelo presidente da Confederação Nacional da Agricultura – CNA.

Emenda nº 7, de autoria do Deputado Oscar Andrade; Emendas nº 8 e nº 9, de autoria do Deputado Ademir Lucas; Emenda nº 10, de autoria do Deputado Arnaldo Faria de Sá; Emenda nº 11, de autoria do Deputado Benedito Domingos; Emenda nº 12, de autoria do Deputado Saraiva Felipe; Emenda nº 13, de autoria do Deputado Herculano Anghinetti; Emenda nº 14, de autoria do Deputado Roberto Paulino; Emenda nº 15, de autoria da Deputada Lídia Quinan; Emenda nº 16, de autoria do Deputado Efraim Morais e Emenda nº17, de autoria do Deputado Osório Adriano, propõem a supressão dos incisos III e IV do parágrafo 2º, do art. 9º, mantendo as contribuições para o SESC e o SENAC, por entenderem que, exercendo as cooperativas atividades comerciais, as contribuições devem ser mantidas. Muitos pareceres, além de mencionarem a insegurança jurídica, pela possibilidade de questionamento sobre a que entidades serão devidas as contribuições, também enfatizam o prejuízo que seria causado aos serviços já desenvolvidos, com sucesso, por estas duas entidades. Ao todo,

foram apresentadas 11 emendas propondo a manutenção do pagamento das contribuições para o SESC e o SENAC

É o relatório.

II – VOTO

A importância das cooperativas no desenvolvimento econômico e social do país, especialmente na agricultura, justifica a necessidade de implementar medidas capazes de auxiliar na solução da crise financeira que tanto prejudica o setor.

Conforme E.M.I. Nº 58, de 04 de setembro de 1998, em conformidade com o Decreto de 23 de janeiro de 1998, que instituiu o Comitê Executivo para examinar projetos de revitalização das cooperativas agropecuárias, foram analisadas 651 consultas prévias, das quais 439 foram acolhidas, sob expressas condicionantes a serem cumpridas mediante projetos. A conclusão desta primeira etapa torna necessária a adoção de providências, por parte do governo, quanto a cobertura financeira das propostas de crédito e condições de financiamento.

"*Os pleitos constantes das consultas das cooperativas enquadradas compreendem renegociação de dívidas com o sistema financeiro, refinanciamento de dívidas com cooperados e terceiros e de tributos e encargos sociais e trabalhistas, financiamento de recebíveis de cooperados e financiamento de investimentos e capital de giro.*"

Considera a Exposição de Motivos, acima mencionada, que a concretização das operações de crédito classificadas como RECOOP deverá propiciar maior estabilidade às cooperativas e cooperados; permitir a reestruturação e reconversão das atividades; incentivar a verticalização e modernização tecnológica; dinamizar o processo organizacional e a profissionalização das cooperativas; aumentar a capacidade de investimento no setor rural; manter e ampliar os atuais níveis de emprego; apoiar as agroindústrias e a economia periférica que atua em torno das cooperativas.

As emendas apresentadas que dizem respeito unicamente ao SESCOOP- Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo, não foram acatadas com base nas seguintes considerações:

Emenda nº 01 - Deputado José Santana de Vasconcelos

A participação do setor cooperativista na composição do Conselho do SENAR tem como justificativa a grande participação dos cooperados - na qualidade de produtores agrícolas - como contribuintes do SENAR e, portanto,

como seu clientes. Entende-se que a proposta da MP em estudo preserva as funções do SENAR quanto à aprendizagem e promoção social desse público enquanto produtores, transferindo para o novo SESCOOP exclusivamente o atendimento relativo às funções relativas cooperativistas desses produtores, ou seja, aprimorando seus conhecimentos no que se refere a participação em assembléias, em órgãos de administração e fiscalização da cooperativa, etc. Portanto, não se pode falar em sobreposição de funções, mas sim em desenvolver e aprimorar o papel cooperativista do produtor agrícola;

Emendas nºs. 02, 03, 04, 05, 06 18, 19, 20, 21 e 22 - Deputado Gerson Perez

As redações propostas nas emendas 02 e 03, colidem com o proposto na emenda nº 04, as primeiras propondo a restrição da ação do SESCOOP ao cooperativismo agropecuário e a última recomendando a inclusão de representantes dos diversos segmentos das cooperativas (habitação, crédito, trabalho, etc.), razão pelo qual não devem ser acatadas;

As emendas de nºs. 05 e 18, propõem a substituição da fonte de recursos prevista para o SESCOOP pelo FAT, sob o argumento de não se reduzirem as dotações conferidas aos demais integrantes do Sistema "S". Na verdade, porém, o percentual daquelas dotações a ser destacadas para o SESCOOP é pouco superior a 1% (um por cento) do total das suas arrecadações, conforme se pode comprovar pelos dados da tabela anexa. Por essa razão não cabem ser acatadas.

A emenda nº 06, proposta em harmonia com a emenda nº 18, perde razão de ser em função do acima comentado.

A emenda nº 19, propõem a criação de uma nova contribuição a ser imposta às cooperativas além daquelas previstas para os demais "S", o que caracterizaria dupla incidência e iniludível ato de injustiça, não podendo, portanto, ser acatada.

A emenda nº 20, está relacionada às emendas nºs. 02 e 03, no sentido de restringir a ação do SESCOOP ao público das cooperativas agropecuárias, o que, evidentemente, não condiz com espírito da MP. Por essa razão não pode ser acatada.

A emenda nº 21, pretende conferir às cooperativas o livre arbítrio quanto à escolha da instituição para a qual pretendam recolher a contribuição de 2,5% (dois e meio por cento), devidas sobre a folha de pagamento de seus empregados. Tal dispositivo, contudo, é contrário à sistemática adotada para os demais componentes do Sistema "S", razão pela qual a emenda não pode ser acatada.

A emenda nº 22, propondo a exclusão do representante do cooperativismo do Conselho do SENAR, não se justifica pelas razões já expostas na emenda nº 01. Por essa razão não pode ser acatada.

As emendas de nºs. 07, do Deputado Oscar Andrade; 08 e 09, do Deputado Ademir Lucas; 10, do Deputado Arnaldo Faria de Sá; 11, do Deputado Benedito Domingos; 12, do Deputado Saraiva Felipe; 13, do Deputado Herculano Anghinetti; 14, do Deputado Roberto Paulino; 15, da Deputada Lídia Quinan; 16, do Deputado Efraim Morais e 17, do Deputado Osório Adriano, propõem a manutenção das contribuições das cooperativas para o SESC e SENAC, sob a alegação de que a constituição do SESCOOP prejudicaria as ações atualmente desenvolvidas por essas entidades. Contudo, os dados disponíveis, constantes da tabela anexa, mostram claramente que a transferência de recursos do SESC e SENAC para o SESCOOP é extremamente pequena, apesar de suficiente para colocar em operação, via SESCOOP, um programa específico de aprendizagem cooperativista, tão indispensável para o fortalecimento do setor, sendo que algumas necessidades básicas não encontram-se amparadas pelas entidades existentes do Sistema "S".

Diante do exposto, manifestamo-nos pela constitucionalidade e o mérito da Medida Provisória nº 1.715-2, de 29 de outubro de 1998.

Sala da Comissão, 12 de novembro de 1998.

, Presidente

CARLOS HELES

, Relator

OSMANIO PEREIRA

ABELARDO LUPION

EDHAR QUINTANILHA

SILAS BRASILEIRO

NABOR JÚNIOR

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do requerimento nº 203, de 1998-SF, destinada a "acompanhar in loco **as investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a Região Amazônica e, em especial o Estado de Roraima "**

2ª reunião (Audiência Pública)

Realizada em 26 de maio de 1998.

Aos vinte e seis dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, às nove horas nas dependências da Assembléia Legislativa de Roraima, presentesos Senhores Senadores Romero Jücá, Marluce Pinto, Sebastião Rocha, João França, membros da Comissão Especial, "destinada a acompanhar **in loco** as investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a região amazônica e, em especial, o Estado de Roraima e também tomar as providências devidas". Abertos os trabalhos para realização de Audiência Pública, o Senhor Presidente Senador Romero Jucá, inicialmente agradece o apoio da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima, na pessoa do seu Presidente Deputado Almir Sá, para a realização da presente Audiência, discorreu sobre o objetivo dos trabalhos a serem realizados. O Presidente, concede a palavra a Relatora, Senadora Marluce Pinto que, enfatiza sobre a importância de interagir junto ao Governo Federal, principalmente no tocante à liberação de Recursos para Roraima. Retomando a palavra, o Presidente, concede a palavra ao Senador Sebastião Rocha, que em deferência, cumprimenta-o pela autoria do Requerimento da Comissão Especial, que visa buscar soluções imediatas para as áreas atingidas pelo incêndio e aos agricultores da região. A seguir, o agradece a Deputada Aurelina Medeiros e aos Deputados Elder Grossi, Flamarion Portela E Lúcio Távora, os quais participaram dos trabalhos. A seguir foram ouvidos os Senhores: Deputado Almir Sá, Presidente da Assembléia Legislativa do Estado de Roraima que, na oportunidade, entregou à Mesa, gráficos pluviométricos dos últimos anos e Relatório elaborado pela Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima; Pedro Estevão, Secretário de Agricultura do Estado de Roraima que, fornece à Comissão documento que condensa a maioria dos fatos ora relatados; General Luis Edmundo de Carvalho, que comandou as operações de combate ao incêndio no Estado de Roraima; Sueli Campos, Coordenadora do Programa Comunidade Solidária; Paulo Peixoto, Prefeito de Cantá/RR; Sales eurico, Representante do Ministério Público Estadual; Cesar Augusto Mansoto, Secretário de Planejamento; Raul Ribeiro Pinto, Secretário de Obras; Carlos Eduardo Levite, Diretor do DNER; Francisco de Sá Cavalcante, Superintendente da Polícia Federal; Walter Nicanor Blois, Superintendente da FUNAI; Ademir dos Santos, Superintendente do IBAMA; José Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais; Maria Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Estado de Roraima. Durante a Audiência, usaram ainda da palavra os Senhores Senadores Romero Jucá, Marluce Pinto, Sebastião Rocha, João França e, Deputado Elder Grossi, Líder do PMDB. Encerradas as exposições, o Senhor Presidente passa a palavra a Deputada Zenilda Portela para fazer um registro. O Senhor Presidente agradece a presença da Deputada Zenilda Portela, bem como dos Deputados Lúcio Távola, Elder Grossi, Iradilson Sampaio e de todos os que participaram do encontro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião, marcando para o dia 27 de maio de 1998 a próxima Audiência, e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. – Senador **Romero Jucá** – Presidente

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar Especial, criada pelo Requerimento nº 203, de 1998, destinada a acompanhar **in loco** as investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a região amazônica e, em especial, o Estado de Roraima e também tomar as providências devidas.

Queremos, antes de iniciar os trabalhos, agradecer à Assembléia Legislativa do Estado de Roraima e, em especial, ao seu Presidente Deputado Almir Sá não só a cessão das dependências desta Casa, mas também o apoio operacional que está prestando a esta Comissão do Senado.

Gostaria de registrar que o nosso objetivo nestes dois dias é iniciar o trabalho desta Comissão, que pretende, principalmente, levantar dados, coletar informações para propor diretrizes ao Governo Federal para que não aconteça novamente no País, principalmente na região amazônica, um incêndio da proporção desse que ocorreu em Roraima e que fez sofrer toda a população do Estado.

De outro lado, queremos também subsidiar as ações do Governo Federal no sentido de buscar caminhos para recuperar a economia do Estado, para melhorar as condições dos produtores e para montar uma infra-estrutura produtiva e de apoio agrícola no sentido de evitar novos incêndios e novas queimadas como essa.

A relatora da Comissão é a Senadora Marluce Pinto. Registro, com satisfação, a presença do Senador Sebastião Rocha, representante do Amapá, que também é membro desta Comissão. Também o Senador João França faz parte desta Comissão e deverá estar presente.

Antes de conceder a palavra ao Presidente da Assembléia, Deputado Almir Sá, para fazer algumas ponderações e também ficar à disposição para o debate, pergunto se algum dos Senadores gostaria de usar da palavra.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente quero também agradecer a receptividade do Presidente da Assembléia Legislativa e dos seus membros e dizer ao público em geral que a nossa vinda a Roraima para participar desta Comissão deve-se à designação feita pelo Congresso Nacional. Conforme a praxe, quando são feitas investigações em determinados locais, são escolhidos os Senadores desses Estados para integrarem a CPI. Como já disse o Presidente, em Brasília, estamos trabalhando em conjunto perante o Presidente da República e os órgãos competentes para liberação de recursos. Na quinta-feira pela manhã, numa sessão do Congresso Nacional, houve grande esforço nosso para aprovar as medidas provisórias que possibilitavam ao Presidente da República, por intermédio da Defesa Civil, alocar mais recursos para Roraima. Fui relatora de duas Mensagens, a de nº 1.645 e a de nº 1.653. A Medida Provisória nº 1.645 alocava recursos para os Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Roraima, e foram aprovados R$2 milhões para Roraima. Na Medida Provisória nº 1.653 foram aprovados R$2,5 milhões, portanto dentro de poucos dias R$4,5 milhões estarão à disposição de Roraima para tentarmos ressarcir, em parte, os danos causados pelas queimadas. Queremos dizer ao público que, após os oradores relacionados, quem quiser poderá fazer perguntas. Estamos aqui não como líderes partidários, e sim como políticos que se preocupam com o nosso Estado e têm obrigação de dirimir quaisquer dúvidas que, porventura, venham a surgir. O único objetivo desta Comissão é acelerar as providências que deverão ser tomadas e que já deveriam ter sido tomadas com relação aos produtores. Realmente, podemos dizer que há um estado de calamidade pública.

Retomo a palavra ao Presidente da Comissão, para que possa chamar o primeiro orador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Antes de conceder a palavra ao Deputado Almir Sá, gostaria também de ouvir o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Eminente Senador Romero Jucá, Presidente desta Comissão, Senadora Marluce Pinto, Deputado Almir Sá, Presidente desta Casa, em cuja pessoa saúdo todos dos deputados estaduais presentes, senhoras e senhores, em primeiro lugar quero parabenizar os parlamentares deste Estado pela iniciativa. Cumprimento, principalmente, o Senador Romero Jucá, autor do requerimento que proporcionou a criação desta Comissão para avaliar a situação atual e verificar as providências que estão sendo tomados. De posse dos dados coletados, esta Comissão poderá propor ao Governo Federal soluções imediatas e eficazes para reverter a grave situação provocada pelo incêndio que assolou o Estado de Roraima.

Certamente, desta Comissão sairão propostas de prevenção de fatos semelhantes. É preciso, como já disse o Senador Romero Jucá e a Senadora Marluce Pinto, buscar, de imediato, soluções para alguns problemas que estão vitimando principalmente os agricultores da área atingida pelo incêndio, o que preocupa todos nós.

Pela primeira vez estou vindo a este Estado. Sou do Amapá, Estado co-irmão. Como ex-Territórios, Roraima e Amapá têm problemas muito semelhantes. Fiz questão de vir aqui para manifestar nossa solidariedade ao povo de Roraima e contribuir com propostas que ajudem a superar essa crise que atingiu o Estado. Como amazônidas, todos somos responsáveis pela solução desse problema . Portanto, temos de contribuir naquilo que for possível.

Muito obrigado, Presidente Romero Jucá, pela oportunidade de cumprimentar todos.

Vamos ao trabalho. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passamos então a palavra ao Deputado Almir Sá.

Informo a S. Exª que poderá fazer uma exposição e depois ficar à disposição para debater o assunto com os membros do Senado e com os deputados estaduais aqui presentes.

Queremos agradecer à Deputada Aurelina Medeiros e aos Deputados Elder Grossi, Flamarion Portela e Lúcio Távora, que também participam dos trabalhos.

O SR. ALMIR SÁ – Exmº Sr. Presidente desta Comissão Especial, Senador Romero Jucá, Exmª

Srª Senadora da República Marluce Pinto, Exmº Sr. Senador Sebastião Rocha, representante do Estado do Amapá, para nós, membros da Assembléia Legislativa, é uma satisfação vê-los juntos conosco, nesta manhã, para abordar esse problema que tanto aflige nosso Estado. Gostaria de dizer à Comissão que a Assembléia Legislativa, sem dúvida, sente-se honrada em tê-los nesta Casa, sobretudo por ter uma presença maciça da população do nosso Estado interessada nesta questão, cujo tema diz respeito às causas e conseqüências das queimadas.

Srs. Senadores, parece-me que a minha passagem por esta Comissão traz como base apenas alguns dados que obtivemos por meio da Secretaria de Agricultura e dos jornais. Talvez eu saiba disso tanto quanto V. Exªs, talvez um pouco mais apenas no contato e no convívio com os produtores rurais do nosso Estado, dada a bandeira da nossa atividade política ser a agricultura.

Entretanto, como causas e conseqüências dessas queimadas, segundo nossas avaliações, quero passar à Mesa, para efeito de acompanhamento, o gráfico pluviométrico dos últimos anos, no meu entender, razão principal dessa questão da estiagem.

Os Srs. Senadores podem verificar, conforme o mapa, que o Estado tem como média histórica 1.685 milímetros. Nos anos de 94, 95, 96, esse nível – principalmente em 95 e 96 – superou bem a média histórica de 1.685. E para que V. Exªs possam ter idéia, no ano de 97, a média pluviométrica foi de 1.083 milímetros, ou seja, 600 milímetros abaixo da média, um fato realmente histórico. Isso em decorrência do tão famoso fenômeno El Niño, já divulgado na revista **Veja** da semana passada.

A situação desse fenômeno gerou, conforme pode ser visto neste segundo gráfico que vou passar à Mesa, uma queda brusca, ou seja, sete meses de seca. Isso na comparação dos anos de 94 e 97, do ano de 96 para o ano de 97.

Acompanhamos tudo nas propriedades e verificamos que, nos anos anteriores, a floresta, a camada de húmus normalmente, dado o alto grau de umidade, quando o colono fazia suas queimadas e o seu acero, o fogo não chegava a adentrar a mata, ou mesmo quando adentrasse, encontrava a mata ou a camada orgânica do solo úmida, não era material combustível e, por conseqüência, por mais que chegasse a queimar alguma parte da floresta, não eram causados danos que pudessem prejudicar o meio ambiente, o que não aconteceu, dado o fenômeno da seca de sete meses. A situação começou a se agravar no final de dezembro e janeiro, conforme pode se ver no índice pluviométrico de janeiro de 98

Com essa seca de sete meses, essa camada de húmus, essas folhas, essa camada adensada abaixo da floresta passou a ficar seca ao ponto de se transformar em material combustível. Qualquer cidadão que ali passasse, acendesse um cigarro, jogasse um palito de fósforo ou por conseqüência de uma pequena queimada de uma roça em que, porventura, uma faísca ultrapassasse a área de acero, poderiam ser causados danos ao meio ambiente e com as conseqüências que V. Exªs agora conhecem. Não foi possível apagar o incêndio sem a ajuda da chuva e do brilhante trabalho do Exército brasileiro, dos exércitos dos países vizinhos que nos socorreram na hora mais importante.

Quero dizer à Comissão que, ao acompanhar essas questões, por intermédio de minha assessoria, sempre cobrei da Secretaria da Agricultura as ações que por ela vinham sendo desenvolvidas. Esses dados, com maiores detalhes, deverão ser passados à Comissão pela Secretaria de Agricultura. Entretanto, entrego à Comissão um relatório que me foi encaminhado pela Secretaria de Agricultura.

Estamos fazendo um trabalho em relação aos bancos. Pediria a Comissão Especial que levantasse, perante a rede bancária – BASA e Banco do Brasil – os dados totais do endividamento dos produtores rurais.

Como os produtores rurais são os grandes prejudicados, nós nos preocupamos em levantar na rede bancária o montante do endividamento deles. Dada a dificuldade de obter esses dados em virtude da morosidade da rede bancária, pedimos a esta Comissão que levante esses dados, de forma mais efetiva, perante o Banco do Brasil e o Basa, que são os dois bancos da rede oficial que detêm os recursos para investimento no setor da agricultura.

Conseguimos alguns dados da agência de Caracaraí, que nos atendeu por ofício, os quais passo à Comissão. O montante do endividamento dos produtores da região de Caracaraí – região sul – chega a R$12 milhões, com um inadimplemento de 25%, sendo que R$10 milhões ainda não venceram. Gostaria de pedir a colaboração da Comissão para, publicamente, termos acesso ao montante do endividamento no BASA. Até o momento, não conseguimos obtê-lo.

Com referência aos danos – estão no relatório – nós reputamos bastante séria a questão das queimadas, porque os produtores rurais foram os grandes prejudicados. Por intermédio do Basa e do Ban-

co do Brasil, esperamos ter acesso à rede bancária, que até o momento não acenou com nenhum recurso, ou não facilitou a vida dos nossos produtores. Talvez a grande alternativa sejam as vias oficiais e os recursos do Governo Federal.

Um dos grandes problemas do produtor rural é a dificuldade de obter crédito. Ele não vem recebendo crédito dos órgãos do Governo Federal, pode-se assim dizer. (Palmas) Recebi uma informação pela manhã, que me deixou estarrecido: minha assessoria técnica me forneceu dados, mostrando que no ano passado o Ibama cobrava uma taxa de R$4,00 para averbação da reserva legal. Todo detentor de uma propriedade é obrigado a registrar em cartório e no Ibama uma área de 50% para proteção do meio ambiente, para reserva legal. Este ano, uma portaria do Ministério elevou essa taxa para R$70,00. Muitos produtores rurais, sem recursos sequer para se alimentar ou para plantar, não pagavam os R$4,00, ou porque tinham dificuldades, ou porque não estavam devidamente informados. O Ibama além de obrigá-los a fazer a reserva legal, elevou a taxa para R$70,00, ou seja, impediu que o produtor regularizasse sua vida. O pior é que ele tem prazo para fazer isso. Estamos preocupados.

Pediria o apoio dos Srs. Senadores, no sentido de interceder perante o Ibama, para que essa situação seja revista.

Sugeriria que o valor fosse cobrado de acordo com a realidade de cada região. Então, para a Região Norte, uma região pobre, em desenvolvimento, que permaneçam os quatro reais, ou que haja 100% de aumento, que vá a R$8, mas não que seja R$70. Eu concluiria aqui essa minha primeira exposição, me colocando à disposição dos Senadores. E talvez facilite mais responder a algumas de sua indagações.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer ao Deputado Almir Sá. Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Almir Sá, agradecemos a sua exposição. Deputado, quando se iniciaram as queimadas propriamente ditas, quais foram as providências que V. Exª acompanhou aqui no Estado de Roraima logo no início da seca?

O Sr. ALMIR SÁ – As ações foram determinadas pelo Governo do Estado, acompanhando todas as áreas, todas as regiões, tomando-se as iniciativas adequadas com referência a minimizar de imediato a seca, cujas alternativas e maiores detalhes o secretário de Agricultura poderá fornecer a esta Comissão. Podemos apenas informar que as notícias e o acompanhamento foram sempre divulgados pelos jornais; as alternativas que o Governo nos deu, nos informou com referência a açudes, barragens, cacimbas, alternativas que pudessem deixar fluir o líquido precioso, que é a água, com o objetivo de evitar a mortalidade do rebanho. (Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª falou das providências de construção de açudes, barragens e cacimbas. V. Exª poderia citar as localidades, mesmo que não tenha os números?

Quando saímos para uma comissão não ficamos apenas nos questionamentos; existem as diligências. E queremos avisar aqui que quinta e sexta-feira vamos visitar, **in loco**, todo o trabalho que foi feito, até porque acho que todo cidadão brasileiro que procura conhecer mais ou menos como é a lei, os recursos liberados em caso de emergência ou calamidade pública, isentam as autoridades de fazerem licitação. E para esses recursos não há necessidade da licitação, mas da fiscalização. O Congresso Nacional não tem o poder de punir e sim de fiscalizar; nosso trabalho, como parlamentares, é a elaboração de leis e a aprovação, como V. Exª sabe, e fiscalização dos recursos destinados. E, principalmente, a maior obrigação que vamos ter perante o Senado Federal no nosso retorno é levar a real aplicação desses recursos, sabendo também como irão ser aplicados 4 milhões e meio que vão ser liberados dentro de muito poucos dias.

Então queria que V. Exª, para facilitar o nosso trabalho, nos falasse em que localidades foram construídos os açudes, as barragens e as cacimbas.

O SR. ALMIR SÁ – Senadora Marluce Pinto, visitei praticamente todos os Municípios, com exceção de Pacaraíma. Entretanto, nos demais Municípios por onde passei verifiquei as ações do Governo voltadas à seca e ações de cunho social, ações com que o Governo, através da Setrab, através da Secretaria da Agricultura procurou amenizar o sofrimento, as dificuldades dos produtores rurais.

(Palmas.)

Visitei Caroebe, Baliza, São Luís, Rorainópolis, Caracaraí, Mucajaí, as regiões do Amajari, do Cantá e do Bonfim. Agora, é bom que se diga, Senadora, que, por localidade, dado o volume que foi executado, não me foi possível ter uma noção de quantidades por município; apenas aferimos que o Governo realmente executava aquelas ações, até porque, quando os produtores nos procuravam contando as suas dificuldades, recorríamos à Secretaria para que estes não ficassem desprotegidos e para que tivessem seus rebanhos protegidos. Então, quando o

produtor reclamava ou entrava em contato conosco, mandávamos que recorresse à Secretaria, onde ele normalmente era atendido.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, com todo o respeito, até na minha pergunta isentei do quantitativo, mas queria saber de V. Exª, porque aqui só temos quinze Municípios, embora várias vilas – e V. Exª, Senador, e eu conhecemos todas as vilas e o povo –, se V. Sª tem conhecimento de construção de barragens e açudes?

O SR. ALMIR SÁ – Falamos em barragens e açudes porque, às vezes, em um pequeno córrego, há necessidade de contenção de água. É uma questão de terminologia. Muitas vezes, compensa represar um pequeno filete de água do que cavar. Então a maioria das ações, parece-me, foram cacimbas, cacimbões ou alternativas nos lugares mais baixos, para que se pudesse cavar e fluir água – e isso, pode ter certeza, Srªs e Srs. Senadores, salvou milhares de cabeças de gado. Esta foi a alternativa encontrada.

(Palmas.)

Aqui falo não como aliado do Governo, como Deputado desta Casa ou como Deputado do PPB; falo, sobretudo, como alguém vinculado ao campo e que sente a dor dos produtores e como quem, até pouco tempo, era Presidente da Federação da Agricultura. Por lá passaram centenas e centenas de produtores e posso lhes garantir que alguns deles perderem muitas cabeças de gado porque, nessas circunstâncias, era impossível se atender de imediato a quinze municípios de uma vez. Todavia, acompanhamos ações, digamos assim, dinâmicas em vários municípios, ao mesmo tempo, onde se fizeram essas operações. Algumas críticas surgiram e nós as acompanhamos. Alguma situação em que a cacimba não resolveu foi refeita. E acompanhamos também muito pouco essa questão, para ser sincero, porque a coisa era tão dinâmica e urgente que era praticamente impossível um parlamentar cuidar da Presidência desta Casa, da Presidência da Federação da Agricultura, de outros afazeres e atender o público aqui na Assembléia. Muito pouco tempo, então, sobrou para que pudéssemos contentemente estar no campo. Íamos ao campo sábado e domingo com certa dificuldade.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, V. Exª falou exatamente o que providenciamos lá em Brasília, quando mencionou há pouco que quinze municípios não podiam ser feitos de uma só vez. Por isso, tivemos a cautela, juntamente com alguns prefeitos municipais da zona rural, de levar às autoridades competentes em Brasília e solicitar que parte dos recursos viessem diretamente para as prefeituras, a fim de que pudesse haver aquele trabalho simultâneo e de fácil operacionalização, com melhor acesso ao produtor, já que o prefeito fica muito próximo da sua comunidade. Fomos mal entendidos; houve até comentários no sentido de que estávamos trabalhando contrariamente. Porém, hoje, quero registrar aqui nesta Comissão que os quatorze municípios da zona rural, os municípios do interior, receberam os recursos diretamente nas contas de suas prefeituras, R$150 mil: Pacaraima, Bonfim, Normandia, Cantá, Alto Alegre, Mucajaí – depois me lembrarei do último.

Agora, R$80 mil: Iracema, Caracaraí, Rorainópolis(?), São Luís, Caroebe e Baliza.

Partindo aqui de Mucajaí, todos os prefeitos receberam, individualmente, R$80 mil. As demais prefeituras, R$150 mil, os quais já saíram destinados a fazer as cacimbas e uma barragem.

Hoje, ouviremos os prefeitos, para sabermos onde foram feitas. Como já disse, temos que sair com todos os dados daqui, o mais rápido possível, a fim de que esses R$4,5 milhões possam ser liberados.

Sr. Presidente, sei que V. Exª conhece muito bem o Estado, anda pelo interior. Agora, talvez, como V. Exª já disse, a Deputada Estadual Aurelina, que, à época, no início dos problemas, era Secretária de Educação – V. Exª já frisou que S. Exª está mais atualizada com os problemas – eu paro por aqui com as minhas perguntas. Também há muitas perguntas que tenho que deixar para fazer aos outros e retorno a palavra ao Presidente da Comissão.

Agradeço as respostas e vamos dar continuidade ao nosso trabalho. Muito obrigada.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Almir Sá, eu gostaria também de fazer algumas perguntas, aproveitando inclusive a oportunidade de que V. Exª não só à época do problema era Presidente da Assembléia, mas também Presidente da Federação da Agricultura, o que é um fato extremamente relevante para colocarmos informações.

Eu gostaria inicialmente de perguntar a V. Exª – e V. Exª fez uma explanação que condiz com o que efetivamente aconteceu – a respeito da questão da seca do El Niño e a mudança de conjuntura da mata, da umidade, tudo isso que levou à questão do incêndio. Perguntaria tanto ao Presidente da Assembléia quanto ao Presidente da Federação da Agricultura se essas duas instituições receberam do Gover-

no Federal ou do Governo do Estado alguma previsão, com antecedência, de que haveria seca, de que haveria o **El Niño**, de que o Estado passaria por algum tipo de problema relacionado às condições climáticas que viriam a acontecer no Estado a partir de dezembro.

O SR. ALMIR SÁ – Não recebemos, em nível Federal, nenhuma informação a esse respeito. Tivemos algumas informações já no mês de dezembro, por meio do Governo do Estado, que sentia as dificuldades que estavam começando a surgir. Já estávamos, nesse período de dezembro, levando a preocupação da Federação da Agricultura, da Assembléia Legislativa e dos seus Deputados, os reclamos que já começavam a ser sentidos no mês de dezembro, mais para o final de dezembro, as dificuldades dos produtores rurais.

Agora, é conveniente que se diga que ninguém esperava que a seca se acentuasse em janeiro, fevereiro e março com tamanha relevância. Estamos acostumados a ver, em algumas regiões, principalmente no sul do Estado, chuvas no mês de fevereiro, chuvas, às vezes, até no mês de janeiro, com dificuldades até de queimada das roças em algumas regiões do Estado. E mesmo na região de Lavrado, algumas chuvas esparsas. Esperávamos que isso acontecesse, mas, Infelizmente, não aconteceu. A coisa começou a ficar no nível que chegou até o mês de março. Já, naquela ocasião, os meios de comunicação já falavam no fenômeno El Niño e o processo já se iniciava a partir do início de janeiro. O próprio Governo do Estado intercedia junto ao Governo Federal, solicitando socorro para uma eventual ocorrência do problema e suas conseqüências. Nós acompanhamos isso, Presidente, em minhas entrevistas com ele. Levei ao Governo do Estado minhas preocupações a respeito. S. Exª falava ao Presidente da Assembléia sobre as ações que o Governo estava desenvolvendo junto ao Governo Federal no sentido de conseguir socorro, conseguir ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ainda como Presidente da Assembléia e também Presidente da Federação da Agricultura, V. Exª tem conhecimento de alguma campanha preventiva que tenha sido feita com relação à questão das queimadas, com relação ao combate às secas antes dos incêndios?

Antes, quero registrar que a Comissão tem conhecimento da campanha desenvolvida pela Deputada Estadual Rosa Rodrigues, alertando para a questão das camadas. Este é um registro positivo que queremos fazer neste momento.

Além da campanha da Deputada Rosa Rodrigues, V. Exª tem conhecimento de que o Governo do Estado ou o Governo Federal, depois da informação de que haveria seca em decorrência do fenômeno **El Niño**, desencadeou alguma ação preventiva com o objetivo de realizar algum trabalho de prevenção, a formação de alguma brigada contra incêndios, enfim, alguma ação preventiva concreta para combater as queimadas? Gostaria de ter essa informação.

O SR. ALMIR SÁ – Sr. Presidente, normalmente, quando visito o interior do Estado, muitas vezes visito o escritório de agricultura local, o escritório do Incra local. Esses técnicos, todos os anos, costumam orientar os produtores em suas visitas. Isso pode não acontecer em escala macro, mas nas visitas esses técnicos orientam os colonos e demonstram sua preocupação com as queimadas. É bom que se diga também que todos os anos ocorrem as queimadas habituais, queimadas estas que nunca extrapolaram a normalidade. Elas se limitavam apenas às roças e aos lavrados. Normalmente, o indígena tem o costume de queimar o pasto para renová-lo, quando se iniciam as chuvas. Essas queimadas ocorreram no lavrado também. Volto a insistir, como a seca foi muito intensa, ela se tornou incontrolável. Assim, milhares de lavrados foram queimados em decorrência do período de seca.

Com relação à questão da orientação, boa parte dos produtores rurais tem orientação. No mês de janeiro, por exemplo, a Federação da Agricultura tomou algumas iniciativas no sentido de orientar alguns produtores, apesar da sua pequenez. Inclusive, em encontro com todos os sindicatos de produtores rurais do Estado, nós realizamos palestras sobre queimadas e fornecemos orientações sobre o assunto. Confesso que não percebemos que o fato poderia tomar conseqüências desastrosas, como ocorreu depois. A situação deste ano foi singular e serviu de grande exemplo, serviu de escola para que nós, daqui para frente, possamos tomar iniciativas maiores, buscar alternativas preventivas mais eficazes sobre o problema.

(Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Só para deixar claro, além da campanha da Deputada Rosa Rodrigues, o senhor não tem conhecimento de nenhuma campanha forte – do Governo Federal ou do Governo Estadual – , sistematizada, organizada sobre a questão da prevenção das queimadas e do El Niño?

O SR. ALMIR SÁ – Não; de parte do Governo Federal muito menos. De parte do Governo Estadual

pelo menos houve orientação através dos escritórios de agricultura. Não tenho dados para fornecer a esta Comissão sobre a ressonância e a dimensão desse trabalho. Houve orientação através dos técnicos da Secretaria de Agricultura, a partir do momento em que se iniciou um período acentuado de seca. Convém dizer que esse período de seca se iniciou em setembro Em dezembro ele já despertava preocupações.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria também de perguntar também se, pela Assembléia Legislativa ou pela Federação da Agricultura, V. Exª tomou conhecimento de algum levantamento sobre a mortandade do gado. Quantas cabeças o Estado de Roraima perdeu com a seca? Há alguma informação oficial a respeito disso?

O SR. ALMIR SÁ – Os dados que detenho são de jornais, Senador Romero Jucá, ilustre Presidente desta Comissão. Eu gostaria de eximir-me quanto a esses dados técnicos, porque não os tenho e seria leviano da minha parte informar dados que não são da minha responsabilidade. Entretanto, posso informar a esta Comissão que visitei propriedades onde morreu um acentuado número de animais. Essa é uma realidade que decorreu do período de estiagem. É bom que se diga que isso não ocorreu não só pela seca, mas também pela falta de alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Voltando novamente ao assunto mencionado pela Senadora Marluce Pinto, eu gostaria de perguntar a V. Exª – assinalo que temos recebido informações contraditórias a respeito – se, como presidente da Assembléia ou como Presidente da Federação da Agricultura, pode indicar, para que a Comissão visite, algum açude que tenha sido construído pelo Governo do Estado e que seja padrão desse atendimento. Gostaríamos de ter essa indicação, porque gostaríamos de visitar para fazer o registro fotográfico, exatamente para dirimir algumas dúvidas que estão sendo levantadas.

V. Exª pode indicar algum açude, obra, ou propriedade em que possamos verificar o modelo de açude que foi feito pelo Governo do Estado ou pelo o Governo Federal, para que possamos ter o padrão desse nível de atendimento?

O SR. ALMIR SÁ – Vamos pedir à Assessoria que nos forneça essas informações para que possamos passá-las à Comissão tão logo as tenhamos. Foram tantas as propriedades atendidas e as informações que ilustre Presidente pede variam de propriedade para propriedade. Assim, de memória, eu não teria condições de fazer a indicação. Dessa forma, eu poderia mencionar uma propriedade onde houve uma determinada solução diferente da que foi aplicada em outra.

Nós precisaríamos verificar, se o ilustre Senador, pelo que estou entendendo, quer ter a informação de pequenas barragens ou de contenção de água, ou a cacimba propriamente dita.

Tenho a impressão de que poderemos fornecer a indicação de algumas propriedades para serem visitadas. Eu pediria, inclusive, a colaboração, nesta questão, da Secretaria da Agricultura e da Assessoria da Federação da Agricultura, para que eu possa atender aos ilustres Senadores.

Continuo à disposição para qualquer esclarecimento que se faça necessário, dada a importância de V. Exªs aqui e, sobretudo, pelas palavras da Senadora Marluce Pinto, que assinalou a importância desta Comissão e a forma como ela poderá ajudar ao Estado na captação e agilização de recursos que possam afluir. Nossos produtores ainda necessitam desses recursos para fortalecer as suas bases e recuperar as suas propriedades.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de agradecer ao Deputado Almir Sá. Se algum dos Srs. Deputados Estaduais quiser fazer algum questionamento rápido a palavra está aberta, até como homenagem à presença de V. Exªs.

Eu gostaria de passar a palavra ao Líder do PMDB, Deputado Elder Grossi.

O SR. ELDER GROSSI – Excelentíssimo Sr. Senador Presidente da Comissão Especial que avalia e investiga os fatos, as circunstâncias e as causas do incêndio na Região Amazônica, notadamente em Roraima, gostaríamos de saudá-lo, bem como de assinalar a presença dos membros desta Comissão, da Presidente do meu Partido, Senadora Marluce Pinto, que efetivamente tem demonstrado um trabalho especial pelo nosso Estado, e dos Senadores Sebastião Rocha e João França.

Primeiramente, eu gostaria de destacar aqui a importância singular desta Comissão para o Estado de Roraima, principalmente em nossa Região Amazônica.

Nós, representantes deste Estado, que acompanhamos o sofrimento decorrente da nossa situação rural, entendemos que o principal objetivo desta Comissão é buscar recursos e auxílio para o Estado de Roraima.

Saudamos a presença dos senhores representantes do Congresso Nacional que, com certeza, irão radiografar detalhadamente essa situação caótica para o nosso País, principalmente para nós, de

Roraima, que muitas vezes, Senador Romero Jucá, somos esquecidos por parte da Administração Federal, sendo relegados ao descaso da Administração Central, da Presidência da República e de Ministérios, os quais se esquecem que este Estado faz parte da Federação. Então, V. Exªs, como Senadores da Amazônia, vão levar informações sobre a situação real em que nos encontramos, sobre a fragilidade da Região Amazônica decorrente da queimada no que tange aos incentivos e aos recursos que vêm para cá. Particularmente esse fato vem acontecendo todo ano, há quinze anos, desde que vivo em Roraima.

Cabe destacar que não sou depoente hoje – serei amanhã –, mas, nesta oportunidade, se V. Exª me permite, gostaria de registrar um fato caótico a meu ver. Fiz uma viagem, no mês de outubro do ano passado, de carro com minha família. Logo no início da BR-174, passamos por dificuldade de visibilidade decorrente da queimada ocorrida nos dois lados da BR, no território amazonense. Tivemos até dificuldade, Senador Jucá, de respirar.

Cheguei a esboçar um ofício, porque ia recorrer à austeridade do Governador Amazonino Mendes, pois, na minha opinião, aquela situação era criminosa: o fogo dos dois lados da pista, e nós sofrendo de falta de ar, querendo chegar à reserva indígena para respirar. A situação é grave.

Saúdo a presença desses quatro Senadores que irão, com certeza, mostrar aos Ministros competentes a situação de Roraima.

No que tange ao que o Presidente Sá colocou a respeito da disponibilidade de recursos para o colono, tem que haver um mecanismo especial, seja por parte do FNO ou através do Procera. Enfim, devem-se mobilizar todos os recursos disponíveis, porque o pequeno colono tem até medo de entrar nesses bancos, uma vez que não é bem recebido.

Senadora Marluce Pinto, Senador Sebastião Rocha, Senador João França, vivemos numa região que precisa de recursos e de apoio. Precisamos ser enxergados pelo Governo Federal. A importância maior é o resgate daquilo que Roraima merece. A União deve à Região Amazônica satisfação, recursos e apoio; não deve achar que somos apenas um apêndice. (Palmas.)

Quero externar o meu carinho por esta Comissão, porque vejo nela pessoas valorosas como V. Exª, como a Senadora Marluce Pinto, o Senador Sebastião Rocha, que já vinha atuando no Senado Federal, e o Senador João França.

Depois me policiarei como depoente, mas agora acho necessário, politicamente, como Deputado Estadual, externar a minha preocupação com a situação do Estado de Roraima.

Muito obrigado, Senador Romero Jucá.(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Antes de passar a palavra à Senadora Marluce Pinto, gostaria de fazer mais um questionamento ao Presidente da Assembléia para esclarecer alguns fatos.

Gostaria de perguntar ao Presidente se ele conhece alguma instituição, político ou alguém que obstaculizou ou atrapalhou a atuação dos Governos Federal e Estadual em termos das providências contra os incêndios e as queimadas em Roraima. Se S. Exª tiver algum documento ou informação, por favor encaminhe à Comissão, que irá acompanhar essa questão.

O SR. ALMIR SÁ – Ilustre Senador, o que posso lhe informar é que as ações do Governo Federal foram tardias. Não houve ações imediatas. Tantas foram as reivindicações do Governo do Estado em Brasília, e essas soluções não vieram a contento. Então, eu me reduziria a esses termos porque as conjunturas, as polêmicas e fofocas de jornal, ou coisas dessa ordem, não me tocam e não me levam a considerações maiores.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª, então, não conhece nenhum documento, nenhuma ação concreta, de qualquer pessoa, que tenha atrapalhado a atuação, no Estado de Roraima, na questão do combate aos incêndios?

O SR. ALMIR SÁ – Não. Eu não acompanhei essa questão. Ouvi falar que houve dificuldades, através de V. Exª, através da Senadora Marluce. Essas informações foram comentadas no Estado, mas volto a dizer que não li nenhum documento, embora tenha tomado conhecimento do discurso da Senadora Marluce no Senado. Não li o discurso, não posso fazer análise profunda dessa questão. Não entrarei em detalhes para não ser injusto. Ouvi os comentários, como relatei anteriormente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Para que fique claro, porque existem alguns processos tramitando na Justiça, solicito uma informação clara. V. Exª conhece, tem prova, tem alguma informação que possa ser encaminhada a esta Comissão de que qualquer Parlamentar ou qualquer pessoa desse Estado tenha atuado contra o Estado de Roraima e agido contra a remessa de recursos ou qualquer ação que venha atender o Estado de Roraima? V. Exª tem alguma informação concreta ou algum documento, alguma coisa efetiva que possa encaminhar a esta Comissão?

O SR. ALMIR SÁ – Concretamente não tenho documentos que lhe possa fornecer. Se por acaso algum documento ou dado chegar às minhas mãos no período em que esta Comissão estiver neste Estado, com prazer farei encaminhar a V. Exª, ilustre Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Muito obrigado. Perguntaria à Senadora Marluce Pinto se ainda quer fazer algum questionamento, tendo em vista o fato que foi levantado. Depois, passaremos a ouvir o Secretário Pedro Estêvão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Como fui citada pelo Presidente sobre o discurso, quero esclarecer. Toda pessoa que ler a matéria e entender, vai verificar que o meu discurso foi de ajuda. Fiz o discurso conclamando não só os Senadores de Roraima – está registrado nos Anais –, mas a todos. Eu disse, no plenário do Senado, que éramos Senadores da República, que o Brasil pertencia a todos e que Roraima era Brasil. Eu pedia, na oportunidade, que todos se unissem em prol dos acontecimentos de Roraima.

Dr. Elder, levando em conta as suas considerações, nós mesmos questionamos muito o caso das verbas para o Amazonas, não só os políticos de Roraima, mas os políticos de um modo geral. Para isso, encaminhei um requerimento solicitando uma Comissão Permanente do Senado, para ver se os trinta Senadores encontrariam soluções para os problemas. Temos que ser justos. Seria muito bom se todo Presidente da República tivesse olhado não só por Roraima, mas pelo Amazonas, como o atual Presidente está fazendo. Não vim aqui defender Fernando Henrique Cardoso, mas tenho que dizer isso. O Senador Sebastião é da Oposição, mas sabe que o problema energético do seu Estado está sendo solucionado. Aqui, no Estado de Roraima, todos sabem que o maior problema é o energético e que não é possível um Estado desenvolver-se se esse problema não for solucionado.

Em dezembro de 1976, no apagar das luzes do Presidente José Sarney, a mensagem do Presidente foi para o Senado: "Aprovamos 78 milhões em empréstimos através da CAF para o asfaltamento da BR-174". E quem é que não sabe do contrato assinado? O próprio Flamarion Portela está balançando a cabeça, porque ele era o Secretário. Quem não sabe que o Presidente, mesmo sem recursos, assinou contrato com a Venezuela, e a Eletronorte está construindo a linha de construção de Guri. Recursos para cá estão vindo. Vou fazer perguntas à Deputada Aurelina. Ela sabe que chegam notícias nos nossos gabinetes até de liberações do Ministério da Agricultura para a compra de sementes. Tenho documentos mediante os quais se pode ver até o dia da liberação. Quem dera tivesse havido Presidentes da República anteriores ao atual que olhassem pela Amazônia! Os representantes do Exército são representantes do Governo Federal. Quem não sabe da luta do Exército, até mesmo no asfaltamento da BR-174? Foi quem pegou a parte mais difícil de ser concluída. Quem é que não sabe que vem FPM para cá, todos os meses, que varia de 20 a 25 milhões de reais?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer ao Deputado Almir Sá. Digo a V. Exª que estaremos aqui durante toda esta semana. Qualquer documento, qualquer informação complementar será importante, bem-vinda. Agradeço a V. Exª pelas informações.

Tem a palavra o Secretário de Agricultura, Dr. Pedro Estevão.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Sr. Presidente, quero agradecer a oportunidade que esta Comissão me deu de estar prestando esclarecimentos. Saúdo o Senador João França, que eu não havia anteriormente cumprimentado. Srs. membros da Comissão, foi um prazer estar aqui. Muito obrigado. Bom dia.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dr. Pedro Estevão, quero agradecer a presença de V. Exª, Secretário de Agricultura do Estado de Roraima, e colocar os microfones à sua disposição, para que V. Exª faça alguma explanação, forneça algumas informações. Posteriormente, entraremos na fase das perguntas.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Exmº. Sr. Presidente da Comissão Especial, Senador Romero Jucá Filho, Exmª Srª Senadora da República, Marluce Pinto, Sr. Sebastião Rocha, do Amapá, Sr. Senador da República João França, Senhores Deputados, público presente, iniciando, faço uma pequena retificação no depoimento do nosso ilustre Presidente da Assembléia Legislativa, Deputado Almir Sá, quando chamou o incêndio de queimada. Gostaria de registrar que, no início do ano, a Superintendência Estadual do Ibama suspendeu todas as autorizações de desmatamento em função do fenômeno El Niño, que já vinha, ao longo do ano de 1997, demonstrando que teríamos um ano atípico, de pouca previsibilidade. No final de janeiro, início de fevereiro, a Superintendência Estadual do Ibama, na pessoa do Sr. Ademir Passarinho, suspendeu então as autorizações de queimada controlada. Essa retificação seria de que o evento foi, na verdade, um incêndio.

Gostaria de dizer à Presidência que, após a exposição, vou entregar um documento que condensa a maioria dos fatos que vou aqui relatar. Para começar, gostaria de falar da importância dessa Comissão e da importância da unidade dos políticos do Estado com a classe produtiva de Roraima. Primeiro, pelas imensas dificuldades que nosso pequeno produtor rural vem sofrendo na pequena propriedade, nos mais distantes locais. Ele, na verdade, é a grande vítima desse sinistro, da situação de pobreza e de abandono na qual vivem nossos produtores rurais. Em poucas palavras, tentarei sintetizar as circunstâncias que deram origem a esse sinistro tão conhecido no Brasil.

Muito embora nosso Estado não tenha acesso às informações mais singulares e necessárias para se fazer uma previsão segura da climatologia futura, ao longo do ano de 97, acompanhamos o aumento da intensidade do fenômeno El Niño. Quem bem conhece Roraima sabe que o Estado é privilegiado quanto à questão climática, pois temos, no sul do Estado em direção ao norte, um clima tropical úmido, coberto por floresta; no centro da região, onde fica situada a cidade de Boa Vista, há um clima tropical com vegetação de savana; no extremo norte, temos um clima tropical, com chuvas de moção. Por que falo isso? Porque as condições edafoclimáticas, de solo, de vegetação e de clima são favoráveis a eventos dessa natureza. As condições básicas para que esse sinistro se implantasse foi a intensificação do fenômeno El Niño, que teve magnitude do nordeste para o oeste do Estado, principalmente onde ficam os campos entremeados por vegetação de savana, propiciando os incêndios. A intensificação do clima, ou seja, a baixa umidade relativa do ar, as precipitações reduzidíssimas – segundo o Ministério da Agricultura, tiveram o seu cume de janeiro a março. Dados da Estação Meteorológica de Boa Vista revelam chuviscos de janeiro a março. Todos esses fatores deram origem ou possibilitaram a ocorrência de um incêndio de grandes proporções.

Ao longo desse episódio, tivemos a participação de vários organismos, inclusive Organizações Não-Governamentais, que nos auxiliaram na coleta de informações climatológicas. Mas há que se registrar o empenho e o conhecimento de causa de peritos do Ministério da Agricultura que vieram para cá e praticamente deflagraram o plano de combate ao incêndio. Foram eles que, usando instrumentos simples de medição de velocidade e rajada do vento, de umidade relativa do ar próximo aos focos de fogo, conseguiram montar um plano de combate ao incêndio. Por que mencionei isso? Porque o nosso País desponta com boa tecnologia, ou seja, temos satélites como Landsat. Esse satélite teoricamente deveria nos fornecer informações precisas, mas em Roraima temos extrema dificuldade de obter dados meteorológicos. Temos informações do Instituto Nacional de Meteorologia, que faz previsão para toda a Amazônia, mas não se refere especificamente ao Estado de Roraima. Salvo engano ou salvo desconhecimento do conteúdo total, a Comissão do Senado criada para estudar o fenômeno El Niño, até onde eu pude ler, não inclui Roraima. Não consegui observar nenhuma linha citando Roraima. Então, Senadores, os fatos circunstanciais são esses.

Eu gostaria de ressaltar que, nesse episódio, não houve culpados, mas todos sabemos quem são as vítimas desses incêndios – não só do incêndio, mas de uma política ultrapassada de assentamento, de uma política creditícia ultrapassada, de um modelo discriminante, desumano de assentamento das populações rurais. Em nome dos que vivem no campo, que sofrem o abandono por parte de autoridades, peço que as ações cheguem às mais humildes das residências. O que vemos hoje não em Roraima, mas na Amazônia, é um modelo de política de assentamento totalmente ultrapassado, onde se vêem depósitos de agricultores e não pessoas humanas que necessitam de crédito, de apoio, de assistência técnica, de extensão rural, enfim, de tudo aquilo que seria necessário para que os assentamentos fossem mais humanizados.

Faço ainda um breve alerta: mediante um relatório de impacto ambiental feito por técnicos da USP e do Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, ficou patente o desequilíbrio ecológico. Hoje podemos observar nas propriedades um ataque imenso de lagartas, quase fora de controle. E como esse incêndio não foi clássico, foi um incêndio de sub-bosque que deixou uma quantidade de matéria orgânica, de material combustível tão grande, que se o fenômeno El Niño se intensificar em função das folhas que caíram, vamos ter problemas muito mais sérios. Eu gostaria de pedir a unidade de todos, no sentido de observar essas sérias questões, que poderão trazer muito mais prejuízos aos nossos produtores rurais.

Agradeço a oportunidade. Quero dizer que coloco à disposição tudo aquilo que for necessário para que a Comissão tenha êxito e possa elaborar um bom trabalho. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Dr. Pedro Estêvão pelas colocações e pelo

alerta. A camada que continua a existir no solo preocupa. Isso tem sido discutido, inclusive, no Ministério do Meio Ambiente, dos Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, em Brasília. Eu gostaria de passar a palavra à Relatora da Comissão, Senadora Marluce Pinto, para as suas perguntas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Pedro Estevão, eu gostaria de saber qual foi a data em que V. Exª assumiu a Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Dia 3 de abril.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Antes o senhor já trabalhava na Secretaria?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Sim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Desde quando?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Desde 1985.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Formulei essas duas perguntas para saber se realmente o senhor tinha conhecimento do que estava sendo feito no Estado de Roraima com relação ao produtor rural.

De acordo com a exposição de V. Sª, já se sabia – e não é desconhecido para ninguém – a ocorrência do El Niño. Quais as providências que a Secretaria de Agricultura tomou para que se evitassem os problemas da não produção no Estado de Roraima?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Senadora, com todo o respeito, essa questão da previsibilidade climática, especialmente para nós, da Amazônia, é extremamente difícil. Para V. Exª ter uma idéia, o satélite brasileiro, Landsat V, que cobre a região amazônica, tem extrema dificuldade no margeamento da nossa região. Então, Roraima é totalmente desprovida, ou pouco coberta, pelo margeamento desse satélite. Por essa razão, as previsões não nos dão segurança. Em contato com o Instituto Nacional de Metereologia, tomamos conhecimento de que os dados de previsibilidade de climatologia giram em torno de cento e oitenta horas. Muito embora estivéssemos acompanhando o fenômeno El Niño, o fato não estava no nosso registro meteorológico. Temos dados de cinqüenta e três anos de acompanhamento meteorológico. Esses dados, trabalhados estatisticamente, poderão oferecer alguma previsibilidade. Entretanto, os institutos que nos fornecem essas informações – tenho em mão e posso passar para V. Exªs – infelizmente falam do El Niño como um fenômeno global, e não tínhamos registros de fenômenos dessa natureza em Roraima.

Um outro fator também importante que nos pode auxiliar no raciocínio é que não tínhamos experiência nesse evento, que é novo e imprevisível. Então, as ações mitigadoras foram sendo tomadas à medida em que os fenômenos iam acontecendo, até pela nossa condição de Estado pobre da Federação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Insisto na minha pergunta, relacionada ao trabalho direto, à assistência direta ao produtor, já que todos sabiam da modificação do sistema climático causada em nosso País pelo El Niño. Qual era o cargo de V. Sª antes de assumir a Secretaria?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Eu trabalhava no Departamento Técnico.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Assistência técnica externa ou interna?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Departamento Técnico, trabalhando mais na parte de fomento.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, tecnicamente falando, que tipo de trabalho foi elaborado para que se conseguisse em Brasília, através do Ministério da Agricultura, verbas específicas para que pudesse atuar com relação aos acontecimentos previstos. Houve algum projeto em especial que pudesse inibir um pouco as dificuldades atuais?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Na verdade, temos um elenco de projetos, mas a ação efetiva na prevenção desses incêndios, em propriedades rurais, está intrínseca ao trabalho dos extensionistas. A parceria com o Ministério do Meio Ambiente nas técnicas de prevenção de queimadas faz parte do cotidiano do técnico em extensão rural.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Agradeço a V. Exª pelas respostas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – As minhas intervenções serão em três níveis basicamente. Já tive oportunidade de conhecer praticamente os nomes, as atividades e os órgãos que representam cada um dos que vieram colaborar com a Comissão.

Durante a nossa presença no Estado de Roraima, as principais preocupações que vou tentar levantar serão o impacto ambiental – o representante do Ibama poderá falar melhor sobre a questão –, a sua repercussão internacional, as preocupações com a tão malfadada possibilidade de uma internacionalização da Amazônia – fato este que, de vez em quando, pontua a imprensa nacional –, os prejuízos que o Estado de Roraima vem sofrendo em função do incêndio e, logicamente, as providências nessas três áreas, para que não tenhamos dificuldades futuras ainda maiores.

Sr. Secretário de Agricultura, Dr. Pedro, pergunto se há um levantamento mais detalhado sobre

o percentual de área produtiva atingida no Estado de Roraima e quanto isso representa em termos de prejuízo, por exemplo, quanto à safra, inclusive quanto aos produtos que certamente foram prejudicados. Se possível, gostaria de saber também o percentual de propriedades atingidas pelo incêndio e em que nível esse número pode inviabilizar economicamente um conjunto de produtores rurais dos setores agrícola e pecuarista.

Desculpem-me, mas não tenho informações precisas também sobre o componente mais importante desse setor produtivo primário. Não saberia dizer se é a pecuária ou a agricultura.

Faremos, depois, ao Secretário de Planejamento perguntas sobre o impacto econômico desses prejuízos na safra.

A pergunta que fiz, Sr. Secretário, refere-se basicamente ao percentual da área produtiva atingida em relação à área improdutiva, os produtos inviabilizados e o impacto sobre a safra e o rebanho neste ano de 1998.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Senador Sebastião Rocha, ao longo desse sinistro, muitas entidades, governamentais e não-governamentais, estiveram presentes. Cada uma delas, dentro das suas limitações técnicas, apresentou relatórios do evento.

Tenho em mãos o relatório do PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Temos outros relatórios de impacto ambiental: o da USP e do Ministério do Meio Ambiente, que também levantam outras questões. Entretanto, vou me ater a um relatório – desculpem-me pela expressão – "feijão com arroz", que fizemos aqui com técnicos nossos. É um relatório cujo nome é o seguinte: Danos causados não pelas queimadas, mas pelos incêndios nos Municípios no Estado de Roraima. Vou debruçar-me sobre esse relatório e tentar expor o que o nobre Senador questionou.

Nossa agricultura é basicamente formada por pequenos agricultores distribuídos ao longo dos assentamentos oficiais do INCRA, dos assentamentos do Estado (feitos pelo Instituto de Terras) e alguns assentamentos voluntários. Mas o grosso da nossa produção sai da pequena propriedade. O pequeno agricultor trabalha a sua roça de subsistência segundo o modelo que a Amazônia tanto conhece, e pelo qual tanto sofre, porque não tem outra alternativa.

O processo – broca, derruba e queima – não é tecnológico, ao contrário, é um processo de empobrecimento, pois trata-se de uma técnica de manejo em que, com a força dos braços, mantém-se o limite da produção. Esse é o modelo implantado na Amazônia e também em Roraima.

Desse percentual, segundo informações levantadas por técnicos da Extensão Rural, em torno de 80% a 90% da semente armazenada em campo, ou seja, aquela semente que é guardada no paiol ou que é armazenada a pleno sol, foi literalmente perdida. V. Exª é da região e, portanto, sabe que uma das práticas mais habituais de armazenamento de semente é em paiol ou em campo. Então, o maior prejuízo, além das perdas das lavouras de mandioca, de pequenas fruticulturas, das pequenas criações, ocorre na perda da semente, na perda do material vegetativo. Nessa perda, pode-se incluir a maniva, da mandioca, que não temos, o material vegetativo da cana-de-açúcar, que foi queimado. Esse prejuízo, com certeza, ultrapassa a ordem de 80%.

Outro dado que fazemos questão de registrar, em função do levantamento feito, foi o número de cabeças de bovinos perdidas no fenômeno incêndio: registramos 5.226. Esses são dados oficiais da Extensão Rural.

Dentro desse contexto, o grande problema vivenciado hoje no campo é o intenso desequilíbrio ecológico, em que uma infestação imensa de lagartas está consumindo os pastos, as sementes plantadas, e, por causa disso, por duas ou três vezes, tivemos de repor o estoque de sementes da pequena propriedade.

No momento, o que restou desse sinistro, cujas conseqüências estamos sofrendo e que merece uma análise e uma tomada de posição por parte do Governo Federal, emergente ou urgente é a questão desse desequilíbrio ecológico.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – E o percentual de hectares queimados de área produtiva, o senhor tem essa informação, Dr. Pedro?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Em termos de pastagem nativa, são 163.650 hectares. Em termos de área de pastagem cultivada, 83.811 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria se há registro de queima de mata, se está também quantificado o número de hectares.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Não, esse dado não consta do relatório. Consta área de capoeira, 16.051 hectares.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Só para elucidar bem essa questão: somando a área toda, o senhor tem o total de área e tem alguma idéia do percentual que foi efetivamente queimado no Estado?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Eu até queria também complementar, Dr. Pedro, se até o final dos

nossos trabalhos, amanhã à tarde, o senhor teria talvez oportunidade de nos apresentar esse dado, ou outro depoente – não sei se outra pessoa, um dos que vão prestar depoimento, poderia contribuir com esse dado –, porque é importante termos percentuais, porque os termos absolutos, para quem não conhece o quantitativo, fica difícil saber qual é o impacto de fato que houve no setor produtivo, em termos de hectares, ou em termos de percentual de hectares.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Esses dados que apresento são coletados por técnicos da extensão. São dados pontuais de propriedade. Mas, hoje pela manhã, está sendo apresentado ao Ministro Gustavo Krause um relatório minucioso dos impactos e da área realmente queimada. Por que digo minucioso? Porque aqui ficou um avião da NASA, com radar aerotransportado, que fez o imageamento das queimadas, e um avião da Força Aérea Brasileira, também com radar aerotransportado, que são os únicos instrumentos que podem dizer: "tantos por cento do Estado foram queimados."

Até hoje, todos os relatórios, tanto do IMPA como do PNUD, que falam em percentuais de área queimada, são relatórios baseados em **spots. Spots** são sobrevôos aéreos em que se pegam pontos da floresta com focos de incêndio e faz-se uma estimativa da área queimada.

Então, todos os dados apresentados, com exceção destes aqui, que são dados de campo, são estimativos. E cremos que esse dado que está sendo apresentado ao Sr. Ministro Gustavo Krause, hoje em Brasília, seja realmente um dado concreto, porque são dados tecnológicos com imageamento de radar que vão dar com precisão a área. Os outros dados, como já falei, são dados estimativos, e que, pela função, pelo mecanismo de coleta, merecem ressalvas.

Eu poderei passar a suas mãos – estou aguardando nesta manhã ainda – um fax desse relatório, citando os danos e a área efetivamente queimada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Bom, Dr. Pedro Estêvão, gostaria de fazer também algumas perguntas. Começaria pela seguinte: havia no Governo do Estado, anteriormente, uma Secretaria de Meio Ambiente, que foi fechada. O planejamento e a ação de proteção e preservação do meio ambiente ficou na Secretaria de Agricultura ou foi para alguma outra Secretaria do Estado? V. Sª. tem essa informação?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Essa questão do meio ambiente ficou agregada à Secretaria de Planejamento, Ciência e Tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria também, como perguntei ao Deputado Almir Sá, se V. Sª. tem conhecimento de alguma ação concreta e sistematizada sobre a prevenção de incêndios e o combate à seca que seria desencadeada no Estado, por conta do fenômeno **El Niño**. A Secretaria de Agricultura – já que o senhor era Diretor de um departamento técnico – efetuou alguma ação estruturada, alguma ação concreta, ou se tratou apenas de uma ação pontual por conta da assistência dos técnicos da Secretaria de Agricultura? Houve alguma campanha, alguma ação programada de prevenção em relação a essa questão da seca e também do incêndio?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Vou abrir um parêntese para dizer que, com a extinção do sistema Sibrater, de assistência técnica em todo o Brasil, o modelo de assistência técnica e extensão rural – vinha dando certo – foi massacrado, extinto por força de lei.

Dentro desse modelo anterior, as práticas de campanhas educativa em torno das técnicas de queima controlada, técnicas de confecção de aceiro, melhor horário para se proceder à queimada eram uma rotina, e essa rotina permaneceu. Essa técnica, embora esquecida no âmbito do Governo Federal, vem sendo utilizada sempre. No entanto, eu não seria leviano a ponto de dizer que houve uma campanha. Não houve. Houve uma ação....

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Individual, eventual.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Houve uma ação que já está dentro do contexto de assistência técnica e da extensão rural. Eles fazem isso como rotina de serviço. Hoje se discute em Brasília a retomada do modelo da assistência técnica e da extensão rural. Trata-se de um novo modelo que privilegia a ação na pequena propriedade. No Congresso, tramita a revitalização desse modelo de extensão rural, e tanto nós, técnicos, como o produtor rural, padecemos pela falta da ação federal no campo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tratando da questão do modelo e da assistência técnica, V. Exª falou que hoje o modelo é perverso, penaliza o agricultor, e não gera os dividendos que deveriam. Em andanças pelo Estado, temos ouvido dos produtores reclamações no tocante à questão desse modelo e da assistência técnica. Inclusive, há informação de que o BASA deixou de aplicar no Estado mais de R$25 milhões por conta da ausência de um programa de assistência técnica estruturado que avalize os financiamentos que poderiam mudar o

perfil da produção. Porque, se tivéssemos mecanização, um modelo tecnológico de melhor atuação, com certeza grande parte dessas queimadas não teriam ocorrido.

Se é dessa forma, por que a Secretaria de Agricultura do Estado continua implantando esse modelo? E mais: é verdade que a assistência técnica rural está desestruturada e, portanto, não está dando condição para que os produtores tenham assistência para ir ao Basa ou aos bancos oficiais e referendar os financiamentos que estão disponíveis?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – De uma forma bem sistemática, o Estado de Roraima está sendo pioneiro na retomada do novo modelo. Enquanto o fórum nacional dos Secretários da Agricultura, reunido em Brasília, propôs a reimplantação do modelo Sibrater de assistência técnica e extensão rural, Roraima já vem concatenadamente implantando, revitalizando escritórios de uma forma que os escritórios possam ser, na verdade, casas de assistência técnica e extensão rural, em que o modelo de convivência entre técnico e produtor rural seja intensificado.

Com relação às propostas, posso responder-lhe comparativamente. Foi-nos solicitado pela Secretaria da Agricultura a informação da relação técnico/produtor, da relação técnico/proposta efetivamente financiada. Colocaram o Estado em uma condição adversa, dizendo que, no campo, estaríamos em uma proporcionalidade inferior, e isso é plenamente inverdade, pois atualmente a grande maioria de nossos técnicos encontra-se no campo. Nenhum Estado da Amazônia legal – afirmo com garantia e posso provar – tem a relação produtor/proponente mais alta que a nossa. Então, tal fato não é verdade.

A questão do financiamento passa por outros meandros que não o da assistência técnica, V. Exª conhece muito bem.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Solicitaria a V. Exª que fossem enviados à Comissão não apenas os relatórios de que dispõe, mas também as solicitações encaminhadas pela Secretaria de Agricultura ao Governo Federal, quando do início do processo das secas após as queimadas. Gostaríamos de tê-los em mão para analisar que tipo de solicitação, que tipo de proposta foi encaminhada ao Governo Federal, a fim de que tenhamos condições de cobrar, já que nenhum documento desse tipo foi encaminhado à Bancada Federal, pelo menos aos Parlamentares do PSDB e do PFL – não falo pelo PMDB. Na verdade, não tivemos conhecimento de nenhum tipo de pleito encaminhado ao Governo Federal para que pudéssemos ajudar.

Pergunto, como o fiz ao Deputado Almir Sá: V. Exª tem conhecimento de que o Governo do Estado construiu açudes? Onde foram construídos? Qual deles é modelo? Qual podemos visitar a fim de verificarmos não apenas o que está sendo denunciado, mas também o que de bom foi construído, para que possamos cooperar e levantar a verdade dos fatos. V. Exª é técnico e sabe o que é um açude, assim como o Deputado Flamarion Portela saberá, quando lá comparecer – inclusive, para a construção de açudes, ou barragens deve haver licença do CREA. Gostaria de saber se V. Exª possui informações sobre onde foram construídos tais açudes a fim de que possamos visitá-los.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Aproveito para passar às mãos do Presidente, Senador Romero Jucá, uma síntese do que foi dito e das reivindicações ao Governo Federal. (Palmas)

Sr. Presidente, não me alongarei em tentar conceituar o que é cacimba, o que é açude, o que é cacimbão. Restringindo-me, e digo simplesmente que deixo à escolha de V. Exª e da Comissão, da Senadora Marluce Pinto e dos Senadores João França e Sebastião Rocha, a escolha do município. Se V. Exª permitir, poderei citar dois Municípios: Iracema e Cantá. Mas o nome do programa, do projeto, o apelido dos açudes, que a princípio foi Mutirão pela Seca e Cacimbão pela Seca, creio não ser muito relevante sob o ponto de vista da funcionalidade e do quanto serviu. Tenho certeza de que se V. Exª, juntamente com a Senadora Marluce Pinto e demais membros da Comissão, quiser ir ao interior para colher depoimentos, saberá que essa cacimbinha, seja o que for, foi útil para o produtor rural.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria apenas de registrar, Secretário, que fazemos tais perguntas porque é importante que as questões fiquem claras, pois tais recursos foram federais. E é importante que fique claro, até para que a opinião pública e a fiscalização do Governo, por quanto foi construído o açude, pois, para um açude, R$1.000,00 é barato, em tese, e para uma cacimba, R$1.000,00 é caro.

Não estamos julgando se a cacimba ou o açude são importantes ou não. A comissão vai verificar essa questão **in loco**. De acordo com informação oficial, foram construídos mais de 6 mil açudes em Roraima, sendo que o DNOCS não chegou a esse número no Nordeste em todos esses anos de seca. Esse é um dado importante. Precisamos verificar esses açudes.

V. Sª, como técnico, tem conhecimento se foi construído açude, barragem ou cacimba? O que foi construído? Se V. Sª indica que devemos ir a Cantá, a Comissão irá com muita satisfação; inclusive o Prefeito do Cantá está aqui e será o nosso cicerone na verificação **in loco** dessa questão. Mas é importante que isso fique claro.

Não estamos discutindo a conceituação, mas o gasto público que será fiscalizado pelo Tribunal de Contas da União. Se a barragem tinha de ter tantos metros com um custo específico, ela o terá no custo estipulado; se o açude tinha de ter tantos metros, assim o será.

É importante registrarmos isso, porque trata-se de assunto grave. Não estamos questionando a necessidade, porque qualquer água é importante num momento de seca. Desejo saber se foram construídos os açudes e se V. Sª tem conhecimento de onde eles estão, para que a Comissão possa visitá-los. Se V. Sª não quiser informar, fica a critério da Comissão. Não há problema.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Estamos à disposição para facilitar ao máximo o trabalho da Comissão e, mais uma vez, reiteramos a nossa boa vontade no sentido de apresentar toda a documentação necessária.

Para que a Comissão Especial tome conhecimento, os cacimbões foram abertos com retroescavadeiras e têm a dimensão de quatro metros de largura, oito metros de comprimento e aproximadamente três e meio metros de profundidade. É isso que V. Exª encontrará no campo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Qual é a dimensão dos açudes?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Essas são as dimensões dos cacimbões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Sª tem informação sobre o custo dessas construções? Ficou a critério da Secretaria de Agricultura definir o custo das construções dos cacimbões ou outra Secretaria o fez?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – O custo, na verdade, foi levantado pelo DER.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, a execução não foi da Secretaria de Agricultura?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – A execução não foi realizada pela Secretaria de Agricultura, mas o acompanhamento sim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Sª, como Secretário da Agricultura agora e antes como Diretor Técnico da Secretaria de Agricultura, tem alguma informação de que alguém tenha obstaculizado a ação dos Governos Federal ou Estadual nessa questão do combate às secas? Ou seja, V. Sª tem documentos, provas ou posições que definam que alguém atrapalhou a atuação do combate às secas ou a ação social na área do Governo do Estado ou de alguma Prefeitura? V. Sª tem essa informação concreta?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Nem documentos nem provas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Obrigado.

Como V. Sª avalia a ação do Governo Federal e, especificamente, a questão do Exército? Essa foi uma questão bastante polêmica na imprensa nacional. Vimos a posição do Governador de Estado algumas vezes, inclusive pela televisão, condenando o Governo Federal e dizendo que não recebeu nenhum tipo de apoio e que, na verdade, o Estado estava sozinho no combate aos incêndios e à seca. Gostaria de saber a posição de V. Sª naquele momento, como Diretor Técnico, e agora, como Secretário de Agricultura.

É verdade que houve omissão do Governo Federal na atuação do incêndio e também na assistência ao povo de Roraima?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Estava deixando para o final as palavras com relação ao Exército brasileiro, mas, como V. Exª argüiu, gostaria de tocar em dois pontos que, a meu ver, são de suma importância.

Primeiro, quero enfatizar o brio, a competência e a abnegação do nosso humilde Corpo de Bombeiros, porque foram eles que, a princípio, se embrenharam na mata, com as condições que lhes eram dadas, indo para o **front**, para a linha de frente combater esse incêndio. (Palmas.)

Então, não poderia furtar-me à colocação desse aspecto do Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima, na pessoa do Capitão Paulo Sérgio, que esteve presente o tempo todo no auxílio às populações rurais.

O segundo ponto: elevar o nível de competência, de organização e de dever cívico que sempre esteve presente no Exército brasileiro. É inegável o trato cívico com a coisa pública, por parte do Exército brasileiro, a quem, na pessoa do General Carvalho, nós, do Estado de Roraima, temos muito a agradecer pela condução dos fatos, pela serenidade e organização. Posso até dizer que o Exército brasileiro, na verdade, foi a grande pedra angular da condução desse evento.

Gostaria de deixar para o final, General Carvalho, mas não poderia omitir aquilo que temos de me-

lhor no Brasil em termos de organização, de civismo, de competência e de amor à pátria : o nosso querido Exército brasileiro.

Muito obrigado, General Carvalho.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quer dizer, então, Secretário, que o filme que o Governo do Estado rodou dizendo que não teve apoio e que estava sozinho combatendo o incêndio não é verdadeiro?

O SR. PEDRO ESTEVÃO – São fatos, Senador, que, diante da grande importância desta Comissão, até me furtaria em tecer comentários, mas...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Assim procedo porque é importante que fique claro. Como V. Sª disse, também comungo da admiração pelo esforço e dedicação que o Exército teve em entrar e combater o incêndio em Roraima. Considero que o Governo Federal e o Exército brasileiro, bem como as pessoas do Exército que comandaram essa atuação – o General está aqui e será ouvido – tiveram um desempenho muito importante. Penso que o Brasil e o Exército brasileiro aprenderam com esse incêndio, despertando algumas questões importantes para a Pátria.

No entanto, penso ser importante que fique claro que V. Sª não concorda. E V. Sª registra também a admiração que todos sentimos pelo esforço e pela atuação do Exército aqui no Estado.

O SR. PEDRO ESTEVÃO – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto. S. Exª tem mais algumas perguntas, tendo em vista os documentos entregues pelo Secretário de Agricultura.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Pedro Estêvão, quando iniciei minhas perguntas, observei que as respostas não vinham de acordo com o que eu havia perguntado. Julguei que V. Sª não estivesse muito a par, porque, na época realmente crítica, ainda não ocupava o cargo de Secretário.

Mas, já que V. Sª apresentou aqui essas planilhas, penso que deveremos fazer algumas perguntas, até mesmo na qualidade de Relatora, porque temos que registrar toda a documentação recebida – que irá constar no relatório -, todas as respostas e exposições de motivo e, posteriormente, o que vimos.

Desse modo, aqui no relatório consta que o Governo Estadual, em termos de açudes, considerando 14 Municípios – são 72 Municípios -, tem 1400, cada localidade com 100 açudes construídos e cada açude com capacidade de 220 m^3. Além disso, são 15 barragens, das quais duas encontram-se no Município de Boa Vista e os demais Municípios com uma barragem cada um.

V. Exª já disse que a execução dessas obras foi feita por meio da Secretaria de Obras, mas que a Secretaria de Agricultura realizou todo o acompanhamento.

Na qualidade de Secretário de Agricultura do Governo do Estado de Roraima, V. Sª confirma o que aqui está exposto?

Quero deixar bem claro para as autoridades presentes e o público, para que tomem conhecimento, que recebemos a documentação das mãos de V. Sª e que ela está assinado pelo Governador do Estado de Roraima, Neudo Ribeiro Campos. Não foi a Comissão que as trouxe. V. Sªs viram que essa documentação, e o Dr. Pedro pode até examinar, foi repassada ao Senador Presidente da Comissão. Ela possui todas as planilhas e não foi encaminhada só ao Ministro – encontra-se aqui mais uma correspondência encaminhada ao Presidente da República sobre a construção de açudes, poços e barragens -, mas ao Diretor do Departamento de Defesa Civil do MPO. Todos os documentos estão assinados pelo Sr. Governador.

Há um outro ofício encaminhado ao Sr. Fernando Rodrigues Catão, ex-Secretário de Defesa Civil – atualmente é o Dr. Abílio, mas a mudança não importa, pois o sucessor tem toda autoridade sobre as análises.

Já sai de nossa seara, mas há também documentação encaminhada para a Venezuela. Esta Comissão não está autorizada a fiscalizar documentação que tenha saído do âmbito de nosso País. Tenho certeza de que quem deve fiscalizar tal documentação, em nível de Brasil, é o Ministério das Relações Exteriores. Não adianta falar a quem foi dirigida, apenas que foi para as autoridades venezuelanas.

Também foi encaminhado para o Exmº. Sr. Marcos França, Secretário Executivo de Políticas Regionais.

O restante foi encaminhado à Venezuela.

Posso estar me alongando em meus questionamentos, mas quero que o público presente saiba e que fique registrado nos Anais do Senado, que o relatório foi elaborado pelas autoridades competentes do Governo do Estado, assinado pela maior autoridade do Estado de Roraima e dirigido aos órgãos competentes em Brasília, principalmente ao Senhor Presidente Fernando Henrique Cardoso.

Era o que gostaria de deixar registrado, Dr. Pedro. Posteriormente, vamos tirar cópia para levar a essas localidades e verificar se, realmente, esses poços, açudes e barragens foram construídos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pergunto ao Dr. Pedro se S. Sª quer confirmar a construção desses açudes e barragens. A Senadora mencionou, mas, se, efetivamente, S. Sª quiser confirmar onde estão, estamos à disposição.

SR. PEDRO ESTEVÃO – Sr. Presidente, estou ao inteiro dispor da Presidência. Quero esclarecer, e gostaria que ficasse registrado, que o evento não foi único e pontual, evoluiu dentro de uma condição de descontrole. Certos documentos terão uma seqüência, e tudo o que for necessário para que a Comissão tenha um bom desempenho. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Muito obrigado a V. Exª.

Concedo a palavra ao General Luís Edmundo de Carvalho, que comandou as operações de combate ao incêndio no Estado de Roraima.

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO - Exmº Sr. Senador Romero Jucá, Presidente desta Comissão; Exmº Sr. Senador Sebastião Rocha; Exmª Srª Senadora Marluce Pinto; Exmº Sr. Senador João França; Exmº Sr. Deputado Estadual Almir Sá, Presidente da Assembléia Legislativa; Srs. Deputados Estaduais; Exmªs autoridades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário; minhas senhoras e meus senhores:

No final da década de 80, o Exército brasileiro concedeu prioridade um à Região Amazônica. Essa prioridade pôde ser concedida em conseqüência da tranqüilidade que reinava e reina desde aquela época no nosso Cone Sul. Portanto, a partir daí, o Exército começou a trazer algumas de suas tropas, sediadas até então no Centro-Sul do País, para a Região Amazônica.

Até aproximadamente 1990, tínhamos aqui, em Boa Vista, apenas o 6º BEC e o atual 7º BIS, que antes era mais fraco, era um batalhão especial de fronteira. A partir de 1993, passamos a contar com o esquadrão de cavalaria mecanizado.

Respondendo a essa prioridade um concedida à Região Amazônia, o Exército trouxe para Boa Vista o Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, que era a primeira brigada de infantaria motorizada e estava sediada em Petrópolis, no Rio de Janeiro. Foi extinta nessa região e transferida para cá. Também trouxe uma outra brigada do Rio Grande do Sul, que foi para Tefé, no Amazonas. Hoje, temos na Região Amazônica o comando de quatro brigadas, duas regiões militares, um comando militar de área, um comando de grupamento de engenharia de construção, todos de oficiais generais. Além disso, temos um considerável efetivo; só em batalhões de infantaria, temos 14 na Região Amazônica. Conforme todos sabem, temos a presença de diversos batalhões de engenharia de construção, que fazem muito pela área, como, por exemplo, as rodovias – posso garantir-lhes que se não fazem mais é por falta de recursos, porque condições existem. Hoje contamos com um efetivo bastante razoável na Amazônia.

Essa prioridade um foi concedida também a partir do momento em que pudemos constatar, por meio do noticiário internacional, um início de cobiça internacional pela Amazônia, principalmente por organizações não-governamentais. Mas hoje em dia já se ouvem autoridades de governo falando a respeito de uma possível intervenção na Amazônia – os jornais noticiam isso com certa freqüência.

Quero tratar especificamente da atuação do Exército brasileiro no combate ao incêndio em Roraima. Seguirei um sumário, que V. Sªs podem acompanhar pela projeção à minha esquerda.

Inicialmente, temos no Estado um quadro de seca, o que levou o Governador do Estado, no dia 22 de janeiro, a decretar estado de emergência. Até então não se ouvia – eu pelo menos não tinha ouvido falar – em incêndio no Estado.

Lembro-me de que, nesse dia 22 de janeiro, eu estava com o Governador quando S. Exª me disse que estava declarando o estado de emergência. Mesmo sem saber em que poderia ajudar, desde esse momento me coloquei à disposição do Governo do Estado para o que fosse necessário dentro do nosso alcance.

Esse quadro de seca oferece todas as condições favoráveis para que as queimadas anualmente realizadas pelos agricultores se transformem em incêndio. Isso começa quando os agricultores não conseguem mais controlar o fogo das queimadas, que começa a se alastrar para onde eles não desejam. Exatamente quando isso ocorre é muito difícil precisar; não tenho a data exata, mas parece-me que é no início de março.

Temos a primeira atuação de uma tropa nossa em combate ao incêndio, do 7º BIS, cerca de 60 homens, na região do Apiaú, atendendo à solicitação de moradores dessa região que nos procuraram. Estivemos lá numa jornada de trabalho e conseguimos fazer alguns aceiros.

No dia 14 de março, o Governador do Estado nos pediu, por ofício, o auxílio de 60 homens para ajudar o Corpo de Bombeiros de Roraima, também na região de Apiaú – o ofício pode ser apresentado no painel. A partir desse dia, esses 60 homens foram para lá e de lá não saíram mais, combatendo o fogo.

Nessa oportunidade, conforme mostra o próprio ofício, estávamos trabalhando sob a orientação do Corpo de Bombeiros de Roraima, que já estava lá com o seu efetivo. Os senhores sabem que o efetivo do Corpo de Bombeiros de Roraima é pequeno e não teria condições, por si só, de resolver o problema daquele incêndio na época. Por esse motivo, solicitaram a nossa ajuda.

É importante também lembrar que a instrução militar do Exército brasileiro não é voltada para o combate ao fogo. Portanto, não sabíamos fazer isso. Precisávamos sempre ajudar e trabalhar sob a orientação do Corpo de Bombeiros. Naturalmente, aprendemos muito nesses trabalhos.

Na evolução dos acontecimentos, ocorre uma importante reunião no dia 18 de março, aqui, em Boa Vista, com a presença do Secretário de Políticas Regionais, Ministro Catão; do Presidente do Ibama e de outras autoridades do Governo Federal. Nessa reunião, especialistas do Corpo de Bombeiros contratados pelo Ibama apresentam um quadro da situação do Estado – levantamento esse feito alguns dias antes.

Podemos ver no mapa a situação apresentada no dia 18 de março, quando esses bombeiros, trazidos do Estado do Rio de Janeiro, levantaram para o Ibama a existência de cerca de 10 focos de incêndio no Estado, que podemos observar marcados no mapa.

A maioria desses focos se concentra numa região próxima à Vila do Apiaú, Boqueirão, etc., e apenas um foco de incêndio se apresenta fora dessa área, na região próxima à Pacaraima.

Essa reunião é de extrema importância para se saber o que estava acontecendo no Estado. Até então, não tinha havido maior esclarecimento do que estava ocorrendo.

Os especialistas do Corpo de Bombeiros nos mostraram a necessidade de homens e material para debelar esses focos de incêndio. Lembro-me bem de que foi definida, em documento produzido pelos bombeiros, a necessidade de 960 homens e farto material de combate a incêndio. Não podiam garantir qual o tempo que levaria para o incêndio ser debelado com aquele efetivo e aquele material.

Na oportunidade dessa reunião, ofereci-me para proporcionar todo o suporte logístico à operação que iríamos realizar, porque pressenti que o Exército realmente era o órgão mais adequado para fazê-lo. Sabemos proporcionar um apoio logístico adequado a operações, porque treinamos para operações militares. Ofereci-me para dar aos bombeiros que tivessem que entrar na selva guias de selva, porque também temos instrução para isso. Ofereci-me para dar segurança a esse pessoal, apoio de saúde às operações realizadas nos diversos locais e montagem de bases para que o pessoal pudesse operar com maior facilidade.

É interessante destacar alguns aspectos de que normalmente as pessoas não se dão conta. Depois de passarem várias horas combatendo o fogo, numa situação em que a umidade relativa do ar está bastante baixa e a temperatura bastante elevada, aumentada naturalmente pelo fogo próximo, os bombeiros precisam de área de repouso, alimentação adequada, grande consumo de água. Uma pessoa nessa situação consome mais de 6 litros de água.

Tínhamos um problema de seca no Estado que nos preocupava também porque tínhamos de levar água potável para todo o pessoal da operação, bem como levar água para que os carros de bombeiros disponíveis pudessem recebê-la nesses locais em que estavam operando. Naturalmente não convinha que eles viessem até Boa Vista, voltassem ao local para, em poucas horas, a água acabar. Portanto, era uma operação de apoio logístico bastante complexa, como a própria situação veio mostrar mais tarde.

Chegaram 180 bombeiros do Distrito Federal nos dias 18 e 20 de março. Recebi um ofício do Governador do Estado, datado de 19 de março, como podem ver no painel, em que ele solicita a indicação de um representante do Comando da Brigada para fazer parte da Comissão de Combate ao Fogo. Nesse dia, já em contato com os meus superiores, sabendo que estava vindo uma delegação da Argentina para participar do combate ao fogo e que a situação estava ganhando um nível que já nos preocupava quanto à segurança nacional, ofereci-me ao Governador do Estado para ser o coordenador das ações de combate ao fogo. O Governador do Estado, de imediato, aceitou a minha oferta e ficou bastante satisfeito por assumirmos essa coordenação. Portanto, essa data é importante. Dia 19, já ao entardecer, assumi a coordenação. De imediato, na nossa diretriz, identificamos três prioridades básicas com os meios disponíveis naquele momento: vidas humanas, pequenas propriedades rurais dessas regiões e a manutenção de alguns pastos ainda intactos de Apiaú, cujos moradores já haviam combinado que todo o gado seria concentrado naquele espaço para poderem sobreviver, independentemente de quais fossem os proprietários.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – General, eu queria pedir 10 segundos a V. Sª, porque a mesa de som precisa trocar a fita. (Pausa.)

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Durante a semana, eu estava em uma reunião do Alto Comando do Exército, no Rio de Janeiro. Ele iria a Manaus e, na segunda-feira, estaria em Roraima.

Essa visita foi de extrema importância para mim, que assumia a coordenação das operações, porque o General Lessa me disse o seguinte: "General Carvalho, tudo o que precisar do Comando Militar da Amazônia estará à sua disposição. É só pedir que mandaremos." Nesse dia mesmo, disse-lhe que precisávamos de imediato de mais helicópteros e de um pelotão de comunicações, porque as comunicações deveriam ser confiáveis em todos os locais em que fôssemos operar. Em seguida, chegaram esses meios que solicitei. Deixamos também de sobreaviso o Primeiro Batalhão de Infantaria de Selva em Manaus, em condições de acorrer a Roraima, se fosse necessário.

Prosseguindo na evolução dos acontecimentos, continuaram a chegar bombeiros procedentes do Distrito Federal, Minas Gerais, etc.

No dia 25 de março, pressionado pela grande quantidade de repórteres de todos os pontos do País e do exterior, concedi uma entrevista à imprensa, que foi muito divulgada, com pequenas deturpações de sentido, o que eventualmente ocorre até pela incompreensão do que se fala ou quando não se consegue ser claro. Dizia a principal manchete: "General rejeita o apoio da ONU." Na realidade, vou abordar esse fato posteriormente.

O que havia acontecido naquele momento é que já tínhamos desencadeado a mobilização nacional, e posso garantir-lhes que os bombeiros brasileiros dos outros Estados já se sentiam envergonhados e constrangidos com a presença de argentinos e venezuelanos em Roraima, enquanto que os nossos bombeiros ainda não haviam sido chamados para auxiliar no combate ao fogo no local. Portanto, quando desencadeamos a mobilização nacional, encontramos uma tropa de bombeiros ávida por participar do auxílio ao Estado.

No dia 26, obtivemos as primeiras vitórias com o controle de focos na região de Confiança, Boqueirão e Apiaú.

Continuando a destacar alguns aspectos, ressalto a vinda de bombeiros oriundos do Paraná, no dia 27 de março. Bombeiros e material chegavam a Roraima, inclusive outras viaturas, carros de bombeiros do Amazonas, meios de transporte terrestre viáveis naquela situação e conhecidos de todos.

Dando prosseguimento à evolução dos acontecimentos, no dia 29 de março, controlamos outro foco na região de Ajarani, que fica próxima à terra indígena Ianomâmi.

Ainda no dia 29 acontece um importante fato. Até então, eu contava com as fotos de satélites produzidas pelo INPE. Para obtê-las, precisávamos recebê-las via Internet e também precisávamos da interpretação delas. Entre a obtenção da foto do satélite e – nós sabemos – a interpretação, demorava um espaço de tempo considerável. Mas quando estive em Brasília, na reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, no dia 26 de março, recebi um telefonema do General Aquino, que era o Comandante de Operações Terrestres – foi para a reserva há pouco -, em que ele me falava da existência de uma antena portátil de excelente qualidade, que era operada conjuntamente pela Embrapa e pelo Ministério do Exército através do Sismagex, que é um sistema de imagens do Exército, e que eles podiam trazer essa antena para cá, e eu obteria a resolução com interpretação de técnicos praticamente em tempo real, com três horas de diferença. Portanto, um capitão do Exército e dois técnicos da Embrapa passaram a nos fornecer essas informações em tempo real, o que foi de extrema valia.

Prosseguindo na evolução dos acontecimentos, continuaram a chegar reforços, e, no dia 31 de março, chegaram as chuvas. Aquilo que costumo dizer: já contávamos com o auxílio dos argentinos e dos venezuelanos e passamos a contar com o auxílio de São Pedro, que, se não é brasileiro por nascimento, o é de coração (Palmas!). São Pedro, então, nos ajuda bastante. Em momento algum desprezamos o auxílio das chuvas nessa situação. Devemos destacar que a ação de todos os bombeiros, tanto de Roraima quanto dos outros Estados, e dos próprios estrangeiros que vieram aqui, nos dava a tranqüilidade de que a operação estava sendo bem conduzida. Mas esse reforço que tivemos foi definitivo para o sucesso das operações.

A partir do dia 2 de abril, começamos a fazer a mobilização, inicialmente com contingentes que mais tarde seriam substituídos, mas que foram embora sem precisar vir mais ninguém para o seu lugar.

No dia 6 de abril, podemos dizer que a situação voltou à normalidade, e continuou a desmobilização. Essa desmobilização terminou, e os últimos contingentes – Ceará, Pernambuco, Rio de Janeiro e o efetivo da Venezuela – foram embora no dia 10 de abril.

Quero aproveitar agora para mostrar alguns dados importantes dessas operações.

Efetivos em 19 de março: apenas 218 homens empregados nessas operações, dos quais, conforme está demonstrado aí, 70 do Exército Brasileiro; 60 da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Roraima; e 88 do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal.

Os senhores podem até perguntar por que tão pouco do Exército nessa oportunidade, o dia 19 de março. Tínhamos esses 88, porque só no dia 18, na véspera, naquela reunião com os especialistas, tínhamos tomado conhecimento do diagnóstico e da gravidade da situação e também precisávamos nos reservar para a parte mais importante da operação, ou melhor, me corrijo, para a parte que tínhamos melhores condições de realizar, ou seja, o apoio logístico às operações. Os senhores podem ver a evolução de 19 de março para 31 desse mesmo mês, quando atingimos um efetivo de 1.733 homens, quer de combate direto ao fogo, quer do apoio logístico às operações.

Para dirigir essa operação, montamos um dispositivo, que está sendo apresentado neste momento, que nos mostra a participação de comandantes e subcomandantes dessa Força Tarefa, elementos de Comunicação Social do Exército, que nos auxiliaram a lidar com a imprensa, o que é extremamente difícil nessas situações; e, para isso, eles têm a experiência adequada. Contávamos com elementos do Governo do Estado. É importante destacar que esse pessoal, como a Professora Cilene aqui presente e outros, estava junto à nossa equipe atendendo às necessidades que tínhamos no decorrer das operações. Portanto, na sala de operações, posto de comando no 7º Batalhão de Infantaria de Selva, contamos com a cooperação ininterrupta do Governo do Estado, que nos ajudou em nossas necessidades. (Palmas)

Esse contato diário também foi feito com órgãos do Governo Federal como Ibama, Funai, Embrapa e um representante da Defesa Civil de Brasília, que facilitava os contatos do Comandante de Operações com a Secretaria de Políticas Regionais. Montamos um Estado-Maior clássico, lidando com pessoal, inteligência, operações e logística. Na parte de operações, o principal elemento de assessoria era um oficial do Corpo de Bombeiros do Distrito Federal que conhecia bastante o assunto. Os senhores podem ver todos os elementos empregados nessa estrutura de combate ao incêndio.

Conseguimos disponibilizar equipamentos consideráveis. Foram 12 helicópteros trabalhando na área, jogando água sobre os focos de incêndio. Quatro viaturas de Bombeiros, incluindo-se uma do Amazonas e três deste Estado. Uma viatura especial do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro veio em aviões da Força Aérea Brasileira, que trouxeram todos os efetivos dos outros Estados, sob os auspícios da FAB.

Podemos ver todo o material listado. Esse é o principal, pois houve muito mais. Todas as viaturas do Exército brasileiro também foram empregadas, inclusive caminhões frigoríficos, caminhões de suporte, ambulâncias etc.

Fatores que influíram nas operações.

É importante salientar alguns aspectos que complicaram as operações. Por exemplo, os agricultores e índios continuavam a realizar as queimadas habituais, com o receio de perder a oportunidade de uma nova chuva e não poderem continuar com essa perigosa prática. Os senhores verão o que vai acontecer por causa disso. Os fortes ventos de Nordeste começaram a diminuir com o passar dos dias e começou a chover regularmente desde o dia 31 de março, o que facilitou bastante. Foram debelados, com a atuação dos Corpos de Bombeiros que lá estavam, dez grandes focos, que foram extintos com a ação das chuvas. A situação retornou à normalidade no dia 6 de abril.

V. Sªs podem ver o quadro da desmobilização com início e término no dia 10 de abril e o mapa das queimadas. Nós que tínhamos "apenas" dez focos naquela reunião de 18 de abril, quando chegamos ao dia 20 de abril, em novo levantamento, já tínhamos mais de 20 focos de incêndio motivados pela continuação das queimadas.

Temos onde atuou cada Corpo de Bombeiros (palmas): o grupamento da Venezuela atuou em Pacaraima; o grupamento de Roraima atuou em Amajari; o grupamento do Rio de Janeiro atuou em Maracá; os grupamentos do Distrito Federal, os argentinos e o Exército Brasileiro atuaram em Apiaú; um grupamento Ianomâmi, Exército brasileiro, Distrito Federal e Corpo de Bombeiros de Goiás; em Boqueirão temos o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal; em Mucajaí atuou o Exército com o Ceará; em Confiança atuou o Distrito Federal; em Caracaraí atuaram os grupamentos de Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Amazonas, juntamente com o Exército. Essas são as áreas onde houve atuação.

Já lhes falei dos resultados obtidos com a debelação e com o controle dos dez grandes focos de incêndio, e, como resultados, podemos dizer que a estrutura montada pela Comissão permitiu um completo acompanhamento da situação. Não houve vítimas pela ação direta do fogo – é importante dizer.

Houve uma preservação das reservas indígenas – não tenho conhecimento de que pela ação do fogo, no período em que atuamos, tenha havido perda de residências rurais, é possível que tenha havido fora desses locais. Depois do início da nossa atuação, temos a convicção de que apenas pequena parcela do rebanho foi atingida pelo fogo. Conseguimos a preservação de alguns pastos, que permitiram ao rebanho de Vila Apiaú se alimentar. E a atuação de combate ao fogo permitiu uma considerável redução dos danos ambientais. Hoje muitos falam na questão dos danos ambientais, mas, tenho convicção disso, eles são muito menores do que a imprensa noticiou no decorrer das operações.

Quanto ao auxílio internacional, que provocou grande polêmica na época, eu gostaria de afirmar novamente a posição do comandante das operações, o coordenador, e do próprio Exército Brasileiro quanto a isso. Quanto a pessoal, quando perguntaram sobre o auxílio da ONU, quando saiu aquela manchete dizendo que "o General o rejeitou", já tínhamos iniciado a mobilização, conforme lhes falei, e eu não queria transformar essa operação numa verdadeira torre de Babel em que fosse extremamente difícil conseguirmos realizar um apoio logístico e um exercício de comando eficiente.

Só para os senhores terem uma idéia do pessoal em operação que alimentávamos, havia pessoas que preferiam um tipo de farinha, enquanto outras gostavam de uma qualidade diferente. Imaginem se tivéssemos preocupação com a alimentação de pessoal estrangeiro na área!

Com relação ao entendimento quanto à técnica de combate ao fogo – naturalmente, cada um preconizaria de uma forma -, seria difícil chegarmos à conclusão de como atuar naquela situação. Desde o início, tínhamos convicção acerca da capacidade dos nossos bombeiros, e muitos oficiais dos Corpos de Bombeiros têm cursos de combate a incêndio florestal no exterior, sendo, portanto, elementos altamente capacitados para atuar nesse tipo de operação.

Quanto ao apoio financeiro, de vez em quando – não era freqüente – surgia no comando de operações o oferecimento de algum tipo de apoio financeiro de organizações não-governamentais. Não cabia ao comandante das operações dizer se aquele dinheiro era bom ou ruim, se convinha ou não. Encaminhávamos todos esses oferecimentos ao Governo Federal, a quem caberia dizer se aceitava ou não, e não tínhamos mais nenhum controle sobre esse apoio financeiro.

Finalmente, quanto às empresas comerciais, recebemos uma série de oferecimentos de equipamentos, principalmente aviões especializados no combate ao fogo e também helicópteros. Com todos esses oferecimentos procedíamos da seguinte forma: os bombeiros especialistas examinavam a proposta na questão técnica, decidindo se a ajuda seria bastante para combater o fogo ou não. Aquelas que realmente poderiam ser úteis eram encaminhadas a Brasília, a quem competia disponibilizar ou não os recursos para a contratação daqueles equipamentos.

Lembro-me de que chegamos a solicitar a contratação de uma aeronave com capacidade de jogar até 40 mil litros de água nos focos de incêndio. Isso também demandou um profundo estudo de como seria possível abastecer algumas vezes uma aeronave com essa capacidade, numa época em que o Estado encontrava-se em seca. De onde iríamos tirar essa água? Chegamos à conclusão de que até seria possível, mas o Governo Federal economizou o dinheiro que seria gasto com essas aeronaves, porque São Pedro chegou antes da necessidade da sua contratação.'

Como conclusão dessa participação, chegamos a alguns ensinamentos importantes. Há necessidade de a Defesa Civil brasileira adequar-se estruturalmente, de forma a poder se fazer presente, numa resposta mais rápida e eficiente a ser realizada por pessoal e material adequados a acidentes dessa natureza. Lembramos, inclusive, que o Corpo de Bombeiros do Distrito Federal, por se encontrar em uma posição central, com um efetivo considerável, possuindo helicópteros -inclusive pagos pelo Governo Federal- pode constituir-se em um embrião dessa força quando se tratar de combate a incêndios, inundações e outros sinistros da natureza.

O trabalho conjunto com os diversos Corpos de Bombeiros serviu para mostrar o seu excelente nível. As diversas corporações estão muito bem preparadas para o fim a que se destinam, possuindo elevado profissionalismo, traduzidos por dedicação, sentimento de cumprimento da missão e conhecimento técnico, o que contribuiu sobremaneira para o sucesso da missão.

O emprego de elementos do Exército nesse tipo de operação deve ser em conjunto com elementos do Corpo de Bombeiros, para cumprir as seguintes missões: guia na selva para conduzir os bombeiros ao local do incêndio; para o combate ao fogo, necessita-se de equipamento apropriado e de orientação do pessoal especializado; e, naturalmente, para o apoio logístico que podemos proporcionar.

Também o Exército pode efetuar um eficiente apoio de comunicações, e uma operação desse nível precisa de uma equipe de comunicação social que consiga relacionar-se bem com os repórteres, naturalmente proporcionando as informações que eles necessitam para esclarecer a opinião pública, tanto nacional quanto internacional, sobre os fatos que estão acontecendo.

O combate ao fogo pressupõe a combinação de meios aéreos, material e pessoal de maneira proporcional. Não adianta um efetivo considerável sem os meios necessários. Portanto, não era o caso de trazermos cinco ou dez mil pessoas para combater o fogo, se não houvesse o equipamento necessário. Posso lhes garantir que eu teria dificuldade em proporcionar um apoio logístico adequado para esse pessoal, se eu tivesse um efetivo tão grande. Por isso, não se julgou necessário aumentar o número de pessoas.

Era isso que tinha a expor, e estou à disposição para perguntas. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a explanação competente e detalhada do General Carvalho, demonstrando a atuação do Exército brasileiro nessa questão do fogo em Roraima.

Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão, para suas primeiras perguntas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – General Luiz de Carvalho, agradecemos a participação tão valiosa de V. Sª. Felizmente, Roraima tinha o seu comando no Exército, para nos ajudar tanto quanto nos ajudou.

As suas palavras, Sr. General, vão ao encontro de meu pronunciamento do dia 19 de março. V. Sª citou que, no dia 18, recebeu o ofício do Sr. Governador solicitando apoio. No dia 19 de março, subi à tribuna pela segunda vez para falar sobre o incêndio que já vinha iniciando, embora em proporções muito pequenas, a partir de janeiro. Quando da tribuna falei, alertando o Presidente da República e as autoridades competentes – encaminharei posteriormente a V. Sª esse discurso que está registrado nos Anais do Senado -, disse exatamente o que V. Sª citou agora, ou seja, que, se não houvesse equipamentos, apenas recursos não iriam adiantar. Essa frase, para alguns, soou como se eu houvesse dito para não se mandar recursos. Mas eu sabia que apenas recursos não iriam resolver o problema. Mesmo havendo em Roraima o sexto BEC, o sétimo BIS, o Comando da Brigada de Selva e a Infantaria, não se dispunha de homens em quantidade suficiente para combater o incêndio, por mais vontade, organização e competência que tenha o Exército brasileiro.

Eu disse, então, que apenas recursos não adiantavam, mas que havia necessidade de equipamentos e de homens especializados em apagar incêndios, e V. Sª, sem sequer ler o meu pronunciamento, falou exatamente, com detalhes, sobre a ajuda e o apoio que teve não só do Distrito Federal, do Paraná, do Amazonas, como de equipamentos vindos da Venezuela e da Argentina.

Sr. General, caros Deputados, autoridades, senhoras e senhores presentes, a minha preocupação se dava porque, graças a Deus, eu conheço a Amazônia – não como um todo mas as suas dificuldades. Eu não sei se é do conhecimento de V. Exªs, mas quando foi instalada a primeira Comissão sobre o Calha Norte, eu fui a sua presidente no Congresso Nacional. Daí surgiram idéias – não vou dizer que foi só por isso, mas também porque tive o acompanhamento de Parlamentares, assessores da Aeronáutica -, surgiram outras lutas e outras atividades foram instaladas e providenciadas, inclusive o Sivam, como é do conhecimento de todos.

Quando se iniciou outra Legislatura, fui solicitada pelo Sr. Ministro da Aeronáutica a entrar com um requerimento para que se instalasse novamente o Calha Norte, incluindo o Sivam; na época, fui solicitada para ser a Relatora. Sobre os dois assuntos tenho até livro publicado.

A minha segunda preocupação decorre do fato de que, nos idos de 1996, quando as Senadoras Benedita da Silva, Emilia Fernandes e eu representamos o Senado da República no Encontro das Mulheres na China – do qual participaram 197 países -, nas reuniões de que o Brasil participava, e que duraram 15 dias, juntamente com os sete países mais ricos do mundo, o assunto menos tratado foi a mulher. Falava-se, sim, sobre a nossa Amazônia, o seu abandono e que os brasileiros não tinham condições de ordenar o seu desenvolvimento. Ouvimos tantas coisas que a primeira atitude nossa foi fazer um Relatório alertando as autoridades para isso.

Portanto, Sr. General, V. Exª pode ter a certeza de que os Parlamentares de Roraima estão atentos. Se porventura chegarem mensagens de fora para vir dinheiro, lá estaremos para aprovar. Como ficamos, em dezembro de 1996, para aprovar os 78 milhões de empréstimo feito pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso destinados ao asfaltamento da BR-174, de Caracaraí até o encontro de Manaus – e tenho a certeza de que V. Exª teve conhecimento disso porque parte desse recurso, também, foi dirigido ao 6º Batalhão de Engenharia, órgão responsável pelas construções de estradas. E, como bem frisou

V. Exª, se o 6º BEC, hoje, não faz mais é porque não tem recursos.

Então, Sr. General, o senhor pode contar com esses Parlamentares. Nós estamos lá não só para defender o Estado de Roraima, mas também estamos em Brasília para defender todas as dificuldades do nosso País, não importando onde for. Não há necessidade de formular qualquer pergunta a V. Exª, pois o seu Relatório foi tão abrangente, explicou tudo, todas as providências tomadas, até o zelo para que não se deixasse transparecer para outros países que o Brasil não tinha competência para apagar este fogo.

Então, resta-me agradecer, mais uma vez, a grande cooperação do Exército brasileiro nas pessoas dos presentes. Como V. Exª mesmo citou, eram apenas 218 homens, somados os contigentes dos militares do Exército alocados aqui, mais o da Polícia Militar local e o do Corpo de Bombeiros. Tivemos a grata satisfação, contudo, de receber vários militares brasileiros, com isso, o contingente de combate ao fogo chegou a ter 1.733 homens. Nós só temos a louvar o seu discernimento, o seu espírito de solidariedade, a sua disciplina, características peculiares dos integrantes das Forças Armadas. Como Parlamentar, sairei daqui convicta, pelas explicações apresentadas por V. Exª – que estão registradas pelo técnico do Senado Federal aqui presente -, de que o Exército brasileiro vai tomar conhecimento da grande operação que foi realizada no nosso Estado de Roraima em prol do homem sofrido da Amazônia.

Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de passar a palavra, agora, ao nobre Senador Sebastião Rocha que irá fazer as suas perguntas.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. General Luís Carvalho, eu não pretendo, como disse no começo, fazer qualquer juízo de valor sobre as ações do Governo Estadual e Governo Federal. Porém, não posso deixar de reconhecer o brio e as virtudes dos destacamentos do Corpo de Bombeiros dos Estados e do Exército brasileiro. Apesar de ser do PDT, um Partido da Oposição, reconheço o trabalho valioso e valoroso que o Exército brasileiro presta à Nação, sobretudo nessa região tão distante dos centros de decisão do nosso País e, muitas vezes, tão esquecidas, como é o caso da Região Amazônica e os Estados da Região.

Mas, Sr. General, prevaleceu, de certa forma, na imprensa, tanto nacional quanto internacional, bem como junto a organismos internacionais e até nacionais que defendem o meio ambiente, como a ONU, que houve, nesse intervalo de janeiro a março, um certo atraso nas medidas efetivas que deveriam ser tomadas no combate ao incêndio que, naquele momento, ainda era focal, mas que já dava sinais e indícios de que poderia assumir grandes proporções e se transformar numa catástrofe ecológica, com prejuízos no setor produtivo, não só ambiental mas também social.

Gostaria de saber qual é o seu entendimento a respeito das ações adotadas não terem sido as efetivamente adequadas para coibir o incêndio. Isso se deveu à falta de elementos para avaliação, do ponto de vista de uma avaliação mais correta, mais apurada pela complexidade do incêndio, da possibilidade dele ser muito mais voraz do que se manifestava, do que parecia ser naquele momento ou, então, faltaram dados? Ou, então, faltou, de fato, valorizar esses sinais, esses indícios de que, em função da grande seca ou do fenômeno El Niño, esse incêndio poderia assumir as proporções que assumiu? E, como disse, sem querer estabelecer de quem é a culpa, desejo saber qual foi o fator preponderante no caso.

A segunda questão é que esse incêndio não pode ser tomado como um fato isolado. Nós estamos numa região em que, de repente, podem acontecer outros incêndios dessa natureza. Assim, tais ocorrências devem ser tomadas como lições, como ensinamentos, para o futuro. Preocupa-me muito, nessa questão internacional – e V. Exª já abordou, de forma sucinta essa preocupação – a possibilidade de intervenção ou de ocupação da Amazônia por forças internacionais em função da ameaça ao meio ambiente – e eu gostaria de saber se o Exército Brasileiro tem também essa preocupação.

A pergunta que faço é: o que pesou, de fato, na decisão – não digo de rejeitar – de não aceitar de imediato o auxílio? Acredito que se o incêndio continuasse, as forças da ONU certamente seriam bem-vindas. O que pesou nessa decisão? Foram só as questões operacionais – o restante do País já estava mobilizado e unidades do Corpo de Bombeiros de vários locais estavam se deslocando para a região – ou o que pesou – e, no meu entendimento, foi decisivo, posso estar equivocado – foi a questão da estratégia de segurança nacional, porque essa ajuda poderia significar intenção, manifestada por autoridades de outros países, de ocupar a Amazônia? Isso poderia ser o começo e depois poderia ser difícil a retirada dessas forças da Amazônia. A pergunta é se prevaleceu mesmo a decisão operacional ou se ela foi adotada em função da estratégia de segurança e defesa nacional.

São essas as questões que gostaria de formular, louvando, mais uma vez, e cumprimentando, por

meio do senhor, o Exército brasileiro pela condução da situação quando assumiu o combate desse incêndio.

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Quanto à primeira questão formulada, eu talvez não seja o elemento mais capacitado para respondê-la e para falar sobre o atraso do combate ao fogo. Não saberia dizer se houve indícios que permitissem fazer ou não uma avaliação do incêndio. Pelo menos para nós – Exército – não havia indícios de que a situação tivesse chegado àquele ponto.

O Exército tem cinco pelotões de fronteira, no arco fronteiriço, e o restante das tropas estão concentradas em Boa Vista, que não sofreu os danos do fogo. Apenas em 27 ou 28 de março estivemos com o aeroporto fechado. Naturalmente, depois do dia 20, houve uma intensificação da neblina, provocada pela fumaça, mas, antes disso, em Boa Vista isso não estava ocorrendo. Também não tínhamos notícia de que no arco fronteiriço as queimadas estavam se transformando em incêndio.

Não sei se outros elementos ou outras instituições já haviam diagnosticado esse quadro com a antecedência necessária. Se formos verificar isso, numa questão até pessoal, se está pegando fogo em nossa casa, rapidamente queremos chamar os bombeiros. Foi o que procuramos fazer. Desconheço a ação do Corpo de Bombeiros do Estado de Roraima antes de estarmos empregados na operação. Tenho conhecimento apenas do episódio ocorrido no dia 14 de março, quando o Governo do Estado solicitou, pela primeira vez, o emprego de nossas tropas.

Então, para nós, Exército Brasileiro, seguramente faltavam dados para que pudéssemos dizer: "Estamos numa situação de incêndio florestal no Estado de Roraima". Viemos, pela primeira vez, a tomar conhecimento dessa situação e da sua gravidade no dia 18 de março, quando os especialistas do Ibama, numa apresentação feita no Palácio do Governo, em que estavam presentes o Ministro Catão, o Governador do Estado e algumas autoridades que já citei, puderam mostrar que estávamos vivendo um quadro de incêndio, e um incêndio de grandes proporções, como nos disseram os especialistas. Quando perguntados sobre quanto tempo seria necessário para debelar aquele incêndio, se todo o material relacionado e os novecentos e sessenta homens de combate ao fogo fossem disponibilizados, sua resposta foi que não podiam dizer nada a esse respeito, que não tinham conclusão alguma sobre isso porque esse incêndio, segundo eles, "não era um incêndio acadêmico" – a palavra é deles.

O que seria um incêndio acadêmico? É aquele incêndio florestal que parte de um único foco. Por exemplo: uma pessoa joga um cigarro no meio da mata seca e começa um incêndio. Isso é o incêndio acadêmico, que, naturalmente, nas principais escolas de combate a incêndio, nos países mais adiantados, estuda-se como debelar.

A principal diferença era que esse incêndio tinha dez focos, segundo levantamento do dia 15 de março; não era apenas um, eram quinze. Isso daí é muito rápido. A evolução dos acontecimentos, ou seja, a passagem da situação de queimada para incêndio – e, continuo a dizer, não conseguimos identificar essa passagem -, é muito difícil de se avaliar. Acredito que faltaram dados mais concretos para que as autoridades gritassem: "Chamem os bombeiros!"

Os bombeiros do Estado de Roraima estavam empregados, fazendo um excelente trabalho, mas para a dimensão do Corpo de Bombeiros, que não é feito para resolver um problema de incêndio dessas proporções, eles eram insuficientes. E, no dia 14, pediram, pela primeira vez, o nosso auxílio.

Quanto à segunda questão, sobre se rejeitamos o auxílio da ONU preocupados com a internacionalização da Amazônia, com a segurança nacional, ou se por acreditar na eficiência dos nossos meios, eu queria dizer que o assunto veio à baila em pergunta feita na entrevista coletiva que dei à imprensa no dia 25 de março.

O repórter perguntou-me: "E o auxílio da ONU?". Eu disse: "Eu não tenho conhecimento de nenhum auxílio da ONU." Nada chegou a mim a respeito de auxílio da ONU. Pelo que me consta, a ONU não tem formado um efetivo para acorrer nesta situação. Existe, vamos dizer, a intenção de se criar um grupo, que seria chamado os Capacetes Verdes, para atuar em situações dessa natureza.

Assim, respondi que eu não tinha conhecimento de auxílio algum da ONU. E ele insistiu: "Se, por acaso, então, a ONU oferecesse ajuda, qual seria a sua posição?" Bem, eu diria que não necessitava daquele auxílio.

Uma coisa interessante: reporto-me à chegada do meu comandante, o General Lessa. Ele me disse: "Todos os meios do Comando Militar da Amazônia estão a sua disposição. É só você pedir que terá aqui o que precisar."

O General Lessa não me impõe nada. Por formação igual a minha, ele sabe que, se sou o comandante, deve ser preservada a unidade de comando e que sei as necessidades da operação que estou vivendo. Portanto, não é bom para a estrutura de co-

mando recebermos meios não solicitados. Os meios geralmente são oferecidos e o comandante operacional diz "quero" ou "não quero", "preciso" ou "não preciso".

V. Exª há de reconhecer a situação extremamente difícil e a extrema responsabilidade para o comando operacional dizer: "Eu não quero, já iniciei a mobilização nacional". Porque, a partir daí, a dose de responsabilidade do comandante é muito grande. Talvez fosse muito mais fácil eu ter respondido: "Aceito qualquer meio." Talvez, mas eu realmente não precisava, por ter feito a mobilização nacional. Eu acreditava no nosso pessoal e, posso acrescentar, já julgávamos, nessa ocasião, tratar-se de assunto de soberania nacional. E posso lhes garantir, também, que toda a instrução da minha e da tropa da Amazônia visa à manutenção da soberania nacional na região amazônica. É essa a instrução do nosso pessoal, e estamos preparados e nos preparando, cada vez mais, para manter essa Amazônia brasileira.

Portanto, naquela ocasião em que foram oferecidas, direta ou indiretamente – talvez até como uma sondagem -, determinadas forças cujas intenções não se sabia exatamente quais eram, preferimos rejeitá-las e acreditar no valor do nosso bombeiro – que demonstrou tê-lo -, para só então, se esgotados todos os meios da mobilização nacional, podermos dizer que queríamos meios externos.

Também lembro que essa operação ganhou uma repercussão internacional muito maior que inúmeras outras catástrofes de dimensões bem maiores por justamente acontecer na região Amazônica. Isso mostra que o mundo todo está olhando para cá, talvez buscando uma oportunidade, algum motivo para dizer: "Nós temos que socorrê-los, porque eles não têm condições." Felizmente, os nossos bombeiros foram competentes.

Quero dizer, também, que os recursos que solicitei ao Governo Federal vieram, e vieram rapidamente, porque eu tinha pouco tempo para alimentar todo esse efetivo e proporcionar boas condições para manter essa operação em andamento.

Não sei se respondi tudo que V. Exª desejava.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Não sei onde está a separação entre a Defesa Civil e o Exército. Parece-me que o senhor é o responsável pela Defesa Civil. (Pausa.)

Não? Desculpe-me, mas o texto diz "representante da Defesa Civil em Roraima", por isso estou fazendo essa confusão.

O Exército brasileiro representa a União nesse espaço de combate ao incêndio. A ação federal, parece-me, foi concentrada basicamente no Exército e, depois, na Secretaria de Desenvolvimento Regional.

Foi possível elaborar-se uma lista de prioridades ou alguma coisa assim, que pudesse nortear a Comissão para fazer, também, um apelo ao Governo Federal no sentido de viabilizar essas prioridades? Existiu essa preocupação de se estabelecer uma ordem de prioridades, já não no combate ao incêndio, mas na reversão dos danos provocados, seja no aspecto econômico, social ou ambiental?

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Não temos, propriamente, uma situação de integração, ou de pertencer à Defesa Civil, ou de coordená-la de uma forma geral. Normalmente, os Estados e Municípios devem ter alguma coisa em termos de Defesa Civil. No Estado de Roraima, sei que há um oficial da Polícia Militar do Estado, encarregado da Defesa Civil do Estado, como, em Brasília, existe, dentro da Secretaria de Políticas Regionais, a Defesa Civil.

Encaminhamos todos esses ensinamentos e sugestões à Secretaria de Políticas Regionais. Inclusive, o elemento da Defesa Civil acompanhou, juntamente conosco, toda a operação. Portanto, muitas dessas sugestões foram apresentadas verbalmente. O contato foi muito facilitado por se tratar de um coronel da reserva. Assim, há uma facilidade de diálogo, porque nos entendemos melhor e o nosso linguajar é semelhante. Tudo isso foi encaminhado.

Sei que havia um projeto – ainda com o Ministro Catão; não sei se isso continua – para que fosse estabelecida em Brasília, na Secretaria de Políticas Regionais, uma permanente sala de operações, de onde se acompanhassem todos esses problemas que pudessem ocorrer no Brasil, quer fossem secas, inundações, incêndios ou catástrofes em que se pudesse necessitar de um socorro imediato.

Portanto, a participação do Exército foi episódica, como normalmente é nessas ocasiões. Tão logo termina o problema, essa participação também se encerra.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria também de fazer alguns comentários. No final, farei duas perguntas.

Primeiramente, quero dizer que essa questão da seca de Roraima, além do sofrimento da população e do Estado com o incêndio, tentou fazer, por meio da mídia, duas outras vítimas: uma delas é o Exército Brasileiro, por conta das informações desconectadas que foram levadas à imprensa; outra vítima são os próprios agricultores, que foram apresentados por parte da imprensa nacional como pessoas que não teriam condições de morar na Amazô-

nia e que estavam colocando fogo na Amazônia porque queriam. Na verdade, isso foi muito abordado.

O depoimento do General Carvalho foi muito importante, porque ele registrou a verdade. Ele reposiciona questões importantes da atuação do Exército Brasileiro, do Governo Federal e do povo de Roraima nessa situação.

No dia 22 de janeiro, o Governador do Estado decretou estado de emergência. Mas, somente no dia 14 de março – portanto, quase dois meses depois -, por meio de um ofício não do Governador, mas da Secretária do Gabinete Civil, Drª. Cilene Salomão, foi solicitado ao Exército Brasileiro a cessão de 60 homens, e o Exército Brasileiro atendeu a essa solicitação. Portanto, a primeira intervenção solicitada ao Exército foi feita quase dois meses depois de decretado o estado de emergência pelo Governo do Estado. Antes disso, não houve nenhuma articulação entre o Governo do Estado e o Exército Brasileiro sobre a questão das queimadas ou sobre a questão da seca do Estado.

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Não. Não houve solicitação. Empregamos um efetivo nosso no dia 8 de março.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em Apiaú, mas, por iniciativa própria,...

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Atendemos a uma solicitação do pessoal de lá. Era uma emergência.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – No dia 18 de março, houve uma reunião com o Ministro Catão e com o Presidente do Ibama, com a participação do Exército. Nessa reunião, foi abordada a necessidade de 960 homens e de equipamentos. Parece-me que V. Exª disse muito bem que, ao final da operação, havia 1.700 homens na operação, portanto quase o dobro da necessidade apresentada tecnicamente para combater os incêndios em Roraima. O Exército ainda colocou em disponibilidade guias de selva, segurança, operação e água potável.

Um outro ofício, também encaminhado pela Drª Cilene Salomão e não pelo Governador do Estado, o que é algo estranho, foi feito no dia 18 de março, solicitando ao Exército Brasileiro a indicação de um representante. O Exército Brasileiro indicou esse representante na Comissão. Estou certo?

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – De forma extra-oficial, já havia um representante quando chegou o ofício. Se não me falha a memória, nessa oportunidade, o Governador encontrava-se em Brasília, mas em estreita ligação com a Professora Cilene. Por isso, ela teria assinado esse documento. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, no dia 22 de janeiro, foi decretado estado de emergência, e, somente no dia 18 de março, foi solicitado oficialmente um representante do Exército na Comissão que discutiria as providências.

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Ao invés da indicação do representante...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Sª se colocou à disposição para ser o coordenador da operação.

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – É. Isso ocorreu no dia 19. No dia 19, foi feita essa solicitação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu ia chegar nesse ponto. Depois da solicitação, o Exército Brasileiro foi além e se colocou à disposição para coordenar, tendo em vista a condição operacional do próprio Exército e das Forças Armadas, que estavam engajadas – aí sim por determinação do Presidente da República – no sentido de dar todo o suporte necessário para combater as dificuldades de Roraima.

A questão do apoio da ONU já foi bastante esclarecida aqui.

Estou fazendo essas perguntas, porque entendo, como já foi dito pelos outros Senadores, que o Exército Brasileiro atuou de forma correta. O Exército Brasileiro, no momento em que foi chamado, atuou de forma serena e tranqüila, mas com firmeza. Mas se tentou passar para uma parte do País que o Exército Brasileiro e o Governo Federal não tinham atuado em Roraima e que tinham deixado o Estado de Roraima à míngua. Isso foi colocado, inclusive, num filme editado pelo Governo do Estado. Na verdade, essa foi uma grande injustiça com a atuação do Governo Federal no Estado.

É importante dizer isso. Inclusive, estamos requisitando o filme. Esse é um ponto de honra, não por conta da questão de Roraima especificamente, mas pelo que foi dito aqui por V. Sª, pela Senadora Marluce Pinto e pelo Senador Sebastião Rocha. Ao referendar essa posição e atacar o Governo Federal e o Exército – talvez, isso tenha sido feito de forma impensada -, um filme do Governo do Estado acabou reforçando um discurso internacional de cobiça da Amazônia de que não estamos preparados para atuar na Amazônia.

Depois, colocou-se também na mídia que os agricultores de Roraima estavam deliberadamente queimando suas propriedades, o que também não era verdade. V. Sª disse aqui que existiram queima-

das durante o processo de incêndio, o que é verdade. Mas existiram as queimadas – eu perguntaria se V. Sª tem conhecimento disso -, porque, em nenhum momento, houve reuniões com os produtores e lhes foi dito: "Parem de queimar, pois vamos mecanizar por meio do Estado, para que vocês tenham condições de produzir, já que, sem queimadas e sem mecanização, vocês não terão o que comer". Isso não foi feito. Pergunto a V. Sª se houve um processo de substituição de mecanização por queimada, durante o processo de combate aos incêndios. Isso é do conhecimento de V. Exª?

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Não. Não houve uma substituição de queimada pela mecanização. Quando soubemos que as queimadas continuavam, preocupamo-nos no sentido de que providências fossem tomadas para coibir as queimadas e para dar um alerta a todo o pessoal de que eles não podiam queimar, porque aquilo estava comprometendo o êxito da operação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas não houve nenhum programa de substituição de queimadas, colocando tratores à disposição dos agricultores?

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Que eu tenha conhecimento, não. Não tenho conhecimento de nada sobre isso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª tem conhecimento de que alguns agricultores colocaram fogo deliberadamente para tentar ter abatimento de financiamento ou algo nesse nível? Foi constatado algum tipo de ação nesse sentido?

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Vários lugares estavam prontos para, neles, realizarem-se queimadas, e algumas dessas queimadas foram realizadas. Não temos dúvidas quanto a isso, mas não sabemos se a finalidade era conseguir abatimento em empréstimos.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a V. Sª. Seu depoimento só reafirma efetivamente que o Governo Federal e o Exército Brasileiro atuaram com responsabilidade, no sentido de defender o povo de Roraima.

O intuito da Comissão, depois de ouvir todos os segmentos, é prestar ao País os esclarecimentos necessários, para que não se venda uma idéia, que não é verdadeira, de que o Exército Brasileiro não tem amor à Amazônia e não tem condição de protegê-la e de que o povo de Roraima não tem condições de obter um desenvolvimento auto-sustentável. Temos condições disso e sabemos fazê-lo, mas, muitas vezes, falta apoio para que isso aconteça. Mas há meios de mudar isso.

O Senado vai estudar a fundo essas questões e agradece penhoradamente a V. Exª pelo seu depoimento.

O SR. LUÍS EDMUNDO DE CARVALHO – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de convidar a Coordenadora do Programa Comunidade Solidária e Secretária do Setrabs, D. Sueli Campos, a compor a Mesa. (Palmas)

A SRA. SUELI CAMPOS – Exmº Sr. Senador da República, Romero Jucá, Presidente desta Comissão; Senadora Marluce Pinto, Relatora; Senador Sebastião Rocha, representante do Amapá; Senador João França; General Luís Carvalho; demais autoridades aqui presentes; Srs. Deputados; senhoras e senhores, fui convidada a fazer um pronunciamento como interlocutora do Programa Comunidade Solidária, que é representado pela Srª Ruth Cardoso.

No convite, foi solicitado que fizéssemos pronunciamentos em relação às causas e às conseqüências do incêndio. Quero ater-me à parte que me cabe, à questão social, relatando as conseqüências desse grande incêndio que prejudicou tanto o nosso Estado.

Desde o dia 12 de março, a minha Secretaria, por meio dos meus funcionários, tem envidado esforços, até fora do normal, para atender essa população tão vitimada pelo incêndio. Começamos a obter informações, na primeira quinzena de março, de que todas as roças dos colonos e os paióis onde estavam armazenadas suas sementes e seus alimentos teriam sido queimados também. Por isso, eles ficaram sem alimento; daí a necessidade de distribuição da cesta.

O Governo do Estado, prontamente, começou a arcar com todo esse trabalho, com toda essa despesa não prevista no Orçamento. Num esforço muito grande, começamos a distribuir cestas. A partir de abril, o Programa Comunidade Solidária nos enviou 8.470 cestas. Até o momento, o Governo do Estado já distribuiu 24 mil cestas, que se juntaram a essas 8.470; dessa forma, até o momento, mais de 30 mil cestas já foram distribuídas.

Além da distribuição de alimento, também fizemos uma grande campanha para distribuir filtros, uma vez que a nossa água estava totalmente prejudicada e inadequada para o consumo. Orientamos as famílias no sentido de que elas filtrassem e fervessem a água. Também distribuímos redes e roupas, e a sociedade nos ajudou na arrecadação dessas roupas. Então, estamos fazendo o nosso trabalho social.

Neste momento, coloco-me à disposição da Presidência, a fim de que se façam as perguntas necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a V. Sª e concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Srª Sueli Campos, de acordo com a sua explicação, dessas 32.470 cestas, 24 mil foram provenientes do Governo do Estado e 8.470 foram provenientes da área federal. Qual foi o critério adotado por localidade? Não a quantidade, mas o critério adotado.

A SRA. SUELI CAMPOS – Primeiramente, procuramos atender a região mais vitimada, dos rios Apiaú, Mucajaí, Roxinho. Com a grande seca, da qual decorreu a queimada, o pasto do nosso produtor totalmente inexistente, o critério que utilizamos foi o da necessidade global, porque todos os pequenos agricultores daquela região estavam precisando. Se o agricultor foi ao ponto de encontro solicitar a cesta, acreditamos que precisava da cesta.

Como V. Exª sabe, aquela região é composta de pequenos produtores, que precisam dessa cesta. O critério foi o da necessidade. A equipe visitou casa por casa, vicinais por vicinais, fazendo essa assistência.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Eu também gostaria de saber de V. Sª, para justificar no Comunidade Solidária, porque, nós como Parlamentares, tomamos conhecimento **in loco** e fomos solicitados a explicar, se foi elaborado, com a anuência de V. Sª, aquela relação encaminhada ao Comunidade Solidária designando quais as localidades que necessitavam da medida urgente de o Governo Federal encaminhar as cestas.

A SRA. SUELI CAMPOS – É claro que foi com minha anuência. Na verdade, procuramos atender primeiramente a região afetada pelo fogo, pelo incêndio. V. Exª já colocou a discriminação de alguns Municípios que são do seu Partido. Em momento nenhum houve discriminação. Normandia, cujo Prefeito é do Partido do Governador, também não estava num primeiro momento. Mas isso foi um detalhe que não prejudicou o Município, porque atendemos, sem discriminação, todos os Municípios do nosso Estado. A cesta foi liberada – os Prefeitos presentes podem confirmar – para todas as áreas; não somente as de queimadas como também as atingidas pela seca. As roças estavam totalmente sem condições de produzir alimento.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dª Sueli, no dia 02 de janeiro, visitei a BR-174 e parte da BR-210, porque já estava preocupada com a procura a minha pessoa por produtores falando em seca. Como não queria chegar a Brasília sem dados concretos – havia produtores que chegavam a mim dizendo que já não havia água nem para o gado, nem para as pessoas ingerirem – saímos em visita, o Deputado Hélder, o Deputado Lúcio Távora, a Deputada Eugênia , a Drª Odete, a Vereadora Sônia, que, na época, estava como Presidente da Câmara. De lá, visitamos várias localidades, do dia 02 ao dia 11 de janeiro. Presenciamos uma seca como não podia supor que estivesse acontecendo na Amazônia. Quero saber de V. Sª, como Presidente Regional do Comunidade Solidária, a partir daquele período – nós mesmos não tínhamos água nem para tomar banho, era preciso providenciá-la por outros meios – qual foi a medida que V. Sª tomou como presidente do Comunidade Solidária a partir do início de janeiro?

A SRA. SUELI CAMPOS – Primeiramente, é importante ressaltar algumas questões. Por exemplo, o Governador decretou estado de calamidade pública em 22 de janeiro – não pela queimada, mas pela seca. Conseqüências advindas dos fatos e das necessidades surgidas perduram até que pudéssemos tomar alguma atitude.

No momento em que podíamos arcar com nossos programas atendendo às pessoas, nós o fizemos. Quando concluímos que não era mais possível continuar e que precisávamos recorrer ao Governo Federal e ao Comunidade Solidária, assim procedemos. Todos os nossos contatos, ofícios etc estão registrados num documento a que V. Exª e os demais terão acesso. Nele estão consignadas todas as nossas ações e visitas a Brasília, que fizemos na companhia de prefeitos solicitando à Secretária Executiva, Ana Peliano, que desse uma atenção especial aos nossos pedidos numa ocasião em que tínhamos dificuldades para acelerar nossos convênios e pleitos dos municípios em geral. Tudo isso constará de um relatório que será fornecido à Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Há outra pergunta: V. Sª mencionou que apenas em abril o Comunidade Solidária encaminhou as cestas. Nós Parlamentares, tivemos uma reunião com a Secretária Ana Peliano, na presença de vários prefeitos e prefeitas. Antes daquela relação, vieram apenas – como foi dito – 8.460 cestas, mas foi exatamente o número que havia sido solicitado.

Não tínhamos visto o documento pedindo as cestas. No momento em que a Srª Ana Peliano comunicou-nos que já estavam a caminho as 8.460 cestas, questionamos bravamente o número enviado porque pensávamos que elas não resolveriam o problema.

A Srª Ana Peliano imediatamente abriu uma pasta e disse: foi o pedido que recebemos. E nos mostrou a correspondência que solicitava as cestas, bem como indicava a quantidade de cestas por localidade. Normandia, Bonfim e Cantá estavam fora dessa lista.

A SRA. SUELI CAMPOS – Veja bem, Senadora, ...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, ficamos constrangidos.

Estava presente, naquele momento, com uma quantidade muito pequena de cestas, a Prefeita de Mucajaí. Na hora informamos à Secretária que aquele município era o mais atingido e não só a região do Apiaú e do Roxinho.

Fizemos um remanejamento, solicitando a anuência dos prefeitos presentes. Aumentamos a porção concedida ao citado município, diminuímos a parte de outros, pois, naquele instante, os caminhões já estavam na estrada.

Conversamos com ela sobre a quantidade de cestas, ao que a Secretária perguntou: o que podíamos fazer se nos foi pedida essa quantidade?

Estou mencionando esse fato não para dizer da obrigação de mandar tudo o que fosse suficiente, mas poderia ter sido enviado um número maior de cestas. Por isso perguntei se V. Sª havia acompanhado essa solicitação, que pode ter sido deixada a critério de outra pessoa, que, provavelmente, cometeu um engano com relação às cotas. Peço apenas que me seja explicado o que ocorreu.

A SRA. SUELI CAMPOS – No primeiro momento, é difícil prever a quantidade de cestas que será necessária. O processo foi se desenvolvendo, e chegamos, hoje, em 30 mil cestas. É difícil fazer uma previsão. No que tange às comunidades indígenas, por exemplo, sabemos quantas famílias existem. Se fôssemos recolher os dados da Secretaria de Agricultura, por produtor, talvez tivéssemos de dispor de 100 mil cestas, ou sei lá quantas. É complicado avaliar, num primeiro momento, quantas vão ser necessárias.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Interrompendo V. Sª, pergunto-lhe: não teria sido muito mais razoável pedir 100 mil cestas para tentar conseguir 50 mil, obtendo-se um atendimento maior?

A SRA. SUELI CAMPOS – Srª Senadora, isso não vem mais ao caso. Trata-se de algo já consolidado no Programa, já estamos atendendo. (Palmas)

Já houve a primeira entrega; vamos ter de pedir mais. Exporemos num relatório o número de entregas que fizemos e informaremos ao Comunidade Solidária o seguinte: estamos chegando a 30 mil cestas e vocês vão dar 8 mil. Então, na segunda remessa, que ainda não veio, poderemos corrigir esses números tranqüilamente. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Srª Sueli, após ouvir de V. Sª que o problema está consolidado, devo dizer que, se insisto, é porque conheço a situação do Estado.

A SRA. SUELI CAMPOS – A questão referente ao atendimento, por enquanto, está resolvida. Com apoio ou não do Comunidade Solidária, estamos atendendo às necessidades da população. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não estão. Então, como o Plenário está tão empolgado, faço a seguinte pergunta a V. Sª: de 2 até 10 de janeiro, quando o povo já estava passando sede, onde estava a Presidente do Comunidade Solidária?

A SRA. SUELI CAMPOS – Srª Senadora, essa resposta não está no contexto da exposição para a qual fui convidada. Então, me furto a respondê-la. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Realmente, V. Sª não pode responder.

A SRA. SUELI CAMPOS – Até posso, mas não responderei, pois isso não diz respeito ao tema para cuja exposição fui convocada. Estamos entrando num campo pessoal. Assim, torna-se difícil continuar. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A pergunta é procedente e não se trata de questão pessoal. Enquanto o povo já estava passando sede e fome, V. Sª foi, com seu esposo e sua família, para Nova Iorque passar a temporada de Ano Novo. Viajar para aquela cidade norte-americana não constituiria nenhum problema se o vôo não tivesse sido no avião do Governo do Estado. (Manifestação do Plenário.)

Estou satisfeita com as perguntas e muito mais com as respostas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tenho algumas perguntas rápidas a fazer. Peço silêncio ao Plenário, por favor.

Como foi feita a distribuição das cestas: por intermédio da Prefeitura ou diretamente pelo Governo do Estado? Qual o mecanismo utilizado nessa distribuição?

A SRA. SUELI CAMPOS – As cestas estão sendo distribuídas por uma comissão chefiada pela Defesa Civil, coordenada pelo Capitão Kléber, e por funcionários de modo geral. O mencionado órgão não tem meios para tal. Então, a Secretaria de Ação Social é que arca com a logística de transporte de cestas e de funcionários. Mas a coordenação cabe ao Capitão Kléber.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Há participação das Prefeituras?

A SRA. SUELI CAMPOS – Sim, todos os Prefeitos são convidados a participar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Temos recebido algumas denúncias de que uma parte dos alimentos que seriam distribuídos estragou. Isso, de fato, ocorreu? Parece-me, inclusive, que a imprensa noticiou que, no Ginásio Tancredo Neves, haveria uma parte avariada desses alimentos estocados. Houve estragos, houve alimentos jogados fora? O que é verdadeiro nessas informações?

A SRA. SUELI CAMPOS – Sr. Presidente, todos têm ciência de que esses alimentos que vêm do Comunidade Solidária são da Conab e referem-se àquele excedente que o Governo Federal compra. Esse alimento normalmente fica estocado por muito tempo e, às vezes, chega até nós com uma data já próxima de seu vencimento. E foi o caso do arroz: realmente vinte toneladas de arroz tiveram seu prazo de validade vencido; não conseguimos entregá-lo a tempo. O Governo do Estado imediatamente repôs esse alimento para que a população não fosse prejudicada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Houve alguma queixa de distribuição de produtos estragados, quer dizer, esse tipo de produto estragado chegou a ser distribuído para a comunidade?

A SRA. SUELI CAMPOS – Não, eu não tenho conhecimento disso, mesmo porque fizemos uma fiscalização bem detalhada, bem criteriosa, para que a população não recebesse alimentos estragados.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não houve nenhum tipo de reclamação, de denúncia quanto à distribuição?

A SRA. SUELI CAMPOS – Não, não tenho ciência disso. Creio que não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria, também, de saber se, no momento em que o Governo do Estado solicitou ao Governo Federal apoio, houve esse apoio. Como foi o relacionamento do Governo do Estado com o Comunidade Solidária, com a área social do Governo? Houve apoio ou houve, de certa forma, negativa de apoio por parte do Governo Federal?

A SRA. SUELI CAMPOS – Não, de jeito nenhum. Por sinal, quando estive, pela última vez, em Brasília, até agradeci ao Presidente da Conab a atenção e o parabenizei pela rapidez com que os alimentos chegaram aqui. Eles só nos deram muito trabalho porque tivemos de empacotar quilo por quilo. Isso ocasionou um pouco de atraso na distribuição porque se tratava de uma quantidade grande de alimentos para pesar e empacotar. Fomos bem atendidos e os alimentos chegaram rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de perguntar, por fim, se a senhora tem conhecimento, alguma prova, algum documento, de que algum parlamentar ou alguma pessoa tentou atrapalhar as ações do Governo Federal, do Governo Estadual aqui no Estado, no tocante ao atendimento ou do incêndio ou das vítimas da seca.

A SRA. SUELI CAMPOS – Bem, Senador, sinto muito em dizer, mas há uma voz geral de que a sua preocupação é grande para que o Governo Federal mande recursos aqui para o Estado, uma vez que o Governador é candidato à reeleição e a sua esposa, Senador Romero Jucá, também é candidata ao Governo. (Palmas) Então a sua preocupação de que o Governo do Estado receba benefícios do Governo Federal é muito grande para que seja beneficiado nessa próxima eleição. Isso-aí é uma voz geral.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Além da voz geral, a senhora tem algum documento, algum fato, alguma prova que possa comprovar isso?

A SRA. SUELI CAMPOS – É claro que não tenho um documento, é a voz do povo, é o que estamos ouvindo nas ruas ...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas a senhora confirma essa acusação?

A SRA. SUELI CAMPOS – Eu já falei, é uma voz geral, é a voz do povo, é o povo que está dizendo. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora confirma a acusação?

A SRA. SUELI CAMPOS – É o povo que está dizendo, é o povo que está dizendo nas ruas que V. Exª está preocupado que o Governo Federal ajude o Governo do Estado, porque o Neudo Ribeiro Campos* é candidato à reeleição e a esposa de V. Exª também é candidata ao Governo. Então é natural que V. Exª se preocupe.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não, mas eu não me preocupo com isso, pelo contrário. Então eu gostaria de dizer à senhora que, por conta dessas afirmações, eu particularmente – não sei a Senadora Marluce Pinto –, vou mover uma ação judicial para que a senhora possa provar efetivamente o que afirmou.

A SRA. SUELI CAMPOS – Tudo bem. Eu não afirmei, eu disse que ouvi o povo falar. O povo está falando nas ruas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu quero dizer inclusive à senhora, ou a qualquer pessoa daqui que queira encaminhar qualquer documento à Comissão sobre esse assunto, que a Comissão estará aberta para receber qualquer documento, qualquer informação, mas quero dizer que, por conta das afirmações, se a senhora confirma, nós vamos mover uma ação para efetivamente tirar a limpo essa história. Entendo que, quando assumimos um cargo público – eu falo por mim, a Senadora Marluce Pinto pode falar por ela, assim como o Senador João França pode falar por ele –, temos responsabilidade com o Estado. E diria mais: não fomos procurados – eu sou um Senador da República do Estado –,em nenhum momento, por qualquer representante do Governo do Estado ou alguém para que fizéssemos qualquer gestão no sentido de ajudar nos desdobramentos dessa questão.

Pela posição individual minha, da Senadora Marluce Pinto e de outros parlamentares federais, trouxemos recursos para os prefeitos, lutamos por recursos, por equipamentos e por pessoal junto ao Governo Federal e nós não vamos admitir, por irresponsabilidade, qualquer pessoa, desde o governador do Estado a qualquer servidor público, venha assacar contra a minha honra, contra a da Senadora ou a do Senador João França, porque nós não agimos dessa forma.

Eu queria agradecer à Secretária, Dona Sueli, pelas informações, pelas questões apresentadas. Os depoimentos estão gravados e as questões vão ser encaminhadas.

Muito obrigado. Boa-tarde.

A SRA. SUELI CAMPOS – Boa-tarde.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos continuar nossos trabalhos agora, ouvindo o prefeito do Cantá, Paulo Peixoto. Gostaria de saber do prefeito se ele quer fazer alguma observação antes de passarmos às perguntas. Em qualquer caso, coloco-me à sua disposição.

O SR. PAULO PEIXOTO – Exmº . Presidente da Comissão do Senado, Senador Romero Jucá, Senadora Marluce Pinto, Senador João França, Senador Sebastião Rocha, do Amapá, deputados presentes, secretariado, Ministério Público, plenário, vereadores do Município do Cantá que aqui se encontram, prefeitos do interior, Tiririca., gostaria de responder diretamente às perguntas, pois não tenho nenhum comentário a fazer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito Paulo Peixoto, eu gostaria que V. Exª especificasse aqui o dia em que foi decretado pela sua prefeitura, por intermédio de V. Exª, o estado de emergência no Município do Cantá, em decorrência da seca.

O SR. PAULO PEIXOTO – Não me recordo o dia exato em que decretei o estado de emergência, mas sei que foi no início de janeiro. Eu posso mandar encaminhar a esta Comissão a cópia do decreto que estabeleceu o estado de emergência no município.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Gostaria de perguntar também a V. Exª se no dia em que nós estivemos pela primeira vez com o Ministro Fernando Catão – Ministro de Políticas Regionais, que trata desses assuntos – já havia ido alguma autoridade aqui do Estado de Roraima procurar o Ministro.

O SR. PAULO PEIXOTO – Não. Como o ministro falou, a primeira pessoa a procurá-lo fui eu. Quando decretei o estado de emergência no município, liguei para a Senadora Marluce Pinto, para o Deputado Federal Francisco Rodrigues e pedi-lhes que marcassem uma audiência com o Ministro Catão. Nessa audiência, ele disse que eu era o primeiro prefeito do Estado de Roraima a procurá-lo em busca de recursos para enfrentar a seca. Inclusive, ele ficou dizendo que no Norte não haveria seca, momento em que lhe mostrei o decreto do estado de emergência no município – esse decreto passou pela câmara municipal e todos os vereadores a ele foram favoráveis. Fui a Brasília, mostrei o decreto, os jornais, fotografias dos Igarapés secos, do Rio Cachorro, Quitauaú e de outras localidades dentro do nosso município. Levei fotografias para o Ministro Catão, e outros materiais. Foi então que ele disse que iria telefonar para o Governo do Estado e para outros prefeitos e convidá-los a ir à Brasília para conversar sobre esse problema da seca no nosso município.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Paulo Peixoto, sem declinar o nome do Prefeito – não vem ao caso –, V. Exª confirma que os dois viajaram juntos para irmos ao Ministro e que ele retornou – eu não gostaria de entrar nesse assunto, mas já que não está havendo o devido respeito para com os membros da Comissão. – e que na terça-feira V. Exª ligou para o meu gabinete dizendo que estava sozinho, porque o outro prefeito havia sido chamado pelo governador para resolver aquele caso de Normandia? V. Exª confirma isso? Confirma a presença do prefeito de uma cidade do município, que também estava com sérios problemas?

O SR. PAULO PEIXOTO – Eu tinha até conversado com esse prefeito. Ele foi de carro até Manaus e lá nós nos encontramos para ir a Brasília. Chegamos a Brasília pela manhã e à tarde ele recebeu um comunicado para que voltasse a Roraima. Na manhã seguinte, liguei para saber se a audiência estava confirmada e V. Exª falou que os dois prefeitos deveriam esperá-la no ministério. Disse-lhe então que o outro prefeito tinha voltado para Roraima e que só estava eu. Confirmo esses fatos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito Paulo Peixoto, V. Exª confirma que, quando de sua segunda ida ao Ministério, o Ministro falou que já havia telefonado para o Governador para reunir a bancada e os prefeitos? Confirma que V. Exª fez ao Ministro um grande apelo quando chegamos à conclusão de que estava havendo muita demora e que solicitei do Ministro que, até que ele resolvesse o caso do Estado como um todo, liberasse R$2 milhões para as prefeituras do interior, a fim de que pudessem ser tomadas as devidas providências? V. Exª. confirma esse nosso diálogo?

O SR. PAULO PEIXOTO – Confirmo, sim. Inclusive, eu e o Ministro Catão fizemos alguns cálculos para estabelecer quanto caberia a cada município. O município mais atingido receberia uma determinada quantia e o município menos atingido receberia outro valor. Confirmo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Faço essas perguntas para esclarecer alguns fatos. Fomos ao Ministro, mesmo ainda não havendo qualquer providência por parte da maior autoridade, e solicitamos uma verba, mesmo que fosse pequena, para que os prefeitos pudessem tomar providências mínimas para trabalhar. Não foram excluídas prefeituras, não fomos lá pedir apenas para algumas prefeituras. Não se levou em consideração política partidária, mas sim política social.

O SR PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu queria pedir um minuto...

O SR. PAULO PEIXOTO – Senadora, só para que conste o dia exato em que foi decretado o estado de emergência...

O SR PRESIDENTE (Romero Jucá) – Prefeito, só um minuto. Vai ser preciso trocar a fita que está sendo gravada.

O SR. PAULO PEIXOTO – ...confirmar o pedido que V. Exª fez. O decreto que estabeleceu o estado de emergência no município é o Decreto nº 001/98, do dia 20/01/98.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vinte de janeiro de 1998, depois até de eu já haver feito dois pronunciamentos da tribuna do Senado.

Vamos dar prosseguimento às perguntas – que serão poucas –, porque realmente não tenho muito a perguntar ao prefeito, uma vez que temos andado pelo Município do Cantá e por outros e sabemos da assistência que o prefeito tem dado ao produtor – muitas vezes lançando mão de máquinas emprestadas.

Quero saber de V. Exª, Prefeito Paulo Peixoto, se, quando iniciou a seca, V. Exª recebeu alguma visita por parte do Governador do Estado com o objetivo de formalizar alguma ação conjunta de combate a seca?

O SR. PAULO PEIXOTO – Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E por parte da Secretaria de Agricultura? Os produtores foram visitados por ela para oferecer alguma assistência?

O SR. PAULO PEIXOTO – Logo depois houve uma ação do Governo do Estado no Município do Cantá. Chegaram as retro-escavadeiras – seis, sete retro-escavadeiras –, em fevereiro/março. Foi mais ou menos nessa época que começou essa ação lá no Município do Cantá .

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – No relatório que recebemos da Secretaria de Agricultura está constando... E nós recebemos aqui documentos em público, todos viram e ouviram –, consta que, no Município do Cantá, foram construídos seis poços, cem açudes com capacidade para 220 metros cúbicos de água... Ah, é, 400 açudes, é isso mesmo, e 300 de 50 metros cúbicos e mais uma barragem. Quanto à barragem nada se diz, não há especificações; com relação aos poços também não há especificações. Mas, realmente, para o Município do Cantá constam cem açudes com capacidade para 220 metros cúbicos de água, 300 de 50 metros cúbicos, uma barragem e seis poços. V. Exª. confirma a construção, no Município do Cantá, dessas obras? Quero saber quanto a poços, açudes e barragens.

O SR. PAULO PEIXOTO – Ao que me consta, dentro do Município do Cantá – estão aqui presentes três vereadores do município, todos três do PPB, que podem confirmar o que digo – foram cavados vários cacimbões com as dimensões de 3m X 8m e 3m de fundura. A única obra que foi feita na seca, no Município do Cantá, foram os cacimbões.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quantos cacimbões?

O SR. PAULO PEIXOTO – Não posso afirmar com exatidão diante desta Comissão, porque o prefeito não foi procurado para fazer esse trabalho juntamente com o Governo do Estado. Não posso dizer a quantidade de cacimbões que foram feitos no município, mas em quase todas as vicinais houve o trabalho dos cacimbões.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mesmo não sabendo a quantidade, V. Exª chegou a ver algum desses poços que foram construídos lá?

O SR. PAULO PEIXOTO – Os cacimbões?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Os cacimbões, porque cacimbões aqui não há, mas há poços. Aqui há poços, açudes e barragens. Quanto a esses cacimbões, V. Exª tem conhecimento da...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deixe-me fazer uma complementação. É o seguinte: no relatório do Governo cita-se a construção de poços – que devem ser poços artesianos, não sei –, de açudes e de barragens. Açudes e barragens têm um custo, é um tipo de obra, e cacimba é um outro tipo de obra. Eu queria saber se foi feito algum açude no Município do Cantá ou se foi feito buraco, poço ou cacimba.

O SR. PAULO PEIXOTO – Foram feitas cacimbas às quais damos o nome de cacimbões, que têm as dimensões de 3m X 8m e por 3m de fundura. Esses cacimbões foram feitos no Município do Cantá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Açude não foi feito?

O SR. PAULO PEIXOTO – Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª confirma que recebeu de Brasília R$150 mil – depositados na conta da Prefeitura – para a construção de poços e uma barragem?

O SR. PAULO PEIXOTO – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quantas barragens e quantos poços?

O SR. PAULO PEIXOTO – Do plano de trabalho e do convênio que o prefeito assinou aqui em Boa Vista, constam um poço semi-artesiano e 203 cacimbões. Com esses recursos, a prefeitura está fazendo um poço artesiano na Confiança 2, na Vila São Raimundo – não só o poço artesiano, como também o encanamento de água para todas as casas às quais se destinam as águas do poço. Outro poço artesiano começou a ser cavado ontem na Vicinal 10; lá também está sendo construído um poço artesiano. Dos cacimbões que foram feitos, 53 foram feitos no Picadão da 9.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito, estou satisfeita com as minhas perguntas. Retorno a palavra para o Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Para complementar as perguntas da Senadora, gostaria de fazer algumas perguntas ao prefeito.

Primeiro: qual é a situação da distribuição de alimentos? V. Exª está recebendo as cestas da Defesa Civil? Quem está fazendo o cadastramento para a distribuição dessas cestas? Está havendo demora na distribuição? V. Exª está participando dessa distribuição?

Estamos recebendo denúncias de que há envolvimento de questões políticas na distribuição dessas cestas. Isso, de fato, está ocorrendo? Como é que está sendo feita a distribuição de cestas básicas para atender as pessoas atingidas pela seca e pelas queimadas no Município do Cantá?

O SR. PAULO PEIXOTO – Respondendo à pergunta do Presidente desta Comissão: sei que foram distribuídas cestas básicas no município – em vicinais, em vilas etc. –, mas nunca o prefeito foi chamado para participar de alguma ação desse tipo no município.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de chamar bem a atenção para a pergunta, porque no depoimento anterior a Secretária do Setrabs e representante do Comunidade Solidária afirmou textualmente – está nas fitas gravadas – que as prefeituras estavam participando da distribuição das cestas por meio da Defesa Civil.

Gostaria realmente de esclarecer essa questão clara, porque, se a prefeitura não estiver trabalhando e participando da distribuição dessas cestas, inclusive do cadastramento das pessoas atendidas, está sendo ferido um princípio básico do Programa Comunidade Solidária em nível federal. Portanto, gostaria que V. Exª mais uma vez confirmasse suas palavras.

O SR. PAULO PEIXOTO – Posso responder pelo Município do Cantá, como acabei de frisar. Não sei o que ocorre nos outros municípios, com os outros prefeitos, mas o prefeito do Município do Cantá nunca foi chamado a participar da distribuição ou do cadastramento das pessoas favorecidas no município.

Quero aqui também dizer que o Programa Comunidade Solidária já vinha atuando desde o início do nosso mandato – eram distribuídas 100 cestas básicas pelas prefeituras. Foi formada uma comissão de onze membros oriundos da Igreja Católica, da Polícia Militar, do Governo do Estado, da prefeitura – dessa comissão participaram todos os órgãos

que pertencem ao município –, com o objetivo de fazer o cadastramento das pessoas a serem favorecidas com essas 100 cestas básicas. Quero dizer ainda que fiquei muito contente quando, sexta-feira, fui comunicado no Pronaf, durante uma reunião, de que havíamos sido agraciados com mais 200 cestas básicas que, a partir do dia quatro, serão distribuídas em conformidade com o cadastramento feito no município. Agradeço a Senadora Marluce, o Deputado Francisco Rodrigues, o Senador Romero Jucá, o Deputado Alceste, que aqui não estava presente, o Deputado Luciano.

No entanto, quero dizer que – não sei quanto aos outros municípios, falo pelo Município do Cantá – a distribuição de cestas básicas para auxiliar no enfrentamento da seca, da queimada, não contaram com a participação da prefeitura municipal do Cantá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª confirma que, no tocante ao Cantá, a Secretária do Setrabs, a Primeira-Dama, não falou a verdade quanto à distribuição das cestas?

O SR. PAULO PEIXOTO – Não posso dizer que ela não falou a verdade. Estou dizendo que a prefeitura nunca participou dessa distribuição.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas ela afirmou que participou.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Foi convidado?

O SR. PAULO PEIXOTO – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Bom, eu gostaria de perguntar também a que motivo V. Exª atribui o fato de o Município do Cantá ter ficado fora daquela programação de distribuição inicial das cestas básicas? Foi coincidência? Foi falta de necessidade das pessoas que estão no município – elas não precisavam de cestas básicas? A que V. Exª atribui a exclusão dos municípios do Cantá e de Bonfim quanto à distribuição de cestas básicas? Porque esses municípios não fizeram parte da relação do Governo do Estado para o atendimento do Comunidade Solidária?

O SR. PAULO PEIXOTO – Quero aduzir que, além dos municípios do Cantá e de Bonfim, também foi excluído o Município de Iramutã.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – E Normandia, também. A área norte.

O SR. PAULO PEIXOTO – E Normandia. Esses municípios ficaram fora da relação que se encontrava com a SRA. Ana Peliano, da qual pedi uma cópia. Não a consegui. Não sei qual foi o motivo para que esses quatro municípios – digo pelo meu – terem ficado fora da relação que com ela se encontrava.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Finalmente, gostaria de perguntar se V. Exª tem conhecimento de alguma ação parlamentar que, de certa forma, tenha impedido o Município do Cantá de receber recursos ou de alguma atuação de qualquer segmento público, mesmo que seja de algum Parlamentar que não seja ligado ao seu grupo político, ao seu Partido. O senhor tem conhecimento de algum Parlamentar, de alguma instituição, de alguma ONG, de algum segmento público ou pessoal, de alguém que tenha agido, a qualquer momento, contra o Município do Cantá, contra o povo do Cantá ou contra o Governo de Roraima, no tocante a essa questão da distribuição de recursos e encaminhamento de soluções para a seca ou para as queimadas?

O SR. PAULO PEIXOTO – Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Já havia finalizado, mas quero deixar registrado que entendi, do que foi dito pela Presidente Regional do Comunidade Solidária, Srª Sueli Campos, que o Governo Federal participou com oito mil cestas e o Governo do Estado, com 24 mil. Portanto, para ficar bem claro nos registros dos Anais do Senado, quero que fique registrado que, até a data de hoje, 24 mil cestas não estão incorporadas aos recursos destinados ao Governo do Estado na verba emergencial, e, sim, do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer a presença do Prefeito Paulo Peixoto pela atenção e pelas informações prestadas. Gostaria de convidar o Dr. Sales Eurico, Representante do Ministério Público Estadual.

Dr. Sales, agradecendo a sua presença, gostaria de dizer que a palavra lhe fica facultada caso o senhor queira fazer alguma colocação. Posteriormente, os membros perguntarão.

O SR. SALES EURICO – Digníssimo Senador Romero Jucá, Presidente desta Comissão; Senadora Marluce Moreira Pinto, Relatora; Senador Sebastião Rocha, do Amapá; Senador João França, é uma honra estar aqui para trazer a palavra do Ministério Público em relação a esse fato – queimadas – que ocorreu em nosso Estado, e não só no nosso Estado. Também gostaria de saudar os Srs. Deputados, os Srs. Secretários e a comunidade em geral.

O fato queimada não é novo. É um fato histórico, tanto é que um etnólogo alemão, Koch-Grünberg, no início do século, registra uma lenda, Taurepáng – é um grupo indígena que habita a fronteira com a Venezuela, no monte Roraima –, que diz que

aquela região de savanas da Venezuela se originou de um grande incêndio. Também, em 1920, aqui no Estado, tem-se notícia de um grande incêndio, de uma grande fumaça que havia em Boa Vista.

Esse fenômeno El Niño, um dos responsáveis, talvez mais direto, pela falta de chuva e pela estiagem na região nesse ano de 1997, também já ocorreu em 1981 de uma forma muito marcante no Estado. Também havia previsões meteorológicas feitas pelo Instituto Nacional de Meteorologia, pelo Inpe, além do fenômeno El Niño, de cuja existência já se sabia. Portanto, não há novidade nisso.

No entanto, um fato que me surpreende e que causou grande impacto a nível nacional é de que havia, realmente, informações disponíveis no Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais que informavam o Governo Federal da existência das secas e das queimadas. Por meio de satélites, temos... Sobretudo, tenho uma imagem interessante do NOAA – que é um satélite americano –, de 12 de março de 1998, onde temos a presença de focos de incêndio em toda a América do Sul, nessa parte do Hemisfério Norte onde estavam ocorrendo as queimadas.

Temos grandes queimadas, 52 focos de incêndio na Venezuela, temos focos de incêndio no Suriname, na Guiana, na Colômbia, no Equador e também no Brasil, nessa região do Cantá – o que podemos constatar através de uma imagem da Rotary que circula a nível internacional e que começa sobre Roraima, nesse fenômeno do incêndio catastrófico que lá ocorreu. Ocorreram incêndios em outros países amazônicos do Hemisfério Norte também no ano passado – e aqui trago o depoimento que me antecedeu, o depoimento do Deputado Elder.

Em agosto do ano passado, quando estive em uma reunião do Conselho Nacional de Procuradores no Amazonas, o aeroporto estava praticamente fechado, os aviões não podiam decolar à noite tal a quantidade de fumaça. Durante a madrugada não se podia respirar na cidade de Manaus. E ninguém falou no fogo. Esse fogo voltará este ano talvez de forma bem mais dramática, em razão da seca provocada pelo fenômeno El Niño, que continua e provoca um ressecamento.

Possuímos relatórios anuais disponíveis – tenho os mapas feitos por satélites – das queimadas no Brasil, no que chamamos de "arco das queimadas". É uma zona que vai do Acre, passando por Mato Grosso, Tocantins, até o Piauí, com uma faixa de 1.000 quilômetros de largura que vem subindo do centro-sul do País em direção à Amazônia. As queimadas ocorrerão em agosto e setembro deste ano.

Em relação a isso, todos os Procuradores de Justiça do Brasil que aqui estiveram na época das queimadas decidiram trabalhar junto com órgãos de fiscalização estaduais e federais em uma política de prevenção ou, pelo menos, de sensoreamento e de controle das queimadas. Atualmente, através de aparelhos de satélite, em nosso próprio gabinete, a um custo relativamente caro, mas não exorbitante – por volta de R$200 mil –, temos condições de monitorar as queimadas em todo o Estado e em toda a Região Amazônica em tempo real.

Com a foto do satélite, tomamos um raio de 1.000 metros onde está localizado o fogo, e, através do mosaico dos proprietários de terra da região, sabemos onde está ocorrendo a queimada. É, portanto, muito fácil, já que há instrumentos como esses de sobra, disponíveis. Penso que devemos nos articular e estar preparados para o próximo ano, quando novamente vai-se repetir o fenômeno das queimadas, tenho certeza.

Estamos trabalhando em um relatório do Ministério Público, comparando-o com relatórios de outras instituições, onde pretendemos fazer o levantamento do que foi o incêndio aqui no Estado de Roraima. Chamamos a isso de um projeto de avaliação, de prevenção de incêndio para o próximo verão. Pretendemos envolver nesse projeto o Governo do Estado, através da Secretaria de Planejamento – Seplan, do Departamento de Meio Ambiente, Defesa Civil, Casa Civil, Casa Militar, para que possamos monitorar a questão em um trabalho conjunto. Temos dados que nos são fornecidos pelo Inpe, pelo satélite NOAA, que é norte-americano, através da base do Equador, tendo em vista Roraima não estar coberta por satélites brasileiros na época em que ocorreu o incêndio.

Hoje, no entanto, através da Estação de Rastreamento de Cuiabá, temos a possibilidade de acompanhar qualquer dano ecológico no Estado de Roraima. Temos, ainda, a disponibilidade das fotos do satélite NOAA, do GOES, do LANDSAT e do SPOT. E temos entrado em contato com a Embrapa, com o Inpe, com o Ministério do Exército, o Departamento de Polícia Federal, o Ibama, para que, em uma ação conjunta, possamos minimizar as conseqüências dos incêndios que estão ocorrendo na Floresta Amazônica.

Não quero repetir o que já foi dito. Portanto, coloco-me à disposição para eventuais dúvidas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passarei a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Sales Eurico, Representante do Ministério Público Estadual, agradecemos a exposição de V. Sª . Realmente, muito poucas serão as perguntas, tendo em vista que V. Sª se deteve nas informações técnicas.

O SR. SALES EURICO – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O Estado de Roraima teve conhecimento sobre as queimadas antes da notícia tomar vulto nacional e, depois, internacional. Não foram as queimadas usuais, como disse V. Sª, já que sabemos que é normal o produtor rural queimar a fim de fazer o plantio, e não apenas na Região Amazônica, mas em outras localidades onde haja necessidade. Este ano, no entanto, foi diferente. Não que o produtor tenha queimado em maior quantidade, mas sim em decorrência do que já foi mencionado: a seca. O mato ficou muito seco, o que fez com que o fogo se alastrasse, ajudado pelo vento, em grande velocidade.

Eu mesma não ignoro o fato, pois acompanhei desde dezembro, andando pelo Estado, inclusive aqui, no Município de Boa Vista. Quando ocorreu o fenômeno, não foram logo tomadas as devidas providências. Gostaria de deixar isso registrado, pois embora V. Sª não estivesse presente, não tenho como me enganar com as datas, pois tivemos um pequeno recesso entre o Natal e o dia 11 de janeiro, retornando aos trabalhos no dia 12 de janeiro. Já nas minhas andanças pela BR–174 e BR–210, fiquei preocupada. Por esse motivo, ao chegar a Brasília, no dia 12 de janeiro, estive presente em audiências com várias autoridades, às quais solicitei verbas para a seca, também já participando que praticamente estava se iniciando um incêndio. Isso a 12 de janeiro.

V. Sª, por acaso, já que aqui reside, chegou a fazer qualquer viagem a um município próximo e verificou a situação?

O SR. SALES EURICO – É verdade, pois bastava ir ao Parque Anoá para constatarmos que o lago já estava seco; a chamada "chuva do boiaçu" e do caju não vieram na época certa. Também sabíamos do fenômeno El Niño, de repercussão mundial. A seca realmente era assustadora. Fui a Caracaraí e fiquei realmente surpreso; depois, andando também pela região do Apiaú pude observar que as águas desapareceram e estava muito seco.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª se lembra em que época esteve no Apiaú?

O SR. SALES EURICO – Passo com freqüência por ali. Fui ver como estava, mas não lembro a data.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Antes de o fato se tornar público, antes de ter chegado ao conhecimento até mesmo da comunidade estrangeira, V. Exª dele já havia tomado conhecimento?

O SR. SALES EURICO – Não esperava que a catástrofe ocorresse com a gravidade que ocorreu. No momento em que o Governador decretou o estado de emergência, até fiquei surpreso, imaginei que estivesse se precipitando. Mais tarde, vi que tinha razão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O estado de emergência, tenho inclusive a cópia, foi em 22 de...

O SR. SALES EURICO – De janeiro.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dia 22 de janeiro, e fala da seca. Gostaria de saber de V. Exª se este relatório, com todas as planilhas, com os ofícios assinados pelo Governador para várias autoridades brasileiras e venezuelanas, foi recebido pelo Ministério Público?

O SR. SALES EURICO – Não, não recebemos.

A SRA. MARLUCE PINTO – No decorrer desse tempo, o Ministério Público recebeu qualquer relatório referente a essa catástrofe que ocorreu aqui no Estado?

O SR. SALES EURICO – Nenhum.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Nenhum documento?

O SR. SALES EURICO – Estamos produzindo um relatório, que deve dar umas mil páginas, com a análise de área, desde janeiro até abril, até o fim da catástrofe, analisando todas as fotos de satélites, todas as ocorrências de incêndios. E também estamos compatibilizando com outros relatórios, do Ibama e do Exército, para termos algo bem concreto, de certa forma científico, não dirigido. Mas esperamos aprontá-lo daqui a 60 dias, porque depende de interpretação de fotos de satélites, o que custa dinheiro, e no momento não dispomos de tanto dinheiro. Para isso pretendemos solicitar ao laboratório de geoprocessamento do Governo do Estado que nos forneça umas 100 ou 200 horas, para que possamos processar todo esse conjunto de fotos de área que temos de todo esse tempo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Gostaria de saber – já que esse relatório está sendo elaborado e precisando mais das peças técnicas para conclusão –, como vamos encerrar esta comissão no início de agosto, se seria possível que nos fossem encaminhados todos os dados catalogados.

O SR. SALES EURICO – Sim, porque esses relatórios de incêndios estão disponíveis no INPE,

que fornece ao Presidente da República. Há uma seção no INPE que cuida exatamente dessa matéria de incêndios e que produz relatórios anuais. Está sendo fechado, neste ano, o relatório de 1997. Tenho já disponível o relatório de 1995 e de 1996, onde aparece essa zona que será queimada agora em agosto e setembro deste ano, na região abaixo do equador.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Sales, no relatório, V. Exª certamente dará alguma sugestão como alternativa, porque, de acordo com a sua exposição, V. Exª tem certeza de que nos próximos anos o fato vai se repetir, mas devem ser tomadas providências mais rápidas. Então, pergunto a V. Exª se já elaborou algum dado regional aqui do Estado de Roraima com referência ao episódio ou se V. Exª está colhendo os dados.

O SR. SALES EURICO – Estou trabalhando nisso, mas não teria quantitativos.

Uma informação que temos é que o incêndio ocorreu numa mata de transição, e não na Mata Amazônica. Tenho os dados, a localização, e não foi realmente na Mata Amazônica, mas numa mata de transição, que é uma mata bem mais fácil de queimar, uma espécie de cerradão.

O Estado de Roraima possui 31% de savanas, 15% de mata de transição, onde ocorreu o incêndio, e o restante é de mata amazônica, de uma floresta compacta.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Temos conhecimento das ocorrências e do agravamento da situação do nosso Estado. O General se referiu à imprensa e organismos internacionais, e sabemos que isso se deu em decorrência da informação inicial de que 25% do Estado de Roraima já havia sido atingido pelo incêndio.

Sei que V. Exª, tecnicamente, agora, não tem condição de responder essa pergunta, mas, pelo tempo que V. Exª tem no nosso Estado e pelo que assistiu, acredita que chegou a 25% a área atingida de Roraima?

O SR. SALES EURICO – Temos dados de 25%; outro de 4% a 6% ; e outro de 12%. Essa resposta técnica, nós já temos através desse rastreamento por satélite.

Se considerarmos aquelas queimadas que ocorrem em Normandia, Bonfim, nas savanas, possivelmente se chegue a esse quantitativo de 20% a 25%. Agora, efetivamente, de região queimada na mata, acredito que há um exagero. Mas vamos ter esse dado tecnicamente, e é possível controlá-lo através das fotos usando o radar, que é esse trabalho feito há poucos dias no Estado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O Governo brasileiro tomou as devidas providências extra-oficialmente, porque isso não foi feito pela autoridade competente. Mas a mata não chegou a ser atingida em 4%. Vamos ver os dados.

Estou satisfeita com as suas colocações, e agora retorno a palavra ao Presidente da comissão, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra ao Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Dr. Sales Eurico, em primeiro lugar, quero cumprimentá-lo pela exposição objetiva, embora concisa, que fez, bastante abrangente no contexto das informações disponíveis.

Deixou-me preocupado a afirmação que V. Exª fez, com bastante convicção, de que este ano o episódio poderá se repetir, e cita dados científicos. Gostaria de saber se está havendo alguma preocupação. Por parte do Ministério Público, V. Exª já demonstrou que está; inclusive falou de reuniões realizadas pelo representante de procuradores de todos os Estados. Como está sendo feita a articulação em relação a essas informações, que são de conhecimento do Governo Federal, como V. Exª mesmo falou, por intermédio do INPE?

O SR. SALES EURICO – Falando em informações, houve um fenômeno interessante, que foi o da pajelança, no dia 31. O INPE informou, com 48 horas de antecedência – temos documentos lá –, que haveria chuva aqui e que choveria 22 mm. Na realidade, choveu um pouco mais. Então, a FUNAI, de posse dessas informações, pegou o dinheiro público e trouxe os índios para fazer a pajelança aqui.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Gostaria de saber de que forma está sendo coordenado o fornecimento de informações ao Poder Executivo. Logicamente, o Estado de Roraima deve estar acompanhando. Mas, se acontecer conforme V. Exª está falando, deixaria de ser uma surpresa, embora também tivéssemos informações que apontavam para a possibilidade não de um incêndio, mas de uma seca muito forte, que poderia desembocar num incêndio ou em vários incêndios que assumiriam as proporções já citadas.

V. Exª observa se há de fato algum encaminhamento no sentido de providências preventivas junto aos agricultores, aos produtores rurais, um trabalho coordenado também por parte dos organismos ambientais do Governo, como o Ministério do Meio

Ambiente e o Ibama? Como é que está sendo feito? Ou está sendo um trabalho apenas do Ministério Público? Eu estou surpreso com o conteúdo da sua exposição e perguntava ao Senador Romero Jucá qual é a sua especialidade. Logicamente, é muito positivo que o Ministério Público tenha esse nível de conhecimento, porque é um órgão que tem, entre outras, essa atribuição também.

O SR. SALES EURICO – É uma atribuição constitucional.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Essa é uma preocupação apenas do Ministério Público Estadual ou ela de fato está sendo articulada com outros órgãos? Essa articulação está apenas em nível de ministério público estadual ou se ela de fato está sendo articulada com vistas a que, no futuro, se possa prever e evitar o agravamento de situações parecidas como esta, não só em Roraima mas também no Acre, no Amapá ou em qualquer outro Estado da Amazônia?

O SR. SALES EURICO – Nós estamos preocupados com a questão e estamos articulados nacionalmente. A questão, por incrível que pareça, não é amazônica, ela é continental e é brasileira. Por exemplo, a **Folha de S.Paulo** de sábado, dia 23, dá conta de que o Rio de Janeiro é o maior devastador da Mata Atlântica. Esse é um relatório feito pelo INPE e que mostra que de 1990 a 1995 o Rio de Janeiro desmatou 140 mil hectares de mata atlântica. Em todos os Estados, de Pernambuco a Santa Catarina, há devastação e queima da floresta, da Mata Atlântica, apesar de todas as organizações que lá existem – ONGs, SOS Mata Atlântica. Assim, a devastação e as queimadas no Brasil são uma realidade e uma realidade tão forte que nós tivemos a aprovação e a promulgação da lei contra crimes ambientais no País. O art. 43 dessa lei criminalizava o desmatamento para uso agrícola. Esse art. 43 passou no Congresso e o Presidente, por pressão da bancada ruralista, vetou-o. Nós estamos agora elaborando um anteprojeto para tentar, na próxima Legislatura, penalizar essas queimadas que são feitas. Isso foi uma surpresa para nós. É verdade que hoje nós temos instrumentos legais para penalizar as queimadas, mas é lamentável que o Presidente tenha vetado um artigo tão importante para a defesa do meio ambiente brasileiro.

Com relação à questão da ocupação da Amazônia como última fronteira, eu acredito que ela está sendo atingida diretamente. Essa é uma questão mais profunda e foi bem-abordada pelo Secretário de Agricultura, quando ele falava dos modelos de assentamento e de colonização existentes na Amazônia. Penso que realmente a questão é essa. Aqui já se vê também que a inexistência da reforma agrária expulsa o pequeno produtor rural do Nordeste e do Sul do País. Hoje, no Nordeste, segundo dados oficiais, temos, por exemplo, 15 milhões de pessoas passando fome. Essas pessoas estão vindo para a Amazônia porque lá encontrarão um pedaço de terra e água para matar a sede. No que se refere a esse ponto, discordo das indicativas do Senador Romero Jucá, quando ele diz que esse pessoal que vem aqui não teria condições de explorar a Amazônia. Eu acho que não. Eu entendo ...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu não disse isso. Eu disse exatamente o contrário. Eu disse que se tentou vender pela imprensa que o agricultor da Amazônia não tinha condições de cuidar da Amazônia porque colocava fogo nela. Mas isso é exatamente o contrário. Disse que devíamos esclarecer essa questão exatamente para que não se passe essa idéia para o resto do Brasil e para a comunidade internacional. Eu condenei aqui o filho do Governador do Estado que disse que este ficou sozinho em sua luta contra os incêndios e não teve ajuda de ninguém. Depois, espalhou-se por aí que os agricultores estavam colocando fogo em suas próprias terras, o que também não era verdade. O que faltou foi apoio e orientação para se evitar as queimadas, porque a conjuntura ambiental tinha mudado. Assim, eu protestei e falei exatamente o contrário.

O SR. SALES EURICO – Esse agricultor que para cá vem recebe 100 hectares, desmata 50 hectares, faz aquela plantação, passa dois ou três anos no seu lote, abandona o lote e vem para a periferia da cidade. Esse é um dado real e observamos isso no sul do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por conta de um modelo agrícola que não tem sustentação.

O SR. SALES EURICO – Por conta de um modelo agrícola que não tem sustentação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A culpa não é do agricultor que foi colocado lá. A culpa é do Governo que não lhe dá apoio

O SR. SALES EURICO – Aí temos o latifundiário que compra dez, vinte lotes e forma uma fazenda de dois, três mil hectares. O pobre do agricultor vem para a periferia ou quando não vem entra mata adentro de uma forma inexplicável. Observamos, em região de mata densa, desmatamentos de dois, três, quatro hectares de lotes. Aonde não tem estrada, a

gente não sabe como é que ele chega lá para colocar o fogo e para fazer a sua roça. Depois ele vem exigir das autoridades estrada, saneamento, escola, não é? Então, nós temos um modelo agrícola que é insustentável, parece-me também que há uma falta de política agrícola. E a coisa é, realmente, muito difícil. (Palmas!)

Esses dias me perguntavam por que é que eu não responsabilizava e não denunciava criminalmente o pequeno produtor que punha fogo?. Essa foi uma pergunta que me fez o **Jornal do Brasil**. Eu disse que não poderia transformar uma vítima em réu, isso é moralmente impossível. Então é questão humana que está aí dentro e que a gente tem que discutir.

O SR. PRESIDENTE (Romero jucá) – Bom, eu gostaria de fazer algumas colocações, iniciando exatamente essa questão do modelo.

Nós temos hoje um modelo que não tem sustentação, como modelo de mercado não tem sustentação. Quer dizer, nós vemos hoje os agricultores sendo colocados em vicinais, ele não recebe o título, o Governo não tem mais assistência técnica, ele não tem financiamento, ele não orientação para plantar, ele não tem comercialização, porque o modelo é um modelo antiquado, que não funciona, e ele não tem condições sociais para permanecer no lote. Então, o Governo quer que a família permaneça no lote desse jeito? Não tem condição.

Agora, concordo com você, o culpado não é o agricultor, não. O agricultor é vítima. O culpado é quem deixa a situação chegar a esse nível. Essa é uma questão fundamental e entendo que esse incêndio de Roraima vai servir para se rediscutir esse modelo.

Infelizmente, eu não vejo a Secretaria de Agricultura do Estado hoje rediscutindo modelo nenhum. Infelizmente essa é a realidade. Acabou o fogo, os holofotes internacionais ficaram para este Estado, um mês depois os holofotes nacionais e internacionais estão para a seca do nordeste e o agricultor de Roraima continua abandonado no lote, esperando que venha outro incêndio, como você disse, porque, na verdade, se não for tomadas providências, vai acontecer.

Então, essa é uma questão clara para mim, e a Comissão do Senado está trabalhando exatamente para que tenhamos condição de propor um novo modelo de desenvolvimento com responsabilidade. Não adianta entrar depois apagando incêndio. Temos que fazer as coisas antes. (Palmas!)

Tentou-se impingir ao agricultor de Roraima uma culpa que ele não teve, portanto, eu gostaria de saber se o Ministério Público moveu algum tipo de ação. Ou seja, o Ministério Público do Estado encontrou um responsável nessa questão? Houve alguma ação, alguma gestão, alguma investigação com relação a esse problema que Roraima passou? Era isso que eu gostaria de saber.

O SR. SALES EURICO – Eu disse no início que estamos investigando e daqui a sessenta dias concluiremos os relatórios. Estamos consolidando todos os relatórios que foram produzidos e fazendo interpretação também das imagens de satélite de janeiro a abril. E, realmente, há algumas coisas que surpreendem. Nós pegamos uma foto, eu não me lembro exatamente qual, parece que foi do dia 14 de março, e seguindo uma vicinal aqui no APU, que dá quase 200 quilômetros, tinha manchas de fogo, que o satélite detectava, em 40 quilômetro. Em outro dia normal, a foto do satélite tinha imagem de 150 quilômetros a mais, quer dizer, tinha 200 quilômetros. Um fogo andando à noite? Não anda. Então tem que ter uma explicação científica. Pode ser que tenham ocorrido nuvens e o satélite não tenha pego o fogo já existente. Então essas imagens que estou reprocessando agora são de três em três horas. Portanto, ainda vamos chegar a alguma conclusão, mas que é fenômeno que preocupa, preocupa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de saber se o Dr. Sales tem mais alguma colocação a fazer?

O SR. SALES EURICO – Eu gostaria de agradecer a oportunidade que a Comissão deu e dizer que assim que o relatório assim que estiver pronto eu encaminho à Comissão. Estará pronto.

O SR. PRESIDENTE – Eu gostaria de agradecer ao Dr. Sales e convidar o Secretário de Planejamento, César Augusto Mansoto para prestar seu depoimento. Mas eu gostaria de passar a palavra ao Secretário de Planejamento Dr. César Mansoto, que se quiser trazer alguma informação adicional para que depois a gente possa debater...

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – Muito obrigado.

Primeiramente, eu queria cumprimentar o Presidente, Senador Romero Jucá, a Senadora Marluce Pinto, o Senador João França e o nosso Senador Sebastião Rocha.

Bom, eu trouxe um cópia de cada documento que considerei pertinente dentro do assunto para o qual fui convocado para falar. Gostaria de explicá-los a V. Exªs. O primeiro é um relatório sucinto sobre as

secas e os incêndios de Roraima. Esse relatório, preparado por ocasião da visita do Ministro Gustavo Krause ao Estado, é bastante didático, porque demonstra a extensão dos incêndios e suas conseqüências. Eu também trouxe, para que seja apreciado, um relatório índice, no qual apresentamos ao Conselho Nacional de Meio Ambiente, por ocasião das queimadas, uma séria de iniciativas, ações, resultados e projetos que mitigariam os problemas que o Estado estava vivendo naquele momento. Os documentos estão aqui. Tenho também um documento final, que reputo como uma resposta do Estado aos incêndios que se verificaram, que seria o programa de sustentabilidade econômica dos Municípios afetados pelo incêndio. Infelizmente, não dispomos de meios visuais para mostrarmos o trabalho. Vou procurar dar, sucintamente, uma idéia do que os incêndios provocaram.

Em nossa concepção, as lições que aprendemos transcenderam o Estado de Roraima. Na realidade, não dispomos de elementos de aferição – creio que alguns colegas já falaram sobre isso quando passaram por aqui. O Sipam-Sivam é uma realidade em função do abandono em que a Amazônia se encontra no que diz respeito a bancos de dados. Dispomos hoje no Estado, por exemplo, de apenas duas estações meteorológicas, o que causa um impacto nas previsões agrícolas e meteorológicas. Não podemos continuar a conviver com essa situação.

O incêndio traz lições com as quais vamos ter que conviver. Devemos, então, formar uma parceria com o Governo do Estado, para dotá-lo de mecanismos institucionais, como foi exposto no relatório, para desenvolver o setor produtivo, levando tecnologia à população do campo, que sofre imensamente em função do próprio modelo de assentamento e de agricultura em que trabalha. Enfim, agora será possível estruturar, de certa forma, o setor agropecuário do Estado de mecanismos institucionais eficazes. Já se falou aqui da parte que precisa ser reforçada: não só a rede de meteorologia, mas também a rede de assistência técnica e extensão rural. A escola agrotécnica do Estado precisa ser reativada para formar mão-de-obra. É preciso adotar modelos no interior.

A Seplan procurou trazer mais do que o acompanhamento que fizemos durante a queimada. Em relação à presença da ONU, é preciso explicar que a ONU veio com uma missão puramente assistencial, para aferir as perdas que o Estado vinha enfrentando e os impactos que o Estado estava experimentando. Isso foi, na verdade, colocado pelo relatório da ONU e sobreposto ao relatório que o Inpa, juntamente com o Inpe, vinha elaborando, conforme foi colocado pelo Sales. Não temos, até agora, um relatório conclusivo. Parece-me que o Ibama está terminando um relatório. Está havendo um esforço por parte de órgãos federais e estaduais para que as lições apreendidas sejam mitigadas e, dessa forma, não se repita o que se verificou no passado.

Estou à disposição para qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Agradeço a presença do Dr. César, Secretário de Planejamento.

V. Exª foi sucinto, mas completo. Como conhecedora do seu trabalho, eu tenho de fazer justiça. Realmente, a Secretaria de Planejamento tem um trabalho muito bem elaborado, embora não tenha havido o seguimento da execução.

Gostaria de saber se é do conhecimento de V. Exª – já que estão aqui os relatórios, embora não houvesse obrigatoriedade por parte de sua Secretaria de elaborar esse plano de trabalho para ser apresentado anteriormente, uma vez que se trata de verba de emergência – se é do conhecimento de V. Exª o relatório que foi distribuído para as autoridades competentes, a começar pelo Presidente da República, com toda a planilha de execução de obras emergenciais e se esses dados constam dos relatórios da seca?

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – Pois não, Senadora. O mapa a que V. Exª se refere foi elaborado logo no início de dezembro, quando antevíamos a seca. Nessa época, vivíamos a seca; mas ainda não havia ocorrido o incêndio. Na oportunidade, o Estado, preventivamente, fez uma planilha, onde até se caracterizou erroneamente como açudes e barragens. Previmos que precisaríamos desenvolver cerca de 5 mil cacimbas – que chamamos de açudes. Previmos a construção perene de três barragens, para que não se repetisse no futuro a situação de "açudagem" que verificamos. Foi uma estimativa dos açudes que deveriam ser desenvolvidos no Estado, a fim de diminuir o sofrimento da comunidade rural que, naquela época, já amargava bastante a seca.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª explicou o que foi feito anteriormente, prevendo as conseqüências. Quanto eu me referi à "execução", assim o fiz por tratar-se de palavra registrada pelo Secretário de Agricultura. Também chegou à Comissão uma fita que está sendo rodada há vários dias em horários nobres da TV Roraima – não sei se em

outras. Não faz a diferença entre poços, açudes de maior ou menor dimensão e barragens. Assisti à fita, onde a locutora – que talvez nunca tenha estado em Roraima – mostra tudo o que o Governador fez. Os quantitativos coincidem, mas a locutora fala das obras como tendo sido executadas.

Não sei se V. Exª – ou o Secretário de Agricultura, posteriormente –, poderá confirmar se realmente foram construídos. De acordo com a fita: no Município de Boa Vista foram construídos 195 açudes; em Normandia, 635; em Pacaraima, 105; em Bonfim – o prefeito deve estar aqui – 405; em Cantá, 808; em Amajari, 125. Em Alto Alegre, onde não vi qualquer açude por onde caminhei, 1.471 açudes. Em Mucajaí, 643; em Iracema, 308. O prefeito de Iracema está presente. Em Caracaraí, há 43 – Deputada Zenilda, V. Exª precisa questionar mais, . Em Caroebe, 409; em Baliza, 62; em São Luís, 388 açudes; e, em Roranópolis, 186.

Dr. César, agora o ambiente está mais descontraído. V. Exª viveu muito em Brasília. Não estou aqui para lhe jogar confetes, mas uma das poucas ações certas do Governo atual foi a escolha de V. Exª para o Estado de Roraima. Em Brasília, V. Exª é reconhecido como um técnico sério, competente e que trabalha com muita responsabilidade. Quando ouvi isso, fiquei muito satisfeita. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador Sebastião Rocha, V. Exª gostaria de fazer alguma pergunta?

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Dr. César, não tive oportunidade de ler todo o documento, pois é bastante extenso. Gostaria de cumprimentá-lo pelo trabalho e prometer que o lerei com atenção. Talvez a minha pergunta tenha resposta neste documento.

Foi possível estabelecer as perdas de receita do Estado por causa do incêndio ou o comprometimento do PIB ou algo parecido, o que poderá prejudicar o Estado a curto ou a médio prazo, nos próximos anos?

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – É extremamente relevante a perda econômica, uma vez que não há receitas decorrentes, porque não há atividade econômica. Isso é muito importante. Não se tratou de um determinado setor do Estado que sofreu por causa da seca e posteriormente por causa dos incêndios e isso tivesse dado um **gap** na receita do Estado. Não foi isso que aconteceu. O setor primário no Estado é tão incipiente que não chega a 10% do produto interno. Na verdade, foi afetada a sobrevivência de uma parte da população, a população que vivia da venda, em Boa Vista, de pequenos excedentes.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de fazer algumas perguntas ao Secretário César Augusto Mansoto.

Estive folheando os documentos e observei que estão muito bem elaborados, o que não é novidade. Já se disse aqui da competência técnica do Secretário do Planejamento. Somos testemunhas do trabalho dele, não somente dele, mas da equipe técnica da Secretaria. Todos sabem – é voz geral – que Roraima tem excelentes técnicos em todas as áreas. O problema do Governo hoje é que os técnicos falam, mas não são ouvidos, e, dessa forma, não podem executar seu trabalho com perfeição. Mas, na verdade, em todas as secretarias, seja a de Obras, de Planejamento, de Educação ou de Saúde, antes da cooperativa, há uma série de profissionais competentes com condições de fazer um excelente trabalho.

Pergunto ao Secretário se este documento – onde está elencada uma série de ações que estipulam valores em torno de R$44 milhões – é a base do documento que está sendo enviado ao Governo Federal para discussão com o Banco Mundial sobre o Programa de Recuperação da Economia do Estado de Roraima.

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – Sim, exatamente. Como foi dito anteriormente, foi feita uma central de atendimento a Roraima junto à Defesa Civil. O Dr. Catão, Ministro à época, acompanhou conosco o trabalho por bastante tempo. Já vínhamos formatando, há muito tempo, as áreas que teriam prioridade e para onde os investimentos deveriam seguir. Conforme V. Exª observou, o relatório contempla todas as partes que já apresentamos à Defesa Civil, para que haja uma coordenação interministerial em Brasília a fim que os projetos possam ser alavancados.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estamos acompanhando junto aos Ministérios e, na verdade, a discussão do projeto de reestruturação começa agora. É um projeto extremamente importante. É importante que a Secretaria de Planejamento do Estado fique atenta e que conte com os Parlamentares. Um dos objetivos desta Comissão é propor linhas e acompanhar a discussão efetiva dos procedimentos de recuperação do Estado nas diversas áreas.

Já que os Parlamentares federais de oposição ao Estado não são procurados em Brasília, gostaríamos aqui, de público, de nos colocar novamente à

disposição para discutir, encaminhar e ajudar no que for possível.

Gostaria de perguntar se, com o fechamento do Banco de Roraima, o Funder continua funcionando. Está sendo reativada aquela agência de desenvolvimento? Que modelo será seguido?

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – Com o fechamento do Banco, todas as atividades, principalmente de crédito e fomento, passam para a agência – e isso já em acordo com o Banco Central – no processamos da transferência.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Qual a previsão de funcionamento?

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – Os últimos documentos estavam sendo assinados semana passada em Brasília. Acreditamos que com mais duas semanas a agência estará funcionando na sua nova modalidade, podendo operacionalizar não só o Funder, que é o elemento de crédito ao pequeno agricultor, como também o Fundo de Aval, um modelo que vai suportar o FNO, naquela questão que V. Exª conhece, junto ao BASA.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de perguntar também, como já o fiz com todos os participantes deste debate, se V. Exª tem algum conhecimento ou documento que tenha sido um obstáculo à atuação do Governo Federal ou do Governo Estadual no tocante aos incêndios, às queimadas, enfim, de toda a atuação emergencial. Temos acompanhado desde o início. O Estado vinha apresentando ao Governo Federal todas as suas demandas que correspondiam a aproximadamente R$12 milhões. Mas o Governo apenas disponibilizou os R$2 milhões que foram direto para o Estado; R$1.750 mil, diretamente para os Municípios. Nossa esperança é que, no projeto de recuperação das áreas degradadas, haja agora um efetivo envolvimento do Governo Federal na retomada das áreas afetadas pelo incêndio.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foi dito aqui, quando do depoimento do Secretário de Agricultura, que, com o fim da Secretaria do Meio Ambiente, a área de meio ambiente teria sido deslocada para a Secretaria do Planejamento. A área de meio ambiente está estruturada? Como está funcionado? Foi feita alguma ação concreta de prevenção das queimadas, dos incêndios e de orientação ou campanha de esclarecimento aos agricultores sobre como proceder antes de ocorrerem as queimadas no Estado?

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – Há uma demanda muito grande com extinção da Secretaria de Meio Ambiente. Nós nos esquecemos de que ela era, na verdade, Secretaria de meio Ambiente, Interior e Justiça. Realmente não era o modelo adequado. O fato de ela ter ido para a Seplan é uma transição que precisa ser entendida. A grande importância da Secretaria de Meio Ambiente é a formatação de projetos voltados para as demandas que a região oferece.

Precisamos estruturar os programas feitos em parceria com o Banco Mundial, já que o dinheiro vem em forma de doação, por meio do PPG7, formatando determinados projetos, para que, com a vinda dos recursos, possamos fazer a implementação dos projetos ambientais de que o Estado necessita.

Neste momento, não há um modelo melhor para o meio ambiente que não seja estar junto à Secretaria de Planejamento. Há uma previsão de elaboração da revisão da Lei nº01. Na revisão, pretendemos criar uma fundação para dar mais agilidade operacional à Secretaria de Meio Ambiente junto à Convende. Mas isso implica revisar a Lei de Organização do Estado, o que terá que aguardar o momento mais oportuno.

Quanto à pergunta de V. Exª em relação à previsão, posso dizer que essa previsão se reporta à primeira observação que fiz sobre a fragilidade dos elementos de previsão que o Estado de Roraima, e não apenas ele mas também o Estado do Amazonas, apresenta hoje. O Programa de Recuperação de Áreas Degradadas que apresentamos prevê exatamente a instalação de equipamentos de processamento. Por intermédio do Ibama, temos acompanhado uma tentativa de dotar Roraima de um modelo para a Região Amazônica, uma vez que o incêndio acabou se revelando uma oportunidade de transformarmos o Estado em um modelo na Região. Acredito que, no Programa, conseguiremos futuramente minimizar bastante as surpresas que os incêndios ofereceram.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por fim, gostaria de solicitar que de todos os documentos enviados aos Ministérios com pedidos de recursos, que foram vinculados por meio da Secretaria de Planejamento, fossem encaminhadas cópias à Comissão, para que também possamos fazer as cobranças devidas ao Governo Federal. É importante dizer que a Comissão ouvirá em Roraima os diversos segmentos envolvidos, mas continuaremos o nosso trabalho ouvindo em Brasília Ministros, Secretários, enfim, pessoas responsáveis pela execução de programas

federais, para que na verdade se tire a limpo o encaminhamento dessas ações.

Agradeço a presença de V. Exª e os documentos enviados. Desejo novamente ressaltar o trabalho técnico competente de levantamento feito pela Secretaria de Planejamento, especificamente pelo Secretário, dizendo que, caso haja necessidade de qualquer dado a mais, entraremos em contato para solicitá-lo.

O SR. CÉSAR AUGUSTO MANSOTO – Estou à disposição. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de chamar o Secretário de Obras, Dr. Raul Ribeiro Pinto, para vir à tribuna.

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Exmº Sr. Senador da República Romero Jucá, Presidente desta egrégia Comissão Especial do Senado da República; Exmª Srª Senadora Marluce Pinto; Exmº Sr. Senador Sebastião Rocha; Exmº Sr. Senador João França; demais autoridades.

No dia 3 de abril do corrente exercício, fui empossado na Secretaria de Obras e, ao assumir o cargo, já haviam sido concluídas as ações emergenciais do Governo do Estado no combate à seca.

Antes de assumir o cargo de Secretário, eu era Diretor Técnico da Secretaria de Obras. Quanto à construção dos cacimbões e dos açudes, a Secretaria de Obras não participou da fase de planejamento. Faço essa afirmação porque, à época, era Diretor do Departamento Técnico. Posso garantir que não houve planejamento nem do projeto básico, nem tampouco do orçamento estimativo do custo do serviço. Portanto, não participamos efetivamente dessa ação do Governo.

Evidentemente, o Governo do Estado, como um todo, tinha em mente o problema de estiagem e de apoio à produção, que era afeto à Secretaria de Agricultura. Portanto, foram licitadas pelo DER obras de combate à estiagem, para salvar o rebanho, e, atendendo ao planejamento da Secretaria de Agricultura, elaborou-se o projeto básico e fez-se a estimativa de custo dessas obras, licitando-as antes do decreto de emergência do Governo. Posteriormente, na fase em que esteve em vigor o estado de emergência, foi dispensada a devida licitação.

Dessa forma, estou orgulhoso em participar desta reunião, juntamente com pessoas ilustres e competentes.

Sr. Presidente, coloco-me à disposição de V. Exªs para responder a qualquer pergunta que estiver ao meu alcance.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Agradeço ao Dr. Raul pelo seu comparecimento a esta reunião. Aliás, V. Sª foi claro ao dizer que – mesmo não sendo Secretário à época, mas um técnico – a Secretaria de Obras não participou nem do plano de trabalho nem da sua execução, e sim o DER – Departamento de Estradas e Rodagem, juntamente com a Secretaria de Agricultura.

Portanto, a execução dessas obras foi supervisionada pelo DER, ou a Secretaria de Agricultura dispõe de meios, equipamentos e de técnicos para tal? Houve contratação de pessoal, ou a sua execução foi por intermédio da administração indireta? V. Sª tem conhecimento de como foram realizados os trabalhos?

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Nobre Relatora, quando fui convocado, fiquei realmente preocupado, porque precisava de alguns subsídios.

Conversei com o meu colega Carlos, Diretor do DER, que me passou algumas informações. Portanto, o que sei é que o DER fez a licitação e a sua dispensa, pois tratava-se de obras terceirizadas, tendo a Secretaria de Agricultura acompanhado e fiscalizado os serviços.

Gostaria de colocar que essas não são obras de engenharia de grande porte. Seria interessante fazer uma distinção entre cacimba, cacimbões, barragens e açudes.

Açude é um tipo de construção destinada a represar águas. Existindo água corrente de pouca vazão, ou seja, insuficiente para atender à demanda, represa-se aquele curso de água, criando-se um reservatório.

Barragem, por sua vez, é uma estrutura de concreto ou de terra, construída num vale e que o fecha transversalmente, proporcionando um represamento de água.

Cacimbões ou cacimbas são poços escavados para se obter água proveniente do lençol freático.

Repito: as obras realizadas não são de grande porte. São obras consideradas emergenciais com o fim de resolver os problemas dos agricultores e também para salvar um maior número de reses.

Essas obras poderiam, perfeitamente, ser acompanhadas por um engenheiro agrônomo, já que esse profissional conta com a função de ser responsável técnico e fiscalizador, além de fazer o acompanhamento de pequenas obras rurais entre suas atribuições.

Assim, entendo que, do ponto de vista legal e técnico, a Secretaria de Agricultura tem um corpo técnico habilitado legalmente a acompanhar o andamento dessas obras. O DER participou da parte de licitação, dando esse apoio, porque a Secretaria de Agricultura não tinha uma comissão de licitação – teria de ser constituída uma comissão especial para o caso – e, como o DER já tinha essa comissão formada, o Governo houve por bem, através do DER, fazer a licitação dessas obras.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª poderia encaminhar a esta Comissão a documentação dessa licitação?

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Nobre Relatora, um outro colega do DER também foi convidado a depor nesta Comissão; portanto, tenho a certeza de que ele trará toda essa documentação que, evidentemente, estará disponível.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Raul, agradeço a sua exposição, até porque V. Sª explicou, tecnicamente, a diferença entre o poço, açude e barragem, muito embora creia que todos conhecessem a definição de cada um. Expôs com bastantes detalhes a diferença de um para o outro, tecnicamente falando.

V. Sª tem conhecimento dessa diferença e disse que foram pequenas as obras executadas. Nós temos documentação sobre poços, açudes e barragens que foram construídas. A fita que recebemos fala em açudes. Pelo que entendi da sua explicação, V. Sª tem conhecimento de que nem açudes nem barragens foram construídos, e, sim, poços, cacimbões. V. Sª confirma essa minha interpretação?

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Tivemos duas situações. Em determinado local, pode ter ocorrido que o córrego, o igarapé que abastece a propriedade na época de chuva já não teria mais água superficial, já não teria mais o espelho d'água, a lâmina d'água corrente. Nesse caso, tecnicamente, não se poderia fazer uma bacia. Poder-se-ia fazer uma barragem ou um açude apenas para o próximo ano, o que não resolveria o problema do agricultor.

Nessas condições, a Secretaria de Agricultura procurou a alternativa do cacimbão. Apesar de o igarapé estar seco, tinha água do lençol freático, próximo da superfície. Eles, então, fizeram os cacimbões, que são buracos, para alcançar o lençol freático e disponibilizar aquela água para os animais. Acredito que esse foi um caso.

O outro caso foi que, em algumas localidades, devem ter sido feitas pequenas barragens. Havia os igarapés, água corrente, eles reservaram um filme – muito pouco, que não dava para atender à demanda –, represaram para poder armazenar aquela água e atender à demanda dos animais da propriedade, da região.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Só mais uma pergunta, Dr. Raul.

V. Sª externou que foram feitas licitações por meio do DER para construção. Portanto, se V. Sª tem conhecimento da licitação, tem conhecimento do que foi licitado. O que realmente foi licitado? Poços, açudes, barragens, os três, dois ou só um?

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Eu gostaria de dizer, Senadora Marluce Pinto, que não entrei nos detalhes do que realmente foi licitado, até porque fui pego de surpresa neste convite.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Certo.

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Pensei: "O que eu faço? Tenho que procurar informar-me de algo. Não posso chegar com a cara e a coragem. O que vou fazer? Tenho de dizer algo lá."

Assim, não perguntei qual o tipo de obra. Sabia mais ou menos que havia barragens, cacimbões, mas não cheguei a entrar em detalhes. Eles apenas me disseram que foram licitadas. Antes do estado de emergência, foram licitadas; e, depois do estado de emergência, foram feitas as dispensas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª sabe apenas que houve a licitação. Não sabe que tipo de obra foi licitada.

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Não sei.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Agradeço a presença de V. Sª. Estou satisfeita. Até entendo o porquê do não-conhecimento com detalhes, uma vez que, à época, ainda não era o Secretário de Obras.

Só temos a agradecer a sua presença, atendendo ao nosso convite.

Retorno a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de registrar a competência técnica do Dr. Raul Pinto, engenheiro conhecido no Estado, que assumiu agora a Secretaria de Obras. Tanto ele quanto a equipe técnica da Secretaria de Obras são da melhor qualidade.

Estranhamos até não terem passado pela área de custo da Secretaria de Obras o orçamento e o custo dessas obras. Sem dúvida nenhuma, no Estado de Roraima, há a estrutura mais bem montada que conheço para calcular custo, o que seria um indicativo importante. Mas, como disse o Dr. Raul, não passou por lá.

A questão dos açudes ficou muito clara. O Governo do Estado, pela informação técnica que temos até agora – a não ser que o Diretor do DER diga o contrário –, não construiu açude. Estamos procurando os açudes. Se alguém tiver o endereço de algum açude, por favor, encaminhe à Comissão, porque, na quinta-feira, queremos visitar os açudes. Eles estão na propaganda do Governo, e gostaríamos de vê-los exatamente para não sermos imparciais. A idéia desta Comissão é ouvir todos e buscar tudo para que possamos levar ao Senado da República uma posição clara sobre essa questão.

V. Sª informou que não tem conhecimento de que tenha sido construído açude.

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – Eu não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Secretário de Agricultura disse também que não sabia, que o custo não passou por ele. É bom rememorarmos. O Diretor do DER será a grande tábua da salvação desta Comissão e vai nos dar todas as informações necessárias para que possamos encontrar os açudes.

Para concluir, pergunto a V. Sª: como engenheiro experiente, que viveu em Roraima e sabe o que é a engenharia da Amazônia, o que acha do 6º BEC como estrutura de construção civil? V. Sª acha que o 6º BEC é um instrumento aparelhado, preparado para atuar na Amazônia?

O SR. RAUL RIBEIRO PINTO – O 6º BEC talvez seja um dos órgãos que têm um grande conhecimento de engenharia rodoviária na Amazônia. Há uma verdadeira cultura, muita experiência nessa área dentro do 6º BEC.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a sua colaboração. Sei que V. Sª foi pego de surpresa, mas nos deu uma importante contribuição.

Eu gostaria de convidar o Dr. Carlos Eduardo Levite, Diretor do DER, para participar conosco desta reunião.

Agradeço a sua presença.

O microfone está à sua disposição se desejar fazer alguma colocação. Posteriormente, passaremos às perguntas.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores membros desta Comissão, estou à disposição, de acordo com o escopo desta Comissão, para as razões e as eventuais conseqüências das queimadas.

Com relação às razões, não me sinto competente e apto a fazer algum tipo de observação. Com relação às conseqüências, no que afeta o meu setor, temos pontes queimadas, necessitando de reconstrução, e algumas vicinais obstruídas também pelas árvores que caíram.

Dentro do escopo da Comissão, o DER não tem participação em termos de razões e conseqüências. As conseqüências deveriam ser analisadas por pessoal habilitado em meio ambiente, em flora, em fauna e assim por diante.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo, então, a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Carlos Eduardo, agradeço o seu comparecimento a esta Comissão.

Pergunto a V. Sª se é natural de Roraima ou, se não, há quanto tempo está aqui.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não sou de Roraima e estou aqui há exatamente três anos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Antes de V. Exª assumir o DER, trabalhava onde? Em algum órgão público?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Antes de assumir a Direção do DER, fui Diretor de Planejamento do próprio DER. Antes disso, trabalhei como consultor de empresas da região.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Empresas particulares?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Empresas particulares.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª falou, inicialmente, que apenas a partir de 3 de abril assumiu o DER.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não. Eu não disse data. Eu disse a V. Exª que assumi...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Na época, não estava no DER. Atribuí que foi em 3 de abril porque foi a época das mudanças.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Estou como Diretor-Geral desde o dia 23 de dezembro, interinamente, e fui confirmado no dia 10 de março.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V.Sª. confirmou que, na época das secas e das queimadas, não acompanhou o trabalho do DER.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não; estou desde 23 de dezembro como Diretor-Geral, tendo ocupado anteriormente o cargo de Diretor de Planejamento. Então, a atuação do DER com relação ao episódio se restringiu ao apoio logístico. Durante a fase mais crítica do incêndio, apresentou esse tipo de apoio ao Batalhão, a todo o comando que estava sendo feito mediante o 7º BIS, visando

fornecer equipamento, carro-pipa, combustíveis, lubrificantes.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Portanto, a partir do dia 23 de dezembro, a atuação de V.Sª. na qualidade de Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem se ateve ao apoio logístico junto ao Exército, ao Batalhão, ao Bis ou teve participação direta na execução de algum trabalho, de alguma obra?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Com relação ao incêndio propriamente dito, essa foi a atuação do DER.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando V.Sª. fala de incêndio, não sei se quer dizer apagar o fogo, ou tratar de resolver as conseqüências maléficas causadas pela tragédia.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Refiro-me à fase crítica de apagar o fogo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A diminuição do incêndio teve início a partir do dia 31 de março com as primeiras chuvas e, no dia 12 de abril, já foi oficialmente noticiado que havia sido extinto. Posteriormente, veio a construção dos poços, açudes e barragens. Qual foi a atuação de V.Sª. no tocante a essas obras?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – A construção dos açudes não começou depois do fogo. Os processos para a construção dos cacimbões tiveram início no dia 26 de novembro, quando foi aberto o processo no DER para esse fim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O processo licitatório. Quer dizer que, a partir desse dia, houve somente a tramitação de documentação para a execução das obras, que, até então, não eram ainda obras emergenciais.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Exatamente. Foi licitado normalmente como previsão de socorro.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Como ação preventiva.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Até chegar a época do incêndio, é do conhecimento de V.Sª. que tenha sido feita qualquer obra dessa natureza?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Sim. Foram executados cacimbões em vários municípios. A ação começou em Bonfim, depois Normandia e assim por diante. Todas as cidades foram recebendo os equipamentos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Todas as cidades?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Todas as cidades incluídas na programação foram recebendo os equipamentos e nelas, exceto Uirá-mutã, cacimbões foram construídos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Na época da execução desses trabalhos, houve alguma ação conjunta entre Prefeitura e Governo do Estado pelo menos no tocante à participação de apoio logístico?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Todos os Prefeitos se engajaram nesse trabalho.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando diz que todos os municípios foram contemplados com a construção desses poços, V.Sª. sabe informar se foi realizado no perímetro urbano das sedes dos municípios ou nas vilas mais afastadas?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Em todos os locais detectados pela Secretaria de Agricultura, como locais que necessitavam disso. Os cacimbões foram determinados em conjunto com a Secretaria de Agricultura e o proprietário da área.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª disse que, para a execução dessas obras, houve licitação. Elas foram feitas por empresas, e não pela Administração direta?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Algumas foram feitas por empresas, outras por Administração direta.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª tem condições de nos informar agora quais as obras realizadas por Administração direta do DER, as licitadas e as empresas vencedoras? V. Sª poderia nos enviar a documentação antes do término dos trabalhos desta Comissão?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Posso encaminhar essa documentação posteriormente, porque realmente não vim preparado para isso, já que pensava que o escopo seria outro.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando estavam sendo executadas essas obras, havia por parte do Diretor do DER o respectivo acompanhamento ou mesmo visita aos locais, para verificar se essas obras estavam, de fato, sendo executadas?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Pela sua própria estrutura, o DER é constituído de Diretoria de Obras, Diretoria de Planejamento, Diretoria Administrativa. Sou o Diretor-Geral. Naturalmente, a Diretoria de Obras acompanha as construções, mediante seus fiscais – e também eu eventualmente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V.Sª. tem ao menos a idéia de quantos poços foram feitos pela Administração direta e quantos por contrato junto a empresas privadas?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não posso precisar isso, porque seria "chute".

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Gostaria de lhe fazer outras perguntas.

Com relação a essa questão específica, as obras chegaram a ser concluídas ou parcialmente concluídas antes ou depois do incêndio? Como foi o acompanhamento de V. Sª, como Diretor-Geral do DER, no que se refere à execução dessas obras?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Houve obras iniciadas e concluídas antes, durante e após o incêndio.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª ou alguém a quem tenha delegado poderes, seja engenheiro, seja encarregado das obras, recebeu essas obras como concluídas, indo ao local, averiguar se foram construídas e se haviam atingido os objetivos de acordo com as necessidades?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Foi constituída uma comissão mista, com integrantes do DER e da Secretaria da Agricultura. Foram fiscalizados todos, em cada município, ou melhor, todos em parte. Essa comissão ainda está terminando o trabalho no Sul do Estado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª acompanhou pessoalmente as obras ou delegou essa tarefa a outrem? Posteriormente, explicar-lhe-ei o porquê da minha insistência.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – V. Exª há de convir que é impossível acompanhar um trabalho dessa envergadura em todo o Estado, passo a passo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não; não penso assim, porque o Governo do Estado dispõe de helicópteros e de aviões em quantidade suficiente. Mesmo que V. Sª não pudesse acompanhar o trabalho, poderia delegar poderes a outros técnicos. Sabe-se que, quer seja uma obra pela Administração direta, quer seja por licitação, principalmente, é necessário e obrigatório o acompanhamento, pelo menos, do término da obra. Como realizar o pagamento da obra sem se ter a certeza de que o empreiteiro a concluiu?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Se não me engano, a pergunta que V. Exª fez foi se eu, pessoalmente, acompanhei todas as obras?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não. Perguntei-lhe se o acompanhamento se deu por parte de V. Sª ou se delegou poderes a técnicos para fazê-lo?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Eu lhe respondi que parte acompanhei, parte foi delegada por essa comissão de que falei. Mas nenhuma obra ficou sem ser vistoriada.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vou-lhe dizer o porquê da minha insistência nessa pergunta. Estive, juntamente com uma comitiva até muito grande, visitando principalmente as BRs 174 e 210, em Jundiá, onde há a balança. Enfatizo que o nosso objetivo não era inspecionar, mas apenas visitar o local. Naquele lugar, não havia água de maneira alguma – o Dr. Hélder está até balançando a cabeça, porque estava junto. Chegamos lá pela manhã. Quando fomos ao hospital, uma pessoa havia sido acidentada. O Dr. Hélder foi fazer a microcirurgia, e não havia água nem para tirar a areia que estava misturada ao sangue, bem como não havia o transporte para levar a acidentada à sua vicinal, que era a Vicinal 9. E a Drª Eugênia, como médica e a pedido da enfermeira, foi levar em casa a paciente. Foram na caminhonete apenas a Drª Eugênia com a paciente e a enfermeira. Depois, o jornal do Governo disse que eu havia tirado a enfermeira para ir fazer política, quando apenas a Drª Eugênia prestou o serviço. Lá não havia nenhum poço. Conversamos com vários produtores que estavam ali na vila.

Quando chegamos ao Equador, estava sendo perfurado um poço por uma empresa particular, até de um comerciante de lá. Sinceramente, Dr. Carlos, eu até torço para que realmente tenha sido feito. Mas na BR-174 fizemos as vicinais, e não ouvimos de nenhum produtor a lamentação – sinceramente lhe digo isso até para servir de informação para V. Sª –, que, em todas as vicinais onde reunimos as pessoas, era uma só. E não só nas vicinais. Já falei aqui que, em São Luís, não havia água para se tomar banho, e água para ingerir era só mesmo a mineral. E V. Sª me disse que o processo de licitação foi iniciado em novembro. Essa nossa viagem foi do dia 2 ao dia 11. Nisso, chegamos até Albalize, onde não encontramos nenhum cacimbão que houvesse sido construído pelo Governo do Estado.

O SR. CARLOS EDUARDO LEITE – Em que período?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – De 2 a 11. Ficamos até o dia 11, e neste dia à noite eu viajei. Então, foi do dia 2 de janeiro até o dia 11.

Já fiz várias viagens aos Municípios de Bonfim e de Cantá e, não indo às vicinais, mas em contatos permanentes com os prefeitos, nada.

E quero dizer de passagem que, quando houve esse acidente, em que não havia água, alguém telefonou para o Governo, onde fica o posto da fazenda, dizendo que estávamos lá. À tardinha, quando entramos no restaurante para almoçar, lembro-me bem que lá estavam, parece-me, o Leonel e o Ademir, aquele da CAER, que, quando veio se dirigir a mim para falar, a primeira coisa que disse foi: "Senadora, estamos aqui para verificar onde vamos fazer o poço". Então, eu disse: "Muito bem". Comentei depois com o nosso pessoal na hora do almoço: "A nossa vinda aqui já está ajudando o pessoal, só pelo fato de já terem telefonado dizendo que já estavam na área o avião – e foi de avião – com dois técnicos para olhar o local onde deveria ser construído um poço".

Estou lhe dizendo isso não como crítica, mas como informação de uma pessoa que esteve com os produtores, com uma comitiva de, no mínimo, 15 pessoas daqui, sem contar as que vivem na região. Ainda havia o ex-Secretário de Agricultura também, que eu não havia mencionado.

Sinceramente, Dr. Carlos Eduardo, com todo respeito a V. Sª, até pelo seu trabalho, não encontramos, na BR-174 nem na BR–210, nesse tempo que estou lhe falando, nenhum poço.

Posteriormente, quando voltamos para ir ao Caroebe, já encontrei na cidade do Baliza* uma retroescavadeira. Lá, em conversa com o prefeito, ele me disse que havia alugado a máquina. Não sei do restante, porque não me aprofundei, mas realmente estava sendo cavado o poço na cidade do Baliza – pelo menos foi do que tomamos conhecimento – por iniciativa do Prefeito de São João da Baliza. Não sei também, posteriormente, como foi feito o trabalho.

Por isso – até talvez porque V. Sª não tenha chegado aqui no início dos trabalhos –, quero-lhe informar que temos um relatório que determina uns açudes de 220 metros cúbicos para armazenar água, ou seja, açudes que comportam essa capacidade de água, mais 1400 poços, tendo cada município 100 açudes desse porte e 4200 açudes de menor porte, de 50 metros cúbicos, mais 72 poços, que acho que são os chamados cacimbões, e mais 15 barragens – recebemos isso do Secretário de Agricultura.

Depois, se vier um documento que comprove ter sido feita a licitação ou, se não o foi, que tenha as anotações do Governo – mesmo sem haver licitado, porque, depois de chegar a verba emergencial, só se tiver sido a verba emergencial destinada ao Governo do Estado é que se podia fazer sem licitação, e até o Governo, se tivesse mandado também uma mensagem –, que a gente comprove.

Vou repetir para V. Sª, para não ficar com má impressão das nossas perguntas: essas fitas que estão sendo gravadas ali por um técnico autorizado pelo Senado – que é funcionário do Senado, e não dos nossos gabinetes –, vão passar pelo crivo não só da Assessoria Técnica com relação à elaboração das obras, como, mais ainda, pela Assessoria Jurídica. E quando há qualquer dúvida sobre tudo isso, de parte de nós, membros da Comissão, e principalmente da relatora, dispomos dos assessores diretos, que nos assessoram para a elaboração do relatório. E vou ser questionada por eles, para saber a distorção das informações.

Gostaria de dizer a V. Sª que, se o nosso trabalho é agora, temos que dirimir todas as dúvidas agora. Porque ninguém aqui veio para a caça às bruxas . O relatório foi encaminhado a todas as autoridades competentes e assinado pelo Governador por meio de ofício, mas já há as informações de uma fita que recebemos, que, com esses dados, vai fazer parte também do material de prova da Comissão, e havendo mais outras informações de depoentes, poderemos dirimir as dúvidas. Vamos colocar no relatório o que realmente ficou esclarecido. Não há necessidade, então, de que se relatem as distorções, desde que elas sejam esclarecidas. O Secretário de Obras já nos explicou com bastante detalhes, foi muito feliz nas suas colocações, apesar de não ter acompanhado esse trabalho, e sim o DER e a Secretaria de Agricultura, por intermédio de seu Secretário de Agricultura, como acabei de comentar. Então, só restam, para esses esclarecimentos, as autoridades estaduais, ou seja, as palavras de V. Sª. Assim, aceitaremos qualquer correção que seja feita, desde que saiamos convencidos de que os esclarecimentos são a realidade dos fatos ocorridos em nosso Estado.

Sinceramente, fique V. Sª muito à vontade. Se não puder esclarecer agora, estaremos aqui até o final desta semana, pois a Comissão foi designada para trabalhar até sexta-feira. Se, porventura, não encerrarmos nossos trabalhos, pediremos prorrogação. Desta forma, haverá tempo para a correção dessas distorções mais que evidentes.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – À guisa de esclarecimentos sobre o relatório que V. Exª tem em mão, quero dizer que isso foi a formulação de um pedido para as autoridades federais, o que não quer dizer que tenha sido executado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Esclareci isso ao Dr. César, Secretário de Agricultura – e é por isso que estou insistindo. S. Sª disse, ao ser indagado se era açude, barragem, poços, "que não podia afirmar que sabia, mas que tudo que havia sido executado estava no relatório". Então, com o relatório e a gravação, estou detalhando o tema com V. Sª para que seja corrigido, já que foi dito. Ao chegarmos lá não teremos tempo de ouvir as fitas – nem é nosso dever. É feita uma degravação cuja cópia me é enviada para, com os devidos esclarecimentos, posteriormente, apresentar o relatório à Comissão a fim de que seja aprovado.

Agora, temos ainda a propaganda de televisão naquela fita. Inclusive, tenho o seu teor em minha bolsa, em que dizia que o Governo do Estado... Quem vê na televisão recebe a informação de que as obras já foram concluídas.

A previsão, conforme explicado pelo Dr. César e pelo relato da fita, é de 5783, por localidade, e Boa Vista com um total de 195 açudes. Há localidades até com 1471. Pela quantidade bate. A previsão bate com o que a fita informa. A distorção desta planilha em relação ao que diz a fita está, individualmente, por localidade. Se V. Sª for verificar, perceberá que não são os mesmos números por município, mas a totalidade, sim, pois ela não faz diferença. Se apresentarmos a fita com a gravação da exposição do Secretário de Agricultura, juntamente com as perguntas que formulamos e por ele confirmadas, incluindo-se o relatório, V. Sª há de convir que ficará um relatório meio distorcido. Não é que eu e o Senador Romero Jucá queiramos enviar este relatório para o TCU. Isso é uma obrigação, seja qual for a Comissão Especial, seja qual for a CPI. O Senado, as comissões mistas ou o Congresso já sabem que todo relatório deve ser encaminhado às autoridades competentes – governadores, prefeitos, o Ministério Público Estadual, o representante da Justiça Federal. Isso já é uma praxe no Senado Federal. Apenas ratificamos ou retificamos algumas coisas, aprovamos, assinamos e entregamos ao setor competente do Senado.

Queremos esclarecer que não queremos perseguir. Não estamos aqui para denunciar o Governador. Se assim fosse, usaríamos a tribuna do Senado, e as autoridades competentes e todos tomariam conhecimento.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Passarei a palavra ao Dr. Carlos, Diretor do DER.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Senadora Marluce Pinto, a tabela e relatório apresentados foi um pedido de formulação de verbas. Aí constam poços e açudes. Os poços serão perfurados para fornecer água potável. Alguns açudes têm 220m3 e outros são pequenas cacimbas de 50m3. Os cacimbões, que são pequenos açudes, possuem um volume de aproximadamente 178m3 de escavação. Assim, eles têm o intuito de conseguir água do lençol, onde esteja mais raso – o que resolverá imediatamente o problema do agricultor –, como poderá também acumular água quando as chuvas começarem.

Quanto ao seu pedido de quantidade, pelo fato de V. Exª não ter estado aqui em janeiro – sei disso porque sou do Estado – tenho a dizer que esse programa começou pelos municípios mais prementes à época – Normandia, Rufino e Alto Alegre. Assim, quando V. Exª lá esteve não havia ainda a mobilização naqueles municípios. É impossível mobilizar-se em todo o Estado, principalmente naquela situação de carência.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, estou satisfeita com as respostas, embora – me desculpem – não as considere convincentes.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de fazer algumas perguntas ao Dr. Carlos. V. Sª é um técnico competente, profissional, de tal forma que sabe que, por exemplo, para construir uma barragem ou um açude será preciso a autorização do CREA. A obra deverá ser registrada. Assim, pergunto a V. Sª se o DER construiu algum açude ou barragem, de janeiro para cá, nesse programa das secas, tirando licença no CREA. Enfim, se construiu, efetivamente, algum açude que possa ser chamado de açude. O Governo anunciou a construção de 5.700 açudes, e ao Governo Federal devem ser prestadas as contas. Assim, pergunto se V. Sª atesta a construção de açudes no interior do Estado.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Nós podemos considerar que cacimba é um buraco de pequenas proporções e um açude seria um reservatório de maiores proporções. As nossas obras de emergência foram chamadas de cacimbões, porque não são cacimba nem açude; seriam cacimbões ou pequenos açudes. Essas obras foram contratadas antes do decreto de emergência e, logicamente, a empresa contratada tem obrigação de registrá-las no CREA.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Senhor cobrou das empresas contratadas o registro desses açudes no CREA?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Isso é praxe normal dentro do DER, mas posso consultar para V. Exª.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria que o Secretário da Comissão convidasse o Presidente do CREA de Roraima para comparecer amanhã à reunião da Comissão.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Todas as obras contratadas pelo DER são passíveis... faz parte do contrato da empresa providenciar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Parece-me que essas obras foram licitadas.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Sim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foram licitadas no histórico como açudes ou como cacimbas?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Como cacimbões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, na verdade, o Governo está vendendo gato por lebre. Não há açude, é importante esclarecermos. Seria como uma propaganda "venha pegar um Vectra" e na verdade pegasse um Fusca. É tudo carro mas é diferente.

Eu gostaria obter uma cópia dos termos de licitação, porque inclusive a propaganda do Governo pode ser acionada no Conar como propaganda enganosa. Pelo que V. Exª está dizendo, não foram construídos 5 mil açudes em Roraima. Talvez tenham sido construídas 5 mil cacimbas. V. Exª sabe que há uma grande diferença entre açude e cacimba na construção, no custo da obra e em todos os procedimentos. Gostaria de falar em custo de obra, já que essa obra não passou pela estrutura de custos da Secretaria de Obras, lugar extremamente apropriado para isso. Não foi definido o custo pela Secretaria de Agricultura, segundo o Dr. Pedro Estevão, Secretário de Agricultura. O custo deve ter sido definido pelo DER. Qual foi o custo de cada cacimba? Houve um custo médio? Como se chegou a esse custo?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Cada obra licitada pelo DER é acompanhada de uma composição de preços, logicamente para o serviço. Como eu não estava preparado para isso, posso encaminhar **a posteriori**.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria que fosse encaminhada a composição de preços e os projetos, até porque vamos verificar o que foi licitado e o que foi efetivamente executado. O senhor fez licitação para algumas obras, parece-me que depois houve dispensa de licitação de algumas outras obras nessa linha de construção das cacimbas.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Depois do Decreto de calamidade pública.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em algum momento, o Governo do Estado procurou o 6º BEC, o Batalhão de Engenharia, que tem equipamento, pessoal, maquinário e poderia fazer essas obras a um custo mais barato, sem necessidade de licitação, pois são do Exército brasileiro? O 6º BEC foi contactado para fazer obras de cacimbas nesse esforço de combater a seca no Estado?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – O 6º BEC só promoveu o apoio na fase crítica do incêndio. Se houve alguma formulação por parte do Governo ao 6º BEC, não tenho ciência. Por contato pessoal que tenho com o Coronel Brandão, do 6º BEC, posso lhe dizer que este não tem o equipamento, qual seja, a retroescavadeira.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O 6º BEC não tem equipamento para fazer açude nem barragem?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não tem equipamento para fazer os pequenos açudes, ou os cacimbões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – E as empresas contratadas tinham o equipamento ou alugaram de Manaus?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não tenho essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quer dizer que o 6º BEC, órgão específico para atuar nessa questão de terraplanagem no Estado de Roraima, que há muitos anos tem um **know-how** impressionante – não era necessário fazer licitação e, sem dúvida nenhuma, teria um preço mais barato – não foi contactado pelo Governo do Estado nem para conversar se poderia ou não fazer cacimba? Não há um documento, uma proposição ou uma reunião oficial sobre isso?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não há um documento, há um contato pessoal meu com o Coronel Brandão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Batalhão de Engenharia de Manaus também não foi contactado?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – O 6º BEC abrange Manaus aqui.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas não houve nenhum contato com Manaus?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não, o 6º BEC? abrange Manaus.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Recebemos algumas denúncias de que essas empresas

que foram contratadas para fazer as cacimbas fizeram os buracos e que, em alguns casos, quando havia uma certa quantidade de buracos cavados, dando água ou não, eles iam embora. Muitas pessoas reclamavam de que não havia sido atingido o lençol freático e a informação dada era a de que o buraco fora feito. Encontrando água ou não, as empresas receberiam o pagamento. O senhor recebeu algum tipo de reclamação? Houve algum tipo de entendimento? Independente de dar água ou não, faziam o buraco e recebiam o dinheiro? Era esse o contrato com o DER?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não tive nenhuma informação a respeito, mesmo porque, no controle dessas obras feito pela Secretaria de Agricultura havia uma declaração do proprietário de que a obra fora feita. Creio que ninguém assinaria sem ter atingido o objetivo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Temos que ver quem assinou. Não chegou ao senhor nenhuma reclamação sobre desbarrancamento dos buracos, qualquer prejuízo causado aos produtores?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ninguém da fiscalização mencionou isso?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não, Senhor.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria que fosse enviada à Comissão cópia da Portaria que designou os técnicos do DER e da Secretaria da Agricultura responsáveis pela fiscalização em cada região, porque eventualmente poderemos convidar esses fiscais para dar informações à Comissão.

Então, no entender do senhor, os buracos foram feitos a contento? O que foi contratado foi pago e atendido? O Governo não tem reclamação quanto à qualidade dos buracos?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Os cacimbões ou pequenos açudes, certo?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Tenho em mão um dicionário, que diz o que é barragem, o que é cacimba e o que é cacimbão. Cacimbão é grande cacimba e cacimba é cova que recolhe a água dos terrenos pantanosos e que tenta atingir o lençol freático, na qual se acumula água como num poço. Parece-me que foi isso que foi construído, pelo pequeno tamanho que tive condição de verificar. Solicitaria ao Senhor que encaminhasse à Comissão o endereço de algum açude, de alguma obra que seja considerada padrão pela execução do DER. Vamos também verificar as áreas de reclamação e fiscalizar o que efetivamente tem de reclamação, que não são poucas. Também gostaríamos de verificar algumas áreas onde o DER considera que a obra foi feita de forma correta.

O senhor não se recorda da metragem da cacimba contratada para ser feita?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – É de oito por quatro por três de profundidade, com rampas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Seriam 96 metros cúbicos?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não, pois há rampas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – As rampas estão dentro ou fora dos 8 metros?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Estão fora dos 8 metros.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Creio que a Senadora Marluce Pinto tem alguma pergunta ainda. Passarei a palavra para ela.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Carlos, eu gostaria de saber se é do seu conhecimento que o Governador do Estado conversou com prefeitos não só do seu grupo político, mas também de outras legendas, sugerindo que a verba destinada às prefeituras fosse repassada para o Governo do Estado para pagar esses cacimbões. Ou, então – não sei por que me veio essa informação –, a própria Prefeitura já pagava a obra.

Sei de uma verba que foi dada pelo Governo do Estado com que já haviam sido executadas 160 cacimbas – que estão apelidando de "buracos" –, e que, individualmente, custaram R$500,00. Então, R$80 mil teriam que ser pagos pelo prefeito.

Gostaria que V. Sª esclarecesse se realmente já houve repasse, porque, numa conversa informal de prefeitos, tivemos o conhecimento da liberação dessas verbas, que, diga-se de passagem, nós, aqui em Brasília, batalhamos, a fim de que viessem urgentemente para as prefeituras. Cada um, individualmente, poderia fazer algo pela sua comunidade, e o Governador já tinha solicitado que essas verbas destinadas às prefeituras fossem repassadas pelo Governo do Estado, para resgate das obras executadas.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Acho que essa informação é improcedente, porque, se tivesse havido esse repasse, ele teria sido feito. Não houve repasse algum nem qualquer pedido quanto a isso. As próprias prefeituras devem estar pagando suas obras.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quero dizer a V. Sª que me antecipei, como disse anteriormente, mas o meu objetivo é não deixar que as autoridades competentes em Brasília, principalmente os Ministérios, tomem conhecimento dos deslizes aqui havidos. V. Sª não tem obrigação de saber se isso ocorreu, mas tenho informação de que sim.

Pode ser até que haja devolução, e ainda está em tempo de o Governador do Estado devolver esse dinheiro. Se, porventura, já houver sido repassado, os prefeitos devem se antecipar, recolher esse dinheiro e procurar empregar essa verba em obras executadas pela prefeitura, porque, caso contrário, eles poderão, no futuro, ter problemas com o Tribunal de Contas da União.

Asseguro-lhe que jamais faria essa pergunta em público se não tivesse certeza absoluta desse fato. E ainda salvei uma prefeitura por ter me antecipado; o dinheiro já ia ser repassado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de perguntar ainda ao Dr. Carlos, porque ele terminou não respondendo, qual foi o valor médio da cacimba e o valor total que o DER gastou na construção delas. E mais, se as cacimbas já foram pagas ou se ainda há dívida do Governo para com essas empresas que as construíram.

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Posso apresentar-lhe um relatório, mas não aqui na comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O senhor não tem informação?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Do valor médio o senhor não se lembra?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Não. São processos em que as empresas entraram com os valores.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Se já foi pago, o senhor também não se recorda?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Alguma coisa já foi paga.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria que o senhor nos mandasse essa informação.

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Gostaria de fazer uma pergunta, já que está sendo tão debatida essa questão das cacimbas, ou miniaçudes, como o senhor chama: Os recursos utilizados foram do Tesouro Estadual, ou uma parte de recursos federais e uma parte de recursos estaduais?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Grande parte dessas obras foi custeada pelo Governo do Estado. A parte relativa ao Governo Federal não abrangeu só esse tipo de obra, mas também, dentro da minha esfera, o fornecimento de óleo diesel, lubrificante, e locação de alguns equipamentos necessários durante a fase crítica do incêndio, porque toda a logística e o fornecimento de diesel para as atividades de combate a incêndio, dos equipamentos, dos caminhões e dos pipas foram feitos através do DER.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Mas, uma parte das obras foi feita com recursos federais?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – Parte dela, sim.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Então, vou lhe fazer uma pergunta. Tinha prometido não entrar na seara estadual, mas como parte dos recursos utilizados para a construção dessas cacimbas eram federais, gostaria de saber do senhor, o que já foi inclusive confirmado por outros depoentes.

Sabemos que o padrão médio das cacimbas era oito por quatro metros, com três metros de profundidade. Não conheço muito bem a região, por isso estou fazendo essa pergunta. Não poderia acontecer de, eventualmente, com a profundidade de três metros, não se chegar ao lençol freático? Ou 100% das cacimbas tiveram eficácia e atingiram o lençol freático aos três metros? E, complementando a pergunta já feita pelo Senador Romero Jucá, houve casos em que, não se atingindo o objetivo, encerrou-se o trabalho, já que o contrato era de se fazer cacimbas com essas proporções, ou seja, oito por quatro metros, com três metros de profundidade, independente de atingir ou não o lençol freático? Surgiram alguns casos de reclamações nesse sentido.

Então, 100% das cacimbas atingiram o lençol freático com 3 metros de profundidade?

O SR. CARLOS EDUARDO LEVITE – O que já falei ao Senador Romero Jucá, volto a repetir. Todas as cacimbas foram feitas para atingir esse objetivo. E como todos os proprietários beneficiados assinaram um documento, não recebi reclamação alguma sobre isso.

Acredito que tenha sido atingido o objetivo, caso contrário, eles não assinariam o documento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O Senador João França, do PPB, quer fazer alguma pergunta? Quer pedir alguma cacimba ou alguma coisa?

O SR. JOÃO FRANÇA – Conheço bastante o que é uma cacimba e o que é um açude ou cacimbão, como chamam aqui.

Para nós, o cacimbão é aquele que se cava a fim de se atingir o lençol freático. Um buraco, como

você chama, é um miniaçude mesmo, não é cacimbão. Conheço bastante.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de agradecer a presença do Dr. Carlos e dizer que a Comissão aguarda com ansiedade os documentos que devem ser remetidos, de licitação e contrato. Vamos pedir o registro do CREA, a relação das construtoras que trabalharam, o preço médio, o valor total, a composição de custo financeiro, o que foi dinheiro federal e o que foi dinheiro estadual, e também os orçamentos básicos que levou em conta essa obra.

Quero agradecer a atenção de V. Exª e dizer que a Comissão está à disposição para qualquer esclarecimento a mais que o senhor queira dar. Muito obrigado.

O SR. CARLOS – Obrigado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Antes de chamar o próximo convidado, gostaria de ler, para que fique registrada nesta comissão, a entrevista concedida hoje pelo Governador do Estado à Rádio Equatorial, com referência à atuação desta Comissão. Lerei exatamente como está, com todos os erros gramaticais.

"Entrevista com o Governador Neudo Campos, na Rádio Equatorial, em 26 de maio de 1998.

Vamos, agora, à entrevista do dia. Estamos com o Governador Neudo Ribeiro Campos, que vai nos falar sobre a avaliação dele nessa comissão do Senado na Assembléia Legislativa, que quer chegar a uma conclusão sobre as queimadas.

– Governador, boa tarde.

– Boa tarde.

– Governador, qual a avaliação que o senhor faz dos trabalhos dessa comissão na Assembléia Legislativa, essa comissão do Senado que quer chegar a uma conclusão sobre as queimadas no Estado?

– Veja bem, vejo com muita surpresa essa Comissão vir se instalar agora. Agora, o fogo apagou; agora, as queimadas são coisas do passado..."

Quer dizer, não deixou seqüelas.

"...agora, estamos com problema, na verdade, de chuvas, pois há bastante chuva aí. Até já tivemos alguns momentos em que a Br 174 ficou interditada. Já tivemos, no mesmo momento, a RR 170 também interditada. E aí me pergunto, e acredito que todo ouvinte, também, da Rádio Equatorial deve estar se perguntando: o que faz essa Comissão, presidida pelo Senador Romero Jucá, cuja esposa é minha adversária política no pleito de 04 de outubro. Há um outro membro que criou a Comissão, que foi a Senadora Marluce Pinto, que também é candidata ao Governo. Quer dizer, eles têm toda uma intenção eleitoral já marcada para o dia 4 de outubro, certo? Qual é a intenção de uma comissão como essa? É o Senador que preside esta Comissão, qual o objetivo disso? Se é o de ajudar, por que não ajudaram antes? Por que não colocaram todos os esforços no sentido de quando o fogo estava queimando aqui? Por que só vêm agora? Qual o objetivo? Procurar o bode expiatório? Imputar todas as culpas do desastre ecológico em cima das costas do Governo do Estado? Fico me perguntando isso. Certamente as pessoas também se perguntam. Aonde querem chegar? Na verdade, acho que existem providências mais importantes a serem tomadas agora. Vou comparecer, vou prestar o meu depoimento em respeito ao Senado Federal. Mas, não vejo nenhuma objetividade nessa Comissão. Para mim, ela só é "armada" com outros objetivos. Não são objetivos necessários; não são as necessidades do povo de Roraima."

Uma nova pergunta:

– "Governador, só para ficar bem claro, qual foi a ajuda que esses dois Senadores deram para Roraima enquanto os colonos, as pessoas que estão no interior do Estado sofriam com a seca e com as queimadas?

Resposta:

– "Nem do Senador Romero Jucá, nunca recebemos uma ajuda. Nada. Nenhuma ação que ajudasse o Governo do Estado. Também nada, absolutamente nada da Senadora Marluce Pinto. Nunca S. Exªs fizeram uma ação durante o episódio tanto da seca, da estiagem quanto no episódio das queimadas, tá certo? Qualquer auxílio que o Governador do Estado viesse a colocar, não sobre recursos federais, para ajudar o povo daqui; nada, absolutamente nada, nenhum dos dois fez."

Meus caros ouvintes, para começo de história, o Governador, naturalmente, não quis entender ou está-se fazendo de desentendido, usando uma rádio para, mais uma vez, enganar o povo de Roraima, como está enganando através da televisão, dizendo que construiu 5.783 açudes. Essa fita é passada a toda hora. Agora, é vez da rádio. Não podíamos vir para cá para apagar o fogo, até porque não somos especialistas nisso. Ouvimos o General, e parte das pessoas que aqui estão ouviram que nem o Exército, o VI BEC, o VII BIS e nem os demais eram especialistas em apagar fogo.

Esta Comissão se formou, porque realmente o Governo do Estado tem recebido recursos. A criação de comissões é praxe quando acontece fatos desse

tipo. Não criei a comissão; poderia até tê-la criado. No dia em que o Senador Romero Jucá apresentou o requerimento, felizmente, eu não estava em Brasília. Estava na Zona da Mata de Pernambuco. Mas, se S. Exª tivesse solicitado que eu subscrevesse o requerimento, o teria feito. Quando foi instalada a Comissão, eu me encontrava em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. Então, nada foi feito como S. Exª quer deixar transparecer.

Agora, infelizmente, gostaria que a Rede Equatorial - mas talvez não o faça – nos desse o mesmo espaço; poderíamos até solicitar isso judicialmente, porque não estamos aqui tratando de assuntos pessoais, mas, sim, estamos acobertados pelo Senado da República, para fiscalizar ocorrências, obras, mesmo não entendendo a diferença entre cacimba, açude, barragem e cacimbões, como o nosso Senador João França colocou. No entanto, se porventura há alguém que não entenda isso, ouvindo o que já foi dito aqui, com certeza chegou à conclusão de que realmente está existindo uma série de falcatruas aqui. Se S. Exª quer ouvir isso, é isso que vai ouvir. O Governador deveria nos tratar como autoridade, com mais respeito. (Palmas)

S. Exª informou que não fizemos nada. O Prefeito de Cantá foi o primeiro a decretar estado de emergência em seu município. Depois de o Prefeito ir a Brasília à procura de recursos, S. Exª decretou estado de emergência; não queria que fosse enviado dinheiro para as prefeituras, porque não gosta de dividir.

Embora a Presidente do Programa Comunidade Solidária tenha falado aqui a respeito da participação dos prefeitos, sabemos que não existem obras conjuntas de prefeituras do interior com o Estado. O que existe aqui são trabalhos isolados. Cabe a S. Exª resolver o que fazer. Mas S. Exª quer falar à opinião pública por meio da rádio. Se não fizermos uma declaração nas rádios, se as rádios não nos derem essa oportunidade, vamos usar a tribuna do Senado e ainda colocar uma nota nos nossos jornais, para que escutem o programa Voz do Brasil. Não gosto de fazer isso; nunca usei a tribuna para denegrir a imagem de ninguém ou mesmo para relatar a realidade dos fatos. Até mesmo mostrar as coisas erradas daqui no plenário do Senado não funciona. Temos que fazer isso aqui.

Mas respeito é bom, e todo brasileiro deveria saber respeitar, até mesmo se não viéssemos aqui como autoridades. Até mesmo se fôssemos o mortal mais pobre e sem nenhum cargo na terra, deveríamos ser respeitados. Mas S. Exª não respeita o pobre e pensa que está enganando o povo. O povo do interior vem para a Capital.

Ainda ontem, vários colonos, que vêm do Paredão da Nova Esperança e de todos os lugares para a feira e assistem à televisão, perguntavam: "Onde estão os buracos do Alto Alegre? Aquele homem disse que fez muitos buracos em Alto Alegre e os mostrou pela televisão. Onde estão esses buracos? Eles não foram feitos aqui, em Alto Alegre".

Não adianta querer tapar o sol com a peneira e denegrir a nossa imagem. Realmente, o Governador mostra uma fantasia pela televisão. De fato, hoje existe o Estado de Roraima e o "Estado fantasia", mostrado nas propagandas de televisão.

Se o povo não fosse inteligente, S. Exª não seria tão mal recebido onde chega. Essa é a realidade. Mas não vamos aceitar isso. O Governador fique certo disso! Fomos tão elegantes para com S. Exª, que, em Brasília, o Senador Romero Jucá e eu combinamos que, já que o Governador era a maior autoridade do nosso Estado, daríamos uma oportunidade de S. Exª escolher o local e a hora em que gostaria de prestar os esclarecimentos. Poderíamos muito bem tê-lo chamado para cá. Os Governadores de Estado, quando são convidados por uma Comissão do Senado, vão à nossa Comissão. Isso não é um desmérito, ainda mais que a Comissão está sendo realizada na Casa do povo.

Se S. Exª fosse um Governador do meu Partido, eu até o teria convidado a vir aqui. As pessoas, quando não temem, não se escondem. Mas eu tinha certeza de que não viria. Agora poderá até vir, porque estamos dizendo isso; deverá mandar uma galera grande vir até aqui amanhã para nos vaiar. (Palmas)

S. Exª não aceita isso. Quem quiser pode falar. Vou tratar de algo que eu, o Deputado Alceste, que estava comigo, e alguns Vereadores de Mucajaí ouvimos. Saí daqui para Mucajaí. O Alceste chegou depois. De carro, com mais duas pessoas, fui para a casa de um vereador. Depois, juntou tanta gente, que, segundo as informações, havia mais de 300 pessoas.

Estávamos na casa do Zelino e, quando saí para pegar o carro, o senhor da mercearia em frente chamou-me e disse-me: "Senadora, a senhora é forte mesmo. Chegou aqui sem ninguém esperar e sem fazer barulho. Este povo todo veio para vê-la quando soube que a senhora tinha chegado." Isso aconteceu numa segunda-feira.

Durante dois dias, no final de semana, o serviço de som rodou pela cidade de Mucajaí, dizendo

que o Governador iria inaugurar uma escola. O helicóptero ficou rodando pela cidade, para dizer que o homem estava chegado. E só juntou gente, porque levaram pessoas de Boa Vista e a diretora da escola obrigou as crianças a irem. Porque, gente de Mucajaí eu não contei 30!

Então, vamos ter respeito pelas pessoas! Não estamos aqui para sermos desclassificados! E se S. Exª pensar que, com isso, vai levar à consciência do povo que somos Senadores relapsos, digo que o povo de Roraima sabe muito bem quem fez pelo Estado.

Sei que uns poucos, uns mínimos, dizem: "Já fizemos muito. Já foi três vezes eleita, agora tem que deixar a vez do povo". Fui três vezes eleita porque tive a coragem, quando o meu marido veio para cá como militar, por quatro anos, de andar sob o sol e a chuva – eu não dormia com ar condicionado e nem andava de avião, mas de jipe -, trabalhando sem receber nada! Nunca recebi um centavo. E desafio alguém, durante as duas administrações de Ottomar, a encontrar ao menos passagem minha andando às custas do Governo do Estado. Nunca usei este Estado em benefício próprio, muito pelo contrário. Mas quero que S. Exª diga o contrário.

E tem mais, ainda: tudo que tenho, todo meu patrimônio é declarado no Imposto de Renda e não no nome de faixas-pretas. Hoje, S. Exª tem tudo no nome de a, b ou c, para poder fazer o carnaval que está fazendo.

Pois que, amanhã, S. Exª venha com a sua galera, que vai ouvir muito mais, para ficar registrado aqui! (Palmas e gritos)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Antes de passar a palavra para o Senador Sebastião Rocha, gostaria de comunicar ao Secretário da Comissão que prepare o ofício solicitando o direito de resposta, pelo mesmo período de tempo, na Rádio Equatorial, a fim de que a Comissão, amanhã, no mesmo horário de almoço, possa-se manifestar e restabelecer a verdade, dizendo quais são os objetivos reais desta Comissão e, mais do que isso, qual o trabalho deste Plenário, que contou e conta com técnicos, com Secretários de Estado, com Deputados Estaduais, portanto, com pessoas de respeito, todas querendo o bem comum e querendo melhorar a situação do Estado. (Palmas)

Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Muito bem, em respeito aos convidados e a todos que têm comparecido a este recinto, gostaria de dizer que não participei de qualquer espécie de conchavo para vir a Roraima e tentar atingir a imagem do Governador e de sua equipe de Governo.

De fato, fui designado pelo Presidente do Senado, como o foram também outros Senadores que aqui não compareceram, não sei se já foi mencionado, para não parecer que esse grupo foi formado com o objetivo único de vir provocar qualquer situação constrangedora para o Governador do Estado. E vou dizer isso para o Governador se tivermos a oportunidade de ouvi-lo na Comissão.

Aqui deveriam estar os Senadores Romero Jucá, presente; José Bianco, que é de Rondônia e não pôde vir; Marluce Pinto, presente; Nabor Júnior, que é do Acre e também não pôde vir; Jefferson Péres, do Amazonas; João França, que é daqui, e eu. Então, não houve qualquer predisposição.

É claro que, num momento eleitoral como este, é possível que aconteçam casos e fatos, como os ocorridos aqui, de se politizar a discussão. E penso que isso aconteceu em ambos os lados, quando dos debates. Essa politização acaba acontecendo naturalmente, mas não é de responsabilidade do Senado.

Acredito que o Governador foi infeliz apenas no contexto de tentar atingir a credibilidade de uma Comissão que foi oficializada pela Mesa do Senado da República. Quanto às questões particulares do Governador com os Senadores do Estado, como já disse, estou me mantendo isento nessas questões; não vou de forma alguma entrar nesse nível de discussão. Mas também entendo que é importante o Governador e sua equipe terem cuidado para não macular a imagem do Senado, dizendo que a Comissão que veio aqui com o objetivo apenas de denegrir a imagem do Governador, o que não é verdade. Esta fita, ou pelo menos o relatório, será de conhecimento do Presidente do Senado, da Mesa Diretora, provavelmente do Plenário. E, claro, se houver algum excesso também dos Senadores aqui presentes, tenho certeza de que isso não terá o apoio do Presidente do Senado nem da sua Mesa Diretora, porque o Senado trata essas questões enquanto instituição e não particularizando ou partidarizando ou politizando a discussão.

Não é este o objetivo da Comissão e esses fatos entendo que todos devem relevar em função de um momento político-eleitoral que se vive, mas de forma alguma se pode manchar, se pode atingir a respeitabilidade do Senado ao designar uma Comissão com os objetivos aqui apresentado de acordo com os trabalhos que vem desenvolvendo.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Antes de convidar o Dr. Francisco de Sá Cavalcante, lembro que faz parte da Mesa e dessas discussões o Senador João França, do PPB, Partido do Governador, e seu aliado político e que pode usar da palavra a qualquer momento que queira.

Convido o Dr. Francisco de Sá Cavalcante, Superintendente da Polícia Federal, a quem agradeço a presença.

O SR. FRANCISCO DE SÁ CAVALCANTE – Exmº Sr. Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão Especial do Senado Federal que acompanha as investigações sobre as queimadas em Roraima, Exmª Srª Senadora Marluce Pinto, Exmº Sr. Senador Sebastião Rocha, Exmº Senador João França, Srs. Deputados, demais autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, na qualidade de Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal neste Estado, fui convidado por S. Exª, o Senador Romero Jucá, a expor a V. Exªs o atual delineamento do Inquérito Policial Federal nº033/98, que apura causas sobre os incêndios ocorridos neste ano.

Inicialmente, é importante que V. Exªs me permitam fazer um breve relato para que possam se situar e eu possa lhes fazer entender sobre o nascimento deste apuratório.

Em virtude de notícias veiculadas por meio da imprensa local e nacional, o Ministério Público Federal, por meio de ofício, em 30 de março último, requisitou a instauração do competente inquérito policial para apurar a possível prática de incêndios que estariam sendo provocados por fazendeiros assentados pelo Incra. Esta é, então, sem a conotação de alguns mistérios veiculados pela imprensa, a espoleta que deflagrou o nascimento do presente Inquérito Policial.

Para uma amplitude de entendimentos dos passos, gostaria de expor, brevemente, uma cronologia dos nossos procedimentos:

No dia 31 de março, foi recebido o ofício do Ministério Público Federal de Roraima; no dia 1º de abril, foi instaurado o Inquérito Policial nº 033/98. Por coincidência, nesta data, o inquérito completa apenas trinta dias úteis. E como bem sabem V. Exªs, já habituados a enfrentar os entraves burocráticos, trinta dias úteis é um tempo ainda primário para a satisfatória obtenção da verdade.

Dentro deste lapso temporal reduzido, permitam-me discorrer sobre os nossos procedimentos, as dificuldades encontradas, bem como tecer comentários sobre a nossa linha de investigação.

Fundamentava-se a requisição do Ministério Público Federal em notícias jornalísticas, como já disse, veiculadas na imprensa local e nacional, cogitando que incêndios teriam sido provocados por fazendeiros assentados pelo INCRA, tema que definiu o que requisitava ser apurado. Surgiu, aí, a necessidade de, primeiramente, definir o que era queimada e o que era incêndio. Assim, para definir o fenômeno, traçamos as investigações em três fases bem distintas, que precisamos explicar cada uma delas para um posicionamento adequado de V. Exªs com a nossa realidade.

Primeira fase: oficiamos a todos os órgãos federais e estaduais que, direta ou indiretamente, pudessem nos delimitar e proporcionar um exato levantamento dos locais das possíveis incidências do crime, bem como para que nos auxiliassem a entender o que era, com precisão, o fenômeno que estava sendo investigado.

Resultado: infelizmente, nem todos os órgãos ainda tiveram oportunidade de imprimir suas respostas, que são importantes, haja vista que cada um é técnico e específico naquilo que executam.

Tivemos uma imensa colaboração do Exército, através da Primeira Brigada de Infantaria de Selva, que, tendo coordenado os trabalhos no teatro de operações, nos emprestou dados e coordenadas geográficas. No entanto, de forma meritória para aquele momento, apenas se concentraram no empenho no combate ao fogo para debelar o inimigo do momento.

Temos relatórios e informações, mas a ausência de alguns dados oficiais são vitais, portanto, continuamos na expectativa de, breve, recebê-los.

Segunda fase: precisávamos descobrir exatamente quais as áreas atingidas pelo fogo e, dentre estas, quais as que faziam parte de assentamentos do Incra. Assim, estaríamos fechando mais o cerco do raciocínio, definindo áreas de interesse da investigação, sobre as quais falarei mais adiante. Obtivemos informações do Incra de que relatórios técnicos seriam elaborados por uma comissão especial, diretamente enviada por Brasília, para mapear as conseqüências das queimadas envolvendo assentados por aquela instituição. Também nos foi fornecida toda uma relação nominal com mais de sete mil beneficiados do Procera(*), nos últimos quatro anos, porém sem as localizações.

Finalmente, na terceira fase, definidas as áreas de interesse requisitadas pelo Ministério Público Federal, fecharíamos um mapeamento das áreas definidas como assentamentos do Incra e, em meio a

essas, daquelas com financiamentos subsidiados pelo Governo Federal. Dessa forma, seria possível apurar se houve ou não o cometimento do ilícito penal por parte de algum fazendeiro assentado ou de qualquer outro envolvido. O Basa, por exemplo, de forma bastante cortês, informou-nos a respeito de 1390 operações que chamou de localidades genuinamente em projeto de assentamentos oficiais, além de 386 operações de médio e grande porte. No entanto, como encontramos o entrave do sigilo bancário em nosso caminho, precisamos percorrer os meandros preceituados pela lei. Assim, entre o momento da linha de ação a ser tomada com a definição do fenômeno, como a primeira fase que narrei, até se chegar a alguma responsabilidade que venha a ser imputada, existe um caminho de dificuldades burocráticas que precisam ser respeitadas em seu aspecto técnico. Portanto, temos que ser polícia e sociedade nesses trinta dias úteis de trabalho desenvolvido.

Seria muito fácil, mas seria desumano, após periciar uma área queimada, fazer um laudo técnico pericial e simplesmente concluir que um aceiro foi malfeito, imputando negligência, imprudência ou imperícia a um lavrador, que responderia a um processo e estaria sujeito a uma pena. Esse inquérito não deve ser um procedimento penal comum, mas um apuratório que deve ter uma visão social e geopolítica do nosso Estado.

A letra fria e imparcial da lei definiu, no Código Penal Brasileiro, ao tratar dos crimes contra a incolumidade pública, no seu art. 250, sobre incêndio, que a pena pode ser de reclusão de três a seis anos e multa. A pena ainda pode ser aumentada em um terço, ou seja, passar para quatro a oito anos de reclusão, caso seja comprovado o cometimento do ilícito com o intuito de obter vantagem pecuniária. Isso poderia ocorrer se ficasse comprovado que um assentado do Incra, com financiamento subsidiado pelo Governo Federal, tenha ateado fogo propositalmente com tal finalidade. Ainda assim poderia se levantar a dúvida de o fogo ter se alastrado tendo em vista as queimadas que fazem parte da cultura agrícola rudimentar. Mas o legislador penal também julgou agravante o ateamento de fogo em lavoura, pastagem, mato ou floresta, apenas contemplando a culpa, ou seja, o crime culposo por negligência, imprudência ou imperícia, não como excludente de culpabilidade, mas com a redução da pena para detenção de seis meses a dois anos.

A Lei de Crimes Ambientais, a de nº 9.605, define como pena de reclusão de 2 a 4 anos quem provoca incêndio em mata ou floresta, tendo vetado o art. 47 por entender o risco de iminente justiça ao tratar sobre a precaução necessária para o ateamento de fogo a borda de florestas ou matas. Então, ao falar do interesse da União em investigar sobre as possíveis lesões financeiras decorrentes da insolvência proposital, estamos tratando apenas de uma simples inadimplência de obrigação contratual, mas de uma possível ilicitude sob falsa alegação e ardis que envolvem e comprometem bens como o patrimônio e a liberdade.

Só para reforçar o pensamento jurídico de V. Exª, quero lembrar que o Código de Processo Penal, em seu art.173, diz no caso de incêndio:

Verificadas por peritos as causas e o lugar em que houver começado o perigo que dele tiver resultado para a vida ou patrimônio alheio, a extensão do dano e o seu valor e as demais circunstâncias que interessam à elucidação do fato. No entanto, o Departamento de Polícia Federal trabalha, acima de tudo, com provas e evidências não sendo levianos em suas conclusões. Assim, não bastam o mero exame perfunctório das áreas atingidas ou das documentações apresentadas. É preciso ir às causas, às origens para se apurar se houve falha humana ou caso fortuito para daí abrir caminho para a averiguação de incendiação criminosa para finalmente poder se precisar uma autoria ou autorias, como no caso em tela, suspeitas possam recair sobre várias pessoas e estas precisam ter suas responsabilidades apuradas.

Assim, Srs. Senadores, Srs. Deputados, a morosidade burocrática nos obstaculiza intemporariamente, mas não nos impede de seguirmos em frente no nosso mister institucional onde todos podem ter a máxima certeza do nosso empenho e do compromisso da Polícia Federal com a verdade e com Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra a nobre Relatora da Comissão, Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Francisco Cavalcante, agradecemos a presença de V. Sª na nossa Comissão, ouvimos atentamente o seu relato, porque havia suspeitas de que o incêndio fosse provocado. Mas realmente pela explanação feita por V. Sª foi comprovado.

O SR. FRANCISCO CAVALCANTE – Até o momento, não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Admito, Dr. Francisco Cavalcante, que em nenhum momento,

talvez, a Polícia Federal não vá chegar à conclusão realmente de que tenha sido um incêndio provocado.

Ao longo de vários debates já ocorridos no dia de hoje, sabemos que essas queimadas ocorrem anualmente. Só que este ano está sendo diferente, em decorrência da mudança da temperatura, ao invés de as queimadas ficarem apenas nos hectares necessários para que depois o produtor venha fazer o seu replantio. O El Niño, como todos sabemos, mudou completamente a temperatura, os ventos fortes – e exatamente as queimadas ocorreram na época de seca – e se alastraram, chegando a atingir até a mata. Mas temos consciência de que o produtor, principalmente o produtor rural na região Amazônica, tem necessidade de fazer suas queimadas. É por isso que esta Comissão está aqui não só para fiscalizar o destino das verbas liberadas em decorrência da situação, como também para que se levem alternativas ao Governo Federal de como se pode proceder.

Hoje, já está sendo considerada por parte não só do Ministério da Agricultura, como também da Secretaria Nacional de Assistência Social, em Brasília, a concessão de tratores para pequenas localidades da zona rural, exatamente para que o pequeno produtor, ou através de associações, ou de um grupo de pessoas, estando à frente os prefeitos do interior, possa ter o maquinário para que o homem chegue a desmatar sem precisar queimar, porque é um trabalho muito mais rápido e não vamos correr os sérios riscos que corremos este ano.

Fico gratificada com a sua exposição de motivos porque realmente foi ventilado. Lá, em Brasília, quantas e quantas autoridades, e até mesmo independentes dos membros do Senado da República e até da Câmara dos Deputados, perguntavam se havia sido queimada a nossa floresta pelo produtor achar que as dívidas iam ser perdoadas. Mas não existiu nada disso. O produtor rural não tem esse tipo de preocupação. Jamais ele iria incendiar uma floresta, pensando em se ver livre das dívidas.

Porque sabemos que para tudo há um jeito. Sempre ocorre de haver não o perdão da dívida, mas um parcelamento por parte das instituições financeiras. E quando há o parcelamento, como nós tivemos a presença da Presidente do BASA, Drª Flora, na nossa Comissão de Assuntos Sociais, no Senado, quando nos falou que já estava autorizado pelo Ministério do Planejamento fazer todo o levantamento para que fosse dado um período de carência não só aos produtores de Roraima. Isso será feito em toda a região amazônica. Ela vai mandar os técnicos para todos os Estados da Amazônia para que seja feito esse levantamento, a fim de que, depois de concluir, possivelmente, uma carência de três anos com quinze ou dezessete anos para pagar.

E agora que ouvimos a sua exposição de motivos com muita seriedade, com muito equilíbrio, temos conhecimento das providências já tomadas e ficamos satisfeitos deste registro ser feito hoje através desta Comissão para que, através do Senado da República, todos se conscientizem de que realmente foi uma catástrofe e não um acidente provocado.

Sinceramente, Dr. Francisco Cavalcante, estou tão satisfeita com a sua exposição que não tenho perguntas a elaborar, a não ser que V. Sª ainda queira complementar novos dados. Estou bastante satisfeita e ficamos à disposição de V. Sª para dirimir quaisquer dúvidas depois da conclusão do nosso relatório. E, se porventura, até antes de agosto venha a colher novas informações, solicitamos que sejam encaminhadas ao Senado, através desta Comissão, para o Presidente, Senador Romero Jucá, a fim de que possa constar todos os dados da Polícia Federal local no nosso relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Também estou satisfeito com a explanação.

Acho que as colocações do representante da Polícia Federal só reforçam a posição que temos defendido de que os agricultores não são responsáveis pelo incêndio. Na verdade, tudo foi um acidente, uma falta de previsão, ou melhor, uma falta de preparação para o enfrentamento de um momento difícil que era a seca no Estado. Quero, em nome de toda a Comissão, agradecer ao Dr. Francisco pela sua colaboração e pedir que assim que inquérito seja concluído, seja remetida uma cópia para esta Comissão, no Senado Federal, a fim de servir de subsídio para o relatório que será proferido pela Senadora Marluce Pinto.

Gostaria de convidar Dr. Walter Nicanor Blois, Superintendente da Funai, para fazer suas colocações e responder algumas questões que porventura venham a existir.

Com a palavra Dr. Walter Nicanor Blois.

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Boa noite. Cumprimento o Presidente da Comissão e demais Senadores que nos convidaram para prestar informações sobre o incêndio nas terras indígenas do Estado.

Em primeiro lugar, informo que praticamente todas as 32 terras indígenas do Estado de Roraima tiveram incêndios, sendo os maiores focos na terra

dos Ianomâmis, na terra de São Marcos, na dos Taurepáng e na dos Macuxi Fomos informados pela Vice-Presidente do Sindicato dos Agricultores de Mucajaí, no início de março, que havia um incêndio preocupante próximo à área Ianomâmi.

Sobrevoamos a região, mas devido à fumaça não se pôde ver muita coisa. Enviamos, então, uma equipe técnica por terra, que checou que realmente o fogo havia atingido a de 2 a 3% da terra ianomâmi; na terra de São Marcos a parte atingida foi de mais ou menos 1%, mas o foco maior foi ao noroeste da terra de São Marcos, na região de mata, de selva.

Logo após sabermos desses incêndios, informamos ao Presidente e ao General Carvalho, responsável pela comissão que luta para apagar os incêndios, e continuamos o monitoramento de toda a área. Os prejuízos maiores, no entanto, não foram os incêndios, mas as estiagens, a seca no Estado, nas áreas indígenas, principalmente na terra dos Ianomâmis, que resultou na fuga de animais e grande e pequeno porte, a queima de árvores frutíferas. Hoje, os Ianomâmis estão sofrendo com esse problema. Na área de São Marcos também houve a queima de algumas roças, da área de farinha, mas eles estão conseguindo restabelecer o que foi queimado. A Funai, por sua vez, procurou levar alimentos e medicamentos às tribos indígenas, inclusive com uma ajuda que veio da Alemanha, e ainda está fornecendo sementes às comunidades indígenas.

Portanto, as conseqüências do incêndio, no caso dos Ianomâmis, foi a fuga de animais e a queima de árvores frutíferas; na região de São Marcos, foi a queima das roças. O restante foi mais a seca.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Enquanto a Relatora, Senadora Marluce Pinto, não chega, vou fazer diretamente as perguntas. Em primeiro lugar, gostaria de saber como é que está sendo o atendimento aos índios Ianomâmis, já que é mais difícil pela condição de aculturamento dos índios. Está havendo dificuldades, surto de doenças, enfim, qual é o quadro, hoje, nessas áreas dos índios mais arredios?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS - Na área dos Ianomâmis, temos problemas de malária, mas já estão sendo tomadas providências através da Fundação Nacional de Saúde e da Funai elaboraram um projeto de atendimento mais rigoroso nos postos indígenas que está tendo resultados. Na semana passada, o Coordenador da Fundação Social de Saúde entregou o primeiro relatório.

Com relação à alimentação, algumas comunidades indígenas têm dificuldade em obter alimentos. As caças fugiram; os igarapés secaram; há pouco peixe; as roças, devido à estiagem, foram queimadas. Estamos tentando encontrar uma forma de atender aos Ianomâmis – na região do Ajanari , Baixo do Itajaí e Catrimani – , tendo em vista o histórico de que os Ianomâmis, na época em que havia garimpeiros na região, deixaram de fazer roça, de fabricar. Mas a situação não é crítica; eles continuam alimentando-se normalmente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Quanto aos índios mais aculturados, gostaria de saber como é a questão de alimentos. A Funai está distribuindo cestas? O Governo do Estado está distribuindo cestas? Se estiver, o Governo conta com a participação da Funai? Como está sendo feito o encaminhamento da questão da alimentação das outras comunidades indígenas?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS- A Funai, na semana passada, no sábado, concluiu a entrega de cestas da Conab, dando atendimento a todas as comunidades indígenas do lavrado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quantas cestas foram?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – No momento, não recordo. Foram 3.500 cestas. O Conselho Indígena de Roraima também tem distribuído cestas básicas; o Governo do Estado também tem distribuído cestas básicas, por meio da Defesa Civil.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A distribuição de cestas do Governo do Estado tem contado com a participação da Funai?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – O Capitão Cleber esteve conosco solicitando informações das comunidades indígenas: número de comunidades e a população somente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quanto à estiagem, há a mensuração da perda de gado em áreas indígenas? Houve morte de gado?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS - Houve poucas perdas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Como está a situação de abastecimento de água hoje nas comunidades indígenas? Gostaria de registrar que, apesar de o Governador não reconhecer, assinamos um Convênio com a Comunidade Nacional de Saúde para colocar água em 42 comunidades indígenas. Mas gostaria de saber como está o quadro hoje de abastecimento de água nessas comunidades?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS - Realmente, foram construídos poços, cacimbas, pelo Governo do Estado. Mas houve muitas reclamações das comu-

nidades indígenas, principalmente do Baixo Coutingo, sobre muitos desses poços de 4 por 8 por 3.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - As cacimbas também foram colocadas em área indígena?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Também foram colocadas em área indígena; nada há de oficial.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Em programação com a Funai?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS - Nada, nada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quer dizer, a Funai foi relegada?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) -.Trouxe para a área indígena, e se fez onde se queria fazer?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Fomos informados pelas lideranças indígenas. As reclamações que surgiram é que muitos dos poços desmoronaram e que, em determinadas situações, cavavam três metros e que, encontrando água ou não, mudavam para outros locais.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Infelizmente, vieram reclamações por todo o Estado, mas o Diretor do DER, por intermédio da seu sistema de fiscalização, não recebeu essas informações.

V.Sª está confirmando agora as informações que recebemos de que há desmonoramento e que em muitas cacimbas não foi encontrada água mas mesmo assim parou-se o serviço. V. Sª tem o levantamento das áreas em que há reclamação. Poderia ser encaminhado o levantamento das áreas afetadas por desmonoramento?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Principalmente a região do Baixo Cotingo. As maiores reclamações foram de lá. Hoje, a situação é que, mesmo com as chuvas, a água está causando diarréia . nos índios. Estão sendo colocados filtros; portanto, há um certo controle. Na região de Vista Alegre, onde há um olho d'água, um igarapé e um rio; foi feito um estudo pela Fundação Nacional de Saúde e, de acordo com o resultado dos exames, a água é totalmente imbebível.

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Está comprometida?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Walter Nicanor, infelizmente, não ouvi sua exposição, pois tive necessidade de retirar-me por poucos instantes, mas, pelas perguntas elaboradas pelo Senador Romero Jucá e as respostas de V. Sª, pude entender um pouco da sua exposição. Se eu porventura perguntar algo que não seja do seu conhecimento, perdoe-me. Gostaria de saber se, além das regiões do Baixo Cotingo e da Vista Alegre – e Vista Alegre, ao que me parece, é município de Boa Vista – V.Sª tem conhecimento de outras regiões ou outras localidades indígenas onde tenha sido realizado esse tipo de trabalho – mesmo em se tratando de buracos de apenas três metros de profundidade?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS - Não tínhamos nada oficial, por parte do Governo do Estado, nas obras. Recebemos informações na região de São Marcos – no caminho para Pacaraima, e...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – São Marcos, aqui em Boa Vista?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Não. Pacaraima, município de Pacaraima e a região do Baixo Cotingo – que, creio, pertence à Normandia. Na região de Alto Alegre, algumas comunidades nos deram informações. Foi o que obtivemos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Na região lá de cima, do Iramutã, onde há várias comunidades indígenas, V.Sª tomou conhecimento se alguma providência foi tomada? Refiro-me àquelas localidades que se encontram ao descer o Água Fria, pegando a sede do Iramutã, indo até lá em cima, no Puxafaque, Igarapé Azul?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – V. Exª pergunta sobre construção de poços?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sim, poços, porque a seca foi geral, não foi?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Nem todas as comunidades foram beneficiadas por poços.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando o senhor responde às nossas perguntas, sempre começa assim: "fomos informados". O senhor não tem certeza se realmente foram feitas as obras? Baseia-se em meras informações ou tem convicção de que foram feitas?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Nas regiões do Baixo Cotingo e São Marcos, temos certeza de que foram feitas, porque as lideranças nos informaram. Sobre a região a que V. Exª se referiu, ou seja, o município de Iramutã, não recebemos informações oficiais das comunidades. Soubemos por outras pessoas, outros índios sobre a construção dos poços; portanto, não temos certeza.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Segundo as informações que V.Sª obteve, esses poços suprem as necessidades das comunidades indígenas?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS - Não. Principalmente na região do Baixo Cotingo, houve muitas reclamações, pois, em alguns casos, não encontraram água e, em outros casos, não continuavam a cavar após encontrar aquele espelho d'água, espelho esse que sumia com a continuação da seca. .

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vista Alegre fica muito próximo. E ali são várias comunidades indígenas – parece-me que 17. Sendo elas tão próximas umas das outras, o senhor visitou alguma comunidade antes ou depois?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Não. O chefe de posto nos trazia informações. Durante as queimadas, como os focos maiores estavam em São Marcos e na área Ianomâmi, nós nos limitamos a visitar essas áreas. Mas recebemos informações dos chefes de postos sobre as outras áreas indígenas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Tomamos conhecimento de que em muitas e muitas localidades interioranas houve, por assim dizer, quase que uma espécie de epidemia de disenteria. O senhor teve alguma informação se isso ocorreu nas comunidades indígenas em decorrência da água que eles vinham ingerindo?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS - Sim. A nossa Chefe de Saúde, que se aposentou na semana passada, sempre manteve relações com a Fundação Nacional de Saúde, com o Governo do Estado e a Secretaria de Saúde. E como existe um núcleo institucional de saúde indígena, onde todas as informações são enviadas, chegou-nos a informação de que nas comunidades indígenas também houve essa epidemia.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E além da ação de construção de cacimbas, houve alguma outra ação, por parte do Governo do Estado, de assistência ao índio em decorrência dessa não-produção, já que eles vivem muito da produção, principalmente do plantio da mandioca para fazerem farinha, etc.? É do seu conhecimento alguma ação assistencial por parte das autoridades?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Das autoridades estaduais ou federais?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Estaduais, mesmo sendo benefícios que vieram do Governo Federal, como, no caso, as cestas básicas – já que houve distribuição de cestas básicas remetidas pelo Programa Comunidade Solidária e, segundo as informações obtidas hoje pela manhã, também do Governo do Estado, que distribuiu 24 mil cestas básicas, principalmente nas comunidades indígenas. V. Sª tem conhecimento dessa distribuição nas malocas?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Sim. Nós também estávamos entregando alimentos da Conab e houve situação como a ocorrida na Boca da Mata.

A SRA. MARLUCE PINTO Na região da Boca da Mata...

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Na região Boca da Mata, Município de Pacará. E já havia sido distribuído pelo Governo do Estado e pelo Conselho Indígena de Roraima. Chegou, também, do Rancho das Três, do Governo do Estado, do SIR e da Funai, havendo até um excesso de alimentos. Soubemos então, através dos próprios índios, da distribuição de alimentos e sementes por parte do Governo do Estado, além da construção dos postos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O senhor fala em excesso de alimentos. Constatou-se, então, que os índios já estavam tão bem alimentados com a distribuição das cestas e que já estava até havendo excedentes nos recebimentos?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Não bem alimentados, mas o que foi distribuído pelo Conselho Indígena ou pela Funai foi em quantidade maior ao que seria necessário para se atender a todas as comunidades. Isso porque, no nosso entendimento, os alimentos poderiam ter os seus prazos vencidos caso ficassem estocados nos depósitos. Portanto, penso que a coisa foi desmedida. O que deveria ter sido feito era ter entregado em outro mês para que houvesse um certo equilíbrio.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Valter, é do seu conhecimento se essas cestas básicas vão ficar chegando periodicamente para as comunidades indígenas?

O SR WALTER NICANOR BLOIS - Por parte da Funai, solicitei a alimentação para um período de três meses, num só montante, não permanecendo a entrega de alimentos, pois acreditamos que com dois ou três meses já seria possível ter-se uma certa produção, tendo em vista a entrega de sementes e ferramentas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – As ferramentas já foram distribuídas?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Não. Terminamos a licitação sexta-feira passada. Estamos adquirindo-as para poder entregá-las?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E eles já plantaram antes das chuvas?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Alguns já estão plantando com as ferramentas que têm.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E as lagartas que estão assolando no Estado já chegaram às comunidades indígenas?

O SR. WALTER NICANOR BLOIS – Chegaram às comunidades indígenas...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Desculpe a minha, não digo intromissão, mas, pelo menos, acho que V. Sª já poderia entrar em contato com a Funai, em Brasília, porque esses três meses que foram previstos, naturalmente, não vão acontecer. Se não houvesse esse problema da lagarta, que ainda existe, eles poderiam colher, mas, segundo as informações, isso não vai acontecer. Como aqui é muito distante, para que não haja descontinuidade nessa assistência por parte da Funai, seria preferível que já se fizesse um relatório. Se V. Sª assim o desejar, mande-nos uma cópia para podermos acompanhar em Brasília, como parlamentares, a liberação ou dos recursos, ou do material.

Estou satisfeita com as suas respostas. Não tenho mais nada a perguntar.

Retorno a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Walter Blois, Superintendente da Funai, e solicitar-lhe o encaminhamento dos documentos que achar pertinentes a essa questão, inclusive do levantamento das denúncias, tanto de desbarrancamento, quanto da questão do não atingimento da água do lençol freático dos poços, e, também, da programação e distribuição de cestas básicas, enfim, como está sendo feito o atendimento tanto na área yanomâmi, quanto na área do lavrado.

Eu gostaria de agradecer a presença de V. Sª.

Gostaria de chamar, agora, o Dr. Ademir dos Santos, Superintendente do Ibama.

Eu gostaria de agradecer a presença do Dr. Ademir do Santos, Superintendente do Ibama e dizer que a palavra está a sua disposição, se desejar fazer um breve intróito. Em seguida, iremos às perguntas.

O SR. ADEMIR DOS SANTOS - Exmº Sr. Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão, em nome do qual eu saúdo os demais Srs. Senadores, para entendermos as queimadas, no nosso Estado, temos que fazer uma análise socioeconômica não só da nossa população, mas da população da Amazônia. A nossa população é carente de infra-estrutura básica para que possa dispor de uma vida digna. Não há emprego nos grandes centros.

A população que está migrando para Roraima é bastante acentuada. A pessoa chega aqui, não tem onde trabalhar e é assentada nesses lotes pelo Incra, de acordo com a política governamental de assentamento dos sem-terra, e pelo Interaima(?), do Governo Estadual, que também tem uma política de assentamentos em várias colônias que está criando. De forma que a maior ameaça à proteção ambiental é a pobreza da população.

Essas pessoas são carentes e, não tendo alternativa no mercado de trabalho, terão que viver da natureza, do extrativismo vegetal, mineral ou animal. Daí, há casos como o da área yanomâmi, onde há ocorrência de minério de ouro, cassiterita e outros minerais, que as pessoas, por estarem passando necessidade e não terem onde trabalhar, acabam sendo obrigadas a invadir. Do mesmo modo, os agricultores, que, não tendo onde trabalhar, são obrigados a aceitar esses lotes. Neles, para sobreviverem têm que plantar e, para plantarem, têm que derrubar. Cria-se, então, um círculo vicioso: se ele não queimar, não pode plantar; se não plantar, como é que sustentará a família?

Durante essa tragédia, temos que aprender uma lição – tanto os órgãos ambientais federais, como o Ibama, quanto os estaduais, os nossos governantes e legisladores, Senadores e Deputados Federais e Estaduais -: não se resolve o problema da queimada com fiscalização, pois trata-se de um problema socioeconômico, como já falei.

O agricultor não tem recursos financeiros para mecanizar a sua lavoura. Então, o que tem custo menor? É a queimada, um método primário, arcaico e primitivo, porque quando Cabral chegou a Brasil os índios que habitavam esta terra já o utilizavam para fazer as suas roças.

De modo que é preciso que os organismos efetuem pesquisas para que o agricultor possa abandonar esse método da queimada, não porque ele seja um degradador ambiental, mas por ter necessidade de subsistir e garantir a sobrevivência digna de sua família. Organismos como a Embrapa e o INPA devem-se debruçar em pesquisas para oferecerem alternativas a esses pequenos agricultores, porque não adianta proibir.

A Lei nº 9.605, sobre crimes ambientais, proíbe, e, inclusive, o Sr Procurador da Justiça, Dr. Salles, falou que foi retirado do texto dessa Lei o art. 43, que fala sobre desmatamento. Na verdade, o Código Florestal, a Lei nº 4.771, também fala sobre isso e enquadra o desmatamento irregular, bem como a Lei da política nacional do meio ambiente – a Lei nº 6.938 -, que também apena aquele que faz o desmatamento irregular.

O Ibama trabalha na fiscalização desse desmatamento. Para cumprir a lei, o agricultor teria que pedir ao Ibama autorização para o desmatamento e, posteriormente, um termo de autorização para queimadas.

Na verdade, temos dezoito mil e setecentos lotes no Estado de Roraima, dentre os quais aproximadamente quatro mil estão abandonados. Então, existem, ainda, quatorze mil lotes. Como eu disse no início, a queimada não é um problema de fiscalização, porque é impossível se fiscalizarem esses quatorze mil lotes no Estado de Roraima e o agricultor tem a queimada como única arma para poder plantar, como seu adubo e seu trator. Então, como é que se vai fiscalizar? Só se colocar um fiscal em cada lote, mas, mesmo assim, isso é impossível, porque ninguém tem esse número de fiscais. Então, é preciso que também levemos um trabalho de educação ambiental a essa população carente e até mesmo desinformada, já que muitos deles são semi-analfabetos ou até mesmo analfabetos.

A educação ambiental é o único instrumento capaz de sensibilizar esse cidadão e fazê-lo refletir sobre a sua relação produtiva com o meio ambiente, ou seja, ela vai dotá-lo de uma consciência ecológica sobre a responsabilidade da proteção ambiental. Ele, então, vai saber da sua relação produtiva com o meio ambiente, se o está degradando ou se está praticando uma agricultura sustentável.

É claro que a educação ambiental é um trabalho a longo prazo. O que temos que fazer a curto e médio prazo? Já que os Governos Federal e Estadual não têm verbas para mecanizar a lavoura desses pequenos agricultores, temos que fazer um trabalho de prevenção, que já vem sendo executado pelo Ibama.

Andando pelo Estado, notamos que, realmente, passava-se por uma grande estiagem. Notei que a Senadora Marluce Pinto esteve também, em janeiro, no sul do Estado, como eu, e fiquei preocupado com o que observei na BR-174. Houve muitas denúncias e estávamos sendo acionados para fazermos laudos técnicos sobre queimadas que estavam passando de um lote para outro, no sul do Estado. Em seguida, liberamos duas equipes – uma para a BR-210 e a outra para a BR-174. Tentamos, então, fiscalizar essas queimadas irregulares, visitando todas as vicinais e tentando orientar o produtor sobre esta situação que estava bastante crítica.

Felizmente, no dia 4 de fevereiro choveram 4 ou 5 no sul do Estado e pelo menos por lá o problema se amenizou. Mas, a partir daí, aquilo nos deu um alerta. Na verdade, nós enviamos um documento a Brasília, no dia 28 de janeiro, pedindo recursos. Os órgãos federais, no começo do ano, não têm recursos, porque o Orçamento ainda não foi desbloqueado e você começa a receber recursos só a partir de março ou abril – no terceiro ou quarto mês.

De forma que, por iniciativa de nossa parte, em documento circular a todos os nossos postos do interior e da capital, expedido em 30 de janeiro, nós proibimos as queimadas a partir do dia 1º de fevereiro. Alertamos que não autorizassem mais emissão de queimadas e cancelassem aquelas que já tivessem sido autorizadas durante o mês de janeiro, porque se atravessava uma seca muito grande e as queimadas poderiam ficar incontroláveis. No intervalo de 4 de fevereiro até 8 de março, nós percorremos todo o Estado e estivemos com 18 equipes, visitamos todas as colônias agrícolas e todos os assentamentos. Participamos, inclusive, de reuniões com a Associação de Produtores Rurais, visitamos os prefeitos – porque os produtores sempre procuram os prefeitos – e lhes solicitamos que colaborassem com o efeito multiplicador da proibição da queimada e com a ordem de aguardar o momento propício para que a queimada fosse efetuada. De forma que entre 4 de fevereiro e 8 de março percorremos todos os assentamentos, levando a nossa mensagem. Agora, é muito difícil. Você vai numa colônia como a Piaú. Existem 30 vicinais, você está de carro, você entra numa vicinal e as outras 29 estão desguarnecidas. Depois que você passa naquela em que você andou, na hora em que o Ibama sai o pessoal toca fogo. Nós temos limitações de recursos humanos, financeiros e materiais. Para se ter uma idéia, a nossa verba, no ano passado, chegou próxima a R$1.050.000,00. Neste ano, deve ser a mesma quantia. Enquanto isso, o Incra, agora, para o ano de 1998, tem R$26 milhões no Orçamento, quer dizer, o Incra tem R$26 milhões para patrocinar assentamento e destruição ambiental e o Ibama tem, aproximadamente, R$1 milhão para correr atrás do prejuízo e tentar aplicar uma política ambiental. É muito difícil.

De forma que nós contamos com o engajamento da população. Nós estamos com uma política de aproximação com os Sindicatos que deve ser um parceiro nosso, do Ibama. Nós vamos formar agentes voluntários, ambientais, para trabalharem junto ao Ibama para sanar essa dificuldade de falta de pessoal.

Como disse, o Ibama não tem os olhos de Deus; não pode estar em todo lugar. Por exemplo:

muita gente chega a mim e diz: "Olha, Superintendente, estão fazendo isso em tal e tal lugar". Mas é impossível nós ficarmos percorrendo todo o dia, todo o mês e durante todo o ano, todo o Estado de Roraima que é de aproximadamente 222 mil quilômetros quadrados. É muito difícil e nós temos as nossas limitações como qualquer outro órgão. Eu aproveito, aqui, este momento – eu estou observando os depoimentos, o que os Srs. Senadores estão falando. Eu só estou observando que estão falando em verbas – verbas não sei para onde – mas para o Ibama nunca veio nada.

Aproveito, aqui, para fazer um apelo aos Deputados Federais e Estaduais, para a Bancada de Roraima: que faça alguma emenda para proteção ambiental. Nós não temos nenhuma emenda para proteção ambiental. Isso acontece em Roraima e em todo o Brasil. Eu estive na Comissão do Meio Ambiente e falei também isso lá. Nenhum Deputado apresentou uma emenda para o Ibama. Na verdade, a verba destinada ao Ministério do Meio Ambiente está diminuindo em três anos consecutivos, enquanto que as verbas para recursos hídricos está aumentando a cada dia e, hoje, é maior que a verba destinada ao Meio Ambiente em três ou quatro vezes. Agora, onde é que nós utilizamos a verba para o meio ambiente? É na Amazônia, o maior potencial de ecossistema do mundo. A nossa Bancada da Amazônia só em Deputados, somados, é igual à de São Paulo. Então, fica difícil aumentar as verbas para o meio ambiente na Amazônia. Nesse contexto, o Ibama sofre com essa falta de verba. E, ainda há mais, ainda há um precedente: o Ibama arrecada 30% do que gasta e deveria ter um tratamento melhor no tocante às verbas. Agora mesmo, foram contingenciados R$32 milhões dos recursos destinados ao Ibama. Nós, então, temos, por exemplo, para a Diretoria de Recursos Naturais o orçamento era de R$6 milhões, contingenciaram R$4,5 milhões, mas só há R$1,5 milhão. A Diretoria de Recursos Naturais é quem autoriza a exploração de madeira. Hoje, na Amazônia, no distrito industrial, a principal indústria é a madeireira. O Ibama, portanto, fica amarrado, sem poder trabalhar por falta de recursos. Além do mais, os Deputados Federais da Amazônia, não digo o caso de Roraima, mas Rondônia, Mato Grosso, Pará, Amazonas, às vezes, são financiados ou são madeireiros, tornando difícil a liberação de verba para o Ibama, já que é o referido órgão que vai fiscalizá-lo. Para tanto, pedimos o engajamento da população.

Na questão do incêndio florestal, embora com poucos recursos, o Ibama fez o seu trabalho. As primeiras seis equipes que enviamos ao interior foram sem diárias, pois a situação era grave. Confiaram em mim quando disse que iria conseguir o recurso para o pagamento das diárias. Mas o combate ao incêndio é uma atribuição do Corpo de Bombeiro, do Governo do Estado e da Defesa Civil; o Ibama trabalha apenas com a prevenção.

Vou falar um pouco sobre o que o Dr. Sales falou – o arco do desmatamento. Roraima foi uma lição para todos. As pessoas diziam que Roraima não tinha problemas ambientais porque era um Estado novo. No entanto, temos que repensar esse modelo de desenvolvimento do Estado baseado na política agrícola, na ocupação agrícola, porque esse modelo foi feito em Rondônia e se mostrou desordenado e devastador em termos ambientais. O nosso Estado é novo; temos tudo para que seja um modelo de desenvolvimento sustentado para a Amazônia. Se não deu certo em Rondônia, vai dar certo aqui? É hora de repensar essa nossa política. Por que continuar abrindo novos assentamentos? Por que não aproveitar os lotes que estão abandonados? Por que continuar desmatando? Por que não aproveitar as áreas já desmatadas na Amazônia que são enormes? Aqui mesmo, no Estado de Roraima, temos enormes quantidades de áreas desmatadas. E o pobre agricultor, sem nenhuma orientação técnica, não está sabendo que pode recuperar aquela área. Planta dois ou três anos e acha que aquela área está enfraquecida, porque o fogo realmente enfraquece a terra, já que, num primeiro momento, dá impressão que a terra fica mais produtiva, mas o fogo mata os microorganismos que são formadores dos nutrientes necessários para a fertilidade da terra.

Vamos aproveitar as áreas já desmatadas, os lotes abandonados, porque temos que mostrar para o resto do País e para o mundo que estamos preocupados com o meio ambiente. Inclusive temos que passar para a geração futura, para os nossos filhos, a nossa preocupação, porque temos a responsabilidade de pelo menos deixar o meio ambiente igual ao que encontramos, pois a terra não é nossa, não foi legada pelos nossos pais, apenas emprestada para a geração futura. Somos, portanto, gerentes do meio ambiente. Se não soubermos cuidar dessa natureza, poderemos passar para a história como uma geração incapaz que não soube se desenvolver harmonicamente com o meio ambiente equilibrado.

Sendo assim, como o Ibama está preocupado com o arco do desmatamento, lançou um programa em Brasília, na sexta-feira, chamado Operação Ma-

cauã II, que vai ser uma operação de fiscalização em toda a Amazônia e de prevenção para as queimadas que deverão acontecer numa faixa que vai do sul do Tocantins, do sul do Maranhão até o Estado do Acre, uma faixa contínua que adentra o Pará, Mato Grosso, Rondônia, onde a ocupação, através de grandes fazendas e minifúndios, está bastante acentuada. E como o inverno foi bastante fraco devido ao fenômeno El Niño, o Ibama deverá estar com dois aviões, um avião do Inpe, que inclusive esteve aqui, e um avião do Sivam, equipado com um sensor, cedido pela Nasa, e uma câmera vídeo digital que vai fotografar diariamente e vai localizar onde está ocorrendo o desmatamento, tirar a coordenada via GPS, e a fiscalização chegará lá de carro ou de avião. Esse trabalho, além do trabalho preventivo, deverá ser estendido a Roraima porque o Ibama, agora mesmo no mês de maio, deslocou para o Estado de Roraima 22 especialistas em avaliação de impacto ambiental. Só veio ao Estado PhD; não havia nenhum com pós-graduação ou mestrado, todos os que vieram colaborar, uma equipe formada pelo Presidente do Ibama Dr. Eduardo, que ficou bastante preocupado com a situação do Estado de Roraima, todos eram PhD e se distribuíram em sete regiões para fazer esse trabalho. Essa semana deverá ser entregue ao Ibama o relatório de impacto ambiental nas áreas afetadas pelo fogo e que, posteriormente, deveremos encaminhar à Comissão. A grande preocupação de todos com quem conversamos é o perigo daqui para frente, porque a massa de combustível formada hoje é maior do que a anterior ao fogo. Então para que haja um incêndio de grandes proporções, não é preciso haver mais uma grande estiagem como foi essa agora, porque aumentou a massa de combustível. Não foi um incêndio florestal; foi uma queimada incontrolada de muitos pastos e muitas roças. As condições atmosféricas, a umidade relativa do ar chegou a 34%, enquanto que o normal é 80%, 90%, a velocidade do vento chegou a 40 ou 50 quilômetros/hora com rajadas ocasionais de até 100 quilômetros/hora, ficaram propícias para que o fogo se alastrasse, adentrando a mata principalmente no fundo dos lotes, área que o produtor ainda iria desmatar ou destinada à reserva legal. Hoje a metade, 50% de lotes de até 120 hectares é destinada à reserva legal, é uma reserva ecológica, uma segurança e está previsto em lei para que a proteção ambiental seja mais praticada. Então o fogo adentrou por baixo, queimou a vegetação rasteira, camadas espessas de folhas secas de até 10cm, 20cm, e aquelas árvores mais finas foram afetadas: o tronco ficou ressecado, as folhas novamente caíram com o calor e a radiação do fogo. As folhas que estavam em baixo e que foram queimadas já foram repostas, hoje já existe 10cm de espessura de folhas secas novamente.

Então há uma preocupação muito grande, sabemos que é muito difícil controlarmos, porque estamos lutando contra uma tradição e contra uma carência financeira, mas o Ibama está com um programa preventivo para 1998/1999. A partir de setembro, deveremos efetuar treinamento de como fazer uma queimada controlada. Já selecionamos 10 assentamos e vamos fazer esses treinamentos trabalhando com associações de produtores rurais, com sindicatos, com prefeituras e com o Governo do Estado.

Estamos também querendo criar no Estado entre 20 e 30 brigadas de combate ao incêndio, mas só podem ser criados se tiver o apoio do Estado. Já mandamos ofício ao Governador, que se prontificou; a própria Defesa Civil já nos procurou, através do nosso ofício, para sentarmos e estabelecermos um programa para a criação dessas brigadas.

Para concluir esse trabalho de prevenção, estaremos também fazendo um seminário com os órgãos envolvidos na questão ambiental e na parte do combate ao incêndio. Então vamos fazer um seminário com prefeitos, sindicatos, Corpo de Bombeiro, Ibama e órgãos estaduais, para que cada um saiba da sua atribuição. Vamos fazer um seminário de metodologia zopi para quando chegar novamente o período das queimadas, que vai de janeiro a março, estejamos mais preparados, porque o Brasil não tem uma cultura de emergência, não tem uma cultura para tratar as tragédias. Vi como foi o nosso esforço para ajudar a combater esses incêndios. O Ibama elaborou o plano de combate ao incêndio, nós trouxemos ao Estado de Roraima três técnicos especialistas, fizemos esse plano em 48 horas e o entregamos ao Ministro Catão e ao seu Governador no dia 18 de março. A partir do dia 20 começou o combate ao incêndio. No mesmo dia 20, tornamos a sobrevoar o Estado, porque ficamos monitorando o avanço dos focos de incêndio, detectamos mais uma dezena de focos de incêndio, mas não tínhamos pessoas para combater esse incêndio. Para se ter uma idéia, no Município de Caracaraí detectamos o foco de incêndio no dia 20, mas nesse dia a força de trabalho estava concentrada no Apiaú e no Boqueirão, em Pacaraima, não havia ninguém para trabalhar em Caracaraí e nem no Trairão. Detectamos esse foco dia 20, e somente no dia 28 chegou a força de trabalho em Caracaraí e, no Trairão, no dia 30, o fogo já estando alastrado e sem controle. Se não fosse São Pedro, se não fosse Deus, até hoje estaríamos apagando fogo. De forma que temos que aprender uma lição: não adianta só reprimir, temos

que mostrar alternativas para o nosso cidadão do interior que vive em dificuldade, vive carente e com essa tragédia do fogo ficou mais carente ainda. Alguns agricultores perderam o paiol, onde guardavam os alimentos, o mandiocal, o bananal e por aí assim.

Então é o momento de aprendermos uma lição e refletirmos sobre o que podemos fazer para ajudar. O Ibama sozinho não pode fazer muito e o meio ambiente é muito importante para ser objeto de uma ação isolada do Ibama. Tem que haver um engajamento da população, dos governantes e dos nossos políticos que têm mandato e dos nossos legisladores para que possamos efetuar um trabalho de proteção à Amazônia.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço as palavras do Superintendente do Ibama, Dr. Ademir, e passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Dr. Ademir, obrigada pelo seu comparecimento e, mais ainda, pela bela exposição que V. Sª conseguiu fazer neste recinto.

Quando V. Sª fala das dificuldades financeiras do Ibama e nos solicita emendas, devo dizer que hoje é muito restrita a quantidade de emendas que os parlamentares podem apresentar e ficamos sempre sujeitos àquelas prioridades, levando-se em consideração as dificuldades locais.

Sei que o Ibama, para trabalhar bem, precisa de recursos, mas, como o tempo já está bastante exíguo, hoje são 26, eu até diria para V. Sª que entrasse em contato com Brasília, porque, até o dia 30 de maio, todos os ministérios têm que estar com o seu relatório anual pronto para que já constem recursos para o próximo ano. No caso do Ibama, o que podemos fazer é assegurar, dentro da Comissão de Orçamento, que os recursos que já estejam destinados, vindo no Orçamento através do Executivo para o exercício, não sejam retirados para alocar para outras necessidades.

O SR. ADEMIR – V. Exª me concede um aparte? Principalmente esse que já está contingenciado e que vai afetar duramente o nosso trabalho na Amazônia.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O contingenciado, quando o Governo Federal contingencia as verbas, ele o faz em termos de um percentual como um todo.

Pediria a V. Sª, já que o Brasil inteiro e até pode-se dizer o mundo inteiro praticamente tomou conhecimento dessas ocorrências, que solicitasse ao próprio ministério para que no seu orçamento, no orçamento do ministério, já tivesse a participação de recursos para Roraima, porque, em outros ministérios e em outras ações, temos feito assim e é até bem mais fácil, às vezes, se alocar recursos quando já está no orçamento e nós complementamos com as emendas individuais. Para V. Sª ter a certeza, para fazer uma avaliação, já que V. Sª mesmo expôs que toda a Bancada da Amazônia dá uma São Paulo, individualmente cada parlamentar, no caso somos 11, temos direito para, emendas individuais, a um milhão e quinhentos. É um valor insignificante.

O SR. ADEMIR - Eu não me refiro a emenda individual. .

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vou chegar lá. Falo da emenda que sabemos que vai ser aprovada naquele valor. Se o Parlamentar quiser apresentar uma para um determinado setor, terá direito a um milhão e meio. Se apresentar várias para prefeituras diferentes e setores diferenciados, também terá direito a um milhão e meio rateado. Depois vêm as emendas coletivas, em número de dez. O senhor precisa ver o sacrifício que fazemos para estabelecer as prioridades. Neste ano, por exemplo, consideramos as BRs, estradas, hospitais, saneamento. Veja que a própria Boa Vista está cheia de valas. Mas não conseguimos recursos para todas as obras que são necessárias.

O pior é que, para as emendas individuais, não existe um teto. Lá em Brasília, por mais que discutamos, ainda alocam-se recursos levando-se em consideração a população, quando nós sabemos que nunca acabaremos com as distorções existentes no nosso País se continuar a tradição de alocar recursos proporcionais á população. Assim o Brasil nunca será totalmente bem-sucedido, como são alguns Estados, que, embora possuam suas mazelas, têm economia forte, geram receitas e geram empregos. No nosso caso, é diferente. V. Sª. não sabe do malabarismo que fazemos todo ano..

O SR. ADEMIR – Tenho idéia.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Aqui são três grupos políticos: o grupo político do Senador Romero Jucá; o nosso grupo político; e o grupo político do Governador. Não fazemos nosso trabalho na base da disputa e do benefício, mas obviamente, cada Senador tem obrigação de atender aos seus prefeitos, de ver quais são as prioridades do Estado. É, porém, muito difícil, sinceramente.

A partir de sua exposição, nós poderemos, na Comissão de Orçamento – da qual, graças a Deus,

farei parte novamente; e creio que o Romero Jucá também – assegurar a verba alocada pelo Ibama.

O SR. ADEMIR - Não pode deixar cortar.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não pode deixar retirar. Ás vezes, a verba já está alocada, mas, na Comissão, na apresentação das emendas, ela é remanejada.

O SR. ADEMIR - Por exemplo, o Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal* tem verba para o meio ambiente e para recursos hídricos. E a verba para recursos hídricos hoje, parece-me, é três ou quatro vezes maior do que a de meio ambiente. Não se pode remanejar?

A SR.ª RELATORA (Marluce Pinto) – Essa verba é no âmbito do Ministério. Para que V. Sª tenha uma idéia, não fizemos uma emenda para Roraima – pelo menos, coletiva, e eu tomo conhecimento de todas – para recursos hídricos. Temos conseguido, por intermédio do Ministério, convênios. Prepara-se um plano de trabalho e, daquela verba já destinada para o Ministério, consegue-se um convênio. É convênio e não verba carimbada. Não houve por parte da Bancada de Roraima recursos, ou seja, a verba não carimbada. Por isso, faço-lhe essa sugestão. Ficando no âmbito ministerial, V. Sª prepara um plano de trabalho e lá nós, Parlamentares, vamos batalhar para que o seu plano de trabalho seja aprovado e seja assinado um convênio do Ibama/Roraima com o Ibama nacional para que V. Sª possa trabalhar. Esta é a maneira melhor e mais segura de conseguirmos os recursos.

O SR. ADEMIR - Solicito um aparte agora. Vou explicar como é a divisão do orçamento do Ibama. A Seplan, o Ministério do Planejamento, estabelece o teto para o Ibama nacional; o Ibama nacional estabelece o teto para os Estados. Então, trabalhamos aqui amarrado na camisa-de-força, pois vem o teto estabelecido lá de Brasília para que possamos trabalhar e fazer a nossa programação em cima dele. De repente, a política do Governo estabelece um corte de 20%. Lá vem outro teto, menor; e temos que reduzir o nosso plano de trabalho original. Para se ter uma idéia, agora, durante o período das queimadas, nove equipes estavam no campo ajudando a fiscalização, para que não surgissem novos focos de queimada. Tivemos que emprestar carros, porque só tínhamos cinco carros para trabalhar. Vieram quatro carros de Manaus: dois do Ibama e dois tomados emprestados pelo Ibama de Manaus ao INPA – pois nem o Ibama tinha carros suficientes – e outro carro da Polícia Federal para ajudar aqui. .

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Gostaria de registrar a importância do depoimento do Superintendente do Ibama e fazer uma pergunta que já foi feita a outros participantes: V. Sª tem conhecimento de alguma ação preventiva feita pelo Governo do Estado, desenvolvida pelo Governo Federal, no tocante à prevenção das queimadas? Mencionei que a Deputada Estadual Rosa Rodrigues fez uma campanha de prevenção das queimadas, mas, fora a ação isolada da Deputada Rosa Rodrigues, não verificamos nenhuma ação do poder institucional – nem do Governo Federal, pelo Ibama, nem do Governo Estadual, pois foi confirmada a extinção da Secretaria de Meio Ambiente. Foi feito algum trabalho preventivo? E mais: qual a lacuna que deixa a Secretaria de Meio Ambiente, extinta pelo Governo do Estado, para a atuação do Ibama? Quero saber se havia antes uma ação conjunta do Ibama com a Secretaria de Meio Ambiente do Estado e agora não há mais.

O SR. ADEMIR - Da parte do Governo Federal, eu já respondi aqui sobre as atividades que o Ibama desenvolveu no trabalho preventivo, chegando a proibir as queimadas a partir de 1° de fevereiro. O Ibama fez o que estava ao seu alcance: considerando a estrutura que temos aqui, nesse período, dezoito equipes de fiscalização do Ibama estiveram nas colônias, fiscalizando. Foram multadas 35 pessoas e houve aproximadamente 150 notificações. Como eu falei, a queimada não é um problema de fiscalização.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá)- Do Governo do Estado, o senhor tem notícia de alguma ação preventiva, alguma campanha preventiva nesse sentido?

O SR. ADEMIR - Não, o Governo do Estado carece de estrutura, porque ele não tem a Secretaria e não tem um órgão executor. Seria preciso criar-se uma fundação, um instituto, para executar a política estadual do meio ambiente. Só existe um departamento, e esse departamento não está estruturado, e a própria lei ambiental estadual promulgada em 1994 carece de algumas regulamentações – ela até hoje não foi regulamentada.

O Governo do Estado não pode atuar em fiscalização. Poderia fazer um trabalho preventivo e um trabalho de assistência técnica – esse último seria até mais interessante. Mas, da parte do Governo Federal, o Ibama executou sua proposta de trabalho, ajudou ainda nos trabalhos de combate ao incêndio. O plano de combate foi elaborado pelo Ibama, e o próprio Ibama monitorava os focos de incêndio e entregava os relatórios ao Comando Central de Operação na pessoa

do General Carvalho. A ação efetiva de início de combate ao incêndio foi elaborada pelo Ibama.

Eu trouxe o plano elaborado por esse órgão – diga-se de passagem, em 48 horas – e que foi entregue ao Ministro Catão no dia 18. Trouxe o relato circunstancial da ação do Ibama para que a Comissão tenha conhecimento.

Para avaliação de impacto ambiental, o avião com a câmara digital fotografou toda a área afetada, porque até o momento não tínhamos conhecimento com precisão das áreas afetadas pelo incêndios. A partir desse trabalho, poderemos saber quanto da parte de floresta foi atingida e quanto da parte de lavrado foi atingido.

Eis a foto da câmara digital do avião do Sivam que está trabalhando para o Ibama.

Não vou dizer que vamos chegar a 100% de precisão, mas vamos conhecer agora a área afetada pelo incêndio.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não tenho mais nenhuma pergunta.

Gostaria de agradecer ao Superintendente do Ibama a explanação.

Passo a palavra ao Deputado Estadual Élder Grossi.

O SR. ELDER GROSSI - Agradeço a possibilidade que o Senador me concede para fazer uma pergunta ao Sr. Ademir.

Gostei muito da explanação abrangente, ampla e bem sedimentada. Vendo a fotometria do desastre acontecido em Roraima, pergunto: como o senhor, representante do Ibama e conhecedor da agressão ecológica, classificaria – leve, moderada ou severa – a conseqüência do incêndio na natureza? O senhor diria que, por ação divina ou por sorte, o desastre não foi maior? Como o senhor classificaria as conseqüências: leves, moderadas ou severas?

O SR. ADEMIR - Bem, houve muito sensacionalismo quanto à luta contra os incêndios. A imprensa publicou as notícias no mundo todo, mas na verdade eu classificaria a conseqüência como média. Ela poderia ter sido mais severa se não tivesse chovido. O nosso trabalho de avaliação do impacto ambiental, que deverá ser entregue até quinta ou sexta-feira, trará esse diagnóstico, para que possa ser feito algum projeto de recuperação dessas áreas. Esse projeto de avaliação de impacto ambiental vai trazer esses subsídios e esses dados. Ele mostrará, por exemplo, quantos hectares, quantos quilômetros quadrados de floresta, quantos quilômetros quadrados de lavrado foram afetados. Vale ressaltar que o lavrado queima todo ano. Esse ano queimou um pouco mais. Calculamos que tenha queimado 60% ou 70% do lavrado, mas esse próprio lavrado se regenera com rapidez. Eu me lembro de que quase todo dia íamos a Piaú e a Caracaraí* e, antes de chegar ao km 40, para quem vai para Mucajaí* – antes de chover -, vimos que uma parte queimada já estava se regenerando; havia brotos de capim antes de chegar a chuva.

O que mais nos preocupou foi a queimada dentro da mata, porque se abriram algumas clareiras, e a quantidade de combustível aumentou. Se não fizermos um trabalho preventivo, poderá haver uma tragédia, essa sim, maior do que aquela que ocorreu no mês passado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu agradeço a participação do Superintendente do Ibama.

Gostaria de convidar agora o Sr. José Lima, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucajaí.

O SR. ADEMIR - Senador, eu gostaria de mostrar aqui um mapa. Eu me esqueci de mostrá-lo antes.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pois não.

O SR. ADEMIR - Nós preparamos para o PPG7 um trabalho, que foi elaborado junto com o Governo do Estado, porque o PPG7 negocia a verba com ele. Como o Estado não está estruturado, o Ibama participou. Então, há um trabalho chamado PGAI – Projeto de Gestão Ambiental Integrada – que foi concluído no mês de outubro. Essa parte verde representa a área que pegou fogo. Ela foi considerada crítica para desmatamento e queimadas. Esse projeto elaborado junto com o Governo do Estado seria desenvolvido desde que houvesse recursos. Ele está à disposição da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nós gostaríamos que esse material e também o relatório de impacto ambiental que o Ibama está fazendo fossem encaminhados à Comissão.

O SR. ADEMIR - Não estamos sofismando. Aqui está o "Polígono do Fogo". Essa área cinzenta, onde há esses pontos amarelos, foi chamada de área crítica, no período entre 15, 16 e 17, quando fizemos um sobrevôo para executar esse plano. Esses pontos amarelos são focos de incêndio. Então, se observamos, é a mesma região onde está essa área verde, a qual consideramos crítica em outubro de 97, mas faltaram recursos para o trabalho ser executado. Esse projeto foi entregue ao PPG-7, sen-

do aprovado, mas até hoje os recursos não foram repassados.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a sua participação. Convido o Sr. José Lima, do Sindicato dos Trabalhadores.

O SR. JOSÉ LIMA - Srs. Senadores, Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá, e demais membros da Comissão, coloco-me aqui à disposição dos senhores para responder algumas perguntas do meu Município de Mucajaí.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. José Lima, o senhor mora na cidade de Mucajaí, na sede. Na época da seca, o senhor, como Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mucajaí, esteve nas regiões do Roxinho e do Apiaú?

O SR. JOSÉ LIMA - Várias vezes.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando iniciaram as queimadas, o senhor pressentiu que uma área muito grande estava sendo atingida e que era uma queimada diferente dos anos anteriores? O senhor procurou a Prefeita de Mucajaí para buscar alguma informação?

O SR. JOSÉ LIMA - Senadora, conversamos várias vezes sobre isso. Esse incêndio tornou-se incontrolável. Foi registrado até como incêndio criminoso. Não considero ser incêndio criminoso. Isso faz parte do dia-a-dia de Roraima. Todos são sabedores de que dependemos de fazer as nossas queimadas para plantar. Sem fazer uma queimada, ninguém planta e jamais um pai de família consegue o sustento para a sua família, porque emprego não há. Se a opção é ir para o garimpo, que é um local onde se ganha um pouco mais, é colocado para fora. Dependemos de muita coisa para fazer um pedacinho de roça, porque é um sacrifício conseguir uma licença com o Ibama. É necessário fazer dez viagens para pedir a licença e, às vezes, volta sem conseguir.

O sacrifício do agricultor aqui é tamanho que não se pode nem imaginar. A estiagem foi grande, e como vivemos aqui há vários anos sabemos – cheguei aqui no ano de 1963, era rapazinho ainda – que não tem ninguém preparado nem para a seca nem para o inverno. Se o inverno é intenso, lugares ficam interditados e ninguém pode chegar lá, não tem acesso. Já vimos São João da Baliza interditado por vários dias. Todos aqui somos conhecedores dessa situação. Só de helicóptero se consegue chegar em São João da Baliza, por exemplo. Se a estiagem for grande, secam os igarapés que alimentam as criações, se não fizer, como foram feitos agora esses pequenos açudes – açudezinhos, porque não são açudes – são cacimbas -, que deu para armazenar água, colocar num tanque para os animais, o prejuízo teria sido maior aqui no Estado de Roraima.

Não sei os custos para fazer essas cacimbas. Não vou dizer quanto o governo gastou, porque não sei desses custos. Sei que valeu a pena, porque salvou várias vidas. É o que tenho a informar sobre essa parte. Sobre custos ou sobre outras coisas não posso informar, nem a favor do governo, nem contra. Só tenho isso a informar.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Fora essas informações, dentro do seu conhecimento, dentro da sua assistência aos produtores rurais na qualidade de Presidente de Sindicato, o senhor tem mais alguma informação que venha somar com as que já obtivemos no decorrer do dia?

O SR. JOSÉ LIMA - Os produtores rurais, os criadores de animais estão em dificuldades, hoje, porque choveu, o pasto nasceu e a lagarta apareceu. Tudo caiu em cima do produtor. O gado está doente. Inclusive tem morrido gado com essa peste de lagarta. Os pequenos produtores, aqueles que trabalham em seus lotes, estão enfrentando dificuldades. Vários deles perderam casa, paiol de arroz que tinham, e muitos deles estão passando fome.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. José Lima, um dos nossos assessores passou-me aqui umas anotações, e disse que o senhor repassou as informações para ele de que a água que está sendo ingerida pela comunidade de Mucajaí sai diretamente do rio para as caixas d'água e, em decorrência da sujeira, as pessoas estão adoecendo. Isso já foi atestado pelo médicos. O senhor confirma a esta Comissão que não está havendo mais água tratada, e ela sai diretamente do rio para as caixas d'água?

O SR. JOSÉ LIMA - Isso é uma realidade. Podemos pegar um balde branco e colocar água, notaremos que ela vem vermelha, da cor que sai do rio. Não sei como não vem piaba. Essa água, quando assenta no balde, fica um dedo de pó vermelho no fundo. Isso é uma verdade, não é conversa, não estou acusando ninguém.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. José Lima, há mais alguma coisa a declarar?

O SR. JOSÉ LIMA - Não, Senadora, penso que está bom.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Só mais uma pergunta: o senhor é Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais de Mucajaí, quantos associados tem o sindicato?

O SR. JOSÉ LIMA - Temos 56 associados.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Todos moram na sede, em Rouxinho ou estão espalhados pelo município?

O SR. JOSÉ LIMA - A maior parte mora na sede e os demais moram nas colônias do Rouxinho, do Apiaú e outras.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Estou satisfeita. Não tenho mais nada a perguntar. Agradeço a sua presença nesta Comissão, e retorno a palavra ao Presidente desta Comissão, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de perguntar duas coisas bem rápidas: primeiro, se o senhor, como Presidente do Sindicato dos Produtores Rurais, tem alguma notícia de trabalho preventivo que tenha sido feito antes para orientar o colono sobre a questão das queimadas. E, também, na distribuição de cestas básicas, se o sindicato dos produtores está participando, sendo ouvido e está acompanhando essa distribuição para que ocorra de forma rápida e sem as pessoas enfrentarem filas?

O SR. JOSÉ LIMA - Elas estão sendo distribuídas. Além dessas cestas básicas, distribuída pelo Governo do Estado, temos mais uma, a do projeto do Governo Federal. Faço parte da comissão também.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É a Comunidade Solidária.

O SR. JOSÉ LIMA - Todos os meses, venho buscar o alimento no depósito da Cobal, e fazemos a distribuição na sede. São cestas do projeto Comunidade Solidária.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a sua participação, Sr. José Lima. As suas colocações foram importantes, qualquer informação a mais que tenha, se quiser encaminhar depois à Comissão, receberemos de bom grado.

Eu gostaria de convidar agora a Srª Maria Alves, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roraima.

Ela é a última convidada da noite, portanto, estamos prestes a encerrar os trabalhos, para recomeçarmos amanhã, às 9 horas.

A SRA. MARIA ALVES - Boa noite, companheiros. Agradeço o Presidente da Comissão, os demais Senadores. Estou representando aqui os trabalhadores rurais, porque eles, infelizmente, não foram convidados para defender da acusação feita a nós de termos colocado fogo nos nossos sítios para recebermos eliminação de dívida, o que não é verdade. Queria relatar alguns fatos que ocorrem nas nossas regiões comunitárias do Estado.

Sou representante do sindicato de todo o Estado, não só de municípios. Eu gostaria de relatar a nossa situação no campo, porque se tivéssemos uma agricultura familiar sustentável nas nossas regiões, estaríamos em condições melhores em nossos sítios. Mas como não temos essa ajuda por parte do governo estadual, que nos omite até mesmo um aval, que pedimos há três anos atrás, como é a época das campanhas eleitorais, somente agora veio dar esse aval para os pequenos trabalhadores rurais.

Falando sobre a seca e queimadas, como ele nos acusou de sermos os mais culpados dessa situação no Estado, queria deixar claro para os companheiros que não teríamos condições de fazer isso, até mesmo porque passamos dois, três, quatro ou até dez anos trabalhando nas nossas pequenas áreas para obtermos alguns recursos, e por motivo de uma pequena dívida, penso que nenhum trabalhador rural teria coragem de colocar fogo no seu próprio sítio para obter anistia de dívida, como disseram os parlamentares, que não sei quem é.

Estou à disposição para responder as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passarei a palavra, então, à Senadora Marluce Pinto, relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Dona Maria Alves, quero agradecer a presença de V. Sª nesta Comissão. Não havia tido o prazer de conhecê-la pessoalmente. Nós mulheres ficamos até lisonjeadas de ver que a mulher do campo está hoje tão atuante quanto o homem.

Sempre relembro esse fato, quando vejo hoje a mulher rural trabalhando na sua terra, competindo com lealdade e integridade com o homem, sinto-me até gratificada, porque até os idos de 1986, a mulher não tinha o direito de ter um título de terra em seu nome. Esse direito era dado só para o varão, como era chamado o homem. Isso ocorreu a partir dos trabalhos da Constituição, quando nós, as mulheres parlamentares – na época não existia senadora, eram só as deputadas – reuníamo-nos e dividíamos as emendas, porque cada deputada tinha limitação para as emendas, porque havia limitação para cada Deputado. E uma das emendas que foi apresentada e aprovada pelos Parlamentares era para que a mulher rural tivesse direito a seu título de terra. Isso foi muito benéfico.

Hoje, com base no que acontece no Estado de Roraima, verifico que, quando se vai fazer qualquer trabalho na zona rural, a quantidade de mulheres que participa é quase igual à de homens; elas estão mesmo trabalhando nas suas terras.

Modéstia à parte, quando estávamos reunidos naquela época para o trabalho, a sugestão para que a mulher tivesse o título de terra saiu da minha pessoa, durante a minha experiência aqui de 1980 até 1983. Naquela época, começaram a dar terreno para que a família tivesse a sua casinha. Como fiquei quase quatro anos aqui, era constante, muitas vezes depois de um ano ou dois, mais ou menos, o retorno daquela mulher a pedir novamente o título de terra para construir sua casa. Eu olhava o arquivo e dizia: "Mas você já recebeu." E as pessoas me diziam: "Mas, Dona Marluce, eu vivia com um homem que agora tem outra mulher dentro de casa. Eu fiquei sem casa."

Então, nós, as Parlamentares, discutíamos muito sobre os problemas que cada uma tinha com relação à falta de leis para dar condição de igualdade à mulher. E muitas foram as leis aprovadas. Fazíamos essa reunião até no gabinete da Irma Passoni, Senador Sebastião Rocha. V. Exª ainda não era Parlamentar. A Senadora Benedita da Silva e a Deputada Rita Camata eram constantes nas comissões, e essa foi uma das emendas aprovadas àquela época.

Hoje, tenho certeza de que até a produção aumentou, porque vemos a força e a garra da mulher para ter o terreno em seu nome e poder plantar, ser produtora rural. Estou certa de que hoje vocês até assumem a presidência de sindicatos, porque já se impõem, têm uma participação igualitária; não estão mais naquela condição submissa de acompanhar o marido – dono do lote – para a roça. E como ficava a situação das que não tinham marido?

Então, Dona Maria Alves, vemos a sua garra para falar, seu destemor, sua vontade de acertar. Vá em frente. Tenho certeza de que V. Sª vai conseguir.

Realmente, a mulher brasileira, depois da Constituição de 1988, conscientizou-se de que não tinha apenas de se beneficiar; os direitos e as obrigações também são iguais. Se, hoje, o produtor enfrenta dificuldades, vocês também enfrentam. É por isso que louvo a Constituição de 1988.

Quero até frisar que o mérito não foi só das Deputadas. Nós éramos tão poucas àquela época, que, se não tivéssemos tido a cooperação dos Deputados, nada teríamos conseguido, porque precisávamos de 280 votos favoráveis para aprovar uma emenda constitucional. Os homens entenderam que a participação da mulher era muito importante não só no lar, na repartição pública ou em um cargo eletivo, mas também no campo, que dá sustentação à economia de um Estado, de um país.

Então, Dona Maria, isso é importante na sua condição de Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Costumo dizer que não importa qual é o cargo que a pessoa ocupa, mas como ela o ocupa.

Hoje, V. Sª falou para o Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão. Só pelo seu tom de voz, sentimos que a senhora é consciente da importância do cargo, pois da mesma maneira somos conscientes da importância do cargo da Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na sua pessoa.

A SRA. MARIA ALVES - Muito obrigada.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, não temos nenhuma pergunta a formular, porque todas as dificuldades do campo, tudo o que aconteceu em decorrência da seca e das queimadas e, posteriormente, do incêndio, já estamos tão conscientes de que não mais necessidade, não é por ser a senhora, sei que a senhora tem muito a contar, e se quiser externar mais seus pensamentos, suas dificuldades, estamos à disposição para ouvi-la. Mas, da minha parte, quero só agradecer sua participação, o reconhecimento da importância do seu trabalho e dizer que nós, Parlamentares, estaremos sempre à disposição em Brasília para ajudar, não só o homem como a mulher do campo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria também de registrar a luta do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Roraima. O respeito que tenho pelo sindicato é pelo esforço e dificuldade com que o sindicato luta e pelas conquistas que têm empreendido nas questões de reivindicações de recursos do Incra, de reivindicações dos direitos dos trabalhadores. Enfim, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais tem sido um modelo de atuação corajosa neste Estado. E a Maria tem encarnado muito bem esse espírito, ela tem superado inclusive as dificuldades pessoais, que é sabido por todos, os problemas por que passou, mas com muita coragem e determinação tem enfrentado e ocupado o ponto avançado de uma luta que não é dela, mas de todos os trabalhadores rurais do Estado que, na verdade, são uma grande maioria, hoje desassistidos, que não têm nenhum tipo de apoio.

Vou fazer uma pergunta. Quando tivemos no Incra e nos ministérios discutindo a questão financeira e a busca de uma remissão das dívidas, um alon-

gamento das dívidas dependendo do financiamento do Procer ou do FNO, discutimos muito e solicitamos aos ministros que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e que os sindicatos de Roraima, pertinentes à questão, tivessem uma participação, acompanhando e discutindo essa problemática. Perguntaria inicialmente se o sindicato dos Trabalhadores Rurais está sendo chamado a discutir a questão da dívida, a questão da distribuição da cesta básica, enfim, se está sendo valorizado, se está sendo aberto espaço para que o sindicato efetivamente represente o trabalhador rural e possa opinar, orientar e encaminhar algum tipo de procedimento que venha a melhorar a atuação do Governo nessa área no campo.

A SRA. MARIA ALVES – O Sindicato dos Trabalhadores Rurais está sendo até excluído de participações que aconteçam no Estado. Tem sido uma briga muito cerrada por parte do Sindicato e Incra, porque o Sindicato quer participar e o Incra não quer aceitar. Até mesmo a Comissão do Procer é nomear, o Sindicato não fazia parte até a semana passada. Com a negociação com o representante do INCRA, que veio para o Estado esta semana, passamos a ter participação no Procer, que é nomear. Teremos um assento como representante dos assentados. Hoje, fui comunicada que teria que repassar a documentação para o Presidente representante que vem, porque as prefeituras estariam pressionando o representante no sentido de que o sindicato é um pró-sindicato. Então, estamos tendo muita dificuldade, até mesmo com os Parlamentares que não querem reconhecer o trabalho do sindicato, eles pressionam muito o trabalho do sindicato, eles praticamente me pressionam. Temos sofrido muita pressão, mas a luta continua.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria se vocês estão participando da discussão, distribuição e encaminhamento a respeito das cestas básicas aos trabalhadores do campo.

A SRA. MARIA ALVES - A participação do sindicato não é possível na participação da cesta básica. As pessoas que querem trabalhar com respeito são excluídas da participação do trabalho do Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria se o sindicato tem acompanhado a construção das cacimbas e se os trabalhadores do campo têm falado da ocorrência de algum tipo de problema. O sindicato acompanhou esse trabalho? Existe denúncia de desbarrancamento, de cacimba que não deu água? Quero saber se aconteceu o mesmo que ocorreu na área indígena. O sindicato dos trabalhadores recebeu reclamação dos diversos assentamentos espalhados pelo Estado?

A SRA. MARIA ALVES - O sindicato não fez parte desse movimento de cacimba, até porque não gostamos de nos envolver com coisas que não têm nada a ver com o nosso trabalho. O que o Governo fez foi uma vergonha. Houve muita desconsideração para com os trabalhadores rurais. Não se pode fazer uma cacimba daquele tamanho e dizer que é um açude. O nosso gado caía dentro das poucas que deram água. Em nossa região, foram poucas as cacimbas que deram água, porque é uma área mais seca. Ele fez aquele buraco – se deu água tudo bem, se não deu, azar; ia cavar para outro -, que não teve nenhuma serventia. Agora, com o inverno, está havendo uma epidemia de malária e dessa outra doença que dá disenteria. Nós, trabalhadores rurais – repito -, consideramos uma vergonha o que o Governo fez; cavava cacimba e dizia que era açude. Como sindicalista, não admito ouvir o Governo do Estado dizer que fez açude para combater a seca, para nos ajudar a vencer as dificuldades por que estávamos passando. Não concordo com isso. Denunciarei quantas vezes forem necessárias. Esse não é o Governo que queríamos para o Estado.

Os trabalhadores rurais querem um governo que dê incentivo agrícola e faça reforma agrária de verdade.

(Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria à Presidente do Sindicato se tem mais alguma observação a fazer. (Pausa.)

A palavra está franqueada.

A SRA. MARIA ALVES - Quero agradecer à Comissão a oportunidade que deu ao sindicato de participar desse encontro tão maravilhoso e dizer que obtivemos uma vitória, porque há dois anos vínhamos brigando pela exoneração do Sr. Manoel Andrade. Agradecemos ao interventor que veio de Brasília por ter atendido ao nosso pedido. Estamos sendo muito prejudicados, porque o Incra não nos dá financiamento, nem assistência técnica.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Queria solicitar ao sindicato que encaminhasse à Comissão qualquer denúncia sobre a construção dos açudes, sobre desbarrancamentos, sobre cacimbas que não deram água etc.

Convidamos os representantes do sindicato para nos acompanharem quando formos visitar os

locais nos quais eles entendem ter havido algum tipo de problema, para que possamos comprovar isso.

Quero dizer que entendo o que a Maria disse, porque acompanho de perto a luta do sindicato e sei que ele está lutando na rua pelos direitos dos trabalhadores. Ela revela a posição do sindicato dos trabalhadores.

A posição da Senadora Marluce Pinto também é elogiável. Ela coloca a questão do Incra, em que ela acredita. Também quero dar um testemunho de que não é nada mais do que isso.

Logo iremos encerrar os trabalhos de hoje.

Amanhã, às 9 horas, ouviremos o Deputado Berim, depois os Deputados Iradilson Sampaio, Deputados Elder Grossi, Edio Vieira, Lúcio Távora, Flamarion Portela, Deputada Aurelina Medeiros e mais alguns deputados convidados.

Todos conhecem minha forma de trabalhar, sabem como sou combativo, mas, na verdade, como Presidente da Comissão, estou procurando ponderar, estou procurando encaminhar este debate de forma construtiva, exatamente para que possamos tirar o máximo da posição de cada um.

Concedo a palavra à Deputada Zenilda Portela, que quer fazer um registro.

A SRA. ZENILDA PORTELA – Eu não fui convidada a participar como debatedora neste encontro, mas gostaria de agradecer a presença do Senador Romero Jucá, Presidente; da Senadora Marluce Pinto, Relatora; e dos Senadores João França e Sebastião Rocha.

Estou aqui porque considero muito relevante o trabalho desta Comissão no Estado. Eu, que ando muito pelo interior, pelas vicinais, penso que realmente precisava que isso acontecesse. Espero que esse trabalho seja de grande valia e venha a ajudar muito a nossa agricultura, nossos produtores e agropecuaristas. Nosso Estado está mesmo merecendo uma força superior, para que consigamos sair desse marasmo.

Obrigada, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de informar que foram convidados para debater os líderes e ex-secretários do governo, que tiveram uma atuação mais direta. Mas amanhã todos os deputados poderão fazer uso da palavra; será um debate aberto. Na verdade, vamos ter condições de saber qual é o pensamento da Casa. A idéia da Comissão é exatamente a de ouvir a Assembléia Legislativa, os diversos pensamentos, os diversos segmentos, para que possamos conhecer o posicionamento da Casa.

Agradeço a presença da Deputada Zenilda, bem como dos Deputados Lúcio Távola, Elder Grossi, Iradilson Sampaio e de todos os que participaram desse encontro.

Amanhã continuaremos o trabalho porque a Comissão espera, depois de tudo isso, dar uma contribuição importante para o Estado de Roraima.

Muito o brigado.

Boa-noite.

ATA DA COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do requerimento nº 203, de 1998-SF, destinada a "acompanhar in loco **as investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a Região Amazônica e, em especial o Estado de Roraima "**

Ata da 3ª reunião (Audiência Pública)

Realizada em 27 de maio de 1998.

Aos vinte e sete dias do mês de maio do ano de um mil novecentos e noventa e oito, às nove horas nas dependências da Assembléia Legislativa de Roraima, presente os Senhores Senadores Romero Jucá, Marluce Pinto, Sebastião Rocha, João França, membros da Comissão Especial, "destinada a acompanhar in loco as investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a região amazônica e, em especial, o Estado de Roraima e também tomar as providências devidas". Abertos os trabalhos para realização da segunda reunião de Audiência Pública, o Senhor Presidente relatou sobre o posicionamento dos Senadores, em especial a Presidência da Comissão, lamentando as declarações do Governador do Estado, Sr. Neudo Campos, relativo às declarações feitas à Imprensa dos dias vinte e seis e vinte e sete de maio do corrente ano, respectivamente e, em rebate às críticas formuladas, esclarece os elevados objetivos que deram origem a presente Comissão. Na ausência do Líder do Governo, o Deputado Berinho Mantim, do PPB, é convidado o Deputado Iradilson Sampaio, Líder do PFL para manifestar-se. Após as palavras proferidas pelo Senhor Deputado, o Senhor Presidente passa a palavra a Relatora que, reitera os objetivos da Comissão aos presentes, esclarecendo a seriedade das informações gravadas em fitas, as quais serão ouvidas e analisadas pelos Assessores Técnicos e Assessores Jurídicos do Senado Federal com o objetivo de corrigir as divergências citadas na audiência anterior, feitas por vários Secretários. Em prosseguimento, foram questionados os Senhores: Deputado Iradilson Sampaio, a Lide-

rança do Governo foi representada pelo Vice-Líder, Deputado Jaelsen Rennier; A seguir foi dada a palavra ao Governador Neudo Campos. Assumindo a Presidência o Senador Sebastião Rocha, no decorrer dos questionamentos feitos e respondidos pelo Senhor Governador que, após o término do depoimento, interrompeu-se os trabalhos por dois minutos e, em seguida, reassume a Presidência o Senador Romero Jucá que, passa a palavra ao depoente, Deputado Elder Teixeira Grossi, Líder da Bancada do PMDB. Em continuidade aos trabalhos, foram ouvidos os Senhores: Deputado Édio Vieira Lopes; Prefeito do Município de Iracema Joaquim Ruiz; Prefeita Terezinha do Município de Mucajaí; Sr. José Renato Andrade, Delegado da Agricultura; Sr. João Manoel Coimbra, Diretor de Metereologia do Ministério da Agricultura, especialista em clima; Deputada Aurelina Medeiros; Deputado Flamarion Portela, ex-Secretário de Obras do Governo; Deputado Lúcio Távora; Capitão Kléber Cerquim, Coordenador da Defesa Civil de Roraima; Prefeito Gute Brasil, do Município de Normandia; Prefeito Paulo Silva, do Município de Bonfim; Prefeito Himpério de Oliveira Silva, do Município de Pacaraima e, Vereadora Eugênia de Boa Vista. No decorrer da Audiência fizeram uso da palavra ainda, os Senhores Senadores: Romero Jucá, Marluce Pinto, Sebastião Rocha e João França. Encerrando os debates, o Senhor Presidente agradece a atuação dos membros da Comissão, ressaltando a importância das duas reuniões de Audiência Pública, abertas e não secretas, que propiciaram a participação da sociedade, discutindo-se assuntos de grande relevância, apesar da pressão sofrida pelos membros da Comissão no decorrer das reuniões em Roraima. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a presente reunião e, para constar, eu Francisco Naurides Barros, Secretário da Comissão, lavrei a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico que faz parte integrante da presente ata. Senador **Romero Jucá – Presidente**

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Estamos iniciando os trabalhos da segunda audiência pública da Comissão Parlamentar Especial, criada por meio do Requerimento nº 203, de 1998, destinada a acompanhar **in loco** as providências e investigações dos fatos, as circunstâncias e as causas que provocaram o incêndio que assolou a região amazônica e, em especial, o Estado de Roraima.

Iremos ouvir os Deputados estaduais, mas, antes de convidá-los, eu gostaria de expor um posicionamento dos Senadores e, em especial, da Presidência da Comissão. Lamentamos as declarações do Governador do Estado, Sr. Neudo Campos, nas publicações da imprensa de ontem e de hoje, que atacam esta Comissão e os seus membros. O Sr. Governador talvez não tenha entendido que o objetivo desta Comissão não era apagar o incêndio; o objetivo desta Comissão é, passado o momento crítico do incêndio, analisar as causas dessa catástrofe, as ações que foram empreendidas durante o combate ao incêndio e as ações que foram empreendidas em favor da população depois de encerrado o incêndio, além de, principalmente, propor ao Governo Federal medidas para a reconstrução econômica e social do Estado de Roraima. E mais: discutir também com entidades federais e internacionais a alocação de recursos para um programa de recuperação do Estado de Roraima. Esta Comissão propõe-se também a apresentar diretrizes ao Governo Federal, para que a Amazônia Legal tenha nova política de fortalecimento da produção agrícola e também nova ação no combate a incêndio de floresta, porque ficou demonstrado, no incêndio de Roraima, que não havia, no País, estrutura própria, com conhecimento técnico e aparelhagem necessária, para combater incêndio de floresta de grande porte.

Portanto, o Governador, ao atacar esta Comissão e seus membros, comete um ato de injustiça e se coloca contra ação que reputamos importante. O Senado Federal está unido. Mais que isso, comunicamos à Presidência do Congresso a forma como os Senadores foram tratados, inclusive o Senador Sebastião Rocha, atacado hoje pelo jornal que dá sustentação ao Governo. Esse Senador veio a Roraima prestar sua colaboração e manifestou as suas posições.

Eu gostaria de dizer que, na sistemática que vamos adotar, o Deputado, se quiser, poderá falar da sua própria bancada. Os demais Deputados estaduais, assim como os Senadores, poderão fazer perguntas, porque nosso objetivo, ao ouvir os Deputados estaduais, é exatamente colher o posicionamento desta Casa, ação esta que o Senado Federal reputa importante. Queremos ouvir os diversos segmentos da Assembléia Legislativa em respeito a ela e ao povo de Roraima que elegeu os Deputados estaduais como seus legítimos representantes.

Dados esses esclarecimentos, iniciaremos os trabalhos.

Convido o Deputado Berinho Mantim, Líder do Governo. (Pausa.)

Na ausência do Líder do Governo, Deputado Berinho Mantim, do PPB, convido o Deputado Iradilson Sampaio, Líder do PFL.

Logo após a manifestação do Sr. Deputado, poderá haver perguntas.

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Saúdo, cumprimento e parabenizo o Senado Federal, que, em Roraima, se faz presente por meio da representação desta Comissão, que tem como objetivo analisar as queimadas, seus efeitos e a aplicação de recursos públicos liberados pelo Governo Federal para amenizar os traumáticos resultados das queimadas.

Sr. Presidente, parabenizo V. Exª pela iniciativa da proposição que teve o objetivo de criar novas perspectivas para os conquistadores de terra, analisar e verificar soluções – apresentando-as posteriormente ao Congresso Nacional – para diminuir todas as conseqüências da má administração, da má aplicação de recursos. É preciso resgatar, um a um, esses compromissos, porque hoje quem mais sofre, quem mais paga e quem mais sente é o homem do interior. Por essa razão, congratulo-me com o Congresso Nacional, com o Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá, com a Relatora, Senadora Marluce Pinto. No momento, não estão presentes o Senador Sebastião Rocha (PPB do Amapá), nem o Senador João França (PPB de Roraima).

Sr. Presidente, e Srª Relatora, em agosto do ano passado, quando a grande Imprensa nacional divulgava as possíveis conseqüências do El Niño em todos os continentes, o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais já previa, para as Regiões Norte e Nordeste do País, longo período de estiagem. Vim a esta tribuna – com os Deputados Elder Grossi e Lúcio Távora – apelar para que os órgãos estaduais, federais e municipais se unissem no sentido de obter recursos, idéias e esforços a fim de que os efeitos da estiagem não fossem tão dramáticos.

Naquela oportunidade, também, dissemos que havia previsão de falta d'água na maioria das propriedades rurais. Não se poderia permitir que, em Roraima, fosse redesenhado um campo de concentração a céu aberto, delineado apenas pelas florestas e campos naturais que aqui existem. Era preciso que o Governo do Estado, os órgãos federais e municipais reunissem suas forças e procurassem encontrar soluções para que o homem do interior tivesse a água que o céu lhe negara e o pão que o solo lhe sonegou. Mas nada disso foi feito.

A partir de janeiro, quando foi decretado estado de calamidade, Sr. Presidente, Srªs e Srs. Senadores, no início das queimadas, em entrevistas, o Governador ria como se estivesse satisfeito. Ele não imaginava a proporção que o incêndio iria atingir. Nada mais fez do que convocar órgãos da Imprensa, a fim de que divulgassem, em âmbito nacional e internacional, que Roraima estava pegando fogo. Esse era o caminho mais fácil e objetivo e que evitava rodeios para conseguir recursos a serem aplicados de forma irresponsável, privilegiando uma minoria de apaniguados, que se beneficiaram dos resultados dessa estiagem. (Palmas)

Essa foi e continua a ser a realidade que se nos apresenta. Posso dizer, com a convicção de quem conhece esse Estado há 22 anos, como técnico que trabalhou no campo, como quem dirigiu cinco órgãos públicos, que não foi feita, Srª Relatora, Sr. Presidente, essa quantidade de buracos de que hoje se fala. Tenho andado no Sul do Estado e o que dizem que lá foi feito não o foi. Primeiramente, o Governo divulga que esses buracos deveriam ter 8m (oito metros) de comprimento, 4m (quatro metros) de largura e 3m (três metros) de profundidade. Testemunhei, por várias vezes, a utilização de retroescavadeiras, que têm um braço mecânico que não atinge dois metros de profundidade, fazendo esse tipo de trabalho.

Todavia, o Governo passou a divulgar também, no final de janeiro, que doze mil reses já haviam morrido. Esses buracos contribuíram tão-somente para que aumentasse a mortalidade do rebanho. (Palmas.)

Quem conhece Roraima sabe que não se atinge o lençol freático com 3m (três metros) de profundidade no período de verão. Passavam com a retroescavadeira e, se não desse água, em seguida iam para outra propriedade rural – e, diga-se de passagem, esse trabalho era coordenado por políticos ligados ao PPB. (Palmas.)

Testemunhei essa operação em São Luís do Anuá, em São João da Baliza e no Caroebe e pude verificar que, nas propriedades que não eram de pessoas que votem ou que acompanham o Governador do Estado, nenhum desses buracos havia sido aberto. (Palmas.)

Por esta razão, estou aqui, inclusive, para recomendar à Comissão, se deseja pegar a ponta do **iceberg**, que faça o seguinte, Sr. Presidente, Srª Relatora: peça a relação das propriedades rurais em que foram construídos esses buracos; peça a relação das firmas que receberam – algumas estão em nome de "testas-de-ferro" -; e peça para a Receita Federal analisar as últimas declarações de Imposto de Renda, porque eles não acertaram no "Papa-Tudo" nem na "Tele Sena", nem arrancaram botija; então, onde arrumaram dinheiro, de um dia para outro, para comprarem uma retroescavadeira? Este é o

caminho para saber o ralo por onde entraram recursos públicos que para Roraima foram destinados.

Sr. Presidente, como o objetivo desta Comissão é procurar ouvir, eu queria fazer, com um pedido de permissão a V. Exª, essas colocações iniciais e me colocar à disposição da Comissão para responder às perguntas que a mim forem feitas. Podem V. Exªs ter a certeza absoluta de que tenho o compromisso de falar só a verdade, única e exclusivamente, a verdade. (Palmas.)

Meu objetivo não é denegrir a imagem de Governo, até porque a sociedade roraimense me conhece e sabe que meu compromisso com esta Casa e com a sociedade roraimense é dizer somente a verdade sobre o que sei. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá)- Vamos passar agora a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá, Deputado Estadual Iradilson Sampaio, que se encontra na tribuna, Deputados Estaduais aqui presentes, autoridades, senhoras e senhores, na qualidade de Relatora desta Comissão, como ontem já falei, fomos escolhidos pelos nossos partidos para sermos a Relatora e o Presidente, e nesta hora eu tenho que formular todas as perguntas que acharmos que sejam necessárias para o esclarecimento. Segundo já colocou o Senador Romero Jucá, o objetivo desta Comissão nem é para acabar com a seca, nem para apagar o fogo, mas para darmos continuidade às verbas que estão sendo liberadas, em nível nacional, para o Governo do Estado. E não é só isso: o trabalho desta Comissão é muito mais abrangente, porque, se não houver, por parte do Congresso Nacional, uma informação e alternativas de como se organizar e de como se desenvolver a Amazônia, não vamos ter prejuízo apenas pelo acontecimento próximo passado, mas todas as pessoas que vivem na região amazônica terão muitos problemas, porque eles vão querer até internacionalizar a Amazônia, achando que as autoridades brasileiras não têm como se organizar em defesa desse patrimônio tão rico que é o território amazônico.

Sr. Iradilson Sampaio, V. Exª falou que está há 22 anos em Roraima e que já foi Secretário de Agricultura e é, pela segunda vez, Deputado Estadual, tendo ocupado outros cargos que lhe deram a oportunidade de andar por todo o Estado. Realmente, o que queremos aqui é dirimir as dúvidas, levar para Brasília as soluções e dizer que, realmente, as liberações das verbas estão sendo bem aplicadas. E é bom que se diga: o que for falado aqui está sendo registrado por um técnico do Senado Federal.

Um Relator não pode omitir, nem pode acrescentar. E é por isso que o trabalho é sério. Quando saímos para os Estados para fazer diligências e audiências, seguem os técnicos do Senado para nos assessorar. Como já falei ontem – repito para os que estão aqui presentes e não estiveram ontem -, quem vai ouvir essas fitas são os assessores técnicos, os assessores jurídicos, que, depois, chegarão a uma conclusão. Por isso, ontem falamos: ainda é tempo de corrigir as divergências ontem citadas aqui por vários Secretários.

Mas, Sr. Iradilson, vamos às perguntas. V. Exª falou que já andou por todo o sul do Estado após as ocorrências.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª tem conhecimento dos açudes que foram construídos conforme a fita que está sendo divulgada todos os dias através da TV Roraima e não sei se de outras. Temos a fita que rodou na TV Roraima. No sul do Estado – citarei apenas o sul do Estado – São Luís, 388 açudes; Rorainópolis, 186; Caroebe, 409, e Baliza, 62.

Por ventura, nas suas caminhadas, V. Exª já viu algum desses açudes que tenha sido construído?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, esta quantidade é semelhante à que o Governo do Estado fez divulgar através da imprensa quando aconteceu a perfuração de um poço no Município de São Luís de Anuá, dizendo que era a segunda maior vazão do País em rocha cristalina. Em primeiro lugar, um que foi perfurado no Estado de Sergipe, com uma vazão de 260 mil litros/hora. E no São Luís do Anuá, um com 210 mil litros/hora. Fiquei surpreso e fui àquela região. Inclusive, levei até um colete, porque não sei nadar. Pensei: "São Luís deve estar inundado". (Palmas.) Quando cheguei lá, Senadora, a vazão não ultrapassava dez mil litros por hora. Mas os órgãos de imprensa, o Governo fez divulgar através de jornal, pela televisão e pelo rádio, que a vazão era de 210 mil litros. Por isso, a senhora pode ter certeza absoluta de que a possibilidade de buracos pode diminuir na mesma proporção da vazão divulgada pelo Governador, que é de 210 mil litros. (palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, V. Exª ficou sabendo que, só no Município de Boa Vista, conforme divulgação da fita em vários horários, havia 195 açudes? V. Exª tem conhecimento dessas construções?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, não acredito. É preciso que se levem em consideração duas coisas: Primeiro, era importante que o Governo tivesse feito pelo menos 200, desde que dessem água. (palmas) Não adianta dizer que fez mil sem que tenha encontrado água. Mas, como o Governo divulgou uma estatística de que tinham morrido 12 mil reses, creio que ele queria complementar essa mortalidade. Tanto é assim que as retroescavadeiras cavaram, mas não existia rampa de acesso. Mesmo que brotasse água, o gado que fosse beber corria o risco de morrer atolado ou cair dentro do buraco e morrer. (palmas) O objetivo era complementar essa estatística de morte de 12 mil reses, que ele já divulgava.

Quem conhece a realidade de Roraima sabe que isso não é verdade. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, está sendo divulgada, e não só em fitas, mas também nos jornais, a construção de 5.783 poços. Entre esses estão os já citados e mais, só em Alto Alegre, 1.471 açudes. V. Exª tem conhecimento disso?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, estive, neste ano, pelo menos cinco vezes em Alto Alegre. E quem vai àquele Município encontra, pelo caminho, daqui até a sede do Alto Alegre, quatro ou cinco buracos que não têm a dimensão que o Governo divulgou e que não deram água. Então, jamais poderia a Comissão acreditar nessa fita que está sendo divulgada. Acredito que tenham sido pagos, mas não construídos. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson, ontem, nós entrevistamos os convidados: o Secretário de Agricultura do Estado, o Secretário de Obras do Estado e o Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem.

O primeiro a ser ouvido, o Secretário de Agricultura, falou que assumiu no dia 3 de abril, mas que tinha sido técnico e assessor da ex-Secretária e não tinha conhecimento – pois não haviam passado na Secretaria de Agricultura – nem da contratação, nem dos registros de contatos com os empreiteiros.

O Secretário de Obras disse a mesma coisa em outras palavras. Esclareceu que, pela sua Secretaria, ele não havia tomado conhecimento da construção nem da contratação.

Afirmou o Diretor do DER que algumas obras seriam construídas por administração direta e outras por empresas contratadas, mas que não tinha conhecimento do número construído pela administração do Governo ou pela contratação.

Então, pergunto: V. Exª, como Deputado Estadual, sabe qual órgão público do Governo do Estado ficou à frente para a contratação de empresas para a construção dos açudes.

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Senadora, não adianta tapar – como alguns querem fazer – os olhos e os ouvidos como se, cegos e surdos, não pudessem ouvir nem testemunhar. Alguns procuram não ouvir o ressoar do suplício e dizem que não têm conhecimento, que não as obras não foram contratadas na sua administração, mas todos eles estavam no órgão. Todos eles estavam lá. Eles sabem, sim! Eles sabem, pois eles estavam lá. Todos eles estavam nos órgãos. Mas afirmam: "não foi na minha época", "não sei", "foi a secretaria tal"...

Temos de pedir ao Tribunal de Contas da União que proceda a uma fiscalização, ao Ministério Público Federal que investigue, à Polícia Federal que investigue. Aí todo mundo vai saber quem foi. As obras foram pagas; dizem que foram feitas. Como é que ninguém sabe?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª mencionou há pouco que essa não foi a quantidade construída...

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Com certeza absoluta.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – ... mas que, possivelmente, todos os açudes foram pagos.

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Se estão divulgando, devem ter sido pagos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – É suposição ou V. Exª já tem aí...

O SR. IRADILSON SAMPAIO - É suposição, Senadora. Eu não tenho certeza se foram pagos. Mas, se divulgam que foram construídos, devem ter sido pagos. Mais uma vez a sociedade roraimense foi lesada (tumulto na sala de reuniões).

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson...

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Silêncio, por favor.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson, V. Exª é Deputado Estadual e representante do povo no Estado. A nossa missão, como Parlamentares, é elaborar as leis e aprová-las e também fiscalizar. Os Deputados da Assembléia Legislativa devem exatamente, por lei e pelo direito do mandato que lhe é conferido pelo povo, fiscalizar as verbas do Estado. As verbas têm que ser bem aplicadas, porque não se trata de dinheiro pessoal. São verbas para serem aplicadas em prol do desenvolvimento do Estado e no saneamento da situação sa-

crificada dos mais carentes. Na sua condição de agrônomo, quero que me diga...

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Veterinário.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – ...antes mesmo do incêndio, antes mesmo da seca, quais providências naturais anualmente uma Secretaria de Agricultura deve tomar no Estado para organizar e facilitar a vida não só dos produtores rurais como também do povo como um todo – pois uma agricultura forte barateia os custos e serve de lenitivo para toda a população?

Então, eu queria saber, na sua qualidade de técnico em agronomia, o que, nos últimos anos, foi feito e investido na área de agricultura?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, sempre tenho dito que acredito que a questão da agropecuária em Roraima pouco difere do contexto da região amazônica quanto a projetos de colonização. Pois já ficou provado que o modelo atualmente empregado para colonização na Amazônia realmente não funciona. A bem da verdade, não apenas em relação à Secretaria de Agricultura mas em relação a todas as demais secretarias, não existe um só programa de governo, não existe um só projeto que seja capaz de gerar renda, de gerar emprego e de gerar desenvolvimento. (Palmas) Não se conhece em Roraima – duvido que alguém aponte – um projeto com o objetivo de beneficiar o setor primário da economia. Atualmente, cada vez mais, as estradas são escoteiras(**?**), poucas cargas, o homem foge do interior por falta de condições de trabalho porque não existem dados de pesquisa, não existe assistência técnica, não existe armazenamento, não existe crédito rural, não existe saúde, não existe educação. Essa é a realidade que se nos apresenta e todos a conhecem.(Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, V. Exª tomou conhecimento das verbas já liberadas para o Governo do Estado e para as 14 Prefeituras do interior?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, tomamos conhecimento pela imprensa porque fazemos parte de um bloco que é minoria nesta Casa. Nem um de nossos requerimentos de informações referentes às ações do Governo são aprovados no plenário desta Casa. Vários e vários requerimentos meus que já tramitaram, quando não engancham nos corredores da Assembléia Legislativa, vêm a plenário e são rejeitados. Até como cidadãos pedimos informações ao Governador e S. Exª não responde. Recorremos inclusive à Justiça, baseados no art. 5º da Constituição Federal, que nos dá o direito, a cada cidadão, de obter informações de órgãos públicos. Mas nem através da Justiça conseguimos obter as informações que tanto a sociedade gostaria de saber.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, quando V. Exª nos informou que algumas empresas que funcionam como testa-de-ferro estão fazendo os chamados "buracos" até nos deu a orientação de solicitar uma relação das empresas ao Governo do Estado e também à Receita Federal, após o recebimento dessa relação, a fim de conhecer a capacidade financeira das empresas na aquisição de maquinaria que não é tão barato. Se V. Exª se expressou dessa maneira, deve ter conhecimento de algumas empresas. Poderia citar algumas das empresas ou...

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, vi algumas das máquinas trabalhando e procurei saber quem seriam seus reais proprietários. Mas sempre fui informado, talvez por orientação dada ao operador, de que eram máquinas que vieram do Estado do Amazonas e que foi contratado por alguém que estava administrando, mas não sabia realmente quem era o proprietário. Não acreditamos nisso. Temos certeza absoluta de que alguém é dono das máquinas. Não admito nem acredito que alguém opere uma máquina sem saber quem é o real proprietário. Por essa razão, é preciso investigar.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, na qualidade de deputado da oposição, V. Exª acompanhou o início da seca no Estado de Roraima?

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Senadora, acompanhamos. E como disse anteriormente, a partir de agosto do ano passado, já começamos a fazer pronunciamentos nesta Casa. Tanto que, se solicitar cópia das atas, estão gravados nos Anais desta Casa pronunciamentos feitos não só por mim, mas por outros deputados, como citei os Deputados Elder Grossi e Lúcio Távora.

Já alertávamos o Governo para a possível estiagem, até mesmo porque eram dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. Já havia previsão de seca para o Norte e Nordeste, e o que recomendávamos era justamente isto: que houvesse um esforço. Nunca foi feita uma campanha educativa pelo rádio, jornais e televisão.

Até cheguei a citar que, em 1932, tivemos um verão muito forte aqui em Roraima, que ficou conhecido como verão da fumaça. E até dizíamos que não é possível que venhamos a viver um período de estiagem e de queimadas como existiu em 1932.

Se pegarmos os dados do Ministério da Agricultura de 1930 para cá, os dois anos em que menos choveu na Amazônia, aqui no Estado de Roraima, foi 1932 e o ano passado. Quer dizer, as autoridades tinham conhecimento disso, porque isso foi motivo de vários pronunciamentos no plenário desta Casa.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E V. Exª obteve algum resultado após alertar da tribuna desta Casa o Sr. Governador sobre a situação a que poderia chegar o Estado de Roraima?

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Não existiu resultado nenhum. A prova é que as queimadas tomaram a dimensão que tomaram. E não se conhece nenhuma campanha educativa que tenha sido feita por parte do Governo do Estado ou alguma providência para evitar os efeitos dramáticos e traumáticos que a estiagem causou.(Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson, foi dito ontem desta tribuna que, após as queimadas e posteriormente o incêndio, os produtores rurais com as suas famílias estão sendo assistidos pelo serviço social do Governo. V. Exª, que caminha tanto pelo interior, sabe pelas próprias famílias se eles estão sendo assistidos de acordo com as suas necessidades neste período tão precário que antecede a próxima produção?

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Senadora, tomamos conhecimento de que os alimentos que para cá vieram estavam estocados no armazém do Governo para serem distribuídos na época da campanha eleitoral. (Palmas) E a prova disso é que o Governo do Estado colocou a Polícia Militar para que ninguém pudesse entrar lá para fiscalizar. E quando, na calada da noite, caminhões saíram tirando os alimentos que vieram para cá do Comunidade Solidária e que iam estragar, substituíram e foram depois distribuir no interior e nas vicinais, pedindo voto para o Governador que é candidato à reeleição. (Tumulto)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson, disseram também de um material que foi estragado. E foi até confirmado desta tribuna que 20 toneladas de arroz foram destruídas. E disseram ainda que já havia chegado aqui o arroz já fora do prazo de validade. V. Exª tomou conhecimento disso? Porque, se ocorreu, e com essa declaração que Brasília, por meio do Comunidade Solidária, mandou liberar, temos que tomar uma providência enérgica junto ao órgão competente em Brasília, por haver encaminhado aqui para Roraima produto estragado para alimentar o povo. Não era para alimentar animal.

Então, quero saber se V. Exª também tem ciência de que esse material estragou em decorrência de ter ficado mal armazenado. Como alguns estão falando, havia goteiras no armazém, choveu no arroz. Quero ouvir as duas versões.

Esta Comissão tem até agosto para ouvir as autoridades. Primeiro, viemos ao nosso Estado, para saber exatamente as ocorrências. Quando retornarmos à Brasília, ouviremos as autoridades. Queremos apurar este caso, porque ele é grave. Alguém terá que se responsabilizar pelas 20 toneladas que estragaram e não puderam servir de alimento para a população, conforme mencionado.

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Senadora, não acredito que o Governo Federal encaminhasse para Roraima alimentos estragados. Acredito, sim, que esses alimentos chegaram, foram estocados para serem distribuídos em época de campanha eleitoral e estragaram justamente por falta de melhores condições. Tenho certeza absoluta de que jamais Roraima seria considerada pelo Governo Federal como a parte podre deste País, de forma que ele resolvesse mandar para cá alimentos estragados. Não acredito nisso. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª tem conhecimento da época em que a mercadoria chegou à Roraima e do tempo que as autoridades competentes levaram para fazer a distribuição no interior? Qual o prazo entre a chegada e o recebimento da mercadoria para a distribuição?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Senadora, realmente não tenho conhecimento disso; não posso dizer-lhe precisamente as datas em que chegou e saiu, porque as coisas são feitas sempre na calada da noite. (Manifestação no recinto.) É difícil que a sociedade tenha conhecimento. Só eles sabem; a sociedade, não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Iradilson Sampaio, formulei essa pergunta, mas não nos faltarão informações sobre isso. É muito fácil, porque essa mercadoria chegou aqui de caminhão. Portanto, fica arquivado nos órgãos públicos aquele documento referente ao frete: quem recebe assina e data. Então, saberemos em Brasília.

Como faremos diligências no interior, junto aos produtores rurais, perguntaremos, onde passarmos, qual a data da distribuição. Com isso, chegaremos a uma conclusão. Saberemos se realmente demorou, o que aconteceu; tomaremos conhecimento também do material que foi entregue. Vinte toneladas foram destruídas, como confirmado ontem. Queremos informações sobre a qualidade do material que o povo

recebeu no interior. Isso saberemos **in loco**. (Palmas.)

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Está certo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sinceramente, Deputado, depois de tantos depoentes de ontem para hoje, estou satisfeita com as suas declarações e as perguntas por mim formuladas. Agradeço a presença de V. Exª. Fique certo de que, posteriormente, todos os órgãos públicos, não só do Estado de Roraima como do Brasil, tomarão conhecimento desse relatório.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Indago ao Senador João França se deseja fazer alguma pergunta ao convidado. (Pausa.)

Não havendo a pergunta do Senador João França, passo a fazer alguns questionamentos ao Deputado Estadual.

Pergunto ao Deputado Iradilson Sampaio se S. Exª tem conhecimento de que o Governador Neudo Campos decretou estado de calamidade e emergência, no dia 22 de janeiro, em todo o Estado de Roraima.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Sr. Presidente, foi decretado esse estado de calamidade. No entanto, a Assembléia Legislativa veio a tomar conhecimento do fato muito posteriormente à data em que o Governador diz ter decretado o estado de calamidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria a V. Exª – já que é Líder de um partido aqui na Assembléia Legislativa – se, após a decretação desse estado de calamidade, foi enviado para a Assembléia Legislativa, para ser discutido, algum plano de atuação com relação à calamidade, ou seja, discussão sobre verbas, onde seriam alocadas e de que forma seria encaminhada a ação.

Foi discutido com os representantes do povo do Estado algum plano efetivo de ação para enfrentar a seca que motivou esse estado de calamidade?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não, absolutamente nada foi encaminhado para que pudesse ser discutido.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria a V. Exª se tem conhecimento de alguma ação sistemática de prevenção de queimadas feita pelo Governo do Estado ou pelo Governo Federal em Roraima, já que é do conhecimento de todos, como bem disse V. Exª, que o Ministério da Agricultura informava, já há algum tempo, que haveria seca em Roraima.

Eu, particularmente, tive condição de participar de um debate em televisão, no início de janeiro, no qual o representante do Ministério da Agricultura mostrou os avisos encaminhados e também a projeção da seca durante todo o ano. Com essas informações, seria possível fazer um trabalho de prevenção e de orientação do agricultor.

V. Exª, como Deputado Estadual e como homem ligado ao campo, tem informação de algum trabalho sistemático de prevenção executado pelo Governo Estadual ou Federal em Roraima?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não temos nenhum conhecimento, Senador Romero Jucá. Por questão de justiça, gostaria de dizer que o único trabalho realizado aqui em Roraima foi o da Deputada Rosa Rodrigues, que, desde a primeira legislatura, de forma humilde, sempre olhou para a geografia desse Estado, procurando alertar sobre a questão das queimadas, inclusive com poesias e cartazes. Esta Casa e a sociedade roraimense têm que reconhecer o trabalho feito pela Deputada Rosa Rodrigues. Com exceção dele, nenhum outro foi feito, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria a V. Exª, ainda como Líder de um partido na Assembléia se, após ser instalado o incêndio no Estado e as medidas emergenciais da construção de algumas obras serem denominadas aqui pelos Secretários do Governo de cacimbinhas, esse plano de construção de cacimbinhas ou o plano de distribuição de cestas básicas foram encaminhados e discutidos com a Assembléia Legislativa – órgão representante do povo de Roraima – em algum momento. V. Exª tem conhecimento de qualquer discussão desse nível?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Não houve, nesta Casa, qualquer discussão em relação a esse assunto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quer dizer que, pelo menos sob a ótica de V. Exª, a Assembléia Legislativa do Estado de Roraima não foi articulada oficialmente e não houve nenhum tipo de discussão? Na verdade, a Assembléia não foi inserida nesse trabalho de combate à seca, de articulação e prevenção e, de certa forma, de arregimentação das forças do Estado para atender à população? A Assembléia, a Casa dos legítimos representantes do povo, não foi inserida, segundo V. Exª, nesse esforço que deveria ter sido feito?

O SR. IRADILSON SAMPAIO - Não foi, e a principal característica do Governador do Estado é pregar o separatismo entre os Poderes, e não a integração. Então, esta Casa não foi ouvida, e absoluta-

mente nada do que se discutiu aqui foi encaminhado pelo Governo do Estado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos tratar agora de ações concretas. A Senadora Marluce Pinto já perguntou, mas também faço questão de fazer perguntas. V. Exª é um homem acostumado ao campo, é um profissional da área do campo, tem uma vivência grande da seca, dos problemas e do sofrimento do povo, não só no Nordeste, onde morou inicialmente, mas também no Estado de Roraima, onde já mora há muito tempo; pergunto: como técnico, V. Exª pode afirmar que o Estado de Roraima construiu algum açude nessa ação de combate à seca no interior do Estado?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Nenhum açude foi construído. Foram feitos pequenos buracos. Técnicos do Governo disseram que seriam buracos com 8 metros de comprimento, por 4 metros de largura e 3 metros de profundidade. Tenho certeza absoluta de que, se esta Comissão for verificar **in loco**, não encontrará nenhum buraco com essas dimensões, nem a mencionada quantidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pergunto também a V. Exª: na distribuição das cestas-básicas, no atendimento social encaminhado pelo Governo Federal, V. Exª tem conhecimento da participação de todos os prefeitos? Ontem, apesar de a Secretária do Setrabes(?) e alguns representantes do Governo dizerem que havia a participação dos prefeitos nessa distribuição, estes, de viva voz, afirmaram que não estão participando. V. Exª tem conhecimento da participação dos prefeitos nesse processo de atendimento social?

Esse processo está sendo feito independentemente de política, ou seja, para todos?

E mais: o atendimento está sendo feito de forma humana ou procedem algumas denúncias de que as pessoas estão sendo colocadas em filas durante horas, esperando a presença do Governador para receber uma cesta básica da mão deste, com cinco ou dez horas de atraso? V. Exª tem conhecimento desses procedimentos? Eles são verdadeiros?

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Tenho conhecimento da não participação dos prefeitos. Posso citar um exemplo muito claro: o caso do Cauebe. Na semana passada estive lá e conversei com o Prefeito Antônio Martins, conhecido por Tonhão, que nunca foi chamado, nunca foi ouvido e nunca participou de qualquer tipo de ação na distribuição de cestas básicas. Se houve participação de algum prefeito, com certeza absoluta não foi prefeito do PMDB ou do PTB; pode ter sido do PPB, mas de outro Partido não foi.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Franqueio a palavra a alguns dos Srs. Senadores que tenham ainda alguma pergunta. (Pausa)

Deputado Iradilson Sampaio, gostaria de agradecê-lo por sua presença e perguntar se V. Exª tem mais alguma coisa a acrescentar. Posteriormente, V. Exª poderá fazer parte dos debates, tecendo mais alguns comentários.

O SR. IRADILSON SAMPAIO – Gostaria de pedir a permissão de V. Exª, Sr. Presidente, para registrar nossos cumprimentos ao Senador Sebastião Rocha. O Estado de Roraima sente-se orgulhoso e feliz com a presença de S. Exª neste rincão.

Encerro minha fala lembrando que, na época do Holocausto, um cidadão ia ser fuzilado na França, no tempo de Hitler. Antes de ser fuzilado, levantou o braço e disse: "Imbecis, estou lutando por vossa liberdade." Para aqueles que vaiam a Comissão, gostaria dizer: Imbecis, eles estão lutando pelo futuro de Roraima.

(Vaias e palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Recebemos o comunicado de que o Deputado Berinho Mantim, Líder do Governo, será representando pelo Vice-Líder do Governo, Deputado Jalsen Rennier. Portanto, gostaria de convidar o Deputado Jalsen Rennier, e coloco os microfones à sua disposição, se assim o desejar. Posteriormente, far-lhe-emos as perguntas.

O SR. JALSEN RENNIER – Sr. Presidente desta Comissão Especial, Senador Romero Jucá, Sr. Senador Sebastião Rocha, Sr. Senador João França, Exmª Srª Senadora da República Marluce Moreira Pinto, tenho grande satisfação por estar aqui participando e levando ao conhecimento da opinião pública e da imprensa, de modo geral, os fatos verdadeiros acontecidos no nosso Estado.

Antes de começar as indagações proferidas por V. Exªs, quero dizer que não devo nada a ninguém. Portanto, responderei a todas as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de passar a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Jalsen Rennier, Vice-Líder do Governo do Estado, agradecemos por V. Exª ter aceito o nosso convite. V. Exª poderá ficar bastante à vontade. Com muito respeito, iremos formular-lhe as perguntas.

Na qualidade de Vice-Líder e sendo da Bancada do Governo do Estado, V. Exª conhece o que realmente foi construído em prol do saneamento da seca aqui no Estado de Roraima e quais as obras

que o Governo do Estado realizou no combate à seca?

O SR. JALSEN RENNIER – Senadora Marluce Pinto, infelizmente não está aqui, para comprovar o que direi, a maior parte dos produtores rurais dos mais afastados pontos do Município de Boa Vista; mas existem aqui alguns presentes. (Palmas.)

Digo a V. Exª que o Governo do Estado fez um gesto prudente e responsável, porque não existia condição alguma, já que vivemos num Estado pobre, com a menor receita do País. Nossas condições econômicas são quase que inerentes à capacidade da nossa população. Nossas perspectivas de progresso ainda estão no futuro, e não no presente, apesar da semente plantada por este Governo. Tenho conhecimento do que foi feito e da situação em que se posicionou o Governo. Ele deu condições ao homem do campo de utilizar o que chamam de cacimba, poço, açude ou qualquer outro nome, ou seja, a única coisa que sei é que o Governo matou a sede e a fome do gado e resolveu o problema de muitos lavradores que não tinham condições de fornecer água para seus rebanhos nem de dar assistência à sua família. (Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Jalsen Rennier, V. Exª com a sua resposta vai nos poupar muito trabalho. Estávamos num impasse, talvez até tivéssemos de prorrogar a nossa estada aqui em Roraima, porque teríamos que visitar muitas localidades a procura desses poços, cacimbas, açudes ou barragens.

Quando V. Exª diz que estão localizados em lugares em pontos mais afastados, presta um grande serviço a esta comissão, que é o de nos informar quais são e onde estão esses pontos afastados para que possamos lá chegar.

Como Senadora por Roraima, quero, de cabeça erguida, chegar ao Senado Federal e ter o prazer de subir a tribuna e dizer aos meus Pares que a verba destinada ao combate à seca pelo Governo Federal realmente saneou a situação dos lavradores e dos produtores.

Caso contrário, todos nós que aqui estamos, os quatro Senadores, não teremos muito diálogo na tribuna; mas, se tiver esses dados – eu pelo menos, que me considero roraimense de quase 19 anos de trabalho, de 19 anos vividos e de trabalho aqui no Estado – vou ficar orgulhosa de dizer no Senado Federal que o dinheiro foi bem empregado. Então, quero que V. Exª cite os pontos.

O SR. JALSEN REINNIER – Quero dizer à Senadora que o todo o dinheiro enviado para este Estado foi administrado com responsabilidade. Se assim não tivesse sido, V. Exª não teria subido o palanque para pedir voto para o Governador.

Também gostaria...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Eu não ouvi. Espere aí.

O SR. JALSEN REINNIER – Só para concluir Senadora, se assim V Exª me permitir.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Silêncio, por favor!

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não ouvi o final da frase sobre eu ter subido o palanque. Para quê?.

O SR. JALSEN REINNIER – Para pedir voto para o Governador.

Gostaria de terminar a minha exposição, se assim a platéia decente e educada me permitir...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Silêncio, por favor! Repito que a manifestação dos presentes é democrática desde que seja feita dentro dos limites. Para que não precisemos esvaziar o recinto, gostaria de contar com a compreensão de todos para que pudéssemos continuar.

O SR. JALSEN REINNIER – Agradeço o eminente Presidente por seu apelo à platéia que se encontra nas galerias da Assembléia Legislativa..

Concluindo o meu raciocínio, quero dizer a Srª. Senadora que me questionou sobre onde estão as cacimbas que pergunte ao povo, porque foi para o povo que o Governo fez.

O Estado não fez as cacimbas para os Senadores. O Governador não fez as cacimbas para os Deputados estaduais ou federais. O Governo fez as cacimbas para o homem do campo que estava sofrendo, para o gado que estava morrendo, para o homem que estava desestimulado vindo passar fome aqui na cidade. Foi para isso que o Governo fez as cacimbas.

O Governador do Estado de Roraima leva o Estado a sério porque se não levasse não teria decretado estado de calamidade pública. (Palmas.) A exemplo do que o Deputado Iradilson Sampaio colocou aqui, tomou conhecimento porque, no dia 22 de janeiro, o Sr. Governador decretou estado de calamidade em Roraima. (Palmas.)

A Srª Senadora sabe onde estava o Presidente da República? Estava no exterior, buscando verba e atolando o Tesouro Nacional. Era lá onde estava o Presidente da República. (Palmas.)

Quero dizer mais a V. Exª: ainda há pouco, a colocação que nos foi feita está espelhada, única e exclusivamente, no contexto de que as cacimbas,

poços ou seja lá o que diabo for foram feitos pelo Governo. Isso está comprovado! (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Estadual Jalsen Rennier, V. Exª, um parlamentar, sabe que estamos aqui com uma missão do Senado. (Palmas.)

O SR. JALSEN RENNIER – Muito bem!

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª, como parlamentar, sabe também que não é necessária licitação para as verbas liberadas para estado de emergência. Por isso, elas são mais fiscalizadas.

O SR. JALSEN RENNIER – Muito bem!

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª sabe que o Tribunal de Contas da União vai fiscalizar esses trabalhos. Sabe também que nos dará trabalho andarmos atrás de cada cacimbinha, mas vamos descobri-las. (Palmas.)

V. Exª está misturando os fatos, está trocando as coisas. Não estamos aqui para dizer o porquê de havermos subido no palanque.

Cristo, o Salvador de todos nós, escolheu apenas 12 Apóstolos, um se rebelou na traição. Avalie nós, que somos humanos! (Palmas.)

O SR. JALSEN RENNIER – Já que V. Exª está levando para esse lado, eu gostaria, com a eminente participação do Presidente desta Comissão, de dizer que, assim como V. Exª e o ex-Governador, Ottomar de Souza Pinto, pessoa por que tenho profundo respeito e admiração não só pelo trabalho que faz, mas pelo trabalho que V. Exª realiza, assim como Ottomar de Souza Pinto* e Senadora Marluce Pinto subiram no palanque e elegeram o então Governador Neudo Campos, o mesmo Governador subiu nos palanques e pediu voto para Prefeito Municipal. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Silêncio, por favor! Silêncio, por favor!

Peço ao Deputado Jalsen Rennier que não encaminhe a discussão para a questão eleitoral.

O SR. JALSEN RENNIER – Estou esperando as perguntas, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª já falou em "palanque" duas vezes. Esse não é o objetivo. O palanque será discutido depois do dia 05 de julho, quando forem liberadas as propagandas eleitorais. Agora, não! (Palmas.) Vamos nos ater à questão...

O SR. JALSEN RENNIER – Vim aqui para responder as perguntas, Sr. Presidente. Estou aberto as perguntas. Mas, uma vez indagado como Vice-Líder do Governo, tenho que defender a minha tese. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ainda com a palavra a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Jalsen Rennier, já que V. Exª não pode ajudar esta Comissão a descobrir onde estão localizadas as obras...

O SR. JALSEN RENNIER – As localidades estão nas emissoras de televisão. As localidades foram: Alto Alegre, Amajari e Iramutã estavam sofrendo emergência. Essas foram as localidades atingidas pelo Governo. Não é necessário citá-las, pois outros Deputados já o fizeram. Eu iria apenas repetir o que foi dito. Já foram ouvidos o Diretor do DER, o Secretário de Obras e vários Deputados Estaduais.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Rennier, a Senadora Marluce Pinto tem o direito de perguntar o que quiser. S. Exª também responde se quiser. Apenas para restabelecer a verdade, nenhum dos Secretários do Governo conseguiu indicar nenhum açude que tenha sido construído.

O SR. JALSEN RENNIER – O Sr. César Mansouto(?) entregou três relatórios para serem analisados por V. Exªs, que irão detectar onde foram construídos os cacimbões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Jalsen Rennier, se os Secretários de Obras, de Planejamento, de Agricultura e o Diretor do DER houvessem esclarecido não apenas as localidades, e sim como foram realizadas as obras e qual o órgão público responsável pelas suas contratações, não estaríamos repetindo as perguntas.

O Secretário de Agricultura – V. Exª. não estava presente – disse não ter nenhum conhecimento dessas obras. Ele não ocupava o cargo à época, mas era Diretor Técnico e Assessor da então Secretária. O Secretário de Obras também nos disse que nada havia passado por S. Sª. Encontra-se presente outra pessoa – um grande técnico, na minha opinião – que também não tomou conhecimento do fato, assim como o Diretor do DER.

V. Exª, Deputado Jalsen Rennier, até falou que os meios de comunicação têm divulgado o assunto, o que, de fato, tem acontecido. É isso que estamos questionando, haja vista que, de acordo com determinada fita, "em Boa Vista, foram construídos 195 açudes; em Normandia, 635; em Pacaraima, 105; em Bonfim, 405; em Cantar, 808; em Amajari, 125;

em Alto Alegre, 1.471; em Mucajaí, 643; em Iracema, 308; em Caracaraí, 43; em Caroebe, 409; em Baliza, 62; em São Luiz do Anauã, 388; em Rorainópolis, 186". Seriam, então, 5.783 açudes.

Esclareço a V. Exª que o ilustre Secretário do Planejamento, Dr. César Mansouto?, entregou-nos todo esse trabalho, mas falou, desta tribuna, que se trata de plano de trabalho e não de uma planilha ou de um plano de execução de obras.

O Secretário de Agricultura apresentou-nos esse trabalho, que explica ser plano do Governo do Estado construir, dando-o como concluído. Perguntei duas vezes para me certificar – e está registrado. A fita que passa na televisão refere-se apenas a açudes. Mas, no plano que o Secretário de Agricultura deu como concluído, existem até barragens.

Segundo colocações do Deputado Estadual Jalsen Rennier, com todo o respeito, já recebemos o resultado por parte dos secretários. O Secretário de Agricultura confirmou que esse plano de trabalho do Governo do Estado já havia sido executado, mas que ele não havia tomado conhecimento.

Aqui, citam-se todos os Municípios, inclusive Boa Vista, com quatro; Amajari, com oito; Normandia, com dois; e assim por diante. De acordo com o Secretário de Agricultura, foram construídos 1.400 açudes em todas as localidades – dos 14 Municípios, 100 em cada localidade -, com uma vazão para armazenar 220 metros cúbicos de água; e mais 4.200 açudes em todas as localidades – 300 açudes por Município -; e mais 15 barragens em cada Município. Em Boa Vista, inclusive, houve duas barragens construídas.

Pergunto a V. Exª porque disse que, nas suas caminhadas, nos contatos com os produtores nas localidades longínquas, sabia onde estavam construídos os poços e as cacimbas. Portanto, se os outros não esclareceram, cabe a esta Comissão fazê-lo. V. Exª responde se quiser. Temos meios para fazer as nossas inspeções, as nossas diligências. Embora sejam mais demoradas, temos como fazê-las.

O SR. JALSEN REINNIER – Senadora, gostaria de dizer a V. Exª e ao Presidente desta Comissão que os estudos técnicos já foram apresentados pelo Secretário de Agricultura. Assim como V. Exª, não sou agricultor; sou um representante do povo. Não sou agricultor, mas, em Alto Alegre, por exemplo, no paredão, foram perfuradas mais de 455 cacimbas; isso foi dito pelos moradores, pelos produtores, e não por mim. Eu simplesmente estou sendo porta-voz daqueles que não estão aqui. E quero dizer que V. Exª também deveria acionar o Ministro do Meio Ambiente, para fazer uma inspeção. Nesta Comissão, deveriam estar presentes não apenas quatro Senadores, mas o Ministro do Meio Ambiente e outros Secretários que dela participaram, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Reinnier...

O SR. JALSEN REINNIER – Não posso dizer a V. Exª, nem ao ilustríssimo Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Reinnier, o Senado Federal não dirá à Assembléia Legislativa como deve proceder a Comissão da Assembléia Legislativa, nem admitirá que V. Exª, do alto da sua inexperiência política, venha dizer ao Senado Federal como agir. Por favor, atenha-se a responder às perguntas formuladas pela Senadora Marluce Pinto.

O SR. JALSEN REINNIER – Muito bem, Senador, atendo com todo respeito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª me concede a palavra?

O SR. JALSEN REINNIER – Quero salientar que ontem V. Exª abria um parêntese nas colocações feitas pelo então Secretário César Mansoldo, dando conta de que processaria os Deputados Estaduais que, de certa forma, fizeram uma nota de repúdio.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu os estou processando, mas isso não tem nada a ver com o assunto que ora discutimos.

O SR. JALSEN REINNIER – Eu quero só fazer uma colocação.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O assunto é Comissão de Sindicância do Senado. O Ministro Gustavo Krause será ouvido por esta Comissão, assim como outros Ministros. No entanto, o Ministro Gustavo Krause não tem competência para participar como membro de comissão do Senado. Desculpe-me, mas V. Exª está dando uma "bola fora" sem tamanho.

Por favor, atenha-se a responder às perguntas.

O SR. JALSEN REINNIER – O Ministro só veio ao Estado depois que a chuva caiu, Sr. Senador. Enquanto a chuva não caiu, S. Exª não veio. É isso que quero dizer a V. Exª. As minhas palavras são o produto das minhas ações. Não venho aqui iludir e fazer palanque político; estou simplesmente dizendo a V. Exª o que está acontecendo, o que aconteceu e o que ainda vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Reinnier...

O SR. JALSEN REINNIER – V. Exª está chamando-me de inexperiente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Reinnier, a Comissão do Senado ouvirá também o Ministro Gustavo Krause. Não estamos aqui defendendo a postura de nenhum Ministro. S. Exª será ouvido.

O SR. JALSEN REINNIER – Não é o que está parecendo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Se S. Exª atuou mal, também receberá a reprimenda do Senado.

O Ministro Gustavo Krause esteve aqui, e parece-me – pelo menos, foi o que ouvi pela imprensa – que nem V. Exª nem o Governador do Estado o repreenderam na ocasião. Portanto, não fale pelas costas o que V. Exª não falou pela frente.

O SR. JALSEN REINNIER – Sr. Senador, V. Exª sabe que um Ministro vem ao Estado de Roraima somente para analisar e contar ao Presidente os fatos ocorridos, algo que não aconteceu, O Ministro só veio apagar o fogo, quando não havia mais fogo para apagar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra, o Deputado Jalsen Reinnier para se ater...

O SR. JALSEN REINNIER – Então, V. Exª tem que ouvir o Ministro. Gostaria que V. Exª me reportasse...

O SR. ROMERO JUCÁ – Se V. Exª tem alguma acusação a fazer ao Ministro, que a faça, porque a Comissão também investigará. No entanto, ouvimos ontem o General comandante da operação de combate a incêndio, que demonstrou, por números, fatos e documentos, que atuou em consonância, atendendo ao pedido do Governo do Estado. Se V. Exª tem alguma queixa do Ministro Gustavo Krause, por favor, formule-a à Comissão, que a investigará.

O SR. JALSEN REINNIER – Certamente.

O SR. PRESIDENTE (ROMERO JUCÁ) – V. Exª me concede a palavra?

O SR. JALSEN REINNIER – Estou aberto às perguntas, Sr. Presidente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Jalsen Rainier, gostaria de saber se V. Exª tem conhecimento – isso foi dito por um dos Secretários do Diretor do DER – de que parte das obras foi realizada por administração direta, e parte por empreiteiros. Na qualidade de Vice-Líder do Governo, gostaria de saber quantos desses açudes que estão sendo divulgados foram construídos por administração direta ou por empreiteiros.

O SR. JALSEN REINNIER – Senadora, sobre ação emergencial, V. Exª, por ter uma bagagem muito mais profunda do que a minha, deve saber que emergência é emergência, e é lógico, transparente e eficaz que foi feito tanto pelo Governo quanto pelas firmas, porque o Governo não tem retroescavadeira para cavar poço para todos; tem que contratar e pagar.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Jalsen Reinnier, não estou questionando. Nós sabemos – já disse aqui várias vezes – que para obras emergenciais não há obrigatoriedade de licitação; por isso elas são mais fiscalizadas posteriormente. V. Exª já ouviu isso.

Meu questionamento não é sobre se foi feito, ou se o Governo não tem máquinas. O que temos de saber é se foram contratados empreiteiros, quantos o foram e quanto foi contratado por administração direta, já que o Diretor do DER afirmou ter tido conhecimento de que parte foi feita por administração direta – S. Srª não soube dizer qual órgão – e parte por empreiteiros.

Então, na qualidade de Vice-Líder, quero saber se V. Exª tomou conhecimento disso.

O SR. JALSEN REINNIER – Muito bem. Quanto a esse esclarecimento sobre números, V. Exª, por meio do Presidente desta Comissão, também deveria chamar aqui o ex-Diretor do DER, o Sr. Rob Rivera, que certamente poderia dar maiores esclarecimentos, até porque as ações aconteceram durante a sua gestão.

Quanto à sua pergunta, gostaria de me retratar, dando conta de que os dados apresentados pelo Governador estão justamente posicionados nessas gestões. Então, não posso chegar para V. Exª e dar um dado técnico por intermédio da palavra, sem ter um registro que documente o fato. Entretanto, gostaria que V. Exª me desse um prazo, para que, por meio de um pedido de informação ao DER, eu desse conhecimento a esta Comissão. Dessa maneira, a resposta seria mais técnica e não política.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª mencionou que deveríamos chamar o ex-Diretor, na qualidade de Deputado. Tenho certeza de que V. Exª sabe que, quando é substituído o dirigente de uma secretaria ou de qualquer órgão público, quem saiu não presta mais declarações.

O SR. JALSEN REINNIER – Depende da Comissão, Senadora.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Entretanto, quem não sabe que existem os arquivos? Se não é o mesmo diretor, o que o sucedeu deveria ter a pasta. Quanto a isso não há problemas, porque faremos uma solicitação por escrito ao Governo do Estado, para que nos encaminhe a votação.

Volto a dizer o que o Presidente já falou: não viemos aqui para receber instruções, mas para fazer perguntas com o grande respeito que estamos dedicando a todos os convidados. Então, espero que V. Exª...

O SR. JALSEN REINNIER – Senadora Marluce Pinto, da mesma forma existe a reciprocidade.

A SRA. MARLUCE PINTO – Exatamente... Até para sermos mais breves....

Vossa Excelência falou que no Paredão há mais de 400 poços... Eu estive por lá no último sábado, naquela vicinal principal, onde estão todas. Estivemos em cada casa e a reclamação era uma só: não falta mais água, porque choveu... Assim, não vimos os postos que V.Exª mencionou. Gostaria de saber, então, qual a localidade do Paredão em que foram construídos os poços.

O SR. JALSEN REINNIER – Posso responder?

A SRA. MARLUCE PINTO – Tem a palavra, Deputado Jaussen Ranier.

O SR. JALSEN REINNIER – Após a pergunta, bem objetiva, formulada pela Senadora Marluce Pinto, quero dizer que as vicinais 1, 2, 3, 4, 5 e 6, do Paredão, todas têm cacimba, tem poço... Pode anotar! E os demais números eu gostaria de dar por escrito a esta Comissão para que seja feito algo técnico e, não, político. Não tenho condições humanas... É a mesma coisa de eu pedir a V. Exª que memorize o número de identidade das pessoas desta platéia. Assim, terei de dar os números para esta Comissão. Assim, preciso ter um prazo para emitir os números que foram dados nas vicinais de 1 a 6, apenas no Paredão, e em outras localidades de Alto Alegre. Dessa forma, poderão conferir no local o que o Governo fez.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Nós aguardaremos a relação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Jalsen Reinnier, já que V. Exª nos dará tudo por escrito, nada mais tenho a perguntá-lo, apenas agradeço o convite formulado e a sua presença.

O SR. JALSEN REINNIER – Muito obrigado, Senadora Marluce Pinto. Agradeço-lhe pelo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passarei a palavra ao Senador João França, do PPB, que deseja fazer uso da palavra.

O SR. JOÃO FRANÇA – Quero deixar bem claro que o objetivo desta Comissão é ouvir todos os que possuem queixas a fazer. A Senadora falou que não vimos aqui receber instrução, tudo bem, mas viemos aqui para receber informações a respeito do uso do dinheiro público nesses intermináveis incêndios que atingem o Estado de Roraima.

O nosso Presidente falou que a Senadora, como Relatora, tem o direito de perguntar o que quiser. Todavia, não só o Deputado Jalsen Reinnier, mas todos os depoentes que vierem a esta tribuna deverão responder o que for perguntado conforme lhes convier. Portanto, esses direitos são iguais. Não há diferença. Não viemos para fazer política, mas para averiguar o dinheiro envolvido nessa seca e nas queimadas no Estado de Roraima. Se há uns poucos que foram beneficiados por cacimbões, buracos, mini-açudes ou seja lá o que for que, pelo menos, matou a sede do gado e evitou a morte de seus rebanhos e, hoje, querem denegrir a imagem do Governo, acredito que tudo isso é para tirar algum dividendo político. Assim, o direito que tem a Comissão de perguntar qualquer coisa, deverá ser cabível àquele que responde às perguntas, ou seja, o depoente terá o direito de responder o que lhe convier.

O SR. JALSEN REINNIER – Sr. Presidente, com a sua devida vênia, gostaria de fazer uma colocação ao que foi dito pelo Senador João França, até porque S. Exª veio como um homem público ao nosso Estado não para fazer política – e não quero dizer que assim faz esta Comissão -, mas para fazer apenas o seu trabalho, até pelo fato de S. Exª não ser candidato a nenhum cargo eletivo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero lamentar o fato de o Deputado Jalsen Reinnier ter cassado o direito de o Senador João França ser candidato. Esperamos que ele seja.

O SR. JALSEN REINNIER – Isso foi dito por S. Exª, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Ouviremos o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Desejo aproveitar a presença do Deputado Jalsen Reinnier nesta tribuna. Aliás, antes de ser Senador, ocupei o mandato de Deputado Estadual em meu Estado. Portanto, tenho o maior respeito pela Assembléia Legislativa de qualquer Estado e qualquer parlamento, pois tenho convicções democráticas profundas. O espetáculo que hoje vejo me deixa muito contente, pois, desde ontem, temos a participação maciça do povo de Boa Vista e do povo de Roraima, o que me faz lembrar do tempo em que, como Deputado Estadual, tínhamos os debates polêmicos e profundos em nossa Assembléia, sempre detentores de grande importância para o Estado do Amapá. Saio daqui convencido de que o esforço que foi feito, no sentido de permitir a presença desta Comissão, será recompen-

sado. É certo, e temos de compreender, que os debates estão intensamente politizados, até em função do momento em que vivemos – e isso é compreensível. Porém, não se pode negar, também, que todas as autoridades e lideranças políticas e expressivas deste Estado, e até as autoridades do Poder Executivo não investidas de mandato, como o general que ontem aqui esteve, o coordenador da Funai, estão tendo a oportunidade de posicionarem-se democraticamente, o que permite ao povo de Roraima fazer uma avaliação profunda para extrair a sua verdade. É claro que cada um ainda terá suas próprias convicções, pois, dificilmente aquele que veio aqui mudará sua opinião e interpretação dos fatos, sobretudo aqueles que já têm algum compromisso eleitoral em função das eleições que se avizinham. Óbvio que a presença do general foi importante para esclarecer a esta Comissão quanto à ação do Governo Federal, tanto com relação ao começo quanto à intensidade das mesmas. Ontem, levantou-se a hipótese de eu sair constrangido em função dos debates calorosos e em função dos ânimos, muitas vezes, exaltados. Saí satisfeito, porque, de fato, podemos presenciar um momento de muita democracia em que as pessoas se manifestam livremente. Não vimos qualquer confusão. Espero que até o final dos trabalhos permaneça este clima.

Quero dizer que a presença do Deputado Jalsen Reinnier nesta tribuna é exatamente o exemplo concreto do que falo, pois S. Exª faz, com toda convicção e tenacidade de jovem, a defesa daquilo que acredita e dos seus ideais, da mesma forma que os Senadores daqui de Roraima estão tendo oportunidade de esclarecer ao seu povo, de colocarem suas opiniões com clareza perante a imprensa local e nacional, bem como os Senadores de outros Estados. Tirarei minhas próprias conclusões para manifestar-me, em nível nacional, à imprensa e ao Senado da República. A população, posteriormente, tirará as suas conclusões.

Deputado Rainier, já fui informado que o Governador virá prestar os seus esclarecimentos. Alguns setores da imprensa manifestam dúvidas sobre a legitimidade desta Comissão, inclusive questionam a minha participação. Optei por não me envolver nas questões político-eleitorais do Estado. Compreendo muito bem a participação e o debate político; ambos são necessários, de tal forma que não poderíamos – a não ser que fizéssemos uma seção secreta, apenas com os depoentes – impedir que os debates fossem politizados. Assim, acredito que contribuo muito mais ao participar apenas dos assuntos que dizem respeito mais à questão da ação e dos recursos federais que estiveram disponíveis. A preocupação que deve nortear nossos trabalhos, de todos os depoentes e da própria Comissão é a de buscarmos, em conjunto, soluções para os problemas, superando divergências político-partidárias. Aliás, é o que acredito que haja aqui em nossos trabalhos, pois creio que todos estão dispostos a contribuir, seja qual for o lado político.

Conforme disse ontem o representante do Ministério Público, deveremos ter uma seca de grandes proporções. Dessa forma, devemos tomar providências para que não sejamos pegos por esse fenômeno que atingiu o povo de Roraima. Também sou de um Estado pobre da Amazônia e concordo plenamente com a posição do Deputado Jalsen Reinnier – e aqui passo a demonstrar minha isenção com relação e atuação desta Comissão – quanto à ausência do Ministro do Meio Ambiente neste Estado de Roraima no começo deste evento.

Ontem, respeitando todas as posições, foi questionado o fato de o Presidente da República e do Governador do Estado estarem viajando ao ser decretado o estado de calamidade pública. Interessante que, coincidentemente, o Ministro viajava ao Estado de Fernando de Noronha quando o fenômeno aqui estava mais rigoroso. Aliás, o Senado e a imprensa nacional condenaram essa atitude. O fato de o Ministro ser do PFL, do Senador Romero Jucá ser do PFL não me impede de dizer o que penso nesta Comissão. Digo que foi voz comum no Senado da República e na imprensa nacional, independente de Partido, que o Ministro não agiu com a responsabilidade que exige o seu cargo e a sua função. S. Exª deveria ter vindo a Roraima imediatamente. E isso, todos sabemos, tem trazido prejuízos eleitorais ao Presidente Fernando Henrique Cardoso, não apenas nessa ação contra a seca e o incêndio de Roraima, mas com relação à seca no Nordeste e em outros episódios ocorridos em todo o País.

Meu objetivo não é politizar a discussão no âmbito federal. Meu Partido é de Oposição – PDT. Aqui há outra realidade em cujo mérito não vou entrar.

Deputado Rainier, eu gostaria que V. Exª pudesse apenas colaborar com uma outra informação. Deveria ter feito esta pergunta ao Presidente da Assembléia Legislativa, quando esteve ontem na tribuna. Faço-a, porém, a V. Exª, que ocupa uma importante função na Casa como Líder do Governo, que, no meu entendimento, está tão convicto, defendendo suas posições, sendo leal ao seus princípios e convicções. Eu gostaria de saber a resposta, mais como

uma informação para o meu conhecimento – nem sei se será útil no relatório.

Esclareço que o relatório vai se posicionar basicamente sobre as questões técnicas. O debate político está acontecendo em função do momento em que estamos, mas a composição, a elaboração do relatório só vai se prender aos aspectos técnicos do problema. Todas as informações técnicas apresentadas neste momento ou **a posteriori** serão incluídas no relatório. Os debates políticos mais acirrados certamente não farão parte do relatório, porque o próprio Senado não tem por que apreciar questões dessa natureza com relação à política local.

Eu gostaria de entender melhor de que forma a Assembléia Legislativa colaborou neste episódio, se formou algum tipo de comissão ou se há uma comissão de meio ambiente ou com alguma outra especificação que possa ter atuado de forma mais presente no momento por que passou e neste por que passa o Estado de Roraima.

Parabenizo V. Exª pela defesa veemente que tem feito de acordo com suas idéias, dando oportunidade para que o Governador do Estado tenha direito à defesa, como está sendo aqui assegurado pelo Senador Romero Jucá, que, aliás, no meu entendimento, está conduzindo este trabalho também com muita responsabilidade e respeitabilidade. É claro que, muitas vezes, aflora a questão política, porque ele é um homem da região, que já foi Governador, que já está integrado à região. (Risos) É um homem de um Estado do Nordeste, também pobre, com todas as dificuldades que temos. Também sou neto de cearense. Os nordestinos são nossos irmãos. O Senador Romero Jucá certamente, pelas funções que já ocupou e ocupa neste Estado, já está integrado à realidade local. Por isso S. Exª não pode furtar-se a, em determinados momentos, levantar questionamentos políticos. Está, certamente, direcionando os debates de forma a que todos tenham oportunidade de se posicionar.

Por isso considero que, embora possa haver, por parte de uma parcela da população, entendimento de que os objetivos desta Comissão são meramente político-eleitorais – mesmo que assim seja... Pode ser que, nos debates, o Governador leve vantagem. Não seria, então, prejudicado por essa iniciativa, mesmo que ela fosse política. Pode ser que, em alguns momentos, o Governo leve vantagem nos debates ou até pode ser que a maioria da população, por meio da imprensa, seja convencida de que o Governo agiu corretamente. Haveria um massacre do Governador se os seus líderes, os seus companheiros de Partido, as pessoas que o defendem politicamente estivessem impedidos de vir aqui, se seletivamente tivessem sido convidados apenas os opositores do Governador. Mas isso não aconteceu. Todos estão tendo oportunidade de se posicionar, até o próprio Governador.

Cumprimento o Senador Romero Jucá pela forma como está conduzindo os trabalhos. É de sua responsabilidade, de sua índole assim agir. Embora haja conteúdo político neste debate, vai prevalecer fundamentalmente a questão técnica.

Eu gostaria, se possível, que o Deputado Renier me fornecesse informações a respeito da atuação da Assembléia Legislativa em todo este processo.

O SR. JALSEN REINNIER – Senador Sebastião Rocha, em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer a forma como V. Exª se referiu a minha pessoa.

Comunico que, dentro deste Poder, existe uma Comissão de Agricultura que fiscalizou, acompanhou os membros que vieram de Brasília, verificou **in loco**, fez visitas, foi aos pontos que estavam sendo atingidos pelas queimadas. Enfim, cada Deputado deste Poder fez a sua parte. Os que não fizeram se olham uns para os outros. (Palmas) Cada Deputado fez a sua parte, cada Deputado deu a sua parcela de contribuição.

É óbvio que o Poder Legislativo local não tem um poder tão grande quanto o do Congresso Nacional, que V. Exª representa tão bem, com convicção e com argumentos de muita transparência e clareza. Tenho consciência de que a Comissão fez a sua parte e nós fizemos a nossa. A Assembléia Legislativa continuará agindo assim. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu também gostaria de fazer algumas perguntas ao Deputado Jalsen Reinnier.

Em primeiro lugar, pergunto se V. Exª sabe, como Vice-Líder do Governo, se efetivamente foi enviado algum plano de combate à seca, de combate a incêndio, de atuação social encaminhado pelo Governo para ser debatido com os Deputados Estaduais desta Casa.

O SR. JALSEN REINNIER – Se a situação era emergente, o Governador convocou todos os Deputados ligados ao nosso grupo do PPB e a grupos adversários do Governo. Nessa reunião, houve um grande encontro em que o Governador colocou a realidade por que passava nosso Estado.

Concluindo o raciocínio e respondendo sua pergunta, digo que o Governador fez, sim. Convocou os nobres Pares e disse que iria tomar uma medida porque o Brasil virava as costas para o Estado. (Pal-

mas) E a Argentina, em menos de 24 horas, mandou um avião contendo quatro helicópteros. Se não fossem, oxalá, os argentinos, talvez esse incêndio virasse uma catástrofe pior.

Eu gostaria de dizer a V. Exª que houve a preocupação do Governo e houve a participação da Assembléia Legislativa. O Governador a convocou, sim. Os Deputados Francisco Flamarion Portela, Francisca Aurelina de Medeiros Lima, Édio Vieira Lopes, Deputados que fazem parte do grupo de apoio ao Governo, que defendem o lógico, o óbvio e o eficaz estão aqui para confirmar. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Farei a mesma pergunta aos Deputados de Oposição. O Deputado Iradilson Sampaio de Souza já respondeu que "não". Depois os Deputados Elder Teixeira Grossi, Lúcio Elber Licarião Távora terão oportunidade de responder a pergunta a que V. Exª respondeu.

O SR. JALSEN REINNIER – Senador Romero Jucá, abrirei um leque a V. Exª.

Nas idas do Governador a Venezuela, conversando com o Presidente Rafael Caldera, buscando, implorando, mendigando (palmas) e, às vezes, até se arrastando ao Presidente daquele País, por várias vezes, mandou uma mensagem governamental para ir até o vizinho país da Venezuela, para poder trazer a tão sonhada energia elétrica para o nosso Estado. (Palmas)

O Deputado Iradilson Sampaio – perdoe-me, mas S. Exª sabe disso – assim como os Deputados Elder e Lúcio votaram contra. Votaram contra! Votaram contra!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Reinnier.

O SR. JALSEN REINNIER – Como o Governador vai chamar alguém que está contra o Estado?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Reinnier.

O SR. JALSEN REINNIER – Como o Governador vai chamar uma pessoa que está contra o povo?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Jalsen Reinnier, por favor. Por favor! Silêncio, por favor! Silêncio, por favor!

Deputado Jalsen Reinnier, primeiro, atenha-se à resposta. Segundo, respeite o direito da Oposição de votar a favor ou contra, assim como V. Exª também o tem.

O SR. JALSEN REINNIER – Estou citando um exemplo.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Terceiro, não precisa o Governador se arrastar nem mendigar nada a Venezuela porque o Presidente Fernando Henrique, o Governo Federal (palmas) fez os entendimentos necessários para construir a linha de Gury. Não precisava disso. Na verdade, o Governador está cometendo um erro de ótica política, o que é outra questão.

Estou fazendo esta pergunta porque me parece, pelas entrelinhas das palavras de V. Exª, que houve uma conversa com partidários do PPB para discutir onde as cacimbinhas seriam feitas, que tipo de comida seria feita...

O SR. JALSEN REINNIER – Diminua mais, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quem usou a palavra "cacimbinha" foram os Secretários do Governador. Não fui eu!

O SR. JALSEN REINNIER – Não fale "cacimbinha", não! Fale "buraquinho", mas que matou a sede do gado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu vou usar a palavra que achar melhor. Estou usando a definição dada pelos técnicos do Governo que contrataram e fiscalizaram as obras.

Estou fazendo esta pergunta porque, pelo que V. Exª disse, institucionalmente, esta Casa não foi comunicada de forma oficial. Ou seja, não foi enviado nenhum documento, plano de emergência, plano de ação para ser discutido no Plenário desta Casa. Desculpe-me, mas não houve isto.

O SR. JALSEN REINNIER – Não havia tempo, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu também gostaria de saber se V. Exª tem conhecimento de algum trabalho de prevenção do Governo Estadual ou do Governo Federal, mesmo depois do dia 22 de janeiro, quando foi decretada calamidade pública por conta da seca. Houve algum trabalho para a contenção ou a prevenção dos incêndios? V. Exª tem conhecimento disto?

O SR. JALSEN REINNIER – Vou responder. Não há prevenção e não haverá nunca porque nós somos um Estado pobre, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não tenho mais perguntas a fazer porque V. Exª quer fazer política, quer fazer campanha. Não é este o nosso objetivo!

(Pausa.)

Vamos recomeçar os trabalhos desta Comissão.

Mais uma vez, solicito silêncio!

Como Presidente desta Comissão, como Senador de Roraima com questionamentos a fazer, no intuito de que a Comissão seja presidida sem qualquer tipo de dúvida sobre minhas perguntas, passo a Pre-

sidência da Comissão ao Vice-Presidente, Senador Sebastião Rocha, para conduzir esta audiência com o Governador Neudo Campos.

Antes, agradeço a presença do Governador Neudo Campos, que é importante a presença de S. Exª para que tenhamos dados e informações de documentos que possam esclarecer as queimadas e o incêndio de Roraima e possa ajudar no trabalho desta Comissão.

Passo a palavra, então, ao nobre Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Eminente Governador Neudo Campos, em nome do Senado da República e desta Comissão, eu agradeço a presença de V. Exª que, certamente, aqui comparece para colaborar com os trabalhos do Senado e, de forma democrática, poder prestar alguns esclarecimentos a esta Comissão que, certamente, servirão de base para o Relatório que será apresentado no Senado da República.

Sr. Governador, eu sou de um Estado bem pequeno, um Estado com dificuldades muito semelhantes às que passam o Estado de Roraima e, antes de mais nada, eu queria manifestar a minha solidariedade e a do povo do meu Estado, do Amapá, em função das dificuldades que atravessa o Estado de Roraima. E é nossa obrigação, e de todos os homens públicos, juntar esforços no sentido de superar problemas dessa natureza que não estão sob o controle de nossa vontade, mas são fenômenos da natureza que, a qualquer momento, podem atingir tanto a nossa Região, o nosso País, quanto outros países.

Ao público presente eu gostaria de manifestar a nossa preocupação com o comportamento que vem sendo apresentado por todos. Este é o ponto culminante dos trabalhos desta Comissão, quando teremos a oportunidade de ouvir o Governador do Estado, e é importante que todos colaborem e tenham paciência, porque os trabalhados a serem desenvolvidos e os encaminhamentos a serem dados nos debates, tanto pelos Srs. Senadores aqui presentes quanto pelo Governador, serão de alto nível em respeito a todos que aqui estão e ao Senado da República. Então, eu gostaria de contar com a colaboração de todos, no sentido de ouvirem com atenção e evitarem manifestações mais calorosas que possam, em determinado momento, até dificultar o entendimento das falas e prejudicar o andamento dos trabalhos.

Assim, eu pergunto a S. Exª, o Governador do Estado, o Governador Neudo Campos, se gostaria de fazer algumas considerações preliminares ou se poderíamos passar a palavra aos Srs. Senadores para perguntas.

Com a palavra o Sr. Governador do Estado de Roraima, Dr. Neudo Campos. (Palmas)

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Muito obrigado.

Sr. Senador Sebastião Rocha, Sr. Senador Romero Jucá, Srª Senadora Marluce Pinto, meu amigo Senador Sr. João França, Srs. Deputados Estaduais, autoridades aqui presentes, Sr. Presidente da Assembléia Estadual, Sr. Deputado Almir Sá, amigos, companheiros e companheiras que aqui estão assistindo a este ato público:

Sr. Senador Sebastião Rocha, eu recebi um convite da Comissão do Senado que está interessada em apurar as questões relativas ao incêndio e, neste convite, expressa, claramente, que gostaria de ouvir o meu posicionamento sobre o tema e as providências que nós tomamos.

Eu gostaria de iniciar a leitura das providências, que achamos por bem tomar durante todo o desencadeamento desse desastre ecológico que aconteceu no nosso Estado, desde quando começamos a sentir as primeiras dificuldades, os primeiros sinais de que a situação se confirmaria muito séria. Srs. Senadores, a minha presença, aqui, significa, acima de tudo, um respeito ao Senado Federal (Palmas); significa que entendemos que esta Casa Legislativa, onde todos são iguais, onde há representação dos Estados, onde o Estado de Roraima tem tantos membros quanto os têm o Estado de São Paulo ou do Paraná ou do Rio Grande do Sul. Por isto, fizemos questão, embora o fórum nos fosse privilegiado – poderia ter marcado para recebê-los lá no meu gabinete ou até lá no Senado Federal -, mas preferi vir aqui, porque não tenho nada a esconder, pelo contrário, tenho a mostrar. (Palmas.)

Em dezembro de 1997, nós lançamos no Município do Bonfim, o programa chamado "Mutirão pela Água" – no dia 7 de dezembro. No dia 6 de janeiro, o programa "Mutirão pela Água" foi lançado no Município de Normandia. E tem mais – isto é só o começo – tem muito mais. (Palmas) No dia 22 de janeiro, na verdade, a situação começou – o pessoal irá cooperar e ninguém vai perturbar. É apenas uma manifestação. Eu, no meu ponto de vista pessoal, acho que ninguém deve ser retirado por mim. Todo mundo poderá continuar aqui.(Palmas) No dia 22 de janeiro, em função da estiagem que se mostrava perversa, da estiagem que se mostrava muito maior do que se poderia imaginar, nós decretamos estado de calamidade pública no Estado de Roraima. E no dia 27, fi-

zemos o lançamento da "Ação Emergencial Contra a Seca", no Município de Normandia. No dia 30, nós fizemos um aviso aos Srs. Ministros Gustavo Krause, do Meio Ambiente, Antônio Kandir, do Planejamento e Arlindo Porto, da Agricultura.

Eu vou ler para os senhores o aviso ao Sr. Ministro Gustavo Krause:

"Sr. Ministro, infelizmente em decorrência do fenômeno El Niño, Roraima experimenta, atualmente, a pior seca dos últimos 40 anos, comprometendo as safras futuras, o abastecimento regular de água potável às residências, escolas e hospitais, trazendo tanto à população urbana quanto à interiorana sérias conseqüências na vida cotidiana e na saúde pública.

Conforme poderá ser observado pela documentação anexa, as ações empreendidas pelo Governo do Estado, apesar de abalarem significativamente o exíguo Orçamento do Estado em função da dimensão com que o problema se apresenta, não vêm conseguindo mitigar os efeitos perversos que se abatem sobre os Municípios do Estado.

Em face do exposto, venho solicitar o imprescindível apoio de V. Exª, para, em conjunto, empreendermos as ações necessárias para a reversão desse quadro desolador. A planilha apresentada, em anexo, demonstra as ações que deverão ser implementadas e que somam o valor de R$12.876.017,10.

Certo de compreensão, reitero a V. Exª as homenagens da minha admiração e do meu apreço.

Neudo Campos, Governador de Roraima."

(Palmas.)

Esses avisos foram vazados nos mesmos termos para os Ministros Gustavo Krause e Antonio Kandir e para o Ministro da Agricultura, Arlindo Porto.

No dia 3 de fevereiro, fui a Brasília para ter contato direto com o Ministro Fernando Catão. Eu havia levado esses projetos a Brasília e conversado anteriormente com S. Exª. Nós não fomos lá para perguntar, porque já havíamos mantido entendimento sobre a forma como trabalharíamos – mediante o esforço conjunto do Governo Estadual e da Secretaria de Políticas Regionais -, a fim de obtermos uma boa solução para o Estado, que amenizasse, principalmente, as agruras do povo do interior. Em Brasília, também tivemos um encontro com o Diretor da Defesa Civil, Pedro Augusto Sanguinetti*. A Defesa Civil é exatamente a que, nesses casos, procura mobilizar as forças, para fazer frente a essas calamidades. Estive com o Secretário Executivo da Secretaria de Políticas Regionais, Sr. Marcos França. Discutimos qual seria a melhor forma de operacionalizar isso.

Está aqui o nosso projeto. Naquele momento, ele foi dividido em três partes. O açude que abastecia São João da Baliza estava praticamente seco, assim como o de São Luís; o de Moderna já havia secado. Havia problemas também em Rorainópolis, Nova Colina, Equador, Jundiá, mas o mais sério e grave em termos de suprimento de água potável era o de Baliza. Aqui em Roraima, não tínhamos equipamento adequado para fazer perfuração de rocha. Todo o equipamento de perfuração de poços artesianos ou semi-artesianos era à percussão e não conseguia penetrar a rocha, ou seja, não resolvia o problema que tínhamos pela frente em Baliza.

Então, fomos buscar, no Estado do Amazonas, as empresas que tivessem esse equipamento. Vieram duas, que imediatamente começaram a fazer as perfurações. Lembro que o primeiro poço deu uma vazão de 12 mil litros por hora, o que amenizou a situação. Depois, fizemos mais poços, tanto que Baliza tem hoje uma água cristalina, potável, de primeira qualidade, melhor que a anterior. A cidade ficou com um suprimento perfeito.

Depois, o problema complicou-se em São Luís de Anauá, onde parecia que o açude jamais secaria, por ser enorme a barragem. Tecnicamente, eu pensava que ele tinha uma capacidade, um volume de água suficiente para suprir o dobro da população de São Luís de Anauá; no entanto, começou a secar perigosamente. Sr. Senador, a água começou a ficar tão ruim, que, em seu tratamento, era preciso adicionar 10 vezes a quantidade de cloro que normalmente se adicionava. Isto, evidentemente, era feito pelos técnicos da Companhia de Água e Esgotos de Roraima.

A partir disso, vimos que a solução para São Luís de Anauá também seria a perfuração de poços e resolvemos adotá-la. Tentamos com a empresa local, mas não atingimos vazão suficiente; colocamos uma empresa de Manaus, até que se conseguiu vazão para suprir a cidade. Hoje, ela tem água potável de boa qualidade, muito melhor do que a anterior. Todos sabem que a água obtida no fundo do poço já é filtrada, pura; o que se adiciona de cloro, atualmente, deve-se mais ao contato dela com a tubulação até chegar às casas. A água é muito boa. Isso, evidentemente, é testado e mensurado pelos bioquímicos da Companhia de Água e Esgotos de Roraima.

Vila Moderna tem um açude que é conseqüência de um igarapé que passa no pé da serra. Aquela

água era muito boa. Há toda uma estrutura de captação; a adutora leva a água até a Vila, e, de lá, é feita a distribuição. No entanto, a água secou devido à grande estiagem, e tivemos que tomar a mesma providência.

Rorainópolis era uma grande preocupação, porque é a cidade do interior que mais cresce. É onde se abrigam os primeiros migrantes que chegam à Roraima; fica na BR 174. Tenho a impressão de que Rorainópolis, dentro de um ou dois anos, será, populacionalmente, o maior Município do Estado de Roraima. Quando o crescimento ocorre sem infra-estrutura, o que fazer para suprir os bens necessários e primários, como a água? Nós tínhamos que fazer a perfuração. Só para terem uma idéia, na perfuração do poço em Rorainópolis, só foram escavados, numa parte de argila arenosa, cerca de três metros; mais de 70 metros foram perfurados em rocha antes tida como impenetrável. Um equipamento moderno rotopneumático realmente deu uma nova condição para Roraima. Por que não havia isso antes em Roraima? A culpa não é de ninguém, absolutamente. Não pensem que vou acusar alguém. O nível do lençol freático o permitia; não havia necessidade disso. Aqui, em Boa Vista, por exemplo, não é preciso esse tipo de equipamento. Em Boa Vista, perfuram-se 40 metros e se obtêm vazões de até 70 mil litros por hora; exatamente por esse motivo, não havia esses equipamentos aqui antes, Senador. Tudo aconteceu junto com a estiagem, com a seca; tudo ocorreu e mostrou que, do ponto de vista geral, não tínhamos como enfrentar aquilo, simplesmente porque nunca tínhamos vivenciado essa situação anteriormente.

Precisamos dos recursos. Solicitamos os R$12 milhões às Secretarias de Políticas Regionais, ao Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Amazônia Legal*, ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento* e ao Ministério do Planejamento e Orçamento*. As providências que pedimos ao Governo Federal demoraram muito a acontecer. No dia 5 de fevereiro, dei um novo aviso aos Ministros Gustavo Krause, Antonio Kandir e Arlindo Porto, nos seguintes termos:

Sr. Ministro,

Com os meus melhores cumprimentos, encaminho a V. Exª o Projeto Barragem, em complementação à documentação enviada a esse Ministério, por meio do Aviso nº OO3 [aquele que li anteriormente], que faz parte da ação emergencial deste Governo contra as conseqüências do longo período de estiagem que motivou a declaração de calamidade pública em todo o Estado de Roraima.

Vejam bem: detalhei aqui a nossa ação com relação à perfuração de poços. Mas qual era a situação daquele pequeno produtor rural que estava sozinho na área rural, na sua vicinal? O igarapé e o riacho que existiam ali por perto secaram, e ele não tinha como alimentar o seu pequeno rebanho, os seus carneiros, o seu gado. Não havia água para dar de beber para eles e até para as galinhas. Dessa forma, nesse momento, fizemos um projeto ao qual chamamos de "Pequenos Açudes". (Palmas)

O que são os pequenos açudes? São cacimbas. Essa é uma questão de nomenclatura. Vocês sabem por que chamei aquele projeto de "Pequenos Açudes"? Porque, quando eu estava no interior e encontrava com as pessoas nas vicinais, estas me diziam: "Governador, por favor, faça um açudezinho aqui para nós". Por isso, eu o chamei de "Pequeno Açude". É claro que esse açude não é do tipo do de Orós*. Será que alguém pode imaginar que estamos tentando dizer que fizemos cerca de seis mil açudes do tamanho do de Orós? Onde cabe isso? Isso não é racional.

Há o nosso regionalismo. O Brasil é um país muito grande, e há pequenas diferenças de tratamento, de nomenclatura; isso varia um pouco. Por isso, falamos "pequenos açudes" ou "cacimbas".

O que importa, fundamentalmente, é que aquilo era apenas um buraco em que se foi buscar água para salvar o rebanho das pessoas que dele precisavam. Se vamos chamá-lo de açude, de Orós, de Oceano Atlântico, isso não interessa muito. O que interessa é o objetivo.

Esses pequenos açudes têm oito metros de comprimento, quatro metros de largura e cerca de três metros de profundidade. A outra proposta que apresentamos também era absolutamente importante, porque, enquanto tínhamos que resolver a questão da água nas áreas urbanas por meio de perfuração de poços, teremos que resolver a questão da área para o pequeno produtor rural por meio desses pequenos açudes, dessas cacimbas.

Mas havia um outro problema que aproveitamos e colocamos no nosso projeto e que vejo como algo que pode contribuir para decisivamente resolver o problema e evitar que, amanhã, essa história se repita. Se houver novamente uma nova seca, uma nova estiagem, apresentaremos uma solução que reputo ser tecnicamente muito boa: a construção de barragens nos igarapés. No Estado de Roraima, há um igarapé a cada 500 metros. Senador, se fizermos

uma ou duas barragens no igarapé, nós o perenizaremos. Nesse caso, se acontecer uma outra estiagem, haverá um armazenamento de água fabuloso, que custará muito pouco. Assim, as pequenas barragens também estavam contempladas no nosso projeto.

O tempo passou, e a situação foi se agravando, até que, no dia 28 de fevereiro, o nosso Corpo de Bombeiros foi chamado para ir até Apiaú*, onde começava a eclodir uma situação que era muito difícil de ser identificada. Em janeiro, em fevereiro e em março, começam as queimadas aqui em Roraima. São queimadas naturais, que, com absoluta certeza, acontecem também no Amapá e em outros Estados amazônicos. Mas, no final de fevereiro, o fogo começou a passar daqueles limites, caracterizando não mais a queimada natural e começando a preocupar e a se tornar, na verdade, algo mais assustador.

Senador Sebastião Rocha, anteriormente, quando se queimava, a umidade relativa do ar verificada aqui, no Amapá e na Amazônia era em torno de 70% a 80%. Este é o grande defensor da Amazônia: a umidade relativa do ar. Mas, Senador, V. Exª sabe qual era a umidade relativa do ar em Roraima no mês de fevereiro? Era de 34%, que é a umidade relativa verificada em Brasília. Somente em Brasília, chega-se a um umidade relativa do ar em torno de 12%. Mas, na Amazônia, isso é algo inusitado. Nunca antes isso havia acontecido. Esse grande protetor, que era exatamente a umidade relativa do ar, ausentou-se. E as pessoas quando tocavam fogo querendo queimar apenas as suas roças, viam, de repente, que o fogo escapava ao seu controle. Aí as coisas começaram a se complicar e o nosso Corpo de Bombeiro entrou em ação no dia 28 de fevereiro.

No dia 4 de março houve, nos Municípios de Mucajaí e Alto Alegre, a constatação da evolução desses incêndios. A situação começava a ficar dramática. No dia 5 de março, estive com o Presidente Fernando Henrique Cardoso para tratar desse assunto. Omiti aqui uma coisa: quando decretei estado de calamidade pública, imediatamente telefonei para o Presidente da República, com quem falei por três vezes e o Presidente Fernando Henrique mandou que falasse com o Fernando Catão para as providências e o apoio necessários. Foi quando falei com Fernando Catão, por telefone, e aí já contei a história de como elaboramos os projetos e as suas finalidades.

Pois bem. Volto para Boa Vista. No dia 8 de março, o incêndio se propaga de uma forma já visivelmente incontrolável. Em 19 de março, fiz uma carta ao Presidente Fernando Henrique Cardoso. Como é uma carta pública e como sou escudeiro do Presidente, estou do lado de Sua Excelência, trabalhei pela sua eleição e novamente vou pedir votos para Fernando Henrique Cardoso, lerei o seu teor. Não foi uma carta oficial, foi uma carta oficiosa, com o seguinte texto:

"Meu amigo Presidente,

Desde janeiro, quando decretei o estado de calamidade pública em Roraima, em conseqüência da prolongada estiagem, os problemas conseqüentes vêm se agravando. A imprensa nacional e internacional diariamente pressionam por notícias como o andamento do combate ao incêndio, a área afetada e principalmente o auxílio do Governo Federal.

Presidente, sem falar dos danos à fauna e à flora, a vida de pelo menos 40 mil pessoas foi fortemente afetada por esse fenômeno da natureza e, especialmente, aqueles que contraíram empréstimos do FNO especial e Procera que, por terem suas pastagens queimadas, dificilmente terão condições de saudar essas dívidas.

Dessa forma, sugiro a Vossa Excelência que aceite o meu convite para visitar Roraima e verificar **in loco** a situação dramática dos campos já queimados da selva ardendo e do ar que recebe tanta fumaça que fez com que o número de atendimentos às crianças com doenças respiratórias em nossos hospitais passassem de 80 para mais de 200 diariamente. E, lá, Presidente, Vossa Excelência poderia conceder a securitização para os beneficiários do FNO, a anistia para os do Procera e um empréstimo especial via BASA ou Banco do Brasil, para que possibilite a esta gente uma chance de novamente de reequilibrar. Na verdade estamos tratando de valores financeiros muito pequenos mas, que no caso, significa o verdadeiro renascimento das cinzas, ou seja, a oportunidade de caminhar de cabeça erguida, sem ter que evitar as portas dos bancos devido aos fenômenos do El Niño.

Estou à sua disposição, para juntarmos nossos esforços, a fim de não só debelar o fogo ameaçador que implanta o desespero por onde passa, mas, sobretudo, comprovar à nossa gente que existem dois Governos solidários, o estadual e o federal.

Do amigo Neudo Campos, Governador." (Palmas.)

Isso ocorreu em 19 de março. No dia 12 de março, fizemos uma ação emergencial contra a seca, lá no Município do Cantá. Dia13 de março, pedi uma reunião com o General Carvalho, o Comandante do 1º BIS – Brigada de Infantaria de Sel-

va, e o Comandante da Base Aérea de Boa Vista, a fim de solicitar apoio das Forças Armadas para a liberação de homens e de helicópteros para combater e monitorar o fogo. Fizemos um ofício em 14 de março, dirigido ao Dr. Pedro Augusto Sanguinetti Ferreira, Diretor do Departamento de Defesa Civil, do Ministério do Planejamento e Orçamento. Nesse mesmo dia, em Brasília, entregamos ao Ministro Fernando Catão o Aviso nº 011, com o seguinte teor: "Sr. Ministro, dos 15 municípios do Estado de Roraima, 10 estão seriamente afetados pela ação do fogo e da seca, em decorrência da forte estiagem que se verifica, desde setembro de 1997, conforme o Mapa Comparativo do Regime Pluviométrico, em anexo.

O caso é ainda mais grave para a população interiorana, cujas perdas totalizam, até agora, 20 mil cabeças de gado, 900 mil hectares de pastagens e cerca de 2 milhões de hectares dos lavrados do Estado, com tendências a aumentos consideráveis, caso não ocorra uma ação emergencial imediata para reverter a situação. Para tanto, já decretei estado de calamidade pública no Estado desde 22 de janeiro, como é do seu conhecimento.

Estou deslocando recursos orçamentários para atender às ações emergenciais que estão sendo desenvolvidas e, paralelamente, já encaminhei aos Ministérios do Planejamento e Orçamento, à Agricultura, Meio Ambiente, bem como à Defesa Civil em Brasília, solicitando apoio financeiro a projetos que contemplam a construção de poços artesianos, açudes e barragens, totalizando R$12.876.000,00. Além dessas ações, pretendo, ainda, contratar uma empresa venezuelana especializada em controle aéreo de fogo, que deve trazer uma frota de helicópteros para apagar focos existentes em lugares de difícil acesso.

Acontece que, em função da devastação, a população interiorana afetada pelas queimadas demandará o auxílio de cestas básicas e recursos financeiros para reiniciar suas atividades produtivas. Essa ação abrangerá cerca de 37.335 pessoas do interior do Estado, das quais 5.840 são indígenas, totalizando cerca de 9.567 famílias rurais, nos 10 municípios mais afetados, conforme indicam os quadros apresentados em anexo.

Pelo que foi exposto, solicito o empenho de V. Exª para liberar os recursos necessários que mitigarão as conseqüências da ação do fogo nos municípios indicados."

Vejam, que já estamos no dia 14 de março.

No dia 14 de março, recebemos a visita, aqui, no Estado, do Secretário Executivo da Secretaria de Políticas Regionais, Marcos França. Nesse dia veio a Roraima uma missão da Secretaria de Políticas Regionais, juntamente com a Defesa Civil. Vejam. Vejam o tempo que decorreu. Embora o Presidente Fernando Henrique Cardoso, desde o começo, quando decretei estado de calamidade pública, tenha se dirigido ao Secretário Fernando Catão, pedindo-lhe que apoiasse Roraima, somente no dia 14 de março recebemos a visita de Marcos França, que é o Secretário Executivo da Secretaria de Políticas Regionais, de Pedro Augusto Sanguinetti, que é o Diretor do Departamento de Defesa Civil, e também do especialista em combate a incêndios florestais do Ibama, Geovane Cornachia.

Pois bem, nessa reunião, esse jovem especialista em incêndios florestais disse que o meu esforço de trazer os helicópteros venezuelanos, para fazer o lançamento de água na Amazônia, de maneira nenhuma iria resolver. Na verdade, quando a água caísse lá em cima, as próprias copas das árvores iriam impedir que apagasse o fogo. Esses valores eram muito altos. A hora voada de um helicóptero para lançar cerca de 4.500 litros custava nada menos de US$3.500, gasto insuportável aos cofres do Estado. Na verdade, já estávamos fazendo um enorme esforço, que depois os senhores vão constatar, que redundou, nos gastos estaduais, em torno de C$6.200,000, que não eram previstos, para amenizar os efeitos da estiagem e combater o incêndio.

E, aí, alguém pode indagar: o que isso tem a ver com incêndio? Para mim, queimadas são consequência da estiagem. E o que o Governo estadual pediu, para as queimadas? Pediu recursos efetivos para as queimadas; pedimos homens equipados e treinados em combates a incêndios florestais e equipamentos adequados para combater esse tipo de incêndio. Os recursos financeiros para dar seqüência à mitigação dos efeitos da estiagem, até o momento, não vieram.

No dia 18 de março, visitaram Roraima: o Ministro Fernando Catão, da Secretaria de Políticas Regionais, Dr. Pedro Augusto Sanguinetti, Diretor da Defesa Civil, Antonio Carlos Prado, Diretor do Desenvolvimento Sustentável do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos, Manoel Magalhães, Diretor de Controle e Fiscalização do Ibama, Valéria Câmara, Assessora da Secretaria Especial.

No dia 19 de março, enviei ao Presidente do Banco do Brasil, Paulo César Ximenes Alves Ferreira, o Ofício nº 029. Vamos relatar. Na verdade, enquanto estou relatando isso aqui, o tempo está de-

correndo. Os senhores estão acompanhando e vendo que os recursos financeiros que pedimos para fazer a escavação dos açudes não chegaram, mas os açudes começaram a ser feitos. (Muito bem! Palmas) Não ficamos de braços cruzados; nós agimos. Começamos pelo Município do Bonfim. Alguém até poderia dizer: "Olha, o Governador age de uma forma desigual, trata os municípios de forma desigual: primeiro, ele vai contemplar os municípios onde o Prefeito está do lado dele. " Não podem dizer isso.

Sabem, por onde comecei a escavação dos pequenos açudes, das cacimbas? Pelo Município de Bonfim. (Muito bem! Palmas) Então, as ações aconteceram.

Vejam bem a logística disso. Na verdade...

(*Intervenção fora do microfone. Inaudível.*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Parece que houve um pequeno incidente ali.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Atenção! Peço que todos se acalmem, porque senão teremos de suspender a reunião, ou até tomar uma atitude que não gostaríamos de tomar: evacuar as galerias.

Pedimos a todos atenção e calma, para que possamos continuar com os trabalhos, sob pena de termos de evacuar o recinto. Solicitamos a todos que se sentem em seus lugares, para que possamos dar continuidade aos trabalhos.

Peço ao Governador que aguarde até que os ânimos estejam acalmados para retomar sua exposição. (Tumulto)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Atenção: pedimos a colaboração de todos, porque queremos que o povo de Roraima e as pessoas que aqui estão acompanhem os depoimentos e a parte mais importante que é exatamente os debates. Se continuarem a acontecer episódios dessas natureza, vamos ter que tomar providências que não gostaríamos de tomar.

Peço que as pessoas evitem se agredir e evitem agredir tanto o Governador quanto os Senadores. Compreendo que é importante a participação de todos e está sendo dada liberdade para que as pessoas se manifestem com aplausos. Mas não é produtivo, não é importante para o Estado de Roraima nem para o Brasil que haja confusões dessa natureza. Vamos continuar com a colaboração de todos vocês, aplaudindo quando acharem que devem, mas sem agredir as autoridades presentes e sem haver agressão entre vocês.

Concedo a palavra ao Governador Neudo Campos.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – No dia 19 de março, fizemos um ofício ao Presidente do Banco do Brasil:

"Sr. Presidente, o Estado de Roraima está sendo impiedosamente devastado pelas conseqüências do fenômeno El Niño, que trouxe para esta região uma seca jamais vista ao longo dos últimos 50 anos. E com ela trouxe, também, as queimadas incontroláveis que avançam sobre as propriedades rurais, devorando o trabalho e o sonho de inúmeras famílias que aqui vieram buscando um futuro melhor.

Desde 22 de janeiro de 1998, o Governo do Estado decretou estado de calamidade pública e não tem medido esforços dentro de suas condições para ajudar os atingidos, providenciando a construção de açudes e pequenos reservatórios e água.

A situação atual dos produtores rurais é desalentadora. Suas propriedades foram estruturadas com o apoio de alguma entidade financeira, através de crédito rural, e muitos desses empréstimos deveriam ser ressarcidos no ano de 97, no biênio 97/98.

Todavia, as secas e as queimadas não permitiram que as atividades financiadas gerassem renda suficiente e em tempo para o ressarcimento do crédito tomado. Nossa preocupação é que ocorra uma fuga em massa dessa população rural para a periferia da capital, criando um depósito de carentes, tendo em vista a capital já se encontrar já saturada de mão-de-obra desqualificada e sem mercado de trabalho para encaixar esses deserdados pela seca.

Face a esta situação, solicitamos a V. Sa. as providências necessárias para viabilizar o seguinte:

1º – renegociação e ou anistia das dívidas vencidas e que irão vencer no ano de 98 para todos os produtores beneficiados com o FNO especial, Procera e Prorural, contratados através do Banco do Brasil, que tiveram suas propriedades totalmente devastadas, que são em torno de 4.153 operações vencidas em 97 e vincendas em 98 – dados em anexo.

2º – securitização para os que não forem beneficiados com a anistia da seguinte forma:

a) – prazo de 15 anos para a quitação total da dívida;

b) – carência de 5 anos;

c) – redução de 50% dos encargos já contabilizados.

3º – abertura de uma linha de crédito especial em caráter de urgência para todos os atingidos, tendo em vista a proximidade do inverno e a necessidade de construir, o mais rápido possível, o que foi

destruído, inclusive o que foi objeto de financiamento, para que haja possibilidade de geração de renda. Isso permitirá a capitalização do produtor, dando-lhe condições de ressarcir a dívida.

Certo de podermos contar com o apoio de V. Sª, colocamo-nos à disposição para quaisquer outros esclarecimentos que se fizerem necessários e reafirmamos nossa pronta e total disponibilidade, para que, em parceria, possamos solucionar o duramente atingido setor produtivo de nossa região.

Cordialmente, Neudo Campos, Governador."

Foi também vazado um ofício em termos semelhantes à Drª Flora Valadares, Presidente do BASA, que me permito deixar de ler.

No dia 20 de março, dirigi um ofício à Secretária Executiva do Conselho do Programa Comunidade Solidária, Anna Maria Peliano, nestes termos:

"Tendo em vista as sérias dificuldades que vem enfrentando o Estado de Roraima, conseqüência da prolongada seca provocada pelo fenômeno El Niño e da ação devastadora do fogo que dizimou o que ainda restava nas propriedades rurais está está produzindo um verdadeiro desastre ecológico nos campos gerais e nas florestas, solicito a V. Exª. o apoio de cestas básicas para os produtores rurais que tiveram toda a sua produção dizimada.

Por oportuno, informo a V. Exª. que todos os Municípios do Estado de Roraima pertencem ao Programa Comunidade Solidária. Em anexo, cópia das tabelas com quantitativos por Município e cópia do decreto de calamidade."

No dia 24 de março, dirigi-me ao Ministro do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, Gustavo Krause, nos seguintes termos:

"Segundo dados fornecidos pelo INPA, 21,8% da área total do Estado foi atingida pelo fogo que se espalha por Roraima, dos quais 15% numa área de cerrado; 0,8% em áreas de lavrado e pastagens e cercas e 6% em áreas de floresta.

Os danos ecológicos adquirem uma proporção jamais verificada na Amazônia, e a nossa capacidade de enfrentar o desafio de reparar a degradação resultante será determinante na afirmação de nossa soberania.

O zoneamento ecológico-econômico em desenvolvimento no Estado vem contribuindo para o melhor conhecimento das nossas realidades e o desenvolvimento do programa de gestão ambiental integrada, desenvolvido junto ao PPG-7, ainda em aprovação, permitirão de forma sustentável criar um novo paradigma ambiental nessa região.

Entretanto, esses programas apresentarão seus resultados a médio e longo prazos, e atualmente a devastação que os incêndios vem provocando demandam ações imediatas que o Estado não tem condições financeiras de enfrentar.

Face ao exposto, solicito a formação de um convênio que permita o levantamento da fauna, flora e recursos hídricos afetados pelos incêndios e as soluções emergenciais demandadas, conforme quadro estimativo preliminar anexo."

Fizemos também um outro aviso ao Ministro da Agricultura e Reforma Agrária, Arlindo Porto, solicitando apoio. Relatamos para o Ministério da Agricultura as áreas afetadas: área de arroz, cerca de 6 mil hectares, de milho, 2 mil hectares, de feijão, 1 mil hectares, de mandioca, 3 mil hectares; fruticultura, 2 mil hectares, notadamente citros, coco, cupuaçu, maracujá, pupunha.

Recuperação das pastagens: 6 mil hectares. Enfim, custo médio e o preço disso.

No dia 24 de março de 98, fiz um aviso ao Ministro Fernando Catão, da Secretaria Especial de Políticas Regionais, nos seguintes termos:

"Sr. Ministro, face ao já combalido cofre do Governo de Roraima, que há meses vem enfrentando solitariamente a ação devastadora da prolongada seca e dos incêndios, solicito a V. Exª o apoio financeiro necessário para fazer frente às despesas de combustível na ação emergencial de combate aos focos de incêndio – 81.840 litros de combustível de aviação, 45.000 litros de combustível para as viaturas de apoio logísitico."

Há aqui uma correspondência enviada ao Dr. Mauro Ricardo Machado Costa, Superintendente da Suframa, na qual solicitamos também ajuda.

Enfim, buscamos apoio onde era possível buscar. Lutamos e procuramos de todas as formas minimizar essa ação. Mas não aconteceu de ficarmos sentados, de braços, enquanto pedíamos ajuda ao Governo Federal, esperando que o El Niño, a seca e o incêndio tomassem conta do Estado. Estávamos fazendo o que era possível.

No dia 14 de março, quando estavam aqui o Ministro Fernando Catão e o Sanguinettti, recebi um telefonema do Embaixador do Brasil na Argentina, Seixas Correa, que colocou que povo argentino queria ajudar o povo de Roraima. Questionei em que poderiam ajudar, que tipo de ajuda nos poderiam conceder. Ele me informou que havia 100 homens especialistas em combate a incêndios florestais e mais quatro helicópteros equipados com **bomb backed**, para fazer lançamento da água na floresta. Isso

ocorreu por volta das 17h daquele dia. Respondi que aceitava a ajuda dos argentinos.

No dia seguinte, por volta das 22h, pousava em Boa Vista um Boeing 707 carregado de argentinos, cerca de 100, e mais um Hércules C-130 com quatro helicópteros em seu bojo. Imediatamente começaram a trabalhar. Naquele momento, passamos a coordenação do combate à estiagem e ao incêndio para o General Carvalho, Comandante da Brigada de Infantaria de Selva, pessoa adequada para tal operação, segundo fui informado em uma conversa anterior com autoridades militares. Concordei plenamente com essa indicação. Devo dizer que o General Carvalho foi de uma dedicação e eficiência irrepreensíveis, como também os homens que trabalharam nesse desafio. (Palmas)

Apresentamos recentemente um projeto maior e recebemos aqui os técnicos da ONU, oferecemos nossa estrutura, discutimos projetos e apresentamos os projetos às autoridades federais. Tais projetos preconizam a instalação em Roraima de um serviço de meteorologia capaz de informar com precisão sobre os fenômenos meteorológicos, para que desastres como aqueles não voltassem a ocorrer. Veja bem, precisamos de toda uma estrutura forte para reestruturar a capacidade do homem produtivo.

Esses projetos foram enviados ao Ministério do Meio Ambiente, Recursos Hídricos e da Amazônia Legal, ao Ministério da Agricultura e Reforma Agrária, ao Ministério do Planejamento e Orçamento. Mantemos contato com esses Ministros para que nos ajudem a resolver esse problema. Os recursos pleiteados são da ordem de R$26 milhões e ainda não nos foram enviados. O Governo estadual recebeu até hoje do Governo Federal R$1,5 milhão para o combate a incêndios e estiagem. É muito pouco.

Devo observar que, de Brasília, não se tira dinheiro mas se arranca. Só há uma maneira de se fazer isso.

Observo agora, Senador Sebastião Rocha, que o El Niño está passando pelo Nordeste, deixando uma esteira de seca e de problemas sociais terríveis. Os políticos da região se uniram e, pelo que me consta, conseguiram nada menos do que R$1 bilhão para o Nordeste. A força política que, nesse momento, é o importante, não houve no caso. Não houve a somatória, o desprendimento dos políticos de Roraima, independentemente de partido e interesses políticos, de dizer: "O nosso problema agora se chama seca e queimadas. Vamos deixar as diferenças para trás e ir a Brasília, em conjunto, a fim de buscar recursos e resolver os problemas de Roraima." Isso não foi feito em momento nenhum; lutamos solitariamente para resolver os problemas.

Por isso, meus amigos, o Nordeste está à nossa frente, está recebendo recursos; por isso Roraima até hoje luta e ainda não recebeu. O Governo do Estado de Roraima recebeu de recursos federais R$1,5 milhão.

Senador Sebastião Rocha, chamo o Amapá – Estado que V. Exª representa – de irmão gêmeo de Roraima, por terem eles nascido como territórios e se tornado Estados no mesmo dia; por apresentarem características semelhantes, já que estão, em sua maior parte, contidos no hemisfério norte; por terem ficado, durante todo esse tempo, isolados do restante do País e lutarem contra isso. Como Roraima, o Amapá, é um Estado rico, uma província mineral muito rica, que recebeu uma forte imigração do Nordeste, especialmente do Maranhão. Isso tudo nos une, e hoje estamos aqui reunidos, nesta comissão especial que veio apurar as causas do incêndio.

O que me causa preocupação, nobre Senador, é que as causas do incêndio já passaram, e temos agora de lutar para trazer os recursos, a fim de resolver os problemas sociais que vivemos. Evidentemente, o fogo apagou, a mídia nacional se foi, assim como a internacional, e ficamos aqui com os problemas sociais e a falta de recursos, desunidos, sem condições de fazer como os nordestinos. Eles se uniram; todos estão trabalhando a fim de conseguir os recursos necessários para resolver o problema do Nordeste. Precisamos aprender com os nordestinos, nós, que somos filhos de nordestinos; nós, que estamos tão ligados ao Nordeste – como o Estado do Amapá – precisamos aprender essa lição. Vamos aprendê-la!

Esse é um estágio que está sendo queimado, porque Roraima é um Estado muito jovem, que ainda passará por um processo de renovação. Essas coisas estão sendo vistas e analisadas pelo povo. O povo está lendo e sentindo.

Por isso, Senador Sebastião Rocha, fiz questão de vir aqui, embora tivesse a alternativa de falar no gabinete, em palácio, ou em Brasília, onde fosse melhor, como disse o Senador João França. Vim aqui, porque não tenho nada a esconder. O que queremos é que esse encontro aconteça, que esta comissão especial sirva não para fazer daqui um palanque político. Tenho absoluta certeza de que o Senador Sebastião Rocha não veio para cá fazer política para candidato "a", "b" ou "c", que aqui nesta mesa estão representados, mas veio acreditando certamente que, a partir dos trabalhos desta Comis-

são, possamos efetivamente trabalhar, objetivando conseguir recursos para solucionar o problema. (Palmas)

Se é assim Senador, estamos pensando da mesma forma. Tenho muito medo, pelo que ouvi ontem, que as discussões aqui se transformem em questões eleitorais. Não é esse o objetivo. Gostaria que este encontro servisse ao Senador Romero Jucá e à Senadora Marluce Pinto, para que se juntassem a nós e trabalhassem com o Governo e toda a bancada para trazer recursos, o que seria a maior e a melhor conseqüência. Os vitoriosos não seriam o Governador, o Senador Romero Jucá ou a Senadora Marluce Pinto mas o povo de Roraima. Foi o povo de Roraima que nos elegeu, dando-nos uma grande responsabilidade.

Sr. Presidente, Senador Sebastião Rocha, encerro aqui minhas palavras porque às 14 horas tenho um compromisso inadiável. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Pedimos, mais uma vez, a colaboração de todos, para darmos continuidade aos trabalhos.

Agradeço a participação inicial do Governador Neudo Campos. Já fiz comentários semelhantes quanto à unidade que deve existir entre os Estados de Amapá e Roraima, pelas peculiaridades que nos unem.

Antes de passar a palavra à Senadora Marluce Pinto, relatora desta Comissão, gostaria de pedir à platéia que não dialogue com as autoridades da Mesa, evitando, logicamente, palavras agressivas, para que os nossos trabalhos possam correr com agilidade, em função do compromisso já aqui mencionado pelo Govenador.

O Governador tem a alternativa de responder apenas às perguntas que dizem respeito ao objetivo desta Comissão. Espero de todos que perguntas de cunho pessoal ou eleitoral sejam evitadas, para não complicar os nossos trabalhos, e que o Governador, nas suas respostas, procure evitar afirmações de cunho político eleitoral ou pessoal. Assim sendo, teremos garantida a agilidade nos nossos trabalhos e o êxito do trabalho desta Comissão.

O Senador Romero Jucá, Presidente titular desta Comissão, vai fazer uma observação.

O SR. ROMERO JUCÁ – Gostaria de solicitar, tanto à Rádio Equatorial quanto à Rádio do Governo de Roraima, que continuem a transmitir o debate, porque se isso não ocorrer vai parecer que as rádios que apóiam o Governo entraram em cadeia para fazer campanha política, e seremos obrigados a entrar com uma ação de abuso dos poderes político e econômico.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente em exercício, Senador Sebastião Rocha, Senador Romero Jucá, Senador João França, Governador do Estado, Sr. Neudo Campos, antes de formular minhas perguntas, como fomos citados como políticos inábeis, da mesma maneira que o Sr. Governador do Estado de Roraima...

(*Tumulto na platéia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Eu gostaria de pedir às pessoas que evitassem manifestar-se com palavras. Já dissemos que as pessoas podem se manifestar, como está acontecendo desde o começo dos trabalhos, com aplausos e até com apupos. Mas se continuarem as palavras, e o Governador tem um compromisso às 14 horas, teremos que tomar alguma providência. Vamos ter cautela.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Como o Governador não respeitou as regras estabelecidas e nos agrediu, espero que, da mesma maneira que fomos educadamente feridos, ele também nos escute educadamente.

O Governador disse que só viemos ao palanque por causa da campanha política. Mas S. Exª veio para cá e este evento está sendo divulgado, em cadeia, pelas rádios. Já nos chegaram informações sobre o seu depoimento. Portanto, quem quer fazer política não somos nós, e sim o Governador.

E tem mais: nunca falei, Sr. Governador, das dificuldades que temos tido para a liberação de verbas para o Estado de Roraima. Na época em que V. Exª falou que o nosso Estado estava sendo queimado, 25% dele já havia sido queimado.

A imprensa nacional noticiou, por intermédio do **Estadão**, da **Folha de S.Paulo** e do **Jornal do Brasil**, que a maior despesa em propaganda, em divulgação, era a do Governo do Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Da mesma forma que vocês colaboraram, para ouvir o Governador, colaborem e ouçam a Senadora.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, V. Exª não sabe dividir os trabalhos. Fomos eleitos pelo PTB e acompanhamos V. Exª aos ministérios. V. Exª sabe muito bem que, antes de sairmos para qualquer audiência, eu, na condição de uma amiga-irmã, explicava a V. Exª o que iríamos fazer, enquanto V. Exª se sentava na cadeira em que me sento como Senadora.

V. Exª deve lembrar-se que, tão logo assumiu, em uma de suas idas a Brasília, falei-lhe: "Sr. Governador, o contrato para asfaltar a BR-174 está extinto, porque vigorou apenas na gestão do ex-Governador. V. Exª precisa ir ao Ministério do Exército e ao Ministério dos Transportes. Já marquei as audiências. Vamos fazer o mesmo que fizemos na época do Otomar." O Ministério dos Transportes e o Ministério do Exército concordaram em autorizar o prosseguimento da obra. E eu o levei ao Ministério do Exército, onde o Ministro era o mesmo, e ao dos Transportes.

Tudo fiz pelo Governador do Estado. Mas é difícil quando um Governador não tem o respaldo político da honestidade em Brasília...

(*Tumulto na platéia.*)

Desculpe-me tratar a maior autoridade do nosso Estado dessa maneira. Mas V. Exª não teve a hombridade...

Sei que V. Exª fala nas rádios, na televisão, e que aquela moção de repúdio contra mim, contra o Senador, foi elaborada no seu gabinete. Até em respeito ao Senado da República, V. Exª não deveria ter falado o que falou. Quem fala o que quer ouve também o que não quer!

(*Tumulto na platéia.*)

Agora quero explicar por que no Nordeste...

(*Tumulto na platéia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha. Faz soar a campainha.) Vamos ter paciência! Os senhores sabem que o Governador terá oportunidade de falar novamente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quero explicar a vocês qual é a diferença entre o Nordeste e o Estado de Roraima. O Estado de Roraima é apenas um Estado. Quando votamos matéria referente ao Nordeste, votamos também emendas dos Parlamentares de Minas e do Espírito Santo, a fim de que recebessem estes dois Estados verba para o combate à seca. A emenda de Minas, da Senadora Júnia Marise, do mesmo partido do Senador, incluiu toda a região do Vale do Jequitinhonha, que sofria com a seca.

(*Tumulto na platéia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Calma, pessoal! Atenção!

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Para o Espírito Santo, votamos uma emenda da Deputada Rita Camata.

Sr. Governador, o senhor deveria ao menos se controlar. Nós o ouvimos!

São 12 Estados brasileiros que continuam a sofrer com a seca. Em Roraima, houve a queimada e, anteriormente, a seca. Mas, por obra e graça de São Pedro, a seca foi saneada com as chuvas, e hoje já não existe; assim como as queimadas.

Tem mais – é bom que V. Exª preste atenção: comparar o prestígio e a credibilidade do Governador do Ceará, Tasso Jereissati, com a do nosso Governador, é o mesmo que comparar o céu e o inferno. Tasso Jereissati tem prestígio político no exterior e não somente no Brasil. O Governador de Pernambuco, Miguel Arraes, apesar de ser um senhor já ancião, tem prestígio. E assim sucessivamente. Não fica nas páginas dos jornais. E, minha gente, por honrar o povo deste Estado não direi mais nada.

Sr. Governador, V. Exª fez um expediente, no dia 19 de março, para o Dr. Catão. E lamento que o Prefeito de Cantá não esteja presente. Sei que há um outro Prefeito presente – já o vi por aqui -, mas certamente não confirmará isso, o que até entendo, porque seus políticos são controlados.

(*Tumulto na platéia.*)

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Permita-me Srª Senadora? Peço, por favor, peço silêncio para que possamos ouvir a Senadora Marluce Pinto. E, neste momento, S. Exª está tentando falar exatamente sobre o problema que interessa a todos os senhores: o incêndio. (Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Antes, Sr. Governador, gostaria de relembrá-lo – creio que V. Exª esteja sendo acometido de amnésia precoce -, de uma crítica feita à minha pessoa, por intermédio do seu jornal, dizendo que me encontrava ao lado do caixão do Deputado Luís Eduardo com o intuito de me aproveitar da situação. Mas V. Exª se esquece de quando era um homem comum...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Continuo um homem comum.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª se esquece, Governador, quando a sua assessoria de campanha, apreensiva com o vídeo do Fernando Henrique Cardoso apresentado pelo seu adversário à época, foi me pedir pelo amor de Deus para eu ir a Brasília. Eu, que não tenho prestígio algum, saí daqui à noite e, no dia seguinte, trouxe uma fita gravada pelo Senhor Fernando Henrique Cardoso dizendo também que iria ajudar o Neudo Campos.

Sr. Governador, um dos motivos que nos levou a escolhê-lo como candidato foi, em primeiro lugar, a honestidade e a lealdade que V. Exª tanto pregava. Mas se pensa que nos atingirá dizendo que nos omitimos nessa questão, está enganado. Creio que isso não ficará bem para V. Exª.

Quem não sabe do acontecido naquele nosso primeiro comício em São Luiz do Anauã? V. Exª deve se lembrar. Descemos do avião juntos e a multidão me perguntava quem era o homem. E eu apontava V. Exª, apresentando-o ao povo.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Peço a colaboração dos senhores e também da Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Aqui, e o nosso Governador, precisa que se diga.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Queria pedir a colaboração das duas partes para que a Senadora pudesse ingressar nas perguntas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Porque o Senador Romero Jucá também...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Vou encerrar.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – O Senador João França também gostaria de fazer perguntas sobre o objetivo da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não tenho preocupação pelo que falam, porque se conseguimos para um desconhecido, por que vou ter preocupação? Temos maneiras. Só quero dizer a V. Exª que os políticos que V. Exª acha que não trabalham, pois esses políticos, para a salvação de Roraima, com honestidade, tudo irão fazer para que V. Exª não ocupe mais o Governo...

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Vamos suspender. Está suspensa a reunião por dois minutos para que os ânimos sejam acalmados. Mais uma vez faço um apelo às pessoas presentes e à Senadora Marluce também, para que busque encaminhar suas perguntas ao Governador sobre os objetivos da Comissão.

(*Suspensos os trabalhos*)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Isso é para não haver as perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Só para acalmar. Vamos sentar, por gentileza, vocês que estão à minha esquerda e no fundo à direita, sentem.

Vamos esperar que o Coronel Barruncas conclua, conduza esse assunto.

Gostaríamos de fazer um apelo, para que a maioria que pensa favoravelmente ao Governador e as outras pessoas pudessem passar para esse lado. A conduta que vamos orientar aos policiais aqui presentes é que as pessoas exaltadas de um lado passem para o lado contrário, para que não seja preciso esvaziar o plenário. Sentem, colaborem.

Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, para encaminhar suas perguntas ao Governador Neudo Campos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Governador, quando em viagem ao sul do Estado, com vários deputados estaduais, a vice-presidente da Câmara e o ex-secretário de agricultura, do dia 2 ao dia 11 de janeiro, a seca já estava assolando. Fizemos reuniões na vicinal 26, que pega o Município do Baliza, São Luís e Nova Colinas. Já não suportávamos a quentura do fogo das queimadas. Quero saber de V. Exª – já que nós parlamentares é que não trabalhamos – onde V. Exª se encontrava quando começou a seca.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Atenção, vamos colaborar. Vamos ouvir o Governador, para que todos tenham oportunidade de acompanhar suas respostas e também as perguntas.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Senadora Marluce, só para esclarecer: em momento nenhum usei a palavra para dizer que os senadores de Roraima são inábeis. Nunca disse isso.

A SRA. RELATORA (Sebastião Rocha) - Quem diz que não trabalha, Governador, não precisa usar adjetivos...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Eu recomendei união.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Peço que não haja diálogo durante a fala.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Eu recomendei união, eu pedi união, é diferente. O que eu pedi foi união.

Senadora, V. Exª é reconhecidamente uma senadora hábil. É tão hábil que, em dezembro, a senhora conseguiu R$800 junto à Secretaria de Políticas Regionais para combater as enchentes de Roraima.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Vou lhe explicar.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Respondendo: eu estava em Roraima.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Sr. Governador, não vieram R$800, porque não se tratava de verba carimbada; essa verba foi conseguida via convênio. Por isso, foram liberados R$400. Mas V. Exª sabe muito bem que quando chove as ruas ficam alagadas, os bairros ficam cheios de água.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Em dezembro?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Não podemos trabalhar na época em que está tudo alaga-

do. O que a Prefeitura de Boa Vista apresentou foram dois projetos para Cambará e Santa Teresa.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Enchente em dezembro? Enchente em dezembro?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador: prevenção. Governador, admira o senhor achar que tem de ser feito serviço de drenagem quando há enchente. Nesse momento, os recursos devem ser outros, Sr. Governador.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Enchente em dezembro?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, esses recursos conseguidos via convênios... Foi apresentado esse plano de trabalho bem antes, Sr. Governador. Foi assinado o convênio e publicado no **Diário Oficial,** como foram arranjados tantos convênios para o interior e outras localidades.

Aqui todos sabem que temos uma cidade que fica alagada, temos valas abertas. Temos de acabar com essas mazelas e V. Exª sabe disso.

E tem mais, Sr. Governador: não solicitei só isso; ainda estou trabalhando para fazer vir recursos, para mais dois projetos, para ver se acabamos com aquelas grandes valas de Cambará e Santa Teresa.

(Palmas.)

Sr. Governador, V. Exª não respondeu a minha pergunta.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Respondi: Roraima.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Não

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Respondeu que estava em Roraima.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Não sei o dia em que ele voltou, mas o que todos sabem é que ele, na passagem de ano, estava em Nova Iorque. E ainda foi no avião do Governo! Não é preciso dizer mais nada.

A segunda pergunta, Sr. Governador. Na tarde do dia 13 de janeiro, eu, o Deputado Francisco Rodrigues e o Prefeito do Cantá – só não estava conosco um prefeito de sua ala política, cujo nome, por respeito a ele, não vou citar, porque sei que ele voltou constrangido -, tínhamos audiência marcada com o Dr. Catão. Na véspera da audiência, o prefeito foi embora, porque V. Exª mandou-lhe passagem de ida e volta para que ele fosse à Normandia, com o objetivo de, junto com outros prefeitos, fazer o Prefeito Guto voltar para o seu Partido. Essa foi a desculpa que ele deu. Foi a desculpa que deu para não comparecer à audiência. Quero dizer, Sr. Governador, que quando encontramos o Dr. Catão... O senhor sabe que é, o senhor sabe que é ...

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Senadora Marluce Pinto, gostaria que a senhora se restringisse aos assuntos...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Senador Sebastião, peço-lhe que me dê o mesmo tempo e a mesma...

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) - Vou lhe dar o tempo que V. Exª precisar.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Mas agora trata-se das queimadas.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Pediria que V. Exª se restringisse aos objetivos desta Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, V. Exª falou que os recursos demoraram muito a chegar. No dia 13, quando eu e o prefeito – tão aflito por causa da seca em seu município – perguntamos ao Dr. Catão se V. Exª já havia entrado em contato com ele, ele respondeu que não. Eu disse ao Dr. Catão que não poderíamos dissociar o nosso trabalho das ações do Governo do Estado. Apelamos para que S. Exª entrasse em contato com V. Exª e terminamos a audiência com a promessa do Dr. Catão. No dia 20 retornei e ele me falou que havia telefonado para V. Exª e lhe havia dito que convidasse a sua bancada de parlamentares e levasse todos os prefeitos a Brasília, para que fosse feita uma ação conjunta junto aos órgãos com o objetivo de conseguir recursos. Ficamos aguardando. Eu telefonava ao Ministro e ele dizia que V. Exª não havia se pronunciado.

Em uma segunda audiência, eu e aquele mesmo prefeito, sugerimos ao Dr. Catão – naquele momento o fogo já estava se alastrando em grandes proporções – que ele liberasse no mínimo R$2 milhões para enfrentar o fogo. Não pedi só para as nossas prefeituras não. Foi por isso que catorze prefeitos do interior, daqueles municípios mais atingidos – sete municípios receberam R$150 mil e outros sete, R$80 mil – receberam recursos.

V. Exª falou que recebeu R$1,5 milhão. O senhor vá somando: para os cofres do Estado, R$1,5 milhão; R$500 mil para a Defesa Civil; R$1,7 milhão das prefeituras; mais as cestas básicas, mais alguns recursos que estão sendo alocados.... Sr. Governador, se V. Exª realmente não tinha dinheiro, como diz, por que não mandou mensagem para cá, realocou recursos – foi decretado estado de emergência – para apagar o fogo?

Sr. Governador, esse primeiro encontro com o Ministro Catão foi no dia 13 de janeiro; ontem recebemos o General, que fez uma exposição belíssima

– podemos dizer que o Exército Brasileiro foi o salvador do Estado de Roraima, após São Pedro. O Exército só foi acionado no dia 14 de março. Por que, mesmo com aquela seca, e o Ministro tendo solicitado a reunião da bancada, V. Exª nunca agiu nesse sentido? Ninguém de sua assessoria me telefonou. E eu ficava ... Tanto precisa, que não veio o dinheiro.

Agora, Sr. Governador, é muito fácil...

V. Exª falou que, após solicitação sua, da Argentina lhe telefonaram para dar apoio e que os argentinos aqui chegaram. V. Exª confirma, novamente, essa atitude de que foi o Governador do Estado quem manteve contato com outro país? Eles de lá falaram? V. Exª confirma?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Confirmo. Recebi um telefonema do Sr. Seixas Corrêa, Embaixador do Brasil na Argentina. O Embaixador ligou-me perguntando-me se gostaria de contar com a ajuda do povo argentino.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O próprio Embaixador?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Sim, o próprio Embaixador Seixas Corrêa.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, ouvimos ontem aqui do General e sabemos, não precisa nem ser parlamentar, que não pode haver decisão política de um país para o outro que não seja com determinação direta do Presidente do país com o outro.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Senadora, só para esclarecer, porque V. Exª está interpretando errado. Na verdade, Senadora, Embaixador do Brasil na Argentina é um brasileiro chamado Seixas Corrêa, que representa naquele país os interesses do Brasil. Foi com ele que eu falei.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, agora V. Exª deu-me dicas. Desde a época em que era Deputada e nos meus quase oito anos de Senado, sempre fiz parte da Comissão de Relações Exteriores, portanto, posso lhe afirmar que nenhum embaixador resolve qualquer ação, por mais simples que seja, sem comunicar-se não falo nem com o Presidente da República, porque existe a hierarquia e o Itamaraty a obedece, mas com o Ministério das Relações Exteriores. Eu até acredito que os argentinos o tivessem procurado, mas ele teria que ter comunicado as autoridades competentes. Ontem, o General afirmou ter recebido do Ministério do Exército, mediante a Presidência da República, um oferecimento dos venezuelanos ao Brasil. Qual foi a atitude do Governo brasileiro? Mesmo sendo o Presidente, primeiramente Sua Excelência telefonou para o General, que era o coordenador da campanha, para saber da necessidade. Depois de constatada a necessidade, retornou-se o comunicado à Presidência da República e, através do Ministério das Relações Exteriores, manteve-se contato com o país vizinho. Mesmo quando um Estado não é devedor e quer fazer um empréstimo no exterior ele precisa do aval do Ministério das Minas e Energia e do Presidente da República, porque um Governo de Estado não pode sair daqui e ir para qualquer país e conseguir o que quer que seja. O caso é que V. Exª acostumou-se só a usar a primeira pessoa, sempre eu e nunca nós.

Sr. Presidente, gostaria de ter a sua anuência – isso é de praxe nas nossas comissões -, para passar aqui um **tape** que está sendo rodado na televisão. Temos aqui o registro de 5.783 açudes, mas queríamos saber as localidades dos mesmos, porque vamos fazer as nossas diligências. Se V. Exª disser que não há necessidade do **tape**, então nos informe onde estão localizados os açudes para os visitarmos. (Palmas)

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Senadora, faço questão absoluta de que a Comissão Especial do Senado indique membros para, juntamente com técnicos nossos da Secretaria de Agricultura e do Departamento de Estradas de Rodagem percorram as cacimbas, os pequenos açudes que escavamos. Estamos à inteira disposição da Comissão. Queremos fazer isso.

Sei, Senadora, que esse número parece grande, e é grande mesmo, porque nunca ninguém fez tanto numa época de estiagem. É isso que tem assustado. (Palmas)

Senadora, V. Exª está falando e eu estou olhando. Não tenho raiva de V. Exª. Eu votei em V. Exª.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E nem pode ter, Sr. Governador.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Calma, vamos escutar ambos, que é melhor para todos nós.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Realmente, Sr. Governador, embora nós temos dito que o senhor falou da platéia...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Nós tivemos divergências, mas não tenho nada no meu coração contra V. Exª, Senadora. (Palmas)

Há apenas uma divergência política. Senadora, não me trate como um inimigo, porque não sou.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, eu nunca lhe tratei como inimigo, e V. Exª realmente não tem razão nenhuma para dizer que tem raiva de mim; muito pelo contrário, quem recebeu o que o senhor recebeu não pode ter raiva de quem doou. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Vamos retomar o debate com relação ao assunto predominante. Gostaria que a Senadora Marluce Pinto continuasse fazendo as suas perguntas relacionadas aos objetivos desta Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, quando solicitei de V. Exª que mostrasse o filme ou desse a indicação é porque, ontem, ouvimos com todo respeito e fizemos perguntas ao atual Secretário de Agricultura, que falou que, mesmo na época não sendo Secretário, era técnico, mas não soube nos informar – só queremos a informação, até para tirar fama de que aqui se gasta mais em publicidade do que na ação social. Ele disse que não sabia e mesmo como técnico não tinha conhecimento e, como assessor da secretária, informou que pela Secretaria da Agricultura não tinha passado nada com relação às obras. As mesmas perguntas nós elaboramos e tivemos as mesmas respostas. Secretário de obras, que é um técnico tão competente, também não era do seu conhecimento, porque chegou depois. O técnico do DER ainda foi pior, porque nos falaram que era daquele órgão e ele também não soube informar.

Alguém tem que nos falar neste Estado, porque não é possível. V. Exª falou que são duas empresas. Então, qual foi o órgão que ficou à frente, que contratou, recebeu as obras como concluídas e autorizou que a sua Secretaria de Finanças efetuasse o pagamento. Qual foi o órgão estadual, então?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Os órgãos que cuidaram das escavações, pagamento e acompanhamento foram a Secretaria de Agricultura e Departamento de Estradas de Rodagem do Governo do Estado.

Senadora, acho tão irrelevante isso, porque esses documentos serão passados para a Comissão. A Comissão vai receber todos os documentos. Por que vamos ficar dizendo que um certo dia passei com o Chico Rodrigues, estava o Paulo Peixoto junto, etc, o que é isso? Vamos ser objetivos.

V. Exª dizer quem era você, um total desconhecido. Ninguém é desconhecido na sua terra. Eu nasci aqui. Muitas pessoas me conheciam. Não cheguei aqui com o governo na mão. E digo mais, Senadora, se hoje estou no governo, se V. Exª e o Ottomar apoiaram-me, é porque viram em mim alguma competência e virtude. Não seria qualquer um o ganhador daquelas eleições. Por isso fui escolhido. Fui leal, lutei para eleger seus Senadores no interior, o Prefeito aqui em Boa Vista. O que querem mais?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente da Comissão do Senado, V. Exª tem solicitado constantemente para que me atenha às perguntas. Entretanto, como muitas coisas são ditas aqui fora do assunto, quero ter o mesmo espaço.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Também fiz o apelo ao Governador para que evite também comentários com relação a questões político-eleitorais. Vamos evitá-las para que o debate possa avançar.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Presidente, essa tenho que responder.

Sr. Governador, por delicadeza, naquela época, nunca lhe falamos, mas os dois estão vivos. Torquato e Santoro falaram para o Otomar e para mim que quando fôssemos fazer com a Cilene e o Governador o calendário das viagens, que colocássemos sempre em finais de semana, porque é no sábado que acontecem os comícios grandes. Se o Governador subir no palanque, o Prefeito perde as eleições.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Com a resposta dada pela Senadora, vamos continuar o debate com relação ao tema central desta Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sei que ele não vai poder dizer nada. S. Exª disse que elegeu os nossos prefeitos. O Guti, em Normandia, até me pedia para falar por último nos comícios, porque quando eu falava em penúltimo lugar o povo ia embora. Por isso, eu falava por último para segurar o povo.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Peço a colaboração da Senadora, para que possamos retomar o tema central da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Agora já estou satisfeita. Se o Sr. Governador, com todo respeito que esta Comissão o recebeu, doravante S. Exª não sair dos termos, vamos...

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Quero esclarecer ao Prefeito que há vários prefeitos inscritos para falar mais tarde.

Não sei se o nome de V. Exª consta da relação de inscritos. Consta sim. Por gentileza, Vicente Adolfo Brasil, Prefeito de Normandia, V. Exª será convidado a participar do debate num outro momento, porque agora quem está com a palavra é o Governador Neudo Campos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, vamos para as perguntas e as respostas. Desejo que as respostas sejam dadas de acordo com as perguntas.

Muito embora V. Exª tenha dado várias denominações, tecnicamente falando, sabemos que cacimba é uma obra, açude é outra e barragem outra. Já encaminhamos um documento, hoje, porque não tínhamos resposta, solicitando a relação das obras, os valores pagos e as localidades onde foram realizadas. Gostaria que V. Exª dissesse – há um técnico do Senado gravando fitas – se se compromete enviar essa documentação para esta Comissão, porque foi para isso que essa Comissão veio até este Estado. A documentação, a relação dos poços, a dimensão, as localidades, os valores, enfim todas as especificações.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Senadora, recebi uma correspondência assinada por todos os Senadores componentes da Comissão, solicitando a relação das propriedades rurais atendidas com açudes, poços, barragens, ou outras obras de combate à seca e ao incêndio, relação das firmas executoras dos serviços com os respectivos valores contratados. Tudo isso vamos entregar à Comissão o mais rápido possível.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, numa rodada de conversação entre alguns prefeitos do seu grupo e alguns do nosso grupo, V. Exª solicitou que, quando da liberação dos R$150 mil para as prefeituras, os R$150 mil ou R$80 mil fossem destinados ao pagamento da perfuração desses poços.

V. Exª confirma? Porque essa notícia chegou à Comissão, Sr. Governador, antes de chegarmos aqui.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - O Governo do Estado gastou, para amenizar os efeitos da estiagem e combater as queimadas, 6 milhões e 196 mil. Esse gasto, Senadora, não estava previsto. Então, houve um remanejamento. Evidentemente, nesse caso, só existe um jeito: remanejar. Gastamos o dinheiro. Fizemos a licitação, e as empresas tecnicamente capacitadas foram escolhidas para realizar essa obra. Usamos todas as retroescavadeiras existentes no Estado para, no menor tempo possível, encontrar água naquele momento dramático de estiagem. A água foi encontrada. A despesa foi maior. O Governo Federal mandou R$1,5 milhão. Os prefeitos receberam uma parte desse dinheiro. Foi repartido.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Um milhão e meio?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Não. Eram R$2 milhões. Houve uma ingerência, uma solicitação de V. Exª perante o Ministro, para que não mandasse isso para o Governo do Estado. Tinha de passar...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Espera lá, Sr. Governador...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Então alguns prefeitos disseram que não tinham condições de pagar tudo. Com o dinheiro federal que recebeu o Estado fez muito mais açudes, mas alguns prefeitos se dispuseram a pagar parte com os recursos federais que receberam. Pagar parte e não tudo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, nunca disse ao Ministro para não mandar para V. Exª. Como V. Exª estava demorando chegar a Brasília e as prefeituras estavam numa situação caótica, solicitamos ao Ministro, na presença de um dos prefeitos, que liberasse pelo menos R$2 milhões, para ir dando solução a alguns problemas.

Sr. Governador, se eu não quisesse que viesse dinheiro para cá... Ainda na quarta-feira, o Líder do meu Partido, Senador Jader Barbalho, que V. Exª conhece, telefonou-me e disse-me que tinha feito o que eu havia pedido. Disse-me o Líder que duas medidas provisórias haviam sido encaminhadas pelo Executivo. Uma, para liberar R$2,5 milhões, e a outra, para liberar de R$4,4. Para que houvesse acordo de liderança, conseguiu que R$2 milhões viessem para cá. Mas disse-me que ficasse atenta porque a reunião do Congresso havia sido marcada para quinta pela manhã. Só que nós não sabíamos que quinta-feira pela manhã seria a missa de 30 dias do Deputado Luís Eduardo. A missa estava marcada para 10h30min e começou às 11h.

Sr. Governador, eu poderia ter retardado porque o tempo iria passando, e o dinheiro não seria liberado, mas após a missa, quando cumprimentei o Senador Antonio Carlos Magalhães, perguntei a S. Exª se iria fazer a reunião do Congresso, e S. Exª respondeu-me que teria de atender algumas autoridades e poderia até deixar a reunião para terça-feira. Falei-lhe sobre o nosso problema, que precisava ser resolvido com urgência. O Senador Antonio Carlos Magalhães chamou o Deputado Heráclito Fortes – quem quiser saber é só verificar: quem presidiu a sessão do Congresso Nacional, na quinta-feira, foi o Deputado Heráclito Fortes – e disse-lhe que abrisse a sessão, porque eu tinha interesse nessa matéria. Eu conversei com a Senadora Benedita da Silva e

outros, porque muitas vezes a esquerda pede verificação de **quorum**, não é isso, Senador Sebastião Rocha? A Senadora Benedita da Silva conversou com os Líderes da Oposição, e o Congresso Nacional aprovou as duas medidas.

Então como é que eu não queria que viesse dinheiro para o Estado, Sr. Governador? Foram vários prefeitos para lá, e nós os acompanhamos. Algumas prefeituras não estavam relacionadas. Estava presente também o prefeito de Roranópolis. Ficaram as duas prefeituras – Cantá e Bonfim – sem constar da relação que foi daqui, e mais Normandia e Uiramutã. Naquela hora nós pedimos mais cestas, e a Ana disse que iria demorar. Então, foi feito o rateio dos R$8.470 para que todas as prefeituras do interior recebessem as cestas. Então, Sr. Governador, se eu fizesse isso... No Orçamento do ano de 1996, as suas prefeituras ficaram zeradas. O prefeito Joaquim Ruiz sabe disso. A única emenda que o prefeito da capital tinha, eu distribuí uma parte com todas as prefeituras do PPB. Conversei com o Relator Carlos Bezerra. Consegui R$5,5 milhões e dividi com todas as prefeituras do PPB. Se eu não quisesse ajudar o Estado, Sr. Governador, até em represália pelo ato havido, eu não teria feito isso.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Pergunto à Senadora Marluce Pinto se ainda tem alguma pergunta a fazer ao Governador.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Tenho.

Sr. Governador, queria saber se V. Exª confirma que eu – o meu colega falará depois – atrapalhei a vinda de dinheiro para combater a seca no Estado. V. Exª confirma no microfone?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Senadora, tenho sentido o efeito da atuação de V. Exª e do Senador Romero Jucá. Tenho passado, por exemplo, em vários Ministérios... Essa questão específica da Secretaria de Políticas Regionais, então foi feito um trabalho. O pobre do Fernando Catão, o Secretário, ficava sempre preocupado e dizia: "Tem essa questão política, tem a Senadora, tem o Senador, como vamos fazer isso?" A senhora mesmo disse: "Vamos reunir os prefeitos, vamos reunir todo mundo", quer dizer, havia muito preocupação com a questão política. Veja bem, enquanto isso, o fogo estava queimando aqui. Então eu digo que isso atrapalhou sim, porque ficou essa questão de não poder ir para aquele município porque apóia o Governador, aquele outro é nosso. Essas coisas atrapalharam e atrapalharam muito.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O que é isso?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Atrapalharam sim, Senadora.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, nós pedimos para os 14 Municípios e, no ato de emergência, um pequeno valor. Penso que V. Exª não entendeu a preocupação do Dr. Catão, porque quando ele me disse que havia falado com V. Exª, já disse no início, que reunisse a Bancada e fosse com todos os Prefeitos a Brasília, porque na Secretaria dele não havia recursos. Se viessem para Brasília os onze Parlamentares e todos os Prefeitos e pedissem audiência ao Governador, a quantia seria retirada da verba de contingência. Então, V. Exª não entendeu. Quem não sabe do efeito de uma ação conjunta? V. Exª mesmo falou que a Bancada do Nordeste se reúne e vai pedir recursos para o Nordeste.

Foi isso, pois, que S. Exª falou: Sr. Governador, reúna a Bancada de Roraima e venha com todos os Prefeitos para Brasília. V. Exª sabe muito bem quantas vezes nós o acompanhamos aos Ministérios em Brasília. A primeira coisa que dizia ao Presidente ou aos Ministros era: Presidente Fernando Henrique Cardoso, esta é a Bancada que me dá sustentação e apóia Vossa Excelência. Essa eram as primeiras palavras que Sua Excelência ouvia. O Presidente Fernando Henrique Cardoso já me falou várias vezes que a Bancada de Roraima não dá trabalho. E ficamos lá, na medida do possível, para não atrapalhar Roraima, V. Exª sabe disso. Quantas vezes fomos ao Ministério das Minas e Energia para saber, se as coisas estavam sendo resolvidas no Brasil e Venezuela.

É importante a Bancada. Os Ministros dizem mesmo que Governadores e Prefeitos vão à Brasília para pedir, e os Parlamentares ficam na Capital para dar sustentação ao Governo Federal. Então, é questão de trabalho conjunto, de força política, a mesma de que V. Exª falou.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Senadora, um minuto, por favor. Precisamos trocar a fita.

(*Tumulto no recinto.*)

A Senadora Marluce Pinto continuará falando.

Gostaria que V. Exª fosse bem objetiva nas perguntas finais, em função do tempo reduzido que tem o Governador junto à Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, V. Exª falou que o Ministro Catão havia demonstrado essa preocupação conosco. Quando o

Ministro aqui esteve – isso ocorreu no mesmo dia em que votaram a moção contra os dois Senadores -, S. Exª nem tinha tomado conhecimento. Na coletiva, no gabinete de V. Exª, os repórteres perguntaram, e o Ministro falou que, pelo contrário, toda a Bancada de Roraima o havia procurado, principalmente os Senadores. Isso eu li nos jornais. V. Exª, por acaso, não ouviu quando S. Exª falou?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) - Não leu os jornais?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não tomou conhecimento?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Governador, a sua Assessoria de Imprensa não o informou?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Disso, não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, Sr. Governador, V. Exª mudou muito. V. Exª sempre teve bastante preocupação com o que a imprensa divulgava, mas vem um Ministro a seu Estado, e V. Exª não procura saber o que S. Exª falou?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Senadora, permita-me sugerir. Vamos tratar de assuntos relevantes ao tema. Essas derivações não levam a nada e são cansativas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Governador, V. Exª falou mais de uma hora para a rádio Equatorial e para a rádio Roraima, pensando que isso satisfaria. Quero dizer a V. Exª que eu, Senadora da República, não me interesso mais em fazer nenhuma pergunta, porque, realmente, a sua explanação não nos explicou nada. V. Exª passou todos os seus minutos, lendo cartas; não explicou o porquê de não ter ido a Brasília, logo que iniciou a seca, para tratar do assunto.

Portanto, não tenho mais pergunta a fazer, até porque o que já ouvimos aqui é o bastante. Sr. Governador, eu disse ontem e vou voltar a dizer em atenção aos prefeitos e ao povo que se encontram no recinto, que não viemos aqui atrás de caça às bruxas. Não disse antes porque não queria agravar V. Exª. Mas viemos aqui exatamente para ver se tiramos a imagem que existe em Brasília, dentro dos ministérios, da má administração do Estado. Não quis falar.

Sr. Governador, chegamos ontem aqui com o maior respeito. Nós, os senadore e os três assessores que nos acompanham, ape as nós, entramos aqui. Não trouxemos ninguém para ficar dando gritos, Sr. Governador. Deixamos muito à vontade e tratamos com muito respeito todos os seus secretários. Até quando eles diziam que não estavam a par do assunto porque tinham assumido, eu respondia que estava tudo bem e que podiam informar depois. Então, houve cordialidade.

Não é a primeira vez que saímos em diligência. Já saímos por este Brasil afora e sempre fomos muito bem recebidos pelas autoridades, sejam do partido da situação, sejam do partido da oposição. Ontem até relatei que fomos para Pernambuco, na região da Mata, acompanhados pela Secretária Nacional de Assistência Social, e o Governador da Oposição, Miguel Arraes, tanto a Lúcia Vânia, que é do primeiro escalão da Presidência da República, como os senadores, foram muito recebidos.

Mas estou satisfeita, não com as respostas. Vamos fazer as diligências, fotografar as obras, fazer o mesmo questionamento junto aos produtores rurais e V. Exª tenha certeza, como falou o Senador Sebastião Rocha, os dados técnicos serão colocados em nosso relatório.

Muito obrigado.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Agradeço a colaboração da Senadora Marluce Pinto, bem como as respostas objetivas do Governador.

Antes de passar a palavra aos demais Senadores, permito-a ao uso do Governador para uma observação.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Gostaria só de registrar a morte do nosso amigo Setembrino, funcionário da Cetrabs. É com pesar que o faço.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Em nome e em respeito à memória do falecido, solicito um minuto de silêncio no ambiente, e peço também que os ânimos possam se acalmar um pouco mais.

Voltando aos nossos trabalhos, consulto ao Senador João França se deseja fazer uso da palavra.

Concedo a palavra ao eminente Senador Romero Jucá para as perguntas que desejar fazer a S. Exª, o Governador do Estado, Sr. Neudo Campos.

O SR. ROMERO JUCÁ - Quero agradecer a presença do Governador Neudo Campos. Acredito que será importante questionarmos alguns pontos que não são muito claros na atuação do governo nessa catástrofe que ocorreu em Roraima.

Mas, antes de fazer as perguntas, gostaria de fazer duas colocações, que penso que são importantes serem feitas. A primeira delas: qual é o objetivo

desta Comissão? Porque parece, pelo menos pela imprensa, que esse objetivo foi mal entendido. Como Presidente da Comissão do Senado, esclareço que o objetivo desse trabalho nosso é não só levantar as causas, os procedimentos e os desdobramentos da questão do incêndio em Roraima, mas também juntar subsídios para discutir um programa de recuperação para o Estado que, inclusive, será levado a cabo pelo Governo Federal, conjuntamente com recursos internacionais do Banco Mundial, e ainda para reunir ensinamentos de acertos e erros para que possamos ter uma política de combate a incêndios no País – até então não existia isso.

O incêndio de Roraima demonstrou que o Brasil não estava preparado para combater um incêndio florestal de grandes proporções. É importante dizer que a Argentina só conseguiu mandar para cá bombeiros experientes em combate a incêndio florestal porque, alguns anos antes, ocorreu um incêndio florestal parecido com esse no território argentino, e até então a Argentina não tinha conhecimento de causa também para combater incêndios.

A Comissão do Senado, com responsabilidade e seriedade, está ouvindo, primeiro aqui em Roraima, os diversos setores, e é natural que haja até o confronto político, mas é importante ouvir os diversos segmentos. Depois, vamos ouvir ministros, entidades federais e até internacionais que atuaram também nesse episódio, para discutir esse relatório e o aprovarmos no plenário do Senado Federal.

Gostaria de começar perguntando ao Governador, após esclarecimentos sobre os objetivos desta Comissão, se S. Exª concorda com a manchete do jornal que dá sustentação ao governo, de hoje, dizendo que o Senado está instalando em Roraima um circo eleitoral. Gostaria de saber como S. Exª vê esta Comissão.

O SR.PRESIDENTE (Sebastião Rocha)- Calma, vamos ouvir o Governador.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Quero dizer ao Senador Jucá que se houver disposição de S. Exª para ajudar nos projetos que Roraima precisa, eles já estão lá em Brasília, precisando de apoio. Causa-me profunda estranheza como um Senador da República está esperando para ser convidado numa época em que a estiagem está grassando e que o fogo está queimando. S. Exª precisa ser convidado para trabalhar por Roraima.

Senador, não convidei os argentinos e eles vieram. Não convidei os venezuelanos e eles vieram para cá. Eles não são eleitos pelo voto do povo de Roraima, para defender.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Peço ao Senador Romero Jucá e ao Governador que mantenhamos a calma. Está com a palavra o Governador, depois a palavra retorna ao Senador Romero Jucá. Vamos ter aqui, pelo visto, um debate belíssimo, de alto nível, entre essas duas pessoas, figuras ilustres, duas autoridades do Estado de Roraima.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Com relação a BR- 174, o Senador Romero Jucá tem movido um verdadeira perseguição contra essa rodovia. O Senador fez pronunciamentos no Senado pedindo para que fossem suspensas as verbas que foram mandadas para cá.

O SR. ROMERO JUCÁ - Não é verdade.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Pediu que fossem suspensas. O Senador Romero Jucá foi ao DNER buscar subsídios para impedir que verbas viessem para cá, mas o que encontrou naquele órgão foi um laudo técnico que diz que a estrada está bem feita, compatível com o seu projeto. E disse mais, o Senador Romero Jucá acusou de ter havido superfaturamento na BR-174, e o próprio DNER disse que o preço está de acordo com a pavimentação especificada.

Ora, Senador, e agora sabe o que fez V. Exª? Apelou para o Tribunal de Contas da União. Tem um processo naquele tribunal porque V. Exª não conseguiu atingir os seus objetivos através do DNER.

Então, V. Exª tem procurado, em todos os momentos e em todas as horas, atrapalhar o meu governo. Com isso V. Exª pensa que me atinge, mas, na verdade, está atingindo e prejudicando o povo de Roraima.

Com relação à manchete do jornal, quero dizer, Senador Sebastião Rocha, vamos analisar o que salta aos olhos de uma criança. Por que esta Comissão agora? Que isenção tem o Senador Romero Jucá para ser Presidente desta Comissão? Que isenção tem a Senadora Marluce para ser a relatora desta Comissão? São meus adversários políticos. Temos um embate marcado para o dia 04 de outubro.

Na verdade, observou-se aqui muito claramente que a Senadora falou quase tudo, menos o que interessava. Quantas intervenções do Presidente Senador Sebastião Rocha foram necessárias para que S. Exª voltasse ao leito do que estava sendo discutido. Então, Senador, eu não diria "circo", em respeito ao Senado jamais diria aquilo. Agora, penso que esta Comissão veio num momento que não é adequado, porque seria muito mais importante o seu

trabalho, Senador e da Senadora, quando o fogo estava queimando e a seca estava presente. Aí sim seria muito melhor.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Retorno a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Governador, não queira distorcer as minhas palavras. No incêndio trabalhei pelo povo de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Peço às pessoas que ouviram silenciosamente o Governador que ouçam agora o Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – O que eu disse aqui é que, independente do trabalho que fizemos, porque trouxemos recursos, tivemos com os ministros, lutamos para que o Governo Federal atuasse aqui, e o General, comandante da operação, demonstrou que o Governo Federal atuou, mas esse é outro ponto a que vamos chegar. Não distorça as minhas palavras. Trabalhamos no incêndio. Agora, o que dissemos aqui é que o senhor veio para cá com essa cara de bonzinho dizendo que nunca foi procurado, que nunca atuamos e não fizemos nada, numa postura que não é verdadeira.

A bancada de oposição nunca foi procurada. Essa é uma postura cínica de dizer uma coisa e fazer outra. Não temos condições de debater nesse nível.

Nós atuamos contra o incêndio, se V. Exª disse que não atuamos e prejudicamos o Estado, isso está na Justiça. Já entrei com um processo contra V. Exª, que vai provar na Justiça, com documentos ou não, que atrapalhamos ou não o Estado. É outra questão. Agora, não venha aqui dizer, pousando de bom moço, que estamos contra o Estado porque não quisemos ajudar. Sempre ajudamos o Estado, independentemente de pedido, até porque V. Exª não tem nenhum prestígio em Brasília, como disse a Senadora, para pedir alguma coisa a alguém.

Gostaria de dizer, ainda, que tenho pautado a minha ação política independente da sua postura. Na questão da BR-174, é mentira que pedi suspensão de recursos. O Tribunal de Contas da União fez uma auditoria, como o fez em todas as obras, e levantou uma série de irregularidades aqui: contratos aditivados sem licitação, despesas ...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Denúncia sua. V. Exª foi ao Ministro Lincon Rocha. Seja homem!

O SR. ROMERO JUCÁ – Denúncia minha não. É muito fácil dizer que a Oposição é culpada pelas irregularidades existentes no Governo. Não vamos querer tapar o sol com a peneira, nem vamos falar aqui que foi a Oposição quem pediu. Não existe isso.

Desejamos que o dinheiro público federal que está vindo para cá seja bem aplicado na BR-147. Do lado do Amazonas, está sendo construída uma estrada bem feita e, do lado de Roraima, nem a estrada estava pronta ainda e já estavam estourando vários "borrachudos".

Ninguém é contrário à construção da BR-174. Construí uma parte, o Governador Otamar Pinto construiu outra, Getúlio Cruz também construiu; cada Governador que passou por esse Estado ajudou a construir a BR-174. Portanto, não me venha pousar de dono da BR-174, porque não "cola" essa postura, pelo menos para cima de min.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Sr. Presidente, gostaria de responder ao Senador pelas colocações feitas aqui.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Sr. Governador, V. Exª vai poder responder. Como o Senador Romero Jucá vai lhe fazer uma pergunta, antes de respondê-la, V. Exª poderá fazer as observações a respeito do comentário do Senador Romero Jucá.

Solicito aos participantes que mantenham a discussão em bom nível, que não houvesse agressões pessoais, porque isso prejudica os trabalhos da Comissão. A discussão calorosa é positiva, é benéfica, mas sem agressões, por favor.

O SR. ROMERO JUCÁ – Gostaria de dividir da calamidade que acometeu Roraima em dois momentos: o momento da seca e o das queimadas, dos incêndios.

No momento da seca, V. Exª disse que começou a fazer, a partir de dezembro, alguns programas de mutirão contra a seca. Gostaria de saber se paralelamente ao programa de busca de água – queremos colocar aqui essa questão depois, devido a denúncias que recebemos – houve algum trabalho de prevenção do Governos estadual e federal, no tocante a fazer brigada de incêndio, orientar o produtor. Por que o Estado queimou? Porque a umidade caiu, porque a conjuntura da situação da mata e do clima mudou, havia uma perspectiva de seca.

Gostaria de saber se o Estado de Roraima foi informado, com antecedência, de que haveria seca em Roraima; se o Ministério da Agricultura e Reforma Agrária ou algum segmento do Governo informou ao Estado a respeito do fenômeno El Niño. Além dessa questão de busca de água, se o Governo criou algum trabalho preventivo no sentido de

orientar os agricultores para que não queimassem as suas roças, porque se o fizessem o Estado queimaria junto. Houve algum trabalho de mecanização, houve algum trabalho preventivo de orientação? Gostaria de saber isso.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Gostaria de responder ao Senador.

O Senador está perguntando se houve uma informação técnica do Ministério da Agricultura com relação aos danos que o El Niño podia causar aqui.

Devo responder que o sistema meteorológico instalado no Brasil não alcança Roraima com precisão. Isso foi tecnicamente constatado agora, por ocasião... Então, as previsões que se fazem para cá são sempre projeções.

Quando o Senador Jucá quando era Governador, ocorreu uma enchente na região sul do Estado, Baliza, Caroebe ficaram isolados, durante o seu Governo, por três meses.

O SR. ROMERO - Há dois anos atrás no seu também.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Ninguém entrava, ninguém saia. Quer vir agora atribuir...? Não, vamos pegar todo mundo e nos preparar para a seca.

Preparar para a seca sabe o que é? É fazer o que fizemos, é fazer as escavações, indo lá onde estava faltando água. Isso nós fizemos.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Faço um apelo ao Senador Romero Jucá, para continuar perguntando sobre os problemas do incêndio.,

O SR. ROMERO JUCÁ – Em dezembro, quando começou a questão do combate à seca e depois, em 22 de janeiro, quando houve o decreto de calamidade, desse dia em diante dava para ser montado um trabalho sério de prevenção de incêndios. O que aconteceu? Somente no dia 14 de março, quase dois meses depois, o General e o Exército receberam um ofício pedindo a colocação de homens do Exército para combater o incêndio, um ofício, inclusive, assinado pela secretária Cilene Salomão, não foi nem pelo Governador de Estado. Então transcorreram quase dois meses entre a decretação de calamidade e o início do funcionamento do Exército. E mais, o Prefeito Paulo Peixoto decretou calamidade muito antes, porque estava preocupado em buscar essa questão da atuação.

Quero saber o seguinte, independentemente da condição da estação climática de Roraima ou não, houve algum trabalho de prevenção contra incêndios? Houve pedidos de recursos, em janeiro, para o Governo Federal, só para cavar cacimbas ou houve também pedido de recursos para contenção e preparação de brigada de incêndio?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Primeira coisa, em janeiro não tinha incêndio, tinham as queimadas naturais de Roraima, portanto não se poderia trabalhar em queimada naquela época. O que era preocupante em janeiro – e aí o Senador não sabe das coisas – é que estávamos preocupados com a questão da estiagem. O problema nosso era estiagem. As queimadas eram naturais, o pessoal estava queimando a sua roça; o problema se agravou na segunda quinzena de fevereiro, dia 28 de fevereiro.

O SR. ROMERO JUCÁ – Muito bem, Governador, V. Exª deu um exemplo de despreparo, porque em janeiro, quando não havia ainda queimadas, se V. Exª tivesse estruturado no Apiaú e em todos o assentamento uma brigada de incêndio com os trabalhadores, se tivesse orientado o produtor para não queimar e tivesse colocado o trator para mecanizar, os incêndios não teriam ocorrido em Roraima. V. Exª, em vez de preparar um trabalho preventivo, V. Exª não o fez. V. Exª acaba de dizer aqui ao vivo, que em janeiro ainda não havia incêndio e, portanto, esses incêndios poderiam ser evitados. Não foram porque o Governo foi incompetente, o Governo não agiu preventivamente.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Senador, com relação a questão do incêndio devo dizer o seguinte: todo mundo que acompanhou o incêndio sabe que esse incêndio não se apagaria, ele atingiu proporções...

O SR. ROMERO JUCÁ – Esse incêndio não deveria é ter começado, Governador.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Esse incêndio começou, Senador, porque aqui em Roraima quem não queima não planta e quem não planta não come; é por isso que teve incêndio.

Agora pergunto o seguinte, onde houve prevenção de incêndio?

O SR. ROMERO JUCÁ - Se V. Exª tivesse orientado o produtor, se tivesse mecanizado a terra, o incêndio não teria alcançados aquelas proporções.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – A Argentina, por exemplo, é hoje um país que tem agência nacional de manejo de fogo; conversei com os argentinos lá no Apiaú, enquanto as brigadas de fogo estavam trabalhando, enquanto os argentinos estavam nos ajudando, assim como o pessoal brasileiro: Distrito Federal, Goiás e outros Estados.

A minha primeira pergunta para eles foi: gostaria de saber o que fez vocês virem com tanta rapidez.

Conversamos às cinco horas da tarde, Senador Sebastião Rocha, de um dia, no dia seguinte, às 22 horas, estavam pousando em Boa Vista os combatentes do fogo argentinos e mais os helicópteros, equipamento extremamente importante para isso. Como foi que conseguiram isso?- perguntei. Os argentinos me explicaram que, em 1995, houve um incêndio próximo de Bariloche, que queimou cerca de 30 mil hectares. Queimou o que tinha que queimar, mas morreram 22 bombeiros argentinos. Foi um desastre sem precedentes na Argentina. Eles procuraram de todo jeito uma forma de evitá-lo. O fogo começou e acionaram toda a estrutura que tinham, mas não conseguiram debelá-lo. O que aconteceu? Eles entenderam, a partir dali, que tinham que se organizar mais, e assim criaram a Agência Nacional de Manejo de Fogo.

É interessante observar esse detalhe, Senador Sebastião Rocha, porque, segundo eles, que têm larga experiência, maior do que a nossa, incêndio não se apaga. Não se apagaram grandes incêndios lá nos Estados Unidos, na Austrália, na Malásia. Quando um incêndio toma corpo, fica impossível reverter o quadro. Incêndio se maneja, se administra. A partir do momento que criaram essa agência, nunca mais se queimou um hectare.

Ora, se a Argentina, um País mais desenvolvido que o Brasil, que tem o dobro da nossa renda **per capita**, não tinha, em 1995, estrutura para combater o incêndio, o Senador Romero Jucá quer que o Estado de Roraima, que arrecada R$ 5 milhões por mês, tenha estrutura para isso?

O SR. ROMEROJUCÁ – V. Exª tinha que ter feito um trabalho preventivo. Se V. Exª tivesse mecanizado a terra do colono, ele não precisaria queimá-la. O problema é que cruzaram os braços e deixaram pegar fogo no Estado. Essa é a diferença.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Senador, para combater o fogo, vieram mil e setecentos homens do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Goiás, Ceará, Amazonas, de quase todos os Estados brasileiros, mais os argentinos e venezuelanos. No entanto, tínhamos uma frente de fogo que começava na fronteira da Venezuela. Eram pontos que queimavam na floresta, e os ventos predominantes, procedentes de Nordeste, sopravam e alimentavam tudo isso. Era impossível combater em todas as frentes esses quase 400 quilômetros. Então, concentramo-nos lá na região do Apiaú e ficamos brigando contra o fogo, que ora avançava, ora recuava, e os bombeiros conseguiam algum ganho. A verdade é que quem apagou o fogo – todos nós reconhecemos – foi São Pedro. E por quê? Porque o Brasil não apagaria aquele fogo.

O SR. ROMERO JUCÁ - Poderia ter sido feito um trabalho preventivo.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Ora, Senador Jucá, não venha dizer que apagaríamos aquele fogo. Hoje, eu recomendo a V. Exª que estude o projeto dos argentinos e apresente um projeto lá no Senado, porque isso aí vai ser de grande valia.

O SR. ROMERO JUCÁ – Esse projeto já está apresentado, Governador Neudo Campos. V. Exª está indo e eu já estou vindo.

O SR NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Então, parabéns, se esse projeto já está apresentado. O que quero é que nosso País se estruture melhor. Outro dia, passou aqui um repórter do **New York Times**, procurando me entrevistar. A minha pergunta – e acho que os Senadores precisam saber disso – foi a seguinte: se houver outro desastre ecológico, o Brasil estará preparado para combater à altura? É evidente que vamos nos estruturar, é evidente que o Brasil tem recursos sim, só que não estavam preparados, não tinham capacidade de mobilização para rapidamente chegar e apagar o incêndio. Isso não tinha e ainda não tem. O meu temor é que esses projetos demorem muito, porque o El Niño continua fazendo das suas. No Centro-Oeste, daqui a uns dois meses, a umidade relativa do ar vai cair novamente. E podem acontecer novamente incêndios.

O mundo estará de olho no Brasil, procurando registrar tudo, até para criticar, até para dizer que os brasileiros não são dignos da Amazônia. Eu e o Senador Sebastião Rocha somos amazônidas e como tal sabemos que os europeus e os americanos estão procurando argumentar que os brasileiros não fizeram a Amazônia; que nós recebemos a Amazônia com a sua selva, toda a sua riqueza florestal, a sua fauna e a sua biodiversidade. E se não soubermos preservar isso, é importante que o mundo tome conta disso.

Ora, é claro que à frente disso há uma máscara, um argumento que não é real, porque se existe alguém que polui no planeta são os países do Primeiro Mundo. Mas nós, brasileiros, temos que estar preparados para combater esse tipo de desastre ecológico e vamos fazê-lo.

Roraima aprendeu muito, pois não tinha nem de fazer a previsão meteorológica adequada. E aí vieram os Caiapós aqui e acertaram que choveria no

outro dia. Então a situação virou "samba do crioulo doido". Enfim, fizemos o que tinha que ser feito. Se não fosse assim, o sofrimento do povo seria muito maior.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não fez não!

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha)- Continua com a palavra o Sr. Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Gostaria de registrar novamente o nosso entendimento de que não foi feito o trabalho de prevenção necessário.

V. Exª fez aqui um discurso em defesa da Amazônia, que todos nós defendemos, mas V. Exª foi para a imprensa, em determinado momento, dizer que estava lutando contra o incêndio sozinho – pelo menos isso foi veiculado na imprensa -, que não recebeu recursos, e a imprensa internacional começou a dizer que nem o Exército brasileiro nem os brasileiros estavam preparados para cuidar da Amazônia. V. Exª foi bem atendido pelo Governo Federal, pois veio o que V. Exª pediu, o Exército trabalhou corretamente, o General esteve aqui ontem, demonstrou que, no momento em que o Governo do Estado, no dia 14 de março, pediu 60 homens, o Exército colocou-os à disposição; depois fizeram um planejamento de 950 homens, e trabalharam no combate ao incêndio mais de 1.700 homens. Assim, perguntaria ao senhor: o Governo do Estado, ao fazer essa publicidade, reconhece que não foi atendido pelo Governo Federal, que o Exército e que a União não atuaram bem no combate ao incêndio, ou é o contrário? Quer dizer, qual é a sua posição hoje?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Queira explicar melhor, Exª. A sua pergunta saiu um pouco enrolada, não ficou clara.

O SR. ROMERO JUCÁ – Vou explicar melhor. V. Exª trouxe um filme dizendo que estava combatendo o incêndio sozinho. Esse discurso atende à comunidade estrangeira e a internacional, que diz que o País não está preparado para cuidar da Amazônia. O senhor recebeu o apoio necessário do Exército e do Governo Federal ou não? Qual é a verdade dos dois lados? É o que o senhor fala em Brasília ou é o que o senhor diz aqui, na publicidade do Governo?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Naquele momento em que foi rodado aquele filme é evidente que estávamos trabalhando praticamente sozinhos. O Exército estava aqui. Tudo isso aí é para tentar me colocar em choque com o Exército brasileiro.

O SR. ROMERO JUCÁ – Não, é para tirar a limpo o que o senhor diz, porque o senhor diz uma coisa em Brasília e outra aqui!

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – É, é elementar. Senador, quero dizer o seguinte...

É importante tirar a limpo essa questão. O Exército brasileiro trabalhou muito bem, mas não posso deixar de registrar que as providências da Secretaria de Políticas Regionais para ajudar a defesa civil demoraram muito a chegar. O Governo Federal não é só o Exército. Muitas coisas demoraram a chegar. E sabe por quê, Senador? Porque havia quem dissesse – isso eu ouvi: "Olha, é época de seca mesmo, a história desse dinheiro é porque o governador é candidato à reeleição e ele só quer se reeleger. Cuidado! Tenham cuidado!" Quem foi que disse? Todos sabem. A verdade é que Roraima foi prejudicada porque essa ação deveria ter acontecido com maior rapidez. E digo mais: até hoje projetos imprescindíveis ainda não se tornaram realidade, embora o Governo Federal queira nos ajudar.

Estarei com o Presidente Fernando Henrique na próxima semana e Sua Excelência vai nos ajudar, porque sei que ele...

O SR. ROMERO JUCÁ – Vai nos ajudar porque estamos apoiando o Presidente e cobrando providências incessantemente. Agora, o que V. Exª diz aqui é uma coisa; o que diz lá é outra. Estiveram aqui os Ministros Gustavo Krause e Catão. Ouvi este último dizer que nenhum parlamentar federal de Roraima havia atrapalhado o Estado; pelo contrário, os Senadores cobraram posição.

Não sei se é do seu conhecimento...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Ministro Krause?

O SR. ROMERO JUCÁ – Os Ministros Catão e Krause disseram isso. E mais: os dois estão apensando documentos ao processo que estou movendo para provar efetivamente quem atrapalhou o Estado ou não. Essa questão será comprovada.

Quero perguntar a V. Exª se tem conhecimento das gestões dos parlamentares federais no BASA, na SUDAM, junto ao FNO, no INCRA, em todos os ministérios, inclusive a minha gestão junto ao governo do Canadá para que viessem para cá aviões para combater o incêndio. V. Exª tem conhecimento dessas gestões?

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – De jeito nenhum. Tenho conhecimento, Senador...

O SR. ROMERO JUCÁ – Então V. Exª é mal informado.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Tenho conhecimento, e isso aqui foi claro, que, por exemplo, no episódio das emendas coletivas, em que os Estados se unem, teriam de reunir pelo menos oito

parlamentares federais nossos e, nessa junção, precisaríamos de pelo menos um parlamentar do seu grupo, e o Salomão Cruz assinou e o senhor criou caso com ele.

O SR. ROMERO JUCÁ - Pelo contrário.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – O senhor votou contra, fez com que Roraima perdesse o dinheiro! O senhor jogou contra, Senador! Disso eu tenho conhecimento!

O SR. ROMERO JUCÁ – Todos os parlamentares da oposição assinaram a relação de emendas. Todos assinaram! Quem não assinou e retirou assinatura foram os parlamentares do PPB, e eu tenho o documento.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Eu não acredito. Salomão assinou e, por causa disso, foi ameaçado por V. Exª.

O SR. ROMERO JUCÁ – Pelo contrário, nós assinamos.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Salomão Cruz assinou e foi ameaçado por V. Exª! Olha, isso causou enorme prejuízo. Só da parte do Governo, em projetos, havia 102 milhões de reais.

O SR. ROMERO JUCÁ -Isso não existe, fizemos o entendimento, a oposição assinou todas as relações. Na verdade, quem retirou a assinatura foram dois parlamentares do PPB, que o senhor sabe quem foi. Não venha com manobras diferentes...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS – Meu caro Senador, Presidente Sebastião Rocha, marquei inicialmente que ficaria aqui até às 14h e já são 15h30m. Esse tipo de pergunta não vai levar a nada.

O SR. ROMERO JUCÁ – Eu tenho umas perguntas a fazer ainda. V. Exª falou...

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Senador Jucá, volte para Brasília e vá trabalhar, mostre seus projetos. Não queira fazer disto aqui um palanque eleitoral, Senador. Dia 4 de outubro o povo vai dar a resposta.

O SR. ROMERO JUCÁ – Vai dar a resposta.

O SR. NEUDO RIBEIRO CAMPOS - Senador Sebastião Rocha, demorei-me mais do que prometi ficar. Acho que cumpri a minha obrigação. Tinha foro para recebê-los no Palácio, mas vim aqui. Agora gostaria de me retirar porque entendo que não há nada mais de relevante que possa ser discutido.

Muito obrigado.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ROMERO JUCÁ – Vai correr, não tem coragem de ficar, está com medo... Está correndo! Há pergunta aqui sobre recurso, sobre pagamento de dinheiro com publicidade. Está com medo... Não quer responder. Fazer o quê? Sente aí, venha responder às perguntas. Não tenha medo. Sente aí, governador. Não tenha medo, governador. Correu. Fazer o quê? Infelizmente é isso, o governador está com medo e não quer responder às perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Suspendo os trabalhos por dois minutos e, em seguida, devolvo a Presidência ao Senador Romero Jucá, agradecendo a presença do governador e lamentando que S. Exª não possa ter continuado até o final para responder a todas as perguntas.

(Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos reabrir os trabalhos, lamentando o tumulto que ocorreu, inclusive com a saída do governador sem ter respondido a todas as perguntas que eu iria fazer.

Vamos reiniciar os trabalhos, convidando o Deputado Elder Teixeira Grossi, Líder da Bancada do PMDB.

Eu gostaria de agradecer a presença do Deputado Elder Teixeira e colocar-lhe à disposição o microfone para alguma consideração. Posteriormente faremos as perguntas.

O SR. ELDER GROSSI – Sr. Presidente da Comissão do Senado Federal com a finalidade de avaliar a repercussão e evolução de todo o processo que envolveu as queimadas de Roraima, Senador Romero Jucá; Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão; Senador Sebastião Rocha, Vice-Presidente da Comissão; Senador João França, membro da Comissão; Srs. Assessores do Senado, meus colegas deputados estaduais, autoridades presentes, minhas senhoras e meus senhores, primeiramente, Senador Romero Jucá, eu gostaria de fazer algumas considerações pertinentes no que tange à evolução dos depoimentos aqui colhidos e que atentamente observei. Cuidadosamente, tentei registrar fatos que para mim foram de extrema importância.

Gostaria de destacar este momento ímpar que nós, deputados estaduais, estamos vivenciando nesses depoimentos presididos por membros da Câmara Alta do Congresso Nacional, o Senado da República – e aqui cabe destacar o nosso profundo respeito, Senador Romero Jucá, por V. Exª, pela Senadora Marluce Pinto e pelos demais membros desta Comissão. (Palmas)

Nós Parlamentares que temos tido a oportunidade de participar de uma comissão parlamentar de inquérito sabemos que todas elas têm uma missão e que todas elas, de certo modo, causam desconforto, porque têm o princípio básico de investigar os fatos, para que o Parlamentar possa cumprir com a sua

obrigação. Eu, particularmente, considero importante, Senador Romero Jucá e Senadora Marluce Pinto, dar este testemunho, porque já participei de comissão parlamentar de inquérito e de comissões especiais. Sofremos pressões das mais diversas naturezas, mas não podemos nos furtar de cumprir a nossa obrigação e o nosso trabalho. (Palmas)

Ouvi, Senador Romero Jucá, algumas pessoas dizerem que era inoportuna, que veio num momento inoportuno. Entendo eu que, uma vez precipitado um trabalho de uma comissão, ele tem que ser levado a efeito. E o processo democrático impõe que exista Situação e que exista a Oposição.

E falo aqui particularmente na minha situação. Sou rotulado como Oposição ao Governo do Estado, mas quero dizer que faço o meu trabalho com seriedade, e cumpro o meu compromisso (Palmas). Muitas vezes fica parecendo que todos devemos concordar com a mesma opinião e com a mesma situação, o que não é verdade. O ser humano é complexo e cada um tem a sua maneira de pensar e o direito de se expressar.

Aqui cabe um elogio à Comissão, na pessoa do Senador Romero Jucá e do Presidente interino, o Sr. Sebastião, que não evacuou as galerias, não usou de força ou de truculência para coibir manifestações espontâneas do povo de Roraima que aqui veio. (Palmas.)

Senadora Marluce Pinto, na minha maneira de expressar – e V. Exª me conhece – muitas vezes uso de uma certa inflamação, de uma certa paixão, porque política tem que ser temperada com paixão, com colocações feitas com eloquência e com veemência, até para expor uma idéia. E, na manhã de ontem, quando o Presidente da Comissão argüiu se algum Deputado queria se expressar, eu não poderia perder a oportunidade e pleiteei mais atenção do Governo Federal para Roraima, mas fiz aquilo com boa intenção obviamente. Eu dei o apoio para a eleição do atual Presidente da República – e isso já foi mencionado -, mas isso não implica que eu venha cobrar mais ações, que eu venha pedir mais recursos, que venha pedir melhor salário para os funcionários.

Senadora Marluce Pinto, a senhora fez uma intervenção no sentido de mostrar o valor do trabalho que foi feito – e reconheço o trabalho feito pelo Ibama e pela Eletronorte, o trabalho que é feito e que foi feito pelos diversos órgãos que compõem o Governo Federal. Mas eu, como roraimense que me tornei, apaixonado por viver aqui – já vivo aqui há quase 16 anos -, peço recursos, cobro mais atenção do Governo, porque disso precisamos – não só Roraima, mas todos que vivemos na Região Norte. (Palmas)

É importante salientar todos os benefícios que foram concedidos. A Senadora interveio na hora certa no meu pronunciamento. O Senador Romero Jucá também assim o fez. Aqui quero destacar que concordo plenamente com a Senadora e com o Senador no que tange ao trabalho que vem sendo feito. Muitas vezes é difícil.

Gostaria de fazer uma preliminar no que tange à questão principal, que é a queimada.

Vivo há 15 anos neste Estado e fiquei de certo modo perplexo com a evolução das queimadas e o incêndio que acometeram o nosso Estado de Roraima, que, com certeza, pegaram a todos de surpresa. O fenômeno El Niño tinha sido discutido pelas autoridades, pelos **experts** em meteorologia e constatado pelos satélites. As dificuldades foram aqui dissecadas com precisão pelos especialistas. Existia uma situação atípica, pois até então não tínhamos visto um fenômeno tão intenso como foi a seca deste último ano.

Registrei aqui o sufoco que passei quando, no transporte ida e volta para Manaus, no mês de outubro, senti falta de fôlego pela quantidade de fumaça que existia no lado do Estado do Amazonas e também na vizinhança, no Estado de Roraima. Aquilo me causou preocupação, porque estava havendo uma propagação diferente, que eu até então não tinha visto. Aquilo, de certo modo, nos preocupou. E esperávamos a chuva.

Como a Senadora Marluce Pinto destacou, os políticos, cada um a sua maneira, inspecionam o Estado. Em uma das diligências que fiz com a Senadora Marluce Pinto, em trabalho de inspeção no sul do Estado, no mês de janeiro, em frente ao Jundiá, assistimos a um incidente com uma moça – ela cortou a perna e eu, como médico, fiz a sutura. Vimos o fogo se alastrando na frente da BR-174, e os funcionários do Ibama impotentes, pois não é fácil apagar um incêndio. Fiquei angustiado querendo saber o que o Ibama estava fazendo, que providências o Governo tomara, mas observamos que o fogo, devido ao vento forte, ganhava força.

Estávamos na vicinal 26 ou 27, quando o fogo surgiu ao lado de onde estávamos reunidos com lideranças e produtores rurais e saiu queimando as casas dos colonos, as bananeiras e toda a pequena produção que existia ali.

A situação é atípica, como eu já disse, mas temos que ressaltar a preocupação em prevenir outros

incidentes. Não vi relatos ou registros de que isso tenha acontecido em outros Estados na mesma proporção alarmante, inclusive com repercussão internacional, como foi o caso do Estado de Roraima.

Minhas senhoras e meus senhores, cabe aqui destacar o importante papel do Senado, que radiografou essa situação e a levou, de forma direta, ao conhecimento do Presidente da República, pedindo-lhe mais recursos e verbas para prevenir futuros focos de incêndio. Ficou patente a impotência e fragilidade frente a tão grave situação da parte das instituições federal, estadual e municipal, incapacitadas de debelar um fogo tão intenso.

Cabe também enaltecer, Senadora Marluce Pinto, o trabalho do Exército Nacional. Semanas antes – alguns dos meus colegas certamente se recordam – fiz pronunciamento destacando o importante papel da Instituição. Eu disse naquela oportunidade que os militares são homens que se levantam muito cedo e talvez os últimos a dormir, sempre pensando na Nação. Antes do nascer do sol, esses homens das fardas verdes já estão fazendo ginástica, cada um atuando na sua área.

Nesta oportunidade que me é dada, registro o meu apreço, estima e consideração pelo Exército brasileiro, essa instituição que, pela questão do arbítrio durante a ditadura, teve seu prestígio diminuído. Temos que destacar o valor desses patriotas, desses grandes brasileiros que tanto fizeram e fazem para manter a integridade nacional e garantir a soberania de região tão cobiçada. (Palmas) Também destaco a atuação dessa conjunção de forças que vieram para Roraima para lutar contra o incêndio. Ressalto também um ponto que achei interessante no Jalsen Reinnier. O Senador Sebastião Rocha indicou um ponto que considerou positivo no pronunciamento do Jalsen Reinnier. Tenho de fazer justiça e me associar a ele quando destaca o trabalho da Assembléia Legislativa, que não ficou omissa. Cada um trabalhou a seu modo. Quero falar também do trabalho do Senado Federal. Não concordo com a acusação de que esses três Senadores não tenham sido atuantes. S. Exªs trabalharam sim, cada um a sua maneira (palmas), cada um tentando buscar recursos para uma questão complicada e difícil. Não podemos atirar lama nas pessoas. Assim como a pessoa tem o direito do contraditório, de vir aqui se defender, também temos de reconhecer o papel da minoria, da Oposição, que é legítima e democrática. Tenho orgulho de fazer, a minha maneira, o trabalho que faço de mostrar um lado que tem que ser mostrado por alguém.

Sr. Presidente, eu poderia aqui falar de vários fatos que aconteceram, mas fico à disposição dos senhores para responder às questões pertinentes a essa situação que nos maculou, revelando a nossa fragilidade.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá; Senadores João França e Sebastião Rocha; Deputados estaduais; Secretários de Estado; senhoras e senhores:

Dr. Elder, na sua explanação, V. Exª se referiu à nossa ida ao sul do Estado, à BR-174 e na BR-210. Essa é uma data que não me confunde, porque fiquei até o dia 30 de dezembro indo e retornando a Brasília, por causa das assinaturas dos convênios. Passou o feriado. Saímos daqui exatamente no dia 2 e retornamos no dia 11, para eu viajar à noite para Brasília, porque, no dia 12, reiniciavam os trabalhos. Por isso lembro tão bem essas datas. De 2 a 11 de janeiro, ficamos em uma comitiva com Deputados e Vereadores. Quando chegamos às localidades, desde o Jundiá (como já foi dito) até a então São Luís do Anauá, todos estranhamos aquelas queimadas, pois não eram como antigamente.

Pergunto, Dr. Elder, na sua experiência de quem vive no Estado há 15 anos, se lhe chamou a atenção aquele fogo que muitas vezes víamos das vicinais. Mandávamos até o motorista acelerar, por medo de que as árvores caíssem em cima do carro. Naquela época, a situação causava algum impacto em V. Sª?

O SR. ELDER GROSSI - Com certeza, Senadora Marluce Pinto. A situação nos saltou aos olhos. Estamos acostumados a determinado volume de queimadas, porque, mesmo sendo uma técnica primitiva e arcaica, é ainda lamentavelmente utilizada em nosso Estado. Obviamente queríamos que houvesse mecanização, para que aquela população trabalhasse como se trabalha no século XX. Mas causou-me preocupação a maneira como estava se propagando o fogo.

Na nossa observação, a situação era atípica. Até então eu não tinha visto episódio daquela magnitude. A senhora lembra muito bem que, algumas semanas depois, voltamos à região do Baliza, e o mesmo fato estava acontecendo, com uma circunstância agravante: estava faltando água para beber! Tomamos banho com copos de plástico e baldes de alumínio. Não havia água para se fazer, efetivamente,

uma mínima higiene. Algo ali não estava correto, o que preocupou, naquele momento, a comitiva.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Elder Grossi, a seca já estava desde o Jundiá. V. Exª se lembra da senhora acidentada? Quando V. Exª quis lavar as mãos no posto, não havia água nem para limpar o sangue e a areia da perna daquela senhora.

A seca, àquela época, já assolava. Em São Luís do Anauá, ficamos hospedados em um hotel, que tinha sido propriedade do Prefeito da cidade. Foi necessário buscar água fora, porque nem mesmo no hotel havia, para podermos fazer a higiene.

Hoje, pela manhã, o seu colega Deputado declarou que o Governador havia entrado em contato com os Deputados para falar sobre a situação calamitosa do Estado – ele não falou só na bancada do Governo. V. Exª tem conhecimento disso, ou seja, se houve uma aproximação ou se veio alguém representando o Governador na Assembléia, para conversar com os Deputados Estaduais, a fim de que tomassem alguma providência?

O SR. ELDER GROSSI - Senadora, nesse episódio e em outros, lamento muito a falta de entrosamento do Governador, pelo menos no que tange a nós da Oposição, ao Deputado Lúcio Távora, ao Deputado Iradilson Sampaio de Souza e à minha pessoa.

Posso dizer – e V. Exª sabe disso – que fui um dos primeiros que começaram a contestar, como Parlamentar de Oposição ligado ao velho PTB, a administração do atual Governo do Estado de Roraima.

Lembro-me muito bem de que, quando estávamos próximos de campanha municipal, V. Exª conversou conosco no sentido de que tivéssemos uma certa paciência no que tange às críticas que já estavam, de certo modo, latentes por parte da nossa posição na Assembléia Legislativa e também por parte do Deputado Lúcio Távora, que era recém-chegado ao PMDB.

Na verdade, pelo menos no que se refere à dita minoria nesta Casa, minoria essa democrática, somos desprezados com relação ao diálogo com o Governador do Estado, não com os nossos colegas. Não tenho queixa de relacionamento com o ex-Líder do Governo, Deputado Édio Vieira Lopes, com quem tenho boa aproximação, boa conversa, ou com o Deputado Chico Guerra, enfim, com todos os nossos colegas que fazem parte do bloco de sustentação ao Governo.

Com certeza, não fomos informados, não participamos de debates e, quando nos posicionamos, o fazemos pela maneira como observamos os fatos, a imprensa, pelos discursos proferidos.

Entendo que o Governador ganharia muito mais se abrisse o diálogo, mesmo com a Oposição, chamando para o debate, mostrando os planos. É muito interessante chamar o Senador Romero Jucá para ajudar. Penso que temos de fazê-lo, pois devemos recorrer a todos.

Também não podemos ser rotulados de radicais, porque inúmeras foram as vezes em que nos posicionamos favoráveis a projetos de Governo nesta Casa, sem radicalismo, sem xiismo, mas com a liberdade de criticar, de mostrar os pontos de que temos direito de discordar.

Quero ter a liberdade de criticar. Não quero concordar com cem por cento das questões. Isso não existe, não é salutar, não constrói uma democracia e não nos corrige.

No que tange a essa resposta, Senadora Marluce, não fomos acionados por parte do Governo: ele não nos procurou, não nos deu nenhuma oportunidade de participar efetivamente do processo. Participamos à nossa maneira, e V. Exª sabe muito bem que sim, porque inúmeras vezes fizemos contato com V. Exª em viagens, conversas, debate, e V. Exª efetivamente atuou em Brasília com competência.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria apenas de perguntar ao Deputado Elder Grossi se tem conhecimento de algum programa preventivo que tenha sido feito pelo Governo do Estado ou pelo Governo Federal no início das secas até o início das queimadas.

O SR. ELDER TEIXEIRA GROSSI - Não é do meu conhecimento, Senador Jucá. Agora, cabe destacar que ouvimos por parte de um **expert** do Ibama que isso tem que ser considerado nas questões de detectação da umidade, da folhagem, do trabalho que é feito – esse, sabemos que é rotineiro e que acontece.

Cabe aqui salientar, Senador Romero Jucá, que, na oportunidade, votamos contrariamente à extinção da Secretaria do Interior, de Justiça e Meio Ambiente. Naquela oportunidade, veio uma mensagem governamental extinguindo essa Secretaria, que, em nossa modesta opinião, é fundamental, principalmente em Estados da Região Amazônica. E, mesmo que não fosse da Região Amazônica, em qualquer país do mundo civilizado se discutem as questões ecológicas. Nesse momento, acontece em Portugal o grande debate das questões dos mares, dos oceanos, da destruição da flora que também existe ali. Então, causou-me certa revolta quando o

Governo do Estado mandou uma mensagem governamental extinguindo uma secretaria. Na ocasião, denunciei o esquartejamento de secretaria tão importante. Não houve nada preventivo, profilático. Preocupa-me, Senador Romero Jucá, Senadora Marluce Pinto, o futuro que advirá.

Tenho certeza de que esta Comissão irá atuar no sentido de chamar a atenção dos organismos federais que fiscalizam, que detectam as prioridades, até mesmo com relação à questão do Sivam, o quanto é importante se instalar o Calha Norte, um projeto defendido pela Senadora, o Projeto Sivam, que V. Exªs também defenderam. Temos que buscar isso. Quando argüimos a necessidade de se trazerem esses recursos, não fazemos crítica destrutiva, mas construtiva. O parlamentar tem a sua voz, tem o seu posicionamento na tribuna, e desse eu não abro mão, ou seja, dizer aquilo que o meu coração manda, o posicionamento que devo tomar. Entendo que não houve prevenção nenhuma, Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Senador João França quer fazer algum questionamento?

O SR. JOÃO FRANÇA - Não quero fazer nenhuma pergunta ao nosso Deputado Elder Grossi, que é um homem que tem o meu apreço e respeito pelo seu trabalho. Quero simplesmente reforçar as palavras da Senadora Marluce, no sentido de não fazermos mais perguntas, para entrarmos no objetivo do trabalho da nossa Comissão. Pouco cuidamos do que realmente viemos fazer aqui, tivemos várias outras discussões. A Comissão precisa trabalhar em cima do seu objetivo, ou seja, a questão das secas e das queimadas no Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer ao Deputado Elder Grossi a gentileza de ter prestado essas informações à Comissão.

O Prefeito Joaquim Ruiz está presente? Não. Então, vamos seguir a ordem da pauta.

Convido o Deputado Édio Vieira Lopes. (Palmas.)

Deputado Édio Vieira Lopes, a Comissão agradece a presença de V. Exª e coloca os microfones à sua disposição, caso queira fazer algumas observações. Posteriormente, passaremos às perguntas.

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - Cumprimento o ilustre Senador que preside esta Comissão, o Senador Romero Jucá; a Senadora Marluce Pinto; o Senador João França e, no momento ausente, o Senador Sebastião Rocha, do Estado do Amapá. Cumprimento também todos os colegas Deputados aqui presentes, funcionários do Senado, funcionários desta Casa, membros da Imprensa, senhoras e senhores:

Não faremos nenhum pronunciamento inicial, Sr. Presidente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Édio Vieira, V. Exª não se pronunciou no sentido de nos revelar algo referente ao trabalho que esta Comissão veio fazer; portanto, passarei diretamente às perguntas.

V. Exª, como Deputado da Bancada, é homem que anda muito pelo interior, principalmente Mucajaí e Rorainópolis. Pergunto-lhe se, no início da seca, V. Exª teve oportunidade de advertir o Governador do Estado sobre os acontecimentos que estavam surgindo, bem diferentes do que sempre ocorreu em nosso Estado, com relação à seca?

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - Bem, é óbvio que, no início de qualquer verão neste Estado, todos, Governo e sociedade, se preparam para enfrentar o período de estiagem em Roraima. Obviamente, essa preparação é restrita às previsões típicas do verão em nosso Estado. Nenhum governador ou membro da sociedade ou produtor jamais imaginou que o verão do ano 1997/1998 alcançaria as dimensões que alcançou.

Quero citar alguns exemplos, porque ouvi sérios questionamentos ontem e hoje no sentido de que se poderiam ter tomado medidas preventivas. Relembro, então, o que ocorreu no sul do então Território de Roraima, durante o governo do Senador Romero Jucá – governo de que fiz parte com muita honra, Senadora. Naquele ano, houve um inverno tão rigoroso como há muitos e muitos anos não se via em Roraima, e o sul do Estado ficou absolutamente isolado por quase 90 dias. Não se podia ir lá a cavalo nem de trator ou de bicicleta; nem de avião se podia ir, porque as enxurradas carregaram a pista de pouso. Só havia um meio de transporte: um helicóptero que o governo possuía e que destacou para a região.

Lembro-me de que a Senadora Marluce Pinto, à época Deputada Federal, fazia juntamente com o Senador o que os dois hoje estão fazendo com o Governo do Estado. (Palmas) Expunham o então Governador Romero Jucá à execração pública, porque não havia resolvido o problema da enchente, o problema do inverno no sul do Estado. Ora, o Governador daquela época, aqui presente, e o Governador de hoje prepararam-se para enfrentar um inverno,

aquele, e um verão, este, normal dentro do Estado. Ninguém estava preparado para enfrentar uma verdadeira anomalia na região, precisamente em nosso Estado.

Portanto, o Governador, sim, em todos os momentos, se preocupou, Senadora. Os Deputados, independentemente do fato de serem da Situação ou da Oposição, preocuparam-se com isso. Mas ninguém poderia jamais imaginar que o verão tomaria as proporções que tomou. (Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Édio Vieira, aqui vai a minha segunda pergunta: V. Exª tomou conhecimento do fato e, como parlamentar, sabe que esta Comissão, além de fazer audiências públicas com interrogatórios, realiza diligências. Queremos ter facilidade de ir aos trechos mais atingidos. Nós sabemos quais são os trechos atingidos, mas não sabemos onde foram realizadas as obras. Como Deputado da Bancada governista, V. Exª poderia nos dizer sobre as localidades mais atingidas, como Apiaú, Roxinho, Alto Alegre, que tem o maior número, conforme relata o Governo do Estado, de cacimbões construídos. V. Exª poderia facilitar nosso trabalho e citar algumas localidades para que pudéssemos fotografá-las, a fim de que façam parte do nosso relatório? Assim, poderíamos mandá-lo para as autoridades competentes. Isso seria uma mostra do que foi realizado aqui com referência às obras federais.

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - Srª Senadora, obviamente, eu não tenho como dizer-lhe onde está cada uma dessas obras.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Bastaria V. Exª citar algumas obras.

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - No meu município, se a senhora for à Colônia de Tamandaré, Apiaú e Roxinho, verá dezenas dessas pequenas obras. Esse é um questionamento que já está saturado. O Governo do Estado já colocou à disposição da Comissão toda a documentação, com nome e endereço dos proprietários. Já estão à disposição desta Comissão técnicos que irão conduzir os Srs. Senadores a cada uma das obras, se assim o desejarem. Portanto, pelo menos da parte do Governo, tudo já foi colocado à disposição da Comissão para que ela vá inspecionar tudo **in loco** – que é o dever da Comissão. É necessário que ela assim proceda. Em qualquer município aonde a Comissão for, certamente os técnicos do Governo irão conduzir os ilustres Senadores até as obras, para que as fotografem e façam o que desejarem. (Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Édio Vieira, amanhã daremos início às diligências. Tenho certeza absoluta de que até amanhã não iremos receber isso. Em se tratando de um Parlamentar, acho que não há nada de mais fazer essa pergunta a V. Exª. Mas, como já falei anteriormente, visitaremos as obras. Não creio, com toda a sinceridade, que vá qualquer técnico dos quadros do Governo do Estado. Talvez muitos tenham vontade de ir, mas o Governo do Estado não vai encaminhar isso. No entanto, isso não vai nos impedir de fazer nosso trabalho.

Já que V. Exª não pode fornecer maiores detalhes – e é um direito seu dizer que é o assunto já foi bastante debatido – e como o objetivo da Comissão é este, eu dou por encerradas as minhas perguntas. Retorno a palavra ao Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá, e agradeço a V. Exª pela sua presença.

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - Muito obrigado, Senadora.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Indago do Senador João França se deseja fazer alguma pergunta. (Pausa.)

Gostaria de fazer duas perguntas ao Deputado Édio Vieira Lopes, inicialmente, desejamos discordar de seu posicionamento no tocante à questão das chuvas normais e naturais do Estado e a essa questão específica da seca e do trabalho de prevenção que poderia ter sido feito. Vamos ouvir também o técnico do Ministério da Agricultura.

O fenômeno El Niño foi extremamente debatido em todo o País, tendo sido abordado inclusive na televisão, ficando popularizado. Todo o País sabia que haveria efeitos climáticos adversos em razão disso. Quando se constatou, a partir de outubro do ano passado, que não havíamos tido as chuvas necessárias para termos um bom inverno, o quadro foi se agravando. Em novembro ou dezembro, sem dúvida nenhuma, diferente do que o Governador disse aqui -ele assumiu o fato de que não fez um trabalho preventivo-, teria sido possível fazer um trabalho de prevenção não só no tocante às queimadas, mas também um trabalho mais estruturado junto ao Governo Federal no sentido da captação de recursos. Essa é outra questão, e vamos debatê-la na Comissão em momento apropriado.

Pergunto a V. Exª qual a condição da agricultura hoje nas regiões do Apiaú e do Roxinho, duas áreas extremamente afetadas pelas queimadas. A agricultura se recompôs? Qual a situação dos agricultores? Eles estão tendo apoio? Está havendo me-

canização? Como está hoje a questão da recuperação da agricultura, da economia no Município de Mucajaí, especialmente das duas colônias que foram bastante afetadas e que V. Exª conhece tão bem?

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - Sr. Senador, não só no Município de Mucajaí, mas também em todos os Municípios agrícolas de nosso Estado, se houver um mínimo de condição propícia por parte do período de inverno, certamente Roraima terá -o lado bom de toda essa história- a maior safra nas nossas colônias. (Palmas) Toda a área cultivada no Estado, em todos os Municípios, está pronta para o plantio, nenhuma área ficou sem queimar. Todavia, a condição de nosso produtor rural é bastante grave, devido à falta de recursos para que eles possam mais e melhor produzir.

V. Exª, que já foi Governador, e a Senadora, que já foi Primeira-Dama por duas vezes neste Estado, sabem mais do que todos nós que Roraima é pobre e não tem como bancar recursos para o produtor rural. É preciso que a Bancada Federal do nosso Estado, independentemente da cor partidária, vá aos Ministérios, aos órgãos competentes buscar cada centavo que puderem para injetar na produção rural do nosso Estado.

Mais ainda, é preciso urgentemente que a Bancada Federal, que tem negociado e adquirido tantas coisas com o Presidente da República, concentre esforços no sentido do perdão de dívidas rurais ou, no mínimo, do adiamento no pagamento dessas dívidas. Querer que o Estado banque essa conta é querer o impossível, é querer soluções de países de Primeiro Mundo para um povo pobre, talvez do Estado mais pobre deste País. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputado Édio Vieira Lopes, existe, nas Colônias do Apiaú e do Roxinho, a possibilidade de novos incêndios, conforme preocupação do Procurador de Justiça do Estado, que fez ontem uma explanação a respeito neste Gabinete. Está havendo orientação para os colonos no sentido de evitar que tragédias como essa não se repitam no Estado de Roraima?

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - É fácil dialogar com V. Exª, porque é tão conhecedor da realidade do Estado quanto nós. Todos sabemos que, no momento, falar do perigo de um incêndio iminente em matas e florestas do nosso Estado é absolutamente cômico. Todavia, não nos podemos esquecer de que as florestas que foram queimadas pela primeira vez certamente, nos próximos meses, estarão armazenando um volume enorme de material combustível, que, no próximo verão, será como pólvora perto de um braseiro. Portanto, no próximo ano sim, Roraima estará correndo perigo em dobro, em razão das matas que queimaram neste ano. Árvores e arbustos que secaram e que morreram neste incêndio estarão prontos para propagar incêndios em maior proporção no próximo verão.

Portanto, é preciso que Governo, Prefeituras, Senadores e Deputados procurem soluções para evitar uma tragédia de maiores proporções no próximo ano. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A solução começa com um trabalho preventivo junto aos agricultores.

Finalizando, pergunto a V. Exª se tem algum documento, alguma informação que comprove que qualquer Parlamentar Federal deste Estado contribuiu para proibir o envio de recursos a este Estado ou para atrapalhar a atuação dos Governo Federal ou Estadual no tocante à questão das secas e queimadas de Roraima.

O SR. ÉDIO VIEIRA LOPES - Sr. Senador, obviamente, não tenho nenhum documento que comprove que este ou aquele Senador tenha procurado dificultar a vinda de recursos para Roraima. Todavia, reservo-me o direito de dizer que nem o mais fiel seguidor de um Senador que tem a esposa candidata a Governadora ou de uma Senadora candidata a Governadora, concorrendo com o Governo atual, em algum momento procuraram ajudar. No máximo, podem não ter atrapalhado. Agora, não vão me convencer de que ajudaram a trazer recursos para o Governo do Estado. Nem o mais fiel seguidor acreditaria nisso.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Deputado Édio Vieira pelas suas observações e importantes informações.

Concedo a palavra ao Prefeito Joaquim Ruiz para fazer seu depoimento. (Palmas.)

O SR. JOAQUIM RUIZ - Exmº. Sr. Presidente da Comissão Especial do Senado Federal do País, Senador Romero Jucá, Exmº Sr. Senador João França, Exmª Srª Senadora Marluce Pinto, começaria meu discurso, minha mensagem falando sobre a decretação do estado de calamidade pública em Iracema. Mas vou rever o início e parabenizar todos os presentes na platéia, pois este é um momento sublime para o novo Estado de Roraima, que começa cheio de problemas. Há um fato histórico brilhante: num momento, vi pessoas ligadas a um grupo vaiando e outras aplaudindo. Esse é o regime democrático que estamos vivendo. A vocês, uma salva de palmas. (Palmas)

Quero, também, nesta Casa que é do povo, neste momento histórico, parabenizar a complacência desta Comissão, que tem o conhecimento do que é democracia. Digo isso, iniciando esta minha mensagem, porque a minha juventude foi a do silêncio, não teve essa liberdade de aplaudir e de vaiar.

Por que tivemos de decretar estado de calamidade pública no nosso Município? Sou Prefeito de um dos Municípios mais pobres do nosso Estado. Por isso, deveria ter humildade de procurar, mesmo que empiricamente, informações...

(*Manifestação do público*)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, vamos fazer silêncio. Vamos continuar ouvindo o convidado. Continua com a palavra o Prefeito Joaquim Ruiz.

O SR. JOAQUIM RUIZ – Obrigado.

Estava falando do meu Município, que é pobre e, por isso, eu deveria, respeitando a democracia, calar-me e ouvir o engenheiro, que é o profissional especializado no assunto.

Deveria escutar os órgãos competentes. E, ontem, ouvi o pronunciamento do Ministério Público do Estado, falando sobre a preocupação com o que pode ocorrer com relação ao problema do lençol freático e da estiagem e não sobre o que aconteceu. Vou deixar com a Comissão cópia do decreto que relata o motivo das nossas decisões e a época em que foram tomadas, decretando o estado de calamidade pública no Município de Iracema.

Não fui o primeiro a fazê-lo. Independentemente de cor partidária ou de ideologia política, os Prefeitos de todos os Municípios estão unidos pelo bem do Estado de Roraima. Parabenizo publicamente o Prefeito do Cantá, que foi o primeiro a perceber, no dia 9 de janeiro, junto à sua comunidade, a situação pela qual o Município estava passando. Em Iracema, iniciamos o processo de decreto de calamidade em 22 de janeiro.

Passo, então, à Comissão o nosso decreto, relatando com detalhes o motivo dessa decisão, que não pode ser tomada num estalar de dedos. Ela deve ter critérios para que, amanhã, o Prefeito não seja punido por atos que praticou ou por erros que cometeu.

Sr. Presidente, a estiagem foi um fato imprevisto, porque não temos informações concretas. O Brasil em que não vivemos, o Brasil do sul maravilha, este tem mais do que informação, nega, inclusive, cultura ao povo que vive no norte do País. Já o processo de queimada é histórico, vem dos nossos antepassados, vem dos índios wapixanas, que habitavam Roraima, e dos índios makuxis, que vieram do Caribe para dar origem a este povo que aqui habita. Esse é o processo histórico; o fogo, não. Devido a essa estiagem prolongada, o fogo fez esse estrago que todos presenciamos.

Esse é um fato, e 92% dos agricultores que vivem no nosso Município de Iracema fazem parte da agricultura familiar.

Fiz o decreto também porque estavam vencendo as dívidas dos financiamentos do Procera e as primeiras dívidas do financiamento do FNO Especial. Não tínhamos recursos para começar a fazer um trabalho preventivo, mas deveríamos tomar algumas atitudes a fim de mitigar a situação caótica vivida por nossos agricultores.

Quero fazer uma denúncia grave, aproveitando este momento ímpar, em que há uma Comissão especial do Senado em nosso Estado. A Comissão Nacional do Procera, Srs. Senadores, esteve aqui no nosso Estado há vinte dias, quando o verde substituiu a cinza. Ora, o equipamento dos pobres agricultores do Estado de Roraima é o fogo, a cinza é o adubo. Sem a titulação da terra eles não têm crédito digno para mudar a sua história. Quando de sua estada aqui, a Comissão Nacional do Procera não ouviu, com absoluta certeza, nenhum segmento da esfera política do Estado, nenhum órgão que tinha instrumentos para provar o estrago que o fogo fez aqui. Empiricamente, a Comissão pegou um carro do Incra e foi vistoriar alguns projetos de assentamentos.

Quando eu soube disso, como Presidente da Associação de Municípios, fiz uma reunião com os colegas e ficou acertado que denunciaríamos que essa Comissão, olhando o verde que já havia, a água existente nos igarapés, não era capaz de fornecer um relatório ao Governo Federal no sentido de que os pequenos agricultores do nosso Estado que foram prejudicados passassem a ser beneficiados. Faço essa denúncia publicamente para que V. Exªs tomem as medidas necessárias para reverter esse relatório que prejudica acentuadamente o pequeno agricultor do nosso Estado.

Prosseguindo, Srs. Senadores, veio aqui, há uma semana, o Sr. Raimundo Lima, Assessor Especial do Presidente Nacional do Incra, Sr. Milton Seligman. Ele escutou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, a CUT e alguns outros sindicatos. Não discuto o direito de esses sindicatos serem ouvidos ou de participarem do processo, ao contrário, elogio. Acho que o processo democrático deve ser participativo, respeitando-se o direito de cada cidadão, mas o que

discuto e coloco aqui como denúncia é que não é justo que no processo que estamos vivendo, uma vez que o Presidente da República, Sr. Fernando Henrique Cardoso, é eleito pela maioria do povo para governar a nação, um governador de Estado é eleito pela maioria para governar o povo de um Estado e os prefeitos são eleitos pelo povo do Município para governá-lo, esses representantes de quem vive no Município, porque o povo não mora em Brasília ou no Estado, mas no Município, não sejam escutados. Houve uma entrevista coletiva em que se falou que haverá uma intervenção no Incra de Roraima. Não discuto o aspecto de mudanças; o que coloco a V. Exªs como denúncia é a falta de respeito que um cidadão do quinto escalão do Incra de Brasília tem para com o nosso povo. No momento em que o agricultor mais precisava de apoio, não se discutiu o financiamento, nem o prolongamento do Procera ou do FNO. Gostaria de deixar isso claro aqui.

Srs. Senadores, tenho a honra de falar a respeito da dificuldade que tive, porque já fui Superintendente do Incra, e denuncio que o Governo Federal não tem interesse em resolver o problema fundiário do nosso Estado. Enquanto esse problema não for resolvido, outros fenômenos como esse podem ocorrer nos próximos anos, porque o agricultor que não tem o título de sua terra não tem acesso a nada.

Peço, pois, veementemente, Srs. Senadores, em nome dos pequenos, que agilizem... O dinheiro do Procera, que é o melhor crédito que existe para o pequeno produtor, há dois anos volta, porque o agente financeiro, o BASA, está de costas para o nosso Estado. O FNO especial também tem sido disponibilizado com restrição aos nossos pequenos agricultores, muitos deles obrigados a comprar gado leiteiro quando nem sequer têm condições de criar gado para corte. A tradição do nosso Estado é de gado de corte desde quando vieram as primeiras cabeças para cá, ainda enquanto éramos vila, visando ao desenvolvimento da pecuária de Roraima.

Srªs. e Srs. Senadores, desculpem-me a emoção, mas gostaria de deixar esses pontos como denúncias para a Comissão Especial, porque V. Exªs têm o poder de rever essa situação. Não faço crítica à atual gestão do INCRA em Roraima, não critico a direção do gerente do BASA, estou colocando os problemas que são impostos de cima para baixo. Não nos devemos curvar perante as pessoas que tomam essas decisões..

Antes de encerrar, quero dizer à Senadora, que citou duas vezes o meu nome, que é verdade, eu estava junto com V. Exª quando reverteu o quadro prevendo verbas no orçamento para cinco prefeituras do PPB, uma das quais é minha. Falo sobre esse assunto publicamente porque fui citado duas vezes e na democracia tem que ser assim.

Coloco-me à disposição dos nobres Senadores da República.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito de Iracema, Sr. Joaquim Ruiz, primeiramente quero agradecer a V. Exª por estar aqui conosco. Vou fazer uma explanação não partidária, porém mais lógica, conforme o objetivo desta Comissão, muito embora tenha entrado no caso do INCRA até como uma advertência ou crítica construtiva. Mesmo assim seria bastante produtivo, porque nós, Parlamentares, precisamos ter informações. Por mais que venhamos a este Estado, por mais que se visite, muitas vezes alguns fatos não chegam ao nosso conhecimento.

Quero também agradecer publicamente a confirmação da alocação de recursos a prefeituras que não pertencem ao nosso Partido, mas ao Partido do Governador. V. Exª falou que se fosse um prefeito da minha sigla partidária, do nosso grupo político, muito embora não o tenha como inimigo, apenas somos adversários ... A sua colocação é oportuna porque vem de encontro ao que tem sido dito por alguns: que não trazemos dinheiro porque somos negligentes ou porque não ficamos em Brasília à procura. V. Exª tem ido muitas vezes ao meu gabinete, depois de eleito Prefeito. Temos conversado, tenho ajudado no que posso e não tenho... (manifestação do público)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, gostaria que fizessem silêncio para que continuássemos ouvindo a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, Sr. Prefeito, se eu não me furto a destinar verbas para prefeituras de outras siglas partidárias, como vou atrapalhar, em Brasília, a vinda de recursos para o Governo do Estado, principalmente quando se trata de estado de calamidade pública?

Como V. Exª falou, o Prefeito Paulo Peixoto, no dia 9 de janeiro, decretou estado de calamidade. Foi o primeiro a se pronunciar. No dia 12, S. Exª já se encontrava em Brasília. No dia 13, fomos conversar exatamente com o Ministro Catão na busca dos recursos, e, em momento algum, furtei-me a solicitar

recursos para todas as prefeituras. V. Exª sabe muito bem, o seu Município recebeu 80 mil?

O SR. JOAQUIM RUIZ – Recebeu 75 mil, porque foi igual, ela abriu janelas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não, refiro-me à da seca.

O SR. JOAQUIM RUIZ – A da seca foi 80 mil.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Se eu quisesse fazer política, poderia ter solicitado recursos apenas para nossos Prefeitos, mas não acho justo, porque, além de V. Exª não ser inimigo, o povo não tem culpa e estava sofrendo.

Mas, Prefeito Joaquim Ruiz, tenho certeza de que V. Exª vai prestar uma contribuição bastante favorável e produtiva a esta Comissão ao nos informar em quais localidades do seu Município foram construídas barragens, açudes ou cacimbas. Qual foi a solução encontrada nessa época? Que obras foram realizadas?

O SR. JOAQUIM RUIZ – As obras que V. Exª está perguntando são as do Governo do Estado?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sim, porque o Governo do Estado faz publicidade em televisão dizendo que para o Município de Iracema foram construídos 308 açudes.

O SR. JOAQUIM RUIZ – Temos açudes na Região do Apuruí, um projeto municipal na época ainda do Município de Caracaraí. Foram construídos açudes na Região do Roxinho – uma parte dessa região pertence ao Município de Iracema, que são as vicinais 03, a 05, a 12, e outras mais e na própria BR.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª sabe informar se foram construídos em outras localidades dentro do Município de Iracema, que pega a parte do Roxinho, do Apuruí e a própria sede?

O SR. JOAQUIM RUIZ – Na sede foram construídos dois poços, porque o problema de água estava muito violento, um com 75 metros de profundidade e outro com 82 metros, um no Barril Novo e o outro, o melhor lençol freático escolhido pelo geólogo, que se encontrava dentro da área da Prefeitura, que eu cedi, para que se atenuasse o problema da falta de água no Município de Iracema. A estrutura do sistema de abastecimento de água dava para atender a uma demanda de 272 casas e, hoje, para se ter uma idéia, existem 987 residências no perímetro urbano – são dados da semana passada, da Fundação Saúde.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então a construção dos dois poços não atendeu a sua comunidade na totalidade da sede?

O SR. JOAQUIM RUIZ – Os dois poços ainda não. Há um problema de queda de energia lá, Srs. Senadores. A energia é originada em Boa Vista e já apresenta uma queda – vou falar pelas informações que recebemos da área técnica de engenharia da SER -; quando chega em Iracema, cai ainda mais. Então, nunca chega com 220 volts, e isso dificulta a capacidade do poço. Por exemplo, o poço tem capacidade de 10 mil litros por hora e, como essa energia não chega a 220 volts, há uma queda, o poço trabalha na faixa de 4 a 5 mil litros, e isso prejudica e acaba criando mais problemas com a falta de abastecimento de água.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E V. Exª tomou alguma outra providência com relação ao restante da comunidade que não foi beneficiada com essas obras?

O SR. JOAQUIM RUIZ – Como?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Porque atenderam 272 das 987 residências.

O SR. JOAQUIM RUIZ – Não; havia três poços em Iracema que eram para atender a essa demanda, mas o aumento populacional nesses últimos dois anos foi muito grande e, com isso, aumentou muito a demanda; não dá para atender ao sistema de abastecimento. Mesmo construindo dois poços, ainda falta água.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E com referência aos R$80 mil? Como V. Exª empregou esses R$80 mil que recebeu da Secretaria de Políticas Regionais?

O SR. JOAQUIM RUIZ – Esses recursos, parece que foi o Prefeito Paulo Peixoto que falou, eram para fazer um poço, e ele está fazendo dois. Eu também; mas estou fazendo poço semi-artesiano. Foram alocados recursos para fazer um poço e vai dar para fazer dois. Um vai ser na Vila São Raimundo e o outro vai ser no Apuruí, que tem problemas muito sérios de água. Quero dizer que quem fez a estimativa do custo desse projeto para as prefeituras foi a equipe de técnicos da Defesa Civil de Brasília, que veio comandada por um coronel, cujo nome não me recordo, junto com técnicos da Seplan. Existe um preço básico por região que serve de referência para trabalharmos, para que depois não tenhamos problemas com o Tribunal de Contas da União. Era para 76 cacimbões, mas estamos construindo 80.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito Joaquim Ruiz, seu Município não é grande; V. Exª falou que dois poços foram construídos na sede, e há também poços no Apuruí e no Roxinho?

O SR. JOAQUIM RUIZ – Não, esses do Apuruí, que estou colocando, são cacimbões.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E V. Exª tem idéia da quantidade?

O SR. JOAQUIM RUIZ - Não tenho idéia, Senadora. Não fiz esse acompanhamento.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – No Roxinho, eles ficam logo à margem da estrada, naquela parte que pega Iracema ...

O SR. JOAQUIM RUIZ - Lá, onde agora foi aberta a vicinal 12, que se liga com a três, pega a tronco, foram construídos vários, até perto de Campos Novos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito. Joaquim Ruiz, sinceramente não tenho mais nada a perguntar, porque o objetivo da Comissão são as queimadas.

Perguntaria, antes de encerrar, se está havendo algum trabalho preventivo por parte de V. Exª, já que tem experiência, não só como vice-prefeito, mas também como superintendente do INCRA, e, agora, como Prefeito de Iracema. Foi tomada alguma ação que venha ajudar o agricultor com referência à distribuição de sementes, conservação de estradas?

O SR. JOAQUIM RUIZ - Foi feita recentemente uma distribuição de sementes de milho, arroz pela Secretaria de Agricultura do Estado. Estamos enviando um projeto à Câmara de Vereadores que cria a "guarda verde". O objetivo é aproveitar os alunos que estão terminando o segundo grau e dar a eles uma perspectiva de vida, um incentivo para que eles estudem e façam esse trabalho preventivo junto com a sua própria família.

Vamos criar a "guarda verde". Esse projeto visa fazer um trabalho preventivo e, para isso, temos que investir muito na educação. No nosso município, investimos muito na educação. Acredito que num breve espaço de tempo vamos ter retorno em termos de meio ambiente, preservação, saúde...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Estou satisfeita com as suas respostas.

Retorno a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. ROMERO JUCÁ – Indagaria ao Senador João França se quer fazer alguma pergunta.

O SR. JOÃO FRANÇA – Quero só dizer ao nobre Prefeito Joaquim Ruiz que, quanto à denúncia feita à Comissão Nacional do Procera, que veio de Brasília, V. Exª pode ter certeza de que iremos lutar em busca de recursos a fim de que seja sanada a situação desses pequenos agricultores.

Acredito que não só eu mas também o Senador Romero Jucá e a Senadora Marluce Pinto temos interesse no bem do nosso povo de Roraima. Portanto, vamos nos empenhar para resolver essa situação. (Palmas.)

O SR. JOAQUIM RUIZ - Sr. Senador, os subsídios que V. Exªs terão em mão serão de fundamental importância para derrubar o relatório feito, mentirosamente, em relação ao problema ocorrido em Roraima.

O SR. JOÃO FRANÇA - Sem dúvida alguma, iremos nos empenhar nesse assunto.

O SR. ROMERO JUCÁ - Farei algumas perguntas ao Prefeito Joaquim Ruiz.

V. Exª tem conhecimento se, entre outubro de 1997 e fevereiro de 1998, quando começaram os incêndios, existia algum programa de trabalho de prevenção ou de orientação aos agricultores para evitar a magnitude das queimadas, do incêndio?

O SR. JOAQUIM RUIZ - Não, Sr. Senador. E Iracema, estamos desenvolvendo um trabalho com relação à educação do povo, preparando a nova geração. Penso, Senador, que para esta geração, incluindo a minha, o que tinha que ter sido feito já aconteceu, muito pouco dá para se recuperar. Penso que temos que olhar para o futuro. E estamos tentando fazer isso, trabalhando na prevenção, com a nova geração, essa garotada que está aí, que representa 70% da população do Município de Iracema.

O SR. ROMERO JUCÁ - Foi solicitado – como foi ventilado em alguns momentos – pelo Governo do Estado que a Prefeitura repassasse os R$80 mil que recebeu para obras de combate às secas para o Governo do Estado ou que pagasse despesas que foram encaminhadas pelo Governo do Estado, referente à construção de alguma obra civil?

O SR. JOAQUIM RUIZ - O Governador falou aqui hoje daquele eventual problema da despesa com a qual o Estado estava arcando. Fizemos uma consulta ao Tribunal de Contas e, como não era favorável, esse processo foi interrompido.

O SR. ROMERO JUCÁ - Até porque gostaria de lembrar, e ia fazer essa pergunta ao Governador, mas infelizmente S. Exª saiu antes, que, quando nós gestionamos para liberar recursos para as prefeituras...

O SR. JOAQUIM RUIZ - Estou, inclusive, com parte dos recursos porque ainda vamos começar a construção dos açudes, do poço semi-artesiano.

O SR. ROMERO JUCÁ – Quando gestionamos para a liberação dos recursos, o Governador disse aqui que a Senadora Marluce e eu havíamos solicitado a liberação para a Prefeitura e não para o Governo do Estado. O Governador desconhece o Orça-

mento federal. S. Exª não sabe que o dinheiro que trabalhamos e conseguimos, o QDD da programação financeira, era exatamente para a Prefeitura. Jamais poderia ter sido repassado para o Governo do Estado. (Palmas)

É importante informar que esses recursos precisam ser gastos pelas Prefeituras e as mesmas precisam prestar contas desses recursos, até para que não fiquem inadimplentes perante o Governo Federal e para que tenhamos a condição de conseguir mais recursos.

Fico satisfeito de saber que V. Exª pediu a opinião do Tribunal de Contas da União e que éste simplesmente referendou aquilo que já estamos dizendo há algum tempo: os recursos para os Prefeitos têm que ser gastos pelos Prefeitos, dentro do plano de aplicação feito com os Prefeitos e prestado conta o quanto antes.

Para concluir, faço uma pergunta que tenho feito a todos os depoentes. V. Exª tem conhecimento de algum documento ou de alguma ação concreta de algum Parlamentar que tenha obstaculizado ou tenha prejudicado qualquer atuação do Governo Federal ou de qualquer atuação junto à população na questão das queimadas e das secas ?

O SR. JOAQUIM RUIZ – Sr. Senador, tenho um ponto de vista. Penso que, às vezes, há acusações dos dois lados. Cada pessoa analisa de uma forma, e os enfoques são diversos. Mas prefiro ficar com o meu ponto de vista: não.

O SR. ROMERO JUCÁ – Agradeço ao Prefeito Joaquim Ruiz. Foi uma satisfação para a Comissão recebê-lo.

Gostaria de chamar agora a Prefeita Terezinha, que está com o esposo doente. S. Exª se deslocou até aqui e pediu prioridade. Vamos atendê-la rapidamente. Depois, continuaremos com a lista de oradores.

Com a palavra a Srª. Terezinha, para suas colocações.

A SRA. TEREZINHA – Senadora Marluce, Senador Romero Jucá, Senador João França, Secretário aqui presente, senhoras e senhores, como Prefeita do Município de Mucajaí, a convite do Senador Romero Jucá, estou hoje aqui para ajudar naquilo que for possível.

Quero dizer aos senhores que o Município de Mucajaí, com 11 mil habitantes, foi o mais atingido pela estiagem.

No dia 20 de janeiro, decretei estado de emergência naquele Município devido ao sofrimento do nosso povo provocado pela estiagem, pela seca, que estava cada dia mais prejudicando os nossos agricultores.

No dia 14 de março, decretei estado de calamidade pública devido ao alastramento do fogo que ocorreu de uma hora para a outra. Nem sabemos onde teve início.

Quero dizer para a nossa platéia, para os nossos Senadores que a maioria da população do Município de Mucajaí é de agricultores. Temos a região do Tamandaré, uma parte do Roxinho, o Apiaú, que conta com 29 vicinais longas, com uma população de agricultores. Quero pedir, além da ajuda que até hoje nos têm dado os Srs. Senadores, que dêem a mão aos nossos agricultores, porque são pessoas sofridas, que trabalham dia a dia sem qualquer condição.

O agricultor que se utiliza somente da enxada e da foice tem muita dificuldades no trabalho. Quero dizer ainda que, por causa da estiagem e do fogo que se alastrou no nosso Município, ninguém conseguiu dormir naqueles dias terríveis por que passamos, principalmente as pessoas que lá moram. Onze horas da noite, chegavam mães desesperadas, com seus filhos, porque os maridos estavam no Roxinho, no seu lote. Vinham correndo pedir socorro para que levassem homens lá para fazer o acero, para impedir que o fogo chegasse até o seu pasto. Cansei de, várias vezes, levantar-me às 23h e acordar meu marido para ir até Roxinho prestar socorro àquelas famílias.

Peço aos Srs. Senadores que dêem a mão ao nosso agricultor, que trabalha com sofrimento, que lhe dêem apoio, que vejam de perto o estado de calamidade em nosso Município. Os nossos agricultores estão passando fome, e eu, como sua representante, não posso socorrê-los porque a nossa Prefeitura dispões de poucos recursos. É muito difícil para mim atender a 8 mil habitantes, que são agricultores. Precisamos não só da ajuda dos nossos Senadores como da ajuda dos nossos irmãos aqui presentes.

Muitas famílias e muitas entidades de Boa Vista já têm se deslocado levando cestas básicas, mas elas não são suficientes. E a Prefeitura não tem condições de fornecer, todo dia, toda semana, cestas básicas para aquelas famílias. Uma cesta básica para uma família com 10 filhos não é suficiente para um mês, nem para uma semana.

Só quem está junto diariamente, quem está perto daquele povo sabe da necessidade por que está passando. A seca e o incêndio já passaram. O que nos resta agora é a fome, a miséria daquelas

pessoas que estão morando debaixo de árvores. Muitas famílias chegam até a Prefeitura e dizem: "Prefeita, pelo amor de Deus, compre pelo menos uma lona para cobrir os meus filhos, aqueles pequenos, para que não tomem chuva".

Todos somos seres humanos. Vamos nos unir. Graças a Deus, tenho recebido a ajuda de todos os Parlamentares. A amizade em primeiro lugar. Agradeço a eles. Peço maior compreensão e colaboração para os nossos Municípios carentes, que, depois da seca e do fogo, enfrentam a doença, desde o pai até o filho menor. No Roxinho, nesta semana, tive que mandar dois carros para transportar aquelas pessoas doentes. Eram 12 pessoas, dentro da Kombi, indo ao hospital, acometidas por um vírus. E ninguém descobriu ainda como aconteceu.

Estou à disposição, Senador, para responder sobre o incêndio, no que estiver ao meu alcance.

O SR. ROMERO JUCÁ – Agradeço à Prefeita Terezinha.

Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeita Terezinha, primeiramente, agradeço V. Exª pela presença em nossa Comissão.

V. Exª lembra exatamente a partir de quando, no Município do Mucajaí, mesmo nas Regiões de Roxinho, do Tamandaré, do Apiaú iniciaram-se não as queimadas normais mas os incêndios? Qual foi a data?

A SRA. TEREZINHA – Senadora Marluce Pinto, foi no início do mês de fevereiro. Logo que iniciou aquele incêndio, já havia decretado estado de emergência; nos dias 20 de janeiro e dia 14 de março, decretei estado de calamidade. O incêndio agravou-se no final de fevereiro.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E nessa época, V. Exª procurou o Governo do Estado, aqui na pessoa do Governador, de algum assessor, para

V. Exª procurou o Governo do Estado, na pessoa do Governador ou de algum assessor, para que pudesse socorrer o seu Município?

A SRA. TEREZINHA – Senadora, reuni-me com todos os Prefeitos, porque o fogo já estava se alastrando rapidamente, não só no Mucajaí. Teve início no Roxinho e, no outro dia, já estava em Iracema. Nós, Prefeitos, nos reunimos e fomos ao Governador. S. Exª já havia entrado em ação para ajudar os Municípios. As nossas Prefeituras são muito carentes e não sabiam como agir numa situação dessas. Os Prefeitos pensavam em trabalhar, fazer alguma coisa. Mas, como pagar, mais tarde, pelos recursos utilizados? Por isso, o Governador do Estado agiu rapidamente, contando com o nosso auxílio. (Palmas.)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª diz que o Governador agiu com rapidez. Então, houve ação. Poderia informar à Comissão qual foi a ação rápida, concreta do Governo do Estado, no final de fevereiro, com relação ao seu Município?

A SRA. TEREZINHA – Quero dizer ao público e aos nossos Senadores que estou aqui como uma pessoa pública para defender o meu Município. Quero ser bem clara e falar a verdade, porque a verdade tem que ser dita.

Desculpe-me, mas sobre o que foi mesmo que V. Exª me perguntou?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sobre a rapidez da ação governamental, em fevereiro, em relação ao incêndio.

Quero deixar V. Exª muito à vontade. O que pretendemos é a obtenção de subsídios para o nosso relatório. Se não fosse do meu interesse saber sobre essa questão, omitiria essa pergunta a fim de que V. Exª não falasse na ação do Governador. Mas, estamos querendo saber o que foi feito aqui no Estado de Roraima. Gostaria de saber qual foi a ação rápida promovida pelo Governador a que V. Exª se referiu, nessa situação de emergência.

A SRA. TEREZINHA – Senadora, a colônia do Apiaú foi a mais atingida. Naquele local, há muitos agricultores, e os soldados que vieram da Venezuela ficaram lá instalados. Esses soldados e a Polícia Federal ficaram acampados no início da Vila do Apiaú, dando toda assistência. Essa foi a primeira ação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª falou em soldados que vieram da Venezuela? Pode repetir, por favor?

A SRA. TEREZINHA – Senadora, uma equipe foi para o Apiaú, onde ficou acampada em uma fazenda, dando apoio a toda aquela área.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeita Terezinha, gostaria de saber se V. Exª lembra qual foi a data daquela reunião que tivemos em Brasília com a Srª Anna Peliano.

A SRA. TEREZINHA – Não lembro a data, mas lembro-me de que todos os Prefeitos fomos muito bem recebidos. Na primeira reunião, V. Exª esteve conosco, depois estiveram presentes o Senador Romero Jucá e demais autoridades. Na semana seguinte, voltei a Brasília, a fim de buscar recursos, pois quem precisa tem que buscar. E quem está em Brasília, sabe das coisas apenas por meio de um telefonema. E, chegando lá, todos nos recebem bem.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Quando V. Exª esteve em Brasília, pela primeira vez, fomos à Drª Anna Peliano exatamente em busca de cestas básicas. V. Exª pode confirmar aqui a nossa atuação junto a Anna Peliano – não só eu como o Senador Romero Jucá, Luciano, Francisco Rodrigues – para que todos os municípios fizessem parte daquela distribuição das cestas básicas. V. Exª pode confirmar?

A SRA. TEREZINHA – Estive em Brasília em companhia dos demais Prefeitos, estive no gabinete da Drª Anna Maria Peliano, conversamos, falamos sobre a necessidade do município, que recebe 100 cestas básicas por mês, e a necessidade de aumentar a quantidade de cesta. Este mês, já nos foi informado que o município de Mucajaí, como os demais municípios, vão receber 300 cestas por mês para aquelas famílias carentes. Então, foi uma viagem válida.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E, afora a solicitação do acréscimo das cestas mensais, V. Exª lembra daquela quantidade de 8.470, que havia seguido uma relação por parte do Governo do Estado, e que haviam ficado de fora os Municípios do Cantá, Bonfim, Normandia e Uiramutan. E interferimos para que todos os municípios recebessem, inclusive o Prefeito de Roranópolis concordou que fossem retiradas mais cestas de lá para complementar um pouco mais para o seu município que era o mais atingido. V. Exª confirma?

A SRA. TEREZINHA – Lembro, mas não sei o porquê, não sei se foi por engano, mas alguns municípios ficaram sem receber as cestas. Mas, na reunião, conversamos, combinamos, e foi resolvida a situação. Então, V. Exª confirma que os Parlamentares da Oposição – que estão sendo acusados injustamente de atrapalhar a chegada de recursos para o Estado nesta situação caótica que viveu nos últimos tempos – interferiram junto à Srª Anna para que todos tivessem a participação, e que principalmente o seu Município, que não faz parte da nossa sigla partidária, fosse o mais beneficiado em decorrência da situação?

A SRA. TEREZINHA – Senadora, nessa parte, penso que não deve haver sigla partidária porque...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não, exatamente.

A SRA. TEREZINHA -...as cestas não são para a Prefeita, para autoridades, e sim para a nossa comunidade.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeita, penso que V. Exª não entendeu. Perguntei o seguinte: a distribuição das cestas não havia sido feita de acordo com as prioridades dos municípios, isto é, havia municípios menos atingidos pelo fogo que estavam com uma quantidade bem maior, assim como havia quatro municípios que não haviam sido contemplados. A relação seguiu daqui, da Presidente Regional do Comunidade Solidária. Quando a Drª Anna Peliano puxou a relação, falou da quantidade, dos municípios contemplados e das quantidades, questionamos para que os 14 municípios fossem contemplados e que o seu Município de Mucajaí, que tinha sido o mais atingido, merecia receber mais do que o que estava na relação. V. Exª confirma essa nossa interferência?

A SRA. TEREZINHA – Confirmo, porque houve essa interferência.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – No ano passado, 97, incluí uma emenda no Orçamento corrigindo e solicitando que para os Estados de Roraima e Amapá só houvesse a obrigatoriedade de 10%. Foi aprovada a emenda, e tenho um fax do Secretário do Planejamento comprovando que ela existe...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, vamos ouvir a Senadora.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E o ruim é que se sabe que os que desviam dinheiro é que ficam nos chutando.

Recebi do Dr. César Mansoldo um fax de agradecimento, que ainda vou colocar no jornal. Ele dizia de minha grande cooperação ao Estado, em decorrência da inabilidade do Sr. Governador. Nunca tinha acontecido de o Estado não poder assinar convênios. Essa situação ocorreu na época dele, mas eu a corrigi, mesmo tendo em vista ele já não fazer parte do nosso grupo político. Então, é esse o registro que faço. (Palmas.)

Quero agradecer a presença da Prefeita Terezinha e dizer-lhe que estaremos sempre prontos, em Brasília, como estive no ano de 1996, quando o seu Município ficou "zerado" no Orçamento da União. Gostaria que ela confirmasse aqui o valor dos recursos obtidos, depois de termos aberto a rubrica e inserido a emenda do saneamento. Você se lembra?

A SRA. TEREZINHA - A verdade sempre anda comigo, por isso sou mulher, e, além de ser mulher, sou mãe e amiga de todos. Graças a Deus! (Palmas)

A primeira coisa que conseguimos em Mucajaí foram habitações para pessoas carentes. Até o dia 15, estaremos concluindo o primeiro projeto, no valor de R$795.000,00. Foram construídas 114 casas, a serem doadas a pessoas carentes. Há doze anos

não conseguíamos fazer o que fizemos neste primeiro ano do meu mandato.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Para que as pessoas presentes tomem conhecimento, essas 114 casas só foram construídas porque eu abri a rubrica e consegui do Relator-Geral os recursos. E isso não aconteceu apenas com o Município de Mucajaí. Com todos aqueles Municípios cujos Prefeitos fazem parte do grupo político do Governador, agi da mesma maneira, alocando recursos para todas as Prefeituras. E tenho certeza de que, no dia da inauguração, não vou estar presente, mas o Sr. Governador estará lá para fazer discurso e dizer que foi ele que conseguiu construir as casas.

Estou satisfeita, Prefeita Terezinha, estou muito satisfeita.

A SRA. TEREZINHA – Senadora, quero dizer o seguinte: como falei que digo a verdade, e sou mulher, não vai haver inauguração para que não haja esse conflito. O Município de Mucajaí talvez tenha 8 mil eleitores. Lá existe voto para todos, porque todo cidadão é consciente e vota em quem quiser. Não tem essa de dizer que seguirão a Prefeita só porque sou eu a Prefeita. Eu tive três mil e poucos votos em Mucajaí. Não vai haver inauguração, porque essas casas foram construídas para pessoas necessitadas, e vou entregar-lhes pessoalmente as chaves.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Muito bem! Muito bem!

A SRA. TEREZINHA - Não quero nenhum político ao meu lado, porque essas casas não foram feitas para a política.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Muito bem, Terezinha. Você faz muito bem. Veja o caso da BR-174: foi construída com recursos do Governo Federal, por meio de um empréstimo aprovado pelo Senado, e dizem que é obra do Estado. O Guri, que é da Eletronorte, é verba do Estado.

Então, ainda bem que existem pessoas como a Terezinha, que não vai nem inaugurar as casas, vai apenas entregar a chave ao próprio mutuário.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria também de fazer rápidas perguntas à Prefeita Terezinha. A primeira delas é a seguinte: de outubro a fevereiro, no período das secas, foi feito pelo Governo do Estado algum trabalho de prevenção contra as queimadas? A área do Apiaú e a área do Roxinho foram extremamente atingidas, e eu gostaria de saber se, antes do incêndio, os agricultores foram orientados para não realizarem queimadas. Enfim, que tipo de trabalho de orientação foi feito para prevenir os incêndios? Foi feita alguma coisa?

A SRA. TEREZINHA - Senador, esta é uma resposta muito difícil, porque, desde a época dos primeiros habitantes do Brasil, utilizamos a queimada na agricultura. Nossos agricultores não têm máquinas. Então, como fazer? Tem que ser com o fogo. Daí surgiu o incêndio.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria também se hoje ainda existe situação de fome entre as famílias de Mucajaí, principalmente no interior. A população está passando necessidade ainda hoje?

A SRA. TEREZINHA – A população está em estado de calamidade e fome, Senador. Hoje é que se vêem as pessoas que ficaram na rua, sem casa. Há muita gente lá que não tem onde morar. Algumas vieram para Boa Vista e estão morando com suas famílias. Hoje é que precisamos de ajuda.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu perguntaria também se a senhora ouviu algum tipo de reclamação no tocante à distribuição das cestas: sobre a qualidade de algum alimento – se havia alimento estragado -, demora, ou filas muito grandes para recebimento das cestas. Houve alguma reclamação desse tipo?

A SRA. TEREZINHA - Não, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Finalizando, ontem o Presidente do Sindicato dos Produtores disse que a qualidade da água da cidade de Mucajaí está extremamente ruim, e que a população está passando por uma situação difícil. É verdade? A senhora confirma que está havendo problema no abastecimento de água em Mucajaí?

A SRA. TEREZINHA - Senador, no início das chuvas, sempre há uma diferença na água; mas já entramos em contato com a CAER – Companhia de Águas e Esgotos de Roraima, que já está tomando as devidas providências. Devido às muitas chuvas nas cabeceiras, o rio enche muito, e há uma diferença na água.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas a senhora já solicitou as providências?

A SRA. TEREZINHA - Já as solicitei.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de agradecer a sua presença. A senhora já disse, de público, que foi ajudada por diversos Parlamentares. A senhora é do PPB, e eu gostaria de saber se existe algum fato concreto ou documento sobre algum Parlamentar ou outra pessoa que tenha atrapalhado a liberação de recursos para o Município de Mucajaí ou para o Governo do Estado.

A SRA. TEREZINHA - No meu Município, tenho ajuda. Até hoje, todos meus projetos foram liberados por todos os Parlamentares.

O SR. PRESIDENTE (Sebastião Rocha) – Agradeço a sua presença, Srª Prefeita. Suas colocações foram importantes.

Eu gostaria de chamar o Delegado da Agricultura, José Renato Andrade, juntamente com o Dr. João Manoel Coimbra, Diretor de Meteorologia do Ministério da Agricultura, especialista na área de clima. Agradeço a presença de V. Sªs.

Pergunto se a Delegacia da Agricultura tem alguma questão a abordar, para depois passarmos à fase das perguntas, não só ao Sr. Secretário, mas também ao Dr. João Manoel.

Peço silêncio aos presentes.

Com a palavra o Dr. José Renato Andrade.

O SR. JOSÉ RENATO ANDRADE – Primeiramente, agradeço o convite que me foi feito pelo Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão, e também aos demais Senadores.

O Ministério da Agricultura sempre colaborou com todos os governos dos Estados. Nesta oportunidade, apresento-lhes o Dr. João Coimbra, Diretor do Departamento de Meteorologia.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço a V. EXª e convido o Dr. João Manoel Coimbra para responder às perguntas dos presentes.

Inicio perguntando-lhe sobre a questão da previsão climática: tivemos um problema grave de seca e a oportunidade de debater esse problema pela Imprensa. Desde quando o Ministério da Agricultura sabia que haveria seca em Roraima, que se agravaria e poderia chegar aos incêndios?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – Boa noite a todos. Senador, o Instituto Nacional de Meteorologia mantém serviço aqui em Roraima desde 1923. Como Técnico em Meteorologia, comecei a atuar na área em 1970. Então, já tenho algum conhecimento do clima de Roraima.

O efeito El Niño começou a se tornar presente em 1957/58, 1965/66, 1972/73, 1982/83, 1986/87, 1991/92, 1997/98. Os piores períodos se concentraram no período de 1982/83 e 1997/98.

Em 1997, logo no início do inverno, notamos alguma coisa de irregular nos primeiros meses – janeiro e fevereiro – com chuvas muito acentuadas. Então começaram a propalar o efeito El Niño. Isso começou a se agravar com a chegada do inverno, que foi bastante fraco. Em agosto, acabaram as chuvas e o verão se prolongou até o mês de março.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá)- Isso significa que, na verdade, já havia previsão, a partir de agosto/setembro, de que a seca seria grave e que teríamos, conseqüentemente, uma situação extremamente difícil para o Estado de Roraima?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – É verdade. A partir de agosto já havia previsão de que seria uma seca muito prolongada e um período bastante difícil.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Essas informações eram públicas? Como essa informação flui no âmbito do Governo Federal e do Ministério da Agricultura?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – O Instituto Nacional de Meteorologia emitia diversos alertas por meio da Imprensa. Esses alertas chegavam até nós e os divulgávamos por intermédio da televisão, rádio e jornais.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Em algum momento, o senhor foi convidado, ou esteve em reunião, a partir de agosto, com o Governo do Estado ou com a Secretaria de Agricultura para discutir alguma política de combate, de enfrentamento a essa seca, enfim, para discutir as conseqüências desse processo? Houve algum desdobramento, alguma previsão do Governo do Estado na busca de uma discussão para encontrar um modelo que pudesse minorar o sofrimento que estava previsto que viria?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – Não. Nós relatávamos esses fatos pela Imprensa. A Secretaria de Agricultura muitas vezes solicitava esses dados e nós os fornecíamos. Não sabemos que providências foram tomadas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Na verdade, o senhor poderia afirmar que era sabido que haveria seca em Roraima e que essa seca seria grave, até pela amostragem dos outros anos, quer dizer, há mais ou menos uma distribuição climática quase cíclica nessa questão da seca e da chuva no Estado de Roraima.

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Qual é a previsão para este e para o próximo ano quanto à questão da seca e das chuvas no Estado de Roraima?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – O efeito El Niño prevalecerá até dezembro.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá)- Este ano, teremos ainda uma situação de seca no Estado

de Roraima, apesar das chuvas que estão caindo agora?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – Perfeitamente, porque essas chuvas estão caindo em pequenas quantidades e com alguns veranicos, o que está, inclusive, favorecendo o aparecimento de lagartas nas plantações. Então, é previsto um verão também bastante acentuado, que poderá trazer sérios problemas de seca e de queimada.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - O senhor foi procurado, nesse período, pela Secretaria de Agricultura do Estado ou por alguém do Governo do Estado ou pela Defesa Civil do Estado para discutir as previsões deste ano para Roraima?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA - Sim, já fomos procurados pelo pessoal da Secretaria de Planejamento e da Secretaria de Agricultura no intuito de se fazer uma rede de meteorologia estadual para se prever possíveis condições de tempo durante a seca e também para a prevenção de queimadas. (Aplausos.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - O senhor tem ainda alguma informação relevante quanto a essa questão da seca, do El Niño ou da queimada que pudesse fornecer para a Comissão e para os presentes?

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – Sim, sugiro que se faça uma política de divulgação contra as queimadas para se evitar problemas futuros, que poderão acontecer brevemente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Agradeço a presença do Dr. João Manoel, dizendo-lhe que suas informações foram muito importantes; e agradeço também a Delegacia do Ministério da Agricultura.

De minha parte estou satisfeito. Indago aos Srs. Senadores se desejam fazer alguma pergunta. (Pausa.)

Como ninguém se manifestou, o Dr. João Manoel Coimbra está dispensado. Agradecemos mais uma vez a sua presença.

O SR. JOÃO MANOEL COIMBRA – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) - Convido a Deputada Aurelina Medeiros para fazer sua exposição.

V. EXª pode falar de onde se encontra.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senador Romero Jucá, Presidente da Comissão Especial do Senado; Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão; Senador Sebastião Rocha; Senador João França. Eu queria dizer-lhes que é uma satisfação tê-los aqui nesta Casa e poder participar, juntamente com várias autoridades deste Estado, dos debates que certamente darão origem a várias outras discussões ou a formas de atuação com relação ao incêndio e à seca que assolaram o nosso Estado.

Pedi permissão para participar deste debate pelo fato de ter sido, durante o ano passado e até início de abril deste ano, Secretária de Agricultura do Estado de Roraima e ter participado e sofrido bastante as conseqüências desta catástrofe. Ouvi, ontem, várias referências que me levaram a buscar algumas informações que estão em meu poder, mas fica difícil levá-las para mais próximo de onde estão falando as outras autoridades.

Não é novo o que todos já disseram aqui. No Estado de Roraima predomina a agricultura familiar, formada por pequenos agricultores, migrantes, colonos na sua maioria.

Ontem, ouvi alguém dizendo que, nos nossos projetos de assentamentos, estavam se formando ou se perpetuando o que se chamou aqui de depósitos humanos ou até depósitos de agricultores. Nós não fugimos, ninguém é cego a essa realidade, diante de tudo o que foi dito aqui, nem sequer se poderia cogitar em negar isso.

Qual a causa disso? Por que esses depósitos de seres humanos se formam nos projetos oficiais de assentamentos no nosso País?

Além de toda questão estrutural que envolve a questão da posse da terra e da agricultura no nosso País, que tem a ver com a própria titulação da terra, com a própria situação de posse da terra, com o desemprego, com as várias causas que geram as diversas correntes migratórias que formaram depósitos de agricultores no Paraná, em São Paulo, em Mato Grosso, Rondônia, Amazonas e depois Roraima, a nossa última fronteira, entendemos que há uma questão histórica, uma herança, que é a realidade do nosso País. É isso que está acontecendo hoje aqui em Roraima, que nos dá um tipo de produtor caracterizado, ontem, aqui, por esta Comissão – quase com essas palavras – como o colono assentado em picadas, sem crédito, sem assistência técnica, sem escola, sem título definitivo da terra e sem estradas. É realmente esse o perfil do nosso colono.

Têm sido cobradas providências do Governo do Estado, e temos ouvido aqui manifestações justas, da platéia, com relação a providências para melhoria de vida desses agricultores. O responsável pelos assentamentos oficiais dos colonos no Brasil e no Estado de Roraima, que não é exceção, é o Incra, é o Governo Federal.

Gostaríamos de dizer que a política do Governo Federal, com relação aos assentamentos executados no Estado de Roraima, está sendo feita em picadas, com agricultores sem crédito rural, apesar de existir o Procera como linha de crédito oficial para esses assentamentos, apesar de existir no Incra, oficialmente, recursos creditícios para o que chamamos de crédito de assentamento, que são recursos destinados ao fomento, alimentação e habitação dos colonos assentados nesses lotes. Inexiste assistência técnica, como foi dito aqui, porque a política de assistência técnica do Governo Federal foi esfacelada, inclusive no nosso Estado. E hoje isso não deveria existir, porque o Incra acabou de criar o Projeto LUMIAR, um projeto específico para assistência técnica aos colonos assentados nos seus lotes.

Admira-me não existir, hoje, assistência técnica a esses produtores. Realmente, os colonos estão sendo assentados em picadas, sem estradas, escolas, sem várias condições que possibilitam a fixação, ou até a sobrevivência desses colonos no campo.

Infelizmente, essa política perversa de assentamento é executada pelo Governo Federal . É ele que dá o título definitivo da terra, não é o Governo do Estado. É o Governo Federal que executa a política de reforma agrária e colonização no nosso País. Infelizmente, não vêm recursos do Incra, ou do Governo Federal, para assentamentos no Estado de Roraima.

Vou caracterizar um pouco a situação do nosso colono, que é a pessoa que sofre hoje alguns "metros" de conseqüência das queimadas que aconteceram aqui. Há alguns "metros" aqui de conseqüência das queimadas, do fogo e da seca que assolaram o nosso Estado. Há também alguns "quilos" de açudes.

Queremos falar ainda sobre o assunto, focalizando melhor a questão que foi o objetivo desta Comissão, ou seja, as causas do incêndio.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Solicito aos presentes que não se manifestem para que possamos continuar ouvindo a exposição.

Já foi dito aqui, e parece-me – não tenho dados técnicos, nem policiais ou investigatórios – que a causa dos incêndios foi a estiagem, que foi um fenômeno anterior aos incêndios, que foi intensificado pelas queimadas dos nossos cerrados e das roças dos nossos colonos.

Chamamos essas queimadas de queimadas culturais. Dados oficiais do INPA informam que 62% dos nossos cerrados queimam anualmente em condições normais de clima, por questões que se dizem "culturais". São os nossos indígenas, os nossos vaqueiros, os nossos colonos, os nossos transeuntes que passam pelo local e jogam ali uma ponta de cigarro. Essa é uma das causas das queimadas. Com a baixa umidade e com a estiagem que estava ocorrendo no Estado, certamente essas queimadas fugiram ao controle das pessoas.

Eu também gostaria de dizer que as queimadas realizadas pelos colonos são legais. Uma taxa é paga, para que o colono possa desmatar e queimar. (Palmas.)

É bom que se diga que se trata de queimadas controladas. Tenho certeza de que, com a estiagem, as queimadas fugiram ao controle do colono, que queria queimar somente aquele pedaço de terra que ele cultivou para plantar. (Palmas.)

Ainda há pouco, o João Manoel me disse que não tinha condição de prever se iria chover ou não em junho. Hoje, tenho os dados de todo o ano passado, mas, geralmente, esses dados são fornecidos no final do mês, quando já ocorreu o fenômeno. Ele, que tem muito mais competência do que eu para falar sobre isso, caracterizou muito bem o fenômeno El Niño, que teve início em abril de 1997.

O mundo não se preocupou muito com o Estado de Roraima, porque começamos a sentir os primeiros efeitos do El Niño no nosso inverno, que começou em maio. Não houve ali uma seca imediata; houve uma redução de índice pluviométrico. Por exemplo, em abril, choveu pouco; a média anual era de 119 mm, e choveu apenas 79 mm. Em maio, choveu metade do normal; em junho, menos da metade; em agosto, ocorreu o mesmo; em setembro, praticamente não choveu, como também em outubro, em novembro e em dezembro. Com isso, o que aconteceu? Temos um regime de chuvas diferenciado. Enquanto o Brasil inteiro passou a se preocupar com as secas a partir de dezembro, aqui já tinha ocorrido o inverno em maio, em junho e em julho, e o atravessamos sem maiores problemas. (Palmas.)

Eu participava, mensalmente, de reuniões de Secretários de Agricultura fora daqui. Se não me engano, em dezembro, participei de uma reunião em Recife, quando ali estavam representados os maiores Institutos de Pesquisas Meteorológicas deste País, como o INPE, o INPA e outros. O Nordeste estava angustiado para que se dissesse se poderia haver o plantio. Por exemplo, o Secretário de Agricultura do Piauí, o Aroldo, quase chorava ao dizer: "Na minha região, na região norte do Piauí, os produtores querem plantar. Posso ou não plantar?". E nenhum instituto se aventurava a afirmar se, naquele

período, iria ou não chover naquelas localidades, até porque o fenômeno El Niño é imprevisível, podendo provocar seca ou enchente; inclusive, o tempo de sua permanência é imprevisível. As previsões que o INPA nos dava em dezembro – naquele período, fiquei muito animada – eram as de que, em maio, o Estado de Roraima estaria livre da seca, porque estariam terminados ali os efeitos do El Niño. Mas estes não terminaram, apesar das previsões feitas por aquele Instituto de Pesquisa naquele momento.

Tínhamos em mãos o conteúdo de uma entrevista, apresentada na **Folha de S.Paulo** no dia 30 de março, com o Dr. Márcio Nogueira Barbosa, Diretor do INPE. Alguém perguntou por que o INPE não pode estimar a devastação em Roraima e o Dr. Márcio dizia que são utilizadas as imagens do Satélite NOAA, que tem uma capacidade pobre de enxergar, limitada a um quilômetro quadrado. O equipamento não consegue calcular a área queimada, apenas a localização dos focos. "Tudo o que estão dizendo é chute", afirma o Dr. Márcio, Diretor do INPE. "A situação, obviamente, é grave, mas ninguém do INPE é capaz de atestar a proporção da área já destruída no Estado de Roraima."

Uma outra pergunta: "Por que o monitoramento de Roraima não estava sendo feito desde o início do ano?". Dizia o Dr. Barbosa: "A estação do NOAA está localizada em Cachoeira Paulista e não consegue cobrir o Brasil todo. O extremo norte do País está descoberto. Isso nunca preocupou muito até há alguns meses. Não acontecia nada na região. A grande preocupação era a Floresta Amazônica e não o Estado de Roraima."

Perguntaram ainda: "Por que a estação de Cachoeira não recebe imagens de Roraima?" E ele dizia: "A estação não tem alcance. O NOAA passa em faixas, a cada hora, de um lugar para outro."

Ainda se perguntou: "É possível dizer há quanto tempo não há uma seca dessa proporção na região?" Ele dizia: "Nem no El Niño de 1982 a seca foi tão intensa."

Pergunta-se: "Quer dizer que só a partir de abril o fogo seria controlado com a ajuda das chuvas?" A resposta dele: "sim".

"O INPE já previu uma seca dessa proporção na região?" Ele dizia o seguinte: "Quando fizemos uma apresentação em dezembro sobre o El Niño, no Palácio do Planalto, para mostrar o que aconteceria no Sul e a seca do Nordeste, falamos também da Amazônia. Está lá registrado e todo mundo sabia que a Amazônia estava seca." Só que aqui o nosso inverno já tinha passado.

Pergunta-se: "Na época, não houve interesse do Governo em fazer algo?" Ele responde: "Não, porque Roraima nunca foi preocupação."

Estamos colocando essas coisas como causas.

Eu gostaria de dizer, para não me alongar muito, quais as conseqüências principais do incêndio em Roraima. As conseqüências estão aí, elas foram ditas por todos que me antecederam. As conseqüências são um desequilíbrio ecológico sem precedentes no Estado, com pragas e doenças. Ainda ontem, foi explicado, aqui, pelo Secretário de Agricultura, o ataque de lagartas que está acontecendo, acabando, pela terceira vez, com o plantio dos agricultores. Enquanto ainda estamos discutindo o incêndio que aconteceu no início do ano, a lagarta está acabando, pela terceira vez, com o plantio dos agricultores!

Eu já disse aqui que temos metros de conseqüências do incêndio, citando, até nominalmente, quantos hectares de queimada, quantas casas, quantas galinhas, quantos pés de árvore do Sr. Elias Pereira Cardoso, da Vicinal 12 do Apiaú, foram queimados. As conseqüências estão aqui.

Quanto tem queimado de cultura permanente? É bom que se diga que, apesar de termos dados do IBGE, que não podem ser contestados, dizendo que não tivemos grandes perdas na safra, nós as tivemos logo depois da safra. Os armazéns dos agricultores que ficam nas roças foram incendiados.

A plantação mandioca, que é uma cultura de ciclo médio, foi dizimada pelo fogo. Os bananais, os laranjais, a cultura permanente do nosso Estado foi dizimada pelo fogo. Foi aí que o colono ficou sem ter o que comer. Foi aí que veio a vergonha...

(Intervenções da platéia)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Vamos ouvir a ex-Secretária de Agricultura.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Uma outra conseqüência da queimada, hoje, é a vergonha do produtor rural que não pode pagar suas contas nem tem com o que plantar novamente. É o êxodo rural. Todo mundo que não tem como ficar no campo está vindo para a periferia de Boa Vista passar fome. Essa é outra conseqüência.

O que estamos fazendo para minorar os efeitos disso tudo? Assistimos...

(Intervenções da platéia.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor!

Deputada, um minuto só. Não estamos fazendo comício. A senhora não está fazendo um comício aqui. Podíamos ter um pouco de cuidado.

A Deputada está relatando uma situação grave, está relatando dificuldades pelas quais as pessoas es-

tão passando e a platéia está vibrando como se fosse uma coisa boa. Por favor, vamos ter calma...

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Posso fazer o quê, Senador?

Qual é o objetivo da Comissão? Causas e conseqüências das queimadas. Eu estou relatando as conseqüências. Mas eu vou parar...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Não, eu quero que a senhora fale. Eu só quero que as pessoas façam um pouco de silêncio para ouvir e para que possamos avaliar esta questão com tranqüilidade.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Estou falando tudo isso em razão do que foi perguntado aqui: "O que está feito? O que aconteceu? Qual a conseqüência? O que fizeram? O que fez o Governo do Estado? O que fez o Governo Federal?" Mas eu vou parar e vou ficar à disposição para perguntas. Durante as perguntas, podemos esclarecer outras questões.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, passo a palavra, agora, à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina, V. Exª é Deputada nesta Casa...

(Intervenções da platéia)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, vamos fazer silêncio.

Ouvimos a Deputada Aurelina e, agora, vamos ouvir a Senadora Marluce Pinto. Vamos ouvir os outros Senadores que vão fazer perguntas. Por favor, vamos ter um pouco de consciência e ouvir os depoimentos.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª é Deputada nesta Casa e pode escolher qualquer lugar para falar, mas, em decorrência das vibrações, que são normais, eu gostaria de solicitar à prezada amiga que venha para a tribuna, porque fica mais próximo...

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senadora, eu gostaria de permanecer aqui, porque aqui está um acervo de informações que vai me dar respaldo para responder às questões.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Podia trazer...

(Intervenções da platéia)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor! Nós vamos ter que retirar as pessoas do recinto, porque assim não é possível, ninguém pode continuar o trabalho.

Até agora, tivemos paciência de ouvir com respeito. Por favor, vamos ter respeito.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada, não é insistência, mas, com todo o respeito que lhe tenho, vai ser difícil V. Exª ouvir minhas perguntas e eu, suas respostas.

O que nos interessa é o que vai ficar gravado. Então, pode até haver manifestações. Estando mais próximo é muito mais prático.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Claro, Senadora, só preferi ficar aqui...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Entendo, e vi que V. Exª já usou toda documentação... *(Tumulto no recinto)*

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, vamos ouvir.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina, da mesma maneira que V. Exª chegou com a documentação até aí, sinceramente, é só para facilitar os trabalhos.

Deputada Aurelina, primeiramente quero agradecer a sua presença, e até em consideração a explanção de V. Exª com referência aos assentamentos, muito embora fuja um pouco do objetivo da Comissão, mas conheci V. Exª aqui no Estado como uma técnica; assumiu o Iteraima, trabalhou junto aos colonos na nossa administração, desde a primeira. Tenho certeza que V. Exª não desconhece que a sua grande prática, atualmente, nesse serviço também foi em decorrência daquelas duas administrações, principalmente a última.

Eu apenas gostaria de relembrar que nos idos de 1994, nem nós, políticos, nem os técnicos do Estado e muito menos os produtores rurais se preocupavam com a atuação do Incra. Não que eu queira desmerecer o Incra, mas V. Exª acompanhou tão bem o trabalho, não somente na Secretaria de Agricultura como no Instituto de Terra. O Estado supria as necessidades dos agricultores. Por isto ninguém questionava o Incra, que desenvolvia pouquíssimos projetos. Nunca, no Estado de Roraima, o Incra teve um desempenho, em termos tanto quantitativo como qualitativo, como o dos últimos anos. São 31 projetos, vários quilômetros de estradas construídas, vários quilômetros de estradas recuperadas, várias escolas construídas nas vicinais, vários armazéns. Mas a necessidade é tão grande que não dá vazão aos poucos recursos que aqui chegam para satisfazer as necessidades dos produtores. Sem contar com tudo que falei, ainda existem os créditos de alimentação e fomento acrescidos aos de habitação.

Sendo assim, Deputada Aurelina, tenho certeza que se o Incra, nesses últimos três anos, tivesse a atuação da época em que V. Exª estava no Iterai-

ma, tenho certeza de que a catástrofe seria bem maior. V. Exª lembra muito bem quando foi construída a RR-170. Acompanhou passo a passo, fazendo um levantamento. Ali foi feito verdadeiramente um assentamento, embora não o assentamento através do Incra, mas do Iteraima; as ferramentas que V. Exª com o Governador entregavam; os grãos, numa quantidade bastante significativa. Jamais um produtor, àquela época – V. Exª é testemunha – recebia sementes inferiores às suas necessidades, porque lhe perguntavam quantas linhas, e ele respondia e recebia; era com o milho, o arroz, o feijão, o capim.

Também desejo que haja uma atuação bem mais ampla. Se houvesse recursos seria ótimo. Na verdade, os recursos do Incra para o Estado de Roraima, para fazer a recuperação das estradas e a construção de alguns quilômetros para o exercício de 1998 – como consta no orçamento do Incra para o nosso Estado – é inferior à verba citada pelo Governador – que o Estado gastou só agora nesses primeiros dias do incêndio. Por esses dados, chega-se à conclusão de que não poderemos nunca levar em consideração a atuação do Incra, porque, realmente, não existem os recursos.

V. Exª falou do desequilíbrio, da cultura permanente, que foi dizimada, da mandioca, do crédito para os produtores, que não existe. Agora, pergunto a V. Exª se, mesmo antes da seca, em janeiro, mesmo antes das queimadas, o produtor rural, na sua consciência e no seu conhecimento, estava sendo bem assistido ou já enfrentava dificuldades.

SRA. AURELINA MEDEIROS – Senadora Marluce Pinto, se V. Exª me permite, eu queria dizer que, no tempo em que eu era técnica da Secretaria de Agricultura – desde o primeiro Governo do Brigadeiro Ottomar de Sousa Pinto –, tanto naquele tempo como agora, o Governo do Estado continua financiando a política de assentamento no Estado de Roraima.

O Incra, continuo afirmando, apesar de executor da política de colonização e reforma agrária do nosso País, deixa – sempre deixou, como V. Exª mesmo citou – para o Estado a responsabilidade de assumir esse colono dentro de tudo o que é necessário para atender as suas necessidades. Começando, como V. Exª citou, pela RR-170. Era um projeto do Estado. O Estado abriu as vicinais, assentou os colonos, entregou ferramenta, como V. Exª falou, e construiu, até agora, sete escolas ao longo da RR-170. O Incra assumiu esse projeto e até agora não fez nada na RR-170. (Palmas.)

Como V. Exª diz, o Estado, naquele tempo, assumia e atualmente continua assumindo. Não sei o Orçamento do Incra, não discuto muito isso. Refiro-me à questão da responsabilidade da execução das políticas agrícolas que tanto se exige neste Estado. Acredito que todos os presentes sabem. Quando se fala em política agrícola, já soa como algo muito demagogo.

O que é política agrícola? É crédito, sementes, assentamento, fomento à produção, assistência técnica, um conjunto de instrumentos que forma a política agrícola do nosso Estado, do nosso País. Com relação às sementes, como V. Exª perguntou, respondo pelos dois anos – 1997 e 1988 – em que fiquei à frente da Secretaria de Agricultura do Estado de Roraima. Não sei se está presente algum produtor do sul do Estado que possa confirmar o que digo, mas nunca se entregou semente tão oportunamente neste Estado como nesses dois anos. Até porque, neste ano, produzimos, no Estado de Roraima, as sementes de arroz e de milho, sementes necessárias ao Estado para que os nossos agricultores as plantassem no início do ano. (Aplausos)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Essas perguntas são dirigidas à Deputada Aurelina e somente de S. Exª me interessam as respostas.

Deputada Aurelina, sei como os produtores rurais têm admiração pelo trabalho de V. Exª, inclusive já ouvi dizer que V. Exª foi uma ótima técnica, mas, como Secretária, eles até entendiam o pouco tempo disponível que V. Exª dispunha para dar assistência.

Abordei esse tema, a agricultura, porque, para o desenvolvimento do Estado, também temos que levá-la em consideração. No ano passado, no Município de Caroebe, ouvimos os produtores reclamar a falta de semente, a falta de sacaria, a falta de caminhões para o transporte e a falta de conservação e construção de novas estradas. Tudo isso, Deputada Aurelina, nos foi dito pelos prefeitos. No final de semana estive por três dias no Município do Alto Alegre e ouvi os produtores dizerem que, neste Governo, não foi construído um palmo sequer de estrada. As vicinais, construídas nos últimos três anos, foram de responsabilidade do Incra. No que diz respeito à recuperação de estradas, nada houve, porque as estradas continuam praticamente intrafegáveis, inclusive está presente um vereador de Alto Alegre, que nos acompanhou, e pode confirmar o que estou dizendo. Havia trechos em que precisamos caminhar; e pontes prestes a ruir.

O trabalho desta Comissão é justamente saber como as coisas estão ocorrendo para que conste em

nosso relatório o que está sendo feito no âmbito estadual, porque não podemos esperar pelo Governo Federal, que tem a obrigação de ajudar. Não tenho procuração do Presidente Fernando Henrique Cardoso para defendê-lo, mas temos de considerar que, desde a época da Constituinte, existe o FPE para todos os Estados. Realmente o menor FPE é o daqui. Vocês não avaliam a nossa luta, em Brasília, para conseguir recursos, porque a sua liberação é feita em termos de percentuais, e acreditam que o Estado de Roraima é quem mais recebe. Haja vista que os recursos vindos de Brasília, por intermédio do FPE, não são tão baixos assim, pois foram suficientes para construir 300Km de estrada na BR-174, com recursos do Estado; 40Km da 401; asfaltou-se Alto Alegre; fez-se uma hidrelétrica com recursos próprios; fez-se mais de 7 Mil casas, em regime de mutirão, e todos esse prédios. Exatamente é a reciprocidade, da qual V. Exª não entende nada.

Deputada Aurelina, isso é como um bom chefe de família. Às vezes, um chefe de família ganha menos do que um outro e tem uma qualidade de vida melhor porque sabe administrar o seu salário. O mesmo ocorre aqui. No Estado, não há um governante que saiba administrar os recursos. Essa é a realidade.

Pergunto a V. Exª, já que ouvi os seus questionamentos, com toda cautela, mesmo fora do objetivo. É muito fácil quando não querem ouvir a verdade. Os Parlamentares não são objetivos, têm que ouvir desaforos e sair dizendo que concordam com tudo. Na minha bolsa, não há dinheiro do Governador para eu chegar aqui e elogiá-lo. Então, fico à vontade para falar o que eu quiser.

Deputada Aurelina, V. Exª percorreu o Estado inclusive como Secretária de Agricultura. Embora saibamos, nas reuniões de Brasília, que, em determinadas regiões, muitas vezes as informações que colhemos são de pessoas que desconhecem os lugares dos quais falam, não se trata do caso de V. Exª, que conhece a realidade do Estado.

Quando tudo começou, ou seja, quando o gado não mais tinha praticamente água para beber, e as queimadas tomaram um vulto que já não era o normal, isto é, como V. Exª estava acostumada a assistir no decorrer dos anos, V. Exª foi até o Governador para adverti-lo da situação, que estava bastante diferente dos anos anteriores?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Antes de responder, apenas com relação ao que V. Exª já falou, assevero que conheço bem o Estado de Roraima. (Palmas) Fui até companheira de viagem de V. Exª em muitos buracos e em muitas estradas ruins, ou seja, estradas de terra, que, a cada ano, precisam ser recuperadas.

Anteriormente, não tive a oportunidade de ser Secretária de Agricultura como agora, mas digo a V. Exª que também andei pelo baixo Rio Branco. Conheço bem este Estado.

Quanto à construção de estradas, ninguém desconhece o quanto foi asfaltado, durante este Governo, no Estado de Roraima (Palmas). Isso, por si só, diz muita coisa. E, pelo que sei sobre o interior, foram recuperadas e abertas muitas estradas pelo Governo estadual. Algumas ainda foram feitas pelo Incra. Conheço todas essas estradas, por isso posso dizer.

Também na minha bolsa não há dinheiro do Governo do Estado. Nunca houve, igualmente quando fui Técnica. V. Exª sabe disso. Nunca recebi dinheiro para comprar minha consciência.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não me referi à V. Exª, porque já conversamos muito sobre esse assunto.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senadora, tenho todo o respeito por V. Exª. Desculpe-me se a mensagem não foi para mim, mas penso que ficou entendido dessa forma.

A Senadora Marluce Pinto perguntou-me se eu adverti o Governador a respeito da questão do incêndio e da seca.

Durante vários meses do ano, como disse, houve uma estiagem. Dados meteorológicos nos informavam que haveria chuvas, mas não com normalidade. Índices pluviométricos mais baixos, mas que permitiram aos produtores, em sua maioria, colherem suas roças. Isso ocorreu até agosto. Em setembro, choveu pouco, e em outubro não choveu pouco, e, em outubro, não choveu. Também choveu pouco em novembro. Nesse curto período, não com recursos concedidos a título de emergência, mas pela ação direta do Governo do Estado, foram construídas pequenas barragens na tentativa, ainda, de armazenar água. Fez-se essa obra, como pode ser visto na Vicinal 32, do Caroebe – se houver algum produtor aqui daquela região poderá testemunhar esse fato – em mais de 30 casos e em outros locais.

Em dezembro, estávamos nos Municípios que, historicamente, mais sofrem com a falta de água, como Bonfim e a região de Taiano. Já buscávamos, de alguma forma, por intermédio de algum mecanismo, tentar minorar esse problema no Estado de Roraima. Não era preocupação nacional, porque, naquele momento, se iniciaria o "inverno" nas regiões

mais notáveis do nosso País. Em Roraima, que quase não a chama atenção, não havia motivo de inquietação, a não ser do Estado e da Secretaria de Agricultura, haja vista as ações que começaram a ser empreendidas naquele instante.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina, ontem, o Secretário de Agricultura informou que o fato que relatarei a seguir não se deu na gestão dele. Se tiver ocorrido durante a sua gestão, talvez V. Exª possa nos explicar.

Quais empresas trabalharam na construção das cacimbas, açudes ou barragens?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Certamente, Senadora, isso foi solicitado oficialmente ao Governo do Estado. A sistemática de execução foi feita da seguinte forma: a Secretaria de Agricultura fazia a indicação técnica, que equivale ao planejamento da atuação em determinada região pelo fato de estar mais seca. O DNER calculava o número de metros cúbicos de terra e o valor disso. Dava-se, então, início ao processo.

Vinte e duas firmas particulares trabalharam. Chamamos, para uma reunião no gabinete do Governador, todos os empresários da construção civil que nos pudessem ajudar com as retroescavadeiras de que dispunham no Estado ou fora dele. Trabalharam com o Governo do Estado: Dantas Comercial, WMP, Terra Terraplanagem, Sá Engenharia, Dantas e Cia, Placom, Equador, Versão, Fama, DNN Construtora, Terranave, JS Cavalcanti, CCS Construtora, Capital Construtora, JB Queiroz, Terra Reta, AF Borges, Paraná, Santos e Santana, Controle, Roraidan e Transequador. Esse trabalho de escavação foi efetuado em Roraima para atenuar os efeitos da seca.

Temos informações, decerto serão passadas à Comissão, acerca das quantidades de buracos que cada empresa, em cada município, cavou. Até porque cada produtor que recebeu um poço ou coisa que o valha assinou uma ficha. Há várias caixas desses formulários, referentes a todos os Municípios, assinados pelo técnico da Secretaria e pelo produtor beneficiado. Evidentemente – embora pense que essa leitura nada acrescentará -, temos a relação nominal, com os devidos endereços (que dizem respeito à vicinal e ao lote), de cerca de mil agricultores do Alto Alegre, explicitando cada local onde foi realizada a escavação.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina, V. Exª, então, confirma que foram 22 empresas particulares que trabalharam?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Além dessas firmas, em suas diligências, em determinados localidades como Taiano e em algumas comunidades indígenas, como Jabuti, e várias outras que podem ser indicadas, V. Exª encontrará barragens e açudes construídos pela administração direta do Governo do Estado, ou seja, sem ser por intermédio dessas empresas listadas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina, na qualidade de Relatora desta Comissão, solicito a V. Exª a documentação, até porque precisaremos comprovar – pois está registrado – o que está sendo falado.

Hoje, quando fiz as mesmas perguntas ao Governador, em sua explanação, S. Exª me informou – e mandaria a relação – que não eram poços nem barragens, que as cacimbas deveriam ser feitas e que apenas duas empresas de Manaus tinham se responsabilizado por esses serviços. Segundo o Governador do Estado, as empresas não dispunham de maquinário para realizarem essas obras. E seu Governo havia contratado – S. Exª repetiu isso duas vezes, a pedido meu – duas empresas de Manaus. Foi a informação que S. Exª nos prestou.

Haverá, na gravação, uma grande distorção com relação aos dados fornecidos por V. Exª e pelo Governador. Então, para que o Tribunal de Contas da União possa fazer uma avaliação da veracidade dos fatos, é preciso que acompanhem, no relatório, as provas materiais, que são exatamente esses documentos a que V. Exª se refere, relacionados à contratação das 22 empresas. Além disso, mais de mil produtores rurais, apenas no Município do Alto Alegre, assinaram terem recebido essas obras que foram executadas em seus lotes. (Palmas.)

Então, Deputada Aurelina, V. Exª pode ficar tranqüila, pois satisfará as expectativas desta Comissão – desde que recebamos os documentos.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Srª Senadora, gostaria de explicar algo que está meio equivocado e que, desde ontem, estou ouvindo no plenário.

Na entrega desse documento pelo Secretário de Agricultura, esses quadros nele contidos foram interpretados como obras executadas pelo Governo do Estado. Aqui constam poços, açudes e barragens. Os mencionados quadros, com ofícios de encaminhamento aos Srs. Ministros Arlindo Porto, Gustavo Krause, Antônio Kandir, entre outros, referem-se à proposta do Governo do Estado a essas instituições. Está escrito para quem quiser ler, inclusive para qualquer comissão do Tribunal de Contas da União ou de outro Tribunal. É o ofício do Governo do Estado encaminhando a essas autoridades infor-

mações sobre a necessidade de recursos para a elaboração dessas obras.

Quanto aos poços a que a Senadora Marluce Pinto se referiu, e sobre os quais o Governador disse terem sido duas firmas de Manaus – não me lembro disso –, são poços artesianos! É outra coisa! Foram contratadas máquinas do Estado do Amazonas, porque no Estado de Roraima não existe nenhuma firma com perfuratrizes capazes de encontrar água no subsolo a 50 m, 70m ou até 80 m de profundidade. Quem sabe mais do que eu sobre o assunto é a CAER, porque foi a executora desse serviço, e não a Secretaria de Agricultura. Essas firmas foram contratadas no Estado do Amazonas para cavar poços artesianos para consumo humano das vilas!. Como exemplo citamos o poço artesiano do Baliza, de São Luís, e de Iracema.

Esclareço que não ouvi o Governador dizer que foram duas firmas. Se ele disse, certamente conhece mais do que eu. Devem ter sido duas firmas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina Távora, todas as vezes em que V. Exª usou da palavra, fiquei escutando; agora, peço a gentileza de V. Exª para ouvir duas explicações.

Em primeiro lugar, quando V. Exª mostra essa planilha e diz que houve má interpretação, não temos culpa se, da tribuna, o Secretário de Agricultura falou sobre o que havia sido realizado em termos de obras. Ele passou-nos a planilha, eu realmente olhei-a e percebi que era um plano de trabalho. Mas plano de trabalho todos fazem, e depois se executam as obras. Quando vi as quantidades, pedi imediatamente a confirmação pela fita de vídeo em poder da Comissão, para ver se as quantidades coincidiam. Quando recebi o vídeo, perguntei ao Secretário de Agricultura: "V. Exª confirma que as obras que constam aqui nessa planilha foram executadas?" A fita vai estar aí para comprovar.

Agora, como posso duvidar quando ele diz que foi executada. O Secretário de Agricultura apresentou-se, embora tenha mencionado que, à época, não era Secretário. V. Exª estava sentada, podia até ter pedido um aparte, para corrigir o que ele havia falado, mas não o fez.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Eu pedi sim.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Depois V. Exª nos esclarece como estou fazendo agora. Na presença de V. Exª ele falou tudo isso e complementou, porque eu lhe perguntei qual era o cargo que ele ocupava antes de ser Secretário e se era cargo público.. Ele falou que era técnico e assessor da Secretária de Agricultura. Não restavam dúvidas para mim. Agora, como já falei desde ontem, isso aqui não é novidade, citei até o caso dos prefeitos. Tenho certeza, porque já ouvi de prefeitos que pagaram, com seus 150 mil, as obras executadas. Como também tenho certeza de que o Governador irá devolver, porque como ontem falei ainda há tempo de corrigir. É preciso que devolva, porque os prefeitos têm que executar suas obras com o acompanhamento dos vereadores e prestar contas no Tribunal de Contas da União.

A mim não interessa ser conhecida em Brasília, no Senado, como parlamentar representante de um Estado que só tem irregularidades. Muito pelo contrário. Ontem mesmo falei que poderíamos até ficar calados, só fazermos as perguntas, ouvirmos as respostas e não termos advertido que fizessem a devolução da verba das prefeituras, porque não podiam os prefeitos pagarem as obras que foram executadas pelo Governo do Estado. Essa é a realidade. Não estamos com novidades, porque isso foi explicado e estavam presentes na hora o Secretário do Planejamento e a Chefe da Casa Civil, e falei, propositadamente, porque tinha certeza de que ela tem condição de advertir a todos para fazer essa devolução. Foi esse o nosso questionamento.

Diz-nos V. Exª – e quero que fique registrada a sua resposta – que esta planilha é apenas um plano de trabalho. Então, como é que existe uma fita rodando diariamente, como sendo uma publicidade institucional do Governo do Estado, onde se diz exatamente que foram construídos, por meio de um mapa – não mostra a localidade – que tem o nome de todos os Municípios, cada um com uma cor diferente e há uns buraquinhos que correspondem a cada obra executada. E refere-se exatamente, Deputada Aurelina, como obras feitas pelo Governo do Estado. O rapaz que faz a propaganda diz que não nascemos aqui e as propagandas são de fora. Nasci no Brasil – País que defendo – e considero Roraima como uma terra minha e não interessa como é a minha pronúncia. Minha pronúncia é minha.

Boa Vista, Srª Aurelina, o locutor cita que são 195 açudes, e ainda aponta Normandia com 635, Pacaraima com 105, Bonfim com 405, Cantá com 808, Amajari com 125, Alto Alegre com 1471, Mucajaí com 643; Iracema com 308; Caracaraí com 43; Caroebe com 409; Baliza com 62; São Luís do Amauã com 388 e Rorainópolis com 186.

Então, na planilha, o quantitativo para todos os Municípios é igual e aqui é variável. Há uns com mais, outros com menos. Mas, se somarmos, o total é o mesmo. Não é a Senadora que está falando que

o Governo do Estado construiu 5.783, mas sim a propaganda da televisão. Esclareço – e todos sabemos – que gravação de fita não tem validade jurídica, mas, neste caso, por se tratar de propaganda com registro oficial, havendo planilha e a confirmação dessa, tem tanta validade quanto qualquer outra prova material.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senadora, façamos a comparação entre os dois quadros. Neste, há um título que diz assim: "Necessidade de infra-estrutura social e produtiva. Ação emergencial para os Municípios do Estado de Roraima em 1998." E aqui consta: "Alto Alegre – 10 poços – porque inclui as vilas e a cidade -, 100 açudes, com 220 metros, mais 300, mais uma barragem". Essa é a previsão. Na verdade, a planilha de execução das nossas cacimbas é esta aqui. Não são 5.700, mas 6.185. Há alguns ajustes a serem feitos. Certamente, à época da veiculação da propaganda, ainda devia haver máquinas trabalhando em algum lugar, sem a conclusão, ou não devia haver ainda o acompanhamento técnico. Mas o executado e programado foi esse. E é para isso que estamos pedindo ajuda do Governo Federal.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina, lamento. V. Exª explicou com tanta ênfase, mas a alegria dura pouco, pois não podemos considerar seis mil cacimbas como açudes. Quem não sabe a grande diferença que há entre as cacimbinhas e os açudes?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senadora, V. Exª terá acesso aos processos. E os recursos não vieram todos do Governo Federal; recebemos, para esse fim, apenas R$ 1 milhão, os R$ 500 mil tiveram outro destino. Certamente, esse montante não dá para cobrir as despesas.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – R$ 1,5 milhão. R$ 500 mil para a defesa civil; R$ 1 milhão...

A SRA. AURELINA MEDEIROS – R$ 1 milhão para a defesa civil e exército – parece-me -; R$ 1,75 milhão para os Municípios e R$ 1,5 milhão para o Estado. Só que os recursos para o Estado estão apenas liberados, Senadora.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Já estão aprovados.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Apenas concluindo meu raciocínio, gostaria de dizer que, apesar de, na época, os processos formalizados serem isentos do processo licitatório, em função do decreto de emergência, não se dispensou, de forma alguma, a formalização desse processo, que está lá, pronto. Certamente, a Comissão terá acesso a ele, e os técnicos que irão colaborar com V. Exªs constarão com que preço se constrói um açude e com que preço se constrói uma cacimba. Dessa forma, esses processos de pagamento mostrarão se com R$ 500 reais se constrói um açude.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputada Aurelina, cada vez mais estou satisfeita com o depoimento de V. Exª, pois chegamos à conclusão de que a realidade do Estado é a das cacimbinhas de R$500,00.

Agora, o Governador, por meio de publicação enganosa, quer mostrar ao povo de Boa Vista que construiu 5.783 açudes, porque sabe que o povo não vai fiscalizar. Propaganda enganosa paga com recurso do povo é crime. É bom que se diga que propaganda paga com recursos públicos só pode ser institucional. Propaganda enganosa é crime.

Então, para que fique registrado: devo explicações, no momento, à Deputado Aurelina, pelas respostas às minhas perguntas. Deputada Aurelina, muito obrigada pelas informações, fico muito grata pela participação de V. Exª. Não tenho nada mais a perguntar. Realmente, o que foi construído aqui foram apenas as cacimbinhas, e não os açudes. Muito obrigada.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Eu não disse isso, Senadora. Eu disse que foi construída alguma coisa que vale o dinheiro que foi pago. (Manifestação no recinto)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Como é? Eu gostaria que V. Exª repetisse, porque eu não ouvi.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Eu não sei o nome, já chamaram de tanta coisa, mas foi construída alguma coisa que vale o dinheiro que foi pago, com certeza. (Manifestação no recinto).

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de pedir silêncio, por favor.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Obrigada, Deputada.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Obrigada, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de saber se o Senador Sebastião Rocha e Senador João França querem fazer alguma pergunta.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Sr. Presidente, apenas para dizer que acredito que essas informações serão muito importantes na consolida-

ção do relatório. Aliás, não sei se estou enganado, Sr. Presidente, mas essas informações nunca foram tão bem esclarecidas como neste momento (Manifestação No Recinto).

É claro que será necessário que a Comissão faça a conferência com a documentação que deverá ser apresentada e logicamente, pela responsabilidade que tem a Deputada, essas informações deverão ser comprovadas mediante exame da documentação. Agora, eu entendo que a Deputada colocou uma questão muito importante quando se referiu que, também, ninguém – me parece que nenhum dos depoentes – tinha ainda manifestado especificamente, pontualmente, os prejuízos e os principais problemas, as principais conseqüências quanto à produção agrícola, essa questão das lagartas já tinha sido mencionada, mas não com tanto detalhe.

Portanto, eu apenas digo que, de minha parte, estou satisfeito, porque creio que já temos um elenco de informações bastante grande, inclusive para propor soluções, que é outro objetivo da Comissão – além de investigar, além de fazer uma análise da documentação -, sugestões, soluções para os problemas que ainda estão por vir ou que estão acontecendo após a queimada, e até prevenção, haja vista a possibilidade de uma seca intensa de novo no Estado.

Todos nós esperamos e torcemos para que não haja incêndios daquela proporção; mas a seca, pelas informações meteorológicas, pelo menos neste aspecto, parece que há uma previsão concreta de nova estiagem muito forte no Estado de Roraima e talvez na Amazônia, sobretudo neste Estado; portanto, providências devem ser tomadas.

Sr. Presidente, não tenho perguntas a fazer. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Eu gostaria de fazer algumas perguntas à Secretária Aurelina Medeiros.

Secretária, nesses últimos quatro anos, o Orçamento da Secretaria de Agricultura cresceu, diminuiu ou ficou como estava? Havia recursos para assistência técnica e prevenção e combate a incêndios ou orientação ao agricultor num valor compatível com o tamanho e com a necessidade do Estado de Roraima?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Em relação aos últimos quatro anos, eu não tenho condição de informar agora. Nos últimos dois anos, nos quais eu me envolvi mais diretamente com a Secretaria de Agricultura, tivemos um Orçamento aprovado pela Assembléia. É claro que quem está numa Secretaria, como eu estava, gostaria de dispor de todos os recursos possíveis para executar todos os projetos; mas tivemos o que foi possível.

O Orçamento deste ano não foi inferior ao do ano passado, e houve recursos, inclusive significativos, destinados à assistência técnica e extensão rural do Estado.

É bom que se diga que a política de assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais de Roraima é bancada quase exclusivamente pelo Governo do Estado. E nós dispomos, no interior, de 21 escritórios ou as hoje chamadas Casas do Produtor, que são extensões da Secretaria de Agricultura nas diversas localidades do interior do Estado, com técnicos, com veículos, que caminham se arrastando, na tentativa de dar o melhor que podem aos produtores rurais do Estado em termos de assistência técnica.

Digo mais: quando eu era Secretária de Agricultura, proibi e deixei de participar da Comissão Procera Lumiar do Incra, porque foi criado um projeto paralelo de assistência técnica no Brasil, quando se podia fortalecer a estrutura que está aí tentando viver há tantos anos. Em vez de o Governo Federal alocar recursos para nos ajudar a fortalecer essa estrutura que temos enraizada por esses interiores, foi criada uma assistência técnica chamada Projeto Lumiar, que está contratando técnicos que andam, coitados, quando muito de bicicleta ou nas caronas dos técnicos da Secretaria de Agricultura, tentando prestar uma assistência técnica melhor que a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A assistência técnica é fundamental. Se não tivermos uma assistência técnica estruturada, não vamos ter a condição de orientar o agricultor, e ele vai ficar solto. Ficando solto, o agricultor não vai ter condição de obter nem a informação correta. Houve recursos para isso?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Sr. Presidente, V. Exª está certo.

Tivemos recursos, sim. Eu não trouxe os dados, mas posso afirmar que o projeto de assistência técnica aos produtores rurais leva a maior fatia do Orçamento da Secretaria de Agricultura; a maior parte é destinada à assistência técnica e ao fomento a produtores. Não tenho certeza qual dos dois é mais representativo, mas são os dois maiores projetos:

assistência técnica aos produtores rurais e fomento à produção agrícola.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª falou da questão do Projeto Lumiar e da assistência técnica do Incra; falou também da titulação. Nós temos algumas barreiras na questão da titulação, na questão do crédito, que ficou pior com o fechamento do Banco do Estado de Roraima, banco que eu criei, e foi fechado, é preciso que se diga isso, e também a questão da assistência técnica.

Por que o Incra não foi contatado para que fosse feito um trabalho, em conjunto e único, tanto na questão da titulação quanto na questão da assistência técnica? Cada um puxa para um lado e, nessa questão, quem perde é o agricultor. Não dá para entender isso.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Claro, Senador, essa questão está sendo discutida pelo Ministério; inclusive há uma discussão bastante intensa com relação a essa duplicidade de ação do Governo Federal, entre o Ministério da Agricultura e o Incra. Esse assunto foi tema de debate em vários foros de Secretários de Agricultura do País e também entre técnicos do Ministério da Agricultura da área de assistência técnica, juntamente com técnicos do Incra. É preciso que esse consenso ocorra primeiro em âmbito nacional para que as diretrizes cheguem aos Estados e possam ser seguidas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Insisto na questão do trabalho de prevenção. Para mim, houve uma falha muito grande do Governo do Estado nesse sentido.

V. Exª colocou dados importantes que mostraram que, em abril, a luz amarela havia se acendido, e, em setembro, a luz vermelha. Na verdade, sabíamos, já em setembro e outubro, com o resultado das chuvas, que teríamos uma seca muito forte. E tivemos, depois de setembro, cinco meses, até fevereiro, para que começassem a ocorrer, no Estado, as queimadas.

V. Exª era Secretária de Agricultura, e eu pergunto: por que não foi feito um trabalho de prevenção? Não sairia mais barato o aluguel, por hora, de trator para mecanizar os assentamentos do que contratar trator para abrir cacimbinha, uma vez que já houve a queimada? Estamos gastando muito, e estamos vendo o povo sofrer mais. Se o trabalho de prevenção fosse feito, o Estado e o Governo Federal teriam gasto menos e não haveria sofrimento. Por que não se atentou para isso? Se a seca ia ser maior, a possibilidade de incêndio não passou pela cabeça dos técnicos ou da equipe técnica da agricultura? O que motivou a não-preparação de uma ação mais concreta, mais forte de prevenção?

Além da questão da mecanização, poderiam ter sido adotadas ações simples. Por exemplo, se tivessem sido montadas brigadas de incêndios em alguns assentamentos, onde o incêndio foi maior, mesmo começado, haveria condição de ter sido controlado, e não foi isso que aconteceu. Na verdade, os agricultores fizeram, em fevereiro, o que faziam todo ano: prepararam a queimada da sua roça para plantar. Só que esqueceram de avisar aos agricultores que, em vez de a situação ser de umidade e condições normais, eles estavam sentados num barril de gasolina. Na hora em que eles acenderam o fogo, o Estado explodiu. Foi isso o que aconteceu.

Estamos falando do Estado de Roraima, mas é importante que se diga que o objetivo maior desta Comissão é mostrar ao Governo Federal que a política agrícola na Amazônia tem que ser reformulada, inclusive com o trabalho de prevenção. Esta é a questão. Por isso, é importante levantar as falhas.

Não estamos querendo crucificar a Deputada Aurelina, ex-Secretária da Agricultura, não é isso. Estamos querendo levantar o quadro real, para que não se cometa o mesmo erro. Não podemos cometer novamente, nem em Roraima, nem em outros Estados da Amazônia, o erro que se cometeu aqui.

Deputada, podemos discordar de ações de governo, mas jamais passaria pela cabeça de qualquer um de nós que, deliberadamente, V. Exª ou qualquer outra pessoa atuaria de forma a prejudicar o Estado de Roraima; não estamos pensando nisso. Então, já que a agricultura conta com excelentes técnicos, já que V. Exª não agiria contra o Estado de Roraima, por que não ocorresse a prevenção?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senador, o maior testemunho na questão da prevenção do incêndio, de providências na hora certa, ouvimos ontem aqui do General que atuou tão bem nessa questão do incêndio. V. Sª disse que, hoje, o Brasil não tem condições de ter uma atuação imediata para sanar problemas como esse que ocorreu em Roraima. Imaginem, então, se nós temos!

Começamos a atuar no Apiaú. E lembro-me até de como tudo começou. Chegou um colono à minha casa de madrugada, correndo, dizendo que tinha pegado fogo na vicinal inteira. O nosso Corpo de Bombeiros – e está aqui o Capitão da Defesa Civil, Paulo César – iniciou sua atuação com seis pessoas, fazendo o possível para salvar as fazendas dos agricultores.

Em primeiro lugar, não havia previsão de incêndios no Estado de Roraima. Isso que ocorreu foi uma catástrofe, dada a situação climática: baixa umidade, seca.

Disse, ainda há pouco, que o produtor legaliza uma área para derrubar e queimar. Isso é o que se chama de queimada controlada pelo Ibama. Não podíamos prever que ia acontecer um incêndio. Tivemos toda a situação de estiagem, decretou-se estado de calamidade, pediu-se – e continua-se pedindo – providências, que não aconteceram. Pedimos ajuda, mas essa ajuda, infelizmente, não veio. Não temos condições de combater o incêndio com os meios que temos. E nossa estação meteorológica – está aqui o João Manuel, que não me deixa mentir – não tem condições de prever se em junho vai chover ou se vai haver. Essa é a situação do Estado de Roraima.

Quanto à questão das campanhas *Prevenção de fogo, de queimadas*, apesar de não ser um projeto específico da Secretaria de Agricultura, está embutida na orientação dos nossos técnicos de campo e dos que atuam na cidade. Ela está embutida como uma orientação geral. O nosso profissional presta apenas assistência técnica. Muitos pensam que ele é especialista em tudo o que possa haver de problema no meio rural. Muitas vezes, ele é um técnico agrícola e tem que operar boi. Então, esse profissional tem uma formação técnica para orientar o produtor rural quanto aos efeitos adversos das queimadas, da antitécnica que é a queimada.

O meu sonho é que tivéssemos hoje, no Estado de Roraima, uma agricultura tecnificada, que tivéssemos mecanização agrícola.

Demos início ao Projeto Replantar, que não era algo muito novo. Infelizmente, não tivemos recursos para continuá-lo, porque tivemos que desviar recursos para jogar nos buraquinhos, nas cacimbinhas, nos açudes. Mas essa seria a grande solução para o Estado de Roraima. Tem toda razão o Senador Romero Jucá.

Ninguém aqui falou sobre uma das providências tomadas junto à Assembléia Legislativa do Estado, pelo Governo do Estado, mas vou falar. Trata-se da criação do Fundo de Aval.

Nenhum Governo de Estado do Brasil se arriscou a criar fundo para avalizar produtor rural. A Assembléia do nosso Estado aprovou um projeto nesse sentido. Mas Roraima é o único Estado da Federação Brasileira que até hoje não teve aprovado um contrato de crédito do Pronaf. Nem aqueles R$ 5 mil da "carteirinha" lá do Fernando Henrique Cardoso.

Os bancos exigem garantia real do produtor, inclusive para emprestar recursos para custeio. Quem é produtor rural sabe disso.

O Basa, infelizmente, ainda no ano passado, liberou algumas propostas do Prorural – denominamos de FNO – para aquelas que tinham sido apresentadas anteriormente. Mas, há mais de dois anos, nem sequer as propostas dos produtores são aceitas, sob a alegação de que há um alto índice de inadimplência no Prorural. Mas, se as primeiras prestações estão vencendo agora, como é que os produtores estão inadimplentes?

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Deputada Aurelina, gostaria de fazer uma colocação. Nós cobramos do Basa a questão da devolução de recursos que não foram aplicados no ano passado, e obtivemos a informação textual de que os empréstimos não estavam sendo feitos porque o Governo do Estado não estava se responsabilizando pela assistência técnica aos agricultores. Dessa forma, apresentamos essa questão ao Basa e pedimos que respondesse por escrito, porque, na verdade, essa é uma dificuldade a mais.

Agora, perguntaria a V. Exª se foi a Secretaria de Agricultura responsável pela fiscalização da execução das cacimbas.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senador, há uma equipe – DR – Secretaria de Agricultura – que faz o acompanhamento da execução. Esses funcionários acompanham as firmas e determinam onde se deve cavar. Há casos de envolvimento de algumas pessoas. V. Exªs terão acesso a essa informação durante as diligências.

Senador, recebi do Banco da Amazônia, antes do Dr. Mauro, que é o nosso Superintendente que reside no Estado do Amazonas – Superintendência do Amazonas e Roraima -, uma correspondência, até meio grosseira, dizendo que os recursos não vinham porque tínhamos uma relação técnico/produtor, ou contrato, muito fora da realidade do País. E isso foi dito para os produtores do sul do Estado, que ficaram muito revoltados.

Recebi uma correspondência também do Diretor de Crédito do Basa, pedindo que se buscasse o equilíbrio necessário para manter a proporção mínima exigida de um técnico para 50 produtores, quando se tratar de programas destinados à produção familiar. Ele nos mandou uma relação enorme da rela-

ção técnico/produtor da Região Norte. Aliás, é técnico/operação existente. Para o Basa essa relação deve ser de 1 para 50. No entanto, ele afirma que Boa Vista tem essa relação de 1 para 16. E aqui constam Municípios, como o Humaitá, no Amazonas, com uma relação de um para 118; Altamira, um para 116; Bragança, um para 121. Tenho em mão este documento.

Na região sul do Estado, nas localidades de São Luiz, Caroebe, e Rorainópolis – não dá para somar rápido -, talvez tenhamos 30 técnicos residindo, trabalhando por lá. E não temos uma operação de Prorural naquele Município. Então, que relação técnico/produtor é essa? O que o Basa alega para não mandar recursos para o Estado de Roraima? Pergunte aos produtores rurais o que o Basa informa para as associações que procuram aquela Instituição. Informa que a Secretaria de Agricultura não tinha interesse em liberar crédito para os produtores, que não havia técnicos naquela região para prestar assistência técnica. Nós temos técnicos e nenhuma operação de crédito rural na região sul do Estado. O Estado do Pará e o Estado do Amazonas possuem o maior volume de crédito do FNO; não sobra quase nada para Roraima. Lá, a relação técnico/produtor nunca foi de 1 para 50. Estão aqui os dados fornecidos pelo próprio Basa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria à Secretária Aurelina se a Secretaria de Agricultura foi responsável pela fiscalização das cacimbinhas.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – A execução das cacimbas estava a cargo da equipe técnica do município, da região onde ia ser executada, junto com o DER. Eles faziam o acompanhamento com as empresas e nós mantínhamos uma equipe de coordenação, secretaria e DER. Eram os dois órgãos responsáveis.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A senhora, como Secretária, tem notícias de que a equipe recebeu reclamações de que os buracos não davam água ou que foram malfeitos? Enfim, houve reclamações?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Houve reclamações, sim.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Foram checadas? Foram tomadas providências?

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Claro, claro. Houve casos – acredito que podem até ter chegado a 5%, 6%, não sei a quanto chegou – em que as nossas empresas cavavam quatro, cinco vezes no mesmo lote e não conseguiam achar água. A cada vez que a seca se intensificava, que o lençol freático baixava, mais difícil ficava achar água. Se não tivesse chovido, hoje não haveria retro-escavadeira, nem cacimbinha, nem cacimbão para dar água ao produtor rural. (Aplausos.) Isso aconteceu.

Acontecia de cavar uma vez, cavar a segunda até encontrar água. Procuravam junto com o produtor um local mais baixo, o leito do igarapé, uma lagoa seca para fazer a perfuração, porque não havia técnicos especializados para fazer a captação dos veios de água. Trabalhava-se de forma empírica. Muitas vezes o produtor ficava desolado. Aliás, muitas vezes, não posso afirmar quantas, mas várias vezes ocorreu de não encontrarem água na primeira vez, encontravam apenas na segunda ou até não a encontravam.

Tivemos também algumas denúncias de que os poços estavam menores do que o que havia sido contratado. Nós mandamos verificar essas denúncias. Houve casos, na Confiança Um, em que nós mandamos recavar esses poços. No entanto, não posso afirmar, porque não vi, que todos estão do mesmo tamanho. Pode-se encontrar um maior, um menor, não sei, vocês vão fazer a diligência e vão verificar. (Aplausos.) Mas os casos que chegaram até à Secretaria de Agricultura imediatamente foram verificados. Entretanto, nada posso dizer quanto àqueles de que não tomei conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço as suas respostas.

Temos aqui algumas reclamações feitas por escrito. Nessas denúncias diz-se que realmente foram feitos poços de tamanhos menores e não foi encontrada água. Inclusive, uma delas diz que a máquina retro-escavadeira gastou 35 minutos e cobrou a inacreditável quantia de R$2,73 mil, cuja fatura foi assinada pelo proprietário da fazenda, para posterior cobrança da Secretaria de Agricultura.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Então, tem de ser informado o nome de quem fez isso para que possamos colocá-lo na cadeia. Nenhuma firma podia cobrar; se alguém cobrou, tem de ir para a cadeia. Vocês vão ter de identificar.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – É, nós vamos analisar tudo isso e mandaremos as informações.

Quero agradecer as suas explicações e dizer que a Comissão está satisfeita com o seu depoimento.

A SRA. AURELINA MEDEIROS – Senador, gostaria, se V. Exª me permitir, com todo o respeito que temos para com essa bancada e para com a bancada do nosso Estado, de dizer mais algumas palavras.

A nossa luta junto aos produtores rurais não é demagoga. Temos vinte anos de Secretaria; eu não era política e, se não for, vou voltar para lá do mesmo jeito. Não há problema algum.

Quero apoio. O Nordeste está aí. Já há anistia de crédito, já há prorrogação, já há novos empréstimos, já houve geração de empregos, já há até um escritório itinerante do Incra em Recife. Ajudem-nos a ajudar os produtores rurais! Que se consiga, pelo menos, a prorrogação dos créditos vencidos desses agricultores que não vão ter como pagar suas dívidas.

Ontem, fiquei extremamente angustiada: cheguei à Secretaria de Agricultura para pegar algumas informações e encontrei um volume enorme de cartas de cobrança do Banco da Amazônia, ameaçando os produtores rurais com uma cobrança judicial de suas dívidas. As cartas estão lá na Secretaria. Esses produtores não têm como pagar. Eles não tiveram produção e, provavelmente, não vão ter. As previsões iniciais de que o **El Niño** terminaria em maio ainda não foram confirmadas; ainda não temos dados concretos à mão para afirmar isso.

Ajudem-nos! Procurem o Governo Federal e coloquem aqui os recursos do Pronaf. (Aplausos) O aval do Governo está aí para dar cobertura aos produtores rurais.

Agradeço. Muito obrigada a todos!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de dizer à Deputada Aurelina e às outras pessoas que não têm essa informação de que nós já fizemos, desde o início dos incêndios, gestões junto ao Ministério da Fazenda, ao Ministério do Planejamento, ao Incra, ao Ministério da Reforma Agrária, solicitando, não a prorrogação, mas a anistia e novos financiamentos para os produtores. Estranhamente, depois que negociamos com o Incra um decreto de anistia geral, – porque não acredito em anistia individual; é impraticável, operacionalmente -, inclusive fiz publicar a minuta do decreto feita pelo Incra nos jornais, o jornal do Governo do Estado começou a veicular matérias dizendo que os agricultores haviam queimado suas próprias terras para tentar o abatimento da dívida. E isso criou sérios problemas junto ao INCRA e ao Governo Federal.

Quero dizer que, desde o início, a Bancada Federal está diligente. A Senadora Marluce Pinto, o Senador João França, eu e todos os Deputados Federais nos pronunciamos no plenário, estivemos com Ministros, fizemos gestões. Eu, particularmente, estive na reunião do Conselho Deliberativo da Sudam, em Belém, exatamente para discutir essa anistia para os produtores. Agora, infelizmente, começaram a surgir essas versões, e foi por isso que fizemos questão de chamar aqui o Delegado da Polícia Federal e pedir-lhe pressa na análise do inquérito – onde diz que algumas pessoas estavam queimando propositadamente as suas propriedades -, exatamente para que possamos colocar por terra essa suspeita e tenhamos a condição efetiva de continuar a negociar. Caso não seja concedida a anistia – que é o que queremos – , já está garantido, como disse a Senadora Marluce Pinto, pelo BASA, em reunião na Comissão do Senado Federal pela Presidente Flora Valadares, de que haverá um atraso, um período de carência de três anos, com 17 anos para pagar esse financiamento. Achamos isso pouco, porque sabemos que hoje a condição do produtor rural, com o processo de comercialização que está aí, não dá rentabilidade para o produtor rural pagar empréstimo. Sabemos disso. Hoje, um produtor rural que deve a um banco é, no futuro, um inadimplente que pode inclusive perder a sua propriedade.

Estamos atentos e que vamos continuar a lutar.

Agradeço as colocações feitas pela senhora. Muito obrigado.

Agradeço a presença do Deputado Estadual Flamarion Portela, que foi Secretário de Obras do Governo, e aproveitar a oportunidade para dizer a S. Exª que o microfone está à disposição. Posteriormente entraremos na fase das perguntas.

O SR. FLAMARION PORTELA – Senador Romero Jucá, Presidente desta Comissão; Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão; Senadores Sebastião Rocha e João França; Deputados presentes; Srs. Prefeitos; Secretários de Estado; minhas senhoras e meus senhores.

Senador Romero Jucá, esta Casa, apesar de humilde e das suas simplórias instalações, recebeu esta Comissão com muito carinho e respeito, e está dando todo o apoio.

Quero, aproveitando a oportunidade, prender-me ao assunto em pauta. Estou aqui para testemunhar o trabalho de Neudo Campos* realizado com os produtores rurais. A mão amiga foi estendida. Eles receberam, no momento certo, o apoio que o Governo pode dar. Vocês têm que entender que esse Estado é pobre e recebe um fluxo migratório extraordi-

nário. Posso afirmar que, durante os dois anos e três meses em que permaneci na Secretaria de Obras, construí 262 salas de aula. Isso significa que as pessoas que aqui chegam têm uma escola para estudar, contam com um hospital para atendê-las e com o Governo para lhes dar apoio no lado social e na agricultura.

Neudo Campos fez isso, como um humilde Governador, como um caboclo que nasceu aqui em Roraima para defender os interesses dessas terras. Isso sim é compromisso, é responsabilidade. É assim que se gosta dessa terra!

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Flamarion, com todo o respeito, penso que, depois de tudo – V. Exª foi Secretário de Obras até o dia 03 de abril –, não adianta mais fazermos perguntas a respeito de cacimba, de açude ou de barragem, a não ser que V. Sª saiba realmente o que foi feito e como foi feito.

Se V. Exª quiser facilitar os trabalhos de diligências que vamos efetuar, dizendo aonde poderíamos ir para verificar os fatos, ao menos para que estes possam servir de provas para a Comissão, ficaríamos satisfeitos. Caso contrário, sinceramente, não sei se é preciso perguntarmos se foi ou não construído, se se trata de cacimba, de cacimbão, de açude ou de barragem.

Vou dizer mais: não é para a gente que isso está ficando ruim. Queremos limpar o nome do Governador do Estado dentro dos Ministérios, em Brasília.

O SR. FLAMARION PORTELA – Senadora Marluce Pinto, V. Exªs vão verificar, **in loco**, todas as cacimbas. Peguei alguns documentos com a Deputada Aurelina, que tem pelo menos três grandes pastas recheadas de documentos, que são assinados pelos próprios proprietários.

Posso fazer algumas citações: na Confiança 3, estão Augustino Fernando, Raimundo Conceição e Osvaldo Felipe; na Vicinal 1 da Confiança 1, estão Delfim Félix, Jesus Nunes e João Jaime.

Uma série de documentos foi solicitada. Estou querendo somente materializar alguns exemplos. V. Exªs receberão, com certeza, essas cópias e poderão ter oportunidade de se deslocar até lá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas eu perguntaria ao Deputado o seguinte: por que não foi contatado o 6º BEC para fazer açudes e barragens, já que estávamos em um momento de emergência? V. Exª é um engenheiro experiente e tem conhecimento da potencialidade da estrutura do 6º BEC, que, na verdade, poderia ter ajudado com máquinas. Não seria preciso ter sido feita a dispensa de licitação, porque, na verdade, um órgão do Exército dispensaria esse tipo de ação.

Por que não se pensou a respeito desse contato com o 6º BEC?

O SR. FLAMARION PORTELA – Sr. Senador, a Secretaria de Obras não participou efetivamente dessa programação. Mas posso responder-lhe.

Pelo meu conhecimento técnico, o 6º BEC não dispõe de retroescavadeiras para fazer cacimbas. Se estivéssemos fazendo grandes barragens que precisassem de tratores de estrela, que precisassem de um grande movimento de terra com um número suficientes de caçambas, o 6º BEC, pela sua experiência em estradas, poderia ser um órgão perfeitamente utilizável. Mas o 6º BEC não poderia ser usado na produção de cacimbas, porque não havia água na superfície, e, dessa forma, não podíamos fazer barragem para conter a água. Necessariamente, seria preciso buscar água no subsolo; não sei em que profundidade isso deveria ser feito, mas a água deveria ser procurada no subsolo, para que se atendesse emergencialmente à comunidade.

Com toda a competência reconhecida do 6º BEC, este órgão, com certeza, não dispunha e não dispõe – qualquer um pode verificar isso; se a própria Comissão visitar o 6º BEC, vai ratificar o que estou dizendo – de número suficiente de retroescavadeiras para participar de uma programação tão forte como essa.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Mas V. Exª há de convir que, na verdade, na programação de obras, não estavam previstas, pelo menos inicialmente, cacimbas. Estavam previstos barragens e açudes, que seriam feitos com tratores e com equipamentos de que o BEC dispõe. Estamos nos baseando na programação de obras que nos foi entregue pela Secretaria de Agricultura. Na verdade, a pergunta é pertinente, porque me parece que depois é que se optou por fazer cacimbas. Mas toda informação, inclusive a informação de publicidade, é a de que o Governo fez cerca de 5.700 açudes. V. Exª, como engenheiro, sabe que a construção de um açude é completamente diferente da construção de uma cacimba. São duas coisas completamente diferentes.

O SR. FLAMARION PORTELA – Senador Romero Jucá, esse assunto já foi por demais debatido aqui, e reputo isso como uma questão de

nomenclatura. Se foi dito "cacimbas" ou se foi dito "pequenos açudes", essa é uma questão de nomenclatura. Não vou entrar nesse mérito, mas o que realmente vi espalhado pelo Estado foram cacimbas. Não vi açudes, até porque, se tivéssemos feito açude nesta estação invernosa, o mesmo estaria com um pequeno volume de água, uma vez que as chuvas não estão muito fortes. Açude é feito para armazenar uma grande quantidade de água, para que, depois, seja perenizado um igarapé, um riacho ou um rio. Esse não é o caso. No nosso caso, agimos no sentido de socorrer, emergencialmente, quem estava passando sede, que era o rebanho do Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª confirma que o Estado não fez açudes, mas sim cacimbas?

O SR. FLAMARION PORTELA – O Estado fez cacimbas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Dessa forma, a propaganda do Governo do Estado está errada.

O SR. FLAMARION PORTELA – Na minha visão, o Estado fez cacimbas. É isso que estou dizendo. É uma questão de nomenclatura: "pequenos açudes" e "cacimbas". Na minha visão de nordestino que desceu cacimbas por vários metros de profundidade para extrair água, foram feitas cacimbas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, a publicidade do Governo do Estado está errada.

Quanto a essa questão de publicidade, já que o senhor disse que Roraima é um Estado pobre, pergunto se o senhor concorda com um gasto em publicidade no período de seca, no período de três meses, de algo em torno de R$1,9 milhão.

O SR. FLAMARION PORTELA – Senador Romero Jucá, realmente, não conheço a cifra que é gasta com propaganda pelo Governo no Estado de Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – V. Exª sabe quanto custou o filme em que se disse que o Estado fez 5.700 cacimbas ou açudes?

O SR. FLAMARION PORTELA – Não, não sei.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O filme custou mais de R$40 mil, o que eqüivale ao preço de quatro carros populares. Portanto, os gastos com publicidade do Governo são elevados, em um momento em que a situação econômica do Estado é difícil.

O Governador disse que não tinha dinheiro e que gastou R$6 milhões com a seca, durante quatro meses, o que representa apenas 20% da receita mensal do Estado. Essa não é uma cifra alta; deveria ter gasto mais. Mas o gasto com publicidade é alto. Mas, se V. Exª não tem essa informação, realmente não pode fazer uma avaliação a esse respeito.

Eu gostaria de agradecer as suas colocações.

O SR. FLAMARION PORTELA – Senador Romero Jucá, permita-me agradecer por esta oportunidade. Em meu nome pessoal, em nome das minhas filhas, em nome deste povo que aqui está, em nome do povo de Roraima, quero dizer que espero que esta Comissão realmente possa extrair bons resultados e que isso gere bons frutos para o nosso povo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pode estar certo de que faremos isso.

Eu gostaria de convidar o Deputado Lúcio Távora para fazer uso da palavra. (Palmas.)

Deputado Lúcio Távora, agradeço a presença de V. Exª. Gostaria de pedir ao Plenário que, por favor, fizesse silêncio para ouvir o Deputado. A palavra está franqueada a V. Exª. Posteriormente, entraremos na fase das perguntas. Muito obrigado.

O SR. LÚCIO TÁVORA – Sr. Presidente da Comissão Especial do Senado Federal, Senador Romero Jucá Filho; Senadora Marluce Pinto; Senadores Sebastião Rocha e João França; meu caro e nobre Deputado Flamarion Portela; Aurelina; meu amigo Chico Guerra; senhoras e senhores aqui presentes; digníssimos Prefeitos, há mais de trinta horas estamos aqui discutindo e tentando chegar a um acordo a fim de que possamos trazer mais recursos para o Estado de Roraima.

É evidente que temos de buscar, de todas as formas possíveis, esses recursos. O Governo Federal precisa prestar contas dos recursos destinados a Roraima durante a calamidade que se abateu sobre o Estado, mas ele exige do Governo estadual a prestação de contas para que mais verbas sejam liberadas.

Não pretendo discutir ou fazer deste fórum palanque político. Ouvi todos os parlamentares e todos os técnicos – sempre sentado ali e anotando tudo o que era discutido nesta tribuna. É bom que eu seja o último parlamentar a ocupar a tribuna, pois tendo ouvido tudo, posso tirar conclusões e chegar a certezas sem cometer injustiças com as pessoas.

Sr. Presidente, todos aqui ouvimos que o Governo não teve tempo de se prevenir para o combate à seca e à estiagem neste Estado. Mas o Governador do Estado de Roraima, no dia 17 de fevereiro de 1997, veio a esta Assembléia Legislativa perante os deputados estaduais, trazendo seu plano de governo. As palavras que vou mencionar não são minhas; elas constam do plano que veio do Palácio de Cristal.

O plano de governo, em sua página 8, faz referência a "um programa vigoroso de açudagem em onze municípios: Rorainópolis, Baliza, São Luís, Caroebe, Amajari, Caracaraí, Mucajaí, dois em Alto Alegre e três nas comunidades indígenas".

Quando a Lei Orçamentária veio a esta Casa a fim de ser discutida, disse ao Deputado Pampinha, da Comissão de Agricultura: "Deputado, para que a construção de onze açudes?". Ao que ele respondeu: "Deputado, o fenômeno El Niño está se aproximando. O Governo precisa represar as águas para não sofrer com a seca e a estiagem." E eu disse: "Então vou aprovar com V. Exª, Deputado Pampinha." Isso eu não estou inventando: é a mensagem do Sr. Governador, lida nesta Assembléia. Pergunto: foram construídos esses açudes? (O Plenário se manifesta respondendo: "não".)

Sr. Presidente, no mês de novembro esta Casa designou os deputados Iradilson Sampaio, Elder Grossi e Lúcio Távora para fazer uma viagem às regiões norte e sul do Estado, pois alguns colonos já estavam reclamando da estiagem e da seca. O Deputado Elder, que aqui se encontra, e o Deputado Iradilson foram e fizeram um relatório, que foi entregue ao Presidente desta Casa. No relatório, o Deputado Elder Grossi relata ter testemunhado os colonos tirando água do cacimbão para alimentar seu gado. E em dezembro, já não havia mais água para beber em São Luís do Alauá.

Sr. Presidente, o que desejamos é que não haja a institucionalização da corrupção nesta Casa. Queremos que o Governo do Estado apresente -- e já disse que o fará – a esta Comissão todos os valores das licitações para construir as cacimbas, cacimbinhas, barragens e açudes. Aí sim, a prestação de contas irá para o Senado Federal e para o Governo Federal, e os recursos virão. O que me preocupa é que estão todos satisfeitos em institucionalizar a ladroagem. Ninguém está preocupado em saber se foram construídos cacimba, cacimbão ou açude. Queremos que venham mais recursos para o Estado, o que não está ocorrendo, pois até agora o Governo não mostrou o relatório e a prestação de contas do que realizou.

Sr. Presidente da Comissão, este é um documento de Governo: "Roraima, Fronteira, Oportunidade, Século XXI". A página 12 do documento diz: "número de propriedades da Região Norte: 596; número de propriedades da Região Sul: 359. Total: 955 propriedades". O Governo, na sua propaganda institucional, diz que foram construídos quase 5.000 açudes. Se possuímos apenas 955 propriedades, então os dados do Governo não são confiáveis nem sérios; são fictícios, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço as palavras do Sr. Deputado Lúcio Távora e passo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SR. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Lúcio Távora, foi um prazer imenso ouvir V. Exª. Os dados que apresentou mudam um pouco as colocações dos demais. Realmente, não é possível essa confusão. Então técnicos e autoridades responsáveis pelo dinheiro público dizem não saber se é água de cacimbão, açude ou barragem e pensam que ficará por isso mesmo? Isso é subestimar o conhecimento das pessoas.

Deputado Lúcio Távora, gostaria que V. Exª nos fornecesse fotocópias das mensagens do Governo, da apresentação de propostas, a fim de que possamos anexá-las à documentação desta Comissão, que verificará o que foi mencionado por V. Exª sobre a quantidade de propriedades e a quantidade de cacimbas ou açudes construídos. A propaganda do Governo não fala em pequenos açudes, e sim em açudes.

Deputado Lúcio Távora, conheço a atuação de V. Exª na Assembléia Legislativa. Gostaria de saber se, após o relatório que V. Exª e os Deputado Iradilson Sampaio e Elder Grossi encaminharam ao Presidente desta Casa, a fim de que tomasse as devidas providências, alguma vez V. Exª foi contactado, ao menos por um intermediário do Governador, apresentando-lhe alguma solução para os problemas por V. Exª apontados?

O SR. LÚCIO TÁVORA – Não.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª tomou conhecimento se, na época em que a seca assolava nosso Estado e o incêndio começava, houve por parte do Governador alguma iniciativa, se ele solicitou dos Deputados algum tipo de apoio, ou solução para esses problemas?

O SR. LÚCIO TÁVORA – Senadora Marluce Pinto, em meados de dezembro, aproximadamente

no dia 20, esta Casa recebeu mensagem governamental solicitando a liberação do Sr. Governador para uma viagem ao exterior. Quero, neste momento, fazer justiça. Temos de pensar para não cometer qualquer injustiça. A mensagem em que o Governador pedia licença para viajar com a família para o exterior foi lida em uma reunião extraordinária no "plenarinho". Todos os Deputados, mesmo os aliados do Governo, pensavam que não era uma oportunidade boa para o Governador viajar, porque a seca castigava o Estado, já havia colonos com sede, e o gado estava morrendo. Participei das reuniões, sou testemunha de que os Deputados que apoiavam o Governo também opinaram no sentido de que o Governador não deveria viajar porque era um momento difícil para Roraima. Mesmo assim, o Governador viajou sem tomar nenhuma providência com relação à seca. Votaram contra a concessão da licença os Deputados Iradilson Sampaio, Lúcio Távora e Elder Grossi.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Deputado Lúcio Távora, foi muito comentado aqui em Roraima que o Governador viajou para Nova Iorque, para lá passar o Ano Novo, em um **lear jet** de propriedade do Governo do Estado.

V. Exª confirma isso?

O SR. LÚCIO TÁVORA – Confirmo.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Exª lembra quantos dias de licença o Governador solicitou da Assembléia Legislativa para se ausentar do País?

O SR. LÚCIO TÁVORA – Dezessete dias.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Então, enquanto nós ficamos de 2 a 11 de janeiro visitando o Estado e testemunhando aquela lamúria, aquela falta de comida, aquela falta de roupa, aquela falta de condições de vida na BR-174 – até hoje não esqueci a pobreza da Vicinal 3 de Rorainópolis -, o Sr. Governador e sua família estavam nos melhores e mais caros hotéis de Nova Iorque, gastando dinheiro público e deixando o povo passar fome e sede. E pensam que quem não tem razão somos nós, que, mesmo assim, ainda queremos ajudar. Não estamos ajudando o Governador e, sim, o Estado.

O SR. LÚCIO TÁVORA – Senadora, permita-me fazer justiça a uma pessoa.

No dia 3 de janeiro, assumi a Presidência desta Casa. Quando a seca e a estiagem já estavam em todo o Estado e havia, realmente, muito sofrimento nas cidades de Bonfim e Normandia, o Vice-Governador Airton Cascavel, por iniciativa própria e de mais três Parlamentares, em alguns carros do Governo, deslocaram-se para Bonfim, com o intuito de minimizar o sofrimento da população.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Isso fez o Vice-Governador, não é?

O SR. LÚCIO TÁVORA – Exatamente.

A SRª RELATORA (Marluce Pinto) – Agora, Deputado Lúcio Távora, V. Exª, que permanece toda a semana aqui, ouviu falar em alguma ação realizada pelo Governo do Estado antes de a imprensa internacional começar a noticiar o incêndio?

O SR. LÚCIO TÁVORA - Vi duas entrevistas do Sr. Governador, em que S. Exª dizia que o incêndio não era incêndio, mas queimadas, algo normal no Estado, naquela época.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Exatamente. É por isso que confundiram a minha atitude, quando falei que não precisava apenas de dinheiro, mas de equipamentos e técnicos. E, ontem, ouvi do General que não havia condição de extinguir o fogo só com o pessoal daqui; tinha de vir auxílio de fora.

Hoje, o Governador não me respondeu, quando perguntei por que S. Exª não tinha reunido a Bancada, quando o Catão lhe telefonou. S. Exª nem havia telefonado para Brasília quando chegou do exterior; foi o Ministro Catão que ligou, após minha solicitação, bem como do Prefeito e do Deputado, para que reunisse a Bancada. E S. Exª interpretou que estávamos atrapalhando; não interpretou a intenção do Ministro – que era uma condição de força política – de que todos os Parlamentares e Prefeitos saíssem para Brasília, a fim de conseguir recursos.

Se, naquela época – nós estivemos no dia 13 de janeiro, e o Ministro telefonou no dia 14 -, S. Exª tivesse feito isso; se tivéssemos ido à presença do Presidente da República, com toda a Bancada e todos os Prefeitos, essas mensagens que foram votadas agora poderiam ter sido votadas em janeiro, em regime de urgência, e não teria acontecido o que está ocorrendo agora.

Deputado Lúcio Távora, fico satisfeita pelas suas respostas. Realmente, isso já foi muito falado, e sabemos que tudo não passou de "cacimbinhas". Libero V. Exª e retorno a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Com a palavra o Senador Sebastião Rocha.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Deputado Lúcio Távora, por questão de justiça, as mesmas considerações que fiz quanto ao depoimento da Deputada Aurelina queria fazer com relação ao seu depoimento.

V. Exª, de forma serena e objetiva, trouxe informações que acrescentam muito e contribuem, portanto, para os objetivos desta Comissão.

O depoimento do Governador, durante a tarde, deixou-me a nítida convicção de que o Governo Federal retardou a tomada de providências com relação aos eventos que estavam acontecendo em Roraima, já que o Governador demonstrou, por meio de avisos e ofícios, que, ainda em janeiro, ao decretar estado de emergência...

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Não; com licença, Senador. No dia 14 de março, S. Exª avisou aqui. No dia 19 de março é que houve a correspondência, solicitando-se o apoio federal.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA – Eu tenho anotado: no dia 22 de janeiro, o Governador decretou estado de calamidade pública. Segundo seu depoimento, S. Exª avisou o Presidente da República nessa data ou no dia seguinte. E, no dia 30 de janeiro, foi enviado ofício aos Ministros Krause, Kandir e Arlindo Porto, que foi reforçado dia 5 de fevereiro.

Agora, o depoimento de V. Exª, também por questão de justiça, deixa-me também uma certa convicção de que, por parte do Governo Estadual, houve condições de tomar medidas no sentido de evitar que a situação se agravasse e chegasse ao ponto em que chegou.

O SR. LÚCIO TÁVORA - Exatamente.

O SR. SEBASTIÃO ROCHA - Esta conclusão, pelo conhecimento que tenho de um relatório elaborado por uma comissão de Deputados Federais que aqui também esteve, cujo Relator era o eminente Deputado Federal José Sarney Filho, praticamente, no meu entendimento, repete-se agora por parte desta comissão.

É claro, e acho que também isso está muito esclarecido para todos – pelo menos é a minha compreensão – que, a partir do momento em que a situação se agravou, aí, sim, o Governo do Estado iniciou vários procedimentos que ajudaram a reduzir os danos provocados e a melhorar a situação para os produtores que estavam sendo vítimas do fenômeno. O Governo Federal, definitivamente, só atuou de forma mais decisiva no evento a partir de quando o General Carvalho assumiu o comando da operação, no dia 14 de março.

Daqui a pouco vou precisar me retirar, e até quero antecipar que amanhã, infelizmente, não vou poder continuar aqui no Estado, onde fui recebido com a compreensão e com o respeito de todo o povo roraimense e de todos os que aqui estiveram. Infelizmente, tenho um outro compromisso assumido em Belém do Pará, onde vai haver um congresso internacional sobre transportes. E estou confiando também no trabalho, até porque esse trabalho da comissão vai ser acompanhado por técnicos do Governo e por parlamentares, porque a comissão, também, certamente, deverá convidar outras pessoas para acompanhar as diligências.

Então, em função de ter que me retirar daqui a pouco, porque não sei se vou poder ficar até o fim dos debates, gostaria de aproveitar a oportunidade do seu depoimento, Deputado, para fazer essas colocações, dizendo que, sucintamente, de forma objetiva, são essas as conclusões a que chego, depois de ouvir tantas pessoas ilustres e importantes daqui do Estado, e sobretudo baseado nos dois depoimentos que foram fundamentais para mim, o do Governador do Estado, quando fez referência à seqüência de procedimentos adotados e à demanda encaminhada ao Governo Federal, e agora os documentos trazidos a esta comissão por V. Exª. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Perguntaria ao Senador João França se tem alguma pergunta a fazer.

Quero também agradecer ao Deputado Lúcio Távora. Acho que as perguntas foram feitas e ele colocou muito bem as questões aqui. A Senadora Marluce Pinto esgotou todos os procedimentos, e, na verdade, verificou-se que não houve o cuidado de uma ação preventiva, inclusive que estava prevista no plano de governo do atual ano do Governo do Estado e que não foi executada.

Essa é uma informação extremamente importante e que gostaríamos que V. Exª passasse depois às mãos da comissão.

Muito obrigado ao Deputado Lúcio Távora pelo depoimento.

Gostaria de chamar o Capitão Kléber Cerquim, Coordenador da Defesa Civil de Roraima. Agradeço pela sua presença. O microfone está à sua disposição.

O SR. KLÉBER CERQUIM - Gostaria de esclarecer a V. Exª que tenho em minhas mãos o **Diário Oficial** do Estado da data em que o Governador decretou estado de calamidade pública, no dia 22 de janeiro de 1988. Temos aqui também a cópia da portaria que foi encaminhada pelo então Ministro Fernando Catão, que foi do dia 17 de março de 1988, quer dizer, três meses após a decretação. A Defesa Civil do Estado fez alguns contatos.

Assumi a Defesa Civil, na realidade, na condição de técnico, no dia 14 de março, por ter formação

na área de defesa civil. Realmente, esse foi o período em que tivemos o trabalho mais diretamente envolvido, mas a Defesa Civil se pronunciou desde a época em que houve a decretação no Estado. Houve o pronunciamento do próprio Coordenador, que é o Coronel Eugali(?), que se manifestou junto com o Governador sobre a ação que deveria ser tomada.

Houve, na realidade, uma viagem do próprio Governador a Brasília, para que pudesse fazer esses contatos e esclarecer exatamente que procedimentos o Governo Federal teria que fazer para a situação de calamidade pública que o Estado estava passando.

Pessoalmente, fiz contato até com o Dr. Sanguineti, que é o Diretor do Departamento de Defesa Civil e que conhece a minha pessoa, porque já fiz cursos em Brasília e tenho conhecimento do pessoal que trabalha nessa área. E ele realmente desconhecia o que estava acontecendo no Estado.

Esclareci por telefone e fiquei de fazer um contato posteriormente com a Defesa Civil de Brasília, porque a situação do Estado era de calamidade. Estávamos com alguns municípios com incêndios florestais, e o Corpo de Bombeiros já estava trabalhando junto com o Exército desde janeiro, por volta do dia 10, que foi a época em que o Exército começou a atuar, com um efetivo de 80 homens, incluindo bombeiros e soldados do Exército, e que não estava dando conta do incêndio florestal e precisava de ajuda do Governo Federal.

Dois dias após, no dia 16 de março, chegou ao Estado, em conjunto com o Superintendente do Ibama e mais um técnico, o Dr. Sanguineti, que veio fazer o reconhecimento da situação. E aí é que foi dado realmente início ao atendimento do Estado pelo Governo Federal, é que realmente houve a iniciativa e que foi comprovado, através do reconhecimento, é que a situação era de um incêndio de grande proporção e que não teria condições de ser atendido pelo Corpo de Bombeiros local.

Tivemos, inclusive, nessa visita, dois técnicos que vieram do Corpo de Bombeiros do Rio de Janeiro, que fizeram o levantamento da área e estimaram – conversando entre bombeiros, porque também sou bombeiro formado – que precisaríamos, para extinguir o incêndio, de aproximadamente 10 mil homens. Tivemos, encaminhados pelo Governo Federal, também, 1.800 bombeiros que vieram dos Estados brasileiros, além de visitas de bombeiros da Venezuela e da Argentina que vieram compor as equipes de combate a incêndio. Esses bombeiros ficaram exatamente até o dia 31 de março, que foi a data em que começaram as chuvas. Na realidade, o efetivo não tinha condições nenhuma de extinguir o incêndio, já que houve, na época, queimadas generalizadas, até porque os colonos faziam isso e sempre fizeram em todos os anos. Claro que com esse período de estiagem – tivemos um período atípico, a própria Coordenadoria nunca tinha atendido uma emergência dessa proporção – tivemos sérios problemas para fazer esse atendimento, justamente porque todos os órgãos governamentais e não governamentais não estavam preparados para atender uma emergência dessa envergadura, por ter sido a primeira vez que nos tínhamos deparado com um incêndio de grandes proporções.

Gostaria de aproveitar o momento para deixar claro que estou à disposição para qualquer pergunta que V. Exªs tiverem a fazer com relação ao trabalho que a Coordenadoria vem realizando. Nesse aspecto de ação de resposta ao desastre, gostaria de esclarecer que dividimos em quatro etapas: a primeira foi o combate ao sinistro, onde envolvemos todas as tropas federais e alguns dos Governos dos Estados, que variam de Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e demais Estados. Todo esse efetivo foi empregado no combate ao sinistro. Quanto à parte de socorro às populações, não tivemos trabalho porque tivemos apenas uma vítima e, na verdade, ocorreu no Município de Iracema. Se o Prefeito estiver presente pode confirmar. A parte de assistência à população estamos fazendo, que é essa parte de atendimento médico que está sendo feito pela Secretaria de Saúde. As partes de alimentação, que está sendo realizada pela Coordenadoria em conjunto com a Secretaria de Bem-Estar Social; e de distribuições de sementes, ração e sal mineral, que está sendo realizada pela Agricultura, estão sendo acompanhadas pela Coordenadoria – inclusive estou acompanhando **in loco**, no campo estou presente em quase todas essas distribuições, mas a grande maioria delas está sendo feita exatamente pela Coordenadoria, que tem a fiscalização direta, com a intenção de atender a população que está sendo atingida pelo desastre.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passarei a palavra para a Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Capitão Cléber, obrigada por sua explanação.

A minha primeira pergunta é para saber de V. Sª se tem conhecimento do material que veio de Brasília e que foi estragado. São 20 toneladas de arroz.

O SR. KLÉBER CERQUIM – Não, o que realmente aconteceu com esse arroz foi que ele atingiu o prazo de validade e solicitamos ao INPA que fizesse uma avaliação do material, com uma certa urgência, exatamente para evitar que pudesse estragar mais ainda e fizemos esse levantamento. O INPA mandou um laudo dizendo que o arroz precisava ser peneirado para que pudesse ser consumido. Esse arroz foi encaminhado para ser beneficiado e foi novamente distribuído. Claro que, durante o período – aproximadamente uma semana – em que aconteceu essa ação, o arroz que estava com o prazo de validade vencido foi retirado pela Codesaima, que fez o trabalho de colocação de um novo arroz de boa qualidade que não parou de ser distribuído, exatamente porque a população precisava ser atendida o mais rápido possível. Foi isso que aconteceu.

Houve, por parte da imprensa, a notícia de que o arroz estava se estragando, mas, na realidade, ele tinha atingido o prazo de validade.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sim. Mas mesmo esse arroz que atingiu o prazo de validade, foi peneirado e foi reaproveitado? Não foi destruído?

O SR. KLÉBER CERQUIM – Não. Ele foi beneficiado e foi reaproveitado.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Estou lhe perguntando porque em um dos depoimentos foi dito que havia se estragado 20 toneladas. Então, queríamos saber realmente o que aconteceu.

Com relação à distribuição – sabemos que a defesa civil acompanha – existe, no Município, a participação dos prefeitos?

O SR. KLÉBER CERQUIM – A Conab nos orientou no sentido de que a distribuição fosse efetuada em conjunto com as Comissões do Proder(?). Essas Comissões teriam que ser acionadas pela Coordenadoria, o que foi feito em quase todos os Municípios, com exceção dos que não as possuem – Amajari, Pacaraima e Uramutã – além do Município de Bonfim, cujo Prefeito não se encontrava no local e não consegui localizar a Comissão. Fiz contato pessoalmente com a Prefeitura, a fim de que alguém pudesse me identificar algum participante da Comissão, para que essa pessoa acompanhasse a distribuição e não houvesse nenhuma ingerência política.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª falou que a Secretaria de Bem-Estar Social estava acompanhando essas distribuições...

O SR. KLÉBER CERQUIM – Acompanhando a distribuição da alimentação estavam a Secretaria de Bem-Estar Social e as Comissões dos Municípios, que faziam parte também da distribuição.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – E as sementes, pela Secretaria de Agricultura?

O SR. KLÉBER CERQUIM – Distribuídas pela Coordenadoria. Frisávamos bem que a distribuição era uma situação de emergência, que aquilo não era campanha política – isso ficou bem claro para a população – não se estava fazendo distribuição pelo Governo do Estado, mas parte pelo Governo Federal e parte pelo Governo do Estado. Quem estava fazendo a distribuição era a Coordenadoria de Defesa Civil, por ser uma situação de emergência pela qual o Estado estava passando naquele momento.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – V. Sª acompanhou de perto todas essas distribuições, ou coordenava, aqui em Boa Vista, o destino dessas cestas para as localidades a serem distribuídas?

O SR. KLÉBER CERQUIM – A grande maioria eu acompanhei. Inclusive, alguns Prefeitos podem saber, exatamente porque fiz contatos pessoalmente com os mesmos, os quais tomaram conhecimento. Alguns Municípios realmente não pude acompanhar, justamente em função dos contatos que tinha que fazer com a Conab, em Brasília, e com a Drª Anna Maria Peliano, que era a Secretária Executiva do Programa Comunidade Solidária.

As interlocuções estaduais também estavam cientes da distribuição e, sempre que eu podia, avisava ao representante da Conab sobre a distribuição que estava sendo efetuada, inclusive perguntando sobre as pessoas que estavam no Município que pertenciam à Comissão do Programa de Desenvolvimento Regional Proder, uma vez que a intenção era que essas Comissões efetuassem a distribuição e localizassem, no Município, as comunidades mais atingidas, para que pudessem ter prioridade na distribuição.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Muito obrigada pelo comparecimento de V. Sª e retomo a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de fazer também uma pergunta ao Capitão.

Não entendi bem, mas me parece que foi dito que a Comissão do Proder é orientada pelo Comunidade Solidária?

O SR. KLÉBER CERQUIM – Exato. Essa Comissão é do Município e participa do Programa Comunidade Solidária.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Pedimos o depoimento de V. Sª porque o Prefeito Paulo Peixoto, que depôs no dia de ontem, teria que viajar,

colocou aqui, textualmente – está gravado – que a Prefeitura não tem participado da distribuição de cestas básicas nem de outro tipo de atendimento. Alguns prefeitos, que não são ligados ao Partido do Governador, têm reclamado dessa questão. Não sei se houve algum desencontro de informações, ou todas as Prefeituras estão participando, fora as exceções já citadas: Amajari, Pacaraima e Uiramutã.

O SR. KLÉBER CERQUIM – Gostaria de esclarecer a V. Exª que a intenção da distribuição é evitar que haja o cunho político. (Palmas.)

É necessário que os Prefeitos nomeiem uma Comissão para o recebimento desses donativos. Inclusive, temos algumas doações que serão efetuadas a alguns Municípios pela Coordenadoria – doações que conseguimos com empresas multinacionais -, para o que deverá ser nomeada uma Comissão, de preferência com representantes dos Poderes Legislativo, Executivo e Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Então, algumas matérias de jornal sobre a distribuição de alimentos, inclusive no Apiaú, com a presença do Governador e da Primeira Dama, com distribuição de camisetas e chapéus, não foi feita pela Defesa Civil?

O SR. KLÉBER CERQUIM – Essa distribuição não foi efetuada pela Defesa Civil. O alimento doado através do Comunidade Solidária foi distribuído depois pela Coordenadoria. Claro que tivemos doações do Governo do Estado, que complementaram as cestas do Governo Federal. Recebemos 8470 cestas do Governo Federal – por meio do Programa Comunidade Solidária – e foram distribuídas em torno de 25 a 30 mil cestas do Governo do Estado. Essas cestas, na realidade, foram repassadas para a Coordenadoria, que ficou encarregada da distribuição. Houve de fato alguns casos em que o Governo efetuou a distribuição das cestas; mas o Governador distribuiu cestas que ele próprio se encarregou de comprar, e não as doadas pelo Comunidade Solidária.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Capitão Cléber Perquim, suas informações foram importantes.

Gostaria de chamar o Prefeito Guto Brasil, do Município de Normandia.

O SR. GUTO BRASIL – Senador Romero Jucá, Presidente desta Comissão, Senadora Marluce Pinto, Relatora, Senador Sebastião Rocha, que ora nos visita, Senador João França, Srs. Deputados, companheiros Prefeitos, senhoras e senhores, na verdade, sinto-me, neste momento, profundamente decepcionado com o rumo que tomou esta Comissão. Recebi ontem um fax onde se dizia que esta Comissão deveria discutir as causas e os efeitos da seca e da queimada que assolou Roraima. Parece-me muito mais a "CPI das Cacimbas" que outra coisa. Se fôssemos discutir o custo ou quantas cacimbas foram feitas, não seria necessária a presença dos Prefeitos e de tantas pessoas; era preciso apenas...

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Peço ao Plenário atenção para ouvirmos a apresentação do Sr. Prefeito.

O SR. GUTO BRASIL – ...designar uma comissão para contar as cacimbas e outra para auferir o custo. Poder-se-ia poupar o tempo dos Senadores, meu tempo e o tempo do povo de Roraima.

Era o que tinha a dizer. Estou aberto a qualquer pergunta.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Passo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito Guto Brasil, com referência à explanação de V. Exª, admito que sua decepção se prenda a alguns acontecimentos que realmente não deveriam estar presentes. Arrependo-me de não ter feito a mesma solicitação ao Presidente da Comissão, pois vim a Roraima na mesma condição, como Relatora, e com o Senador Romero Jucá como Presidente, para fazer a avaliação da mortalidade dos bebês na maternidade. Fizemos uma reunião praticamente secreta, onde cada depoente entrava, era interrogado e saía, para que não houvesse tumulto. Achávamos que um caso dessa natureza não iria ocorrer.

Prefeito Guto Brasil, creio que V. Exª ontem não se encontrava presente, mas aqui não se falou apenas em cacimbas, procuramos obter outras informações: quais as providências, qual a situação atual com relação aos produtores. E é preciso que fique registrado que temos conhecimento. Por que se fala tanto em cacimba? Se V. Exª tivesse ficado ontem aqui, teria ouvido os Secretários das áreas competentes, teria visto a entrega de documentos e depois assistido aos interrogatórios, dos quais ninguém tinha conhecimento. Então, tanto se falou que, por fim, foi gerado um apelido, uma colocação grotesca: "cacimba", porque realmente se repetiu muito. O que foi construído? Precisamos saber. Pode até parecer, para quem chega depois, que não tem qualquer significado, mas tem. É preciso saber os custos e o que foi realizado. O dinheiro da área federal está vindo. Estão vindo mais R$4,5 milhões. É preciso que se diga – e foi para isso que fomos designados – como estão sendo realizados os trabalhos. Se não tivésse-

mos recebido uma fita falando de açudes, se não tivéssemos tido os depoimentos de alguns Secretários falando até em barragens e entregando documentos, se inicialmente tivessem informado que eram apenas cacimbas e quais eram as empresas. Porém, são tantas as distorções nas informações que, realmente, tornou-se uma coisa grotesca. Lamento que V. Exª tenha perdido seu tempo. Lamento mais ainda que nós, Senadores, que temos muitos trabalhos a realizar, mesmo aqui no Estado, tenhamos perdido tanto tempo, ainda tendo de fazer diligências para descobrir onde estão, realmente, os cacimbões, como estão sendo feitos, a fim de chegar a Brasília levando as informações corretas. Não podemos vir aqui, autorizados pelo Presidente do Senado, com uma missão e chegar com informações inverídicas.

Assim, pelo que pude observar, creio que V. Exª não tem nada a acrescentar, até pela maneira como se manifestou, a não ser que saiba informar, como citado na fita, quantos açudes foram construídos em seu Município, já que o Município é de responsabilidade do Prefeito.

O SR. GUTO BRASIL – Senadora, realmente não tenho conhecimento de quantas cacimbas foram construídas em meu Município, porque estas o foram pelo Governo do Estado. Se V. Exª me perguntar, neste momento, quantas serão construídas com os recursos federais que recebi, afirmo que serão 220, no Município de Normandia.

Em minha opinião, o mais importante neste momento é discutir algo que todos temos em nossa consciência: por que aconteceu esse grande incêndio em Roraima? É fruto, todos sabemos, do processo produtivo que se pratica aqui na Amazônia, notadamente aqui em Roraima, qual seja, um processo que se vem arrastando ao longo dos anos. Muito mais importante, Senadora – e digo-lhe com todo o respeito de que V. Exª é merecedora -, seria aproveitar o trabalho desta Comissão para discutir soluções para Roraima. Não quero dizer que o posicionamento da Comissão tenha partido de V. Exª, do Senador ou do Governador. Na verdade, isso é próprio do clima pré-eleitoral que se vive em Roraima.

O SR. (*Não Identificado*) – Cacimba é solução?

O SR. GUTO BRASIL – Respondo ao companheiro que é solução para quem não tem recursos e está com seu gado morrendo de sede.

Em determinados momentos, é preciso que se tenha tranqüilidade e equilíbrio.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Guto Brasil, V. Exª, pelas suas colocações, não sabe mesmo, quanto à primeira pergunta formulada, a quantidade das cacimbinhas, cacimbões, açudes ou seja lá o que for feitas em seu Município. Sinceramente lamento. V. Exª poderia, ao menos, informar onde as encontraríamos? Não vamos sair contando; poderemos criar uma comissão em cada Município para verificar. Se eu, Marluce Pinto, e não a Comissão do Senado, quiser saber se é certo, tenho como saber. Queremos ver o tipo de obra que foi realizada e fotografá-la, para que sirva de prova em nosso relatório do que encontramos como solução, com referência à seca, no Estado de Roraima. Se V. Exª não tiver nada mais a acrescentar, agradeço sua participação.

Retorno a palavra ao Senador Romero Jucá. Se V. Exª quiser falar tem todo o direito.

Muito obrigada, Sr. Prefeito.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de fazer algumas perguntas ao Sr. Prefeito, até porque o Município que governa possui uma situação diferenciada pela quantidade de área indígenas que abrange. É, pois, importante que conversemos sobre a questão das queimadas.

Antes, gostaria apenas de esclarecer o posicionamento da Comissão. Ontem, tratamos da questão técnica, ouvimos as Secretarias, as entidades federais; na verdade, recolhemos subsídios. Hoje, a intenção era exatamente ouvir o posicionamento político: os diversos segmentos da Assembléia Legislativa e os Prefeitos, cada um com sua conotação partidária, com seu posicionamento; mas, sobretudo, com o compromisso que têm com seu Município e com o Estado. Se estamos aqui divergindo sobre algumas questões objetivas, operacionais ou políticas, estamos convergindo em um objetivo maior, que é exatamente buscar caminhos melhores para Roraima. Tenho essa consciência sobre todos os que falaram aqui.

Quero dizer ao Prefeito Guto Brasil que a Comissão tem uma série de objetivos a cumprir. Foi importante o posicionamento de cada um. Infelizmente, o Governador não ficou até o fim para responder às perguntas que tínhamos, preferindo omitir-se em relação a algumas delas. Todavia, no contexto geral, todos marcaram sua posição.

No que diz respeito ao Prefeito, quero dizer que sou seu amigo; temos um relacionamento de amizade, independentemente da questão política, da questão partidária. Respeito a posição de S. Exª. Hoje, S. Exª está em outro Partido; se, amanhã, quiser vir para nosso Partido, será bem recebido. Creio que temos de caminhar para a frente; não devemos

ter qualquer tipo de questionamento político sobre o passado ou o presente. Quero registrar que conheço as dificuldades do Município de Normandia.

Gostaria de saber, especificamente, sobre o modelo produtivo existente nas áreas indígenas. Houve queimadas nas áreas indígenas na mesma proporção que houve nas áreas de assentamento? Como é que as comunidades indígenas estão fazendo para se recuperar? Sabemos que a mecânica de produção das comunidades indígenas é um pouco diferente da existente nas áreas de assentamento do INCRA ou do Governo do Estado. Gostaria de ouvir o posicionamento do Prefeito a respeito disso.

O SR. GUTO BRASIL – Na verdade, pela vegetação, pela situação da região de lavrado, a queimada não teve a mesma proporção. O que houve realmente foi a seca, que matou quase 90% das manivas, da mandioca, a base da alimentação da comunidade indígena. Hoje, é necessário – e o Município está fazendo isso – um esforço grande para que se retome o processo produtivo. É interessante que se somem esforços para que a retomada da produção se dê em uma situação que resolva o problema. Fala-se muito no Brasil em renda mínima; porém, a comunidade indígena de Roraima não tem renda alguma. É necessário que saibamos "dar tratos à bola" para minorar o sofrimento daquele povo.

Na Prefeitura consegui, ano passado, em parceria com o Governo do Estado, mecanizar 360 hectares de terra na comunidade indígena, Senador; um esforço grande para uma Prefeitura pequena, com dificuldades. Conseguimos levar mecanização a 90% das comunidades indígenas.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – O resultado foi bom?

O SR. GUTO BRASIL – Não foi o esperado tendo em vista a situação climática que ocorreu.

Quero que fique claro que em Normandia estamos de braços abertos para qualquer pessoa, para qualquer recurso que chegue para se somar aos nossos. Eu mesmo, Senador, conversei com o Governador para saber se S. Exª tinha alocado recursos para Normandia. Os recursos seriam bem-vindos. S. Exª, em momento algum, fez restrições. Como Prefeito, tenho responsabilidade administrativa com o povo de meu Município. Muitas vezes, as pessoas, por um motivou ou outro, entendem que para fazer parte de um grupo político com lealdade, com firmeza, deve-se desconhecer o passado ou o comportamento das pessoas.

Senadora Marluce Pinto, ao encerrar as minhas palavras, quero dizer que V. Exª é credora do meu respeito; ao longo do tempo, V. Exª conquistou esse respeito. O meu protesto foi feito contra a condução de parte a parte. Na verdade, o Governador Neudo Campos* tem sido um parceiro fundamental na minha administração; não posso desconhecer esse fato.

Digo e reafirmo que estou de braços abertos. Convido V. Exª, Senadora Marluce Pinto, a alocar recursos para o Município de Normandia, os quais serão bem recebidos pela minha administração. (Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – A emenda de 1997 foi liberada, mas outros tomaram a sua paternidade. Hoje, já falei aqui – Joaquim Ruiz confirmou isso – que todos os Municípios do PPB...

O SR. GUTO BRASIL – A emenda é pessoal, Senadora Marluce Pinto?

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Ficou zerada aquela coletiva. Quem conseguiu os recursos fui eu, por intermédio do Senador Carlos Bezerra, que era o Relator. Nenhuma Prefeitura do PPB tinha recursos. Fui eu que os aloquei. (Palmas.)

Com referência a esses R$150 mil, sobre os quais V. Exª falou agora – converse com o seu colega Paulo Peixoto –, foi feito um questionamento ao Dr. Catão, para que, enquanto se resolvesse o problema de liberação de verbas para o Estado, ele alocasse recursos para as prefeituras. Cheguei a solicitar até R$200 mil para cada prefeitura do interior. Parece-me que o seu Município recebeu R$150 mil.

O SR. GUTO BRASIL – Exatamente.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O Município de Caroebe(*), de Iracema e de Uiramutã(*) receberam R$80 mil. Os demais Municípios, incluindo o de Alto Alegre, receberam R$150 mil. Esses recursos foram destinados para lá. O Município de Rorainópolis recebeu R$80 mil, porque não era considerado como um dos mais atingidos; o seu Prefeito esteve conosco quando nos dirigimos ao Programa Comunidade Solidária, acompanhando os prefeitos, para que mandassem as cestas básicas para cá.

Era isso que eu gostaria de dizer ao Prefeito Guti Brasil. Sei que alguns Deputados disseram que tinham alocado recursos para aquela região, mas foi por meu intermédio desta Parlamentar que aquela emenda coletiva chegou até o Município de V. Sª e até os Municípios de todos os prefeitos do PPB.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Gostaria de perguntar ao Prefeito se a parte social está sendo bem atendida ou se há fome em algumas áreas do seu Município. É necessário algum reforço

a mais? Como está o quadro social no seu Município neste momento?

O SR. GUTO BRASIL – No Município de Normandia, todo reforço é bem-vindo. Mas, com certeza, as pessoas estão fazendo a sua parte, Senador. Foram distribuídas, se não me falha a memória, 1.200 cestas básicas no Município, das quais 470 cestas foram provenientes do Programa Comunidade Solidária e 975 cestas foram enviadas pelo Governo do Estado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – A Prefeitura está acompanhando essa distribuição nas áreas mais necessitadas?

O SR. GUTO BRASIL – Em Normandia, as cestas foram distribuídas pela Comissão do Proder. Um membro da Prefeitura e membros de entidades governamentais e não-governamentais faziam parte da Comissão Bipartite.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer ao Prefeito Guto Brasil, pelos importantes esclarecimentos prestados.

Pergunto se os Senadores João França e Sebastião Rocha desejam fazer mais algum questionamento. (Pausa.)

Concedo a palavra ao Prefeito Paulo Silva, do Município de Bonfim(*). (Palmas.)

O SR. PAULO SILVA – Sr. Presidente, Senador Romero Jucá Filho; Srª Relatora, Senadora Marluce Pinto; Sr. Vice-Presidente, Senador Sebastião Rocha; Sr. Membro desta Comissão, Senador João França; Deputados Estaduais presentes, Flamarion Portela, Aurelina e Lúcio Távora; Secretários estaduais; Prefeitos Guto Brasil, Eliseu Alves, Antonio Martins, Geraldo, Alberto Imperion(?); meus senhores e minhas senhoras, em primeiro lugar, eu gostaria de externar a minha satisfação ao ocupar esta tribuna. Satisfação porque, pela primeira vez, assisto ao vivo a uma comissão especial, cujo caloroso debate mostra à sociedade de Roraima a verdadeira democracia. Sabemos que, em meio ao debate caloroso e com os ânimos acirrados, esta Comissão, representada principalmente por V. Exª, Sr. Presidente, e pela Senadora Marluce Pinto, representa mais de 80 mil votos neste Estado.

Em hipótese alguma é admissível que algumas pessoas sem responsabilidade, sem ética e sem vontade de ver este Estado progredir e crescer sejam desrespeitosos com V. Exªs, Senadores que estão à altura de representar – e representar bem – os anseios do nosso Estado. Sem revanchismo político tenho pautado a minha administração na serenidade, na humildade e no respeito às autoridades constituídas. Quero registrar publicamente, para que fique consignado nos Anais desta Casa, o respeito também pelo Exmº Governador do Estado.

Senadora Marluce Pinto, Presidente da Comissão; Senador Vice-Presidente e membros desta Comissão, da mesma forma, externo a minha preocupação e indignação com o Governo Federal, que tardou a ajudar Roraima, mas também com o Governo Estadual, que custou a pedir recursos ao Governo Federal.

Não estamos aqui para defender partidos políticos, facções ou ideologias partidárias. Acredito que esta Comissão, com a responsabilidade que tem e que lhe é peculiar, haverá de apurar os acontecimentos, de responsabilizar os culpados e também de se pronunciar sobre aqueles que aqui foram chamados de culpados, isentando-os de culpa. Tenho certeza de que esta Comissão tem como objetivo principal apurar os fatos e trazer maiores benefícios ao nosso Estado.

Como Prefeito de Bonfim, posso falar sobre este Município. Creio que serei argüido pelos Senadores que aqui estão.

Quero dizer o seguinte às pessoas que vieram vaiar: infelizmente, Senador Presidente, Senadora Relatora e Membros desta Comissão, não vejo presente a grande maioria, os produtores rurais, para dizer se foram ou não beneficiados. Vejo aqui algumas pessoas que só entendem de ar condicionado. A eloqüência invadiu este Plenário durante o dia de ontem e todo o dia de hoje, às vezes, com responsabilidade; outras vezes, fazendo deste lugar um palanque de políticos.

Senadora, é público e notório o apoio que tenho dado e que darei a V. Exª, mas nem por isso quero fazer deste momento um debate político, porque acredito que, acima de tudo, estão os nossos produtores em Bonfim, esperando uma decisão determinada, uma decisão favorável para que realmente sejam vistos como homens trabalhadores, ordeiros e dignos de respeito de toda a classe política deste Estado.

Bonfim, em dezembro, contou com a ação governamental logo no início do mês. Só lamento que em vez de o Governo do Estado se associar àquela caravana de mais de 30 carros, gastando combustível e dinheiro público, não tenha levado as máquinas para Bonfim para mostrar ao povo da sede que iria mandar as máquinas para o interior. Seria mais fácil mandá-las para o interior e depois dizer que fez!

Infelizmente, esta Comissão vem tardiamente, porque aqueles buracos que foram construídos, hoje

estão cheios de água. Mas, no nosso Município, isso não ocorreu.

Cheguei ao São Francisco e disse a João Feijão: "Prefeito, pelo amor de Deus, V. Exª não tem uma máquina para me arrumar, para tapar aqueles dois buracos, porque morreram duas vacas atoladas!" Eu disse: "Máquina não tenho, mas o que você quer para dar água aos seus animais?" Ele disse: "Me arrume um motor." A prefeitura comprou um motor, o Vereador Fernando comprou uma bomba, acoplaram um no outro e foi como ele salvou o seu rebanho.

Infelizmente, Senadora, agora também estou construindo buracos, e a culpa não é dos meus colegas prefeitos.

Lembro-me bem quando chegamos à Secretaria de Planejamento do Estado. O plano de trabalho, a planilha e a planta dos açudes já estavam feitos – e a planta era a mesma que havia sido feita pelo Governo do Estado. Acredito que já naquela ocasião, sabendo que as chuvas iriam cair, não era necessário mais fazer buraco; era necessário comprar sementes, alimentos e roupas para os produtores e suas famílias, que estavam passando fome e quase sem roupas. Infelizmente, tenho que cumprir o objetivo e não posso mudar a meta do convênio.

Sabe V. Exª que estivemos em Brasília e contactamos com a Defesa Civil e com a Secretaria de Políticas Regionais. Eu dizia à época ao Secretário de Política Regional: "Se é para eu fazer 203 cacimbões e ter que licitar ou contratar empresas, por que a prefeitura não compra uma retroescavadeira de R$70 mil? Ela fica com esse bem para o Município, pode ajudar em outras secas e construir os mesmos poços! Foi-me dito que eu não poderia mudar a meta e tampouco deixar de cumprir o objetivo. Contratamos três firmas, recebemos R$150 mil. O dinheiro que foi destinado para cavar um poço semi-artesiano será o suficiente para construir dois, e já estamos na metade do trabalho com 203 cacimbões.

Espero, Senadora, que esta Comissão ou a Comissão que for outorgada por V. Exªs não confunda os 203 cacimbões, feitos pela Prefeitura, com aqueles que foram feitos pelo Governo, porque, dessa forma, Bonfim terá 608 açudes, ou seja, cacimbões.

Não quero desmerecer o Sr. Governador, porque a sua intenção deve ter sido boa. Ele ajudou alguns produtores? Ajudou! Matou a sede de algum rebanho? Matou! Não posso ser irresponsável e dizer o contrário. Mas, evidentemente, como disse Lúcio Távora, haveria possibilidade de se ajudar mais esses produtores rurais.

A Deputada Aurelina, ex-Secretária de Agricultura, sabe que não houve um acompanhamento muito oportuno, realmente técnico, de valor, porque, às vezes, na tentativa de se cavar um cacimbão, não se chegava até a água e simplesmente iam embora, porque eles cavavam onde o produtor mandava. A Secretaria deveria ter um técnico para fazer esse trabalho, porque o produtor não tem esse conhecimento.

Quero também discordar da Deputada Aurelina, quando diz que o Incra só faz assentamentos no picadão. Em Vilena, nem picadão havia, e lá existem 70 produtores assentados. A senhora não esteve em Vilena, e tenho andado constantemente por esses lugares. Depois que me elegi, já estive lá por mais de 20 vezes, e o povo de Vilena está satisfeito, porque contratei uma máquina e fiz 25 quilômetros de picadão, no qual o Governo está construindo os 20 quilômetros.

Cheguei primeiro em Vilena. O Governo prometeu construir uma escola e só o fez depois que construí a minha; prometeu construir um galpão, uma estrada e o fez somente depois que Paulo Tiririca chegou. Não fiz isso para me reeleger, porque ainda tenho dois anos e seis meses de mandato. Tenho um compromisso com o povo que me elegeu: assumir e resgatar aquilo que preguei em praça pública.

Senadora, quero dizer a V. Exª que fico satisfeito com o que vi e ouvi, embora constrangido e envergonhado com algumas atitudes de pessoas que nem sequer respeitam os seus representantes.

Coloco-me à disposição de V. Exªs para responder, para dizer a verdade, mesmo que seja a favor do Sr. Governador, da Prefeitura, do trabalhador ou de quem quer que seja. Estou aqui para dizer aquilo que foi feito no nosso Município. Mas, antes disso, porém, eu gostaria de lembrar um fato ao nobre Capitão Cleber – porque ou ele está sofrendo de amnésia, ou está equivocado: quando telefonou para Bonfim, conversou com a minha esposa, que é a Presidente do Proder, naquela localidade, e forneceu-lhe o número do telefone celular. Mas sequer fomos convidados .Você não sabe nem mora em Bonfim e está recebendo um CDI para bajular, e eu não faço isso!

Ele deixou um número de telefone celular que vivia fora da área de serviço – não sei por que ter um celular, se sempre está fora da área de serviço! Tentei por cinco vezes falar com o Capitão Cleber e não consegui. Não vou ficar à sua disposição porque tenho o que fazer! Tenho de procurar convênio, providenciar dinheiro para o meu Municí-

pio. Portanto, eu não poderia ficar à espera do telefonema do Capitão para distribuir as cestas – o que é feito politicamente.

Sabe V. Exª, Senadora, que estávamos fora do Programa Comunidade Solidária; sabe, assim como os Prefeitos que me acompanharam, o que eu disse lá. O Senador Romero foi em minha defesa, V. Exª, os Deputados Luciano, Alceste Madeira e Chico Rodrigues.

Nós, Cantá, Bonfim, Normandia e Uiramutã estávamos fora do programa. E antes, quando assinamos o convênio da Defesa Civil, o Capitão Cleber nem sequer tinha a estatística populacional do IBGE com respeito aos Municípios. Eu lhe forneci o número de habitantes, ele fez a divisão proporcional de 5 pessoas por família. Em Bonfim, ficaram 1.235, 6 famílias, sem que família alguma tivesse se dirigido para lá. Posteriormente, houve realmente a divisão, sendo que Bonfim ficou com 600, assim como Normandia.

Não sei se realmente foram distribuídas no Município, porque, a primeira vez em que estive em Brasília, recordo-me bem que o Sr. Governador participou do Projeto Taboca. Realmente, a única coisa que S. Exª fez em relação àquele projeto foi distribuir uma cesta – insuficiente para dois dias – para uma família faminta, dois sacos de cuim e dois de sal mineral para o gado.

Ressalto o trabalho do INCRA, que, pela primeira vez, valorizou os prefeitos municipais. Concedeu verbas para os Municípios, concedeu verbas para que os prefeitos que moram nos municípios, que estão ao lado do povo, que sabem das aspirações populares possam fazer o que o povo necessita.

No Projeto Taboca, Srª Senadora, foram trabalhados 42 Km de estrada, sendo 30 Km de construção, 12,5 Km de recuperação, um posto médico e um galpão comunitário.

Estou à disposição de V. Exªs.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto, Relatora da Comissão.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Sr. Prefeito Paulo Silva, V. Exª disse que vai construir 203 cacimbões e que no seu Município ficariam 400. Mas, de acordo com a relação do Governador, são 405.

O SR. PAULO SILVA – São 603 cacimbões. Somando 203 com 405 resultam em 608.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Nem adianta mais falar em cacimbão, porque, sendo cacimbão ou cacimbinha, você disse que o gado caía dentro dos buracos e morria.

Eu gostaria de registrar a presença do Vereador do Município do Mucajaí, Chiquinho, que vive no Apiaú. Ele me deu a informação de que o gado não tinha condições nem sequer de beber a água que estava no cacimbão. Eles são autoridades no Município porque são Vereadores.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Por favor, sentem-se. Já estamos concluindo os trabalhos. Vamos continuar ouvindo a Senadora Marluce Pinto.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – O Vereador de São Luiz do Anauá, Sr. Valdivino, que está presente, também me disse o mesmo a respeito dos poços, das cacimbinhas, que só serviam para o gado cair nelas e morrer.

É até salutar a presença de muitos do interior: prefeitos, vereadores, secretários municipais e comunidade interiorana, porque foi dito que a distribuição de sementes foi feita em grande quantidade. Havia vários produtos. Mas quando visitamos o interior, aquelas reuniões, os produtores rurais têm uma só reclamação, a de que não mais receberam sementes, que não houve recuperação nem construção de estradas, que não há sacaria, que os caminhões que existiam no interior, para que os produtores retirassem o produto para levá-lo às feiras ou então, como no caso do Caroebe, o povo levava banana para comercializar o produto em Manaus, que tudo isso estaria acabado.

Estivemos no Amajari, onde também há programas do INCRA, também muito bem-sucedidos. Todos os produtores do Trairão, na minha presença – e nas dos Deputados Zenir e Rosa Rodrigues, falaram que a única obra no Trairão havia sido a ponte, e esta se originou de um convênio, ainda na época em que o atual Prefeito do Caroebe era superintendente do INCRA, com o Governo do Estado. Assim, não teria havido obras no Trairão.

Não adianta querer dizer que as coisas estão acontecendo. E isso não está fora do objetivo da Comissão, porque para a agricultura e pecuária a única alternativa é o financiamento. É isso o que pode resolver o problema dos produtores rurais.

O Sr. Paulo Silva falou das crianças desnudas e não alimentadas nos municípios. Essa é a realidade. As queimadas são as responsáveis por tudo. Já presenciávamos tudo isso: falta de produção, falta de caminhão, falta de sacaria. O produtor rural não tinha nada e ainda não havia acontecido o incêndio. Mas agora, tudo é em decorrência do incêndio!

Ouvi de muitos produtores rurais do Paredão, no sábado, que a natureza é tão benevolente que há pouco tempo tudo estava seco e, agora, tudo está ver-

de. Contudo, eles se encontram na mesma situação, sem poder plantar porque não têm condição; muitas vezes, nem têm condição de sair dos seus lotes.

Sr. Paulo Silva, V. Exª que percorre tanto o seu Município, todas as vilas e comunidades indígenas, sabe de alguma distribuição de semente, de algum trabalho, de algum acompanhamento técnico por parte da Secretaria de Agricultura depois que V. Exª assumiu a prefeitura?

O SR. PAULO SILVA – Senadora Marluce Pinto, em primeiro lugar, eu gostaria de dizer que, pelo que sei, tendo em vista que de nada somos informados (...) Eu gostaria de dizer ao Sr. Vereador de Normandia que S. Exª deveria ter argüido o Sr. Gute, já que representa o povo de Normandia. Portanto, S. Exª não pode falar por Bonfim, pois não teve um voto naquela localidade.

Assim como tenho respeito por V. Exª, Sr. Vereador, eu gostaria que V. Exª me respeitasse também!

O SR. PRESIDENTE (Marluce Pinto) – Peço calma a V. Exªs para que possamos concluir os trabalhos.

Vamos continuar ouvindo o Sr. Prefeito Paulo Silva.

O SR. PAULO SILVA – Pelo que sabemos por intermédio do Vereador Vilena(?), foi distribuído na Vila Vilena, e não tenho conhecimento de distribuição em outras regiões.

Apesar de eu ter me lembrado de um episódio da época da construção dos cacimbões, quando eram deixados nas mãos dos vice-prefeitos, dos vereadores da situação, que, muitas vezes, passavam pelos lotes, a primeira vez, daquele que se entitulava Paulo Tiririca.

Eu acabei de fazer quatro açudes e uma barragem para quatro produtores que deixaram de ser atendidos, porque, quando vou para a região, durmo na suas casas. Então, por aí V. Exª conclui que houve pouco caso.

Não quero culpar o Sr. Governador, mas o político e Chefe do Poder Executivo queima a sua própria imagem, tornando-se inerte pelos assessores que tem. Se o Governador é colocado no auge é porque tem bons assessores; mas se é tachado de perseguidor, isso também é culpa dos assessores. (Palmas.)

Na segunda vez que passaram, já quiseram construir e, em algumas localidades, até o fizeram, mas não todos, como deveriam ter feito, sem facção ou ideologia partidária. Não era quem estava do lado do prefeito ou contra ele que precisava dos cacimbões. Todos necessitavam.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito Paulo Silva, depois que V. Exª assumiu a Prefeitura já houve alguma ação, trabalho ou assistência conjunta entre o Governo do Estado e a Prefeitura de Bonfim?

O SR. PAULO SILVA – Trabalho não, Senadora. Houve uma ajuda de R$20.000,00 à minha Prefeitura, quando das festividades da nossa feira agropecuária. Ela chegou um pouco atrasada, mas não podemos negar que o Governo nos atendeu com esse valor. Depois disso, V. Exª é sabedora de que houve o racha político entre os dois grupos. Tive a oportunidade de ser eleito por esse grupo político e até hoje não houve qualquer ação conjunta.

Fui convidado há poucos dias para fazer parte do palanque oficial, quando da inauguração do asfalto da BR 401. Lá estive, porque o político com responsabilidade, que administra pensando no futuro promissor, não pode furtar-se aos eventos e ações, seja de quem for, que venham ao encontro dos anseios dos munícipes de sua localidade. (Palmas)

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Prefeito Paulo Silva, o tempo já está de muito esgotado e o Senador Sebastião Rocha irá viajar. Além disso, temos ainda vários prefeitos a ouvir. Estamos satisfeitos com sua exposição de motivos e, devido à escassez de tempo, não temos mais indagações a fazer; do contrário, teríamos ainda muitas perguntas a formular a V. Exª.

Retorno a palavra ao Senador Romero Jucá.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer ao Prefeito Paulo Silva. S. Exª fez as colocações que deveria, e que foram importantes, e a Senadora Marluce Pinto já esgotou o assunto.

O SR. PAULO SILVA – Eu gostaria, Senador, antes de deixar a tribuna, de dizer a V. Exªs, ao público presente, às autoridades aqui representadas, tanto do Legislativo estadual quanto dos Executivos municipais – peço desculpas ao Tuchof Pereira(?), pois esqueci de mencionar o seu nome há pouco -, que quero levar ao meu Município um sentimento de regozijo. Que desta Comissão especial se tire o maior e melhor proveito possível para que as Lideranças representativas deste Estado, outorgadas pelo voto do povo de Roraima, unam-se cada vez mais, a fim de que episódios como esse não se repitam. Que todos nós, unidos, ajudemos este Estado a crescer e a desenvolver-se.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Quero agradecer ao Prefeito Paulo Silva e gostaria de fazer

uma observação que talvez facilite os trabalhos: tínhamos ainda inscritos, entre convidados e presentes, o Prefeito de Caroebe, Antônio Souza Martins; o Prefeito de Pacaraima, Império de Oliveira Silva; o Prefeito de Amajari, Francisco Alberto Santiago; o Prefeito de Alto Alegre, Tuchof Pereira(?); o Prefeito de Rorainópolis, Geraldo Maia da Costa; o Prefeito de São Luiz do Anauá, Eliseu Alves e a Veadora Eugênia, da Prefeitura de Boa Vista. Ora, são sete convidados, ainda. Estamos desde às 10h ouvindo os depoimentos, que foram importantes. Houve algum desentendimento, mas colhemos bons depoimentos.

Eu gostaria de registrar a presença de todos que nomeei, que estão aqui compromissados com seus Municípios e com o Estado de Roraima, e perguntar se algum dos presentes tem algo mais a acrescentar, a fim de que a Comissão obtenha mais informações, dados ou documentos sobre o assunto, ou qualquer contribuição a mais que possa, efetivamente, auxiliar os trabalhos. Não adianta repetirmos o mesmo discurso de determinados grupos. Se alguns dos que nomeei quiserem usar a palavra, estejam à vontade para fazê-lo. (Pausa)

Concedo a palavra ao Prefeito Império, do Município de Pacaraima. Peço que o assunto seja atinente à questão de que estamos tratando.

O SR. IMPÉRIO DE OLIVEIRA SILVA – Senador Romero Jucá, Presidente desta Comissão, Senadores João França, Marluce Pinto, senhoras e senhores, representando o Município de Pacaraima, o mais atingido, não poderíamos deixar, de forma alguma, de vir falar a esta importante Comissão sobre os problemas por que passamos, agradecendo o convite para participarmos deste importante debate.

Realmente, já foi bastante comentada a questão da seca. Todos nós sabemos da verdade, que é uma questão cultural. Há, na região, quarenta e duas comunidades indígenas, quatro colônias, a Vila do Surumu e inúmeras fazendas, onde o processo produtivo se inicia exatamente com as queimadas. O fenômeno El Niño agravou ainda mais a situação. O que aconteceu? A umidade das matas cessou, permitindo que o fogo se espalhasse e gerasse essa tragédia toda. Houve muitas dificuldades, mas muitas pessoas se mobilizaram para ajudar.

Gostaria de agradecer a ajuda do exército da Venezuela, que foi para as localidades do Bananal e do Alto Parimé para resolver o problema do incêndio, um dos últimos a cessar. Ressalto a importância do apoio do Governador Neudo Campos, que esteve ao lado do nosso Município durante todo o tempo.

Lembro-me bem de que, no início das queimadas e da seca, houve depoimentos importantes das comunidades indígenas: "Prefeito, durante todos esses anos, jamais pedi uma cesta básica a alguém. Mas, hoje, venho ao senhor pedir que me auxilie com uma cesta básica."

Cito isso para mostrar a importância da distribuição da cesta básica, não como um processo que solucionasse todo o problema, mas que atendeu a uma necessidade primeira daquelas populações.

Na comunidade do Perdiz, às 9h da noite, encontramos nove crianças que há dois dias não se alimentavam. E diziam-me: "Estou ajoelhando-me aos pés de quem me deu uma cesta básica. A situação está tão séria, Prefeito, que estamos dividindo nossa água com o gado, para que nem nós nem ele morramos de sede."

Isso mostra, também, a importância dos pequenos açudes, dos cacimbões ou dos buracos feitos. Talvez aqui se tenha discutido muito se se tratava de cacimba, se era grande, média ou pequena, se valia ou não, mas, para aquelas pessoas e para o gado que lá estavam sem um litro de água para beber, tenho certeza de que esses cacimbões, que permitiram a sobrevivência dessas famílias e dos seus animais, foram muito importantes naquele momento difícil. (Palmas.)

Coloco-me à disposição com relação ao problema polêmico da distribuição das cestas básicas. Nós, todos os vereadores e a população participamos de todas as distribuições feitas em nosso Município, tanto daquelas feitas pela Defesa Civil, como pelo Governo do Estado. Os Municípios de Pacaraima e Amajari não tinham, ainda, comissões formadas para receberem as cestas do Comunidade Solidária, uma vez que não haviam sido liberados os alimentos para aquelas localidades. Agora, porém, já estamos providenciando isso. Gostaria de deixar aqui o documento que mostra as queimadas ocorridas no nosso Município.

Senadores João França, Marluce Pinto e Romero Jucá, procuramos relacionar todas as localidades, Sede de Surumu, Colônia Pacaraima, Sorocaima, Samã(?), Amiã(?), Nova Esperança, comunidades indígenas e fazendas. É um retrato de localidades onde faltou água potável, onde a agricultura, a pecuária, a fauna e a flora foram prejudicadas, onde houve incêndios florestais, casas queimadas e bebedouros de criações que secaram. Gostaria que este documento do Município de Pacaraima fizesse parte desta Comissão. Coloco-me à sua inteira disposição

para responder qualquer indagação referente ao Município de Pacaraima.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Agradeço ao Prefeito o envio do documento. Se alguns dos que foram citados ainda desejarem fazer uso da palavra, queiram fazê-lo.

Concedo a palavra à Vereadora Eugênia.

A SRA. EUGÊNIA – Sr. Presidente, permita-me saudar esta digna Mesa na pessoa da ilustre Senadora da República Marluce Pinto. Gostaria de, no preâmbulo, fazer algumas citações a respeito desses momentos de democracia. Isso faz parte da própria democracia. Estamos aqui registrando esses momentos. É difícil ouvir algumas verdades que sensibilizam principalmente aqueles que têm em seu bolso o sentido do trabalho político que desenvolvem.

Tive a oportunidade de passar o período de 2 a 11 de janeiro na região sul do Estado, onde fizemos algumas visitas, onde fomos de vicinal a vicinal, de lote a lote, sentindo a verdadeira necessidade e a omissão de uma diretriz, de uma política para os colonos. Sentimos na pele deles o seu pavor pela falta de uma ação para solucionar os problemas da estiagem. Até então, ainda não haviam acontecido as queimadas. Andamos de vicinal a vicinal, de lote a lote e eles se queixavam. Lamento que esses colonos não estejam aqui presentes. Infelizmente, hoje parece mais ser um feriado estadual para os funcionários públicos do que um momento de democracia.

Os pertencentes ao Governo do Estado aqui presentes, envergonhados pela falta de ação, de sentimento democrático, deveriam ficar calados, e não, como macaco de auditório, aplaudir ações que não são verdadeiras. Administrar o dinheiro público não é fácil! Principalmente quem não respeita o Erário público e faz do Estado um perdulário desse dinheiro, que é nosso, que é dos nossos tributos.

A população quer, na verdade, saber o que foi feito desse recurso enviado ao Estado de Roraima, que não foi aplicado adequadamente. Não estou falando no sentido administrativo. Estou questionando, como uma cidadã que também tributa, a aplicabilidade desses recursos que estão aí estampados e onde eles estão sendo gastos na sociedade.

Lamento, portanto, não estarem aqui os colonos que visitamos, que choravam a falta d'água, de sacaria, de transporte. A verdade dói, realmente. É por isso que essas pessoas que não entendem o que é democracia não querem ouvi-la. Há muitos políticos "mandrakes" e o Estado de Roraima está sendo um exemplo nacional de desaparecimento de verbas públicas. Muito obrigada. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Antes de encerrar, quero passar a palavra à Senadora Marluce Pinto e, depois, ao Senador João França, se, porventura quiser fazer uso da palavra.

A SRA. RELATORA (Marluce Pinto) – Presidente da Comissão, Senador Romero Jucá, Senador João França, prefeitos, deputados estaduais, vereadores e líderes interioranos aqui presentes, quero agradecer a presença de todos, pedindo-lhes desculpas, pois algumas vezes nos emocionamos. Nunca fiz parte de uma Comissão, como membro, Presidente ou Relatora, em que assistisse a um espetáculo como o que houve aqui.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Concedo a palavra ao Senador João França, para uma declaração.

O SR. JOÃO FRANÇA – Quero agradecer a todos os que nos ouviram com bastante atenção, à torcida bem organizada, treinada e movimentada, aos prefeitos que estiveram conosco durante todo o dia, ao Presidente desta Assembléia Legislativa, que nos cedeu a Casa, bem como aos seus Deputados membros.

Digo-lhes que esta Comissão veio aqui com o objetivo de apurar possíveis irregularidades na aplicação do dinheiro público destinado a resolver o problema das queimadas e da estiagem no nosso Estado. Isso, se Deus quiser, vamos fazer. Vamos a Brasília preparar nosso relatório, que será submetido à votação em plenário, e vamos entregá-lo ao Ministério Público, a quem caberá julgar o culpado. Isso não cabe a nós. Aqui viemos apenas para colher informações dos reclamantes e para ouvir aqueles que quisessem nos falar.

Vamos dar prosseguimento a esse trabalho amanhã, porque temos de ir ao interior analisar os açudinhos. O importante é que, açudinho, cacimbão ou poço, eles vieram na hora certa para que o rebanho do Estado de Roraima não morresse de sede. Agradeço mais uma vez a todos. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Romero Jucá) – Encerrando, agradeço à Senadora Marluce Pinto, Relatora desta Comissão, pela sua importante atuação; ao Senador João França, do PPB, membro da Comissão; ao Senador Sebastião Rocha, do PDT, que se deslocou de Brasília até aqui, honrando-nos com a sua presença, e à Assembléia Legislativa, pela cessão deste espaço.

Houve dois importantes dias de debates. Poderíamos ter feito esta reunião secreta, mas, se assim fosse, não teríamos discutido com a população um assunto tão importante como este. Preferimos optar por uma reunião aberta e democrática, correndo o risco que corremos e sofrendo o que sofremos – com armação de torcida organizada, vaiando principalmente a mim e à Senadora Marluce Pinto por causa de nossos posicionamentos políticos e para que os maus políticos sejam separados dos bons políticos e nós possamos ter, aqui, um Estado modelo, melhorando a vida da nossa população.

Muito obrigado e boa-noite a todos.

COMISSÃO ESPECIAL

Criada através do Requerimento nº 153, de 1998-SF, destinada a "estudar as causas do desemprego e do subemprego no país".

1ª Reunião (Instalação) realizada em 12 de agosto de 1998.

Às dez horas e quarenta e oito minutos dos doze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e oito, na sala treze da Ala Senador Alexandre Costa, Anexo II, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores: Joel de Holanda, Djalma Bessa, Pedro Simon, Osmar Dias, Nabor Júnior, Elói Portela e Abdias Nascimento, reúne-se a Comissão Especial destinada a **"Estudar as causas do desemprego e do subemprego"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente eventual, Senador Abdias Nascimento, declara abertos os trabalhos. Sua Excelência esclarece que a presente reunião destina-se à eleição do Presidente, Vice-Presidente e designação do Relator da Comissão. Após a distribuição das cédulas e tendo votado todos os presentes, o Senhor Presidente convida o Senhor Senador Nabor Júnior como escrutinador. O número de votantes confere com o número de cédulas da urna, sendo que o Senhor Senador Elói Portela absteve-se de votar e o resultado determina a eleição com seis votos, para o Senhor Senador Pedro Simon, como Presidente e com sete votos o Senhor Senador Osmar Dias, como Vice-Presidente, e uma abstenção para Presidente. Convidado a assumir os trabalhos, o Senhor Senador Pedro Simon agradece e declara instalada a Comissão, designando Relator da matéria, o Senhor Senador Djalma Bessa. Usam da palavra para discutir sobre as medidas a serem deliberadas pela Comissão os seguintes Senhores Senadores: Pedro Simon, Djalma Bessa, Osmar Dias, Joel de Holanda e Abdias Nascimento. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da mesma. – Senador **Pedro Simon,** – Presidente

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) – Há número regimental. Declaro aberta a reunião.

O SR. PEDRO SIMON – V. Exª abre usando dessa prerrogativa. Nós fazemos questão de dizer que V. Exª está ocupando a Presidência pela competência, pelo respeito e pela credibilidade que V. Exª tem de todos nós. Ainda que não tivesse os 65 anos que tem, mas os 27 que aparenta.

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) – Muito obrigado.

A Comissão Temporária Interna foi criada por meio do Requerimento nº 153, de 1998, do Senado Federal, destinada a estudar as causas do desemprego e do subemprego no País.

Há uma indicação que subscrevo plenamente: a Presidência da Comissão para o Senador Pedro Simon e a Relatoria ao Senador Djalma Bessa, havendo 11 titulares e 11 suplentes na Comissão. Peço que os Senadores se manifestem para que possamos passar a Presidência imediatamente ao legítimo Presidente da Comissão, Exmº. Sr. Senador Pedro Simon. (Pausa.)

Peço uma indicação para a Vice-Presidência, que não está informada na chapa. (Pausa.)

Então, eu indico o Senador Osmar Dias. (Pausa.)

Senador Nabor Júnior, V. Exª poderia ser nosso escrutinador? (Pausa.)

(Procede-se à contagem dos votos.)

O SR. OSMAR DIAS - Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

Eu quero corrigir meu voto em branco para Presidente. Eu pensei que o Senador Pedro Simon já havia sido escolhido Presidente e que a cédula seria apenas para a escolha do Vice-Presidente. Então, quero fazer essa correção, acrescentando meu voto para Presidente ao Senador Pedro Simon. Eu não poderia deixar em branco, cometendo essa falha. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Abdias Nascimento) – O resultado é a Presidência para o Senador Pedro Simon e a Vice-Presidência para o Senador Osmar Dias.

Assim, felicito os eleitos e, imediatamente, passo o poder ao nosso Presidente eleito.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Agradeço a gentileza dos companheiros pela minha indicação.

Convido o nosso ilustre Vice-Presidente a fazer parte da Mesa e indico, já com entendimento prévio, o companheiro Senador Djalma Bessa para ser o nosso Relator e também fazer parte da Mesa.

Meus amigos, o espírito desta Comissão está dentro da realidade do dia-a-dia que estamos vivendo. Todas as pesquisas feitas dizem que o problema número um do brasileiro é o desemprego. O cidadão que tem emprego diz que o seu medo maior é o de perder o emprego; em relação ao cidadão que não tem emprego, é fácil compreender que sua angústia maior é a de estar desempregado. Em razão disso, foi criada esta Comissão, com o apoio de todos os Líderes, da imensa maioria dos Parlamentares do Senado e com a concordância plena do Presidente Antonio Carlos Magalhães.

O que vamos fazer? A Comissão está aqui para nos reunirmos, debatermos e discutirmos, mas eu gostaria de expor os princípios que me levaram a propor esta Comissão, para analisarmos os princípios que nortearão esta Comissão, que devem ser o pensamento de nós todos.

Penso que não estamos aqui para fazer levantamento do desemprego – ver onde há desemprego, quanto é e quanto não é -, porque esses números estão aí, nos mais variados segmentos. Aonde se vai, à Confederação das Indústrias, à reunião de sindicatos, aos jornais, os números já existem. Então, não é a nossa missão fazer levantamento para saber se é mais dez ou menos dez, para saber se é mais alto ou mais baixo. Existe o problema do desemprego. Não vamos analisá-lo para saber se é maior ou se é menor, mas vamos analisá-lo sob o ângulo de que o problema está aí, é muito sério e o que podemos fazer para enfrentá-lo. Essa deve ser a grande questão.

Embora tenhamos Parlamentares de todos os Partidos, seria muito ruim fazermos uma Comissão desse tipo baseada em uma campanha política, ou seja, usar o desemprego para fazer oposição ao Governo ou esconder os números do desemprego porque se é a favor do Governo. Penso que as duas posições são tremendamente injustas num assunto dessa seriedade. Quando é um outro tipo de assunto, uma CPI "vamos ver como está aquela obra ou como não está aquela obra", é normal que o cidadão que é da Oposição fique mais com a Oposição e o cidadão que é do Governo fique mais com o Governo. Agora, aqui, penso que somos todos iguais. Todos buscamos o mesmo objetivo. Penso que não passa pela cabeça de ninguém usar um momento como este para fazer campanha contra o Governo; ou, contrariamente, em um momento como este, esconder os números para defender o Governo.

Por outro lado, mesmo assim, temos duas questões. Uma é que a eleição está chegando e, se há uma eleição chegando, não podemos fazer – porque não ficaria bem – um esquema exagerado de trabalho de debates e mais debates, porque, indiscutivelmente, com a nossa televisão, isso seria confundido com a campanha eleitoral e seria recebido de uma maneira complicada na campanha eleitoral. Ou seja, de repente, aparece a TV Senado no horário dos Partidos Políticos e aparece A, B, C e D debatendo isso ou aquilo. Então, temos que estudar as fórmulas pelas quais vamos chegar lá, ao finalmente.

Penso que o grande problema é investigarmos quais são as grandes causas do desemprego e quais são as grandes propostas para diminui-lo. É claro que também aqui existem causas que não vamos mais discutir, porque todos nós sabemos. Semana passada, tive um debate longo no Rio Grande do Sul em que os meus amigos queriam avançar no meu projeto de agricultura familiar, dizendo que seríamos contra a adoção da máquina, tratores etc, que iríamos defender a agricultura familiar como ela era, porque onde entra a máquina sai a mão-de-obra. Eu disse: "Vocês estão loucos". Isso foi feito há mais de cem anos, quando a máquina apareceu, na Inglaterra, em que houve pessoas que queriam quebrar as máquinas porque elas terminavam com a mão-de-obra; ou como aconteceu na França, quando surgiu a energia elétrica, substituindo os lampiões, havendo, então, uma guerra tremenda, porque os atochador, aqueles que acendiam os lampiões às seis horas da tarde e os apagavam às seis da manhã, iam perder o emprego, uma infinidade de pessoas ia perder o emprego.

Sabemos que a tecnologia avança e o seu avanço é irreversível. Eu estava constatando, por exemplo, que, nas empresas, houve épocas, em que o taxa de trabalhadores na administração era de 25%. Hoje, o número é insignificante, porque o computador tomou conta. A mesma coisa acontece com um banco. Não podemos protestar contra o fato de que, a cada dia que passa, será menor o número de bancários, porque o computador vem exercendo esse trabalho, como na agricultura, em que o trator vem substituindo a mão-de-obra. Temos é que contrabalançar isto. O que vamos fazer para contrabalançar é a questão. Esse é um lado que temos que

analisar; esse é um lado que, atualmente, está causando desemprego. Os computadores estão vindo e onde eles entram sai mão-de-obra.

Uma outra questão que temos que analisar com profundidade são as importações; quais são necessárias e quais não são. O mundo é globalizado, estamos importando e é importante a importação. Agora, é relativo. Temos de ter uma política. O mundo ser globalizado não significa que o Brasil não tenha de ter uma política dele para esse mundo globalizado. O Mercado Comum Europeu, com o mundo globalizado, triplicou as tarifas das peças de automóveis vindas dos tigres asiáticos ou dos Estados Unidos, porque estavam quebrando as indústrias de autopeças do Mercado Comum Europeu. Com a maior tranqüilidade, eles fizeram isto, como o americano faz com o nosso suco de laranja, com o nosso sapato, em que ele coloca uma sobretaxa. Então, temos de analisar esse contexto, dentro do mundo globalizado e das importações; temos de analisar o que vale e o que não vale. Por exemplo, não sei se vale a pena estas lojas de R$1,99 – que, aliás, nos Estados Unidos, não são U$1,99 e sim U$0,99. Quer dizer, lá as lojas são de U$0.99, aqui, R$1,99. Não sei como é nos Estados de V. Exªs, mas, no Rio Grande do Sul, não há Município, por menor que seja, que não tenha uma loja de R$1,99, só com artigos importados, com bugigangas importadas.

Temos que analisar e debater essas questões, como também as relativas à garantia de emprego.

No meu Estado, o Rio Grande do Sul, depois de 1970, 1.200.000 rio-grandenses saíram do Estado em busca de oportunidade de trabalho. Esses 1.200.000, que levaram o progresso – diga-se de passagem – para muitos lugares, poderiam ter garantido seu desenvolvimento no próprio Estado com a agricultura familiar, se existisse um plano de agricultura familiar. Agora, justiça seja feita, o Governo criou esse plano, pequeno, é verdade, porque U$3 bilhões é uma ninharia, mas está começando.

Esse esquema deve ser debatido, analisado e aprofundado. Na minha opinião, ele é uma das grandes saídas, porque, primeiro, estanca, não permite que o povo continue saindo. Não adianta falar em assentamento, reforma agrária, se em cada 500 assentados, 5.000 vão embora. Não tem lógica. Outra razão: esse agricultor já está lá, já tem a terra, sabe plantar, conhece tudo sobre agricultura desde outras gerações.

No entanto, a agricultura se modernizou e esse agricultor tem de ter condições de construir um açude, de utilizar tubulações plásticas em sua irrigação, a plasticultura, de fazer um paiol, produzir com uma tecnologia mais moderna, diversificar a produção, como há 50 anos em Caxias do Sul. Naquela época, comprávamos tudo que vinha da colônia. Essa é uma das grandes questões.

Também considero uma grande questão, em termos sociais, no caso do desemprego, fazer um grande projeto de mutirão para construção de casa popular. Nesse projeto, constrói-se, sem empreiteiras, com a ajuda da Prefeitura, de cooperativas e com o trabalho das próprias pessoas interessadas. A casa ficará extremamente mais barata, haverá mão-de-obra, além de resolver o problema de mais ou menos 30 milhões de pessoas que vivem em favelas ou embaixo da ponte.

Estou mostrando de que maneira poderemos aprofundar as questões e a forma como penso que devemos debater essa matéria.

Voltaremos a nos reunir na primeira semana de setembro, mas penso que nós, membros da Comissão, o prezado Relator, a quem darei a palavra em seguida, o Vice-Presidente, todos, de um modo geral, poderíamos tentar, entre hoje e amanhã, colocar no papel um pequeno esboço e apresentá-lo ao Presidente do Senado.

Primeiro, poderíamos pedir informações, um estudo, um levantamento. Segundo, tentaremos marcar pelo menos duas reuniões para iniciarmos o debate. Na minha opinião, o debate deve contar, obrigatoriamente, com a presença do Poder Executivo. Devemos convidá-lo, pois o Governo também está com esse problema, há pessoas estudando a matéria. Além desses, representantes do DIEESE e das universidades, pois poderão assessorar nessa questão.

Penso que dá para sair um grande trabalho, com propostas concretas, objetivas, reais, em que possamos buscar um grande entendimento em termos de Congresso Nacional, de empresários, de trabalhadores, da nossa sociedade.

Agradeço, com emoção, a indicação. Gostaria de dizer que, se V. Exªs concordarem, poderemos fazer isso. Considerando que amanhã os trabalhos serão interrompidos e que existem Parlamentares que não estão em campanha, creio podemos continuar a desenvolver nossas atividades, tais como fazer pesquisas e buscar dados, para que, quando retomarmos os trabalhos, em outubro, possamos realizar debates, simpósios e discussões com mais profundidade.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Djalma Bessa.

O SR. DJALMA BESSA – Sr. Presidente, Srs. Membros da Comissão, congratulo-me com esta Co-

missão por haver escolhido como Presidente o Senador Pedro Simon, autor do requerimento e um dos mais interessados no assunto. S. Exª tem estudado o problema a fundo, tendo em vista o trabalho que apresentou à Comissão a respeito do desemprego. Assim, não haveríamos de ter feito uma melhor escolha do que essa. S. Exª, aliás, já traçou um plano sobre o que devemos fazer.

É certo que, com a proximidade das eleições, os trabalhos serão interrompidos por algum tempo, mas poderemos compensá-lo conforme observação feita por S. Exª, o Presidente Pedro Simon, porque há Senadores que não estão em campanha eleitoral, que não têm projeto político agora. Então, esses ficariam para adotar providências. Assim, em nossa próxima reunião, já teremos trabalho.

O tema, não tenham dúvida, é da mais alta relevância. Não se trata de um problema regional. Podemos acrescentar que atualmente o desemprego é um item que perturba o mundo todo. Há de se dizer que se trata de um problema econômico a exigir uma solução econômica. Não é tanto assim. É também um problema social relevante, que precisa ser estudado, examinado e solucionado.

Vejam bem, o Presidente da Comissão, Senador Pedro Simon, referiu-se à importação de determinados produtos, que, talvez, não sejam essenciais – na, verdade, não são – e necessários ao nosso País. O que significa uma importação dessas? No mínimo, uma importação também de desemprego. Não há dúvida de que quando o País importa mercadorias e serviços também está importando desemprego. Portanto, o objetivo desta Comissão é relevante para o País, e não seremos nós os que haveremos de faltar. Haveremos de oferecer as nossas sugestões e apresentar as proposições necessárias a uma providência, a uma diretriz que nos faça sair da dificuldade em que nos encontramos.

Não existe mérito em acentuar que há outros países com índice de desemprego maior do que o nosso. Mas isso não tem justificativa, porque o País, além de ser extenso, de ter grandes recursos e de contar com uma enorme potencialidade, precisa de ter também o conhecimento adequado para as soluções de seus problemas sociais, sendo que o desemprego é um dos maiores que nos abate.

Espero, pois, contar com o apoio e a colaboração do Presidente, do Vice-Presidente e dos demais membros da Comissão, sem os quais não poderemos ir muito longe na tarefa de fazermos um trabalho que corresponda à expectativa do Plenário, que aprovou o requerimento constituindo esta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Agradeço ao Relator, Senador Djalma Bessa.

Concedo a palavra ao nosso Vice-Presidente, Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores. Em primeiro lugar, agradeço a escolha do meu nome para a Vice-Presidência desta importante Comissão. Cumprimento o Senador Pedro Simon pela iniciativa de ter apresentado o requerimento para a constituição desta Comissão .

O Senador Pedro Simon, conforme me dizia há pouco, antes de começarmos a reunião – tem quarenta anos de vida pública. Penso que, nesses 40 anos de vida pública, sua maior preocupação foi os trabalhadores.

Quando comecei a acompanhar a carreira política do Senador Pedro Simon, constatei que S. Exª, quando Governador e quando Senador, dedicou grande parte da sua ação política aos trabalhadores, ao combate ao desemprego, buscando sempre alternativas para a geração de emprego. Portanto, a iniciativa de V. Exª em apresentar o requerimento bem como a indicação do seu nome para presidir esta Comissão é justa. Por quê? Em primeiro lugar, devido a sua longa e brilhante carreira dedicada aos trabalhadores; em segundo, porque nos dá tranqüilidade no sentido de esta Comissão vai ter um começo e um fim, quando será apresentado o relatório pelo Senador Djalma Bessa. Não há nada mais frustrante do que criarmos uma Comissão, fazermos a sua instalação, e ela não concluir os seus trabalhos. Cito como exemplo o que ocorreu com a Comissão da Guerra Fiscal, que apenas foi instalada.

Tenho certeza de que o Presidente da Comissão, o Relator e os Senadores que a compõe sabem da importância e da gravidade deste tema: o desemprego. Tanto que o Presidente, Senador Pedro Simon, citou a opinião da maioria da população, manifestada por intermédio de pesquisas cujos resultados indicam que 75% colocam como primeira preocupação o desemprego ou medo de perder o emprego. Sem nenhuma dúvida, é um índice que demonstra o risco, para as famílias brasileiras, do desemprego ou do subemprego – que também será objeto de estudo desta Comissão.

Sei que não devemos fazer diagnósticos. Aliás, o Presidente assinalou isso como primeira orientação. Os diagnósticos existem em todas as instâncias do Governo e da iniciativa privada. Portanto, não há

por que dedicarmos o trabalho desta Comissão a diagnósticos. Acredito também que não podemos ignorar os índices alarmantes de desemprego. Não dá para ficarmos na eterna discussão sobre qual instituto merece credibilidade. Antes disso, devemos efetivamente buscar as causas e os meios para a sua identificação; devemos elaborar um plano de solução para, pelo menos, amenizar o drama do desemprego, que não é, como disse o Senador Djalma Bessa, uma característica nacional, mas sim internacional, por diversos fatores, entre eles, a globalização, que atinge mais os países em desenvolvimento do que os desenvolvidos, sobretudo, no que se refere ao desemprego tecnológico.

Também não dá para ficarmos conformados, afirmando que o desemprego é resultado do desenvolvimento tecnológico, que afasta a mão-de-obra do homem, substituída pela máquina. Mas, se é assim, devemos nos adaptar a essa nova realidade.

Nesta minha introdução, não faço nenhuma crítica ao Governo ao qual apóio. Não estamos discutindo política do Governo e sim propondo-nos a contribuir para que as políticas do Governo possam amenizar o drama do desemprego, gerando mais empregos e mais qualidade de vida para os trabalhadores brasileiros. No entanto, é preciso destacar alguns pontos – e digo isso como sugestão ao Presidente – para que esta Comissão trabalhe em diversas frentes, realizando audiências públicas com setores especializados e segmentados da sociedade. Por exemplo, como o Presidente citou, as importações são ou não uma causa do desemprego no País? Vamos buscar as entidades que possam, em audiência pública, trazer-nos as informações concretas para que, identificada essa causa, tenhamos as soluções apontadas pelas próprias entidades que as trouxeram.

Com relação à questão da concentração de investimentos do BNDES, por exemplo, ouço muitos discursos dizendo que o BNDES aplicou R$ 13 bilhões, mas será que aplicação foi feita buscando apoiar a criação de pequenas e médias empresas que são multiplicadoras de empregos ou concentrou esses investimentos? O apoio a montadoras de automóveis, por exemplo, que concentra investimentos para geração de poucos empregos em troca de apoio para instalação de pequenas e médias empresas no País afora, é uma boa política? Por que não discutimos também isso? Poderia até citar como exemplo o Paraná. Nos últimos três anos, a região metropolitana de Curitiba é a que apresentou o maior índice de crescimento do desemprego entre todas as regiões metropolitanas do País. Será que as políticas adotadas não são causas também do desemprego? É preciso corrigir, portanto, alguns rumos que têm sido adotados ora por governos estaduais, ora pelo Governo Federal, porque, embora estejamos em uma campanha eleitoral, não podemos, como disse o Presidente Pedro Simon, ignorar que existem problemas e que esses problemas precisam ser resolvidos. E a nossa atuação será no sentido de contribuir para que esses problemas sejam removidos. O déficit público é outra causa do desemprego? Então, por que não convocamos as pessoas responsáveis pela administração do déficit público no País, para que possamos discutir com eles se o déficit público causa ou não o desemprego, se a taxa de juros causa ou não o desemprego?

Enfim, estou sugerindo ao Presidente que esta Comissão possa trabalhar de forma a atuar em diversos setores da sociedade, em audiências públicas que possam ser realizadas inclusive simultaneamente, com a subdivisão desta Comissão, para que depois possamos sistematizar o trabalho na Comissão. Dessa forma, teremos condições de apresentar os resultados dentro do prazo estabelecido, porque estamos premidos pelo tempo, pela campanha eleitoral e pela nova legislatura que será instalada em fevereiro. Acredito que tenhamos de concluir os trabalhos antes da conclusão dos trabalhos desta legislatura. São as minhas sugestões iniciais, Sr. Presidente, e mais uma vez me congratulo com V. Exª e cumprimento os Senadores pela feliz escolha do nome de V. Exª para presidir esta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Muito obrigado. Tem a palavra o Senador Joel de Hollanda.

O SR. JOEL DE HOLLANDA – Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Vice-Presidente, Srs. Senadores, queria-me congratular com a visão e, sobretudo, com o elevado interesse público que o autor da proposta, Senador Pedro Simon, mostrou, quando conseguiu ver aprovada esta Comissão para debater a questão do desemprego. Penso que esta é uma das comissões mais importantes desta Casa, não somente pela importância do tema, mas pela oportunidade em que ela vai trabalhar. Fico feliz em ouvir os rumos que o Presidente Pedro Simon imprimirá aos trabalhos desta Comissão.

Concordo plenamente que devemos deter-nos sobre as causas e sobre propostas que venham a contribuir para diminuição da questão do desemprego em nosso País. Também fiquei feliz quando vi o Senador Pedro Simon se referir à questão da agri-

cultura, já que, de um lado, vemos o Governo fazer todo um esforço para assentar novas famílias no campo e, de outra parte, estamos assistindo a milhares e milhares de agricultores encerrando suas atividades no campo por falta de condições de financiamento, de assistência técnica, enfim, agricultores e pecuaristas que tinham tradição na agricultura e que, em função das atividades do mercado, estão abandonando o campo. Vejam a questão do leite, que está sendo vendido por um preço muito menor do que uma garrafa de água mineral ou de um refrigerante. Toda produção de leite no País está desestimulada, assim como os demais derivados da pecuária.

Lembro, Presidente Pedro Simon, de um programa fundamental para a geração de emprego e que é um fator que está contribuindo muito para o êxodo rural urbano: o Programa Nacional do Álcool. Destilarias e destilarias espalhadas não só no Norte e no Nordeste, mas no Centro-Oeste, em Minas Gerais, no Paraná, estão encerrando suas atividades, devido a um excesso de álcool no mercado, em função do desestímulo que se deu à produção nacional de veículos a álcool. A cada dia que passa diminui o mercado de álcool no Brasil, porque a indústria automobilística, lamentavelmente, deixou de produzir automóveis a álcool. O resultado é que, sem esse mercado, as destilarias que estão produzindo álcool não têm a quem vender o produto. Conseqüentemente, deixam de comprar cana-de-açúcar e de gerar emprego no campo.

Em 1987, o Brasil chegou a produzir 700 mil veículos movidos a álcool. No ano passado, o Brasil produziu apenas 40 veículos a álcool. Enquanto os Estados Unidos – que começaram a produção depois do Brasil – estão prevendo montar 500 mil veículos a álcool este ano e ampliar enormemente sua produção de álcool, o nosso País abandonou um programa essencialmente brasileiro, com tecnologia brasileira, que gera milhões de empregos no campo e despolui as cidades. O resultado é que estamos tendo no Norte, no Nordeste, no Centro-Oeste, em Estados do Centro-Sul um problema muito grave: dois bilhões de litros de álcool estão estocados.

O fato de termos conseguido, com o Presidente da República, aumentar a mistura do álcool na gasolina de 22% para 24% já gerou 60 mil empregos no campo. E isso não fez com que se precisasse mexer na regulagem do motor dos automóveis. Se pudéssemos ampliar essa medida, porque essa mistura de combustíveis pode alcançar um percentual bem maior e se conseguirmos – pode ser uma conclusão desta Comissão – sugerir ao Governo que aumente a participação do álcool no diesel, criaremos um mercado extraordinário para o álcool, que teria reflexos no campo. A cana só serve para produzir açúcar ou álcool. Não exportamos cana, mas açúcar e produzimos álcool. Esta Comissão, portanto, pode concluir que uma das medidas para melhorar a questão do emprego no setor rural é o fortalecimento do Programa Nacional de Álcool, aumentando a mistura de álcool na gasolina de 22% para 24% ou de 24% para 25% ou de 26% para 27%, até 30%, colocando álcool no diesel, colocando motores de ônibus a álcool, como já existe na Suécia, na Dinamarca e em vários países do mundo. No Paraná, por exemplo, está sendo feita uma experiência de um motor de ônibus totalmente movido a álcool. Com isso, Presidente Pedro Simon, iríamos gerar milhões de empregos novamente no campo.

Fiquei muito feliz quando vi que V. Exª tinha a preocupação de não discutir metodologias, não fazer diagnósticos, porque as prateleiras estão repletas disso; o Ipea está repleto de diagnósticos sobre desemprego aberto, desemprego estrutural, desemprego oculto, disfarçado. Todos os dados sobre o desemprego já existem. Como diz o pernambucano, "a problemática nós já sabemos, queremos saber a solucionática", quais as soluções para diminuirmos o desemprego no País. Aproveitando a idéia do Vice-Presidente Osmar Dias, devemos fazer audiências públicas com os responsáveis pelo Programa Nacional do Álcool, com os empresários do setor, com suas representações para que eles nos digam de que o Programa precisa. Não estamos discutindo subsídios, juros, perdão de dívida; discutimos a reativação de um programa nacional, um programa que utiliza tecnologia nacional.

Devemos também trazer os representantes dos produtores de leite, de soja, do feijão, e do cacau, em Irecê, na Bahia. Se não enfrentarmos o problema agrícola, acontecerá o que o Presidente falou: o Ministro Jungmann, de um lado, desapropria terras e assenta famílias e, do outro lado, milhares de famílias estão sendo expulsas da terra, porque não têm condições de sobrevivência.

Parabenizo meu colega, Senador e amigo Pedro Simon, por essa iniciativa. Também concordo plenamente com a idéia da construção civil. Vivi essa experiência – farei um pouco de propaganda – quando Marco Maciel era Governador de Pernambuco e fez um programa de construção de cem mil casas populares, transformando o Estado num canteiro de obras. Ele ajudou a indústria, pois o estímulo à

construção civil estimula trezentos ou quatrocentos setores industriais: o prego, a madeira, a laje, os tijolos, o cimento, tudo é estimulado. O Governador deu um impulso enorme às olarias, às carpintarias, à produção de material de construção. Ao lado dos problemas da agricultura, devemos analisar os problemas da construção civil, que absorve o trabalhador não-qualificado, inclusive aqueles que estão sendo expulsos da terra. Concordo plenamente. Esta Comissão já começa bem, pensando assim. Parabéns e muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Muito obrigado.

Tem a palavra o Senador Abdias Nascimento.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Sr. Presidente, os Senadores que me antecederam expuseram, com muita competência, os rumos e os objetivos da Comissão. Já que V. Exª tem sido um aliado na nossa luta contra a discriminação racial no Brasil, quero lembrar que o negro, o primeiro trabalhador neste País, é até hoje o que mais sofre o problema do desemprego e do subemprego. Assim, estudar as causas desse tipo de desemprego é um item muito importante na agenda desta Comissão.

A Organização Internacional do Trabalho tem-se preocupado muito com a questão do desemprego.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Portanto, não é preciso fazer pesquisa alguma.

O SR. ABDIAS NASCIMENTO – Exatamente, já existem várias pesquisas. Temos de enfrentar o problema para resolvê-lo. Sabemos que a resolução desses problemas solucionará muitos outros. Por exemplo, sabe-se que há ligação do desemprego com o crime, com as drogas, com a violência. Assim, enfrentar o problema com objetividade e com o espírito de se procurar soluções, através de propostas concretas e imediatas dentro do quadro brasileiro, é uma orientação muito saudável e realista. Poderemos ter uma perspectiva de exeqüibilidade, característica que muitos planos mirabolantes e grandiosos não têm.

Quero felicitar todos os membros da Comissão e V. Exª em particular, que teve a feliz idéia de propor esta Comissão, porque é o momento oportuno. O desemprego está crescendo – não vai aqui nenhuma crítica ao Governo, nem a partido político; é apenas uma constatação. É um problema estruturalmente ligado ao problema internacional, mas temos de enfrentá-lo com objetividade e com esse espírito de solucionar e não simplesmente apontar o problema, como todos aqui já disseram. Todos conhecemos o problema, que está à vista de todo mundo.

Quero felicitar mais uma vez V. Exª, Sr. Presidente, e aos demais membros desta Comissão. Que sigamos essa linha de trabalho, para alcançarmos um resultado antes do fim de nossa legislatura!

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Pergunto ao Relator e ao Vice-Presidente se não poderíamos fazer uma reunião amanhã, às 9h, no meu gabinete. Teríamos grande satisfação em ter a participação dos membros da Comissão. Serei muito sincero. Devemos delegar ao Vice-Presidente e ao Relator muitas tarefas que poderão ser feitas agora, pois estou em campanha eleitoral e a minha ausência não deve impedir o andamento dos trabalhos. O Vice-Presidente pode assumir a Presidência e, juntamente com os membros da Comissão que estiverem aqui, realizar as tarefas necessárias. Devemos montar a equipe, buscando assessoramento de primeira grandeza, como ocorre nas CPIs. Devemos entrar em contato com os órgãos do Governo Federal, convidando-os para fazer parte desse trabalho. Um exemplo é o IPEA.

Uma das questões que podemos analisar é a distribuição do dinheiro. O BNDES gasta uma montanha de dinheiro. São vários governos. O Antônio Britto está fazendo isto no Rio Grande do Sul: criação de microempresas. O Governador de Brasília está fazendo isso. Uma das coisas que a Comissão pode fazer é observar a experiência que está acontecendo em Brasília. Há uma senhora que fazia doces, morava numa favela. Todos elogiavam seus doces. Hoje, ela exporta doces. Os produtores de ovos, que não tinham condições de produzir, receberam verbas e hoje vendem os ovos nas redes de supermercado. Por quê? Porque criaram uma máquina singela, mas muito interessante, que atesta se o ovo está podre ou não. Com esse atestado de qualidade, o produto está nos supermercados. Há uma série dessas pequenas empresas que nasceram do nada e que geram empregos.

Vamos fazer uma reunião amanhã, às 9h. Se eu não estiver aqui, o Senador Osmar Dias pode presidir a Comissão e, juntamente com o Relator e os outros membros, realizar reuniões públicas de discussão, de debate. E ninguém vai questionar, porque não estão em campanha eleitoral. Quer dizer, se eu presidisse, iam ficar meio assim; mas, se não sou eu que estou presidindo...

O SR. ROBERTO REQUIÃO – Sr. Presidente, quero fazer uma consulta aos Membros da Comissão. Como não estamos em campanha diretamente,

porque não somos candidatos, mas estamos em campanha nos Estados por candidatos que apoiamos, consultaria se poderíamos marcar um dia na semana para virmos a Brasília para participar das reuniões da Comissão. Com uma boa reunião durante a semana, adiantaremos os trabalhos.

A outra sugestão é que V. Exª envie um ofício ao Presidente do Senado Federal e ao Presidente da Câmara dos Deputados, solicitando que seja encaminhado à Comissão todos os projetos em tramitação no Senado e na Câmara que tenham relação com esse tema, pois poderíamos retirar muitas idéias.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Portanto, está marcada a reunião amanhã, às 9 horas. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 11h45min.)

2ª Reunião realizada em 13 de agosto de 1998.

Às nove horas e quarenta e dois minutos dos treze dias do mês de agosto do ano de mil novecentos e noventa e oito, no Gabinete do Senador Pedro Simon, sala dez da Ala Senador Teotônio Vilela, Anexo II, do Senado Federal, presentes os Senhores Senadores: Joel de Holanda, Djalma Bessa, Pedro Simon, Osmar Dias, Elói Portela, Jefferson Peres, Leonel Paiva e Lúdio Coelho, reúne-se a Comissão Especial destinada a **"Estudar as causas do desemprego e do subemprego"**. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Senador Pedro Simon, declara abertos os trabalhos e concede a palavra ao Senador Osmar Dias para apresentação sua proposta de trabalho à Comissão. Após apresentar suas sugestões inicia-se a fase de discussão das medidas a serem tomadas pela Comissão. Na discussão, usam da palavra os Senhores Senadores: Joel de Holanda, Pedro Simon, Djalma Bessa, Osmar Dias e Jefferson Peres. Após a discussão são aprovadas as medidas que serão executadas pela Comissão. Nada mais havendo a tratar, a Presidência encerra os trabalhos e, para constar, eu, Marta Helena Pinto Ferreira Parente, Secretária da Comissão, lavrei a presente que, lida e aprovada, irá à publicação juntamente com as notas taquigráficas, que fazem parte integrante da mesma. – Senador **Pedro Simon**, – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Emociono-me com esse fato, embora seja um final de convocação, haverá uma reunião daqui a pouco e depois terminará, temporariamente, a minha participação. Acho que esta Comissão tem realmente um significado importante, desde que tenhamos a competência de realizá-la, contudo sem o aspecto político, nem contra, nem a favor. Temos que ter a competência, a seriedade, a responsabilidade de ver que esse assunto é o mais grave, é o mais discutível, é o mais polemizado no nível de qualquer pesquisa, e vamos entrar no debate dessa questão.

O nosso Vice-Presidente, o Senador Osmar Dias e o nosso querido Relator, Senador Djalma Bessa, coordenarão os trabalhos desta Comissão, porque sou candidato, e neste mês e no próximo não gostaria de estar presente publicamente ou de praticar qualquer ato que comprometesse esta Comissão, pelo fato de eu ser candidato. Por outro lado, não devemos parar a Comissão pelo fato de eu ser candidato, assim entendo que a Comissão deverá continuar seus trabalhos com os Senadores Djalma Bessa, Osmar Dias e os demais membros até outubro ou pelo menos até novembro, num trabalho de pesquisa, de estudo, de debate, de buscar as informações, de ir ao encontro delas, para nos preparar para o que vai ser um trabalho fantástico e que vai levar muito tempo.

Peço ao Senador Osmar Dias, que neste instante, faça uma síntese das propostas que serão os primeiros trabalhos que pretendemos levar adiante.

Antes, porém, quero, neste momento, fazer um apelo às Senadores Marina Silva, Benedita da Silva e aos Senadores José Eduardo Dutra e Abdias Nascimento para que compareçam a este recinto , pois é muito importante suas presenças, afim de ouvirem a análise da síntese do pensamento da nossa Comissão através do Senador Osmar Dias.

O SR. OSMAR DIAS – De forma resumida, o que precisamos, em primeiro lugar, é constituir um grupo de trabalho com assessoria. Neste sentido, estamos solicitando ao Presidente do Senado que nos indique os consultores que irão acompanhar os trabalhos da Comissão e que irão assessorá-la. Também estamos solicitando, por meio de ofício, aos Ministérios do Governo, que estão envolvidos com a questão do emprego ou o desemprego, que façam a indicação de representantes para que acompanhem e participem dos trabalhos da nossa Comissão. Estamos solicitando, também, todos os trabalhos já executados nos últimos anos pelos órgãos técnicos do Governo, tanto pelo IPEA, quanto pelo IBGE, e também pelo Dieese, para que possamos nos basear nesses dados, nessas informações, e até nas sugestões contidas ali, e muitas delas, com certeza, ainda não aplicadas.

Queremos também um levantamento completo dos financiamentos que foram concedidos nos últimos anos, pelo BNDES, Banco do Brasil, BNB, Caixa Econômica Federal, enfim, todos os bancos que fizeram investimentos nos últimos anos, para que possamos diagnosticar se esses investimentos estão realmente gerando empregos ou concentrando demais os financiamentos, e, dessa forma, não proporcionando a geração de empregos que poderiam.

Vamos, nesta primeira fase, quando o Presidente Pedro Simon estará afastado, por uma questão ética, conduzir os trabalhos desta Comissão, junto com o Relator e todos os demais membros, dividindo as tarefas, evidentemente, e pretendemos elaborar um termo de referência, para que o mesmo sirva, enfim, de balizamento dos trabalhos da Comissão, para que possamos torná-la objetiva. Vamos elaborar um cronograma de trabalho e cumpri-lo, para que esta Comissão responda à expectativa que ela própria esta criando em função da importância do tema, já que, como sempre diz o Presidente da Comissão, o que estamos fazendo para gerar emprego, o que estamos fazendo pelo social? Essa pergunta, sempre o Presidente a faz nos seus discursos, e temos que dar uma resposta, por meio desta Comissão.

Vamos eleger alguns temas prioritários para discutir, e acho até que as reuniões deveriam ser específicas, dentro desses temas, se os membros da Comissão assim aprovarem. Um tema que estamos aqui colocando: Identificação das causas do desemprego Estrutural e Conjuntural; outro, geração de emprego na Agricultura e Pecuária, aí com o envolvimento da Embrapa nessa questão, a pesquisa; a geração de emprego na prestação de serviço; depois na Indústria, a Geração de emprego nas pequenas Empresas, aí com a participação do Sebrae; a Análise da CLT para vermos quais modificações poderiam também ser positivas na geração de empregos; sugestões das Federações que representam evidentemente os sindicatos, para que possamos concentrar nas federações sugestões da OCB, que é a Organização das Cooperativas do Brasil. Vamos fazer visitas a projetos que são bem sucedidos na geração de empregos aqui, sem nenhuma conotação também política, o que queremos é exemplos positivos, tanto da iniciativa privada, quanto do Poder Público, que foram positivos na geração de empregos. A influência da abertura de mercado, as importações, tanto dos produtos agrícolas, quanto dos outros produtos cujas importações têm sido acusadas de ser uma das grandes causas do desemprego no País. O aspecto da cobrança de sobretaxas, em relação a acordos internacionais e ao Mercosul. E, uma questão levantada aqui na reunião, também vamos analisar, qual é a participação do emprego informal nessa questão do emprego no País.

E, enfim, estamos, aqui, com esta primeira reunião, para estabelecer já e marcar a data da próxima reunião, que poderá ser na terça-feira, se houver um acordo dos membros da Comissão, para que possamo-nos reunir com os técnicos, e daí, sim, partirmos para um cronograma, um calendário de reuniões, de visitas, e que possamos, dessa forma, dar um bom desenvolvimento dos trabalhos, mesmo na ausência temporária do Presidente, para entregar ao Presidente já os trabalhos em andamento e de forma bastante produtiva.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Então, a propósito de que terça-feira próxima teríamos uma reunião, às duas horas da tarde. Até terça-feira, o Relator e o Vice-Presidente trariam no papel um esquema já das atividades que vamos desenvolver. Inclusive dos ofícios que já vamos assinar hoje, fazendo a composição do quadro técnico da Comissão, achamos isso muito importante, todas as entidades, vamos ter, como fizemos nas outras Comissões, a nossa Comissão do Senado e vamos ter uma Comissão de técnicos de alto gabarito, indicados por entidades, que vão trabalhar conosco. Quer dizer, para fazer um trabalho com maior profundidade, vamos pedir que cada órgão desses indique em caráter permanente, para que eles fiquem conosco. Vamos pedir ao Presidente do Senado uma sala para esses técnicos se reunirem, para a nossa sala ter, inclusive, um referencial.

O SR. DJALMA BESSA – Uma sugestão.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Sim.

O SR. DJALMA BESSA – A minha sugestão é que ao solicitarmos esses técnicos dos Ministérios, não o façamos burocraticamente através de um ofício, mas através de um pedido ao Ministro seja do Presidente da Comissão ou do Presidente do Senado, dizendo a importância da participação dele.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – É evidente, é mais do que claro. A rigor, inclusive já falei que a indicação deverá ser de um técnico. Exatamente isso.

Então, vamos ter, de um lado, a nossa Comissão trabalhando, e, junto, vamos pedir – não se esqueça de pedir, através de um ofício, para o Presidente – um local para esses técnicos poderem-se reunir e para termos um referencial, inclusive, para

guardar documentação que virá e as questões todas que virão. E, proponho que já na terça-feira, se discuta, tendo como referencial a ligação que os parlamentares poderão fazer nos seus Estados e nas suas Regiões, com Universidades, com entidades científicas, com entidades de trabalhadores, entidades empresariais, e até órgãos governamentais.

Então, todo esse trabalho poderemos fazer, a partir de hoje, porque só vamos começar terça-feira que vem. Acho, e digo do fundo do meu coração, que podemos fazer um trabalho, e que me perdoem a sinceridade, espetacularmente bonito, sério, bem feito de conteúdo e de repercussão. Na medida em que, no meio da campanha normal, mas sem envolvimento da mesma, estejamos mostrando que dá para fazer esse trabalho. Para mostrar que o Senado não é só o Plenário; é o Plenário e mais os trabalhos das Comissões. Mesmo quando o plenário não está funcionando, podemos realizar esse tipo de trabalho. E não é só o discurso.

Acredito que não estando presente nesse tipo de atividade é importante, porque se o estivesse, sempre haveria aquela estória de que S. Exª é candidato, está querendo se promover. Eu não participando, nesse período eleitoral, como o Osmar Dias não é candidato, como o Relator não é candidato, desse tipo de atividade, acho que esta Comissão fará um grande trabalho, e digo mais, como a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não estão funcionando, como há uma série de atividades que é eleitoral, mas o rádio, jornal e a televisão, afora isso, terá espaço para mais coisa, que é o trabalho desta Comissão. Portanto, poderemos ter um belo espaço nos meios de comunicação, na medida em que se forem apresentando esses dados, na medida em que trouxerem lá de Pernambuco um estudo da Universidade, na medida em que o representante tiver um diálogo e vier aqui conversar conosco, um representante da FAU, trazendo as suas experiências. Assim, terá para ser realmente um belíssimo trabalho nosso no mês de agosto e no mês de setembro.

A palavra está à disposição.

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sr. Presidente, devido a um compromisso, não estarei presente à reunião de terça-feira. Entretanto, se não marcarmos hoje a agenda de reuniões, solicito a V. Exª que me seja oficializado as datas das próximas...

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Pois não.

O SR. JEFFERSON PÉRES – ...para os meses de agosto e de setembro.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Em outras palavras, como S. Exª não estará aqui na terça-feira, quer receber, em seu gabinete, a agenda de reuniões para os meses de agosto e de setembro, não é isso?

O SR. JEFFERSON PÉRES – Sim, Sr. Presidente.

O SR. OSMAR DIAS – A minha sugestão é que façamos, a cada quinze dias pelo menos, uma reunião, ou até toda terça-feira. De início, poderíamos agendar as reuniões para toda terça-feira, às 14 horas.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – A Comissão decidirá esta questão na terça. S. Exª está querendo que, na terça, após decidirem...

O SR. JEFFERSON PÉRES – Não, nessa terça, porque não estarei aqui. Então, gostaria que V. Exªs estabelecessem as próximas reuniões. Está bem?

O SR. OSMAR DIAS – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Pedro Simon) – Sugiro que V. Exªs não deixem de ler, no dia de hoje, a **Folha. S.Paulo**, artigo do jornalista Clóvis Rossi, em que mostra o diálogo que está sendo travado entre o Mercosul e o Mercado Comum Europeu. Há uma proposta do Mercosul no sentido de se fazer o que seria o maior mercado abrangente do mundo, em termos de agricultura, com o Mercado Comum Europeu. E a França responde que não quer, porque produzimos. Então, esse jornalista dá alguns exemplos e um deles é que produzimos uma série de produtos que tem custo baixo infinitamente do que os europeus, e os liquidaríamos. E eles teriam que vendê-los subsidiados. Eles dizem aqui com todas as letras que eles querem vender os produtos deles com subsídios, e não admitem que os nossos entre lá sem serem sobretaxados. Se os nossos produtos entrarem lá sem sobretaxa, liquidariam com os produtos deles. Agora, nós podemos deixar que entrem os produtos deles aqui, sem sobretaxa alguma, liquidando com os nossos produtos. O arroz chega pela metade do preço, o leite 20% abaixo do nosso preço, porque há sobra no mercado de lá.

Portanto, vale a pena V. Exªs lerem, pois trata-se de um artigo bem escrito e embasado no que tange à demonstração do que eles praticam lá, quer dizer, fazem uma coisa e praticam outra.

Agradeço a todos os Membros desta Comissão. Foi uma alegria muito grande participar dos trabalhos até esta data.

A ata está aprovada.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 10h30min.)

(OS 16155/98)

ATOS DO DIRETOR-GERAL

Publique-se/em 16/11/98
José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.148, DE 1998

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15, das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

RESOLVE **dispensar** a servidora **MARIA AMÉLIA CARDOSO DE ANDRADE**, matrícula 3720-SEEP, ocupante de cargo efetivo de Assistente Legislativo, da Função Comissionada de Assistente de Diretor, da Diretoria da SEEP- 3º Turno, **Símbolo FC-07**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1998.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 16/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.149, DE 1998

O **DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL**, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 15, das Disposições Finais da Resolução nº 09, de 1997,

RESOLVE **dispensar** a servidora **CRISTIANE TINOCO MENDONÇA**, matrícula 5134-SENADO, ocupante de cargo efetivo de Técnico Legislativo, da Função Comissionada de Assistente Editorial Gráfico da Diretoria da SEEP- 3º Turno, **Símbolo FC-06**, e **designá-la** para exercer a Função Comissionada de Assistente de Diretor, **Símbolo FC-07**, da Secretaria Especial de Editoração e Publicações, com efeitos financeiros a partir de 1º de novembro de 1998.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 16/11/98
P/ José Paulo Botelho Cabucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.150, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA DO SOCORRO ARAÚJO, matrícula nº 0438, e ENI SOARES VIEIRA, matrícula nº 0349, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato de credenciamento nº 101/98, celebrado entre o Senado Federal e PRÓ-CARDÍACO DF MÉDICO HOSPITALAR S/C LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 16/11/98
P/ José Paulo Botelho Cebucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.151, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas as servidoras MARIA EDNA VASCONCELOS PAES, matrícula nº 3434, e MARIA DO SOCORRO DE SANTA BRÍGIDA PEREIRA, matrícula nº 3663, como gestora titular e substituta, respectivamente, do contrato de credenciamento nº 100/98, celebrado entre o Senado Federal e CENTRO BRASILEIRO DE CIRURGIA DE OLHOS LTDA. - CBCO

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se/ em 16/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.152, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso de suas atribuições regulamentares, e de acordo com os Atos nº 9 de 1996 e nº 15 de 1997 da Comissão Diretora,

RESOLVE:

Art. 1º - São designadas os servidores ANTONIA EDNILDA SOARES SOUZA DE SOUZA, matrícula nº 3176, e CARLOS DE CASTRO GONÇALVES PASSARINHO, matrícula nº 3105, como gestor titular e substituto, respectivamente, da carta-contrato nº 044/98, celebrado entre o Senado Federal e QS MÉDICO HOSPITALARES COMÉRCIO, SERVIÇOS EM EQUIPAMENTOS HOSPITALARES LTDA.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º - Este Ato entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se/ em 16/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.153, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014631/98-9,

RESOLVE dispensar a servidora, THAIS CARUSO AMAZONAS DA SILVA, matrícula 4961, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Datilografia, da Função Comissionada de Auxiliar de Gabinete Parlamentar, Símbolo FC-04, do Gabinete do Senador Ramez Tebet, e designá-la para exercer a Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do mesmo Órgão, com efeitos financeiros a partir de 09 de novembro de 1998.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

Publique-se em 16/11/98

José Paulo Botelho Cobucci
Chefe do Serviço de Apoio Técnico - SSAPES

ATO DO DIRETOR-GERAL
Nº 2.154, DE 1998

O DIRETOR-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo artigo 15 das Disposições Finais da Resolução n.º 9, de 1997, e tendo em vista o constante no Processo nº 014572/98-2,

RESOLVE dispensar o servidor MÁRCIO SAMPAIO LEÃO MARQUES, matrícula 2928, ocupante do cargo efetivo de Técnico Legislativo - Área 3 - Especialidade de Administração, da Função Comissionada de Secretário de Gabinete, Símbolo FC-05, do Gabinete do Senador Ramez Tebet, e designá-lo para exercer a Função Comissionada de Assistente Administrativo, Símbolo FC-05, da Coordenação Sistema Integrado de Saúde, com efeitos financeiros a partir de 06 de novembro de 1998.

Senado Federal, 16 de novembro de 1998.

AGACIEL DA SILVA MAIA
Diretor-Geral

CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Eleito em 19-4-95)

Presidente: Casildo Maldaner – PMDB – SC
Vice-Presidente: José Alves – PFL – SE
(Eleitos em 28-2-96)

Titulares	Suplentes
PFL	
1. Elcio Alvares	1. José Agripino
2. Francelino Pereira	2. Carlos Patrocínio
3. Waldeck Ornellas (1)	3. Vilson Kleinübing (2)
4. José Alves	4. José Bianco
PMDB	
1. Casildo Maldaner	1. (Vago)
2. Ramez Tebet	2. Gerson Camata
3. Nabor Júnior	3. Flaviano Melo
4. Ney Suassuna	4. Coutinho Jorge
PSDB	
1. Lucio Alcântara	1. Jefferson Péres
2. (Vago)	2. José Ignácio Ferreira
PPB (Ex-PPR + Ex-PP)	
1. Epitacio Cafeteira	1. Lucídio Portella
2. Osmar Dias	
PTB	
1. Emilia Fernandes	1. Arlindo Porto
PP	
1. Osmar Dias	1. Antonio Carlos Valadares
PT	
1. Marina Silva	1. Lauro Campos
PDT	
1. (Vago)	1. Sebastião Rocha

Membro Nato
Romeu Tuma (Corregedor)

Atualizado em 27-10-98

(1) Posse como Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social, em 7-4-98
(2) Falecido, em 23-10-98

SECRETARIA -GERAL DA MESA

SUBSECRETARIA DE COMISSÕES

Diretora: CLEIDE MARIA B. F. CRUZ
Ramais: 3490 - 3491 Fax: 1095

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES ESPECIAIS E PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

Chefe: LUIZ CLÁUDIO DE BRITO
Ramais: 3511 - 3514 Fax: 3506

Secretários: FRANCISCO NAURIDES BARROS (Ramal: 3508)
MARTA HELENA PINTO F. PARENTE (Ramal: 3501)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES MISTAS

Chefe: JOSÉ ROBERTO ASSUMPÇÃO CRUZ
Ramais: 3507 - 3520 Fax: 3512

Secretários: EDNALDO MAGALHÃES SIQUEIRA (Ramal: 3520)
CLEUDES BOAVENTURA NERY (Ramal: 3503)
JOAQUIM BALDOÍNO DE B. NETO (Ramal: 4256)
SÉRGIO DA FONSECA BRAGA (Ramal: 3502)
WILL DE MOURA WANDERLEY (Ramal: 3509)
ELIZABETH GIL BARBOSA VIANA (Ramal: 4792)
MARIA DE FÁTIMA M. DE OLIVEIRA (Ramal: 4256)

SERVIÇO DE APOIO ÀS COMISSÕES PERMANENTES

Chefe: FRANCISCO GUILHERME THEES RIBEIRO
Ramais: 4638 - 3492 Fax: 4573

Secretários: CE - JÚLIO RICARDO BORGES LINHARES (Ramal: 4604)

CI - CELSO ANTONY PARENTE (Ramal: 4607)

CAE - DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO (Ramal: 4605)
- LUIZ GONZAGA DA SILVA FILHO (Ramal: 3516)

CAS - RAIMUNDO FRANCO DINIZ (Ramal: 4608)
- VERA LÚCIA BATISTA SILVA (Ramal: 7285)

CCJ - VERA LÚCIA LACERDA NUNES (Ramal: 4609)

CRE - MARCOS SANTOS PARENTE FILHO (Ramal: 3496)

CFC - JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO (Ramal: 3935)

COMISSÕES PERMANENTES

(ARTº 72 - RISF)

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

PRESIDENTE: SENADOR PEDRO PIVA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR FERNANDO BEZERRA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
FRANCELINO PEREIRA	MG -2411/12	1-ROMERO JUCÁ	RR-2111/12
EDISON LOBÃO	MA - 2311/15	2-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/62
GILBERTO MIRANDA	AM -3104/05	3-JOSÉ BIANCO	RO2231/32
BELLO PARGA	MA -3069/70	4-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/31
LEONEL PAIVA	DF- 1248	5-EDISON LOBÃO	MA-2311/12
JONAS PINHEIRO	MT - 2271/72	6-JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141
JÕAO ROCHA	TO -4071/72	7-JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98
JÚLIO CAMPOS	MT - 1247/1447	8-DJALMA BESSA	BA- 2211/12
PMDB			
GILVAM BORGES	AP-2151/52	1-WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-MARLUCE PINTO	RR-1101/1201
NEY SUASSUNA	PB-1145/1245	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	4-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02
CARLOS BEZERRA	MT-2291/92	5-PEDRO SIMON	RS-3230/31
RAMEZ TEBET	MS-2221/22	6-CASILDO MALDANER	SC-2141/42
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	7-GERSON CAMATA	ES-3203/04
PSDB			
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/12	1-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94
SÉRGIO MACHADO	CE- 2281-82	2-BENI VERAS	CE-3242/43
JEFFERSON PERES	AM-2061/62	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/82
OSMAR DIAS	PR-2124/25	5-VAGO	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3213/15	1-ANTONIO CARLOS VALADARES - PSB	SE-2201/02
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02	3- ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE- 2391/92	4- ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06	1-EPITACIO CAFETEIRA	MA-1402/11
LEVY DIAS	MS-1128/1228	2-LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/77
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	VAGO	

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 19-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: DIRCEU VIEIRA MACHADO FILHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3255
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3516/4605 FAX: 311-4344

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 3ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98.

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

PRESIDENTE:SENADOR ADEMIR ANDRADE

VICE-PRESIDENTE: SENADOR LEOMAR QUINTANILHA

(29 TITULARES E 29 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	1-GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47
JONAS PINHEIRO	MT-2271/77	2-EDISON LOBÃO	MA-2311/15
JOSÉ ALVES	SE-4055/57	3-ELCIO ALVARES	ES-3130/35
BELLO PARGA	MA-3069/72	4-VAGO	
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	5-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
LEONEL PAIVA	DF-1046/1146	6-BERNARDO CABRAL	AM-2081/87
JOSÉ BIANCO	RO-2231/37	7-ROMEU TUMA	SP-2051/57
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	8-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
JÚLIO CAMPOS	MT- 1247/1447	9-VAGO	
PMDB			
CARLOS BEZERRA	MT- 2291/97	1-JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78
GILVAM BORGES	AP-2151/57	2- VAGO	
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/4078	3- JOSÉ SAAD	GO-3149/50
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	4-JOSÉ SARNEY	AP-3429/31
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
NABOR JUNIOR	AC-1478/1378	6-VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	7-VAGO	
IRIS REZENDE	GO-2032/33	8-VAGO	
PSDB			
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	1-ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/37
OSMAR DIAS	PR-2124/25	2-BENI VERAS	CE-1149
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-SERGIO MACHADO	CE-2281/87
CARLOS WILSON	PE-2451/57	4-VAGO (2)	
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/16	5-JEFFERSON PERES	AM-2061/67
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37
MARINA SILVA - PT	AC-2181/87	2-LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/47
ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07	3-ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-1121/4229
SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2244/46	4-ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67
PPB			
ERNANDES AMORIM	RO-2051/57	1-EPITACIO CAFETERIA	MA-4073/74
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/76	2-ESPERIDIÃO AMIN	SC-4200/06
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.

(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 09-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA

SECRETÁRIO: RAYMUNDO FRANCO DINIZ TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3359

TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4608/3515 FAX: 311-3652

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Horário regimental: 4ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 10/11/98

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

PRESIDENTE: SENADOR BERNARDO CABRAL
VICE-PRESIDENTE: SENADOR RAMEZ TEBET
(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1-ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32
EDISON LOBÃO	MA-2311/15	2-ROMERO JUCÁ	RR-2111/17
JOSÉ BIANCO	R0-2231/37	3-JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17	5-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOSAPHAT MARINHO	BA - 1041/1141	6-BELLO PARGA	MA-3069/72
ROMEU TUMA	SP-2051/52	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
JADER BARBALHO	PA-3051/53	1-VAGO	
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	2-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/07	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/97
RAMEZ TEBET	MS-2221/27	4-CASILDO MALDANER	SC-2141/47
PEDRO SIMON	RS-3230/32	5-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/2467
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62	6-GILVAM BORGES	AP-2151/52
PSDB			
JEFFERSON PERES	AM-2061/67	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/24
SÉRGIO MACHADO	CE-2284/87	4-PEDRO PIVA	SP-2351/52
LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/07	2-JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/17
BENI VERAS	CE-3242/43	3-OSMAR DIAS	PR-2124/25
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
ANTONIO C. VALADARES- PSB	SE-2201/04	1-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/07
ROBERTO FREIRE - PPS	PE-2161/67	2-SEBASTIÃO ROCHA - PDT	AP-2241/47
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/97	3-MARINA SILVA - PT	AC-2181/87
PPB			
ESPERIDIÃO AMIN	SC-4206/07	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74	2- LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219	1-ARLINDO PORTO	MG- 2321/22

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS
SECRETÁRIO: VERA LÚCIA LACERDA NUNES
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3972/4612

SALA Nº 03-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3541
FAX: 311-4315

Atualizada em: 09/11/98

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO - CE

PRESIDENTE: SENADOR ARTUR DA TÁVOLA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR JOEL DE HOLLANDA
(27 TITULARES E 27 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
DJALMA BESSA	BA - 2211/12	1-BERNARDO CABRAL	AM-2081/82
HUGO NAPOLEÃO	PI-3085/87	2-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/98	3-LEONEL PAIVA	DF-1046/1146
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/32	4- FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/12
JOÃO ROCHA	TO-4070/71	5-GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05
ROMERO JUCÁ	RR-2111/17	6-JONAS PINHEIRO	MT-2271/72
ROMEU TUMA	SP-2050/57	7-WALDECK ORNELAS (2)	BA
EDISON LOBÃO	MA-2311/46	8-VAGO	
PMDB			
JOSÉ FOGAÇA	RS-3077/78	1-RAMEZ TEBET	MS-2222/23
FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67	2-JOSÉ SAAD	GO-3149/50
ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/02	3-NEY SUASSUNA	PB-4345/46
GERSON CAMATA	ES-3203/04	4-NABOR JUNIOR	AC-1478/1378
JOSÉ SARNEY (4)	AP-3429/31	5-DJALMA FALCÃO	AL-2261/62
JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68	6-IRIS REZENDE	GO-2032/33
VAGO		7-PEDRO SIMON	RS-3230/31
PSDB			
ARTUR DA TÁVOLA	RJ-2431/32	1-JEFFERSON PERES	AM-2061/62
VAGO (3)		2-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
SERGIO MACHADO	CE-2281/82	3-LÚCIO ALCÂNTARA	CE-2301/02
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/94	4-CARLOS WILSON	PE-2451/52
BENI VERAS	CE-3242/43	5-PEDRO PIVA	SP-2351/52
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
LAURO CAMPOS - PT	DF-2341/42	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/72
MARINA SILVA - PT	AC-2181/82	2-ANTONIO C. VALADARES PSB	SE-2201/07
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-SEBASTIÃO ROCHA	AP-2242/44
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-4229/30	4-VAGO	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2071/72	2-ERNANDES AMORIM	RO-2251/57
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-VAGO	

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.
(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: QUINTAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 15 - ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: JÚLIO RICARDO B. LINHARES **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3276**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3498/4604 **FAX: 311-3121**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 10/11/98

5) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ SARNEY (3)
VICE-PRESIDENTE: SENADOR ROMEU TUMA
(19 TITULARES E 19 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/47	1- VAGO	
HUGO NAPOLEÃO	PI-4478/79	2-BELLO PARGA	MA-3069/72
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/67	3-JOÃO ROCHA	TO-4070/71
BERNARDO CABRAL	AM-2081/87	4-JOSÉ ALVES	SE-4055/57
ROMEU TUMA	SP-2051/57	5-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/99	6- JOSÉ BIANCO	RO-2231/32
PMDB			
JOSÉ SARNEY (2)	AP-3429/31	1-MARLUCE PINTO	RR-1101/4062
PEDRO SIMON	RS-3230/31	2-FERNANDO BEZERRA	RN-2461/67
CASILDO MALDANER	SC-2141/47	3-MAURO MIRANDA	GO-2091/92
JADER BARBALHO	PA-3051/53	4-GERSON CAMATA	ES-3203/04
VAGO (1)		5-IRIS REZENDE	GO-2032/33
PSDB			
ARTUR DA TAVOLA	RJ-2431/36	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/27
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95
LÚDIO COELHO	MS-2381/87	3-OSMAR DIAS	PR-2121/27
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77	1-EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16
ABDIAS NASCIMENTO - PDT	RJ-3188/89	2-ADEMIR ANDRADE - PSB	PA-2101/02
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3-MARINA SILVA-PT	AC-2181/82
PPB			
LEOMAR QUINTANILHA	TO-2073/74	1-LEVY DIAS	MS-1128/1228
PTB			
ARLINDO PORTO	MG- 2321/22	1-ODACIR SOARES	RO-3218/19

(1) Em virtude do falecimento do titular, em 13.04.98
(2) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) **SALA Nº 07-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA**
SECRETÁRIO: MARCOS SANTOS PARENTE FILHO **TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3367**
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3259/3496 **FAX: 311-3546**

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 5ªs feiras às 10:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98

6) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRA-ESTRUTURA - CI

PRESIDENTE: SENADOR ELÓI PORTELA

VICE-PRESIDENTE: VAGO

(23 TITULARES E 23 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ AGRIPINO	RN-2361/2367	1- JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141
ROMERO JUCÁ	RR-2111/2117	2- JONAS PINHEIRO	MT-2271/2277
GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43	3- GUILHERME PALMEIRA	AL-3245/3247
ÉLCIO ALVARES	ES-3130/3132	4- WALDECK ORNELAS (1)	BA
JOEL DE HOLLANDA	PE-3197/3199	5- JOSÉ ALVES	SE-4055/4057
HUGO NAPOLEÃO	PI - 4478/4479	6-ROMEU TUMA	SP-2051/57
ELÓI PORTELA (cessão)	PI - 2131/37	7-GILBERTO MIRANDA	AM-1166/3104
PMDB			
NABOR JÚNIOR	AC-1478/1378	1-ROBERTO REQUIÃO	PR-2401/2407
MAURO MIRANDA	GO-2091/92	2-RAMEZ TEBET	MS-2221/27
GERSON CAMATA	ES-3203/ 3204	3-CARLOS BEZERRA	MT-2291/2297
IRIS REZENDE	GO-2032/33	4- VAGO	
MARLUCE PINTO	RR-1101/4062	5-JOSÉ SARNEY (4)	AP-2351/52
RENAN CALHEIROS (2)	AL	6- VAGO	
PSDB			
JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2021/2027	1-CARLOS WILSON	PE-2451/2457
JOSÉ ROBERTO ARRUDA	DF-2011/2017	2-VAGO (3)	
TEOTÔNIO VILELA FILHO	AL-4093/95	3-OSMAR DIAS	PR-2121/2127
PEDRO PIVA	SP- 2351/52	4-LÚDIO COELHO	MS-2381/87
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
JOSÉ EDUARDO DUTRA - PT	SE-2391/2397	1-VAGO	SP-3212/15
ANTONIO C. VALADARES	SE-2201/07	2-EDUARDO SUPLICY (PT)	DF-2341/47
EMILIA FERNANDES - PDT	RS-2331/37	3- LAURO CAMPOS (PT)	
PPB			
LEVY DIAS	MS-1128/1228	1-ESPERIDIÃO AMIN	SC-1123/1223
ERNANDES AMORIM	RO-2251/57	2- EPITACIO CAFETEIRA	MA- 4073/74
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/19	1-ARLINDO PORTO	MG - 2321/22

(1) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Previdência e Assistência Social.
(2) Afastado do exercício do mandato para exercer o cargo de Ministro de Estado da Justiça.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.
(4) Licença para tratar de interesses particulares.

REUNIÕES: TERÇAS-FEIRAS ÀS 10:00 HS (*) SALA Nº 13-ALA SEN. ALEXANDRE COSTA
SECRETÁRIO: CELSO PARENTE TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3292 (FAX)
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-4354/4607 FAX: 311-3286

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6
Horário regimental: 3ªs feiras às 14:00 hs.

Atualizada em: 09/11/98

7) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC

(Resolução nº 46, de 1993)
PRESIDENTE: SENADOR JOÃO ROCHA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR CARLOS WILSON
(17 TITULARES E 09 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSAPHAT MARINHO	BA-1041/1141	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	2-FRANCELINO PEREIRA	MG-2411/17
JÚLIO CAMPOS	MT-1247/1447	3-DJALMA BESSA	BA - 2211/12
JOÃO ROCHA	T0-4070//71		
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05		
PMDB			
JOSÉ SAAD	GO-3149/50	1-GILVAM BORGES	AP-2151/57
NEY SUASSUNA	PB-4345/46	2-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
DJALMA FALCÃO	AL-2261/62		
WELLINGTON ROBERTO	PB-3139/40		
MARLUCE PINTO	RR-1101/1201		
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA	ES-2121/22
CARLOS WILSON	PE-2451/57	2-VAGO (2)	
PEDRO PIVA	SP-2351/52		
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16	1-BENEDITA DA SILVA - PT	RJ-2171/77
VAGO			
PPB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74	1-ERNANDES AMORIM	RO-2051/55
PTB			
ODACIR SOARES	RO-3218/3219		

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: QUARTAS-FEIRAS ÀS 17:00 HS (*) SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

(*) Horário de acordo com a Ata publicada no DSF de 12.9.97, pgs. 18655/6

Atualizada em: 09/11/98

7.1) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA À FISCALIZAÇÃO DAS ENTIDADES FECHADAS DE PREVIDÊNCIA PRIVADA (FUNDOS DE PENSÃO), QUE TENHAM COMO PATROCINADOR A UNIÃO E O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

PRESIDENTE: SENADOR JOSÉ ALVES
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(07 TITULARES E 04 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
JOSÉ ALVES	SE-4055/56	1-GERALDO ALTHOFF	SC-2042/43
GILBERTO MIRANDA	AM-3104/05	2- DJALMA BESSA	BA-2211/12
PMDB			
JOSÉ SAAD		1-JOÃO FRANÇA (1)	RR-3067/68
VAGO (2)			
PSDB			
BENI VERAS	CE-3242/43	1-VAGO (3)	
BLOCO DE OPOSIÇÃO (PT, PDT, PSB, PPS)			
EDUARDO SUPLICY - PT	SP-3215/16		
PPB + PTB			
EPITACIO CAFETEIRA	MA-4073/74		

(1) Desfiliou-se do PMDB, ingressando no PPB, em 2.10.97.
(2) Em virtude do falecimento do titular, 13.04.98.
(3) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge.

REUNIÕES: SALA Nº 06-ALA SEN. NILO COELHO
SECRETÁRIO: JOSE FRANCISCO B. CARVALHO TEL. DA SALA DE REUNIÃO: 311-3254
TELEFONES DA SECRETARIA: 311-3935/3519 FAX: 311-1060

ANDAMENTO

EM 10.9.97 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR GILBERTO MIRANDA

Atualizada em: 09/11/98

7.2) COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE – CFC
SUBCOMISSÃO DESTINADA A FISCALIZAR OS RECURSOS FEDERAIS REPASSADOS AO GOVERNO DE RONDÔNIA
PRESIDENTE: SENADOR GILBERTO MIRANDA
VICE-PRESIDENTE: SENADOR BENI VERAS
(7 TITULARES E 4 SUPLENTES)

TITULARES		SUPLENTES	
PFL			
1 – JÚLIO CAMPOS	MT – 1247	1 – GERALDO ALTHOFF	SC – 2042/43
2 – GILBERTO MIRANDA	AM – 3104/05	2 – FRANCELINO PEREIRA	MG – 2411/17
PMDB			
1 – JOSÉ SAAD	GO – 3148/50	1 – JOÃO FRANÇA	RR – 3067/68
2 – NEY SUASSUNA	PB – 4345/46		
PSDB			
1 – BENI VERAS	CE – 3242/43	1 – VAGO (1)	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT–PDT–PSB–PPS)			
1 – EDUARDO SUPLICY-PT	SP – 3215/16		
PPB + PTB			
1 – ERNANDES AMORIM	RO – 2251/55		

(1) Em virtude da renúncia do Senador Coutinho Jorge

REUNIÕES:
SECRETÁRIO: JOSÉ FRANCISCO B. DE CARVALHO
TELEFONES DA SECRETARIA: 3935 / 3519
FAX: 311-1060

ALA SENADOR NILO COELHO
SALA Nº 6 – TELEFONE: 311-3254

ATUALIZADA EM 9-11-98

ANDAMENTO

EM 29-4-98 FOI DESIGNADO RELATOR O SENADOR COUTINHO JORGE

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR CONJUNTA DO MERCOSUL

(Representação Brasileira)

Presidente de Honra: Senador José Sarney

PRESIDENTE: SENADOR LÚDIO COELHO
VICE-PRESIDENTE: DEPUTADO JÚLIO REDECKER
SECRETÁRIO-GERAL: DEPUTADO PAULO BORNHAUSEN
SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO: DEPUTADO GERMANO RIGOTTO
(16 TITULARES E 16 SUPLENTES)

TITULARES	SUPLENTES
SENADORES	
PMDB	
1 – JOSÉ FOGAÇA	1 – PEDRO SIMON
2 – CASILDO MALDANER	2 – ROBERTO REQUIÃO
PFL	
1 – VILSON KLEINÜBING (1)	1 – JOEL DE HOLLANDA
2 – DJALMA BESSA	2 – JÚLIO CAMPOS
PSDB	
1 – LÚDIO COELHO	1 – JOSÉ IGNÁCIO FERREIRA
PPB	
1 – LEVY DIAS	1 – ESPERIDIÃO AMIN
PTB	
1 – JOSÉ EDUARDO	
BLOCO OPOSIÇÃO (PT / PSB / PDT / PPS)	
1 – BENEDITA DA SILVA	1 – EMILIA FERNANDES

TITULARES	SUPLENTES
DEPUTADOS	
PFL / PTB	
1 – PAULO BORNHAUSEN	1 – VALDOMIRO MEGER
2 – JOSÉ CARLOS ALELUIA	2 – BENITO GAMA
PMDB	
1 – EDISON ANDRINO	1 – CONFUCIO MOURA
2 – GERMANO RIGOTTO	2 – ROBSON TUMA
PSDB	
1 – FRANCO MONTORO	1 – NELSON MARCHEZAN
2 – CELSO RUSSOMANO	2 – RENATO JOHNSSON
PPB	
1 – JÚLIO REDECKER	
PT / PDT / PC do B	
1 – MIGUEL ROSSETO	1 – LUIZ MAINARDI

(1) Falecido, em 23-10-98

SECRETARIA DA COMISSÃO
ENDEREÇO: CÂMARA DOS DEPUTADOS – ANEXO II – SALA T/24 – BRASÍLIA – DF – 70160-900
FONE: (55) (061) 318-7436 318-7186 318-8232 318-7433
FAX: (55) (061) 318-2154
SECRETÁRIA: LOURDES MELO NUNES DE CARVALHO

Atualizada em 27-10-98

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Periodicidade Trimestral

Assinatura para o ano de 1997
Números 133-136
R$ 40,00

Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP: **Cidade:** **UF:** **País:**

Telefones para contato:

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília, DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes, CEP 70165-900, Brasília, DF.

Revista de Informação Legislativa

Nº 133 – jan./mar. 1997

Leia neste número:

Carlos Frederico Marés de Souza Filho – O Direito Constitucional e as lacunas da lei.
Semira Adler Vaisencher e Angela Simões de Farias – Júri popular: algumas possibilidades de condenação ou absolvição.
Cláudio Roberto C. B. Brandão – A importância da conceituação da antijuridicidade para a compreensão da essência do crime.
Osvaldo Rodrigues de Souza – Reflexões sobre os institutos da transposição e transformação de cargos públicos.
Ricardo Antônio Lucas Camargo – O direito ao desenvolvimento: a sociedade ocidental e a sociedade tribal no caso brasileiro.
Cármen Lúcia Antunes Rocha – Sobre a súmula vinculante.
Sérgio Sérvulo da Cunha – Conflito possessório e positivismo ético. O agente público em face da decisão legal.
Antônio Carlos Moraes Lessa – Instabilidade e mudanças: os condicionamentos históricos da política externa brasileira sob Geisel (1974-1979).
Marçal Justen Filho, Egon Bockmann Moreira e Eduardo Talamini – Sobre a hipoteca judiciária.
Maria Paula Dallari Bucci – Políticas públicas e direito administrativo.
Guilherme Silva Barbosa Fregapani – Formas alternativas de solução de conflitos e a Lei dos Juizados Especiais Cíveis.
Marcílio Toscano Franca Filho – A Alemanha e o Estado de Direito: apontamentos de teoria constitucional comparada.
Carlos David S. Aarão Reis – A matematização do Direito e as origens da Parte Geral do Direito Civil.
Jete Jane Fiorati – A Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar de 1982 e os organismos internacionais por ela criados.
Silvio Dobrowolski – Crime de omissão de recolhimento de impostos e de contribuições: aspectos constitucionais.
Kátia Magalhães Arruda – A responsabilidade do juiz e a garantia de independência.
A. Machado Paupério – Os irracionais de nossa democracia III.
Fernando Braga – Conservadorismo, liberalismo e social-democracia: um estudo de direito político.
Álvaro Melo Filho – Resolução sobre passe: irracionalidades e injuridicidades.
Fabiano André de Souza Mendonça – Democracia e legalidade da tributação na Constituição Federal de 1988.
Fernando Cunha Júnior – Suspensão condicional do processo. Homicídio. Omissão de socorro.
Paulo José Leite Farias – Mutação constitucional judicial como mecanismo de adequação da Constituição Econômica à realidade econômica.
Maria Coeli Simões Pires – Reforma administrativa: reflexões sob a perspectiva político-filosófica.
Jarbas Maranhão – O Estadista Agamemnon Magalhães: a Lei Antitruste e a Conferência do Clube Militar.
Roberto Freitas Filho – A "flexibilização" da legalidade nas práticas conciliatórias na Justiça do Trabalho.
Nuria Belloso Martin – Comunidades Europeas, Unión Europea y Justicia Comunitaria.
Francisco Eugênio M. Arcanjo – Convenção sobre Diversidade Biológica e Projeto de Lei do Senado nº 306/95: soberania, propriedade e acesso aos recursos genéticos.
Vitor Rolf Laubé – A Previdência no âmbito municipal.
Claudia de Rezende M. de Araújo – Extrafiscalidade.

PARA FAZER SUA ASSINATURA DA RIL: Os pedidos deverão ser acompanhados de original do recibo de depósito a crédito do FUNCEGRAF, Caixa Econômica Federal, Agência 1386, conta nº 920.001-2, operação 006; ou junto ao Banco do Brasil, Agência 0452-9, conta nº 55.560.204-4.

Assinatura para o ano de 1997. Periodicidade trimestral. Números 133 a 136: R$ 40,00.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO

Nome:

Órgão:

Unidade:

Endereço:

CEP: **Cidade:** **UF:** **País:**

Fones: **Fax:**

Outras informações pelos fones: 311-3575/3576/3579. Fax: 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III. Praça dos Três Poderes. CEP 70.165-900. Brasília. DF.
Fones: (061) 311-3575/3576/3579. Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

Publicações

Solicite hoje mesmo nosso catálogo!

Agenda 21 (R$ 10,00). Relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro em setembro de 1992.

A Vida do Barão do Rio Branco (R$ 20,00) – Luís Viana Filho. Obra social, política e diplomática de José Maria da Silva Paranhos, o Barão do Rio Branco.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (R$ 5,00). Texto Constitucional de 5/out/1988 com as alterações introduzidas pelas ECs nº 1 a 15 e ECRs nº 1 a 6.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 – Quadro Comparativo (R$15,00). Constituição de 1988, atualizada em 1995, comparada às Constituições de 1946 e 1967 e à EC nº 1 de 1969. Contém quadro comparativo, tabela de correspondência dos artigos comparados e índice.

Dados Biográficos dos Presidentes do Senado Federal (R$ 2,00). Principais fatos da vida administrativa, trabalhos publicados, condecorações, missões no exterior.

Direitos Humanos – Declarações de Direitos e Garantias (R$ 10,00) – José Vicente dos Santos (pesq. e índice). Dispositivos constitucionais que abordam os direitos e garantias fundamentais do homem, na Constituição de vários países, inclusive na Carta Magna do Brasil.

Estatuto da Criança e do Adolescente (R$ 4,00). Lei nº 8.069/90, de acordo com as alterações dadas pela Lei nº 8.241/91; legislação correlata e índice.

Guia das Eleições de 1996 e Suplemento (R$ 10,00). Guia: Leis nº 9.096/95 e 9.100/95, Resoluções do TSE nº 19.380/95, 19.382/95 e 19.406/95. Suplemento: Resoluções do TSE nº 19.509 e 19.516/96.

Legislação Eleitoral no Brasil (do século XVI a nossos dias) (R$ 60,00) – Nelson Jobim e Walter Costa Porto (orgs.). Compilação da legislação eleitoral brasileira, desde a época colonial a nossos dias.

Levantamento e Reedições de Medidas Provisórias (R$ 5,00) – Subsecretaria de Análise do Senado Federal. Registro das MPs editadas durante os 8 anos que se sucederam à criação deste dispositivo legal, tabela seqüencial de edições das MPs, assinalando critérios de edições anteriores, reedições com alteração de texto e de transformação em lei, catálogo temático das MPs e referências bibliográficas.

Licitações, Concessões e Permissões na Administração Pública (R$ 4,00). Leis nº 8.666/93; 8.883/94; 8.987/95, dispositivos da Constituição Federal sobre a matéria e legislação correlata. Índices temáticos das Leis nº 8.666/93 e 8.987/95.

Meio Ambiente – Legislação (R$ 20,00). Dispositivos constitucionais, atos internacionais, Código Florestal, Código de Mineração, legislação federal e índice temático.

Regime Jurídico Único dos Servidores Públicos Civis e Legislação Complementar (R$ 4,00). Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais e legislação complementar

Coleção Memória Brasileira

– **A Constituinte perante a História (R$ 8,00).** História do sistema constitucional brasileiro, no período de 1822 a 1862. Estudos sobre a Constituinte brasileira de 1823. Coletânea de documentos representativos dos trabalhos legislativos da época.

Coleção Grandes Vultos que Honraram o Senado

– **Teotônio Vilela (R$ 10,00).** Biografia do Senador da República Teotônio Vilela, seu perfil parlamentar, resumo de suas atividades públicas, discursos e projetos, literatura citada.

Coleção Estudos da Integração (em português e espanhol)

– **Volume 9 (R$ 3,00).** "O Atributo da Soberania", de Heber Arbuet Vignali.

– **Volume 10 (R$ 3,00).** "A Arbitragem nos Países do Mercosul", de Adriana Noemi Pucci.

Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal
Via N-2, Unidade de Apoio III, Praça dos Três Poderes. CEP 70165-900. Brasília, DF.

CD/ROM Legislação Brasileira

1997

Quarta edição

Co-edição SDINF/SSANL/PRODASEN

- Todas as normas de hierarquia superior a decreto-executivo editadas entre o ano de 1946 e 31 de janeiro de 1997.
- Para cada norma apresentada, é fornecida a lista de normas editadas posteriormente a ela e que a alteraram.
- Os textos integrais das normas editadas a partir de 1987 passaram a estar disponíveis nesta edição.
- As demais normas são apresentadas em documentos-resumo, acompanhadas de informações suficientes para que seja localizado o documento em uma coleção de leis.
- Esta quarta edição do CD-ROM Legislação Brasileira ainda inclui o banco de dados BBD (Biblioteca Brasileira de Direito), composto do acervo de informações jurídicas descritivas (doutrina) originadas das coleções de 17 bibliotecas que participam da Rede SABI de Bibliotecas.

Valor Unitário: R$ 65,00 (sessenta e cinco reais).
Despesas Postais: R$ 5,00 (cinco reais) para cada CD.

O pedido deverá ser acompanhado de original do recibo de depósito a crédito do FUNDASEN, Caixa Econômica Federal, Agência 0005, conta nº 950.056-8, operação 006.

Preencha o cupom abaixo e envie-nos hoje mesmo, juntamente com o original do recibo de depósito.

DESTINATÁRIO			
Nome:			
Endereço:			
CEP:	Cidade:	UF:	País:
Fones:		Fax:	
Quantidade solicitada:			

Solicite nosso catálogo pelos telefones: (061) 311-3575, 311-3576 e 311-3579.
Fax: (061) 311-4258. E-Mail: ssetec@admass.senado.gov.br

SENADO FEDERAL

SECRETARIA ESPECIAL DE EDITORAÇÃO E PUBLICAÇÕES

EDIÇÃO DE HOJE: 256 PÁGINAS